UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FELIPE VICTOR LIMA

**Literatura e Engajamento na trajetória da Associação Brasileira de
Escritores (1942-1958)**

São Paulo

2015

FELIPE VICTOR LIMA

**Literatura e Engajamento na trajetória da Associação Brasileira de
Escritores (1942-1958)**

De acordo:

Prof.º Dr. Marcos Francisco Napolitano de
Eugênio

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social, do Departamento de História
da Universidade de São Paulo, para a obtenção do
título de Doutor em História Social.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof.º Dr. Marcos Francisco
Napolitano de Eugênio

São Paulo

2015

LIMA, Felipe Victor. **Literatura e Engajamento na trajetória da Associação Brasileira de Escritores (1942-1958)**. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Prof.º Dr. Marcos Francisco Napolitano de Eugênio (Orientador)

Instituição Universidade de São Paulo

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTO

Esta lista de agradecimento não poderia começar senão pela minha família. Aos meus pais, Jonas Lima e Sueli Aparecida Pinto Lima, sou grato por todo o suporte que me deram, do material ao emocional. Suas presenças ao longo dessa trajetória acadêmica, tanto quanto a do meu irmão, Diogo Henrique Lima, e de sua esposa, Priscila Cristina Berchieri Lima, foram essenciais para que eu tivesse a força necessária para cumprir meus objetivos.

Minha gratidão também se estende ao meu orientador, Marcos Francisco Napolitano de Eugênio. Eu diria, até, que todo agradecimento seria pouco, frente à imensa solicitude e interesse com que ele me recebeu, desde o primeiro contato com a pesquisa por conta da minha frequência em sua disciplina durante o mestrado, até o aceite para me orientar no doutorado. O rigor nas advertências teóricas se soma a sua generosidade e compreensão, servindo-me de exemplo como pessoa e profissional.

Evidentemente, eu não poderia deixar de agradecer às professoras Dra. Maria Helena Rolim Capelato e Dra. Gabriela Pellegrino Soares, que participaram da minha banca de qualificação, realizando uma crítica precisa e extremamente valiosa para a pesquisa. Devo salientar também a importância de outros professores no decorrer deste trabalho: o professor Dr. Paulo Teixeira Iumatti, meu orientador de mestrado, que me abriu as portas da Universidade de São Paulo; assim como a professora Dra. Tânia Regina de Luca, responsável direta pela minha inserção no mundo dos intelectuais brasileiros, durante o período da graduação na Universidade Estadual Paulista.

Uma referência especial deve ser feita também aos funcionários e funcionárias dos arquivos visitados – Arquivo Sérgio Buarque de Holanda (UNICAMP), Arquivo do Estado de São Paulo, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), Biblioteca Nacional, Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) – que, sempre prestativos, me permitiram, dentro do que era possível, amplo acesso aos materiais de que necessitei.

No entanto, esse ato de agradecimento não estaria completo se não fossem citados os bons amigos que me acompanharam nesta não tão fácil jornada. Todos, cada qual a sua maneira, procuraram me auxiliar durante esses anos e, ainda que nem sempre eu tenha demonstrado o quanto lhes sou grato, deixo seus nomes aqui como um registro do valor que eles tiveram, e têm, para mim: Samir Mustapha Ghaziri, Renan Saab Rodrigues Manaia, Jordane Barreto Garcia, Fernando Pessoa de Albuquerque, Carlos Fernando de Brito, Flávia de Azevedo, Fábio Silva de Souza, Pedro Paulo Lima Barbosa, Camilla Fontes de Souza.

Há outras tantas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho chegasse ao seu termo, e apesar de seus nomes não estarem aqui, não poderei desconsiderar sua importância. Os caminhos percorridos durante a pesquisa e escrita são, em algumas situações, solitários e dolorosos, de maneira que alguns exemplos que nos surgem, por tudo que sugerem de positivo, pela inspiração que nos oferecem, ou mesmo pela força que nos dão, tornam algumas presenças, ainda que muitas vezes pareçam durar tão pouco, fundamentais. A vocês, aqui citados anonimamente, fica o meu “muito obrigado”.

LIMA, Felipe Victor. **Literatura e Engajamento na trajetória da Associação Brasileira de Escritores (1942-1958)**. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História Social.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar a curta trajetória da Associação Brasileira de Escritores, entre 1943 e 1958, a partir de dois aspectos fundamentais: a definição de uma “função social” dos intelectuais, bem como a defesa dos direitos autorais dos homens e mulheres de letras do país. Tais elementos, conforme se pôde observar, serviram, ora como pontos de encontro dos interesses dos diferentes grupos que compunham a entidade, ora como causas do distanciamento entre os mesmos. Neste sentido, e com base na leitura de memórias, biografias e de um extenso material produzido pela imprensa do período, foi possível determinar, ao menos, quatro momentos no histórico da A.B.D.E.: desde a aproximação de liberais, socialistas, católicos e comunistas em torno da luta comum contra o nazifascismo, o Estado Novo e as péssimas condições econômicas em que se encontravam boa parte dos escritores; passando pela crise decorrente das disputas partidárias e da Guerra Fria, pós 1945; a violenta divisão da associação, em abril de 1949; até, finalmente, o seu “aparelhamento” pelo PCB, tornando-a uma espécie de porta-voz das diretrizes culturais do partido. Dessa maneira, a pesquisa visa demonstrar que, se em seus anos iniciais, a A.B.D.E. procurava ser um espaço donde os intelectuais brasileiros poderiam agir de forma “autônoma” – distante da intervenção do Estado, das disputas ideológico-partidárias e das pressões do mercado editorial; posteriormente, em razão dos conflitos políticos resultantes do fim da Segunda Guerra e da queda de Getúlio Vargas, a diversidade de pontos de vista existente da agremiação acabou levando esse projeto de “autonomia” ao fracasso.

Palavras-chave: Associação Brasileira de Escritores, Escritores Brasileiros, Intelectuais Brasileiros, Antifascismo, Direitos Autorais.

LIMA, Felipe Victor. **Literature and Engagement in the trajectory of the “Associação Brasileira de Escritores” (1942-1958)**. Thesis presented to the Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, to obtain the title of Doctor of Social History.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the short history of the “Associação Brasileira de Escritores”, between 1943 and 1958, from two main aspects: the definition of a "social function" of intellectuals, as well as the protection of copyrights of the Brazilian writers. Such elements, as it could be observed, served either as meeting points of interests of the different groups that made up the organization, either as causes of the separation between them. Thus, and based on the reading of memoirs, biographies and an extensive material produced by the press of the period, it was possible to determine at least four moments in ABDE's history: since the approach of liberals, socialists, Catholics and communists around the common fight against Nazi-fascism, the Estado Novo and the poor economic conditions in which they found most of the writers; passing by the crisis arising from the partisan bickering and the Cold War, post 1945; the violent division of the association, in April 1949; until, finally, his "rigging" by the PCB, making it a sort of spokesman of cultural party guidelines. Thus, the research aims to demonstrate that, in its early years, the ABDE tried to be a space where Brazilian intellectuals could act "autonomous" way - away from State intervention, the ideological and partisan disputes and the pressures of publishing; later, due to the political conflicts resulting from the end of World War II and the fall of Getúlio Vargas, the diversity of points of view inside of the association eventually led this project of "autonomy" to failure.

Keywords: Associação Brasileira de Escritores, Brazilian writers, Brazilian intellectuals, Anti-fascism, Copyright.

A

Miguel Berchieri Lima

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
-----------------	----

PARTE I

A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES

1. EM BUSCA DE UM ESPAÇO DE SOCIABILIDADE INTELLECTUAL: DO SURGIMENTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES AO SEU PRIMEIRO CONGRESSO	29
1.1. O ensaio paulista: a Sociedade dos Escritores Brasileiros.....	31
1.2. Uma agremiação nacional para os intelectuais do país: a Associação Brasileira de Escritores	41
1.2.1. Por uma intelectualidade unida e participativa: os preparativos para o encontro nacional dos escritores brasileiros.....	48
1.2.2. O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores.....	59
2. ENTRE A POLÍTICA E A “PUREZA” INTELLECTUAL: O ABANDONO DO PROJETO UNITÁRIO E A DECADÊNCIA DA A.B.D.E.....	87
2.1. Entre o primeiro e o segundo congresso nacional dos escritores brasileiros: os sinais de uma crise anunciada.....	92
2.1.1. O Primeiro Congresso Paulista de Escritores.....	98
2.2. As tensões vêm a público: O Segundo Congresso Brasileiro de Escritores	101
2.2.1. Manobras e conflitos no evento de Belo Horizonte	111
3. ENTRE O FIM DO SEGUNDO CONGRESSO E O PLEITO DE 1949: A CISÃO DA A.B.D.E.	122
3.1. Os sinais vindos de São Paulo: a luta pelo controle da A.B.D.E. paulista	130
3.2. Comunistas e não-comunistas dividem a A.B.D.E.....	140
3.2.1. O ato final da crise	161
4. UMA ENTIDADE ISOLADA E ESVAZIADA: A A.B.D.E. SOB A BATUTA COMUNISTA	170
4.1. Os congressos de Salvador, São Paulo e Porto Alegre	172
4.1.1. O III Congresso Brasileiro de Escritores.....	173
4.1.2. O III Congresso Paulista de Escritores.....	183
4.1.3. O IV Congresso Brasileiro de Escritores	191

4.2. Os anos finais da A.B.D.E.: críticas, divisões e o surgimento da União Brasileira de Escritores	202
4.2.1. Uma reaproximação possível	214

PARTE II

TEMAS EM DEBATE NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES

5. “SER INTELECTUAL” NO BRASIL: AS DEFINIÇÕES DA A.B.D.E. QUANTO AO PAPEL SOCIAL DOS HOMENS DE PENSAMENTO DO PAÍS	221
5.1. A luta contra o nazifascismo como elemento aglutinador da intelectualidade democrática	223
5.2. As presenças de Mário de Andrade e Sérgio Milliet	230
5.3. O combate ao nazifascismo como mote para a luta contra o Estado Novo	242
5.4. As demandas ao congresso dos escritores quanto ao tipo de engajamento pretendido pelos intelectuais	257
5.5. O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores como cumprimento da “função do intelectual”	262
6. PELA PROFISSIONALIZAÇÃO DO ESCRITOR: OS DEBATES EM TORNO DO EXERCÍCIO DA ESCRITA NO BRASIL	275
6.1. Dilemas em torno da entrada de obras estrangeiras no Brasil	286
6.2. “O que o público lê?”: o problema em torno dos leitores brasileiros	299
6.3. Por uma lei dos Direitos Autorais: as ações da A.B.D.E. em prol de uma legislação que protegesse o trabalho dos escritores	306
6.3.1. A questão dos Direitos Autorais no Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores	308
6.3.2. As discussões em torno do projeto de lei de 1946	321
7. A DESCIDA DA “TORRE”: O CONTROLE COMUNISTA DA A.B.D.E. E O NOVO SENTIDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESCRITORES	326
7.1. A presença do “realismo socialista” no Brasil	329
7.2. O “papel dos intelectuais” nas páginas das revistas comunistas	335
7.3. Os intelectuais da “traição nacional”: o contraponto do “verdadeiro” escritor	345
CONCLUSÃO	355
REFERÊNCIAS	360
ANEXOS	371

Anexo 1 – Carta de aprovação do nome de Astrojildo Pereira para compor o quadro de sócios da Sociedade de Homens de Letras do Brasil (abril de 1941)	372
Anexo 2 – Rascunho da “Declaração de Princípios” do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores (janeiro de 1945)	373
Anexo 3 – Registros fotográficos das eleições da seção do Distrito Federal da A.B.D.E., disputadas por Afonso Arinos e Homero Pires (março de 1949)	374
Anexo 4 – Registros fotográficos da cerimônia de posse de Afonso Arinos de Melo Franco (abril de 1949)	375
Anexo 5 – Boletim da Comissão Paulista do Terceiro Congresso Brasileiro de Escritores (março de 1950)	376
Anexo 6 – Registros fotográficos da sessão de instalação do Quarto Congresso Brasileiro de Escritores (setembro de 1951)	377
Anexo 7 – Registros fotográficos dos bastidores do Quarto Congresso Brasileiro de Escritores (setembro de 1951)	378
Anexo 8 – A “Torre de Marfim” nas páginas de <i>Fundamentos</i> (agosto de 1951)	379
Anexo 9 – Os intelectuais “apolíticos”, segundo a revista <i>Fundamentos</i> (abril de 1950) ..	380

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 1945, cerca de duzentos dos mais destacados escritores brasileiros reuniram-se em congresso com o intuito de debater as questões relacionadas à sua condição de homens e mulheres de letras. Promovido pela então Associação Brasileira de Escritores, o evento realizado estrategicamente em São Paulo visava não apenas pensar todas as implicações do ofício da escrita no Brasil dos anos 1940; mas também, e acima de tudo, qual deveria ser o grau de participação dos promotores da cultura nacional nos debates sociais e políticos do país, visando fundamentalmente a derrubada do regime estadonovista de Getúlio Vargas, responsável pela censura à expressão e à atividade de criação praticada pelos mesmos.

Tal iniciativa, cujo manifesto final pedia a imediata democratização do país, teve ampla repercussão em publicações contrárias ao governo, sendo noticiada não apenas durante a sua realização, mas também nos meses que a antecederam, bem como naqueles que se seguiram. A união de diversas correntes ideológicas, muitas das quais vistas como totalmente opostas umas às outras, parecia representar a vitória do ideal democrático frente às práticas repressivas típicas do autoritarismo varguista, de modo que as expectativas guardadas a partir dali por muitos dos membros desses grupos era a de um país plural em seu debate político. Em certa medida, tal imagem refletia o ambiente de aparente cordialidade entre estadunidenses e soviéticos durante o esforço dos Aliados durante a Segunda Guerra.

No entanto, o que se viu a partir do anúncio de eleições livres para o final daquele ano foi uma gradual desarticulação daquele sentido unitário da ação dos escritores do país que, motivados pelos propósitos dos novos partidos que surgiam, não mais demonstravam interesse em se unir, senão fortalecer seus próprios grupos na busca pelo poder que se tornaria “vago” com o fim do Estado Novo e a consequente saída de Getúlio da Presidência. Neste sentido, a própria A.B.D.E. se tornaria um palco de intensas disputas políticas, agravadas sobremaneira pela queda do Partido Comunista do Brasil na ilegalidade a partir de 1947. A proibição da ação pública dos membros do PCB transformaria a associação em uma potencial plataforma a partir da qual os mesmos poderiam continuar atuando na sociedade e criticando a “nova” ordem governamental. Em sua ânsia por aparelhar a entidade, os comunistas acabariam por promover a cisão da mesma, o que encaminharia paulatinamente a sua dissolução e posterior desaparecimento, em 1958.

Esse processo, contudo, longe de ser tão simples quanto se pode supor pela leitura dos parágrafos acima, é carregado de nuances, que passam não apenas por uma descrição mais

detalhada dos eventos citados, mas também do que estava em seu entorno: de certa forma, dos elementos que explicam as razões pelas quais os mesmos ocorreram, bem como a interconexão entre eles. Assim, a referência inicial ao congresso de 1945 deve ser encarada de forma sintomática, posto que significava – no dizer de muitos dos escritores da época – a concretização do ideal que motivou a formação da própria entidade. E, por essa mesma razão, o referido evento pode ser entendido como o ápice da trajetória histórica da A.B.D.E., o qual seria seguido por um gradual processo de decadência, fruto das contradições presentes em seus quadros. Tais diferenças, que estiveram latentes durante o período em que perdurou a ditadura varguista, explodiriam, anos depois, como resultado das disputas políticas características do ambiente “democrático” que se seguiu, bem como por conta do alinhamento do governo brasileiro com os Estados Unidos durante a Guerra Fria.

Não se poderá, evidentemente, sob pena de empobrecer a análise, focar o presente estudo apenas nos aspectos políticos que cercavam a associação; até porque tais elementos interagiam com questões de ordem cultural, educacional e, é claro, profissional. Se a cruzada contra o Estado Novo era imperativa para eles; fazia-se necessário a definição do “ser escritor” no Brasil, bem como de um espaço próprio de atuação do mesmo, a partir do qual ele poderia exercer sua pretensa “função social” enquanto intelectual. Isso, como não poderia deixar de ser, passava pela resolução dos dilemas profissionais e legais em torno do ofício da escrita, bem como pelo encaminhamento de espaços maiores de atuação desses escritores na sociedade (daí a importância de projetos que defendiam a liberdade de expressão e de criação, bem como a ampliação do público alfabetizado e potencial leitor desses homens e mulheres dedicados às letras).

Diante desse diagnóstico, é possível traçar uma estratégia, aqui entendida como adequada para o entendimento do que foi e do que significou a Associação Brasileira de Escritores. A compreensão da mesma oferece, neste sentido, a possibilidade de mobilizar não apenas uma bibliografia diversificada sobre a questão dos intelectuais no Brasil; mas também de estabelecer um olhar múltiplo sobre as fontes primárias, interrogando-as não apenas sobre questões desta ou daquela ordem em específico. Dessa forma, tanto os autores utilizados, bem como os jornais, revistas e documentos recolhidos, permitem uma análise que extrapola os limites da própria entidade, voltando-se sobremaneira para o estudo de uma parcela considerável da intelectualidade do país no período abordado (em especial, aquela dedicada à escrita).

Neste sentido, é importante salientar o momento em que a associação foi fundada, notadamente um período em que se definiam as bases do que viria a ser a profissão de escritor

no Brasil. O ato de escrever, ainda que praticado por alguns dos nomes mais destacados da cultura brasileira no século XX, como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Monteiro Lobato e Carlos Drummond de Andrade, não contava, até as décadas de 1930 e 1940, com uma regulamentação que assegurasse plenas garantias financeiras àqueles que a ele se dedicavam. Isso significava, no mais das vezes, que poucos eram os que podiam se dar ao luxo de viver das letras, tendo de dedicar-se a um segundo tipo de atividade, como forma de complementar a mísera renda obtida com os livros. Não à toa, uma das críticas centrais dos membros da A.B.D.E. era direcionada aos que “supostamente” praticavam a literatura de forma diletante, sem o necessário compromisso com a cultura. Portanto, determinar um “papel social” do escritor passava, necessariamente, pela resolução de seus dilemas materiais, impossibilitando uma análise estanque das questões de ordem política e aquelas de caráter profissional.

Acerca desse período e como uma das bases para o estudo destes problemas, o trabalho de Sergio Miceli surge como um dos mais destacados, na medida em que oferece uma tentativa de interpretação dos fenômenos internos do campo literário brasileiro, então em formação. Pautado no aparato teórico do sociólogo francês Pierre Bourdieu, o autor de *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*, de 1979¹, procurou demonstrar as estratégias de ascensão de alguns escritores do país, em meio às dificuldades impostas pelo mercado, pelo Estado e, evidentemente, pela sua própria posição social. Ainda que Miceli não aponte seu olhar diretamente para as entidades de classe, é inevitável a referência de seu trabalho para o estudo da Associação Brasileira de Escritores, uma vez que as questões por trás de sua idealização e fundação coincidem com os anos analisados pelo autor, entre 1920 e 1945. Suas considerações em torno dos filhos de uma elite decadente, da expansão do meio editorial, bem como dos cargos oferecidos pelo Estado varguista a certos intelectuais do país, se não explicam adequada e definitivamente as dinâmicas que marcavam o meio de produção cultural no Brasil; por outro lado, revelam uma problemática mais ampla, qual seja, a tentativa de uma parcela desses escritores de se construir um espaço autônomo de ação e atuação.

Vale dizer, contudo, que essa busca por autonomia – em prol de uma atividade intelectual pretensamente desvinculada dos interesses de classe, de grupos ideológicos e partidários, do Estado, assim como do mercado – não deve ser encarada como um fenômeno geral entre os intelectuais do país, de maneira que muitos nomes não direcionavam seus escritos para essas demandas. Por seus vínculos sociais e políticos, muitos pensadores atuavam como legitimadores da ordem, empenhando seus pensamentos e suas penas na

¹ MICELI, Sergio. “Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil”. In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 69-291.

justificação de regimes que prezavam pelo autoritarismo e controle da atividade cultural. Longe de “se venderem”, tal como aponta a crítica de Antonio Candido ao texto de Miceli², esses intelectuais compartilhavam, de fato, de um olhar crítico acerca da democracia, vista como resquício de um modelo liberal fracassado e inadaptável às condições do Brasil, o que justificaria a sua opção por governos centralizados e fortes.

O elemento nacionalista, tão caro aos setores intelectualizados advindos do Modernismo dos anos 1920, e que demonstrou o caráter indissociável entre ação cultural e ação política no país, não se manifestou igualmente entre os membros da classe pensante brasileira, o que resultou em diferentes níveis de militância, como bem aponta Daniel Pécault: “seja o nacionalismo conservador ou o nacionalismo progressista, nacionalismo patriótico ou nacionalismo esclarecido”³. Ainda que marcada por certo juízo de valor, impondo um caráter dicotômico à relação dos intelectuais com o projeto nacionalista, a avaliação do autor oferece ao menos dois caminhos pelos quais trafegariam os elementos da “inteligência” no Brasil, de modo que entre os ditos conservadores e patriotas teria se desenvolvido uma clara tendência autoritária; enquanto que entre progressistas e “esclarecidos” seria possível observar um encaminhamento democrático.

Se tal perspectiva parece simplificar a questão, dada a grande complexidade existente no meio intelectual do país entre os anos 1920 e 1940, especificamente nos diversos olhares que os pensadores tinham quanto ao Estado, a Cultura e a própria Nação; por outro lado, ela esboça alguns dos elementos que cindiram a intelectualidade brasileira em, pelo menos, dois grandes segmentos. Com exceção dos setores católicos que, em meio à guerra, migraram gradativamente para o movimento democrático, os demais grupos parecem, efetivamente, ter seguido a tendência apontada por Pécault: a de um conservadorismo patriótico que se tornaria marca daqueles que justificaram e sustentaram ideologicamente o Estado Novo; enquanto que os demais, a despeito de diversidade ideológica existente entre eles, uniriam forças na defesa da democracia contra o regime de 1937 e suas práticas repressivas.

Não sem razão, uma série de pensadores tidos como autoritários, cuja base ideológica construía-se nas ideias de homens como Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, ocupavam cargos de direção em órgãos, culturais ou não, ligados ao governo varguista. Por seu engajamento na construção e na defesa do estadonovismo, esses intelectuais eram vistos pelos seus pares, não afinados com o regime, como contrapontos daquilo que de fato deveria

² CANDIDO, Antonio. “Prefácio”. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 74.

³ PÉCAULT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil (entre o povo e a nação)*. São Paulo: Ática, p. 27.

ser um “intelectual”. Tal divisão, fruto não apenas de embates ideológicos, também trazia em seu bojo certo ressentimento com a perda de espaço de alguns membros dessa intelectualidade dentro do Estado. Se para muitos, era a máquina estatal o grande meio pelo qual eles poderiam pôr em prática suas ações no âmbito político e cultural; é importante lembrar que esse mesmo aparato não servia a todos, privilegiando os que estivessem adequados aos seus ditames e interesses.

Neste sentido, a A.B.D.E. representou, desde os seus momentos iniciais, um lugar a partir do qual aqueles que estavam alijados do projeto cultural do governo varguista (o que não significava, necessariamente, que não cumprissem funções dentro do Estado) poderiam agir e atuar social, política e culturalmente. Daí a possibilidade de se pensar essa associação como um esforço de parcelas da intelectualidade brasileira pela construção de um espaço autônomo dos conflitos de ordem ideológica e partidária, haja vista a grande heterogeneidade existente entre aqueles que não tinham seus projetos atendidos no âmbito da política cultural oficial. Ao mesmo tempo, entende-se o porquê da não admissão nos quadros da entidade daqueles que se dedicavam à defesa do regime. Como consequência, nota-se o surgimento de um discurso que distinguia o “verdadeiro” e o “falso” intelectual. Essa categorização, aliás, seria uma das bases principais do primeiro grande momento da A.B.D.E. – o seu já referido congresso nacional, no início de 1945.

A questão, no entanto, deve ser verificada mais além, uma vez que a tentativa de se construir uma espécie de estatuto dos intelectuais não era vista como desatrelada de outras experiências, tanto dentro quanto fora do Brasil. O resgate de elementos históricos, no sentido de dar embasamento ao discurso característico da associação em seus primeiros anos, recorria não apenas à ação de pensadores franceses, canonizados a partir do célebre *Affaire Dreyfus*, em fins do século XIX⁴; mas também a figuras emblemáticas das letras brasileiras, tais como Lima Barreto e Machado de Assis, além dos poetas mineiros participantes da Inconfidência de 1789. Recorrendo a estes e outros exemplos, os membros da A.B.D.E. atribuíam a si próprios a condição de herdeiros de um suposto “espírito livre” e “democrático” de seus “antecedentes” que, a revelia de interesses pessoais, de grupos ou mesmo do Estado, teriam empenhado a sua inteligência na defesa de valores universais, tais como Justiça, Liberdade e, como não poderia deixar de ser em um cenário de crítica ao estadonovismo, Democracia.

Somado a estes exemplos históricos, um debate se desenvolvia entre pensadores estrangeiros quanto ao princípio da “responsabilidade” do intelectual, o qual não passava

⁴ WINOCK, Michel. *O Século dos Intelectuais*. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp. 22-34.

despercebido pelos escritores brasileiros. As obras do francês Julien Benda, *La Trahison des clercs*, de 1927, bem como do norte-americano Archibald Mac Leish, *The Irresponsibles*, de 1940, traziam em seu bojo dois aspectos fundamentais: enquanto o primeiro considerava que aos verdadeiros intelectuais cabia um exercício crítico e reflexivo despido de interesses de ordem política, partidária ou mesmo ideológica; o segundo considerava a necessidade de uma crítica intransigente ao nazifascismo crescente.

Em depoimentos colhidos por Mário Neme, em sua *Plataforma da Nova Geração*, de 1945, jovens escritores procuravam demonstrar essa preocupação com a função que deveriam cumprir em face da guerra e dos regimes totalitários. Servindo-se, direta ou indiretamente, das reflexões de Benda e Mac Leish, autores como Eduardo Frieiro e Galeão Coutinho, bem como outros tantos considerados “novos”, davam o tom do discurso que iria predominar entre os membros da A.B.D.E.. Até mesmo alguns dos “antigos”, em grande parte, oriundos da velha geração modernista, também pareciam concordar com a obrigatoriedade de uma tomada de posição frente ao conflito mundial aos atentados contra a cultura, o que ficou demonstrado em outra série de entrevistas, estas coletadas por Edgard Cavalheiro sob o título de *Testamento de uma Geração*, de 1944.

Carlos Guilherme Mota, em célebre estudo sobre a *Ideologia da Cultura Brasileira*⁵, tratou de tentar desvendar os meandros desse período, visto aqui como um dos mais significativos da história intelectual do país. Ao recorrer às enquetes de Cavalheiro e Neme, o autor mapeou alguns dos principais argumentos utilizados pelos escritores brasileiros no sentido de estabelecer um novo momento entre aqueles que se dedicavam ao entendimento do Brasil. Os princípios que levavam a uma ação mais “engajada” correspondiam às ideias de “fim de ciclo”, bem como os princípios de uma “nova era” e, neste sentido, nomes como os de Mário de Andrade e Sérgio Milliet surgiam como fundamentais, na medida em que ao primeiro caberia a condição de “consciência limite” da velha geração modernista e ao segundo o papel de “homem ponte” entre os “antigos” e os “novos”.

As preocupações demonstradas por Mário quanto à função social desempenhada por ele e seus companheiros de Modernismo, bem como as avaliações de Milliet acerca do caráter dos intelectuais recém-egressos da universidade, tiveram um impacto significativo para que se estabelecesse um modelo de ação entre aqueles que se indispunham com as práticas autoritárias do nazifascismo, bem como do Estado Novo. Ainda que ambos tivessem atuado em órgãos oficiais ligados à Educação e à Cultura; ao final dos anos 1930 e início da década

⁵ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

de 1940, eles passaram a compor uma espécie de quadro referencial para grande parte dos demais intelectuais brasileiros, ao menos aqueles não afinados com o governo varguista.

É importante frisar, ainda, a intensa participação dos círculos intelectuais comunistas e católicos entre os membros da Associação Brasileira de Escritores. Por conta da conjuntura nacional e internacional, conforme já citado anteriormente, esses grupos aderiram ao discurso democrático e, se não compartilhavam integralmente das ideias propaladas por Mário de Andrade e Sérgio Milliet, ao menos concordavam com a necessidade de uma intelectualidade mais participativa e que assumisse suas “responsabilidades” frente aos dilemas de seu tempo. Entre os primeiros, a figura de Jorge Amado foi a mais destacada, constituindo uma espécie de paradigma do escritor comunista. Praticante de uma literatura que dialogava diretamente com os princípios do Realismo Socialista, o autor de *Capitães de Areia* tornou-se um modelo aos demais homens e mulheres de letras ligados ao PCB.⁶

Os católicos, por sua vez, amparados pelas ideias de Jacques Maritain, abandonaram paulatinamente o discurso autoritário – cujo resultado prático foi uma íntima relação com os integralistas, durante os anos 1930 – passando a bater-se pela democracia. Autores como Alceu Amoroso Lima e Afrânio Coutinho tornar-se-iam alguns dos principais divulgadores dos princípios lançados pelo pensador francês no Brasil, responsáveis sobremaneira pela guinada democrática ocorrida entre parcela considerável da intelectualidade leiga ligada à Igreja.⁷

Em vista disso, é possível delinear a tese central do presente trabalho, qual seja a de que a Associação Brasileira de Escritores significou uma tentativa, em curto prazo, fracassada, de construção de um “espaço de sociabilidade” e debate intelectual autônomo do Estado e do jogo ideológico-partidário, em um momento de polarização das posições políticas em torno da democracia e do totalitarismo, assim como da expansão do mercado de bens culturais. Dito de outra forma, esta pesquisa tem como princípio básico a ideia de que a

⁶ Ver BARBOSA, Júlia Monnerat. *Militância política e produção literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): as trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB*. Tese de Doutorado em História/UFF, 2010; PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)*. Tese de Doutorado em História/IFCH/UNICAMP, 2003; e PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Ser intelectual comunista... Escritores brasileiros e o comunismo (1920-1945)*. Dissertação de Mestrado em História/IFCH/UNICAMP, 1997.

⁷ Ver ARDUINI, Guilherme Ramalho. *Em busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social (1928-1945)*. Dissertação de Mestrado em História/IFCH/UNICAMP, 2009; COMPAGNON, Olivier. *Jacques Maritain et l'Amérique du Sud. Le modele malgré lui*. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 2003; COSTA, Alexandre José Gonçalves. *Teologia e Política: A Ordem e a atualização do discurso político-social católico no Brasil, 1931-1958*. Tese de Doutorado em História/IFCH/UNICAMP, 2010; RODRIGUES, Cândido Moreira. *Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica (1928-1946)*. Tese de Doutorado em História/FCL/UNESP, 2006; e RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)*. Belo Horizonte: Autêntica/FAPESP, 2005.

referida entidade resultou da iniciativa de parte significativa dos homens e mulheres de letras do país no sentido de determinar um campo específico de atuação, com uma lógica própria de funcionamento, em que houvesse, inclusive, uma espécie de “código de conduta” ética para aqueles que se dedicavam a pensar e expressar o seu pensamento pela palavra escrita. Em outros termos, eles visavam se profissionalizar.

Com base nesse princípio essencial da tese, é possível depreender as razões pelas quais o “projeto” original por trás da fundação da entidade não foi duradouro. Com a queda do Estado Novo, o fim dos conflitos na Europa e o início da Guerra Fria, todos aqueles elementos comuns foram gradualmente perdendo seu poder agregador. Logo, a busca por uma pretensa autonomia intelectual, visando sobremaneira a profissionalização do ofício da escrita, cedeu lugar às disputas ideológico-partidárias, fazendo com que A.B.D.E. desabasse sobre si mesma. Disputada por comunistas e não comunistas, a entidade ficou dividida entre aqueles que a tinham por um espaço eminentemente político, e aqueles que a queriam como um instrumento de defesa dos interesses profissionais dos escritores. Com a cisão, em abril de 1949, e a queda da agremiação nas mãos do PCB, a associação se converteria em uma mera plataforma de ação partidária.

A problemática elementar da presente análise liga-se justamente aos meios pelos quais se construiu um senso de unidade em meio à diversidade no interior da A.B.D.E.. Resgatando a tese que orienta este trabalho, considera-se o princípio de “espaço de sociabilidade” como o mais eficaz para se explicar a possibilidade de se reunir, em um mesmo ambiente, elementos tão heterogêneos. Simultaneamente, será este mesmo conceito que possibilitará a compreensão do por que, em certo momento, o senso unitário se desfez, levando a entidade ao seu progressivo esfacelamento. Isto se torna mais claro a partir dos apontamentos feitos pelo historiador francês Jean-François Sirinelli, segundo o qual esses espaços funcionam “por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas”⁸. Em outras palavras, a sociabilidade presente na associação seguiria duas lógicas específicas, na medida em que existiam tanto elementos que aproximavam seus membros, quanto que os distanciavam. Os sucessos e fracassos da entidade, portanto, são aqui encarados como resultados desse duplo encaminhamento.

Os problemas de ordem teórica não se esgotam aí, de modo que a questão da “função social” dos escritores também merece um olhar atento no que concerne a esta pesquisa. Vale

⁸ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Trad. Dora Rocha. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 249.

dizer que a intelectualidade presente na A.B.D.E. pouco se referia ao princípio de “engajar-se”, senão ao ato de “participar”. Dessa forma, este trabalho privilegiará o termo utilizado pelos intelectuais estudados aqui, de modo que o recurso à palavra “engajamento” não escapará ao sentido de “participação”. Resta ainda outro fator, que trata justamente da ideia de “responsabilidade”, muito presente em algumas das principais referências dos escritores que compunham os quadros da associação, como Julien Benda e Archibald Mac Leish, além do próprio “Realismo Socialista”.

Outro dilema que se impõe a este trabalho é a necessidade, ou não, de se qualificar a figura do “intelectual”, na medida em que a dicotomia característica das ideias de alguns autores largamente utilizados, como Karl Mannheim e Antonio Gramsci, não contempla, necessariamente, as questões apresentadas pelas fontes aqui estudadas. Longe de descartá-los por completo, é importante que se faça uma observação quanto ao risco de aplicar integralmente as divisões propostas pelos mesmos, entre “ideólogos” e “utópicos”⁹, ou “tradicionais” e “orgânicos”¹⁰. Por tratarem de grupos, locais e períodos muito específicos, os caminhos de análise propostos por esses teóricos citados não remetem aos dilemas próprios de uma intelectualidade ainda em formação, tal qual aquela que se encontrava no interior da A.B.D.E. ou mesmo em outros espaços. Se apontam possibilidades de entendimento acerca de certas questões, essas ideias, por conseguinte, não podem ser tomadas como fórmulas fechadas de estudo e interpretação, ao menos quanto ao presente objeto.

Predominam, no entanto, os princípios consagrados pela tradição francesa acerca dos intelectuais. Deve-se ter em conta que o próprio conceito de intelectual ganhou contornos mais claros a partir da ação de Émile Zola em defesa do capitão do Exército Francês Alfred Dreyfus, em fins do século XIX. O seu célebre artigo, *J'accuse*, dirigido ao presidente do país em sinal de protesto contra a condenação do referido oficial judeu, acabaria por se tornar uma espécie de cânone quanto ao papel social do homem de pensamento, em favor dos chamados “valores universais”. Este é, possivelmente, o ponto comum em boa parte das análises referentes à intelectualidade contemporânea. Até mesmo entre os intelectuais, membros das mais variadas áreas do pensamento e da produção cultural, o princípio da participação não passa despercebido. O dilema expresso na pergunta “o que fazer?” marca uma série de textos críticos, literários e biográficos, demonstrando que a questão é sempre presente entre aqueles que se dedicam a produzir e expressar ideias.

⁹ MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1952.

¹⁰ GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

Sintomas dessa preocupação são notados em recentes publicações que resgatam artigos de grandes escritores, como Thomas Mann¹¹ e Ítalo Calvino¹², em que são analisadas as obras de outros mestres da literatura mundial, visando justamente demonstrar a forma como as produções dos mesmos expressavam uma suposta vocação da intelectualidade em atuar socialmente. Exemplos brasileiros não faltam e, em grande parte, suas considerações quanto à função do intelectual encontram, entre os anos 1930 e 1940, um dos seus períodos mais representativos. Assim sendo, o reconhecimento dessa trajetória do conceito de intelectual se torna essencial, notadamente este que se liga ao modelo francês, pois foi a partir da aceitação deste paradigma que uma parcela significativa dos membros da A.B.D.E. conceberam boa parte de suas expectativas acerca deles mesmos.

Estudioso dessa tradição, Pierre Bourdieu, em artigo intitulado “Por um corporativismo do Universal”, aponta para um paradoxo existente na própria essência do intelectual. Segundo ele, não é possível pensar esta personagem “enquanto tal” a partir da “alternativa obrigatória da autonomia e do empenhamento, da cultura pura e da política”. Bourdieu considera que a constituição dos intelectuais deu-se “historicamente, na e pela superação desta oposição”. Assim, os promotores da literatura, da arte e da ciência teriam se afirmado “pela primeira vez como intelectuais quando, no momento do Caso Dreyfus, intervieram na vida política *enquanto tais*”, ou seja, “com uma autoridade específica assente na pertença ao mundo relativamente autônomo da arte, da ciência e da literatura, e em todos os valores associados a essa autonomia – desinteresse, competência, etc”.

A busca da autonomia, portanto, não excluiria obrigatoriamente o anseio por uma “arte empenhada”; tanto quanto a ideia de “pureza” do espaço cultural não anularia necessariamente a prática de uma cultura política. No que refere ao caso da A.B.D.E., as observações do sociólogo e pensador francês constituem um excelente instrumental de análise. Ainda que Bourdieu estivesse se dirigindo à questão da gênese da ideia de intelectual em seu país, suas conclusões apontam para certas similaridades entre os eventos ocorridos na França, durante a segunda metade do século XIX, e aqueles que ocorreram no Brasil, notadamente na concepção e fundação da associação de escritores. Dessa forma, a recusa de um olhar dicotômico para o intelectual – visto aqui como um ser “bidimensional” – daria ao analista as “condições de definir o que poderiam ser as grandes orientações de uma ação

¹¹ MANN, Thomas. *O Escritor e sua missão: Goethe, Dostoiévski, Ibsen e outros*. Trad. Kristina Michahelles. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

¹² CALVINO, Ítalo. *Assunto encerrado*. Discursos sobre literatura e sociedade. Trad. Roberta Barni. Companhia das Letras, 2009.

coletiva dos intelectuais”. Atribuindo tais ideias ao caso da A.B.D.E., considera-se que essa dupla dimensão do intelectual:

só existe e subsiste enquanto tal se (e apenas se) for investido de uma autoridade específica, conferida por um mundo intelectual autônomo (quer dizer, independente dos poderes religiosos, políticos, econômicos) cujas leis específicas respeita, e se (e apenas se) cometer essa autoridade específica em lutas políticas. Longe de existir, como correntemente se pensa, uma antinomia entre a busca de autonomia (que caracteriza a arte, a ciência ou a literatura ditas “puras”) e a busca da eficácia política, *é aumentando a sua autonomia (e, por isso, a sua liberdade crítica diante dos poderes) que os intelectuais podem aumentar a eficácia de uma ação política cujos fins e os meios encontram o seu princípio na lógica específica dos campos de produção cultural*.¹³

Bourdieu lembra ainda que a “reivindicação da autonomia que se acha inscrita na própria existência de um campo de produção cultural tem que contar com obstáculos e poderes incessantemente renovados” e, neste caso, o autor aponta para o que ele chama de “poderes externos, como os da Igreja, do Estado ou das grandes empresas econômicas”, bem como os “poderes internos, em particular os conferidos pelo controle dos instrumentos de produção e de difusão específicos (imprensa, atividade editorial, rádio, televisão)”. Segundo ele:

Tal é uma das razões – com as diferenças decorrentes das histórias nacionais – que fazem com que as *variações* segundo os países do estado de relações presentes e passadas entre o campo intelectual e os poderes políticos mascarem as *invariantes*, apesar da maior importância destas, que são o fundamento real da unidade possível dos intelectuais de todos os países. A mesma *intenção de autonomia* pode, com efeito, exprimir-se em tomadas de posição opostas (laicas num caso, religiosas noutro) segundo a estrutura e a história dos poderes contra os quais tem de se afirmar.¹⁴

Algumas dessas “invariantes” podem ser localizadas no caso específico da Associação Brasileira de Escritores, o que não significa dizer que a história da entidade possa ser explicada única e exclusivamente segundo os mecanismos relacionados por Pierre Bourdieu. Se a necessidade de autonomia em relação ao que ele denomina “poderes externos” e “poderes internos” pode ser verificada entre os intelectuais brasileiros no período aqui abordado, isso não extingue a obrigatoriedade de se analisar os aspectos peculiares ligados à A.B.D.E. e, neste sentido, o estudo das fontes constitui um exercício fundamental.

¹³ BOURDIEU, Pierre. “Por um corporativismo do Universal”. In: _____. *As Regras da Arte*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 380 (grifo nosso).

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. “Por um corporativismo do Universal”. In: _____. *As Regras da Arte*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 383.

Os periódicos são, sem sombra de dúvida, a principal base de dados para uma pesquisa referente à associação de escritores. Em razão da grande projeção social e cultural que a entidade parece ter alcançado na época; ao menos até o 1949, ela ocupou um espaço significativo das páginas de alguns dos grandes jornais e revistas que circulavam no Rio de Janeiro e em São Paulo. Até mesmo antes de sua fundação, quando da criação da Sociedade dos Escritores Brasileiros, já havia uma atenção especial para o movimento dos homens e mulheres de letras. Contudo, se antes era possível observar uma ênfase maior nas questões econômicas ligadas ao ofício da escrita, sem grandes incursões pelo debate político; posteriormente, com o avanço da Segunda Guerra e a adesão do Brasil às forças Aliadas, as finalidades “morais”, por assim dizer, da A.B.D.E., se tornaram mais evidentes.

Neste sentido, tanto diário paulista *Folha da Manhã* quanto o semanário carioca *Diretrizes* constituem excelentes exemplos de como ocorreram essas transformações no discurso dos escritores, notadamente entre os anos de 1942 e 1945. Cumpre lembrar que a ação do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo ainda se fazia sentir nos órgãos de imprensa, de maneira que até mesmo o noticiário sobre o primeiro congresso nacional da A.B.D.E. foi tema das restrições impostas pelo governo. Com exceção da já citada *Folha da Manhã* e de sua sequência vespertina, a *Folha da Noite*, apenas o *Diário de São Paulo* e, em menor grau, o *Correio Paulistano*, deram destaque à reunião dos escritores na capital bandeirante. *O Estado de São Paulo*, ainda sofrendo os reflexos do longo período que esteve sob intervenção estatal, e *A Noite*, ligada ao D.I.P., pouco espaço dedicaram ao evento.

No Distrito Federal, a proximidade com o poder parece ter tornado mais tímidas as manifestações de seus jornais quanto ao movimento dos escritores. Por outro lado, com o anúncio da abertura política e do fim do regime estadonovista, muitos desses veículos de comunicação, com destaque para o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã*, passaram a dar maior publicidade à A.B.D.E., inclusive superando os periódicos paulistas. As notas, artigos e comentários trazidos por esses periódicos contribuem sobremaneira para a reconstrução do itinerário de conflitos que começaram a minar as relações entre os sócios da entidade, e que deram encaminhamento para o rompimento entre eles. A própria cisão entre comunistas e não comunistas repercutiria grandemente em suas páginas, com notícias, em sua quase totalidade, favoráveis aos últimos. Nessa tendência de crítica às ações do PCB sobre a associação dos homens e mulheres de letras do país, também *A Manhã* (e seu suplemento literário), o *Jornal do Brasil* e *O Globo* estiveram na linha de frente.

Esses mesmos jornais diminuiriam sua atenção por sobre os eventos da A.B.D.E., na medida em que ela ficou sobre o controle dos comunistas. Com exceção, principalmente, da

Tribuna da Imprensa, que não se furtou à tentativa de desqualificar as ações da associação, as demais publicações praticamente abandonaram a entidade. Seu noticiário ficou por conta, fundamentalmente, das revistas ligadas ao PCB, a exemplo de *Fundamentos* e *Horizontes* (as duas utilizadas neste trabalho). Além de dar publicidade aos congressos realizados pela A.B.D.E., entre 1950 e 1951, elas também procuravam divulgar as diretrizes do partido para os intelectuais e, por conseguinte, aos escritores. No mais, também promoviam a denúncia contra aqueles que haviam abandonado a associação, caracterizando-os como elementos da “traição nacional”.

Outros títulos também foram pesquisados, ampliando esse rico manancial de informações sobre a entidade. Contudo, vale citar uma questão de método que atravessou o recurso a esses materiais. O acesso a uma parcela significativa deles foi feito em acervos virtuais, com a utilização, inclusive, de ferramentas de busca por expressões específicas. Para tanto, e com vistas a diminuir as perdas decorrentes da ausência física das fontes, vários termos foram utilizados – como “escritores”, “direitos autorais”, “sociedade de escritores”, “associação de escritores”, “congresso de escritores” – o que permitiu uma exploração mais eficaz e completa das fontes. Em alguns casos, a leitura dos jornais teve que ser feita dia a dia.

Além desse material, também as biografias, autobiografias e textos de memória contribuem para a pesquisa. Apesar de terem sido produzidas, em grande parte dos casos, muitos anos depois da existência da A.B.D.E., oferecendo, no mais das vezes, uma análise lapidada pelo tempo, enviesada e, por conta disso, imprecisa; é inegável o seu valor para o estudo da entidade. Os elementos de “sociabilidade”, tão caros a esse trabalho, dependem grandemente desses relatos. As amizades e as inimizades, as aproximações e os distanciamentos, tudo isso auxilia na composição do quadro geral do que significou a experiência da Associação Brasileira de Escritores. Suas omissões, tanto quanto as referências exageradas a um ou outro fato mais específico ajudam a compreender as posições que seus autores assumiram durante os acontecimentos. Para preencher os vazios, assim como relativizar certas citações, o confronto entre essas referências é fundamental – sem esquecer, evidentemente, os jornais e revistas já citados.

Portanto, o recurso a esses materiais pode determinar um olhar específico à parcela daquela dita “inteligência” do país que, a despeito das posturas assumidas por outros intelectuais, em outros espaços, momentos e países (sem, contudo, desconsiderá-las), acaba por percorrer um caminho original. A Associação Brasileira de Escritores, inspirada em tantas outras agremiações literárias que se formavam pelo mundo, motivava-se sobremaneira por dilemas próprios a determinados grupos de homens e mulheres dedicados à prática da escrita

e que, em meio à crise gerada pela guerra e pelo Estado autoritário varguista, supuseram que aquele seria o quadro adequado para se reunirem e se fazerem ouvir. Por essa via, não apenas afirmariam uma posição, como também poderiam combater a partir dela – e em benefício da mesma.

Com estas ideias preliminarmente estabelecidas, é importante que se estruture uma argumentação adequada aos interesses do trabalho, de modo a justificar sua tese fundamental, tanto quanto suas ramificações mais imediatas. Neste intuito, alguns pontos surgem como extremamente relevantes, constituindo os elementos fulcrais dos capítulos que se seguirão a esta introdução, cada qual responsável por tentar esclarecer os dilemas apresentados nos parágrafos acima.

O texto, em si, será dividido em duas grandes partes, sendo que a primeira se prestará ao esforço de traçar o itinerário histórico da A.B.D.E., da sua idealização e fundação, passando pelos eventos que marcaram a sua existência, até o momento de sua dissolução. Neste sentido, quatro momentos serão destacados, cada qual com seu capítulo específico.

No Capítulo 1, serão abordadas, ainda que brevemente, algumas das tentativas de formação de uma entidade de classe dos escritores brasileiros anteriores à A.B.D.E.. Para tanto, destacar-se-á a experiência paulista da Sociedade Brasileira de Escritores que, constituída em 1942, serviria de base para a concepção da posterior agremiação carioca. A reconstituição da trajetória desses órgãos se dará não apenas com base nos registros de suas atividades oficiais, mas também a partir dos principais elementos motivadores de seu surgimento, a saber: a luta contra as ideias totalitárias, pela liberdade de expressão, em favor da democracia, e por uma lei que protegesse os direitos autorais dos homens e mulheres de letras do país. Tal encaminhamento terá por fim justamente demonstrar a importância do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, entendido naquele momento como o cumprimento dos objetivos iniciais da associação.

A crise interna da A.B.D.E. – decorrente das disputas entre comunistas e não comunistas pelo controle da mesma – será o tema do Capítulo 2. Dessa forma, procurar-se-á apontar como, logo após o seu conclave nacional, em janeiro de 1945, a entidade viu seus elementos gregários serem gradualmente desmobilizados, perdendo espaço para as disputas partidárias decorrentes das disputas pelo poder político pós-Estado Novo – agravadas em razão da Guerra Fria. A retomada do Primeiro Congresso Paulista de Escritores e, principalmente, do Segundo Congresso Brasileiro da associação, realizado em 1947, terá por finalidade demonstrar como, em pouco menos de dois anos, a A.B.D.E. perdeu de vista os seus princípios, vendo-se dividida entre aqueles que a pensavam como um espaço

exclusivamente profissional, e aqueles que a viam como um instrumento de intervenção política.

Os conflitos que resultaram na cisão da entidade, ocorrida durante o primeiro semestre de 1949, estarão no centro do Capítulo 3. Serão mostradas as dificuldades enfrentadas pelos associados para rearticular um espírito de ação unitária entre eles, bem como as consequências diretas de um sectarismo cada vez mais evidente no interior da associação. Por essa via, três eventos ganharão destaque: a renúncia do presidente da A.B.D.E., Guilherme Figueiredo, sob a alegação das investidas comunistas pelo controle da agremiação; a tumultuada disputa pela diretoria da sessão paulista, entre Caio Prado Junior e Sergio Milliet; e, finalmente, o violento pleito para escolha do presidente nacional da entidade, cujo resultado foi o êxodo de centenas de escritores dos quadros da A.B.D.E..

No Capítulo 4, as atenções estarão voltadas para os últimos anos da associação que, esvaziada e dominada pelos remanescentes comunistas, acabou por se transformar em um instrumento de ação legal do PCB. Como forma de caracterizar esse período, evidenciando as marcas deixadas pelas mudanças ocorridas na associação, três congressos serão analisados, dois nacionais – em Salvador e Porto Alegre – e um regional – em São Paulo. Em seguida, será traçado um breve panorama das ocorrências posteriores a 1951 (ano em que ocorreu seu último grande evento), com destaque para o impacto da autocrítica realizada pelo Partido Comunistas, em 1956, e o esforço pela reaproximação com os antigos desafetos, consumada no início de 1958, por meio da União Brasileira de Escritores.

Encerrada a primeira parte do trabalho, será dado início a um segundo momento, este dedicado aos temas centrais que estiveram na gênese da A.B.D.E.: o princípio de um intelectual participativo, engajado; e a luta pela melhora das condições de trabalho dos escritores brasileiros.

Neste sentido, o Capítulo 5 visará compreender o ideário dos escritores da A.B.D.E. em torno do “ser intelectual”, o que, por sua vez, pode ser atrelado ao debate sobre “engajamento”. Com isto, buscar-se-á revelar boa parte dos dilemas morais próprios de uma intelectualidade que não conseguia definir-se enquanto tal e que almejava o estabelecimento de uma identidade e, evidentemente, de um papel específico no meio social, dentro do qual poderia participar sem abdicar de sua condição. Dessa forma, serão tratadas as discussões em torno da posição dos escritores em relação à guerra, ao totalitarismo e ao próprio regime estadonovista, e que serviram de mote para a formação da associação e também para a realização de seu primeiro congresso, visto aqui como o ápice de sua trajetória.

Em seguida, no Capítulo 6, o trabalho se debruçará sobre outro elemento caro aos escritores ligados à A.B.D.E., mas que acaba, no mais das vezes, esquecido por alguns dos seus analistas, a saber: a questão da profissionalização do ofício da escrita. Conforme apontado anteriormente, o debate em torno da “função social” do escritor não estava desatrelado de um segundo fator essencial, neste caso, a resolução dos dilemas profissionais dos homens e mulheres de letras do país. Para os membros da associação, não seria possível ao escritor exercer plenamente sua posição de “intelectual”, caso suas produções tivessem que passar pela censura; se ele ainda dependesse de outras atividades para sobreviver; tampouco se os pagamentos feitos pelos editores pelas obras publicadas não fossem adequadas às suas necessidades materiais e financeiras. Além disso, a entrada maciça de obras estrangeiras e a expansão do mercado de tradução eram vistos com preocupação pelos escritores, na medida em que, segundo eles, a criação nacional acabava tolhida pela preferência das editoras por textos vindos de fora. Com a divisão da entidade e o consequente controle comunista, a questão profissional foi deixada de lado, em benefício do debate quase que estritamente político.

E será esse justamente o foco do sétimo e último capítulo, onde se tentará demonstrar a forma como a A.B.D.E. passou a trabalhar, particularmente após 1949. Pautados nos princípios do “Realismo Socialista”, segundo as diretrizes do “stalinismo-zdanovismo”, os líderes da associação instituíram um novo padrão de intelectual, o que, por sua vez, determinou outro caráter à entidade, em seus derradeiros anos de existência. Ao longo do texto, ficará evidente não apenas o que se esperava do escritor que permanecia na entidade, mas também a forma como foram caracterizados aqueles que a haviam abandonado. A questão profissional já não era uma prioridade, tanto quanto o senso de participação dos homens e mulheres de letras não era igualmente compartilhado por eles.

Dito isto, é importante frisar que a estrutura de capítulos não responde por completo ao que significou a experiência da Associação Brasileira de Escritores. As possibilidades de análise são amplas e, no caso desta pesquisa, o foco recai fundamentalmente sobre os aspectos políticos e profissionais que envolviam a entidade e, portanto, os mecanismos pelos quais a existência da mesma foi possível. Daí a consideração de certas opções teóricas e metodológicas, as quais, segundo os critérios citados, respondem adequadamente aos dilemas que marcam esse trabalho.

PARTE I

A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES

1. EM BUSCA DE UM ESPAÇO DE SOCIABILIDADE INTELECTUAL: DO SURGIMENTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES AO SEU PRIMEIRO CONGRESSO

As páginas a seguir têm por objetivo estabelecer um panorama dos principais acontecimentos que marcaram os três primeiros anos da Associação Brasileira de Escritores, desde o aparecimento de algumas de suas antecessoras diretas – com destaque para a Sociedade dos Escritores Brasileiros, em 1942 – até a realização de seu primeiro congresso nacional, em janeiro de 1945. Para tanto, procurar-se-á apresentar o contexto em que surgiu e ganhou força a ideia de associação dos homens e mulheres de letras do país, bem como os processos pelos quais essas agremiações foram sendo criadas, até o aparecimento da A.B.D.E.. A partir daí, serão traçadas as principais atividades da entidade, passando pelo estabelecimento de suas funções estatutárias; a sua expansão por meio da abertura de filiais estaduais; as eleições para o comando de sua sessão central – no Rio de Janeiro; o seu alinhamento político, mais visível a partir de 1944; até, finalmente, a organização e realização do seu conclave, em São Paulo.

Em princípio, vale dizer que os primeiros anos da década de 1940 foram marcados por inúmeras questões problemáticas no que se referia à situação dos homens de cultura do Brasil, notadamente os escritores. A Segunda Guerra Mundial, a ameaça do avanço nazifascista, a ditadura varguista do Estado Novo, a ampliação gradativa do mercado editorial brasileiro, bem como a proliferação de ensaios quanto à função do intelectual na sociedade, foram alguns dos catalisadores de ações conjuntas de pensadores e pensadoras do país no período. Neste sentido, um dos exemplos mais significativos da forma como esses homens e mulheres procuraram se mobilizar frente à situação problemática que viviam foi a criação da Associação Brasileira de Escritores.

Contudo, no que toca especificamente à pesquisa dedicada ao entendimento do que foi a A.B.D.E., cumpre salientar que esta esbarra em algumas dificuldades, particularmente no que diz respeito ao período em que a mesma foi fundada, quem eram os seus participantes e, não menos importante, o local em que ocorreu seu ato de criação. Tais aspectos – ainda que pareçam banais ao leitor menos atento – são importantes para que a análise não incorra em certos equívocos, comuns em grande parte das obras que fazem referência a entidade, quanto ao caráter inicial da associação. Além disso, a definição mais ou menos exata dos pontos referidos há pouco impede a confusão entre o momento de fundação da Associação Brasileira

de Escritores e o surgimento da Sociedade dos Escritores Brasileiros, assim como a respeito de algumas características próprias de cada uma delas, diluídas posteriormente.

Grande parte das informações referentes a estas duas agremiações são provenientes das revistas literárias do período, de alguns jornais de época, além das próprias memórias escritas por alguns dos escritores filiados às mesmas. Evidentemente, as pesquisas que, de alguma forma, procuram elucidar tais fontes, tornam-se reféns das contradições existentes na comparação entre muitas delas e, uma vez que se tenha em mãos um rol cada vez maior destas referências, a tendência que se observa é a resolução meramente preliminar dos fatos relacionados a estas associações. Cronologicamente, contudo, sabe-se que a S.E.B. é anterior a A.B.D.E., sendo que a primeira foi fundada em São Paulo e foi uma das grandes motivadoras para que se criasse a segunda, no Rio de Janeiro.

É importante frisar, no entanto, que a iniciativa de reunião dos escritores brasileiros em uma espécie de entidade classista não era pioneira no país. Além da Academia Brasileira de Letras, surgida no início do século, sob a inspiração da consagrada Academia Francesa e a liderança de Machado de Assis; as fontes oferecem notícia de outras duas agremiações. A primeira delas, cujas referências podem ser encontradas em uma reportagem feita por Cecília Meirelles, em maio de 1939, para *O Observador Econômico e Financeiro*, já utilizava o nome Sociedade de Escritores Brasileiros e, por consequência, a sigla S.E.B., para identificar-se¹⁵. Segundo a transcrição de um dos depoimentos anônimos colhidos pela então jovem jornalista:

– O único mal desta Sociedade (S.E.B.), disse-me um dos seus sócios, é esse jogo de iniciais. Os que estão de fora, ou vão fazer trocadilho com a nossa roupa ou com os nossos livros... Mas a Sociedade tem de existir. Não pode mais deixar de existir. O escritor brasileiro não pode continuar nesse regime de exploração e humilhação em que vive. As associações que existem procuram, sem dúvida, cada uma a seu modo, melhorar a vida de seus sócios ou da classe a que pertencem.

Infelizmente, as informações a respeito desta “primeira” S.E.B. restringem-se apenas a esta reportagem. No entanto, além dela, conforme já se disse, uma segunda entidade reaparecia no cenário literário nacional, ao final de janeiro de 1941: a chamada Sociedade dos Homens de Letras do Brasil. Contudo, diferentemente da A.B.L., marcada por eventos de pouco apelo público, e muito mais interessada em ações de exaltação mútua entre seus membros – sem contar os estreitos vínculos com os círculos oficiais; está última parecia ressurgir como um espaço onde os praticantes da escrita no país pudessem efetivamente se unir para a promoção de ações em seu benefício. A esse respeito, a *Folha da Manhã* expôs um

¹⁵ “Economia do Intelectual”. In: *O Observador Econômico e Financeiro*. n. 40. Maio de 1939, pp. 59-74.

breve noticiário, onde detalhava os primórdios da referida Sociedade, bem como as razões de sua “reorganização”:

Foi reorganizada no Rio de Janeiro a “Sociedade dos Homens de Letras do Brasil”.

Dizemos reorganizada porque, se os leitores se lembram, sociedade idêntica existiu naquela capital em 1914, a ela pertencendo Olavo Bilac, Oscar Lopes, Coelho Netto, Emílio de Menezes, Goulart de Andrade e muitos outros. Fundada para o fim exclusivo de proporcionar aos poetas e escritores uma tribuna por meio da qual pudessem comunicar-se com a sociedade elegante do Rio, a “Sociedade de Homens de Letras do Brasil” teve um desfecho doloroso. Por ocasião de uma de suas “tardes literárias” mataram o poeta Aníbal Teófilo dentro dela.

A nosso ver, a existência, na Capital da República, da Academia Brasileira de Letras, deveria tornar desnecessária a de outras associações literárias “destinadas a manter acesa, na população carioca, a chama do bom gosto e a desviar um pouco as multidões dos campos de futebol, das salas de cinema e da ociosidade nas praias. Uma academia de letras não pode ser, no fim das contas, unicamente uma organização de elogio-mútuo. Seu objetivo mais simpático e mais útil consiste em desenvolver, de um lado, o gosto pelas belas letras no seio de todas as classes sociais, promovendo, por outro lado, o culto dos grandes nomes da nossa literatura e quebrando lanças, além disso, em favor da união de todos os artistas da pena no Brasil.

Que é que pretende a “Sociedade dos Homens de Letras do Brasil”? Pretende, naturalmente, pôr os poetas e romancistas em contato com o grande público, através de conferências e recitais de declamação. Isso, porém, poderia ser feito pela própria Academia. A prestigiosa herdeira de Francisco Alves não se diminuiria se estivesse disposta, por exemplo, a estender a mão aos homens de letras do Rio e de outros Estados, fazendo, assim, com que tais “reuniões de arte” se realizassem à sua sombra, debaixo do seu teto. Quem sabe, até, se em troca do seu patrocínio não lhe seria reconhecido o direito de selecionar os números?

O perigo que oferecem as sociedades literárias que nascem e crescem à volta das instituições oficiais é que sob o rótulo de homens de letras se apresentam, não raro, “canastrões” da pior espécie...¹⁶

Não se sabe, ao certo, quem foram os membros integrantes dessas sociedades, tampouco o seu período de existência. É possível, entretanto, prever que muitos que ingressaram em seus quadros estariam posteriormente compondo a lista de sócios da “segunda” S.E.B. e também da A.B.D.E. Além disso, a leitura do noticiário da *Folha da Manhã* permite afirmar que as intenções das duas últimas entidades eram mais avançadas do que aquelas de suas predecessoras. A questão, contudo, é compreender como ambas se formaram, bem como as motivações de cada uma delas.

1.1. O ensaio paulista: a Sociedade dos Escritores Brasileiros

¹⁶ “Homens de Letras”. In: *Folha da Manhã*. 29 de janeiro de 1941, p. 6. O Arquivo Astrojildo Pereira (CEDEM, ASMOB) preserva o documento de aprovação da entrada do escritor comunista no quadro de membros da Sociedade dos Homens de Letras do Brasil, datada de 2 de abril de 1941 e assinada pelo então presidente, o gaúcho Arnaldo Damasceno Vieira (ver Anexo 1).

De acordo com o escritor e militante comunista Tito Batini, em suas *Memórias de um Socialista Congênito*, em 1941, em meio a reuniões que contavam com a presença de nomes como os de Sérgio Milliet, Mário de Andrade, Edgard Cavalheiro, Artur Neves, Fernando Góes, Luís Martins e Paulo Emílio Sales Gomes, surgia a Sociedade dos Escritores Brasileiros. Suas considerações são carregadas de certo senso político, percebidas na afirmação categórica de que a entidade tinha por objetivo formar uma “frente ampla antifascista” e, por consequência, seria contra o Estado Novo.¹⁷

No entanto, as lembranças de Batini carregam algumas imprecisões, as quais podem ser confrontadas e corrigidas a partir da leitura das notícias publicadas por jornais e revistas do período, tanto quanto das memórias de alguns de seus contemporâneos. A *Folha da Manhã*, por exemplo, noticiou que a reunião de fundação da Sociedade dos Escritores Brasileiros ocorreu em 14 de março de 1942, no Salão Nobre da Associação Paulista de Imprensa, e contou com a adesão, pessoal ou por carta, de cerca de 150 intelectuais de São Paulo e Rio de Janeiro¹⁸. Acerca da solenidade, o referido periódico fez a seguinte descrição:

Cerca de 15 horas, estando presentes perto de 50 interessados, foi iniciada a sessão, que teve como presidente o sr. Sérgio Milliet e como secretário o Sr. Silveira Peixoto, sentando-se à mesa, ainda, o Sr. Cyro de Padua.

Usando a palavra, o sr. Sérgio Milliet expôs, em linhas gerais os motivos que impunham a fundação de uma associação de classe, estendendo-se a considerações diversas sobre as vantagens que os escritores hão de auferir por essa agremiação. De sua exposição ressaltaram os seguintes pontos principais: 1º – a sociedade aparece especialmente para a defesa dos direitos intelectuais brasileiros, dentro da legislação vigente; 2º – a sociedade tudo fará com o fito de estabelecer melhorias nessa legislação, no sentido de beneficiar os intelectuais.

Em seguida ficou resolvida a organização de duas comissões, sendo uma de sindicância e outra de organização e estudo do ante-projeto dos estatutos. Essas comissões contam com os seguintes elementos, eleitos por aclamação: comissão de sindicância – prof. Tito Livio Ferreira, Flavio de Carvalho, Edgard Cavalheiro, Oswaldo de Andrade e Amadeu de Queiroz. Comissão para organização do ante-projeto do estatuto – Silveira Peixoto, Cyro de Padua, Mario Guastini, Mario Neme, Julieta Barbara e Humberto Bastos.

Deliberou-se ainda que a atual comissão diretora, formada pelos srs. Sergio Milliet, Silveira Peixoto, Cyro de Padua e Edmundo Rossi, continue a frente dos trabalhos, até que seja convocada a assembleia em que serão discutidos os estatutos e eleita a diretoria definitiva.

Ficou também assentado que a sociedade entrará desde logo em contato com os escritores que se encontram espalhados por todos os Estados, visando a organização de núcleos ou sociedades congêneres.

Ao ser encerrada a reunião, o presidente convocou as comissões de estudo dos estatutos e de sindicância para se reunirem no próximo sábado, às 15 horas, na sede da A.P.I., convidando também todos os aderentes para a assembleia geral que se realizará no dia 28 do corrente, às 15 horas, ainda na sede da A.P.I.

¹⁷ BATINI, Tito. *Memórias de um Socialista Congênito*. Campinas: Editora Unicamp, 1991, pp. 250-251.

¹⁸ “Sociedade dos Escritores Brasileiros”. In: *Folha da Manhã*. 14 de março de 1942, p. 6.

Por último, foi consignado em ata um voto de agradecimento à diretoria da Associação Paulista de Imprensa, pela gentileza com que vem sendo atendido às solicitações dos fundadores da nova associação.¹⁹

Perante o fato de que muitos dos escritores aqui relacionados não foram citados por Batini em suas memórias, tanto quanto muitos daqueles lembrados por ele não fizeram parte do grupo diretivo da entidade em seu início, é possível e até compreensiva a conclusão de que o autor estivesse se referindo a outra associação, ou até mesmo se confundido com as datas, haja vista que suas memórias são muito posteriores aos fatos aqui tratados. No entanto, este trabalho entende a possibilidade de que a criação da S.E.B., conforme o relato de Batini, já fosse vislumbrada em 1941, em reuniões que, posteriormente, resultariam na fundação oficial de uma agremiação de escritores. O fato de que os registros legais tenham sido feitos no início do ano seguinte permite a suposição de que os entendimentos já eram feitos meses antes, o que não implicaria em um erro do autor.

No entanto, um aspecto a ser destacado é a imensa atenção dada pelos órgãos de imprensa ao caráter profissional e econômico da associação. Contrariamente ao teor essencialmente político que Batini tentou emprestar à entidade, e para além dos elementos destacados no discurso de Sérgio Milliet durante a reunião inaugural da mesma, está claro que a S.E.B. foi inicialmente pensada como um órgão protetor das questões legais e financeiras daqueles que se dedicavam à escrita. A própria *Folha da Manhã*, em comentário sobre o surgimento da agremiação, considerava que a defesa dos direitos autorais no Brasil ainda deixava muito a desejar, de modo que era preciso restaurar as “indispensáveis prerrogativas financeiras” daqueles que se dedicavam à escrita. O texto considerava que a iniciativa de uma sociedade de escritores não significava uma “reação aos editores”, senão uma forma de buscar os meios necessários para que os autores pudessem sobreviver a partir dos ganhos de suas obras.²⁰

O comentarista lembrava a necessidade que os escritores tinham de serem publicados e que, não raro, eles não conseguiam penetrar nas “‘igrejinhas’ editoriais de São Paulo, Rio e de Porto Alegre”. Para ele, essa dificuldade representava uma inversão da lógica, uma vez que o autor passava a depender do editor, e não o contrário, “como se a arte de escrever, que exige talento, fosse subordinada da arte de editar, que exige apenas dinheiro”. Daí a existência de um “vasto campo de ação” para a S.E.B., responsável que estaria por fazer cumprir os reais

¹⁹ “Foi ontem fundada nesta capital a Sociedade dos Escritores Brasileiros”. In: *Folha da Manhã*. 15 de março de 1942, p. 1.

²⁰ “Sociedade de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 15 de março de 1942, p. 6.

direitos de seus membros, a exemplo do trabalho já realizado pela S.B.A.T. em favor de músicos e autores teatrais.

Mais tarde, em publicação sobre a entidade recém-fundada – e que contou com a entrevista de Sérgio Milliet – a revista carioca *Diretrizes* também afirmava a necessidade de que fosse defendido o trabalho intelectual no Brasil, de maneira que o país pudesse se colocar no mesmo patamar de alguns países europeus e norte-americanos.²¹

Nas grandes nações do mundo, quando a literatura deixou de ser um divertimento de diletantes para se transformar numa profissão como outra qualquer, os escritores encontraram imediatamente a proteção de leis especiais que lhes permitiram um trabalho compensador através de remunerações justas. Hoje, nos países ainda livres da Europa e dos Estados Unidos, onde o trabalho literário é respeitado e protegido, qualquer escritor ou jornalista de primeira, segunda ou terceira categorias, pode perfeitamente viver de sua produção constante nos jornais e revistas e através da publicação de livros.

O noticiário dos jornais nos trás, constantemente, exemplos os mais significativos de escritores que, na Europa e na América do Norte, conseguiram amedrontar verdadeiras fortunas à custa exclusivamente dos seus trabalhos literários. Naqueles países, um só livro de sucesso popular, muitas vezes, é o suficiente para estabilizar economicamente o seu autor, permitindo-lhe, de uma hora para outra, através dos direitos autorais e comissões bem pagas, uma completa independência financeira. É o caso de Somerset Maugham, por exemplo, [...] que, deixando todos os seus deveres, inclusive a própria roupa do corpo, na França invadida pelo nazismo, encontra meios imediatos, nos Estados Unidos, e através da venda de um livro qualquer, de recuperar a fortuna perdida. É o caso de Margaret Mitchell, escritora de possibilidades medianas, criatura modesta e quase humilde que, somente com a publicação de um romance popular, conseguiu ser guindada ao plano de celebridades mundiais e se ver possuidora de uma verdadeira fortuna. E há inúmeros exemplos outros.

No Brasil, infelizmente, o escritor ainda não conseguiu uma situação, não dizemos idêntica, mas que pelo menos se aproximasse do ambiente protetor que cerca o escritor nos outros países do mundo. Sem quaisquer leis que, objetivamente, defendam seus direitos e imponham normas de comércio, o escritor nacional é uma vítima fácil e indefesa de esbulho de toda espécie.²²

Interessante frisar o fato de que em momento algum era tratada a questão da guerra, bem como o impacto que a mesma tinha sobre a vida intelectual no país. Os problemas de ordem profissional, notadamente as implicações financeiras da ausência de uma legislação de determinasse os direitos do escritor, dominavam não apenas a introdução da reportagem, como também as declarações obtidas junto a Sérgio Milliet. A exemplo do que a *Folha da Manhã* já havia dito acerca do ressurgimento da Sociedade dos Homens de Letras do Brasil, também o jornalista responsável pelo noticiário da S.E.B. considerava que esta não se tratava de um espaço de “incenso mútuo, de discussões estéreis, de reuniões platônicas”, mas de uma

²¹ “Precisamos defender o trabalho intelectual”. In: *Diretrizes*. n. 87. 26 de fevereiro de 1942, p. 13.

²² Acerca dos escritores citados, William Somerset Maugham (1874-1965) foi um romancista e dramaturgo britânico, enquanto que Margaret Mitchell Marsh (1900-1949) foi uma escritora e jornalista norte-americana, autora do clássico “Gone with the wind” (“... E o vento levou”), publicado em 1935.

ação vanguardista dos escritores paulistas no que tangia à proteção do seu trabalho. O entrevistado, aliás, fazia questão de frisar isso, afirmando que a agremiação não visava objetivos literários e que, portanto, não constituiria uma “capelinha de literatos”.

Nas palavras de Milliet, apesar da multiplicidade de problemas que atingia parcela considerável da intelectualidade brasileira, eram as demandas profissionais as que mais solicitavam a atenção da nova entidade. Para ele, a organização recém-inaugurada tinha por objetivo exclusivo a defesa dos interesses da classe intelectual, ou seja, “dos direitos autorais dos escritores e jornalistas”, assim como bem como a obtenção do “controle da produção e do comércio do livro”. Isso, segundo o autor de *Diário Crítico*, era “fruto de um determinismo”, uma vez que o Brasil já possuía uma “literatura própria” e que a atividade jornalística ganhava “proporções”. Para além dessas questões, dizia ele, também o fato do país possuir “um público já numeroso”, que consumia edições e impunha preferências, tornava ilógico “que o escritor, o trabalhador literário continuasse como um agente estranho em todo o movimento comercial motivado pelos seus trabalhos”. Dentro deste quadro, portanto, seria possível dizer que

o escritor é o único desamparado. Os músicos e os autores teatrais, sobretudo, acham-se otimamente organizados. Seus interesses encontram apoio nas suas sociedades e seus direitos são intransigentemente controlados de modo a que terceiros não se beneficiem gratuitamente de seus esforços.²³

O velho intelectual modernista considerava que seus pares continuavam “divididos e entregues à exploração dos comerciantes das letras”. Sérgio Milliet explicava que os artigos e obras eram reproduzidos “sem cerimônia” e sem que os autores pudessem fazer algo a respeito. Ele lembrava que, nestes casos, poucos eram os escritores que podiam arcar com uma ação judicial em defesa dos seus “direitos esbulhados”, o que os deixava à mercê dos abusos praticados pelos controladores do mercado editorial.

Você folheie essas revistas. Elas estão repletas de artigos e trabalhos. Elas estão repletas de artigos e trabalhos transcritos, reproduções que os editores explicam como visando a divulgação de fins culturais. Mas, na maioria das vezes, tudo não passa de mascarados objetivos comerciais. Nós escrevemos e os comerciantes ganham “no mole”. Essa é que é a pura verdade. Mas nós vamos acabar com isso.

Questionado se a iniciativa da sociedade de escritores era de âmbito regional, ou seja, a favor apenas da intelectualidade paulista, Milliet esclareceu a pretensão da S.E.B. em se

²³ A entidade a qual se referia Sérgio Milliet era a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), fundada em 1917 e cujas atividades se estendem até os dias de hoje.

tornar um órgão de representação nacional dos homens e mulheres de letras do país. O entrevistado ressaltou que núcleos da entidade estariam sendo fundados no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Bahia e Belo Horizonte.

Oficialmente, a Sociedade dos Escritores Brasileiros só passou a existir a partir de 5 de maio – quase três meses após a fundação da mesma – quando de seu registro em cartório. Em seu estatuto, a S.E.B. era confirmada como uma sociedade civil de âmbito nacional, cuja sede estaria na cidade de São Paulo e possuiria seções em todas as capitais dos Estados do Brasil, e a função fundamental seria a defesa dos “interesses morais, intelectuais e comerciais” de seus sócios²⁴. Quanto à primeira diretoria, esta foi eleita no dia 28 de março, sendo composta por Sérgio Milliet (Presidente), Mário de Andrade (Vice-Presidente), Sud Menucci (Secretário-Geral), Silveira Peixoto (1º Secretário), Tito Batini (2º Secretário), Aristeu Seixas (1º Tesoureiro) e Mário Neme (2º Tesoureiro). No Conselho Fiscal, notava-se a presença de Samuel Ribeiro, Osmar Pimentel, Abguar Bastos, Rossine Camargo Guarnieri e Ciro T. de Padua.²⁵

No que se refere às informações obtidas por meio da leitura das fontes consultadas, as atividades da S.E.B. parecem não ter extrapolado os objetivos profissionais da agremiação. Fato é que, ao menos nas páginas da *Folha da Manhã*, onde as notícias da entidade eram quase diárias, ou mesmo da revista *Diretrizes*, o que se percebe é uma preocupação constante em manter os sócios informados das datas e horários de reuniões, almoços e solenidades. Os próprios detalhes dos eventos eram, em muitos casos, ocultados do grande público, o que dificulta uma pesquisa mais apurada acerca dos debates, e até mesmo dos encaminhamentos da associação.

No entanto, alguns escritores, a exemplo do já citado Tito Batini, deixaram informações importantes referentes à entidade e suas ações. O exemplo de Nelson Werneck Sodré é, neste sentido, de grande importância. Em seu volume originalmente intitulado *Memórias de um escritor – I*²⁶, ele reuniu uma série de relatos e documentos que dão conta de sua trajetória intelectual, incluindo elementos de sua relação com destacados escritores do início dos anos 1940, com muitos dos quais desenvolvia certa atividade epistolar. No que se

²⁴ SAYEG, João Baptista & CARNEIRO, Caio Porfírio. *A Vocação Nacional da UBE: 62 Anos*. São Paulo: RG Editores, 2004, pp. 18-19.

²⁵ “Eleita a primeira diretoria da Sociedade dos Escritores Brasileiros”. In: *Folha da Manhã*. 29 de março de 1942, p. 4. Em 29 de agosto, por conta da renúncia de Sud Menucci e Aristeu Seixas, novas eleições foram realizadas para o preenchimento de seus cargos, respectivamente ocupados por Oswald de Andrade e Edmundo Rossi (“Sociedade dos Escritores Brasileiros”. In: *Folha da Manhã*. 30 de agosto de 1942, p. 4).

²⁶ Inicialmente publicado pela Editora Civilização Brasileira, esse livro seria, mais tarde, reeditado pela Bertrand Brasil sob o título *Em defesa da cultura*, mantendo a mesma estrutura e numeração das páginas (ver SODRÉ, Nelson Werneck. *Em defesa da cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988).

refere especificamente a S.E.B., Sodré demonstrou como era disputada a direção da entidade, a partir de um episódio envolvendo Edgard Cavalheiro.

Nos primeiros dias de 1943, Edgard Cavalheiro contava as novidades paulistas. Também ele gozava o resultado das eleições na Sociedade Brasileira de Escritores: “Vencemos brilhantemente a eleição da Sociedade Brasileira de Escritores. Imagine que queriam botar o Menotti, Cândido Mota Filho e outros medalhões na diretoria. Reagimos e botamos uma mocidade barulhenta e irreverente. Foi uma eleição disputada, com muitas brigas, como era natural”.²⁷

As referidas eleições ocorreram no final de 1942, tendo como vencedora, para um mandato de dois anos (1943-1944), a chapa formada por Afonso Schmidt (presidente), Abguar Bastos (vice-presidente), Mario Neme (secretário geral), Edmundo Rossi (1º secretário), Paulo Zingg (2º secretário), Almiro Rolmes (1º secretário), o próprio Edgar Cavalheiro (2º tesoureiro), além de Ernani Silva Bruno, Luiz Martins, Ruy Bloem, Tito Batini e Victor Azevedo (como membros do conselho fiscal)²⁸. As observações feitas pelo jovem escritor paulista a Sodré, no entanto, pouco parecem revelar daquilo que estava por trás do resultado da disputa. Como se verá a seguir, a agremiação passava por algumas transformações que, pouco a pouco, inseriam a S.E.B. mais claramente no cenário de lutas políticas que ocorriam no Brasil, com questionamentos ao autoritarismo e a defesa da democracia. Neste sentido, a polarização entre “moços” e “medalhões”, longe de representar integralmente o que estava em jogo, acabava por ocultar as questões ideológicas que passaram a permear as relações internas da entidade. Vale lembrar ainda que, em termos geracionais, Afonso Schmidt não poderia ser classificado como um dos “novos”, dada a sua longa trajetória como jornalista e escritor, conforme suas próprias palavras, proferidas no ato de sua posse:

[...] Entre todos os que aqui se encontram eu sou, talvez, aquele que há mais tempo escreve, o que não representa elogio em boca própria. Desde que me conheço por gente tenho sido escritor. Bom ou mau escritor, isso é outra coisa. É verdade que, sendo escritor, desde moço trabalho na imprensa e, agora, também na publicidade comercial e no rádio. Não o faço por pura alegria do espírito. Faço-o porque, entre nós, a profissão de escritor ainda é aquela que, por diversos motivos, não se basta a si mesma.

Eu sou a prova do que acabo de afirmar. Escritor popular, falando diretamente ao grande público, em muitos ramos literários, notadamente no conto, na novela, no romance e no teatro, com cerca de vinte obras publicadas, obras que se vendem como atestam editores e livreiros, ainda não consegui viver da literatura. Ao

²⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *Em defesa da cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 266.

²⁸ “Posse da nova diretoria da Sociedade dos Escritores Brasileiros”. In: *Folha da Manhã*. 17 de dezembro de 1942, p. 10.

contrário, se a ela me tivesse dedicado, com romântica exclusividade, já teria alcançado esta outra coisa: morrer de literatura...²⁹

Pode-se notar que os problemas financeiros e materiais dos escritores brasileiros não eram recentes, tanto quanto o fato de que o novo presidente da entidade não fazia parte de uma “mocidade” literária. O próprio Edgar Cavalheiro, possivelmente, não estava alheio a isso, podendo-se supor que, apesar de sua declaração a Nelson Werneck Sodré, ele não desconsiderasse os aspectos políticos que envolveram o referido pleito. A menção específica a Cândido Mota Filho e Menotti Del Picchia, notáveis colaboradores do regime varguista (o primeiro, inclusive, como diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda), não pode ser tratada sem o devido cuidado. Parece estar claro que, além das questões profissionais que sempre estiveram atreladas à existência da S.E.B., também os posicionamentos dos escritores diante das condições em que se encontrava a política brasileira passaram a ser levados em conta. Por essa razão, não são estranhas as declarações de Abguar Bastos à *Folha da Manhã*, ao revelar certa surpresa com a vitória de seu grupo, exaltando a liberdade com que os votantes escolheram seus representantes:

Fui surpreendido com a notícia dos resultados da última pugna eleitoral da Sociedade, pois me encontrava no Rio nessa ocasião. Contudo, pelas notícias que tive quando aqui cheguei, posso dizer que esse pleito revela, principalmente, que o ambiente da Sociedade ainda permite que o pensamento seja livre e suas deliberações sejam acatadas. Isso é bastante salutar para quem procure escolher, porque, atualmente, a consciência já anda bastante cansada de deambular por vielas na sua vida eminentemente subterrânea. Essa pugna, portanto, para mim teve mais final de harmonia do que disputa, porquanto se a ideia consegue ser livre, harmônicos, por força, se tornam os objetivos sociais.³⁰

A ascensão de um discurso mais politizado no interior da Sociedade dos Escritores Brasileiros logo se faria sentir na própria estrutura da mesma, com a gradual transferência do centro decisório da entidade de São Paulo para o Rio de Janeiro. De acordo com Milton Lahuerta, os intelectuais reunidos no núcleo carioca da agremiação logo se mobilizariam no sentido de assumir o controle nacional da mesma. Reunidos em torno da já citada revista *Diretrizes*, esses intelectuais consideravam que, “se a perspectiva era a de que a entidade tivesse caráter nacional, nada mais natural que sua direção ficasse no Distrito Federal”. Além disso, lembra o autor,

²⁹ “Foi solenemente empossada a nova diretoria da Sociedade dos Escritores Brasileiros de São Paulo”. In: *Folha da Manhã*. 18 de dezembro de 1942, p. 7.

³⁰ “Foi solenemente empossada a nova diretoria da Sociedade dos Escritores Brasileiros de São Paulo”. In: *Folha da Manhã*. 18 de dezembro de 1942, p. 7.

lá estava a nata da “*inteligência*” antifascista do país, bastante influenciada pela cultura de esquerda e em sintonia com as iniciativas dos intelectuais de outros países. Não lhes era estranha, portanto, a ideia de uma entidade que agregasse os intelectuais, só que não tinham tido a iniciativa de criá-la e nem encontrado os meios para viabilizá-la.³¹

A experiência paulista oferecia esta oportunidade, de modo que a mudança do centro da associação só necessitava de um motivo razoavelmente justo e, segundo Lahuerta, foi justamente a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo que criou o ambiente propício para a concretização da almejada transferência³². Neste sentido, as negociações em torno de uma nova sede nacional, no Rio de Janeiro, deram a tônica das atividades da entidade ao longo do segundo semestre de 1942. De acordo com a *Folha da Manhã*, as tratativas foram oficialmente iniciadas em 5 de outubro, quando da realização de uma assembleia geral extraordinária, responsável pela discussão e votação do “projeto de criação do Conselho Federal da Sociedade dos Escritores Brasileiros (...) e inclusão nos estatutos sociais dos itens necessários a essa criação e transferência da sede geral de São Paulo para a capital do país”³³. Ao final de outubro, o mesmo jornal dava notícia das decisões tomadas:

Deverá empossar-se, dentro de breves dias, o Conselho Nacional da Sociedade dos Escritores Brasileiros, que se instalará numa das dependências do novo prédio da Associação Brasileira de Imprensa, na capital da República.

A solenidade da posse contará com a presença de grande número de intelectuais residentes no Rio de Janeiro, e marcará o início das atividades do Conselho Federal, cuja ação se estenderá a todo o território brasileiro.

As seções estaduais, atualmente em organização nos Estados de Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Amazonas e Rio Grande do Sul, deverão ser definitivamente instaladas, bem como deverá ser nomeada a nova diretoria da Seção de S. Paulo.

O Conselho Federal da Sociedade dos Escritores Brasileiros compõe-se dos srs. Manuel Bandeira, Gilberto Freire, Múcio Leão, Álvaro Lins, Osório Borba, de Pernambuco; Mário de Andrade, Ribeiro Couto, Oswald de Andrade, Francisco de Assis Barbosa, José Carlos de Macedo Soares, Sérgio Milliet, Cassiano Ricardo, de S. Paulo; Érico Veríssimo, Vianna Moog, do Rio Grande do Sul; Peregrino Junior, do Rio Grande do Norte; Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Aníbal Machado, de Minas Gerais; José Lins do Rego, da Paraíba; Luiz Vianna Filho, da Bahia; Prudente de Moraes Neto, do Distrito Federal, e Adylo Costa Filho, Maranhão.³⁴

³¹ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 305-306.

³² Sob o pretexto do torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, Getúlio Vargas declarou guerra aos países do Eixo em 22 de agosto de 1942.

³³ “Sociedade dos Escritores Brasileiros”. In: *Folha da Manhã*. 1º de outubro de 1942, p. 6.

³⁴ “Conselho Nacional da Sociedade dos Escritores Brasileiros”. In: *Folha da Manhã*. 31 de outubro de 1942, p. 7 (ver também “Sociedade dos Escritores Brasileiros”. In: *Diretrizes*. n. 125. 19 de novembro de 1942, p. 16). O jornal também trouxe informações sobre a fundação do núcleo estadual do Mato Grosso, ao final de novembro (“Fundada a seção mato-grossense da Sociedade dos Escritores Brasileiros”. In: *Folha da Manhã*. 26 de novembro de 1942, p. 6), bem como acerca da eleição da nova diretoria paulista, citada ainda há pouco.

Estavam dados os primeiros passos em direção do que, meses depois, seria a A.B.D.E.. Apesar de parecer um processo planejado, segundo as mudanças assistidas no interior da S.E.B., alguns relatos memorialísticos parecem desconsiderar os eventos citados acima. De acordo com Cassiano Ricardo, por exemplo, teria sido em novembro de 1942, na sede do jornal governista *A Manhã*, que um grupo de escritores – entre os quais se encontravam, além do referido escritor paulista, nomes como os de Aníbal Machado, Álvaro Lins, Manuel Bandeira, Peregrino Júnior, Levy Carneiro, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Astrojildo Pereira, Múcio Leão, Vinícius de Moraes, Ribeiro Couto e Francisco de Assis Barbosa – se reuniram no sentido de dar forma a nova agremiação.³⁵

Contudo, o próprio uso do nome Associação Brasileira de Escritores suscita algumas dúvidas durante a leitura das fontes. De acordo com João Baptista Sayeg, o estatuto da seção paulista, já sob a sigla da A.B.D.E., fora registrado em 9 de novembro de 1942, conforme pedido feito por Sérgio Milliet seis dias antes³⁶. Este dado parece estar alheio ao fato de que a sede nacional da entidade somente definiria seu estatuto três meses depois, em 12 de fevereiro de 1943³⁷. Além disso, segundo informações trazidas pela revista *Diretrizes*, a nova denominação da agremiação só teria sido adotada pela seção de São Paulo por proposta do sucessor de Milliet na presidência regional, Afonso Schmidt, que fora empossado em dezembro de 1942.³⁸

Essas contradições podem ser encaradas como indícios de um descompasso existente entre as ações do grupo intelectual paulista e aquele radicado na capital federal. Em certo sentido, esses descaminhos podem ser explicados a partir das considerações de Lahuerta quanto às relações entre intelectuais dos dois Estados. O autor, seguindo as afirmações de Sérgio Milliet sobre as condições da “cultura bandeirante” em face da cultura nacional, lembra que,

São Paulo entre diversas formações regionais, se constituiria numa exceção por que enquanto as literaturas dos diversos núcleos regionais ainda convergiam para o Rio de Janeiro em busca de consagração e publicidade, a literatura paulista já viveria num estado de independência característico. Enquanto as outras regiões culturais ainda

³⁵ RICARDO, Cassiano. *Viagem no Tempo e no Espaço*. Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970, p. 161.

³⁶ SAYEG, João Baptista & CARNEIRO, Caio Porfírio. *A Vocação Nacional da UBE: 62 Anos*. São Paulo: RG Editores, 2004, p. 28.

³⁷ Estatuto da Associação Brasileira de Escritores. 12 de fevereiro de 1943, p. 1. CEDEM, ASMOB, Arquivo Astrojildo Pereira (1890-1965).

³⁸ “A Sociedade dos Escritores Brasileiros, sob a presidência de Afonso Schmidt vai reunir-se em assembleia geral para discutir a mudança de seu nome para Associação Brasileira de Escritores. Tal fato decorre da circunstância de já existir no Rio de Janeiro uma Sociedade de nome idêntico fundada há vários anos atrás”. In: *Diretrizes*. n. 138. 18 de fevereiro de 1943, p. 19. Quanto a essa Sociedade homônima que supostamente existia já há alguns anos, não foram encontradas maiores informações.

funcionavam como um primeiro grau para a seleção final no Rio de Janeiro, São Paulo já realizaria essa seleção final dentro de seu próprio núcleo. Donde a afirmação de que “a posição de São Paulo é apenas autárquica”.³⁹

Servindo-se ainda das ponderações de Milliet, Milton Lahuerta aponta para o fato de que esta condição da capital paulista, em face das demais capitais do país e, notadamente, em relação ao Rio de Janeiro, seria resultado da “emergência de um novo padrão de racionalidade e, portanto, de organização da cultura”. A “mentalidade técnico-científica”, característica desse novo momento do pensamento paulista, estaria atrelada ao movimento universitário e ao desenvolvimento dos estudos sociológicos e econômicos. Contudo, se tais diferenças não se tornaram definidoras das relações entre as seções de São Paulo e Rio de Janeiro durante os primeiros anos de existência de A.B.D.E. – particularmente em razão da “politização” e do “ideologismo” que cercavam as questões mais urgentes da entidade em seus primeiros anos; elas viriam à tona posteriormente, de forma dramática e “catastrófica”.⁴⁰

Ainda que tais considerações antecipem algumas das questões que, anos mais tarde, levariam à separação de parte da seção paulista do restante da associação, o que interessa neste momento é compreender os primeiros momentos da mesma, ao menos no que se refere à sua fase de maior brilho, entre 1943 e 1945. Entre demandas profissionais e políticas, a A.B.D.E. parecia materializar as esperanças de parcela considerável dos escritores brasileiros quanto a resolução de seus dilemas.

1.2. Uma agremiação nacional para os intelectuais do país: a Associação Brasileira de Escritores

Em edição de 4 de março de 1943, a revista *Diretrizes* saudava a iniciativa de fundação da A.B.D.E., apontando não apenas quais eram as expectativas gerais acerca da nova entidade, bem como a forma pela qual foi realizada a transição entre a Sociedade dos Escritores Brasileiros e a Associação Brasileira de Escritores:

Está fundada a Associação Brasileira de Escritores. Estamos certos de que a nova sociedade irá desempenhar um papel importante e útil para a nossa vida literária. Nossos escritores poderão ter, agora, um órgão de classe capaz de trabalhar pelos seus interesses e fazer compreender que se a literatura no Brasil ainda não é uma profissão deve ser pelo menos considerada como um trabalho suplementar que merece o amparo

³⁹ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 306-307.

⁴⁰ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 307-308.

e os direitos que são concedidos a outras atividades profissionais. Acredita-se, hoje, que escrever é um passatempo qualquer, coisa de inútil e vago que não vale um salário, divertimento de graça...

O poeta Manuel Bandeira que vinha presidindo os trabalhos de organização da A.B.D.E. à frente da diretoria provisória, ao dar por terminada a sua missão, pronunciou algumas palavras que, a seguir, transcrevemos: “Com a aprovação do estatuto da Associação Brasileira de Escritores cessa o mandato conferido a esta diretoria pela Sociedade de Escritores Brasileiros de São Paulo, e aceito por nós em caráter provisório, para estender a organização daquela Sociedade a todo o âmbito nacional. Proceder-se-á agora à eleição da diretoria que terá de reger os destinos da Associação no primeiro ano de sua atividade. Antes, porém, quero, em nome da diretoria, exprimir os nossos agradecimentos aos srs. Levi Carneiro e Carlos Drummond de Andrade, a quem devemos a elaboração do estatuto aprovado. O sr. Levi Carneiro, que era nosso companheiro de diretoria na qualidade de Procurador Geral, trouxe àquele trabalho a sua larga experiência de jurista, e, com sacrifício de seus trabalhos de advogado, revelou desde a primeira reunião o maior interesse pela causa dos escritores brasileiros, aliás a própria causa da cultura brasileira, porque esta Associação não se confinará, esperemos todos nós, na esfera puramente egoísta dos seus interesses materiais. Nessa tarefa foi secundado pelo sr. Carlos Drummond de Andrade, por ser grande poeta, ou por isso mesmo, possui um senso tão agudo da realidade. Acreditamos que dentro das linhas gerais esboçadas no estatuto, terão as várias seções da Associação autonomia bastante para desenvolver a sua atividade de acordo com as condições locais. Agradecemos também a gentileza dos srs. José Carlos de Macedo Soares e Herbert Moses, que nos deram gasalhado para as primeiras reuniões desta Associação, ainda pobre e sem casa, no Instituto Histórico e na Associação Brasileira de Imprensa.”⁴¹

Em seu primeiro estatuto, assim como sua antecessora paulista, a Associação Brasileira de Escritores deixava claro que seus principais objetivos estavam voltados à promoção de uma vida digna aos homens de letras do país. Contrariamente ao que muitos dos memorialistas e historiadores afirmam quanto ao caráter marcadamente político da A.B.D.E., as disposições iniciais de seu regulamento mostram uma entidade voltada quase que exclusivamente para questões relacionadas à profissão do homem de letras. Em seu artigo primeiro, o referido estatuto afirma que:

A Associação Brasileira de Escritores (A.B.D.E.), com sede no Rio de Janeiro, tem a finalidade de, contribuindo para o desenvolvimento cultural do país, defender os direitos fundamentais do indivíduo intelectual e zelar pelos interesses dos escritores brasileiros mediante fiscalização e cobrança, no país e no estrangeiro, de direitos autorais, assistência a seus associados e, em geral, a escritores necessitados, e quaisquer outras iniciativas adequadas.⁴²

Nos demais artigos, transcritos em pouco mais de cinco páginas, encontravam-se uma série de determinações quanto às possíveis atribuições da associação no âmbito profissional, sem tocar uma vez sequer em pontos mais sensíveis, notadamente a definição de um papel social dos escritores em face da ameaça nazifascista, ou mesmo de um “código de conduta”,

⁴¹ “Fundada a A.B.D.E.”. In: *Diretrizes*. n. 140. 4 de março de 1943, p. 17.

⁴² Estatuto da Associação Brasileira de Escritores. 12 de fevereiro de 1943, p. 1. CEDEM, ASMOB, Arquivo Astrojildo Pereira (1890-1965).

na defesa de certos valores. A revista *Leitura*, de inclinação comunista, também destacava a simplicidade das tarefas da associação, voltadas a defesa dos direitos inerentes ao ofício da escrita, inclusive determinando qual seria a diretoria responsável pela entidade entre fevereiro de 1943 e fevereiro de 1944:

Discutidos e aprovados os estatutos, foi definitivamente fundada, nesta capital, a **Associação Brasileira de Escritores** (A.B.D.E.). Seu programa é simples e prático, pois trata da união e defesa de classe. O escritor é um profissional e precisa viver. Pode ser um artista, uma criatura diferente das demais no **ato** da criação, mas, fora desse momento é um homem como outro qualquer, com as mesmas necessidades econômicas e físicas. O que ficou feito naquele instante, será simplesmente comércio e vai para as mãos de muita gente: tipógrafos, encadernadores, livreiros e leitores.

A A.B.D.E. se estenderá em todo o país, dentro da lei, com os seus propósitos naturais de difusão cultural e de proteção justa, necessária e imediata de seus associados. Ficou, assim, constituída: Octávio Tarquínio de Souza, presidente; Carlos Drummond de Andrade, vice-presidente; Álvaro Lins, 1.º secretário; Dante Costa, 2.º secretário; Marques Rebelo, tesoureiro; Manuel Bandeira, Astrojildo Pereira, Rodrigo M. F. de Andrade, Dinah Silveira de Queiroz e José Lins do Rego, do Conselho Fiscal. Os estatutos foram elaborados por Levy Carneiro e Carlos Drummond de Andrade.⁴³

Ainda que a S.E.B. não tenha subsistido ao surgimento de uma associação nacional, ela parece ter ousado um pouco mais no seu discurso, considerando que, entre suas finalidades sociais e profissionais, estava a preservação, e por que não dizer “definição”, de aspectos “morais” da intelectualidade nacional. Se, contrariamente ao discurso categórico de Tito Batini quanto aos fins eminentemente políticos da entidade, é possível citar as evidências de uma agremiação voltada à defesa dos direitos econômicos dos escritores; por outro lado, não se pode desconsiderar o fato de que os paulistas tinham no horizonte um uso mais voltado para a definição de uma “moral” que guiaria as ações dos homens e mulheres voltados ao pensamento. Ainda que privilegiassem seus propósitos profissionais, os membros da Sociedade dos Escritores Brasileiros já vislumbravam a existência da entidade enquanto um espaço onde poderiam debater e definir a “função social” dos intelectuais, o que, dentro do contexto do Estado Novo e da guerra contra o Eixo, emprestava certo aspecto político a S.E.B.. Neste sentido, é sintomático o fato de que seus dois principais dirigentes, conforme especificado há pouco, tenham sido Sérgio Milliet e Mário de Andrade, portadores, naquele momento, de um discurso que exigia certa responsabilidade dos escritores em face dos acontecimentos dentro e fora do Brasil.

Isso não significa que a preocupação política não estivesse na ordem do dia dos intelectuais radicados no Rio de Janeiro. Se, por um lado, os estatutos da entidade carioca não

⁴³ “Associação Brasileira de Escritores”. In: *Leitura*. n. 3. Fevereiro de 1943, p. 5.

eram tão explícitos quanto à definição de uma “moral do escritor” brasileiro; não será demais lembrar que a capital do país reunia algumas das figuras centrais na crítica às práticas autoritárias de governo e, por consequência, aos métodos característicos da ditadura varguista. No entanto, a ênfase na guerra contra o nazifascismo – ainda que possa ser entendida como um caminho indireto para crítica ao Estado Novo – também era compartilhada por intelectuais ligados ao regime, o que, ao menos durante os primeiros meses de existência da associação, não deixava tão clara a inclinação opositora da entidade. Tratava-se, portanto, de uma questão comum entre ideólogos e críticos do governo, tanto quanto as questões profissionais – ainda que, no caso dos primeiros, a oferta de cargos oferecidos pelos órgãos oficiais diminuísse o impacto dos problemas relacionados ao mercado cultural.

Dessa forma, a imagem consagrada de uma A.B.D.E. engajada na luta pela queda da ditadura estadonovista e pelo estabelecimento da democracia, tal qual durante o seu primeiro congresso nacional, não pode ofuscar certa ambiguidade característica de seus primeiros meses de existência, em que mesmo os discursos políticos não significavam, necessariamente, a exclusão de intelectuais afinados ideologicamente com o Estado. A “radicalização” do discurso foi fruto – entre outras questões – das próprias contradições geradas em torno da participação do Brasil no conflito mundial, notadamente a sua “estranha” oposição às forças do Eixo, o que não escapava nem àqueles que queriam a democratização política do país, tampouco ao governo. No caso deste último, a tentativa de aproximação das bases sociais – a partir de ações voltadas à definição de leis trabalhistas, bem como à exaltação de Getúlio Vargas como o “pai dos pobres” – gerou uma preocupação a mais entre os intelectuais de oposição, uma vez que almejavam efetivar o seu papel de “guias espirituais” das massas.

Apesar da predominância de nomes ligados aos setores liberais e comunistas entre os membros da primeira diretoria da A.B.D.E., conforme se pôde observar nas notícias dadas por *Leitura* a respeito da fundação da mesma, é importante lembrar que os quadros da entidade continham alguns pensadores ligados ideologicamente com o regime estadonovista, o que, a princípio, invalida a ideia de uma associação declaradamente contrária ao governo. Por essa mesma razão, a sua primeira gestão administrativa ficou marcada pelas preocupações com a condição profissional do homem de letras – questão comum a grande parte dos intelectuais do país que produziam obras escritas, independentemente de seus posicionamentos políticos.

Isso não significa, evidentemente, que as ações da associação se restringissem a administrar o cumprimento dos deveres legais de editores e veículos de imprensa para com seus autores e colaboradores. Em seus primeiros meses, por exemplo, a seção paulista da entidade tratou de organizar uma comissão que tratasse da realização de conferências pelo

interior do Estado, no sentido de aproximar o público dos escritores de São Paulo. Segundo nota veiculada pela revista *Diretrizes*, tal iniciativa era “das mais oportunas”, na medida em que promoveria “um largo rendimento cultural” pela “distribuição de tesouros mentais”, beneficiando todos aqueles que, a despeito de viverem em cidades afastadas, desejassem “estar a par das mais novas inquietações da inteligência”⁴⁴. A seção paulista da A.B.D.E., aliás, também foi responsável pela criação de um “serviço de saúde” para seus sócios, a qual contaria com colaboradores nas áreas de clínica geral, cirurgia, psiquiatria, odontologia, obstetrícia, entre outras.⁴⁵

Tais ações, no entanto, parecem constituir uma exceção a regra no que se refere às práticas da Associação Brasileira de Escritores durante a gestão de primeira diretoria. Neste sentido, Nelson Werneck Sodré, em suas já citadas memórias, oferece um excelente exemplo acerca do papel exercido pela nascente A.B.D.E. quanto ao cumprimento dos direitos autorais dos escritores, as relações dos mesmos com editoras e jornais, assim como as formas de arrecadação das quais se servia a entidade para manter-se em funcionamento.:

Eu continuava a depender de um representante em São Paulo, para receber o pagamento dos meus artigos. Por um trecho de carta desse representante, em fins de maio [de 1943], é possível verificar quanto isso era difícil:

“Recebi sua carta de 7 de maio, bem como os dois artigos que vieram com ela, os quais levei à redação do *Estado*. Estive hoje na Editora Brasiliense, onde recebi do Sr. Artur Neves a importância de duzentos cruzeiros. Recebi, mais, na redação do *Estado*, a quantia de trezentos cruzeiros, correspondente aos artigos: ‘Rui, o apóstolo’ (16.III), ‘Fogo Morto’ (25.III) e ‘Alemanha de Amanhã’ (30.III). Relativamente aos artigos ‘Silvio Romero’ (13.IV), ‘Lobato’ (27.IV), ‘Euclides’ (4.V) e ‘O documento de uma época’ (18.V), fui mandado pelo Dr. Sérgio Milliet receber o dinheiro no escritório situado na rua Boa Vista, n.º 127, sala 1022, onde me descontou três por cento sobre o valor dos cinco últimos artigos. Nesse escritório é mais fácil receber as importâncias, pois no *Estado* quase sempre essa operação era difícil, e muitas vezes eu tinha que ir três ou quatro vezes para poder ser atendido, e talvez fosse por isso que o Dr. Sérgio Milliet me mandou ao escritório.”

O escritório era nada menos que a sede da seção paulista da Sociedade Brasileira de Escritores, onde Mário Neme, abnegadamente, montara uma organização de recebimento de direitos autorais, para que os escritores não tivessem de ficar na dependência dos bofes dos proprietários de jornais. Tenho, como recordação, o pedaço de papel em que Mário Neme, com sua letra miúda, me prestava contas de que recebera para mim, um nome da SBE, de artigos publicados em junho, no *Estado* e em Hoje, a importância de quatrocentos cruzeiros; deduzidos os três por cento da taxa de serviço, ficavam à minha disposição trezentos e oitenta e três (cinco cruzeiros, além dos doze da taxa, haviam sido gastos em selos). É fácil compreender a razão pela qual as empresas jornalísticas sempre combateram ferozmente qualquer organização dos escritores para a defesa de seus direitos: vivem da exploração do trabalho deles (como, naturalmente, dos jornalistas e dos gráficos).⁴⁶

⁴⁴ “As conferências da Associação Brasileira de Escritores”. In: *Diretrizes*. n. 139. 25 de fevereiro de 1943, p. 19.

⁴⁵ “Associação Brasileira de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 16 de julho de 1944, p. 6.

⁴⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Em defesa da cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, pp. 317-318. A sede paulista da A.B.D.E. se localizava na Rua João Bricola, 46, 10º andar, sala 1022, o que faz crer que se trate do

Em seu “Relatório da Gestão Administrativa e Financeira referente ao exercício de 1943-1944” da associação, o então presidente Octávio Tarquínio de Souza fez apontamentos acerca de muitas das questões abordadas no depoimento de Sodré, principalmente no que toca às ações da entidade em seu primeiro ano de existência – em boa parte, dirigidas no sentido de aperfeiçoar os ganhos dos escritores, ao mesmo tempo em que procurava colocar a A.B.D.E. no centro das relações entre os seus sócios e os editores.

De acordo com as informações colhidas por Ana Paula Palamartchuk, a A.B.D.E. pode ser classificada como uma entidade que sequer estava em fase “embrionária”, particularmente pelo fato de que ela “estava longe de ser uma organização importante dos escritores”. Sua conclusão leva em conta o montante arrecadado pela associação mensalmente, entre maio de 1943 e janeiro de 1944: uma média de Cr\$ 200,00 por mês, sendo que cada sócio deveria contribuir com uma mensalidade de Cr\$ 10,00.⁴⁷

A baixa arrecadação não era resultado apenas da carência de um grande número de sócios, mas também pela falta de uma lei que permitisse o cumprimento de uma das diretrizes estatutárias da entidade, a saber, a determinação de que uma porcentagem dos direitos autorais dos associados fosse repassada para a A.B.D.E., como parte do que seria agregado ao patrimônio da associação – que também contaria com “juros, doações ou legados e quaisquer proventos extraordinários”, ou mesmo com os recursos cujos interessados não fossem reclamar.

É importante salientar que, por força do estatuto, em seu artigo quinto, a entidade tornava-se, “pelo simples ato de inscrição, mandatária de seus sócios, com plenos poderes relativamente ao exercício dos direitos autorais” que lhes coubessem. Até mesmo nos casos em que os escritores não fossem associados, a A.B.D.E. se outorgava o dever de fiscalizar os devidos pagamentos por seus trabalhos – conforme estipulado em um dos parágrafos de seu artigo primeiro.⁴⁸

Por essa via, é possível supor a tentativa da associação em se colocar na posição de principal – senão a única – defensora das prerrogativas profissionais dos escritores e, ao mesmo tempo, fiel depositária de uma parcela das mesmas. Em torno dessas questões, Palamartchuk considera que um dos problemas foi justamente estabelecer uma “Tabela dos

mesmo local citado pelo representante de Nelson Werneck Sodré, uma vez que o prédio localizava-se na esquina entre esta rua e a Boa Vista.

⁴⁷ *apud* PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)*. Tese de Doutorado em História/IFCH/UNICAMP, 2003, p. 257.

⁴⁸ Estatuto da Associação Brasileira de Escritores. 12 de fevereiro de 1943, pp. 1-2. CEDEM, ASMOB, Arquivo Astrojildo Pereira (1890-1965).

Direitos Autorais”. Servindo-se, novamente, das informações contidas no balanço final da gestão de 1943-1944, a autora observa que:

No relatório, Tarquínio expôs aos associados as dificuldades enfrentadas pela diretoria para fixar os valores nessa tabela e que para isso, seria necessário um estudo mais aprofundado sobre todas as condições que envolvem o problema. Mas como sugestão. Tarquínio propôs 10% do preço de capa de livro publicado como um valor indicativo a ser cobrado como direito autoral.⁴⁹

Ana Paula Palamartchuk afirma, ainda, que algumas editoras já haviam se comprometido com a A.B.D.E. em aumentar para 11% a taxa dos direitos autorais – 1% a mais sobre o valor proposto pelo presidente da entidade, referente a porcentagem cobrada de seus sócios pela mesma, conforme estabelecido em seu estatuto – e que, entre as empresas que acordaram com o acréscimo, estavam a José Olympio, a Martins, a Zelio Valverde e a Alba.⁵⁰

Além das questões em torno da arrecadação e, por consequência, da carência de associados, a A.B.D.E. também enfrentava uma outra dificuldade, especificamente quanto à formação de suas seções estaduais. De acordo com o artigo segundo de seu estatuto, a associação deveria ser composta por “uma Seção central com sede no Distrito Federal, e de Seções autônomas e articuladas, no Distrito Federal, nas Capitais dos estados e nos Territórios do Brasil, com personalidade jurídica própria, coordenadas por um Conselho Nacional”. Em parágrafo único do referido artigo, também era determinado que cada uma das seções organizasse seu regimento interno, “adaptando às condições locais o Regimento Interno da Seção do Rio de Janeiro”⁵¹. No entanto, segundo Palamartchuk, ao fim da gestão comandada por Octávio Tarquínio de Souza, além do Distrito Federal, apenas São Paulo já tinha a sua seção organizada, com os remanescentes da antiga S.E.B., enquanto que Minas Gerais, Ceará e Amazonas ainda estavam formando suas respectivas diretorias⁵².

Todavia, nas palavras da autora, o que prevalecia e ganhava ênfase no balanço realizado pelo então presidente da associação era o fato de existirem “incertezas e confusões” quanto “às características, à função, aos deveres e aos direitos do verdadeiro escritor”⁵³. A próxima gestão, responsável pelo comando da entidade entre os anos de 1944 e 1945, teria

⁴⁹ PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)*. Tese de Doutorado em História/IFCH/UNICAMP, 2003, p. 257.

⁵⁰ PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)*. Tese de Doutorado em História/IFCH/UNICAMP, 2003, p. 257.

⁵¹ Estatuto da Associação Brasileira de Escritores. 12 de fevereiro de 1943, p. 1. CEDEM, ASMOB, Arquivo Astrojildo Pereira (1890-1965).

⁵² PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)*. Tese de Doutorado em História/IFCH/UNICAMP, 2003, p. 257.

⁵³ PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)*. Tese de Doutorado em História/IFCH/UNICAMP, 2003, p. 258.

que conviver com esses dilemas, de modo que será possível, ao longo dos meses de sua administração, notar alguns avanços quanto aos pontos citados acima.

Portanto, foi durante o segundo ano de existência da Associação Brasileira de Escritores que se tornaram mais evidentes os esforços no sentido de agregar diferentes segmentos da intelectualidade do país, em busca da definição de uma noção específica do “ser intelectual” e, no limite, de uma ética que guiasse a atividade cultural, sobretudo literária. Apesar do antifascismo característico do discurso que passou a dominar o espaço da agremiação, era o Estado Novo o foco principal de sua crítica (ainda que não declaradamente), de modo que as noções de engajamento propostas pelos escritores se contrapunham diretamente aos princípios enunciados pelo regime quanto ao modelo de participação a ser desempenhado pela intelectualidade. Isso ficaria ainda mais evidente durante o planejamento e realização daquele que seria o ponto alto da história da A.B.D.E.: o seu primeiro congresso.

1.2.1. Por uma intelectualidade unida e participativa: os preparativos para o encontro nacional dos escritores brasileiros

No início de fevereiro de 1944, eram convocadas as eleições para a nova diretoria nacional da Associação Brasileira de Escritores⁵⁴. Infelizmente, não há registros dos grupos que estavam na disputa, o que inviabiliza qualquer análise sobre possíveis conflitos em torno da sucessão presidencial da entidade. De qualquer forma, certo é que ao final do mês se iniciaria aquela que possivelmente foi a gestão mais emblemática na história da agremiação.

A frente da A.B.D.E., pelo período de um ano, estaria o escritor mineiro Aníbal Machado. No comando da associação, ele foi o responsável pela organização e realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, um marco na curta existência da entidade, e que significou o ponto alto de uma trajetória marcada não apenas pela defesa dos direitos legais dos praticantes do ofício da escrita no Brasil; senão também a mais notória ação da

⁵⁴ “Assembleia geral para eleição da nova diretoria – No dia 26 do corrente, na sede da S.B.A.T., às 16 horas, haverá uma assembleia geral, a fim de eleger e empossar a sua nova diretoria. Nessa assembleia serão examinados o relatório e as contas da primeira diretoria, cujo mandato termina. Por nosso intermédio, estão convidados a comparecer todos os escritores pertencentes ao quadro da ABDE” (“Associação Brasileira de Escritores”. In: *O Globo*. 11 de fevereiro de 1944. Matutina - Geral, p. 5). Quanto às disputas e debates que marcaram essas eleições, assim como a composição das chapas participantes, não foram encontrados registros nos jornais e revistas pesquisados. Quanto ao grupo vencedor, este era formado, além de Aníbal Machado, por Afonso Arinos de Melo Franco (vice-presidente), Francisco de Assis Barbosa (1º secretário), Lia Correia Dutra (2º secretário) e Guilherme Figueiredo (tesoureiro) (ver “Eleitos os representantes do Rio no Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Diário de São Paulo*. 31 de dezembro de 1944, p. 11).

intelectualidade do país em prol da democracia, no combate ao Estado Novo – ainda que, segundo as palavras de Jorge Amado, a pessoa de Getúlio Vargas não tenha sido mencionada⁵⁵.

O próprio escritor baiano, apenas dois meses após a posse da nova diretoria, já anunciava a convocação do conclave. Em entrevista dada a *Folha da Manhã* exaltando a “nova geração paulista” como a “mais vigorosa do Brasil”, Amado apontava para o fato de que a literatura brasileira perdia em quantidade de produções originais, por conta de que os escritores estariam “empenhados no esforço de guerra” e a intelectualidade compreendia “que a razão da sua própria existência” dependia “do extermínio total e definitivo do nazismo, inimigo de qualquer manifestação da inteligência”. De acordo com ele, a preocupação dos intelectuais estaria em “vencer a guerra e estabelecer bases para uma paz democrática popular”. Sob tais circunstâncias, portanto, uma reunião de escritores se tornava imperativa:

Aproveito o ensejo para anunciar que o núcleo baiano da Associação dos Escritores Brasileiros [...] convocou os escritores para um congresso nacional a ser realizado na Bahia, ou em outro lugar qualquer do território nacional. Nesse congresso serão discutidos problemas de ordem profissional, e também a unidade dos escritores em face das questões oriundas do atual conflito. Os escritores baianos contam com o apoio dos demais escritores, principalmente dos paulistas aos quais estão ligados por muitos laços. Laços tão numerosos que não sabemos mais se o poeta Castro Alves era baiano ou paulista.⁵⁶

Percebe-se que, desde o início, a ideia de um congresso de escritores esteve umbilicalmente ligada ao princípio da luta política e, por conseguinte, do papel a ser exercido pela intelectualidade no esforço democrático. Da mesma forma, revelava-se um ideal de união entre os vários seguimentos ideológicos que permeavam a classe pensante brasileira, até mesmo a despeito das diferenças regionais. Neste sentido, o depoimento de Jorge Amado é revelador, ainda que preliminar quanto ao projeto de um conclave nacional dos homens e mulheres e letras do país.

Oficialmente, a A.B.D.E. se pronunciou apenas em junho, quando de uma reportagem publicada pela revista *Diretrizes* sobre os planos de um congresso⁵⁷. Em sua introdução, o periódico expunha algumas considerações quanto ao que se poderia esperar do evento, bem como ao elemento simbólico que ele carregava:

⁵⁵ AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992, p. 20.

⁵⁶ “A nova geração paulista será uma das mais vigorosas do Brasil”. In: *Folha da Manhã*. 27 de abril de 1944, p. 5 (grifo nosso).

⁵⁷ “O Primeiro Congresso de Escritores Brasileiros”. In: *Diretrizes*. n. 207. 22 de junho de 1944, p. 11.

Os escritores brasileiros vêm demonstrando um magnífico espírito de luta pela conquista de seus direitos, das liberdades democráticas e contra o fascismo. Compreenderam, de há muito, que escrever não é agradar nem divertir ou servir baixos interesses políticos e mercantis. Também deixaram as torres de marfim, o abstencionismo no qual havia vagos sonhos, boemia e mais nada.

Hoje, os escritores tomam atitudes combativas e querem encarar a sua profissão como a de um trabalho sério, digno constante.

Pela primeira vez, ao menos no que se refere ao congresso, era possível observar menções ao diletantismo, à torre de marfim e ao abstencionismo, como atitudes incompatíveis com os elementos característicos de uma intelectualidade, por assim dizer, digna e articulada com os dilemas de seu tempo. Conforme se poderá observar no capítulo seguinte, essas questões não foram concebidas a partir da idealização do referido conclave, mas mediante a ameaça nazifascista durante a Segunda Guerra e, portanto, já eram visíveis nos anos iniciais da década de 1940, antes mesmo da própria fundação da Sociedade dos Escritores Brasileiros e, evidentemente, da Associação Brasileira de Escritores. Dessa forma, ao menos na visão de *Diretrizes*, o congresso seria o resultado das transformações no seio da intelectualidade do país, não apenas no sentido de profissionalizar o ofício da escrita, mas também na definição de um novo olhar que os escritores teriam de si próprios:

Outrora os escritores brasileiros eram “poetas”, boêmios, errantes, com a cabeça nas estrelas, ignorantes, alheios aos problemas de seu país, esquecidos de sua missão.

Havia, por certo, exceções, mas a maioria mergulhava na abstração completa, na miséria e no álcool ou na subserviência e na corrupção para obter empreguinhas ou brilhantes comissões. Quando não viviam nos botequins e nos subúrbios, desajustados e doentes, maltrapilhos e desesperados, conseguiam por meio de habilidades e lisonjas, odes e discursos, alguns rendosos empregos nos quais se conservavam digerindo a comodidade obtida com tanto custo.

Por outro lado, quando alguns escritores começaram a se firmar, a indicar num país semicolonial, sem cultura, sem leitores, uma tímida consciência de sua profissão ou da literatura, os donos do poder, da política e das ideias desdenhavam qualquer sugestão ou qualquer ideia partida de um escritor que quisesse de leve tocar nos problemas nacionais. O escritor não passava de um parasita, um vagabundo, um fútil ou complicado colecionador de emoções, adorno de festas, número nos chás de caridade, sorriso da sociedade.

No máximo aceitavam que eles entrassem nas administrações como amanuenses, escrevendo relatórios para os diretores ou como oficiais de gabinete para representações.

As condições econômicas e culturais no país justificavam a situação do pobre escritor brasileiro que errava nas ruas e nas repartições públicas ou nos jornais, cavando um emprego, caçando um níquel ou um almoço, fazendo revisão, quebrando pedra na cozinha do jornal. Profissão de escritor era coisa que só os lunáticos poderiam imaginar.

Mas os tempos mudaram. *O escritor brasileiro adquire, dia a dia, uma consciência profissional, uma independência e uma dignidade. Querem discutir problemas, integrar-se nas atividades sociais do país, fazer ouvir a sua voz. Com seu instrumento de expressão, a sua cultura, a sua consciência da época que atravessam, os escritores brasileiros organizam-se e erguem as suas vozes.* E a sua luta começou há alguns anos. Apesar das divergências, debates, mal-entendidos ou diferenças

fundamentais de opiniões e crenças, eles estão obtendo uma unidade mínima na luta pelos direitos profissionais, pela democratização da cultura e pela discussão de todos os problemas de cultura no país. [grifo nosso]

O princípio fundamental, por meio do qual o congresso dos escritores se guiaria, parecia estar lançado. As referências a uma mudança de curso na história intelectual do país se reafirmavam a cada linha do texto de *Diretrizes*, principalmente no que se referia ao papel da própria A.B.D.E. nesse processo. Segundo a revista, a associação encontrava-se fortalecida, notadamente como uma decorrência do apoio e compreensão dos homens e mulheres de letras “que abandonaram a sua pequena solidão e o seu pequeno egoísmo de individualistas e de indiferentes para discutirem juntos os seus próprios problemas econômicos e culturais”. Profissionalização do escritor, defesa dos direitos autorais e a especificação de uma função para o intelectual em um mundo conturbado pela guerra e pela ameaça à democracia, tornaram-se demandas elementares da ação da A.B.D.E. que, por sua vez, enxergava na realização de um conclave a possibilidade de unir a intelectualidade antifascista e democrática em torno de suas necessidades mais urgentes.

Estas diretrizes seriam debatidas pelos escritores com base em teses encaminhadas ao congresso, cujos temas, a princípio, deveriam estar alinhados com as seguintes questões: “Direitos Autorais”, “O livro didático”, “Democratização da cultura”, “O teatro popular”, “Regionalismo e universalismo literário”, “O espírito europeu na literatura brasileira”, “Intercâmbio cultural”, “O escritor e a luta contra o fascismo”, “O escritor e a grande reportagem”, “Criação literária e a liberdade”, “O escritor de rádio”, “A literatura de cinema” e “O problema da linguagem”. Para além da comissão responsável pelos textos recebidos, outras duas seriam montadas com vistas a dar funcionalidade ao conclave: uma de Coordenação e outra de Verificação⁵⁸. Também seriam organizadas subcomissões, porém às vésperas do evento.

A reportagem de *Diretrizes* afirmava, ainda, que escritores estrangeiros seriam convidados a participarem do congresso, assim como representantes de embaixadas. Ademais, previa-se a publicação de um volume com os anais do encontro promovido pela A.B.D.E.,

⁵⁸ A *Folha da Manhã*, meses após a reportagem de *Diretrizes*, confirmaria os temas a serem tratados nas teses apresentadas ao congresso de escritores, inclusive especificando as normas de envio: “As teses podem ter a extensão máxima de dez páginas de papel formato ofício, datilografadas em espaço 2. Devem ser enviadas em 2 vias, até o dia 15 de dezembro de 1944, à Secretaria do Congresso” (ver “A próxima realização do Congresso Brasileiro de Escritores em São Paulo”. In: *Folha da Manhã*. 20 de outubro de 1944, p. 5). Mais tarde, o prazo de entrega das teses foi estendido para o dia 31 de dezembro (ver “1º Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 12 de dezembro de 1944, p. 7).

contendo não apenas as teses, mas também as discussões e as conclusões que marcariam as reuniões.

Em meio a toda ação de planejamento do congresso, restava definir o local de realização do mesmo e, ao menos no que se refere às fontes, as possibilidades foram muitas. Inicialmente, pensou-se em realizar o evento na Bahia (provavelmente em Salvador), pelo fato de que sua idealização teria partido da seção baiana da A.B.D.E.⁵⁹. Contudo, em menos de um mês, o conclave teria, ao menos, outros dois destinos. Em nota veiculada na edição de 10 de junho, a *Folha da Manhã* anunciava que a assembleia ocorreria em Juiz de Fora, Minas Gerais⁶⁰. Dias depois, em 22 de junho, *Diretrizes* apontava Petrópolis, no Estado do Rio, como possível sede do conclave.⁶¹

Em outubro, no entanto, São Paulo já era apontada como a cidade escolhida, em caráter definitivo, apesar dos jornais e revistas consultados não revelarem os motivos pelos quais a escolha foi feita⁶². Segundo Antonio Candido, a decisão pela capital paulista “talvez tenha sido devida ao desejo de não ficar muito perto do governo federal e seu aparelho repressor, que naquele tempo era mais concentrado no Rio”⁶³. A versão de Marques Rebelo, contudo, sugere outras razões:

A ideia do congresso, como maneira sutil de fustigar e solapar a ditadura, partindo da liberdade de expressão artística inerente à condição humana, nascera na seção baiana da ABDE, tomou corpo, porém, prevaleceu a realização dele no Rio ou em São Paulo, transferência que não melindrou os idealizadores. *Pela dificuldade e preço dos transportes – carrear congressistas de todo o Brasil não era uma bagatela! – seria inexecutável em Salvador, sem grandes possibilidades de sangrias oficiais e privadas e onde havia ainda, pela falta de hotéis, o problema das acomodações condignas, mormente para os convidados especiais, sejam os escritores estrangeiros e os representantes de instituições culturais e profissionais*, embora se pudesse apelar para a hospitalidade de particulares e a dos baianos era tradicional. Mesmo assim... Acabaram por decidir pela Pauliceia, onde a ABDE, mais organizada, de cofre mais provido, com uma diretoria muito operosa, poderia oferecer melhores condições de planejamento e ação e vantajosamente angariar vultosas ajudas financeiras.⁶⁴

Juntamente com a sede, foram também eleitos os membros das comissões que zelariam pela organização, direção, financiamento e divulgação do congresso. Para a

⁵⁹ “A nova geração paulista será uma das mais vigorosas do Brasil”. In: *Folha da Manhã*. 27 de abril de 1944, p. 5.

⁶⁰ “Associação Brasileira de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 10 de junho de 1944, p. 5.

⁶¹ “O Primeiro Congresso de Escritores Brasileiros”. In: *Diretrizes*. n. 207. 22 de junho de 1944, p. 11. A revista lembrava que Ouro Preto também havia sido cogitada como possível sede, mas que a ideia acabou sendo abandonada em favor da realização do conclave em Petrópolis.

⁶² “I Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 17 de outubro de 1944, p. 5.

⁶³ CANDIDO, Antonio. “O Congresso de Escritores”. In: _____. *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 109.

⁶⁴ REBELO, Marques. *A guerra está em nós*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009, p. 536 (grifo nosso).

Secretaria, os nomeados foram Mário Neme, Carmen de Almeida, Ruy Coelho, Fernando Góes, Victorino Prata Castello Branco, James Amado e Luiz Washington (além de Paulo Zingg, que entrou posteriormente). A Comissão de Propaganda, por sua vez, foi composta por Arnaldo Pedroso d’Horta, Mario Donato, Viegas Netto, Maurício Loureiro Gama, Victor de Azevedo, Gumercindo Fleury, Herminio Sachetta, Luiz Gonzaga Alves, Péricles da Silva Ramos, Francisco Pati, Lourival Gomes Machado e Luiz Martins. Já a Comissão de Fundos contou com os nomes de Abelardo Vergueiro César, Caio Prado Junior, Alfredo Mesquita, Paulo Emilio de Salles Gomes, Maria Eugênia Franco, Salvador de Moy, J. R. Sá de Carvalho, Arthur Neves e Nelson Palma Travassos.⁶⁵

Esta última, aliás, parece ter sido a responsável por viabilizar a ocorrência do conclave, na medida em que zelou pela captação de recursos tanto para as despesas do evento, bem como a hospedagem dos delegados das seções estaduais enviados a São Paulo. Escritores, editores, fabricantes de papel e proprietários de tipografias foram solicitados no sentido de fazerem doações, e não foram poucos os que contribuíram. A Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” (dirigida na ocasião por um dos membros da comissão, Nelson Palma Travassos), a Editora Martins, a Editora Flama e a Editora Brasiliense foram algumas das empresas que ofereceram auxílio financeiro à A.B.D.E. para a realização do congresso. Além disso, a associação, especificamente a seção paulista, solicitava aos colaboradores de jornais e revistas que cedessem os direitos autorais de, pelo menos, um artigo publicado, como forma de contribuir com o custeio do evento⁶⁶. Esse foi o caso de Leandro Dupré, Mario Guastini, Sérgio Milliet, Al. Ciccarini, Roger Bastide, Sebastião Nogueira de Lima, Carlos Burlamaqui Kopke, J. R. Sá de Carvalho, Frederico Heller, Alcantara Silveira, Jamil Haddad, Victorino Prata Castello Branco, Arnaldo Pedroso d’Horta, Tito Livio Ferreira, Nicanor Miranda e J. C. Caldeira Filho.⁶⁷

Outras doações foram feitas, porém em nome de particulares e empresas não necessariamente ligadas ao setor editorial. Entre as contribuições, foram citadas aquelas feitas por Renata Crespi Prado⁶⁸, o interventor federal do Estado de São Paulo, Fernando Costa,

⁶⁵ “I Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 17 de outubro de 1944, p. 5.

⁶⁶ “A próxima realização do Congresso Brasileiro de Escritores em São Paulo”. In: *Folha da Manhã*. 20 de outubro de 1944, p. 5. Quanto à questão da hospedagem, a associação solicitava que alguns de seus sócios residentes em São Paulo disponibilizassem algum espaço em suas casas para os delegados vindos de outros Estados (ver “Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 27 de dezembro de 1944, p. 7).

⁶⁷ “1º Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 12 de dezembro de 1944, p. 7.

⁶⁸ “I Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 24 de outubro de 1944, p. 8.

além da Federação das Indústrias, a Irmãos Klabin & Cia. e Companhia Paulista de Papéis e Artes Gráficas.⁶⁹

Em novembro, o Regulamento do Congresso já estava pronto⁷⁰, e as delegações estaduais começavam a ser formadas. Contudo, neste último quesito, as notícias consultadas não revelaram muito acerca das disputas envolvidas nas escolhas dos nomes que representariam as seções estaduais ao congresso. Exceção feita aos casos de São Paulo e Distrito Federal, as demais delegações foram apenas anunciadas pelos órgãos de notícias. Quanto às dinâmicas em torno da formação das mesmas, convém recorrer novamente às lembranças de Marques Rebelo:

A bem dizer não haveria eleições para a formação das delegações estaduais. *Sairiam duma espécie de escolha, sufragada pelas diretorias regionais e em acordo com a diretoria federal, toda-poderosa, o que seria uma maneira de evitar certas intromissões perniciosas* – o deletério, não! E assim procedendo *as delegações não tinham número certo de membros, algumas forçosamente teriam que ser bem restritas* – impossível conduzir muita gente do Extremo Norte, dado o preço do avião e a via marítima impraticável. E vários participantes, compreendendo perfeitamente as dificuldades, já tinham se prontificado a vir por conta própria, o que era auspiciosamente sintomático. *E como no Rio e em São Paulo é que se encontrava o grosso dos escritores militantes e de significação para o conclave, seriam deslocados muitos deles para as representações dos seus estados de origem, fortalecendo-as com expoências nacionais ao mesmo tempo que barateavam passagens e abriam preciosas vagas nas delegações carioca e paulista, que já seriam as mais numerosas, mas cujo número, afinal, por tantas e compreensíveis razões, não poderia ser demasiado elevado.*⁷¹

No que tange ao caso paulista, as primeiras manifestações no sentido de discutir quais seriam os delegados ao evento apareceram em novembro. Sem dar maiores detalhes, uma nota veiculada pela *Folha da Manhã* atrelava a escolha da delegação à formação de uma chapa para concorrer à diretoria da A.B.D.E. no pleito que ocorreria em fevereiro de 1945, portanto, logo em seguida ao congresso dos escritores⁷². Ainda que pouco reveladora, a referência dada pelo pequeno texto não deixava de ser sintomática de uma crescente politização que ocorria nos círculos internos da associação. Os próprios jornais de São Paulo – evidentemente os que deram algum destaque às fases preliminares do conclave – parecem não ter escapado a esse

⁶⁹ “I Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 19 de novembro de 1944. Segunda Seção, p. 13. Posteriormente, outros doadores contribuíram com a A.B.D.E. para a promoção do congresso, a exemplo da Livraria José Olímpio e do industrial paulista Cícero Prado (ver “Eleitas as delegações gaucha e baiana ao 1º Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Diário de São Paulo*. 6 de dezembro de 1944, p. 1).

⁷⁰ “Realizar-se-á em janeiro o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 26 de novembro de 1944. Segunda Seção, p. 38.

⁷¹ REBELO, Marques. *A guerra está em nós*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009, pp. 536-537 (grifo nosso).

⁷² “Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 12 de novembro de 1944, p. 7.

processo, demonstrando, ao menos de forma aparente, certa preferência por um dos grupos que disputavam o direito de representar a seção do Estado no evento.

Às vésperas da eleição que definiria os delegados paulistas, tanto a *Folha da Manhã* como o *Diário de São Paulo* divulgaram notas em que não apenas davam informação do pleito – marcado para o dia 22 de dezembro – mas também anunciavam a disputa entre “várias chapas”. No entanto, apenas um dos grupos mereceu uma descrição mais específica e, neste caso, tratou-se do autodenominado “Seleção”. O nome não é pouco sugestivo e conota certa pretensão por parte de seus membros. Longe de invalidar o valor daqueles que compunham a referida chapa, de fato formada por nomes destacados das letras de São Paulo, a questão que se coloca é acerca dos propósitos daquela “seleção”; ou seja, quais os interesses envolvidos no selecionado, que contava com a presença de Monteiro Lobato, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Menotti Del Picchia, Luis Martins, José Geraldo Vieira, Antonio Candido, Lourival Gomes Machado, Arnaldo Pedroso d’Horta, Paulo Zingg, Tito Batini, Edgard Cavalheiro, Cruz Costa, Fernando de Azevedo, Caio Prado Junior, Afonso Schmidt, Francisco Pati, Amadeu de Queiroz, Alcantara Silveira e Paulo Mendes de Almeida⁷³.

Quanto aos escolhidos, os resultados foram publicados no dia seguinte à votação. Quatro chapas concorreram, o que não significava, entretanto, que todos os seus membros pudessem ser eleitos, uma vez que os votos deveriam ser computados individualmente. Por essa razão, apesar de vencedor, a grupo de “Seleção” não teve todos os nomes de seu quadro na delegação designada para ir ao congresso. Dessa forma, na lista final de delegados, é possível observar a presença de outros escritores, para além daqueles ligados à referida chapa.

Feita a apuração, que se prolongou até as 18 horas, o sr. Sérgio Milliet, presidente da seção paulista da A.B.E. anunciou a representação eleita, assim constituída: Guilherme de Almeida, Lourival Gomes Machado, Liz Martins, Edgard Cavalheiro, Antonio Candido, Monteiro Lobato, Paulo Mendes Barbosa, Arnaldo Pedroso d’Horta, Paulo Zingg, Paulo Emílio Salles Gomes, Cruz Costa, Tito Batini, Alcantara Silveira, Mario da Silva Brito, José Geraldo Vieira, Fernando de Azevedo, Oswald de Andrade, Caio Prado Junior, Araujo Nabuco, Maurício Loureiro Gama, Sérgio Milliet, Mário de Andrade, Mario Neme, Fernando Goes e Maria José Dupré.

Para suplentes foram eleitos os srs. Vitor de Azevedo, Mario Schemberg, Alfredo Mesquita, Francisco Pati e Menotti Del Picchia. Foram votados, ainda, os srs.

⁷³ “Ass. Brasileira de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 21 de dezembro de 1944, p. 6; “Eleição para escolha dos representantes de S. Paulo no Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Diário de São Paulo*. 22 de dezembro de 1944, p. 4. As regras do pleito foram divulgadas, em ambas as publicações, em 7 de dezembro (ver “1º Congresso Brasileiro de Escritores. In: *Folha da Manhã*. 7 de dezembro de 1944, p. 5; “1º Congresso Brasileiro de Escritores. In: *Diário de São Paulo*. 7 de dezembro de 1944, p. 12).

Abelardo Vergueiro Cesar, Nelson Palma Travassos, Afonso Schmidt, Ruy Bloem, Mario Donato e Ernani Silva Bruno.⁷⁴

No Distrito Federal, segundo os registros de Carlos Drummond de Andrade, as disputas parecem não ter sido menos intensas. O escritor mineiro lembra que o centro das reuniões da seção carioca para a escolha de seus delegados era a casa de Aníbal Machado, e que a intenção inicial era a formação de “um grupo unido, para participar dos debates de maneira objetiva e politicamente segura, todos se submetendo à decisão interna por maioria”. A busca por essa unidade, no entanto, não parece ter sido um objetivo dos mais fáceis:

Dezembro, 15 – Nova reunião do grupo em casa de Aníbal Machado. Tema: a chapa de escritores que representarão o Rio de Janeiro no Congresso de São Paulo. Entra e sai gente, tanto escritores e artistas, que fica difícil cuidar do assunto de maneira reservada. Escolher nomes e afastar outros: como evitar que a conversa transpire, ferindo suscetibilidades? De resto, não vamos eleger ninguém. Vamos nos empenhar por que haja uma boa representação carioca, intelectual e politicamente, no ponto de vista comum: volta à liberdade. Quarenta nomes? Difícil escolher. Quem sabe se 25, maioria saudável?... E 15 assim-assim, de meia confiança, ou menos brilho.

Com jeito, consegue-se que os *estranhos*, mais interessados em conversar fiado e traçar a batida de maracujá, deixem o escritório. E decide-se que serão elaboradas várias chapas com 25 nomes e outros variando ao gosto de cada um. Não somos, como se vê, um grupo unificado. Seremos mesmo um grupo?⁷⁵

A observação de Drummond não era gratuita. De acordo com o autor, ao menos duas chapas diferentes foram montadas, além de uma terceira – da qual ele próprio fazia parte, mas cujos membros não eram revelados: a primeira estaria sendo planejada por Marques Rebelo, “sob critério muito pessoal”, enquanto que a outra ficaria a cargo de Astrojildo Pereira e Chico Barbosa (provavelmente, Francisco de Assis Barbosa). Os desencontros, supunha Drummond, seriam resultado de uma dificuldade, senão impossibilidade, em “coordenar escritores e intelectuais em geral, em torno de objetivos comuns”.⁷⁶

⁷⁴ “Os intelectuais paulistas elegeram seus representantes ao I Congresso de Escritores”. In: *Diário de São Paulo*. 23 de dezembro de 1944, p. 10 (ver também “Eleita a representação paulista ao 1º Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 23 de dezembro de 1944, p. 7). A respeito da quantidade de suplentes, vale destacar uma passagem das memórias romanceadas de Marques Rebelo: “– Achei que o número de suplentes do Rio, São Paulo e Minas – aventurei – não devia se restringir a cinco, como me informou, mas pelo menos a dez. Aos do Rio e Minas, que teriam que se locomover, seriam garantidas as passagens e acomodações como se efetivos fossem. No caso de ausência dos efetivos, muita vez se verificado em cima da hora, seriam convocados pela ordem, é claro, porém já estariam lá. E a presença de todos, mesmo sem voto em plenário, se impunha, como uma delicadeza, tanto mais que a suplência irá recair naturalmente sobre escritores mais jovens, como uma prova de consideração e por dar mais concorrência e força ao Congresso” (REBELO, Marques. *A guerra está em nós*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009, p. 538).

⁷⁵ ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, p. 17.

⁷⁶ ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, pp. 17-18

Em 30 de dezembro, as eleições foram realizadas, com a escolha de 41 nomes para representar a seção do Distrito Federal ao congresso. Segundo informações do *Diário de São Paulo*, o mais votado foi Rubens Borba de Moraes, seguido pelos seguintes escritores: Sérgio Buarque de Holanda, Moacir Werneck de Castro, Martins de Almeida, Vinícius de Moraes, Emil Fahrat, Prudente de Moraes Neto, Aparício Torelly, Carlos Drummond de Andrade, José Honório Rodrigues, Lucia Miguel Pereira, Josué Montello, Dinah Silveira de Queiroz, Miguel Osório de Almeida, Carlos Lacerda, Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Manuel Bandeira, Roquete Pinto, Malba Tahan, Laura Austregésilo, Rafael Correia de Oliveira, Álvaro Moreyra, Raimundo Sousa Dantas, Octávio Tarquínio de Souza, Marques Rebelo, Pedro Nava, Augusto Frederico Schmidt, Vivaldo Coaracy, Alceu Marinho Rego, Arnon de Melo, Austregésilo de Athayde, Cecília Meireles, Franklin d'Oliveira, Abgar Renault, Costa Rego, Pedro Mota Lima, Viana Mogg, Virgílio de Melo Franco, Tristão de Ataíde e Breno Acioli. Somaram-se à lista os membros da diretoria: Aníbal Machado, Afonso Arinos de Melo Franco, Francisco de Assis Barbosa, Lia Correia Dutra e Guilherme Figueiredo⁷⁷. De acordo com Drummond o resultado do pleito significou uma “vitória integral” do seu grupo, ainda que não seja possível especificar, ao certo, a quem o escritor mineiro se referia.⁷⁸

As demais delegações foram definidas no mesmo período. Nos meses finais de 1944, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul enviaram à organização do congresso as suas respectivas listas de delegados⁷⁹. Até mesmo um grupo representando o Estado do Rio foi montado, provavelmente por conta de seus membros – Agripino Grieco, Astrojildo Pereira, Jaime de Barros e Prado Kelly – não terem conseguido garantir suas vagas no pleito do Distrito Federal. Algumas das demais representações estaduais foram organizadas a partir de convites individuais, em razão da falta de sedes da A.B.D.E. em Estados como o Amazonas, o Pará, Pernambuco e Santa Catarina.⁸⁰

A presença marcante de liberais e comunistas nas delegações que iriam para o conclave da A.B.D.E. demonstrava o tom político que o evento assumia, o que parece não ter

⁷⁷ “Eleitos os representantes do Rio no Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Diário de São Paulo*. 31 de dezembro de 1944, p. 11.

⁷⁸ ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, p. 18.

⁷⁹ Acerca da eleição das delegações desses Estados, ver “Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 23 de novembro de 1944, p. 7; “Eleitas as delegações gaúcha e baiana ao 1º Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Diário de São Paulo*. 6 de dezembro de 1945, p. 1; “1º Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 12 de dezembro de 1944, p. 7.

⁸⁰ A lista final dos delegados e convidados ao evento foi divulgada às vésperas do início dos trabalhos do congresso. Outras entidades culturais e profissionais também enviaram seus representantes. Além disso, uma comissão jurídica foi formada com o propósito de formular um anteprojeto de lei dos Direitos Autorais, o qual seria encaminhado ao Presidente da República e ao Congresso Nacional (ver “Relação dos delegados estaduais ao I Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 7 de janeiro de 1945, p. 13).

passado despercebido aos órgãos de vigilância do governo. Apesar do seu enfraquecimento progressivo, o regime estadonovista esforçava-se por se mostrar rigoroso diante de ações opositoras. Isso ficou evidente nas diretrizes do Departamento de Imprensa e Propaganda para o mês de janeiro de 1945, em que eram feitas observações explícitas quanto ao congresso dos escritores:

12 – [...] b) Comentários, tópicos, notícias, etc., referentes ao Congresso dos Escritores, em São Paulo, somente podem ter curso depois de visados por este Departamento.⁸¹

19 – [...] b) Já pode ser publicada qualquer matéria referente ao Congresso dos Escritores, a ser realizado em São Paulo.

27 – a) Não pode ser publicado nenhum manifesto, moção ou manifestação coletiva de caráter político-social, inclusive a moção à imprensa, votada no Congresso dos Escritores; [...].⁸²

A própria realização do congresso passou a ser questionada e, a esse respeito, convém retomar os relatos de Carlos Drummond de Andrade. Segundo ele, boatos e pressões em torno do adiamento ou mesmo cancelamento do conclave marcaram as semanas que antecederam a data marcada para o início do evento. O escritor mineiro lembra que, em meio a uma das reuniões na casa de Aníbal Machado para a escolha dos potenciais delegados cariocas ao conclave, a jornalista Eneida de Moraes anunciou que a polícia havia proibido a realização do mesmo. Drummond afirma que a situação não era das mais favoráveis, notadamente por conta das prisões que estavam ocorrendo, inclusive de políticos liberais⁸³. Com a proximidade do início do congresso, a tensão aumentou:

⁸¹ Carlos Drummond de Andrade registrou em seus diários, no dia 13 de janeiro, o estabelecimento da censura prévia às notícias do congresso (ver ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, p. 19).

⁸² *apud* JORGE, Fernando. *Cale a boca, jornalista! O ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira*. 3ª edição revista e aumentada. São Paulo: Vozes, 1990, pp. 89-90.

⁸³ ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, p. 18. Em “Austregésilo de Athayde: o século de um liberal”, Laura Austregésilo e seu marido, Cícero Sandroni, relatam o episódio da prisão de um grupo de intelectuais liberais, entre os quais o próprio Austregésilo (razão pela qual ele esteve ausente do congresso de escritores, apesar de ter sido eleito delegado pela seção do Distrito Federal):

“Eram sete horas da manhã do dia 22 de dezembro de 1944 quando soou a campainha da casa número 171 da Rua Cosme Velho. Dadada, a governanta, Conceição de Jesus Costa, portuguesa que trabalha com a família desde a mudança para o Cosme Velho, preparava o café da manhã na cozinha e estranhou o fato de alguém aparecer tão cedo; resmungando, foi ao portão atender. Encontrou dois homens de terno, gravata e chapéu que queriam falar com o jornalista Austregésilo de Athayde.

– É muito cedo. A estas horas o patrão ainda dorme. Ele chega muito tarde do jornal – disse ela, mal-humorada, já se preparando para voltar à cozinha.

Os homens identificaram-se como agentes da polícia; precisavam ver o dono da casa o quanto antes. Alarmada com o tom de ameaça velada na voz dos dois, ela correu para avisar a patroa. Percebendo a gravidade da situação, Jujuca acordou Athayde, que logo entendeu tudo: os homens estavam ali para prendê-lo.

– O chefe pede seu comparecimento para algumas explicações, doutor – disse um deles.

Janeiro, 15 – Casa de Aníbal. Fala-se da pressão dos elementos ditos liberais para o adiamento do Congresso, que eles consideram inoportuno em face da situação geral. Ameaçam não comparecer. A diretoria da ABDE telegrafa ao Presidente da República pedindo suspensão da censura prévia. Aníbal, cívico e resoluto, prepara o discurso de instalação, interrompido a cada momento por telefonemas. [...] Telefonam de São Paulo, Aníbal perde um momento a calma, responde que “isto é provocação”. Seguirá amanhã à noite para São Paulo e de lá nos porá ao corrente do que se passa.⁸⁴

Os temores de alguns escritores acabaram não se confirmando, de modo que ao dia 22 de janeiro, conforme o programado, o congresso iniciou suas atividades. Por cinco dias consecutivos, escritores de todas as partes do país se reuniram, a fim de pôr em debate questões relacionadas não apenas aos seus dilemas profissionais e materiais, mas também éticos. Apesar das várias ausências, entre as quais a do próprio Carlos Drummond de Andrade, pode-se dizer que muitos dos maiores nomes da literatura brasileira estiveram presentes, realizando discursos inflamados e protagonizando intensos debates em torno dos temas sugeridos pelas teses enviadas ao evento.⁸⁵

1.2.2. O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores

A memória produzida acerca do conclave realizado pela A.B.D.E., calcada fundamentalmente no contexto de crítica à ditadura varguista, considera, quase de forma unânime, que o evento representou uma possibilidade de comunhão entre muitas das tendências ideológicas presentes na intelectualidade brasileira em meados dos anos 1940. De fato, excetuando-se aqueles que empregavam sua inteligência a serviço do regime ou que compartilhavam de certa simpatia com governos de tendência autoritária, pode-se dizer que os demais grupos pensantes do país estiveram representados no congresso de escritores. Assim, segundo Antonio Candido,

Athayde sabia que qualquer resistência seria inútil; pediu a Jujuca que avisasse Chateaubriand daquele contratempo. Perguntou aos homens se não seria bom levar consigo objetos de higiene pessoal – eles concordaram balançando a cabeça e o jornalista preparou-se para a hipótese de ter que permanecer algum tempo dormindo fora de casa. Permitiram que Athayde tomasse o café da manhã e em seguida colocaram-no num carro que rumou para o antigo Quartel dos Barbonos, onde ele encontrou Dario de Almeida Magalhães, Adauto Lúcio Cardoso, Virgílio de Melo Franco e Rafael Correia de Oliveira, os dois primeiros presos na véspera e os outros naquele mesmo dia. Logo transferidos para o Quartel de Cavalaria da Polícia Militar, na Rua Frei Caneca, sob a acusação de conspirarem contra o Estado Novo, foram trancafiados num pequeno quarto onde se espremiavam cinco camas” (SANDRONI, Cícero & SANDRONI, Laura Constância A. de A.. *Austregésilo de Athayde: o século de um liberal*. Rio de Janeiro: Agir, 1998, pp. 435-436).

⁸⁴ ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, p. 19.

⁸⁵ As listas de delegados e convidados ao congresso somaram um total de 282 nomes. As sessões plenárias, no entanto, por serem públicas, admitiam a presença de um número ainda maior de pessoas (ver LIMA, Felipe Victor. *O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo* (1945). Dissertação de Mestrado em História Social/FFLCH/USP, 2010, pp. 92-94).

o congresso projetado visava uma tentativa de conagração de todos os opositores do Estado Novo, passando por cima das divergências não apenas entre esquerda e liberais, mas dentro da própria esquerda, o que geralmente é mais difícil... Foi essencialmente um movimento de frente única das diversas correntes, com um senso de entendimento mútuo que levou quase toda a gente a entrar em compasso de trégua e até reconciliação, havendo muito aperto de mãos entre desafetos e acordo de paz para velhas brigas. O essencial era unir tacitamente as forças contra a ditadura.⁸⁶

Apesar de confirmar a diversidade existente entre os delegados ao evento, é a oposição entre “liberais” e “esquerda” que chama a atenção. Sem citar a presença de outros segmentos, como os católicos leigos, Candido parece, a princípio, simplificar as lógicas que permeavam o pensamento dos intelectuais que integravam as delegações. No entanto, a mesma dualidade está presente nas memórias de Jorge Amado que, ao considerar a existência de uma tendência “democrática” e outra “comunista” no congresso, referenda a ideia de que eram duas as diretrizes fundamentais que encaminhavam as ações daqueles que participaram do conclave. De acordo com o escritor baiano:

Da primeira, constituída por liberais, democratas-cristãos e sociais-democratas, pode-se dizer ter sido o germe da UDN, partido político de atuação posterior bastante dúbia, e da Esquerda Democrática (depois Partido Socialista). Apoiada por comunistas não alinhados (Caio Prado Júnior, Mário Schemberg que, aliás, não tardaram a se alinhar), obedecia a batuta de Carlos Lacerda. Carlos rompera com o pecê em 1942, iniciava percurso político que o levaria, em tempo relativamente curto, ao Governo do Estado da Guanabara e à chefia civil do golpe militar de 1964. A segunda reunia os comunistas ortodoxos, menos numerosos, porém ativos, atuantes. Entre eles Dionélio Machado, Dalcídio Jurandir, Moacir Werneck de Castro, Barão de Itararé (Aparício Torely), Raul Riff, Alina Paim.⁸⁷

É importante frisar que a oposição entre “comunistas” e “democratas” não pode ser encarada como uma adesão ou não ao ideal democrático. O próprio fato de Jorge Amado ter escrito suas memórias décadas após o evento, e já munido de todas as informações que revelaram ao mundo o terror praticado pelo regime stalinista na União Soviética, permite supor uma tendência do escritor baiano em promover uma releitura de suas próprias experiências e, evidentemente, dos posicionamentos assumidos pelos comunistas brasileiros no contexto do Estado Novo. Assim, apesar da divisão proposta por Amado possibilitar o mapeamento de grupos e, portanto, de personagens no âmbito do congresso da A.B.D.E., não se poderá considerar a presença comunista como um contraponto à luta pela democratização do país.

⁸⁶ CANDIDO, Antonio. “O Congresso de Escritores”. In: _____. *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 109.

⁸⁷ AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992, pp. 19-20.

Houve, efetivamente, um esforço dos membros das delegações e demais presentes em estabelecer (como bem observou Candido) um espírito de comunhão nos encaminhamentos da assembleia, o que ficou demonstrado não apenas na série de artigos publicados pela imprensa escrita a respeito do evento, mas também nos pronunciamentos que marcaram o início dos trabalhos no congresso. Ao longo de cinco dias, apesar dos conflitos decorrentes dos debates em torno das teses, o que ficou evidenciado foi justamente a busca por um discurso comum aos intelectuais do país comprometidos com o antifascismo, com a causa democrática, além da defesa dos direitos profissionais dos escritores. Nesse sentido, não deixava de ser sintomático o apelo feito por Aníbal Machado aos seus confrades durante a solenidade de abertura do conclave:

Reunidos pela primeira vez nesta Assembleia, tratemos de desmanchar o que nos diferencia e nos torna tão desconhecidos uns dos outros para melhor chegarmos ao que nos aproxima. Só essa comunhão nos importa. Comunhão necessária de pensamento, de consciência, de ação. Múltiplos são os problemas que devemos afrontar com a vontade unificada e um espírito vigilante. Se o escritor e o artista são intérpretes da vida, se eles se arrogam essa missão e a ela tem direito, que também saibam conduzir-se a altura de suas responsabilidades, definindo os próprios deveres e obrigações segundo a influência de seu papel como guias num mundo obscuro e atormentado.⁸⁸

Em sua fala, o escritor mineiro, conforme se pôde observar, remetia a algo mais que o mero desejo de união entre os intelectuais brasileiros; também transmitia a perspectiva de que os mesmos agissem segundo um princípio moral específico, qual fosse, a contraposição intransigente a toda e qualquer forma de violação à liberdade – naquele caso, identificada com as práticas totalitárias de governo. Daí a ideia de responsabilidade que permeava o discurso não apenas de Machado, mas também de Sérgio Milliet, segundo o qual o Congresso teria por objetivo maior “fixar em linhas gerais” uma espécie de “ética dos escritores”.⁸⁹

Nesse sentido, aos homens e mulheres de letras não seria dado o direito de negar sua “função social”, isolando-se dos problemas a sua volta e deixando o povo a mercê de mistificações, tais quais aquelas que assolavam a Europa e, na visão daqueles que estavam a frente da A.B.D.E., também o Brasil. Isolar-se, portanto, não seria uma opção aceitável, constituindo o que muitos consideravam um ato de traição ao próprio estatuto de intelectual. Ampliar o público leitor e, assim, aproximar-se de um número maior de pessoas, permitiria àqueles que se dedicavam ao pensamento responder às questões urgentes de seu tempo, abdicando de toda e qualquer ação autocontemplativa, ao mesmo tempo em que transformaria

⁸⁸ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 25.

⁸⁹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 24.

suas obras e seus escritos em instrumentos de luta pela liberdade e pela democracia. Nas palavras de Aníbal Machado:

[...] Ninguém pode fugir à sombra que o mundo lhe projeta. Nesse chão sem firmeza e por essa cena mal iluminada atravessa o fantasma do intelectual vagamente hamletizado. – Que vens fazer aqui? Perguntará o público-multidão. Resolver os teus problemas ou os nossos? Exibir o teu desespero, agravar as tuas dívidas? ou ajudar-nos a encontrar o que nos falta, exprimir o que sofremos, formular o que queremos? É para nos libertar, ou para nos explorar que escrever?

Caminhará isolado o escritor que não encontrar resposta justa a essas interrogações; isolado e alheio às realidades de seu tempo. E ninguém lhe negará o direito de sorrir com desprezo coroando-se a si próprio com as flores de seu jardim secreto. Hamleto acabará Narciso.

É porém um orgulho senhores congressistas poder responder ao povo interessado no resultado de nossas discussões e perante os intelectuais aqui presentes de outros países que os escritores e artistas do Brasil estão capacitados de sua missão histórica; que consideramos o divórcio entre nós e o povo como a morte não do povo mas a nossa morte. Não entre nós apenas mas entre nós e o público esperamos que a distância se torne de hoje em diante cada vez menor.⁹⁰

Tratava-se da confirmação de uma reviravolta ocorrida na trajetória da Associação. As palavras de Machado e Milliet, longe de apresentarem apenas as suas expectativas quanto aos rumos do congresso; também demonstravam uma clara indisposição com aqueles escritores que, porventura, estivessem atribuindo ao evento um mero sentido profissional, esvaziado de qualquer meta social e política. Conforme ficaria demonstrado na própria organização das comissões e no teor das teses encaminhadas às mesmas, a resolução dos dilemas que atormentavam os praticantes da escrita passava não apenas pela composição de uma lei mais adequada de Direitos Autorais, mas também pelo fim dos regimes que impunham o controle da produção de circulação de ideias. Por essa via, os congressistas não poderiam desatrelar os debates em torno de sua profissão das questões referentes à falta de liberdade imposta pelos órgãos do governo varguista – ainda que a crítica ao Estado Novo não fosse direta, mas enviesada pelo discurso antifascista.

Se, em seus primeiros anos, a A.B.D.E. – a exemplo da própria S.E.B. – não parecia demonstrar muito apego ao debate político, permitindo que em seus quadros estivessem presentes elementos tanto a favor, quanto contra o governo; em janeiro de 1945, com a perspectiva do fim do conflito mundial e da provável vitória das forças democráticas, o ambiente da entidade prezava pela crítica radical ao regime. Àqueles que simpatizavam com o estadonovismo, restou o distanciamento – em alguns casos, voluntário, e em outros, imposto, uma vez que aos mesmos não foi dado espaço dentro das delegações enviadas ao congresso. Vale lembrar que, naquele momento, entendia-se que toda e qualquer melhoria nas condições

⁹⁰ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 26.

da classe pensante passava, necessariamente, pelo estabelecimento da ordem democrática no país.

Dito isso, é importante que se apresente um quadro geral dos trabalhos das comissões e das conclusões a que as mesmas chegaram, sem evidentemente recair em uma descrição integral dos acontecimentos⁹¹, tampouco antecipar as questões pertinentes aos capítulos seguintes. Para tanto, vale salientar que os organizadores do evento promoveram regimentalmente a divisão das atividades do evento segundo quatro temas fundamentais: Cultura; Direitos Autorais; Cinema, Rádio, Teatro e Imprensa; e Assuntos Políticos. Nota-se o fato de que os mesmos representavam campos aparentemente díspares, mas que, integrados, indicavam uma possibilidade de que fossem debatidos os problemas de ordem tanto profissional, como cultural e político, todos de amplo interesse não apenas dos escritores, mas da intelectualidade como um todo. Partindo-se do princípio de que a A.B.D.E. representava uma tentativa de construção de um espaço intelectual autônomo no país, é possível considerar o seu primeiro congresso como um passo essencial nesse processo – e, provavelmente, seu ponto alto.

Entre as quatro comissões que dividiram os trabalhos do evento, aquela dedicada aos assuntos culturais foi, sem dúvida, a que recebeu o maior número de teses. A abrangência do tema, somada a certa imprecisão de alguns escritores ao enviarem seus textos ao congresso, fez com que um grande número de questões fosse levado àquela comissão. Entre as várias propostas encaminhadas, duas podem ser destacadas pela sua recorrência: em primeiro lugar, evidenciou-se um discurso em prol da alfabetização, com propostas de expansão educacional nos três níveis e obrigatoriedade do ensino básico, como forma de levar a cultura até as classes menos abastadas⁹²; em seguida, a necessidade de que fosse estendido a um número maior de pessoas, e dos mais variados estratos sociais, o acesso aos livros, notadamente a partir de iniciativas como bibliotecas populares e, em alguns casos, ambulantes.⁹³

⁹¹ Um estudo acerca do congresso dos escritores brasileiros de janeiro de 1945 pode ser encontrado em LIMA, Felipe Victor. *O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo* (1945). Dissertação de Mestrado em História Social/FFLCH/USP, 2010.

⁹² Acerca dessas teses, ver os exemplos de Hélio Magno, “Democratização da Cultura” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 169-172); João Cruz Costa, “Um movimento de educação popular” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 173-174); Dante Costa, “A saúde e a educação como armas de democratização da cultura” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 319-321); assim como Dalcídio Jurandir e Astrojildo Pereira, “Liquidação do Analfabetismo” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 280-283).

⁹³ Ver os textos de Nair Miranda Pirajá e Carmen Moreno, “A democratização da cultura por meio de bibliotecas populares” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 314-315), e A. Hoffman, “De que o povo precisa: cursos rápidos; livros instrutivos baratos; pequenas bibliotecas ambulantes” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 289-291).

Isso não significa dizer que outras questões não tenham sido tratadas pelas teses lidas e analisadas pela referida comissão. Regionalismo e nacionalismo, por exemplo, foram pontos característicos de alguns dos textos: enquanto Édison Carneiro defendia que fossem realizados estudos e pesquisas nas várias regiões do Brasil, reconhecendo as peculiaridades do país⁹⁴; Lúcia Miguel Pereira apontava para os possíveis riscos que uma literatura infantil importada poderia proporcionar às jovens mentes brasileiras⁹⁵. Além disso, os problemas econômicos da população, principalmente no campo⁹⁶, bem como a ausência de uma tradição universitária no país⁹⁷, também constituíram questões levadas ao conhecimento e debate dos congressistas.

De forma geral, parecia haver certo consenso entre os delegados ao evento quanto ao fato de que era necessário ampliar os meios de comunicação entre os escritores e a população. A aprovação das teses que versavam sobre o assunto, bem como os amplos debates que alguns dos textos suscitaram, denotava uma preocupação com a carência de leitores. Os escritores presentes ao evento entendiam que era necessário não apenas alfabetizar, mas também levar os livros até as pessoas, estimulando não apenas o gosto pela arte literária, mas ampliando as possibilidades de venda e circulação daquilo que era produzido no Brasil. Conforme se verá mais adiante, uma das questões fundamentais daqueles que se dedicavam à escrita era justamente a falta de espaço no mercado, em grande parte decorrente da falta de quem os pudesse ou mesmo os quisesse ler.

Evidentemente, os escritores consideravam que o atendimento destas demandas também cumpriria com os propósitos políticos do congresso, uma vez que não apenas possibilitaria uma formação cultural “mais adequada” das massas, mas também as prepararia intelectualmente na defesa contra “mistificadores” e “chantagistas” (numa clara alusão aos líderes totalitários europeus e, por conta da ditadura estadonovista, também a Getúlio Vargas). Nesse sentido, seriam eles, os próprios homens e mulheres de letras, os responsáveis por esclarecer a mente do povo, assumindo o papel de “guias” na defesa de valores como democracia e liberdade.

Isso se torna mais evidente a partir da leitura das conclusões e sugestões a que chegaram não apenas os membros da Comissão de Cultura, mas também outros delegados

⁹⁴ Ver CARNEIRO, Édison. “Estudos Regionais” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 175-176).

⁹⁵ Ver PEREIRA, Lúcia Miguel. “Literatura Infantil” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 322-326).

⁹⁶ Ver COSTA, Aguinaldo. “A reforma agrária permitiria o estabelecimento de uma das bases materiais mais sólidas para a democratização da cultura no Brasil” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 292-303).

⁹⁷ Ver CARPEAUX, Otto Maria. “Vida literária e vida universitária” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 284-288).

presentes ao congresso. Entendia-se, fundamentalmente, que o nível cultural do país era deficiente, e que os meios empregados até aquele momento para a solução do problema mostravam-se, “em geral, inócuos e, por vezes, prejudiciais”. Isso, por sua vez, justificava-se pela ausência de iniciativas que melhorassem o cenário social, econômico e político brasileiro. Portanto, seria necessária uma reforma no sistema de educação organizado pelo Estado, capacitando-o à difusão de “um ensino livre das barreiras de sexo, religião, posses econômicas ou credos políticos”.⁹⁸

Em comentário aos trabalhos da comissão, bem como aos seus resultados, Fernando de Azevedo salientava que a democratização da cultura implicava “uma política democrática em geral e, em consequência, uma política democrática de educação e cultura”. De acordo com ele, os congressistas deveriam estar engajados na defesa de uma vida social “espontânea, borbulhante, diversificada”, no sentido de proporcionar ao país um maior número de pessoas diferentes. Para tanto, seria necessário a adoção de um Estado que tivesse a preocupação de fazer uma larga sondagem nas massas e atrair para as escolas todos os indivíduos, divididos entre instituições especiais de ensino, segundo as aptidões de cada um. Na visão de Azevedo, somente desta forma, ter-se-ia uma política democrática da educação.⁹⁹

Sua crítica dirigia-se, fundamentalmente, à “vida social do tipo fascista”, que privilegiava a homogeneidade entre os indivíduos, dentro dos fins políticos do Estado. Assim:

se em vez de um Estado organizado em bases democráticas, nós tivermos um Estado que tenha por objetivo uniformizar o indivíduo, como se fosse uma grande usina, à semelhança dessas salsicharias gigantescas, em que o porco entra numa extremidade, saindo noutra em forma de presunto, nós teremos uma política autoritária e aristocrática.¹⁰⁰

Além disso, Azevedo destacava o fato de que o processo de democratização da cultura reclamava uma série de medidas econômicas, sociais e políticas – negligenciadas pelas teses apresentadas até aquele momento. Outro fator importante seria a “própria missão social do escritor” e o conceito que este fazia da cultura: “ou uma literatura de luxo, feita para divertir os ociosos, ou uma literatura em sentido social, que permita uma comunhão mais íntima entre os autores e o público, entre os criadores e as massas”.¹⁰¹

Em vista destas observações, onde ficavam claras as intenções de Fernando de Azevedo quanto à instituição de um Estado democrático e de uma participação mais ativa de

⁹⁸ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 91-92.

⁹⁹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 92-93.

¹⁰⁰ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 93.

¹⁰¹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 93.

seus confrades no processo de democratização da cultura, foi proposto ao plenário uma espécie de texto alternativo às conclusões apresentadas ainda há pouco. Este texto, que seria publicado dias depois, em 10 de fevereiro, no jornal *Folha da Manhã*, era assinado por Cruz Costa, Carlos Lacerda, Antonio Candido, Antônio Franca, Luis Martins entre outros, além do próprio Fernando de Azevedo.

O PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE ESCRITORES

Considerando que à cultura incumbe o dever de se entregar inteiramente ao estudo, debate e solução dos grandes problemas do país e à defesa e ao amparo das classes que até hoje viveram privadas de seus benefícios;

Considerando que os métodos de produção se transformam não somente devido a causas econômicas, mas também a causas intelectuais, como as descobertas e invenções que nem sempre se originam quando as exige a situação econômica;

Considerando que o problema da democratização da cultura está intimamente ligado ao da criação de uma ordem social, mais justa e mais humana, em que haja igualdade de oportunidade para todos;

Considerando ainda que não é possível, nos trabalhos de um Congresso, fazer um juízo claro e exato sobre problemas tão numerosos e de complexidade crescente como esses que envolve a ideia de democratização da cultura;

sugere à Associação Brasileira de Escritores, como instituição de classe e a todos os escritores que a constituem, nas diversas unidades da Federação,

1) que todos cooperem na defesa do conceito da liberdade que julga cada homem como o meio do fim de si mesmo e, de forma alguma, como o meio do fim de outro homem e, em consequência, na defesa da liberdade de pensamento, de crítica e de 6) cátedra indispensável a toda obra de cultura e de criação;

2) que sempre em todas as oportunidades se manifestem em defesa dos direitos e da dignidade da pessoa humana e dos valores da vida interior contra as tendências de domínio e absorção do indivíduo, capazes de reduzi-lo a um simples instrumento do poder político;

3) que, dentro do mais alto espírito de unidade nacional, reconheçam e defendam, como a mais favorável à vida intelectual em todas as suas manifestações, uma vida social democrática de tal modo organizada que permita e favoreça as diferenças individuais, de acordo com as aptidões de cada um, e uma multiplicidade de expressões culturais diversas;

4) que contribuam, por todos os meios de que possam dispor, e, portanto, com suas críticas, propostas e sugestões, para a reestruturação do sistema nacional de educação e de suas instituições escolares, em todos os graus de ensino, com espírito e em bases democráticas;

5) que, em particular, procurem promover e prestigiar quaisquer medidas, fragmentárias ou constituídas em sistema, e destinadas a facilitar seus diversos graus e a participação maior das massas na cultura, como entre outras, a gratuidade do ensino, em todos os graus, a expansão quantitativa das escolas, desenvolvimento do ensino rural, as missões culturais e técnicas, a multiplicação das bibliotecas públicas, fixas ou circulantes, as bolsas de estudos, e os cursos de férias, de conferências ou de extensão universitárias;

6) que se disponham sempre a apoiar e a estimular todas as iniciativas, particulares ou públicas, de viagens de estudos, de excursões culturais, ou de explorações científicas realizadas com o propósito de investigações regionais dos múltiplos e complexos aspectos da vida do sertão, do campo e da cidade, para estudar os problemas de nossas populações indígenas, sertanejas rurais e urbanas, e proporcionar à direção política do país as soluções que a ciência aconselha para esses problemas;

7) que, tendo na devida consideração, o papel importantíssimo que exercem ou são chamados a exercer a revista, o jornal, o livro, o teatro, o cinema e, sobretudo, o rádio, procurem animar por todos os meios possíveis e nas oportunidades que se oferecem, todos os esforços tendentes a aumentar a eficiência e a dilatar a esfera de ação desses

poderosos instrumentos de informação, de influência educativa e artística e de irradiação da cultura, nas mais diversas modalidades;

8) que, embora não se deva confundir agitação, propaganda e literatura como obra de arte e não seja possível atingir o escritor o máximo de sua força, na língua e no estilo, senão entregando-se, na plenitude da liberdade, à sua própria inspiração, tenham presente os escritores a ideia de que somente a literatura e a arte desempenham um papel social, servem à coletividade de seu tempo, e se alimentam e se renovam em contato com todas as camadas sociais, podem realizar uma comunhão fecunda entre o povo e os criadores culturais;

9) que considerem, pois, os escritores a função que lhes cabe ou que podem exercer no processo de democratização da cultura, o qual não se realiza somente, como se supõe, de fora para dentro, sob pressão de causas internas, (reformas e medidas de caráter econômico, social, político, escolar, etc.), mas pela força interna de criação e de renovação, de uma cultura de mandato social, enraizada na vida do povo, e alimentada nas suas tradições e lembranças, nas suas necessidades e nos seus problemas, nos seus sofrimentos e nas suas aspirações;

10) que apoiem e estimulem toda a literatura inspirada em nossa melhor tradição liberal como ainda a literatura moderna que se vem desenvolvendo há mais de vinte anos, no país, e com a qual, por mais achegado às fontes populares, na sua linguagem, no seu sentido social e pela compreensão da vida coletiva, nos seus aspectos fundamentais, se tem reduzido, entre nós, o divórcio entre o público e os escritores, entre o povo e os criadores da cultura.¹⁰²

Por se tratar de um texto com claro teor liberal, não faltavam ressalvas por parte de alguns dos signatários do documento, notadamente os comunistas. Pedro Mota Lima e Astrojildo Pereira, por exemplo, declaravam que, apesar das suas restrições de ordem filosófica, eles estavam perfeitamente de acordo com o conjunto das sugestões, principalmente pelas críticas ao nazifascismo.¹⁰³

De toda forma, tais questões pareciam seguir uma premissa básica, segundo a qual era necessário que se intensificasse o “fenômeno educacional” – por meio da alfabetização, por exemplo – como forma de promover ainda mais o “fenômeno literário”. Caso tal processo não fosse colocado em prática, o país continuaria assistindo a um movimento crescente de formação de uma espécie de “aristocracia das letras”. De acordo com um artigo publicado pelo *Correio Paulistano*, em 28 de janeiro, o problema dizia respeito a como realizar tal “democratização” ou “difusão” cultural, em um país sem um “aparelho educacional proporcional à população em idade escolar”. Neste sentido, seria preciso que os escritores se batessem por um amplo trabalho de disseminação das escolas, como forma de diminuir a margem de analfabetos no Brasil, que já teria alcançado índices próximos a sessenta por cento. Segundo o texto, somente pela generalização da instrução é que se conduziria “à formação de uma cultura nacional indispensável”.¹⁰⁴

¹⁰² Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 93-95.

¹⁰³ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 95-96.

¹⁰⁴ “A democratização da cultura”. In: *Correio Paulistano*. 28 de janeiro de 1945, p. 4.

No que diz respeito à perspectiva de análise adotada por este trabalho, é importante que se destaque um elemento fundamental deste artigo que, apesar de ter sido colocado de modo sutil, reflete uma importante questão, que estaria por trás de grande parte dos discursos em prol da questão da alfabetização e da difusão da leitura, a saber: a promoção da literatura nacional, a partir da ampliação do público leitor. Conforme se disse, ainda há pouco, deve-se atentar para o fato de que o conclave dos escritores visava, além das mudanças políticas – próprias do discurso elaborado em prol da união das várias dissidências existentes no seio da intelectualidade brasileira – uma melhoria nas condições econômicas daqueles que se dedicavam ao ofício das letras e, portanto, não se poderá pensar um discurso em prol da alfabetização descolado deste objetivo maior que era, sem dúvida alguma, aumentar o número de consumidores de bens simbólicos, especificamente os livros.

A própria defesa da liberdade e da democracia compunha parte deste discurso, uma vez que os intelectuais, por meio de suas obras escritas, poderiam exercer o seu papel de guias do povo, munindo-o de um arsenal de informações capaz de torná-lo resistente ao totalitarismo e à repressão. Dessa forma, a leitura das conclusões da Comissão de Cultura sugere a impossibilidade de se analisar, separadamente, as questões de democratização cultural, alfabetização, ampliação do público leitor, melhoria das condições materiais do escritor, democratização e o papel social do intelectual.

Considerado, portanto, o fato de que o caráter participante dos homens e mulheres de letras passava pelo debate acerca de seus dilemas profissionais, não surpreende que o grau de importância dado ao tema dos direitos autorais, apesar da preponderância das discussões de ordem política. Deve-se ter em mente o fato de que a resolução dos problemas relacionados ao ofício da escrita estava entre os fins primeiros da A.B.D.E., de modo que, por essa mesma razão, foram intensos os trabalhos em torno das teses apresentadas, com sugestões e questionamentos de parte a parte.

É importante, neste sentido, atentar para o fato de que uma parcela significativa dos textos versava por questões de ordem legal, tratando de leis especificamente, referentes ao valor a ser pago pelas editoras ao escritor e às formas de pagamento; às obrigações do editor para com o escritor, bem como do escritor para com o editor; ao problema das traduções; bem como aos dilemas em torno da queda da obra no “domínio público”¹⁰⁵. Além disso, houve

¹⁰⁵ Ver ALMEIDA, Paulo Mendes de. “Considerações sobre os direitos autorais” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 215-221); FEDER, Ernesto. “Os direitos autorais do jornalista” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 272-279); MONT’ALEGRE, Omer. “Direitos Autorais” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 269-275); e MENEGALE, Guimarães. “Projeto de Lei” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 245-258).

teses que procuravam “moralizar” o exercício da crítica, no sentido de que se protegesse os autores de ataques meramente pessoais, sem que se tivesse feito a real análise de suas produções.¹⁰⁶

Por não se tratar, o presente capítulo, do espaço destinado à discussão em torno dos problemas de ordem profissional dos escritores, o conteúdo das teses será tratado posteriormente. Ainda assim, cumpre dizer que a ampliação do mercado editorial foi, possivelmente, o principal motivador das resoluções do congresso no que tangia ao debate sobre os direitos autorais, na medida em que o crescimento do público leitor e do número de editoras proporcionaria aos escritores – ao menos, em tese – um maior espaço para as suas produções e, neste sentido, um aperfeiçoamento das suas condições profissionais. Não por acaso, a questão das traduções era tão debatida, posto que um grande número de obras estrangeiras adentrava o país, com sucesso de vendas, ao passo que as obras brasileiras pouca aceitação tinham entre os leitores e, conseqüentemente, entre os editores.

Dessa forma, é possível traçar um paralelo entre as várias teses levadas à apreciação do plenário do congresso, uma vez que todas elas pareciam convergir para um mesmo ponto: dar especificidade ao campo literário, a partir de uma regulamentação que não apenas garantisse aos escritores seus direitos sobre o que produziram, garantindo-lhes a sobrevivência a partir dos dividendos obtidos pela venda de seus livros; mas, sobretudo, definisse o que, exatamente, constituía a profissão do escritor, protegendo-o da ação dos chamados “dilettantes” que, descompromissados com questões estéticas e morais, reivindicavam arbitrariamente, para si, o estatuto de homens de letras.

Pode-se afirmar, por hora, que as discussões internas da A.B.D.E. acerca dos direitos autorais eram ainda incipientes e, ao menos nos próximos dois anos, elas serão esporadicamente levadas ao conhecimento do grande público, via imprensa. Somente com o envio de um projeto de lei à Câmara Federal, em dezembro de 1946, e por conta da proximidade do segundo congresso da associação, o debate se tornou mais rico e intenso, expondo não apenas as ideias que escritores e editores tinham a respeito do tema, mas também as diferenças ideológico-partidárias que, àquela altura, já ameaçavam a integridade da entidade.

Diferentemente das duas comissões anteriores, a que estava encarregada das questões concernentes ao Rádio, Teatro, Cinema e Imprensa não recebeu um grande número de teses. Divididos em grupos menores – cada qual responsável por uma área em específico – os

¹⁰⁶ Ver NICOLUSSI, Haydeé. “Literatura Profissional” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 259-268).

membros da comissão não tiveram muito trabalho, ao ponto do relator dos assuntos de cinema ter exposto suas conclusões sem que houvesse recebido qualquer texto ou proposta. Em vista disso, uma apreciação apressada poderia supor que, por não se tratar de temas relacionados diretamente ao mundo literário, os escritores não teriam razões para se debruçar com maior ênfase sobre os mesmos. Contudo, se levado em conta o fato de que esses espaços de informação e produção cultural estavam sujeitos ao controle do Estado Novo, via Departamento de Imprensa e Propaganda; o desdém aparente dos profissionais da pena – tão descontentes que estavam com a falta de liberdade de opinião que grassava no país – não deixa de causar certa estranheza.

Isso não significa dizer que as conclusões expostas ao plenário do conclave desconsiderassem igualmente a questão da censura. Pelo contrário, os relatores das subcomissões pareciam unânimes quanto à necessidade de que o exercício do jornalismo, tanto quanto da atividade cinematográfica, teatral e radiofônica fosse livre – autonomia, inclusive, que deveria ser estendida aos críticos. No entanto, pela quase ausência de teses que versassem sobre os referidos temas, as proposições levadas à votação dos delegados eram, em grande parte, uma série de indicações de ordem prática, em que a A.B.D.E., longe de se tornar realizadora de algo, apenas sugestionava – quase sempre ao próprio Estado – as mudanças que deveriam ocorrer.

Essas transformações, por sua vez, além do melhoramento dos quatro campos aos quais se dedicava a comissão, proporcionariam uma ampliação nas possibilidades de atuação dos escritores. Em linhas gerais, entendia-se a necessidade de que aqueles que dedicavam sua vida à escrita tivessem maior espaço no Rádio, no Cinema e no Teatro. Por essa via, compreende-se o caráter de algumas propostas, como o controle da A.B.D.E. sobre a tradução dos letreiros de filmes estrangeiros; a exibição, semanal e gratuita, durante as projeções, de “uma papeleta” contendo uma lista de livros “do momento” nacionais ou não; bem como o incentivo a irradiação de trabalhos literários. Acerca deste último ponto, aliás, pode-se somar a ação da associação no sentido de proteger a integridade das obras levadas ao público – muitas vezes, modificadas pela ação de anunciantes – e também garantir a justa remuneração aos seus autores.¹⁰⁷

O aspecto do pagamento aos jornalistas também era ressaltado. Por se tratar de uma atividade a qual se dedicavam, possivelmente, a maioria dos escritores brasileiros do período,

¹⁰⁷ Conferir os debates referentes aos trabalhos da Comissão de Rádio Teatro, Cinema e Imprensa (Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945, pp. 96-104).

um debate acerca dos problemas relacionados à imprensa não poderia deixar de abordar os aspectos profissionais e, evidentemente, financeiros, do jornalismo.

Vistos dessa forma – e ainda que o aspecto da censura não tenha passado de todo despercebido – os trabalhos da comissão de Rádio, Cinema, Teatro e Imprensa pareciam estar muitos mais interessados em proporcionar aos homens e mulheres de letras maiores possibilidades de ação e, claro, de remuneração. A leitura das poucas teses analisadas pelos comissários não revela grandes debates de ordem política por parte dos autores dos textos, com exceção de um relativo à atividade teatral, intitulado “Teatro do Povo”, de autoria de Joracy Camargo.¹⁰⁸

Em linhas gerais, o texto considerava a necessidade de modificações na linguagem teatral, tornando-a mais popular, mais próxima das questões que inquietavam o grosso da população. Para tanto, seria imperativa a atuação dos escritores, no sentido de serem eles o promotores desta aproximação entre o teatro e o povo. Longe de ser uma arte destinada a elucubrações de ordem filosófica, desinteressadas quanto aos problemas que se apresentavam no mundo a sua volta, a atividade teatral deveria cumprir um papel de veículo de informação e reflexão da realidade – “político”, portanto.

De acordo com Joracy Camargo, um congresso de escritores – “engenheiros do espírito humano” – não deveria considerar a questão do teatro “apenas do ponto de vista artístico ou cultural, mas, sobretudo, no seu aspecto político e pedagógico”. Segundo ele, o verdadeiro teatro político e social era “aquele que não se destinava exclusivamente a uma classe”, e não mantinha “uma atitude passiva e inerte, portanto conservadora, em face das necessidades e dos sofrimentos da massa”, cujas reivindicações, antes dos movimentos revolucionários quantitativos, competiriam, “por uma questão de solidariedade humana, aos escritores e artistas, únicos intérpretes das ansiedades, dos conflitos e dos dramas do povo”. Em outras palavras:

O teatro político ou revolucionário é o resultado de um estado de opinião que os escritores recolhem e valorizam, levando-o da razão e da convicção à imaginação e à sensibilidade do povo. Como todas as artes, apenas interpreta as realidades conhecidas, mostrando-as aos que delas se apercebem. Um teatro impregnado dessas realidades suscitaria a mesma paixão, a mesma emoção dos jogos de futebol, que, no Brasil, apaixonam ao mesmo tempo escritores e analfabetos. E se os outros gêneros da literatura não podem, impunemente, fugir à conexão que existe entre a emoção literária e a sua transcendência social e política, o teatro, por seu turno, deixaria até de existir se não se submetesse a essa impossibilidade [...] O teatro político, portanto, é o teatro da vida atual, da vida em marcha, impregnado da chamada verdade dramática e

¹⁰⁸ CAMARGO, Joracy. “Teatro do Povo” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 183-191).

dramatúrgica, ativo, dinâmico, exaltando e estimulando a realidade da vida, sem parar, recolhendo suas melhores vibrações e projetando-as no futuro. Se o teatro é uma arte para as multidões, como o foi em seus tempos áureos, não há de ser agora, numa das épocas mais dramáticas da humanidade, que pretenda afastar-se das características de sua origem. Ao contrário, deve dirigir-se, com maior intensidade, à consciência da maioria, enfrentando os problemas e as inquietudes coletivas. Teatro político é o teatro que educa a massa, não no sentido artístico, literário ou cultural, pois é sabido que a cultura literária antes de formar, deforma o gosto do público teatral, mas no próprio sentido político e social, dando à imaginação do povo uma válvula de segurança, o caminho do infinito, que só a verdadeira arte pode indicar. Não devemos esquecer que o povo, pela imaginação, só assume duas atitudes: a do protesto e a do aplauso, movido em ambos os casos por uma realidade política.

Diante destes argumentos, o autor chama os escritores à construção de um “Teatro do Povo”, que ensinasse o povo a viver ou que, ao menos, lhe fornecesse “os elementos para uma compreensão mais nítida da vida, não só das suas responsabilidades, como dos seus direitos”. Na visão de Joracy Camargo, era preciso que os indivíduos se tornassem úteis a si mesmos e à coletividade, habilitados a reivindicar coletivamente a satisfação de suas necessidades. Daí a posição fundamental dos homens de letras que, como “líderes naturais de todas as correntes populares”, deveriam dar a essas massas os subsídios para sua livre manifestação, desvinculada dos interesses das classes dominantes. O momento era extremamente oportuno, dada a proximidade de novas eleições, e a possível volta a um regime democrático. Dessa forma, o autor de “Teatro do Povo” solicitava aos congressistas que definissem a posição e a função dos escritores, fixando-lhes as responsabilidades na “formação da nacionalidade brasileira”.

Este apelo, como fica demonstrado, reafirmava as expectativas iniciais do congresso, fortalecendo a ideia de que ao escritor caberia o papel de guia do povo na luta pelos ideais de liberdade e democracia. E foi com base, principalmente, neste aspecto, que se realizaram os trabalhos daquela que seria a mais celebrada das comissões do conclave, a saber, a de Assuntos Políticos.

Deve-se lembrar, uma vez mais, que a construção de um campo intelectual autônomo no Brasil, ainda que aquele fosse um congresso de escritores, passava necessariamente por um processo de abertura política, o que colocaria termo às práticas de censura do Estado Novo. Portanto, a oposição ao regime ou, mais especificamente, a luta pela democratização política, constituía um elemento essencial para o homem de pensamento, na medida em que poderia manifestar livremente as suas opiniões.

Neste sentido, cumpre salientar que a grande parte das teses não se dirigia diretamente ao governo, utilizando-se, na maior parte dos casos, de um discurso sugestivo, por assim dizer, que estivesse promovendo a crítica ao Estado, ainda que não houvesse nenhuma

referência explícita a ele. Dessa forma, poderão ser encontrados textos que retomavam o conceito de “federação”, em prol das peculiaridades regionais que compunham a cultura brasileira¹⁰⁹; que solicitavam o fim das perseguições às populações estrangeiras (notadamente aquelas oriundas dos países participantes do Eixo) e a valorização das contribuições que as mesmas poderiam trazer ao Brasil¹¹⁰; que defendiam uma atitude mais politizada dos intelectuais na luta contra o totalitarismo¹¹¹; bem como problematizavam os próprios conceitos de Liberdade e Democracia¹¹². Além disso, outras teses procuravam demonstrar a incompatibilidade existente entre produção cultural e regimes de exceção¹¹³. No limite, construía-se um discurso de oposição ao nazifascismo, porém com os olhos voltados para o estadonovismo.

De uma forma geral, as teses pregavam o imperativo de uma ação da intelectualidade, notadamente os escritores, de cumprir o seu papel no sentido de levar ao conhecimento das massas os perigos representados por governos construídos em mentiras e mistificações. Para tanto, os membros da chamada “inteligência” deveriam guardar uma maior proximidade com as classes subjugadas mental, social, política e economicamente. Os textos levados ao congresso da A.B.D.E. eram taxativos quanto ao fato de que seriam essas as pessoas que menor resistência ofereciam aos regimes opressores, na medida em que não possuíam esclarecimento suficiente para combater as falsificações da realidade impostas por estas formas de governo. Neste sentido, a falta de acesso popular a cultura e ao conhecimento constituía um elemento chave para a ascensão de governantes totalitários e repressores. Ao homem de pensamento, portanto, caberia a tarefa de dar esclarecimento aos membros da sociedade, a partir da defesa de valores como Liberdade e Democracia, como forma de cumprir a sua função social.

Outro ponto a ser destacado é a forma como o discurso político estava ligado às questões profissionais, na medida em que apenas dentro de um ambiente democrático, o

¹⁰⁹ Ver REGO, Alceu Marinho. “Federação e Cultura” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 229-232).

¹¹⁰ Ver HEINKE, Bernardo. “O Brasil, uma só Nação Unida” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 78-80).

¹¹¹ Ver BORBA, Osório. “O apoliticismo dos intelectuais” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 238-241); e DUTRA, Lia Corrêa. “O escritor na guerra e no mundo de após guerra” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 332-341).

¹¹² Ver MIRANDA, Pontes de. “Democracia e Planificação”. (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 145-146); e CHAVES NETO, Elias. “O intelectual em face do problema da liberdade” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 342-350). Os autores, notórios por seus posicionamentos “à esquerda”, criticavam especificamente a perspectiva liberal acerca dos dois conceitos enunciados.

¹¹³ Ver MONTENEGRO, Olívio. “O Estado Totalitário e a Vida Intelectual” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 233-237); e FEDER, Ernesto. “A resposta da literatura alemã ao nazismo. Ela emigrou” (Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 351-357).

escritor, e a intelectualidade como um todo, poderia realizar-se plenamente, falando, por meio de sua arte ou de sua crítica, aquilo que realmente pensava, sem as amarras impostas por um órgão de censura. Dessa forma, a oposição declarada ao Estado Novo constituía, além de uma reação dos escritores ao ambiente de repressão presente no país, bem como à anunciada queda dos regimes nazifascistas nos campos de batalha da Europa; também uma forma de defender os direitos de livre iniciativa, elemento fundamental à prática da escrita (fosse no campo da criação artística, da pesquisa acadêmica ou do exercício da crítica).

Vale dizer que aquelas teses, bem como os trabalhos da Comissão de Assuntos Políticos, podem ser entendidos como o ápice de um período específico da Associação Brasileira de Escritores e, por que não dizer, da própria trajetória da intelectualidade antifascista do país. Considerado o fato de que um dos elementos fundamentais da fundação da entidade foi justamente o combate aos ideários totalitários que triunfavam na Europa, com claros reflexos na política do Brasil, aquele momento foi entendido por muitos homens e mulheres de letras como uma espécie de “coroamento” de sua luta. Não por acaso, os delegados ao conclave viam-se como soldados que, em seu esforço pela vitória das forças democráticas, serviam-se da pena como arma nos embates travados no campo das ideias. Em vista disso, foram representativos os trabalhos finais do congresso:

PRESIDENTE – Vou ler a primeira moção:

“Ao encerrar os seus trabalhos, o 1º Congresso Brasileiro de Escritores dirige à Força Expedicionária Brasileira, na pessoa do seu comandante, general Mascarenhas de Moraes, uma saudação fraternal. A bravura e o sacrifício dessa vanguarda do povo brasileiro não só dignificam a nação e preservam os direitos que lhe cabem na estruturação de um mundo democrático no pós guerra, como representam inspiração, exemplo, orgulho e carinho pelos nossos irmãos em armas. Os escritores brasileiros saberão cumprir, na frente interna, os deveres que à Força Expedicionária Brasileira coube legitimar e consagrar com o seu esforço. O 1º Congresso Brasileiro de Escritores está certo de que encarna, nesta moção, os sentimentos unânimes do povo brasileiro” (Prolongados aplausos).

PRESIDENTE – Parece que em relação a esta proposta é inútil verificarmos a votação. Esta proposta está aprovada por aclamação.

Vou ler a segunda moção:

“Propomos que este Congresso, em resposta à saudação que nos foi enviada pelos correspondentes de guerra atualmente servindo à FEB, dirija aos nossos companheiros uma mensagem na qual se acentue o propósito desta assembleia de defender, dentro do país, os princípios pelos quais lutam os nossos soldados nos campos de batalha da Itália. O Congresso se orgulha de ter entre os membros das associações de escritores que o promovem, os bravos homens de imprensa que nos enviam a sua valiosa solidariedade neste momento”

FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA – Sr. Presidente. Proponho que essa saudação seja extensiva aos bravos soldados José César Borba e Geraldo Vidigal, que conheço pessoalmente e que estão entre os que formam a FEB. São dois jovens escritores: não sei se Geraldo Vidigal é sócio da Associação Brasileira de Escritores (aliás quero comunicar ao plenário que esse moço foi recentemente citado em Ordem do Dia por ato de bravura), mas José César Borba é sócio desta entidade. Por esse motivo

proponho que esta saudação seja extensiva a esses nossos dois bravos colegas (*muito bem – aplausos*).

PRESIDENTE – Está aprovada por aclamação essa proposta.

Passo agora a ler a terceira moção:

“À medida que ressurgem do opróbrio e da dominação nazista as nações subjugadas, o mundo passa a conhecer por inteiro a ação dos escritores que, em cada um desses países, não renegaram a dignidade da inteligência e seus deveres para com o povo e a liberdade.

A esses escritores dirige o 1º Congresso Brasileiro de Escritores uma saudação fraternal, para exprimir-lhes a sua admiração e a certeza de que seu exemplo constitui inspiração para seus colegas brasileiros. Destacamos especialmente, pelas afinidades profundas que sempre nos uniram aos seus intelectuais, os escritores franceses da Resistência e os antifascistas que, na Itália, souberam combater os princípios anti-humanos da ditadura e a prática desonrosa desses métodos de opressão.

Não esquecem os escritores brasileiros a atividade digna e nobilitante dos seus colegas espanhóis, aqueles que se encontram nas prisões da “hispanidad”, aqueles que podem resistir no exterior e preparar o ressurgimento da grande República espanhola. E também não esquecem, no seu afeto e na sua admiração, os escritores portugueses não-conformados com as imposições de silêncio, das meias-palavras, dos pensamentos esmagados no seu país” (*prolongados aplausos*).

ANTÔNIO CÂNDIDO – Senhor Presidente. Eu pediria que essa mensagem de saudação fraternal fosse estendida aos escritores mortos, como Garcia Lorca, que já não podem mais lutar porque foram assassinados pelo fascismo.

PAULO MAGALHÃES – Senhor Presidente. Proponho que sejam incluídos entre esses escritores os intelectuais paraguaios, que nos enviaram uma mensagem tão significativa.

PRESIDENTE – Há outra mensagem nesse sentido e que será lida em pouco, estando por conseguinte prejudicada a proposta do ilustre congressista. Declaro aprovada por unanimidade a 3ª proposta, com o aditivo apresentado pelo sr. Antônio Cândido.

Vou ler a 4ª moção:

“Reunidos no seu 1º Congresso, pela Associação Brasileira de Escritores, os escritores brasileiros enviam aos seus confrades latino-americanos uma saudação fraternal. Destacam especialmente aqueles que, em qualquer país da América, se encontram sob constrangimento e violência. E acentuam, nesta oportunidade, a sua admiração e simpatia pelos paraguaios e argentinos democratas, exilados ou presos.

Tradicionais e sinceros amigos do Brasil, os homens de pensamento do Paraguai e da Argentina passam agora uma prova que representa, de modo eloquente, a autenticidade dos seus sentimentos democráticos, a bravura do seu comportamento, a confiança que depositam nos sagrados direitos do seu povo e a fidelidade que mantém para com os deveres do escritor”.

ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA – Senhor Presidente. Propomos que a saudação feita aos correspondentes de guerra seja extensiva ao pintor e soldado expedicionário Carlos Scliar (*aplausos prolongados*).

PRESIDENTE – Está aprovada por aclamação. Com o aditivo proposto.

A quinta moção é a seguinte:

“Se o escritor é a consciência do mundo, o 1º Congresso Brasileiro de Escritores representa a consciência de seu povo e a expressão da sua época. Por isto, julga-se no dever de saudar os escritores das Nações Unidas, destacando especialmente aqueles que combatem com armas na mão ou na vanguarda do esclarecimento da opinião pública, pela redenção do mundo e pela sua extinção da mesma ameaça nazista.

Americanos, ingleses, russos, chineses, escritores do mundo livre, aqueles que sabem honrar o mandato imposto pela inteligência, representam a guarda dos princípios pelos quais se batem os soldados. O dever de participar, a necessidade de esclarecer, de informar e de criar em beleza e em força de compreensão o mundo que os soldados foram buscar com suas armas, constituem as normas que dignificam esses escritores e merecem, da parte dos seus colegas no Brasil, a mais ardente simpatia. Esta declaração representa um compromisso de que também nós, os escritores brasileiros, executaremos a nossa parte na tarefa comum do esclarecimento, da compreensão, da criação artística e da construção democrática do mundo”.

SÍLVIO JÚLIO – Eu pediria que se substituísse nessa moção a palavra “escritores” pela palavra “artistas”, porque temos pintores, músicos, escultores, que estão concorrendo tanto como nós, homens da pena, para implantação do espírito da liberdade do mundo.

PRESIDENTE – Tenha a bondade de apresentar essa proposta por escrito. Está aprovada por aclamação a 5ª moção. Vamos passar a 6ª moção:

“A Comissão de Assuntos Políticos, pelos seus membros abaixo-assinados, propõe à aprovação do Plenário a seguinte moção:

Encerrando os seus trabalhos, o 1º Congresso Brasileiro de Escritores manifesta a sua solidariedade aos escritores nacionais sujeitos à censura prévia dos seus escritos, acrescentada ao sistema de censura já existente, ou à proibição de escrever e aos submetidos a processo e encarceramento por delito de opinião.

O 1º Congresso confia em que sejam anuladas tais restrições à liberdade de expressão do pensamento”.

APARTE – Peço à assembleia uma salva de palmas para os Congressistas que se encontram nessa situação. Com isso, estaremos hipotecando solidariedade a companheiros nossos de Congresso. Não preciso citar nomes, pois todos sabem de quem se trata.

PRESIDENTE – Passo a ler a 7ª moção:

“O 1º Congresso Brasileiro de Escritores presta homenagem à memória dos escritores mortos na luta contra o fascismo em todo o mundo”.

(Muito bem. Aplausos.)

Está aprovada por aclamação. Passo a ler a 8ª moção:

“Propomos sejam lidas na sessão de encerramento do Congresso todas as moções e conclusões gerais da Comissão de Assuntos Políticos”.

(Muito bem. Aplausos.)

Está aprovada por aclamação.¹¹⁴

As congratulações aos soldados brasileiros que estavam na Europa – muitos dos quais escritores e artistas – bem como aos intelectuais de outros países, deixou demonstrado, de maneira ainda mais clara, o espírito de oposição dos congressistas ao estado de opressão que assolava não apenas as nações do Velho Continente, mas também aquelas que compunham o cenário das ditaduras latino-americanas, em especial o Brasil e os aparelhos do Estado Novo. Neste sentido, era sintomática a sugestão da 7ª moção, em que os componentes da Comissão de Assuntos Políticos faziam uma breve saudação aos colegas que eram vítimas da imposição do silêncio, por parte dos mecanismos de censura.

Este espírito de contrariedade com as práticas do regime ditatorial de Getúlio Vargas ficaria ainda mais evidente durante a leitura da Declaração de Princípios, para a aprovação do Plenário. Para dar maior solenidade à ocasião, um dos autores do texto, Astrojildo Pereira, solicitou aos delegados que se colocassem de pé.

Os escritores brasileiros, conscientes de sua responsabilidade na interpretação e defesa das aspirações do povo brasileiro, e considerando necessária uma definição do seu pensamento e de sua atitude em relação às questões políticas básicas do Brasil, neste momento histórico, declaram e adotam os seguintes princípios:

¹¹⁴ Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945, pp. 151-154.

Primeiro – A legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão do pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o temor da violência e do direito a uma existência digna.

Segundo – O sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, direto e secreto.

Terceiro – Só o pleno exercício da soberania popular em todas as nações, torna possível a paz e a cooperação internacionais, assim como a independência econômica dos povos.

CONCLUSÃO – O Congresso considera urgente a necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios aqui enunciados, que são aqueles pelos quais se batem as forças armadas do Brasil e das Nações Unidas.¹¹⁵

Naquele momento, o congresso deixava claro o seu forte teor político. Os pedidos de democracia e liberdade de expressão, bem como de eleições diretas, estavam de acordo com as sugestões da maior parte das teses apresentadas às comissões e apreciadas pelos congressistas. Interessante, contudo, é a conclusão de que, somente pela adequação do Brasil aos princípios ali descritos, o país estaria de fato engajado na mesma luta de seus soldados em guerra. Isto deixava claro, uma vez mais, que os intelectuais não estavam alheios às contradições de um governo ditatorial que enviava suas tropas aos campos de batalha em prol de nações democráticas. De forma geral, essa seria a tônica dos discursos pronunciados durante o ato solene de encerramento, no Teatro Municipal.

João Dornas Filho, por exemplo, falou em nome da seção de Minas Gerais. O escritor mineiro iniciou sua fala, deixando clara a dificuldade do estabelecimento de um espírito gregário entre os brasileiros, o que também ficava evidente nas relações, ou na falta delas, dos homens de letras. Contudo, acentuava ele, a desordem em que o mundo se encontrava naquele momento, fruto dos conflitos entre as forças da opressão e as nações democráticas, haviam despertado estas classes intelectuais para o seu verdadeiro sentido enquanto parte de uma sociedade em crise. Neste sentido, o Congresso Brasileiro de Escritores assumia um caráter singular, na medida em que promovia a congregação da maioria dos escritores do país, em prol da definição de “algumas fórmulas concretas e objetivas nucleadas pelo postulado da liberdade do pensamento falado e escrito com todas as suas consequências”. O evento da A.B.D.E. teria sido, nas palavras de João Dornas Filho, um “magnífico sucesso, porque fixou princípios basilares, e o que é mais, os afirmou sólida e intemeratamente perante a razão esclarecida do país”.¹¹⁶

Dionélio Machado foi outro que ofereceu algumas palavras finais ao evento, falando em nome da grupo de delegados gaúchos ao congresso. Em seu breve discurso, ficava

¹¹⁵ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 154-155 (ver o rascunho da Declaração de Princípios no Anexo 2).

¹¹⁶ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 157-158.

ressaltada a ideia de que o escritor só poderia exercer a sua força em favor dos ideais de liberdade, se conseguisse promover uma união efetiva de sua classe. Dirigindo-se aos seus confrades, Machado afirmava que, somente pela unidade, seria possível proporcionar a força indispensável que lhes trouxesse um “ambiente libertado de temores, facilitando a eclosão e o livre exercício da inspiração”. Segundo ele, o homem de letras tinha, nos livros, nas suas revistas, nos seus jornais, “uma das formas mais específicas de ação”, que sofreria uma grande restrição caso não constituísse “o fruto duma concepção psíquica livremente elaborada”.¹¹⁷

Jorge Amado, na condição de chefe da delegação baiana, louvava o fato de que o evento estivesse sendo realizado no preciso momento em que a “fera nazista” estava sendo acuada em seu “covil”, já ciente da proximidade de seu fim.¹¹⁸

Quando nossos irmãos da América do Norte e nossos aliados da Inglaterra, sob a liderança de Roosevelt e Churchill, pisam o solo do continente europeu, libertando povos e países. Quando lemos, nos intervalos de nossos trabalhos, os cotidianos maravilhosos poemas que são as sucessivas ordens do dia do Marechal Josef Stalin, chefe do povo soviético em marcha sobre Berlim. Quando vemos entre nós, já sem a amargura de uma pátria escravizada escritores franceses que representam aqui os nossos confrades que foram capitães da gloriosa resistência gaulesa e que representam também o invencível povo francês, flor da humanidade. Quando vemos a esperança e a decisão de luta na face dos escritores espanhóis exilados em todos os países da América e quando as vemos também no coração dos nossos irmãos escritores portugueses, valorosa guarda da consciência democrática de Portugal contra a tirania e o obscurantismo, contra o integralismo salazarista. Quando, fraternalmente unidos aos soldados de todos os povos livres, lutam os filhos do povo do Brasil nas frentes de batalha da Europa por um mundo sem fascismos, um mundo onde a democracia seja não apenas uma palavra mas a realidade de cada momento, aplicada em todos os países, sem exceção.

O escritor baiano acreditava que os delegados ao congresso estariam traindo os soldados brasileiros, caso não chegassem à disposição de trabalhar no sentido de que, após as várias reuniões e decisões, os intelectuais do país não saíssem mais unidos e fortalecidos na luta contra o fascismo. A A.B.D.E., por meio daquele conclave, estaria dando mostras de uma “afirmação viril, construtiva, combativa e insubordinável da inteligência brasileira”.

Como representante da delegação paulista naquela solenidade de encerramento, foi escolhido o nome de Oswald de Andrade¹¹⁹. Foi o maior dos discursos proferidos, misturando louvores aos colegas presentes e análises do papel histórico que os escritores desempenhavam naquele momento de comunhão. Segundo ele, o escritor daqueles tempos obscuros já não era

¹¹⁷ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 158-159.

¹¹⁸ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 159-161.

¹¹⁹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 161-165.

mais “um sucedâneo do jogral ou do segrel, um árcade adulão e feliz, um acadêmico vistoso e inútil”. Dentre os homens de letras, Oswald de Andrade considerava que poucos haviam consumado “a traição à história, à traição ao espírito”. Em suas palavras, não se poderia admitir, “sob nenhum pretexto ou subterfúgio”, que se enfeitasse no Brasil “a planta viciosa do fascismo”, ou que se planejasse a destruição das liberdades populares “no conúbio do Capital, do Oportunismo e o Terror”.

E Oswald de Andrade buscava na própria história os princípios daquilo que parecia ser uma tradição de luta pela liberdade no Brasil. Citando os exemplos da Inconfidência Mineira e do próprio movimento abolicionista, ele destacava as produções literárias que derivaram desses fatos e, por conseguinte, a importância dos escritores nestes momentos decisivos da história pátria. Neste sentido, a reunião dos homens de letras brasileiros deveria seguir prerrogativas já há muito desenvolvidas por alguns de seus antecessores no meio literário do país. No momento em que o mundo se encontrava dominado por um conflito de maiores proporções, era fundamental que os intelectuais fizessem um esforço no sentido de “exterminar a opressão e aniquilar os agressores do mundo civilizado”, tal qual os soldados em combate na Europa. Era chegada a hora em que os homens do pensamento deveriam se juntar aos seus irmãos combatentes, batendo-se pelo ideal democrático.

Aqui, na mesma guerra pela Democracia estamos hoje unidos e unido o pensamento do Brasil. Por isso é importante este Congresso. Porque está aqui o Brasil. Estão aqui João Ternura, o Cobra Norato, o amanuense Belmiro, Ataxerxes e a filha nos seus desdobramentos lorqueanos. Aqui está o presidiário João Miguel e os homens sem paisagem. Estão aqui o feiticeiro Jubiabá e o preto Balduino, os mata mosquitos e as estrelas que sobem para o Mangue. Está aqui o suicida do Edifício Império, o gato Sardanapálo e a cachorra Baleia. Estão aqui tanto os sensacionais e os inquietos de José Geraldo Vieira, como os Corumbas, o alugado Ranulfo, os vencidos de Oswaldo Alves, e todos os trabalhadores do Brasil. Estão aqui os sonhos castigados, as vidas tolhidas, as porteiras fechadas, os recalques seculares, as transferências, as moléstias e os vícios. Mas estão também as esperanças que não morrem. Está aqui, pessoalmente, o menino que beijou por nós todos a mão agonizante de Machado de Assis – Astrojildo Pereira. Está aqui a tradição do humor que é a flor cáustica da liberdade. E está também a fé na Democracia, a fé no futuro, a fé nos teimosos destinos do Brasil”.

Esta imagem do congresso, desenhada pela arte literária de Oswald de Andrade, dá um belo retrato de como foi sentido, em parte, aquele encontro, e de como seria lembrado, sem as suas inúmeras arestas. Por meio dos personagens criados por seus confrades, ele descreveu o panorama do evento de uma forma bonita e, de certa forma, emocionante, como quando de sua referência à Machado de Assis.

Por fim, na condição de representante da seção do Distrito Federal, pronunciou-se Prado Kelly que, em seu discurso, procurou servir-se da mesma base de argumentação dos

outros que já haviam falado anteriormente, seguindo a risca os princípios enunciados desde o início dos trabalhos do conclave¹²⁰. A ideia de que ao escritor competia a missão de orientar as massas na luta pela liberdade, contra os mecanismos de repressão fascistas, foi o eixo da fala de sua fala. Tal qual outros de seus confrades, ele classificava como “monstruosa e imperdoável” a atitude dos intelectuais que não se solidarizassem com os povos invadidos e oprimidos, abdicando de valores como a liberdade. Neste sentido, é significativa a frase final de sua fala, um breve resumo de tudo o que havia sido exposto e debatido até ali:

Aos homens de inteligência, que dela vivem e a exercitam nos labores quotidianos, se faz imprescindível uma garantia condição para a tarefa que lhes toca desempenhar na sociedade: a as integral liberdade da palavra oral e escrita. Sem o cumprimento dessa condição, estiolam-se as fontes de cultura, tornam-se inacessíveis os problemas para cuja solução se considera indispensável a cooperação dos intelectuais; e improbamente se condenam esses últimos ao silêncio ou à deformação das suas ideias, precisamente na ocasião em que lhes cabe participar, efetiva e continuamente, da elaboração de teorias e fórmulas, com que as classes mais esclarecidas dos Estados livres se empenham em resolver as dificuldades oriundas da luta armada.

Este último discurso, assim como os anteriores, procurava demonstrar a urgência de uma atuação social mais efetiva não apenas dos escritores, mas da intelectualidade de um modo geral. Em balanço publicado alguns dias após o fim dos trabalhos, Florestan Fernandes denunciava essa distância que existia entre os intelectuais e o povo, particularmente durante o período compreendido entre 1930 e 1945, em que os homens de pensamento estiveram ausentes nos principais acontecimentos do país, fator que teria sido agravado pelo golpe de Estado em 1937. Para ele, portanto, o encontro dos escritores representava uma tentativa de reocupar um espaço vago, por conta da própria situação em que vivia o Brasil e, em alguns casos, pela própria conveniência do silêncio. Esta percepção de Fernandes ficava clara em seu artigo do dia primeiro de fevereiro, “A Organização da ‘Inteligência’ Brasileira”¹²¹, em que era realizado um balanço do congresso:

Os homens que foram surpreendidos há mais ou menos oito anos, hoje abrem o seu caminho, lutando pelas posições perdidas e contra uma ordem de coisas, que não tem mais sedução e conveniências. Foi este o fator histórico que encorajou os escritores. Durante os quinze anos – compreendidos entre 1930 e 1945 – muita coisa aconteceu. Mas, os escritores viveram esse período um tanto à margem, quase como expectadores. Agora, porém, por isso, uma espécie de tomada de consciência se tornou indispensável. Os escritores precisavam ter um conhecimento prévio de como andavam suas relações, quais seriam seus principais objetivos e definir-se perante a

¹²⁰ Discurso de Prado Kelly na sessão de encerramento do congresso de escritores de 1945. In: SILVA, Hélio. *1945: por que depuseram Vargas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 78-82.

¹²¹ FERNANDES, Florestan. “A Organização da ‘Inteligência Brasileira’”. In: *Folha da Manhã*, 1 fev. 1945, p. 07.

sociedade. Em poucas palavras, chegou o momento dos intelectuais tomarem posição e, para isso, era necessário o conhecimento de todos os elementos da situação. O Congresso nasceu, pois, de uma solicitação histórica e de um imperativo político. Nele, seriam encontrados os rumos a serem seguidos, dentro do possível, no futuro.

Na opinião de Florestan Fernandes, era importante que se ressaltasse o valor da classe intelectual brasileira, particularmente os homens de letras que, no Brasil, já constituiriam uma força atuante efetiva. Segundo ele, no momento em que se mobilizavam os demais setores “no desenvolvimento do processo histórico”, a reunião da “inteligência” significava que ela já compunha um importante fator social. Para tanto, o autor afirmava que tal conquista se devia em grande parte ao esforço dos membros da intelectualidade, dentre os quais os escritores (tidos por Florestan como os mais importantes), que estariam adquirindo melhores condições de trabalho. A profissionalização da atividade do escritor seria, por sua vez, um elemento necessário à legalização deste, enquanto membro de uma classe específica que, neste momento, ganharia em prestígio, angariando, inclusive, uma posição menos secundária na sociedade. Para Fernandes, aquelas transformações, tão benéficas aos intelectuais, estavam relacionadas, em grande parte, ao desenvolvimento dos centros urbanos e das classes médias, sendo que, no entender do articulista, muitos dos princípios enunciados pelos participantes do congresso da A.B.D.E. tinham uma base “burguesa”, ou seja, voltados para a nova era em que adentrava o país.

É óbvio que este fenômeno está estreitamente correlacionado à urbanização e ao desenvolvimento da civilização científica e das classes médias, nas grandes cidades brasileiras do litoral e do interior. Por isso, o escritor vai definir a sua posição e seus valores no clima dominante dos interesses e valores destas classes, de que é membro, via de regra. A análise mais superficial dos princípios defendidos e declarados pelo 1º Congresso Brasileiro de Escritores e o espírito mesmo desses princípios, bem como a orientação e a forma de encararem os vários assuntos discutidos, indica o nível burguês – sem nenhum intuito pejorativo, muito ao contrário – de onde provém.

A questão, portanto, era como os interesses ligados à burguesia poderiam cumprir os anseios populares. Na opinião de Florestan Fernandes, o dilema estava resolvido temporariamente, na medida em que o momento histórico solicitava uma ação conjunta de todos os grupos sociais. Segundo ele, solucionadas estas questões urgentes, cada um voltar-se-ia para suas próprias necessidades.

Estamos vivendo uma fase crítica na história social e política do Brasil e enquanto se formulam e se precisam as tendências futuras de seu desenvolvimento, há uma esfera de acordo comum e obrigatório e de princípios gerais básicos. Os radicalismos – como foi evidenciado no próprio Congresso – cedem lugar a uma conciliação transitória, toda ela estritamente desenvolvida em função daquela esfera comum de interesses e

aspirações. Portanto, não nos devemos iludir muito com o “slogan” primário citado pelos congressistas e de [ilegível] fácil e explicável nos comentários ligeiros: o escritor brasileiro definiu sua posição ao lado do povo. Essa afirmação é exata à medida e até onde as contingências de nossa época criaram um programa mínimo de reivindicações, idêntico para todos. Ainda falta muito, contudo, para que ela se realize de fato, nestes próximos 20 ou 30 anos, porque, esgotado esse programa, cada qual seguirá o seu caminho e o seu destino – o intelectual brasileiro provavelmente acompanhará a sua classe média e o “povo” continuará relativamente sozinho. Resta uma tarefa de destruição das barreiras existentes entre o intelectual e o “povo” – tarefa que cabe predominantemente aos escritores, fazendo uma literatura de significado e de interesses menos restritos e procurando elevar o nível cultural das camadas populares – a qual o Congresso jamais poderia executar, apesar de ter dado um grande passo nessa direção, único em nossa história e sem paralelos nos países latino-americanos.

O artigo trazia uma análise individualizada das principais decisões do congresso dos escritores. Primeiramente, Florestan Fernandes procurou avaliar os possíveis impactos das mudanças propostas no campo dos direitos autorais. Segundo ele, o tempo escasso a que estavam sujeitos os congressistas não possibilitou que os mesmos pudessem resolver definitivamente os problemas legais da profissão. Isso não impediu, contudo, que se chegasse a um consenso acerca de determinados pontos essenciais, a saber, aqueles que diziam respeito à remuneração do escritor e do tradutor. Contudo, no entender de Florestan, o mais importante era a nova mentalidade que regulamentaria, futuramente, as relações entre autores e editores.

Ressalvada a importância equitativa de cada um e compreendido que não existe um antagonismo entre ambos, mas objetivos comuns, o 1º Congresso Brasileiro de Escritores contribuiu muito para tornar mais naturais as relações entre os dois, dando ao mesmo tempo ao escritor uma noção prática de seus interesses e uma concepção menos pessoal às diversas transações implicadas pelo “negócio do livro”.

Neste contexto, o artigo não deixava de fazer uma crítica ao trabalho do congresso, na medida em que alguns elementos essenciais à vida profissional do escritor teriam sido negligenciados pelos debates em plenário, tais como os custos gerados pela matéria-prima e pela impressão, além dos lucros dos intermediários.

Apesar destas considerações acerca dos direitos autorais e das condições materiais do escritor, o grande fator de comunhão entre os congressistas era, na opinião de Florestan Fernandes, a questão política. Segundo suas próprias palavras, teria sido este o ponto que possibilitou “uma espécie de síntese moral, criando um ambiente de identidade de objetivos, muito propício ao trabalho coletivo”. Daí a importância que do congresso da A.B.D.E. na história da literatura brasileira, posto que significaria um “marco do desaparecimento de muitos preconceitos”, a saber: os prejuízos “antigos e caducos” que estariam travando uma discussão mais ampla da remuneração das ocupações intelectuais; além da formatação do papel do intelectual na sociedade.

Segundo Florestan, os escritores brasileiros estariam abandonando aquelas “ideias cor de rosa”, aqueles “perigosos modos de ser dos nossos antigos literatos” – da literatura gratuita e do “vicariato intelectual”. O autor reafirmava a disposição da maioria dos congressistas por uma maior participação da intelectualidade na vida social e política de seu tempo e do próprio país. Neste sentido, as teses apresentadas e as indicações de cunho político teriam definido, “até certo ponto precisamente”, a posição dos intelectuais e o papel que eles próprios se atribuíam nas transformações sociais daquele período. Florestan Fernandes lembrava que, por essa mesma razão, vários representantes da inteligência europeia foram alvos de aplausos pelos congressistas, justamente pela oposição praticada por aqueles a toda e qualquer prática totalitária.

O artigo, no entanto, não deixava de trazer uma crítica a essa questão, a exemplo do que já havia sido feito com relação aos debates em torno dos direitos autorais e das condições profissionais do escritor. De acordo com Florestan, o tema do “papel ativo do intelectual” não havia sido colocado “em toda sua plenitude e com todas as suas consequências”.

Parece-me que o assunto, tal como é posto pelas conjunturas de nosso momento histórico, restringe-se muito. Distinguindo-se o escritor pela luta sem tréguas contra o nazifascismo e pela liberdade, ele corre o risco de formar uma posição transitória: esmagados os regimes totalitários e conseguida a liberdade, vem o grande perigo – os intelectuais poderiam recolher suas baterias e resguardar-se em suas primitivas posições. Seria uma nova traição da “inteligência”, agora por paralisação do combate. A mesma coisa precisa ser repetida a propósito do medo por que foram delimitadas suas relações com o povo. O intelectual ao lado do povo, por circunstâncias ocasionais, visando simplesmente a concretização de um programa mínimo de ideais, não é um símbolo da “inteligência” integrada e sintonizada com os verdadeiros interesses e valores do povo, mas apenas um perigoso representante de uma nova forma de oportunismo. É, ao contrário, urgente que o intelectual defina sua posição de maneira mais duradoura, desligando o destino de suas atividades de objetivos transitórios, procurando se aproximar da realidade e desempenhar um papel ativo indefinidamente, pondo-se a serviço da cultura e subordinando a cultura aos interesses e necessidades fundamentais do povo.

Percebe-se que, na opinião do articulista, a intelectualidade não poderia aliar-se ao povo apenas em ocasiões específicas, utilizando-se das demandas mais urgentes da população como uma espécie de plataforma para a realização de seus próprios projetos. A partir desse ponto de vista, Florestan Fernandes considerava que os escritores brasileiros deveriam assumir o papel de delegados do povo, “discutindo suas condições de vida e propondo meios para as melhorar”. Nas palavras do autor, estas questões estavam ligadas aos seguintes fatores: “ao baixo nível cultural de nossas populações rurais ou urbanas, ao elevado índice de analfabetismo no Brasil, às condições precárias de vida dessas populações e o abismo que criam entre o pobre e a educação formal”. Uma vez que os homens de letras passassem a se

interessar sobremaneira por estes problemas, eles estariam, de fato, “empenhados numa cruzada pela formação de um público mais orgânico, econômica e culturalmente válido”.

Apesar de Fernandes ter considerado que estas questões haviam recebido pouca atenção dos congressistas, ele chamava a atenção para o fato de que o problema da “democratização da cultura” fora localizado objetivamente, “de um lado, por indicar a ação conjunta dos meios formais e informais de educação como a única maneira de assegurar uma maior participação do povo na cultura; doutro, por delimitar precisamente o papel do intelectual nesse processo”. Tratava-se, no seu entender, de “um papel ativo, fecundo”, sob a condição de que os escritores desenvolvessem uma cultura de “mandato social”, baseada na vida do povo. Esta seria, portanto, a contribuição decisiva dos homens de letras à democratização da cultura, elevando o nível cultural da nação, por meio de uma “literatura de significado para as camadas populares”.

Na opinião de Florestan Fernandes, ao fim dos trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, alguns resultados fundamentais teriam sido alcançados, “apresentando indicações gerais e técnicas de grande valor”, apesar das deficiências burocráticas e dificuldades financeiras que se impuseram à plena realização do evento.

Dentro do espírito que norteou o seu trabalho, respondeu, perfeitamente, às solicitações históricas que o originaram, organizou as atividades intelectuais – determinando as relações dos escritores entre si, com o editor e com o povo, papel do intelectual etc – e delimitou, na história cultural do Brasil, uma fase nova da vida da “inteligência” brasileira.

O balanço realizado por Florestan neste último artigo a respeito do congresso, se não abordava todos os pontos discutidos no congresso, ao menos tinha o mérito de demarcar as três questões fundamentais que nortearam a organização e realização do conclave, a saber: a melhoria das condições profissionais e materiais dos escritores; o estabelecimento de um regime democrático de governo, pautado na liberdade de opinião; e, finalmente, a determinação de uma função social do escritor (e da classe intelectual, como um todo), na defesa do povo contra todas as formas de mistificação do pensamento. De certa maneira, esses elementos podem ser analisados dentro de uma perspectiva mais abrangente, que os enxergue como uma tentativa de criar um campo intelectual autônomo, compreendendo-se que a própria ideia de autonomia esteja, neste sentido, atrelada aos aspectos conjunturais daquela primeira metade da década de 1940.

Portanto, o teor dos discursos inaugurais e de encerramento, bem como das teses apresentadas em plenário, deve ser lido a partir dessa prerrogativa essencial, a fim de se

estabelecer uma lógica entre as questões citadas acima e, dessa forma, definir quais foram os significados do congresso dos escritores. Assim, pode-se dizer que o certame dos homens e mulheres de letras brasileiros significou: no campo da política, uma manifestação em favor da democracia, contra a ditadura do Estado Novo; para os escritores, uma primeira tentativa conjunta de se lançar as bases para uma legislação que defendesse os seus interesses profissionais; e para a intelectualidade do país, a busca por uma definição a respeito de qual o seu papel dentro da sociedade, na medida em que os congressistas pareciam convergir para a imagem de um intelectual-guia, ou seja, uma espécie de guru do povo, aquele que tornaria as pessoas conscientes dos perigos representados por governos baseados no terror e na opressão.

A empolgação dos escritores quanto à representatividade do congresso perduraria por um longo período. Em suas memórias do evento, Antonio Candido consideraria que a leitura da Declaração de Princípios por Prado Kelly, durante o ato de encerramento, correspondera a “primeira vez que uma declaração contra a ditadura era feita na presença de pelo menos duas mil pessoas, com aquela força de adesão coletiva”¹²².

O princípio da união, expresso na ideia de coletividade, era, como bem observou Florestan Fernandes em seu balanço do conclave, essencial para o sucesso daquela empreitada dos intelectuais. No entanto, o jovem sociólogo também fazia um alerta quanto à conveniência que o momento oferecia, de maneira que, tão logo os objetivos imediatos fossem alcançados, a mobilização não poderia cessar. De certo modo, porém sem prever os tortuosos caminhos que a associação trilharia a partir dali, Fernandes já antecipava as dificuldades que a mesma poderia vir a enfrentar. As clivagens ideológicas, somadas às disputas partidárias que ascenderam ao jogo político com o anúncio da redemocratização, tornaram-se mais fortes do que os objetivos supostamente compartilhados pelo conjunto dos sócios da A.B.D.E..

Em pouco tempo, a ideia de uma função do intelectual desapareceu no horizonte dos debates travados no interior da agremiação. O povo, alvo retórico das ações da “inteligência”, já não mais era lembrado. Em pouco mais de dois anos, entre o primeiro e o segundo encontro nacional dos escritores, o aspecto político da entidade ficou restrito a um único grupo – os comunistas – enquanto os demais – majoritariamente, liberais, socialistas e católicos – procuravam transformar a associação em um instrumento de defesa de questões meramente profissionais dos homens e mulheres de letras. Se, em janeiro de 1945, política e profissão pareciam caminhar juntas; tão logo se vislumbrou a perspectiva de superação do regime

¹²² CANDIDO, Antonio. “O Congresso de Escritores”. In: _____. *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 111.

estadonovista e a implantação de uma nova ordem, democrática, estes campos se separaram. Em termos práticos, isso significou uma cisão entre os consórcios, o que, gradualmente, levou ao fracasso do projeto original previsto durante a fundação da A.B.D.E..

2. ENTRE A POLÍTICA E A “PUREZA” INTELECTUAL: O ABANDONO DO PROJETO UNITÁRIO E A DECADÊNCIA DA A.B.D.E.

Na tentativa de se reconstituir a trajetória da Associação Brasileira de Escritores, a referência ao período entre o final do seu primeiro congresso e a realização de um novo encontro nacional, em 1947, é fundamental, haja vista que foi, durante esse intervalo de dois anos, que se lançaram as bases da superação dos objetivos iniciais da entidade e, por consequência, encaminhou-se a sua cisão, consumada pouco tempo depois. Por essa razão, o presente capítulo procurará demonstrar como, uma vez anunciada a democratização do país, o empenho unitário da A.B.D.E. se desfez, em grande parte por conta da rearticulação partidária para a disputa das futuras eleições. Conforme se poderá observar, ao mesmo tempo em que o debate político – agravado pelas perseguições do governo aos comunistas e pela instalação do clima de Guerra Fria – minava a relação entre os membros da agremiação, também emperrava as ações da mesma para estabelecer uma lei dos direitos autorais no Brasil. As ideias de “participação” e de “profissionalização” passavam a ser vistas, gradativamente, como opostas uma a outra.

Em 28 de abril de 1949, o jornal *A Manhã* trazia estampada a seguinte manchete: “Êxodo na Associação Brasileira de Escritores”. A notícia anunciava o lançamento de um manifesto pelo qual um número considerável de sócios da entidade renunciava à mesma, por conta dos conflitos em torno das eleições da nova diretoria, ocorridos em fevereiro daquele ano. A leitura do noticiário, se não permite a descrição em detalhes os acontecimentos em torno dessa cisão em massa (algo que será tratado posteriormente), oferece ao leitor uma visão preliminar das tensões que envolveram a associação ao final da década de 1940. Neste sentido, revela-se não apenas os desdobramentos de uma crise que se instalava gradativamente desde o fim do congresso de 1945, mas também o início do processo de esfacelamento da A.B.D.E., consumado ao longo dos anos 1950.

O manifesto que hoje será lançado pela diretoria e Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Escritores, renunciando ao mandato que lhe conferiu a eleição de 26 de março último e se desligando, definitivamente, da entidade, confirmará a notícia divulgada por A MANHÃ, em edição de 17 deste mês.

Mais de 400 escritores subscrevem o importante documento, cujo conteúdo, aliás extenso, visará expor à classe e ao público os motivos que determinaram essa atitude de maioria da ABDE.

Este órgão, desvirtuado nos seus legítimos e superiores propósitos, não poderia reunir, num mesmo bloco, elementos que o conhecem como entidade defensora de classe, e outros, que se acham com o fim exclusivo de usá-lo para fins políticos e como instrumento de desordem. A atitude da diretoria presidida pelo sr.

Afonso Arinos, em sua exposição, é clara e recapitula a vida da sociedade desde a eleição.

“A convivência – diz o manifesto, na sua parte final – com os espíritos assim imbuídos de sectarismo político e filosófico não é perspectiva que tente a escritores educados no espírito do livre exame, contínua revisão de conceitos e intransigente liberdade opinião e determinação. Afirmando antes de tudo a nossa condição de homens livres, de homens que não aderem a um partido para nele sepultar a sua consciência individual, mas antes para vivificar o partido com a iluminação dessa mesma consciência – quando não preferem manter a posição de alheamento de quaisquer círculos partidários, sem quebra de orientação democrática – sentimo-nos à vontade para deixar à porta de uma instituição profissional as sutilezas de juízo, os matizes de opinião e mesmo as grandes divergências doutrinárias que possam acaso distinguir-nos. Já não podemos tolerar que dentro dessa instituição a luta ideológica assuma características de corpo a corpo e se torne por fim a própria razão de ser da sua existência.”

E prosseguindo:

“O órgão de união dos escritores transforma-se, destarte, em órgão de sua desunião, sem qualquer proveito para a classe ou para o meio social. Evidentemente, uma agremiação onde se chegue a tal limite e uma agremiação corrompida na sua essência, e não há de persistir em salvá-la de seu fim natural: a completa desagregação.”¹²³

A notícia de *A Manhã* trazia a informação de que os dissidentes da associação tinham por intuito a formação de uma nova entidade, fato que seria confirmado por Dinah Silveira de Queiroz em coluna publicada três dias depois. A escritora lamentava a cisão ocorrida na A.B.D.E., afirmando que ela, tanto quanto os demais “náufragos-escretores”, pretendia “prosseguir viagem noutro barco”, haja vista a divisão do anterior, “popa dum lado, proa do outro”, com o “mar no meio”.¹²⁴

O sectarismo característico desses tormentosos momentos da associação de escritores não era novidade. O anúncio de mudanças no cenário político brasileiro, com a promessa de abertura democrática e eleições para o final de 1945, refletiu negativamente no espírito unitarista da entidade. As mobilizações partidárias, escancarando as diferentes opções ideológicas dos intelectuais brasileiros, fizeram com que, gradativamente, eles iniciassem um movimento reverso daquele observado entre o fim da década de 1930 e os primeiros anos da década de 1940. Não por coincidência, apenas sete meses após a realização do congresso da A.B.D.E., o escritor Álvaro Lins expressava certa preocupação com os rumos da intelectualidade do país ao afirmar: “Já não estamos agora unidos”¹²⁵.

A citação, se tomada isoladamente, acaba por não refletir o cerne da crítica do escritor pernambucano. Lins, longe de uma conclusão pessimista acerca dos rumos da “inteligência” brasileira, procurava justamente entender as razões do afastamento entre os grupos que a

¹²³ “Êxodo na Associação Brasileira de Escritores”. In: *A Manhã*. 28 de abril de 1949, p. 2.

¹²⁴ QUEIROZ, Dinah Silveira de. “Café da Manhã: viveiro de cronistas”. In: *A Manhã*. 1º de maio de 1949, p. 4.

¹²⁵ LINS, Álvaro. *A Glória de César e o Punhal de Brutus*. Ensaios e Estudos (1939-1959). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 212.

compunham, assim como salientar os elementos pelos quais ela poderia permanecer unida. Em certa medida, sua sentença não jogava uma pá de cal sobre as originais pretensões da A.B.D.E., mas alertava para o risco eminente de que todo o trabalho em torno da comunhão dos intelectuais se perdesse por conta dos debates políticos. Por essa via, Álvaro Lins parecia perceber que, na medida em que o conflito entre os partidos ganhava corpo, muitos de seus pares abdicavam da ideia do escritor enquanto alguém que “participa”, em favor de uma pretensa “pureza” da arte, neste caso, literária:

Em revistas e jornais antigos, não obstante em lances menos dramáticos que os de hoje, encontrei escritores divididos entre solicitações distintas, embora às vezes convergentes: a da paixão que os ligava aos problemas de cada dia e a da paixão artística que os conduzia para o destino de uma obra intransferível no seu pensamento. Ali estava, como em todos os tempos, o perigoso dualismo da atividade dos intelectuais: o interesse pela sorte dos outros homens, determinando não apenas o exercício das ideias com existência intemporal, mas também a luta dentro do transitório de fatos limitados, do efêmero de situações que morrem sem lembrança histórica; e o anseio de sobrevivência através da própria obra, o apelo a todos os recursos íntimos da personalidade para a criação de alguma coisa capaz de vencer, pela duração, a morte, o espaço e o tempo. Apresenta sem dúvida um elemento trágico essa ambivalência do intelectual no idealismo com que se coloca politicamente a serviço dos seus contemporâneos e no egoísmo com que se dispõe esteticamente a salvar-se antes de tudo a si mesmo pela construção de sua obra artística. De certo modo estamos em face do imutável problema, com tantos outros aspectos, das relações entre política e arte. Entre a literatura e a política, no nosso caso particular.¹²⁶

A constatação não era exclusiva de Álvaro Lins, sendo possível observar também nos registros de Carlos Drummond de Andrade as marcas dessa dicotomia que tomava conta dos meios intelectuais brasileiros e, evidentemente, da associação de escritores. Em seu *O Observador no Escritório*, Drummond revelava um projeto nascido em março de 1945, com o objetivo de formar uma nova entidade para os praticantes da escrita. Segundo ele, a União dos Trabalhadores Intelectuais Livres (U.T.I.L.) deveria ter um caráter político, “para aliviar a ABDE da carga ativista que ameaça[va] esmagá-la desviando-a de seus fins específicos”.¹²⁷

As dificuldades, no entanto, surgiram já nos primeiros dias da U.T.I. (o L da sigla foi suprimido). O escritor mineiro afirmava a sua perplexidade “no entrechoque de tendências e grupos, todos querendo salvar o Brasil e não sabendo como, ou sabendo demais”. Além disso, Drummond apontava para a esterilidade dos debates acerca da forma pela qual a nova associação deveria ser organizada, o que não impediu que certas decisões fossem tomadas: Astrojildo Pereira chegou a ser nomeado presidente provisório da entidade nascente; Dalcídio

¹²⁶ LINS, Álvaro. *A Glória de César e o Punhal de Brutus*. Ensaios e Estudos (1939-1959). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, pp. 209-210.

¹²⁷ ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, p. 25.

Jurandir foi escolhido como elemento de ligação com os artistas plásticos, e Antônio Rangel Bandeira com os jornalistas; já Otávio Dias Leite ficaria responsável pelo noticiário.¹²⁸

Ao menos, essas são as informações coletadas nos registros deixados por Drummond e, até no que se refere à U.T.I. (conforme já observado nos casos da S.E.B. e da própria A.B.D.E.), o confronto das fontes releva certas imprecisões. Em reportagem referente à nascente entidade, com a mesma data em que as anotações do escritor mineiro foram feitas – 28 de março – o jornal carioca *O Globo* se refere a uma reunião do Setor de Jornalismo da União dos Trabalhadores Intelectuais em que os nomes de Pompeu de Souza, Dirceu Torres Nascimento e Geraldo Werneck foram escolhidos como seus membros diretores. Sem refletir o tom de desorganização expresso nas observações de Drummond, a nota trazia, ainda, as primeiras reivindicações do referido setor:

ANISTIA

Para a campanha da Anistia, que se reputa a mais urgente – pois ela será a pedra fundamental da pacificação da família brasileira – ficou constituída uma comissão composta dos Srs. Danton Jobim, Evaldo Simas Pereira e Pompeu de Souza. Foi aprovado um plano para a campanha, e a comissão escolhida o executará.

PROPOSTAS APROVADAS

Por unanimidade, foram aprovadas as seguintes propostas:

1ª) – Iniciar uma campanha contra toda espécie de restrição à liberdade de imprensa e sobrevivência do DIP e suas filiais – os DEIP.

2ª) – Denunciar de todas as formas o uso dos órgãos de publicidade pertencentes ao patrimônio da União e dos Estados, assim como todas as manobras tendentes à aquisição ou fundação de novos órgãos, pelo governo ou seus prepostos, citando nominalmente o escandaloso caso do “Correio Paulistano”, para cuja aquisição modificou o Ditador a Lei Orgânica das Sociedades Anônimas.

3ª) – Interessar no movimento de combate à ditadura a imprensa universitária, procurando estabelecer contato com a mesma.¹²⁹

As notícias acerca da U.T.I., ainda que esparsas, oferecem a imagem de uma entidade que procurava engajar-se em vários setores da vida política do país. Neste sentido, explica-se a presença de seus membros em comícios e demais eventos públicos em prol da liberdade, da democracia, e contra o que eles consideravam manifestações fascistas no interior da sociedade brasileira.¹³⁰

¹²⁸ ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, p. 29.

¹²⁹ “O setor dos jornalistas da U.T.I. numa grande campanha pela anistia”. In: *O Globo*. 28 de março de 1945. Caderno Geral, Matutino, p. 2. O engajamento da entidade na questão da anistia também pode ser observado em nota do mesmo jornal, em que era relatada a presença e o discurso de Osório Borba como representante da U.T.I. no último comício realizado durante a Semana Nacional Pró-Anistia (“Último comício da Semana Nacional Pró-Anistia”. In: *O Globo*. 14 de abril de 1945. Caderno Geral, Matutino, p. 2); bem como em uma crônica de Carlos Drummond de Andrade, na revista *Leitura* (ANDRADE, Carlos Drummond. “Os Intelectuais Tomaram Posição”. In: *Leitura*. n. 28. Abril de 1945, p. 11).

¹³⁰ A respeito desse último aspecto, ver “Devassa em ‘A Formiga’”. In: *O Globo*. 19 de abril de 1945. Caderno Geral, Vespertino, p. 3 (nota que mereceu uma resposta do jornal *A Manhã*, intitulada “O fascismo da U.T.I.”, em edição do dia 25 de abril).

Contudo, as perspectivas em torno de uma nova sociedade de intelectuais não eram promissoras. Os conflitos em torno do futuro do governo, rivalizando principalmente comunistas e liberais, acabaram enfraquecendo o ímpeto daqueles que estavam à frente da U.T.I., de maneira que nem a defesa de uma queda imediata de Vargas, tampouco da ascensão do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência, conseguiam obter a unanimidade entre os intelectuais da nascente entidade. Por fim, o projeto acabaria minado pelo próprio fato dele propor um espaço de discussão política, o que acendia as rivalidades ideológicas e partidárias. Apenas um mês após a idealização da U.T.I., Drummond já diagnosticava o seu potencial fracasso:

Abril, 21 – A UTI continua fervendo... em palavras. Miguel Costa Filho propõe telegrama de congratulações a Getúlio pela concessão da anistia. Como antes, dividem-se opiniões. (Eu mesmo não estarei dividido, no fundo? Deixei meu trabalho no Gabinete de Capanema para ter o gosto de militar contra Getúlio e seu continuísmo, e eis que sou empurrado para o lado que não quer combatê-lo, a fim de colher dividendos políticos getulianos... Entenda-se. A tortuosidade, o emaranhado de linhas políticas que parecem negar-se a si mesmas e no entanto obedece, a uma lógica fria! Tudo isso é muito complicado e tira a minha naturalidade, a minha verdade pessoal, o meu compromisso comigo mesmo. Mas anda lá, quarentão inexperiente de política!) A maioria esquerdista cede ante a ameaça de cisão. Não saio satisfeito. A UTI, para viver, terá de evitar todas as questões políticas delicadas; todas serão delicadas; portanto, a UTI será uma ilusão ridícula.¹³¹

A breve experiência da União dos Trabalhadores Intelectuais refletia justamente a dificuldade em se constituir um ambiente de comunhão entre os diferentes grupos que formavam a classe pensante brasileira, no momento em que o país se encaminhava para o estabelecimento de um regime democrático. E, conforme se pode depreender dos próprios registros deixados por Carlos Drummond de Andrade, isso não passava despercebido por alguns membros da A.B.D.E. que imaginavam ser a U.T.I. justamente a maneira pela qual a associação de escritores poderia abandonar o confronto político para dedicar-se exclusivamente à causa daqueles que se dedicavam ao ofício da escrita.

Nas páginas a seguir, será possível vislumbrar alguns dos principais acontecimentos no interior da Associação Brasileira de Escritores, entre 1945 e 1951. Atrelados ao contexto

¹³¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, p. 39. Quanto ao novo momento profissional de Drummond, ver a edição de *O Globo*, de 14 de março de 1945, que, em sua coluna “Dos dois lados”, exaltava a atitude do escritor ao desligar-se de seu cargo no Ministério da Educação, considerando que isso refletia a coerência do escritor mineiro com a “linha doutrinária da A.B.E.”. Dizia a nota: “Fundador da Associação Brasileira de Escritores, o Sr. Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema, acompanhou a linha doutrinária daquela sociedade em face da atual situação política. Diante disso, o Sr. Carlos Drummond de Andrade solicitou demissão do cargo que vinha ocupando no Ministério da Educação, o qual foi concedido pelo ministro Gustavo Capanema” (“Dos dois lados”. In: *O Globo*. 14 de março de 1945. Caderno Geral, p. 8).

político interno e externo do país, esses eventos marcaram o processo de decadência do ideal que motivou a formação da entidade, realçando aquilo que diferenciava seus membros, em detrimento do princípio fundamental da A.B.D.E., entendida aqui como um espaço a partir do qual os intelectuais brasileiros poderiam agir enquanto tais, e utilizando-se de seus próprios instrumentos, sem a contaminação de disputas no âmbito ideológico ou partidário.

2.1. Entre o primeiro e o segundo congresso nacional dos escritores brasileiros: os sinais de uma crise anunciada

O diário carioca *Correio da Manhã*, em edição dominical de 18 de março de 1945, publicava em sua última página uma extensa matéria sobre a Associação Brasileira de Escritores, dando notícia não apenas da posse da nova diretoria da entidade, capitaneada por Sérgio Buarque de Holanda, mas também do relatório produzido pelo até então presidente da associação, Aníbal Machado.¹³²

Em linhas gerais, o balanço apresentado dava conta de uma gestão que, a despeito da realização do congresso, não havia avançado sobremaneira nas questões de ordem profissional dos escritores. Isso significava, em linhas gerais, que a associação pecava por certa incipiência no tocante ao cumprimento de sua principal função, qual fosse, a de promover e proteger os direitos autorais de seus membros e não membros. De acordo com Aníbal Machado, por conta de seu congresso nacional, a A.B.D.E. havia encaminhado várias teses e sugestões a um corpo de juristas que, na qualidade de conselheiros técnicos, se encarregariam de dar forma a um anteprojeto de lei referente aos direitos autorais que, por sua vez, seria levado à consideração dos órgãos competentes (especificamente o Poder Legislativo que, naquela ocasião, encontrava-se fechado).¹³³

Machado demonstrava certo descontentamento com o fato de que a entidade ainda não possuía uma sede própria, bem como um número baixo de sócios. Além disso, a carência de um grande número de seções regionais (até aquele momento, apenas São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia contavam com subsedes da associação) inviabilizava a criação de um Conselho Nacional. A expectativa, no entanto, era de que em poucos dias

¹³² “A A.B.D.E. em 1944 – O Relatório do Presidente”. In: *Correio da Manhã*. 18 de março de 1945, Segunda Seção, pp. 11 e 2. O relatório foi apresentado oito dias antes de sua publicação no *Correio da Manhã*.

¹³³ Esta comissão jurídica era formada por Filadelfo Azevedo, Levi Carneiro, Pontes de Miranda, Armando Vidal, Octacílio Alecrim e Carlos Sussekkind de Mendonça.

fossem instaladas as representações paraense, piauiense, cearense, potiguar, alagoana, mato-grossense e pernambucana.¹³⁴

Evidentemente, o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores foi apontado por Aníbal Machado como o grande acontecimento de sua presidência. Segundo ele, o evento ocorreu mediante uma série de dificuldades que, a despeito das expectativas criadas por diversos setores da intelectualidade do país, quase impossibilitaram a sua realização. Machado relatou os problemas financeiros que teriam sido os responsáveis pela incumbência da seção de São Paulo (e não a do Distrito Federal) da organização do conclave. A própria escolha da capital paulista como sede do congresso estaria vinculada a um melhor preparo da representação local da A.B.D.E. (confirmando as observações de Marques Rebelo, expostas no capítulo anterior).

Machado lembrava ainda a ação da censura que, por conta das possíveis implicações políticas que o evento pudesse ter, proibiu a publicação não apenas das teses, mas também dos debates realizados nas plenárias do congresso. Não sem razão, portanto, os jornais do Rio de Janeiro, sede do governo, pouca publicidade deram ao conclave; contrariamente ao que ocorreria em São Paulo, onde os periódicos teriam conseguido driblar os órgãos de repressão e levar ao público uma grande carga de informações sobre os trabalhos das delegações.¹³⁵

Encerrada a gestão de Aníbal Machado, a Associação Brasileira de Escritores conhecia sua nova diretoria que, conforme dito há pouco, tinha na presidência o historiador Sérgio Buarque de Holanda. Ele comandaria um grupo formado por Osório Borba, na vice-presidência; Peregrino Junior, como 1º secretário; Odylo Costa Filho, como 2º secretário; Humberto Bastos, como tesoureiro; além de Arnon de Melo, Eugênio Gomes, Francisco Venâncio Filho, Hermes Lima e Homero Pires como membros do Conselho Fiscal.

O período em que Sérgio Buarque esteve à frente da entidade pode ser caracterizado como sendo aquele em surgiram os primeiros sinais de superação da unidade proclamada pelos escritores presentes ao congresso ocorrido poucos meses antes. O desaparecimento repentino de Mário de Andrade, “papa laico” de parcela considerável da intelectualidade

¹³⁴ A mesma edição do *Correio da Manhã* trazia a informação de que a seção alagoana da A.B.D.E. havia sido recentemente instalada, tendo inclusive passado por sua primeira eleição para a composição de uma diretoria própria. Esta última ficou assim definida: Ulisses Braga Júnior, presidente; Manuel Diegues Junior, vice-presidente; Rui Palmeira, 1º secretário; Silvio de Macedo, 2º secretário; Barreto Falcão, tesoureiro; Guedes de Miranda, Lima Junior, Luis Lavenère, Américo Melo e Donizetti Calheiros, no Conselho Fiscal (ver “A A.B.D.E. em 1944 – O Relatório do Presidente”. In: *Correio da Manhã*. 18 de março de 1945, Segunda Seção, p. 11).

¹³⁵ A pesquisa dos jornais de ambas as cidades revela que, de fato, há uma disparidade entre a cobertura realizada em São Paulo e aquela feita no Rio de Janeiro. A quantidade não apenas de notícias, mas de colunas dedicadas ao comentário dos trabalhos do congresso é significativa na capital paulista, em vista do que se observa nos diários cariocas.

antifascista brasileira, parecia prenunciar as desarticulações que, paulatinamente, se dariam no interior da associação. O fim da guerra, os anúncios do governo em torno de mudanças na política brasileira, assim como as definições partidárias, passaram a colaborar para o movimento de afastamento entre as várias tendências ideológicas presentes na A.B.D.E.. O ambiente de cumplicidade dava lugar às desconfianças entre os grupos e trocas de acusações.

Já não sendo capaz de se dissociar do debate político, a entidade tornava-se refém das disputas que se desenvolviam no âmbito da redemocratização. A libertação de Luís Carlos Prestes, em abril de 1945, apontava para uma possibilidade de acordo entre Getúlio e os comunistas, o que exasperava os setores liberais, interessados que estavam não apenas na queda do ditador, mas também na eleição de Eduardo Gomes para a Presidência da República. Ao mesmo tempo, o nome do Brigadeiro não obtinha a unanimidade entre os setores de esquerda contrários ao Estado Novo. Não por acaso, a saída encontrada por alguns escritores, conforme citado há pouco, foi a composição de uma nova associação, a União dos Trabalhadores Intelectuais que, ainda assim, parece não ter resistido aos primeiros embates.

Como não poderia deixar de ser, as próprias ações da A.B.D.E. acabaram prejudicadas. Em seu relatório final, apresentado em março de 1946¹³⁶, Sérgio Buarque de Holanda relatava as dificuldades decorrentes das mudanças ocorridas no Brasil:

Empossando-se num momento em que importantes acontecimentos políticos absorviam toda a atenção do país, e em que os escritores brasileiros, conscientes, em face da situação criada, das suas responsabilidades, tão bem definidas por ocasião do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, a diretoria, cujo mandato ora se extingue teve de enfrentar a natural dispersão de atividades suscitadas por esses acontecimentos.

Efetivamente, os jornais, principais porta-vozes da entidade, poucas notícias davam acerca da mesma. De acordo com Sérgio Buarque, essas mesmas dificuldades assinaladas há pouco também teriam interferido na inscrição de novos sócios, absorvidos que os escritores estavam com questões outras que não os de ordem profissional. Ainda assim, alguns avanços teriam ocorrido em relação à gestão anterior, como a obtenção de um espaço para a instalação de uma sede própria, além da criação do Prêmio Pandiá Calógeras¹³⁷. No plano dos direitos

¹³⁶ Arquivo Sérgio Buarque de Holanda – UNICAMP, código SBH.Pi.168 (oito páginas). O relatório foi lido em e aprovado em 30 de março de 1946 (ver “A nova diretoria da A.B.D.E.”. In: *Diário de Notícias*. 31 de março de 1946, p. 4.

¹³⁷ Tratava-se de um prêmio “no valor de Cr\$ 25,000,00, a ser conferido anualmente ao autor do melhor livro de estudos sobre assunto brasileiro”. Outras premiações seriam criadas no período, como o Prêmio Edições Condé, o Prêmio Fundação Brasil Central, o Prêmio Afrânio Peixoto, além do Prêmio Fábio Prado (este último de âmbito estadual, promovido seção paulista da A.B.D.E.). Em sua totalidade, esses prêmios eram patrocinados por elementos ligados à iniciativa privada.

autorais, as mudanças políticas teriam sido responsáveis pelo atraso no encaminhamento de um projeto de lei ao governo – o que, esperava-se, deveria ocorrer no ano seguinte.

No mais, as atividades ficaram restritas a atos de homenagem a intelectuais brasileiros (Aníbal Machado, Sérgio Milliet, Dionélio Machado e Mário de Andrade) e estrangeiros (Pablo Neruda e William Rex Crawford), a protestos públicos contra arbitrariedades cometidas pela Justiça contra escritores do país, e a conferência de Jean Guehenno (acerca da literatura da Resistência Francesa). Nesse sentido, longe da agitação em torno do planejamento e execução do congresso ocorrido em janeiro de 1945 – em que a associação parecia viver seu momento de esplendor e seus sócios esforçavam-se por atuar de forma conjunta; o que se apresentou na gestão posterior foi um quadro de relativa inatividade, marcado sobremaneira por conflitos internos, no mais das vezes motivados por fatores estranhos aos propósitos originais da agremiação.

Assim, não deixava de ser sintomática a declaração de Eneida Moraes a Sérgio Buarque, em que a mesma afirmava que a “nossa ABDE” estava “numa efervescência espantosa e ao mesmo tempo dolorosa”:

Parecemos comadres brigando. Há um ar ovariano tão forte que ando de mão no nariz. Pena não assistires. Mas não há de ser nada. O pobre do Borba com o abacaxi querendo virar fogueira nas mãos, anda como uma pobre barata tonta. Nunca vi um presidente com sorte maior que tu: passas o abacaxi e saís pelo mundo gozando o prestígio de teu nome... Canalha.¹³⁸

Em vista do ambiente conturbado e da aparente perda de foco da associação, as eleições para a composição de uma nova diretoria ficaram marcadas pela apresentação de uma “chapa de unidade”, que teria por objetivo promover “uma reorganização completa na A.B.E.”. A frente do novo grupo diretor estaria Guilherme Figueiredo, acompanhado por Astrojildo Pereira (vice-presidência), Emil Fahrat (1º secretário), Lia Corrêa Dutra (2º secretário), Floriano Gonçalves (tesoureiro), além de Hamilton Nogueira, Prudente de Moraes Neto, Murilo Mendes, Orígenes Lessa e Carlos Ramallete (Conselho Fiscal)¹³⁹. Figueiredo, aliás, seria reeleito para o cargo de presidente no ano seguinte, demonstrando o interesse de alguns setores da associação no movimento de mudança proposto pela chapa vencedora em

¹³⁸ O referido bilhete, datado de 28 de março de 1946, seguia anexo ao relatório de Sérgio Buarque que havia sido datilografado por Eneida de Moraes e encaminhado ao mesmo às vésperas de sua apresentação na sede da A.B.D.E. (Arquivo Sérgio Buarque de Holanda – UNICAMP, código SBH.Pi.168, anexo). Já a referência a Osório Borba se dava por conta de que ele era, desde fevereiro daquele ano, o presidente em exercício da entidade – fato explicado pela mudança de Sérgio Buarque para São Paulo (acerca da transmissão da presidência da associação, ver “Vai ser eleita nova diretoria na A.B.D.E.”. In: *O Globo*. 28 de fevereiro de 1946, Edição Vespertina, Caderno Geral, p. 10).

¹³⁹ “Eleições na A.B.E.”. In: *O Globo*. 26 de março de 1946. Edição Matutina, Caderno Geral, p. 5.

1946. Isso ficou evidente no manifesto publicado em março de 1947, em que era apresentada a candidatura da chapa liderada pelo escritor paulista ao pleito que seria realizado no final daquele mês:

Ao ser organizada a ABDE há 4 anos, em pleno regime ditatorial, seus estatutos tiveram de adaptar-se às circunstâncias e restrições impostas pela situação reinante então no país. Hoje, porém, depois de promulgada a Constituição de 18 de setembro, novas possibilidades se apresentam à ABDE quanto ao seu desenvolvimento como órgão profissional de defesa dos interesses do escritor, e ao mesmo tempo como entidade chamada a desempenhar importante papel na vida cultural do país.

Assim considerando o problema da ABDE, somos de parecer que a sua nova diretoria, a ser eleita, deve assumir o compromisso de orientar o seu trabalho tendo em vista os objetivos seguintes:

- 1) – Obter a promulgação da lei de direito autoral na base do projeto apresentado à Câmara dos Deputados por iniciativa da ABDE;
- 2) – Preparar no mais breve prazo a realização do II Congresso Brasileiro de Escritores;
- 3) – Elaborar um projeto de reforma dos Estatutos que melhor correspondam às condições atuais, submetendo-o à deliberação do II Congresso;
- 4) – Promover a construção da Casa do Escritor e Colônia de Férias nos terrenos doados à ABDE no município de Saquarema;
- 5) – Incentivar a criação de prêmios de estímulo aos diversos gêneros literários e aos editores que mais contribuem para a divulgação da cultura;
- 6) – Campanha para que se estenda nos escritores filiados à ABDE as vantagens para aquisição da casa própria nos moldes das que foram concedidas aos jornalistas profissionais.

Acreditamos que a consecução desses itens constituirá o ponto de partida para a necessária aplicação das atividades ulteriores da ABDE.

Com este propósito, os abaixo-assinados, associados da ABDE, apresentam à consideração dos seus confrades a seguinte chapa, para que seja sufragada nas eleições a se realizarem no dia 23 do corrente: presidente, Guilherme Figueiredo; vice-presidente, Rodrigo Otávio Filho; primeiro secretário, Astrojildo Pereira; segundo secretário, Alina Paim; tesoureiro, Floriano Gonçalves; membros do Conselho Fiscal, Otávio Tarquínio de Souza, Manuel Bandeira, Aníbal Machado, Graciliano Ramos e Orígenes Lessa.

Rio, 19 de março de 1947 – a) Genolino Amado, J. Fernando Carneiro, José Lins do Rego, Artur Ramos, Jorge de Lima, Edison Carneiro, Lia Correia Dutra, Ivan Pedro de Martins, Álvaro Moreira, Aparício Torelly, Dante Costa, Josué Montello, Magalhães Junior, Eliezer Burlé, Cláudio Tavares Barbosa.¹⁴⁰

A exemplo das demais diretorias que comandaram anteriormente a entidade, estas também ficaram marcadas pela multiplicidade de posições ideológicas, o que, em certo

¹⁴⁰ “Eleição da nova diretoria da Associação Brasileira de Escritores”. In: *Diário de Notícias*. 22 de março de 1947, p. 8. Vale assinalar que Otávio Tarquínio de Souza, um dos membros da chapa lançada pelo manifesto, demonstrou certo incômodo com a alegação de que o contexto político do Brasil em 1943 teria influenciado na composição do primeiro estatuto da ABDE. Em nota publicada em junho de 1947, no *Correio da Manhã*, ele afirmava: “Presidente que fui da A.B.D.E. a esse tempo, cumprio o dever de declarar que nada houve que nos tolhesse a ação, nem os componentes da diretoria e conselho fiscal de 1943-1944 se conformariam sem protesto com qualquer medida de tal natureza. Os estatutos foram livremente formulados, discutidos e aprovados, sem sombra de interferência da ditadura. Esta é a verdade histórica que reivindico em meu nome e dos meus companheiros de diretoria e conselho fiscal de 1943-1944” (ver a coluna “De todos os fronts”. In: *Correio da Manhã*. 8 de junho de 1947, Segunda Seção, p. 10).

sentido, pode ser encarado como uma tentativa de se manter a autonomia da A.B.D.E. ante o cada vez mais intenso jogo partidário. Esforços, nesse sentido, não parecem ter sido poucos. Juntamente com as iniciativas no campo dos direitos autorais, a agremiação realizou, entre 1946 e 1947, três congressos – sendo dois regionais e um nacional. Além disso, a manutenção e a promoção de prêmios literários (a exemplo do “Pandiá Calógeras” e do “Fábio Prado”) podem ser encaradas como uma forma de ampliar a legitimidade da associação frente aos demais escritores brasileiros, não apenas por conta da defesa das questões profissionais dos mesmos, mas também pelo incentivo ao ofício da escrita. No entanto, apesar desse aparente distanciamento dos debates políticos, a A.B.D.E. logo se veria à mercê de uma disputa intensa entre liberais e comunistas, inviabilizando, portanto, o princípio de “unidade” almejado pela diretoria empossada em março de 1946 e, em certa medida, reempossada no ano seguinte.

Os conflitos, contudo, nem sempre estiveram evidentes ao grande público. Boa parte das iniciativas da associação, quando divulgadas pela imprensa, não evidenciava as complexas e cada vez mais problemáticas relações existentes entre os membros da entidade. No campo profissional, por exemplo, as diferenças que cindiam os quadros da A.B.D.E. ficavam ofuscadas pela necessidade comum de que os dificuldades dos escritores fossem solucionadas. Isso ficava claro no noticiário acerca do encaminhamento do projeto de lei acerca dos Direitos Autorais à Câmara Federal, em dezembro de 1946¹⁴¹. Em entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, dias após a apresentação do texto aos deputados, Guilherme Figueiredo afirmava justamente a diversidade ideológica entre os signatários da proposta levada aos parlamentares. Segundo ele, a maior prova da aceitação da mesma estaria no fato de a terem assinado “todos os escritores com assento na Câmara e representantes de todas as correntes políticas, bem como seus líderes, como os srs. deputados Cirilo Junior, Otávio Mangabeira, Maurício Grabois, Gurgel do Amaral, Café Filho”.¹⁴²

Todavia, se as fontes que tratam das ações da A.B.D.E. em torno da defesa dos direitos autorais não trazem evidências contundentes acerca das disputas no interior da associação – o que não significa dizer que o tema não fosse alvo de intensos debates; o mesmo não se poderá dizer acerca de seus congressos. Era justamente durante os encontros promovidos tanto pelas seções estaduais quanto pela seção federal, que as rivalidades se tornavam mais claras. E, conforme dito há pouco, três grandes eventos foram realizados: dois regionais,

¹⁴¹ “Apresentado em plenário da Câmara o projeto de lei sobre direito autoral”. In: *Diário de Notícias*. 4 de dezembro de 1946, Primeira Seção, pp. 3-4. O texto (nº 539, de 2 de dezembro de 1946) fora apresentado aos parlamentares pelo deputado Euclides Figueiredo, pai do então presidente da A.B.D.E., Guilherme Figueiredo.

¹⁴² “A nova legislação sobre os direitos autorais”. In: *Diário de Notícias*. 15 de dezembro de 1946, Segunda Seção, pp. 1-2.

respectivamente, no Ceará e em São Paulo, ambos em setembro de 1946; e outro, nacional, em outubro de 1947.

Em certa medida, pode-se dizer que os conclaves estaduais serviram de preparação para o Segundo Congresso Brasileiro de Escritores, em Belo Horizonte. Infelizmente, para fins de pesquisa, o evento realizado pelos cearenses pouco foi documentado, de modo que não é possível, ao menos neste momento, precisar os detalhes do encontro sediado em Fortaleza, a partir de 7 de setembro¹⁴³. Por outro lado, o congresso paulista não apenas registrou suas atividades em um volume de anais, como também teve ampla repercussão nos jornais do Estado.

2.1.1. O Primeiro Congresso Paulista de Escritores

O evento, realizado na cidade de Limeira, entre 22 e 26 de setembro, reuniu 47 escritores, vindos de 24 cidades¹⁴⁴. Seria o primeiro de um total de três conclaves, realizados entre 1946 e 1951. Seus propósitos, manifestos em regulamento publicado pela imprensa, consideravam a possibilidade de que o evento promovesse uma maior integração entre os intelectuais da capital e do interior paulista. Tais objetivos ficavam expressos entre os temas sugeridos para a formação de comissões de trabalho, a saber: “assuntos relativos à profissão, encarados nos seus aspectos cultural e profissional”; “assuntos pertinentes ao exercício profissional da atividade de escritor no interior do Estado, e seu aspecto econômico”; “assuntos referentes à difusão cultural e artística no Interior do Estado”; além dos “assuntos concernentes ao contato dos intelectuais do Interior com os da Capital e outros centros do país”.¹⁴⁵

A ausência de uma temática relacionada aos assuntos políticos, contrariamente ao que ocorrera no conclave nacional de janeiro de 1945, não deixava de ser sintomática. O clima de abertura política pós-queda do Estado Novo parecia, de fato, ter retirado o aspecto que radicalismo que tomara conta do espaço da associação anos antes. Neste sentido, não era

¹⁴³ Ver as notícias relacionadas ao Estado do Ceará na coluna “De todo o Brasil”. In: *A Manhã*. 8 de setembro de 1946, p. 11.

¹⁴⁴ Os dados foram extraídos dos Anais do congresso. No entanto, em matéria anunciando o início do evento, em 22 de setembro, a *Folha da Manhã* afirmava que, até o momento da reportagem, cerca de 70 escritores estava credenciados no conclave – o que permite afirmar que uma parcela significativa dos potenciais participantes não compareceu ao encontro (ver “Será instalado hoje em Limeira o Congresso Paulista de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 22 de setembro de 1946, p. 4; Anais do *Primeiro Congresso Paulista de Escritores* de 1946, pp. 7-9).

¹⁴⁵ “I Congresso Paulista de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 30 de junho de 1946, 3º Caderno, p. 4. A partir desses temas, três comissões foram formadas: A) Assuntos Culturais; B) Assuntos Profissionais; e C) Problemas Específicos dos Escritores do Interior (Anais do *Primeiro Congresso Paulista de Escritores* de 1946, p. 25).

surpreendente a deliberação dos organizadores do evento em São Paulo, que considerava inadmissíveis os “debates, discussões, projetos, teses, moções, etc. de expressão político-partidária, religiosa ou de caráter pessoal e estranha aos objetivos do Congresso”¹⁴⁶. Esta última questão, aliás, é elucidativa, uma vez que aponta para uma tentativa de redirecionamento das metas da A.B.D.E. (lembrando que o encontro paulista se colocava como um prelúdio da reunião que ocorreria, posteriormente, em Minas Gerais).

Se em seus três primeiros anos, a entidade pautava suas atitudes no combate intransigente ao nazi-fascismo como forma de atingir os mecanismos de repressão característicos da ditadura varguista; o mesmo já não se podia dizer com a vitória do movimento democrático. A conjunção de interesses parecia restar meramente por sobre as questões profissionais, as quais, ao menos aparentemente, não traziam em si elementos catalisadores do embate político (logo, isso se revelaria um grande equívoco). Evidentemente, alguns escritores não demonstravam contentamento com esse pretenso realinhamento, questionando o artigo regulamentar do congresso paulista que restringia as manifestações políticas, conforme se pode verificar nos debates travados durante a primeira sessão plenária do evento:

Fala o sr. Caio Prado Jr – Capital, a fim de propor emenda à 2ª parte do art. 12, onde se lê: “e que não se relacionem com os interesses da cultura ou com o exercício da atividade intelectual”, por achá-la excessivamente restritiva às deliberações e atitudes do Congresso, uma vez que existem atitudes de caráter político, mas que não são político-partidárias. Fala o sr. Arnaldo Pedrosa d’Horta – Capital, achando que seu colega não entendera perfeitamente o sentido do art. 12, uma vez que a circunstância era ampliativa e não restritiva. Caio Prado Jr. – Capital, sugere que, se a interpretação do artigo for realmente essa, não terá dúvida em retirar a emenda. Floriano Gonçalves – Distrito Federal, se solidariza com Caio Prado Jr., uma vez que a questão de interpretação dúbia seja devidamente esclarecida. Luís Martins – Capital, fala sobre a mesma emenda, seguindo-se-lhe Paulo Zingg – Capital, afirmando que, sendo caso de Regimento Interno, à mesa cabia esclarecer devidamente. O sr. Presidente explicou então que a intenção do Regimento era precisamente aquela que havia entendido de ampliar e não restringir, cabendo porém ao plenário aceitá-la ou contrariá-la. Vitorino Castelo Branco – Capital, externa seu temor de o Congresso desvirtuar-se em seus objetivos, transformando-se em conclave político-partidário. Cassiano Nunes – São Vicente, acha que existe confusão nesse ponto de vista, porque política não é partidarismo e que a função do escritor é eminentemente política. Vitorino Castelo Branco – Capital, reforça uma vez seu ponto de vista, seguindo-se-lhe Cassiano Nunes – São Vicente, para declarar que o problema da liberdade de pensamento não passa de um caso político. Mário Neme – Capital, afirma a não existência de motivos que justificassem o prolongamento das discussões, de vez que a mesa havia suficientemente esclarecido. José de Souza Magalhães – Pirassununga, reforça o pensamento do sr. Castelo Branco. Floriano Gonçalves – Distrito Federal, pede licença para dizer que a questão era regimental e, por isso, discutível. O sr. Luís Martins – Capital, propõe a seguinte emenda ao art. 12: “onde se lê – e que não se relacionem... leia-se – desde que não se relacionem... etc.”. José Geraldo Vieira –

¹⁴⁶ Artigo 12 do Regulamento do Congresso (Anais do *Primeiro Congresso Paulista de Escritores* de 1946, p. 9).

Capital, levanta uma questão de dúvida, temendo que a emenda não ofereça seguro esclarecimento vernáculo. Nelson Omegna – Campinas, propõe a supressão total do art. 12. Dante Alighieri Vita – São João da Boa Vista, comenta o mesmo assunto, seguindo-se-lhe Floriano Gonçalves – Distrito Federal. O sr. Presidente declara encerrada a discussão, pondo em votação a emenda Luís Martins-Floriano Gonçalves, que é aprovada.¹⁴⁷

Apesar da aparente resolução da discussão em torno das questões regulamentares do congresso, ficava evidente que os escritores tinham diferentes visões acerca do papel que a política tinha em suas atividades. Não surpreende, por exemplo, que tenha sido Caio Prado Jr., o primeiro a propor mudanças no teor do referido Artigo 12 do Regulamento. Os comunistas, em grande parte, não viam a prática literária descolada do debate político e, considerando-se a desconfiança dos setores liberais em relação àqueles, as restrições visavam justamente impedir que o conclave fosse transformado em algum tipo de plataforma donde pudessem ser enunciados as demandas do PCB.

Vale salientar, neste sentido, que, dias antes do início do evento em Limeira, a *Folha da Manhã* – já em meio ao noticiário dos preparativos congresso paulista – trazia em suas páginas um artigo assinado por Ciro dos Anjos, intitulado “A Caluniada Torre de Marfim”¹⁴⁸. Sem negar que o escritor está inserido em seu meio e que, portanto, não lhe é possível assumir uma postura de alheamento em face da realidade, o articulista questionava a possibilidade de se produzir uma arte que, servindo à política, não se descaracterizasse. Em suas palavras, “havendo fim prefixado”, tinha-se “obra didática, obra política”, o que seria diverso da atividade artística.

Apesar de não concordar com a ideia de isolamento, tal qual a sugerida pela imagem de uma “torre de marfim”, Ciro dos Anjos afirmava os principais “inimigos” da mesma eram “geralmente os partidários da arte dirigida”, seguidores de princípios como os que teriam sido enunciados pelo Congresso de Escritores Soviéticos, sob a presidência de Maximo Gorki. Num sentido contrário aos postulados do evento realizado em Moscou, o artigo concluída que “ao artista, os temas são impostos de dentro, em razão de uma necessidade interior, a que não pode fugir”. Para Ciro dos Anjos, “contrariando a gestação natural da obra de arte, mutilamo-la irremediavelmente e tornamo-la factícia”.

O caráter do texto, ainda que sem trazer menções à assembleia dos escritores de São Paulo – contudo, às vésperas do mesmo – não pode ser encarado como mera coincidência. Havia uma preocupação com o rumo que os comunistas poderiam tentar impor ao evento, e a crítica à relação dos mesmos com a produção artística não deixa de ser significativa. De toda

¹⁴⁷ Anais do Primeiro Congresso Paulista de Escritores de 1946, pp. 25-27.

¹⁴⁸ ANJOS, Ciro dos. “A Caluniada Torre de Marfim”. In: *Folha da Manhã*. 2 de junho de 1946, p. 29

forma, os trabalhos durante o conclave não se encaminharam para o embate partidário. As notas trazidas pelos anais revelam certa tranquilidade na análise e apresentação das teses às delegações presentes em Limeira. Até mesmos os discursos de abertura, tão radicais no congresso de janeiro de 1945, deram preferência às questões de ordem cultural, educacional e profissional, apelando, quando muito, à manutenção do movimento em prol da democracia.

Em suas conclusões, defendia-se a liberdade do “intelectual e do homem comum”; a maior proximidade entre a cultura e o povo; o incremento da alfabetização (por meio de escolas rurais e do ensino noturno para adultos); a abertura de museus e bibliotecas, bem como o melhoramento dos já existentes; além de uma maior atenção no cumprimento dos direitos autorais, principalmente no tocante às colaborações dos escritores em jornais e revistas (inclusive com a preferência por artigos produzidos por brasileiros, em vista do grande número de produções de autores estrangeiros). Já em sua Declaração de Princípios, o conclave reafirmava os pontos do texto final produzido durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores.

Ainda assim, o evento paulista não significou a superação dos embates políticos no interior da associação. Fato é que, entre o final de 1946 e ao longo de 1947, por conta do agravamento das tensões entre o governo brasileiro e os comunistas, a A.B.D.E. se transformou, paulatinamente, em uma verdadeira praça de guerra, com reflexos inclusive no tocante a questão dos direitos autorais, antes razão primeira de união entre os profissionais da pena. O encontro nacional da associação promovido em Belo Horizonte foi, neste sentido, a confirmação de um processo irremediável de dissolução da entidade.

2.2. As tensões vêm a público: O Segundo Congresso Brasileiro de Escritores

Dias antes do início dos trabalhos do conclave realizado pela seção paulista da A.B.D.E., em 18 de setembro, era promulgada a nova Constituição brasileira. Contudo, a Carta Magna entrava em vigor em um momento delicado da política do país, proporcionado em grande parte pela ação de grupos ligados majoritariamente à União Democrática Nacional contra o Partido Comunista. Segundo Milton Lahuerta, já em março de 1946, em meio aos trabalhos da Constituinte, fazia-se sentir uma campanha pela cassação do PCB, acusado pelos udenistas de infiltrar-se no movimento operário que, por sua vez, estaria cometendo “supostos abusos” em suas ações.

O autor lembra ainda que, meses depois, em 15 de agosto, o jornal comunista *Tribuna Popular* fora suspenso por um período de quinze dias, com base em uma lei do Estado Novo

(lembrando que a Constituição de 1937 ainda estava em vigor). Além disso, sob a alegação de que o PCB estaria por trás de passeatas e depredações, a polícia tomou medidas repressivas, cerceando, invadindo residências, prendendo, entre outras. A própria Juventude Comunista foi fechada e, apesar dos protestos de parlamentares e dos intensos debates travados na Assembleia Constituinte, prevaleceu “a interpretação de que era preciso apoiar o governo na manutenção da ordem”. De acordo com Lahuerta, no entanto, a repressão, ao menos aparentemente, não se justificava:

Tamanha radicalidade no tratamento dado ao Partido Comunista não encontrava correspondência em sua prática política, que se mantinha dentro da linha de união nacional com ordem e tranquilidade. Nesse período poderíamos dizer que havia relativa semelhança entre as posições do PC e os ideais democráticos e mesmo liberais. Ao propor a defesa da ordem democrática, buscando soluções pacíficas para os problemas, apostava-se no esforço das instituições democráticas, colocando como pontos fundamentais a luta pelos direitos individuais e a exigência de afastar definitivamente o fascismo. Tais ideais eram compartilhados pela Esquerda Democrática, por certos liberais católicos, pela corrente da UDN liderada por Virgílio de Mello Franco e pelo Partido Comunista. Todos aceitavam que a democracia era um regime que deveria colocar à prova suas próprias instituições. Entretanto, o pensamento dominante achava que a democracia deveria impedir a qualquer custo a ação de partidos e movimentos que ameaçassem suas instituições. Portanto, o pensamento majoritário, alojado dentro da UDN, vai trabalhar para a marginalização do PC do sistema político visando o controle e repressão dos movimentos (principalmente o operário-sindical) supostamente manipulados por ele.¹⁴⁹

A observação de Lahuerta, apesar de localizar esse radicalismo mais especificamente durante os primeiros meses de 1947, pode ser pensada como um fator explicativo para as precauções tomadas pela liderança do congresso paulista, em setembro de 1946. Neste sentido, o fato de que “os comunistas eram francamente minoritários entre os escritores” em São Paulo¹⁵⁰ se refletiria, evidentemente, não apenas nos encaminhamentos internos da respectiva seção regional, mas também na escolha de seus delegados aos eventos nacionais. Não por acaso, Oswald de Andrade chegaria a classificar como “fascista” a A.B.D.E. paulista.

Em sua coluna “Telefonema”, de 8 de agosto de 1947, publicada no *Correio da Manhã*, o autor de *Marco Zero* fazia uma série de acusações a Sérgio Milliet e Sérgio Buarque de Holanda – os dois últimos presidentes da A.B.D.E. de São Paulo, sendo que o mandato do segundo estava em plena vigência – quanto a possíveis favorecimentos à figuras estranhas ao meio literário durante as eleições para a formação da delegação paulista ao congresso de Belo Horizonte. De acordo com Andrade, as escolhas recaíam sobre alguns

¹⁴⁹ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 346-347.

¹⁵⁰ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 353.

nomes que, excetuando-se aqueles já consagrados, eram, no mais das vezes, potenciais colaboradores financeiros da entidade (“vários funcionários, comerciantes e industriais”), eleitos também por suas ligações com Mário Neme (acerca do qual Oswald relata ligações com o D.I.P. estadonovista). Por ter sido preterido por seus confrades no pleito da seção de São Paulo, juntamente com Caio Prado Jr., o velho modernista anunciava a retirada de seu nome dos quadros da mesma.¹⁵¹

Lahuerta lembra que a A.B.D.E. do Distrito Federal não ficaria imune às investidas contra os comunistas. O autor afirma que “o pretexto mais significativo, encontrado para o desenrolar da peça inquisitorial” acerca da associação “foi o fato de alguns vereadores comunistas terem apresentado, no início de 1947, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro um projeto de lei solicitando à Prefeitura a doação de um terreno, no qual seria construída a sede social da entidade”. Osório Borba, em seu esforço na defesa da associação contra o que ele chamava de “mistificação”¹⁵², apontava para o fato de que tais denúncias partiam de figura anônima que, sem o devido conhecimento da matéria proposta pelos respectivos membros da Câmara carioca, tampouco da totalidade de seus signatários (atribuindo erroneamente a autoria do projeto a Agildo Barata, provavelmente por ser ele o mais conhecido), procurava

¹⁵¹ ANDRADE, Oswald de. “A ABDE, em São Paulo, é fascista”. In: *Correio da Manhã*. 8 de agosto de 1947, p. 2. O mesmo artigo pode ser encontrado ANDRADE, Oswald. *Telefonema*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2007, pp. 318-320. Milton Lahuerta também o utiliza em sua análise do período pré-Segundo Congresso de Escritores (LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 353-354). Quanto à delegação paulista que seguiu para Belo Horizonte, ela contou com os seguintes nomes: Lurdes Santos Machado, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Mendes de Almeida, Mário Neme, Arnaldo Pedrosa d’Horta, Almiro Rolmes Barbosa, Sérgio Milliet, Alcântara Silveira, Júlio de Mesquita Filho, José Geraldo Vieira, Fernando de Azevedo, Lourival Gomes Machado, Antonio Candido, Luís Martins, Pedro Santiago Chacair, João de Sousa Ferraz, João Amoroso Neto, Alessio Ciccarini, Domingos Carvalho da Silva, Carlos Burlamarqui Kopke, Décio de Almeida Prado, Albertino Moreira, Lívio Xavier, Almeida Sales, Luís Guimarães de Almeida e Geraldo Pinto Rodrigues (“2º Congresso de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 11 de outubro de 1947, Primeiro Caderno, p. 2). Semanas após publicar o referido texto, Oswald de Andrade voltaria à carga contra a A.B.D.E. paulista e seu sistema de eleição de delegados, ao citar um suposto episódio ocorrido com um dos escritores escolhidos: “Dias atrás, José Geraldo Vieira encontrou-se numa rua paulista com a autoridade policial de Marília, cidade onde vivera como médico. O beleguim avançou para ele de braços erguidos e com tamanha fúria que ele se julgou em perigo de ser preso. Ao contrário. Aquilo tudo era efusão. O sujeito berrava comovidíssimo: – Fomos eleitos! Fomos eleitos! Vamos juntos ao Congresso! O autor de “Quadragesima Porta” estranhou: – O senhor está enganado. Eu não posso tomar parte em nenhum congresso de polícia! – Mas é o Congresso de Escritores de Belo Horizonte” (ANDRADE, Oswald de. “Ainda o Congresso de Escritores”. In: *Correio da Manhã*. 26 de setembro de 1947, p. 2 ou ANDRADE, Oswald de. *Telefonema*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2007, pp. 347-348).

¹⁵² BORBA, Osório. “Mistificação contra a A.B.D.E.”. In: *Diário de Notícias*. 6 de agosto de 1947, pp. 3-4. Em seu já citado artigo para a coluna “Telefonema”, Oswald de Andrade relatava a luta do escritor pernambucano em favor da associação: “Encontro aqui o sempre jovem morubixaba Osório Borba desmascarando as manobras que, no pacífico bocejo do momento nacional, tendem a pôr no índice a Associação Brasileira de Escritores. A acusação que se vai buscar no dicionário resumido mas fecundo dos tabus policialesco, é de que a ABDE é comunista. A situação com que o partido de Prestes empolgava o Brasil, em 45, tornou-se uma espécie de companhia ecumênica, fichada com total perdição – para adultos de todas as idades. De várias dúzias de pessoas gradas tenho ouvido que lutar pela democracia é ser comunista. E ser comunista, já se sabe, é ser petroleiro, ladrão e pau d’água” (ANDRADE, Oswald de. “A ABDE, em São Paulo, é fascista”. In: *Correio da Manhã*. 8 de agosto de 1947, p. 2 ou ANDRADE, Oswald de. *Telefonema*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2007, p. 318).

invalidar a demanda feita – inclusive por considerar que, uma vez que o PCB estava na ilegalidade desde maio de 1947, os mandatos de seus representantes não eram legítimos.

Borba, inclusive, durante a sua crítica ao denunciante anônimo, chega a levantar suspeitas sobre as reais intenções do mesmo. Para ele, a atribuição da alcunha de “comunista” à associação nada mais era do que um ato chantagista, numa tentativa “torpe” de invalidar as suas ações. Naquele momento específico, a questão mais urgente ligada à agremiação era a aprovação da lei dos direitos autorais, de modo que não parecia difícil imaginar quem estava por trás da campanha feita contra a A.B.D.E.:

É o próprio articulista anônimo que, com espantosa inabilidade, deixa à mostra os seus propósitos e intenções. Diz: “O projeto acima deve tirar as dúvidas que a respeito da Associação Brasileira de Escritores mantém os que apoiam essa instituição e pretendem dar-lhe, por lei, o direito de tutela sobre os direitos autorais. Antes de votar o projeto apresentado à Câmara Legislativa do Distrito Federal, devem os legisladores procurar conhecer os objetivos da Associação Brasileira de Escritores”.

Aí está. Temos que perguntar como as investigações policiais: a quem interessa no momento denunciar a A.B.D.E. como associação comunista? A própria verrina esclarece esse ponto. Procura-se, com a velha “chantagem” do terror moral, combater o projeto, em curso na Câmara dos Deputados, regulando o direito autoral, na esfera da publicação em livro e em jornal, tão descurado até hoje. E há pessoas empenhadas em torpedear por qualquer meio essa lei.

Ainda não conheço bem o projeto sobre o direito autoral. Inclusive, não entendendo de Direito, precisarei dos esclarecimentos dos juristas para orientar-me em relação às questões complexíssimas que as inovações do projeto envolvem. Mas que, em princípio, uma lei sobre a matéria é necessária, é justa, é urgente, não há dúvida para quem examine a questão com isenção e honestidade. O direito autoral sobre livros (inclusive traduções) e sobre a divulgação jornalística precisa de amparo legal., como já o tem efficientíssimo os autores teatrais. O projeto prevê, por exemplo, a questão das obras caídas em domínio público (isto é, a situação dos livros sobre os quais não possuem direitos os autores ou seus herdeiros) é, na prática, o domínio dos editores, que os reeditam com a margem a mais de lucro que é o não pagamento de direito autoral. O projeto pretende das uma solução social à questão.

Estava claro que, ao menos num primeiro momento, Osório Borba classificava as acusações contra a A.B.D.E. como uma ação de sabotagem dos editores brasileiros ao projeto de lei que circulava no Câmara Federal desde dezembro do ano anterior¹⁵³. Em suas palavras,

¹⁵³ Um dia antes da publicação do texto de Osório Borba, o próprio *Diário de Notícias* publicaria um artigo não assinado, em que classificava as acusações contra a A.B.D.E. como uma tentativa de “intimidação” da parte dos editores – já antecipando, portanto, a tese que seria apresentada pelo escritor pernambucano posteriormente. Nas palavras do articulista: “Os editores devem ter melhores razões contra o projeto do que a de simplesmente alegar que é comunista ou vem de uma associação comunista. A verdade é que a A.B. de E. conta com o apoio de todos os escritores brasileiros e estes repelem, sem dúvida, a qualificação de comunista com que desejam atrair sobre a jovem e já benemérita associação a ira dos poderosos e a desconfiança do público”. Em seguida, ele afirmava ser a Associação Brasileira de Escritores uma entidade “sem cor política”, dela fazendo parte “escritores de todos os partidos, e inclusive comunistas, e escritores que não pertencem a nenhum partido”. Por fim, ele afirmava que o texto apresentado à Câmara sob o patrocínio da A.B.D.E. poderia ser “bom ou mau”, restando portanto um trabalho de esclarecimento por parte dos seus analistas, “sem os recursos da intimidação, e mesmo do terror” (BORBA, Osório. “Intimidação”. In: *Diário de Notícias*. 5 de agosto de 1947, Primeira Seção, p. 4).

era incompreensível que se estipulasse uma posição ideológica para a entidade, uma vez que seus quadros eram formados por uma multiplicidade de escritores, cada qual com seu posicionamento político próprio (inclusive adeptos do comunismo), mas que, no interesse da coletividade dos profissionais da escrita e da democracia, atuavam conjuntamente, a exemplo do que ocorrera em janeiro de 1945.

Astrojildo Pereira, outro que saiu em defesa da associação (lembrando que ele era membro da diretoria da A.B.D.E., em 1947) também exaltou a multiplicidade de tendências ideológicas presentes na mesma. Em texto publicado na *Tribuna Popular*, em setembro, ele procurou não apenas desclassificar as insinuações feitas acerca da demanda dos vereadores cariocas para a obtenção de uma sede para a entidade (chamando-as, inclusive, de “idiotas”), como também ofereceu uma interpretação própria para o cenário de acusações contra a mesma¹⁵⁴. Quanto ao primeiro caso, ironizou, afirmando que:

Segundo o raciocínio de tais cavalheiros, o Metrô, que se pretende construir a fim de proporcionar ao carioca um meio mais rápido, mais confortável e mais barato de transporte, será um Metrô “comunista”, com túneis “comunistas”, linhas “comunistas”, trens “comunistas”, pois que o respectivo projeto foi apresentado por vereadores comunistas. O estádio municipal – a mesma coisa: será um estádio “comunista”, e naturalmente os esportes que se praticarem dentro dele serão também esportes “comunistas”, futebol “comunista”, voleibol “comunista”, natação “comunista”, na sua construção, o projeto do arquiteto comunista Oscar Niemeyer – aí é que não restará mais nenhuma dúvida: nada mais escapará ali à diabólica infiltração “comunista”. O sr. Ari Barroso, cronista esportivo e vereador udenista, entusiasta do estádio “comunista”, já está sendo considerado um abominável “cripto-comunista”, e não tardará muito estarão bacorejando à boca pequena que a sua gaita, a sua famosa gaita, vem a ser na realidade uma “gaita marxista”, insidioso instrumento de sedução das massas cuja música obedece mui disfarçadamente à batuta, isto é, ao bastão do Marechal Stalin. E così vá il mondo!

Já em relação ao segundo ponto, Pereira considerava que os ataques eram um reflexo das preocupações das forças antidemocráticas ante a proximidade do segundo congresso nacional dos escritores. Neste sentido, como forma de desmoralizar o evento, recorria-se ao temor do comunismo, como forma de atemorizar “imbecis assustadiços e sem remédio”.

Trata-se, no entanto, aqui, não apenas de assustar os imbecis, mas principalmente de aplicar, em todos os setores da sociedade, o plano reacionário que visa enfraquecer e depois destruir toda e qualquer espécie de organização de cunho democrático. A ABDE, por sua mesma natureza, é uma associação democrática, se bem que estritamente não partidária, e neste caráter promoveu a reunião do primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, o qual desempenhou no seu temo importante papel no

¹⁵⁴ PEREIRA, Astrojildo. “Os intelectuais ao lado do povo na defesa da Constituição de 1946”. In: *Tribuna Popular*. 18 de setembro de 1947, pp. 1-2 (ver também LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 348-350).

processo de recuperação democrática do país. Ela anuncia, para breve, a reunião de um segundo congresso, que certamente há de querer continuar a obra do primeiro. Razões de sobra para que a reação tente desde já reduzir o prestígio e o alcance da próxima grande assembleia de escritores brasileiros, promovida pela ABDE. Agita-se, então, mais uma vez, o espantalho comunista. Pretextos não faltam. A Câmara Municipal discute e aprova um projeto apresentado por vereadores comunistas, mandando doar um terreno para a sede social da ABDE? – “ABDE comunista!” – Eis aí o alfa e o ômega, com a sigma no meio, da estúpida intriga veiculada por certos jornais notoriamente a serviço da reação.

A título de esclarecimento, convém dizer que o referido texto-denúncia anônimo, intitulado “Um projeto esclarecedor”, foi publicado pelo *Jornal do Comercio*, em 30 de julho de 1947. Por conta disso, o jornal acabou sendo alvo de uma ação criminal movida pela A.B.D.E., pela qual foi obrigado a publicar uma retificação compulsória. Em sua argumentação, o advogado da entidade, Clóvis Ramalhete, afirmava que qualquer insinuação quanto aos possíveis fins políticos da associação – considerando, inclusive, que suas atitudes estavam atreladas ao Partido Comunista – não procedia. Segundo ele, a agremiação dos escritores não havia encomendado projeto algum ao vereador carioca Agildo Barata, tanto quanto não era concebível que se atribuísse motivações relacionadas ao PCB à lei de direitos autorais, uma vez que teriam sido os próprios membros do referido partido (principalmente Jorge Amado) aqueles que se levantaram contra a proposta apresentada à Câmara Federal.

Ramalhete procurava também desassociar a A.B.D.E. de qualquer outro grupo partidário, a exemplo da UDN. Em suas palavras, a entidade dos escritores tinha por objetivo defender os interesses dos mesmos em relação aos abusos praticados pelos editores, o que a mantinha acima de qualquer inclinação ideológica. Neste sentido, não haveria razões para todo e qualquer tipo de acusação em contrário. Para Clóvis Ramalhete, o articulista anônimo não passava de um “assustado”: “não pensa, suja papel. Não arrazoa, difama. Não descobre, paga ineditorial”.¹⁵⁵

No entanto, fosse por ação do empresariado ligado ao mercado editorial (Osório Borba) ou de grupos ressentidos com os avanços promovidos pela democratização (Astrojildo Pereira), os ataques praticados contra a A.B.D.E. remetiam ao próprio cenário político brasileiro. A “pecha” de comunista atribuída a pessoas ou instituições nada mais era do que uma forma de deslegitimar suas ações no país que, naquele momento, aproximava-se dos Estados Unidos, então em Guerra Fria com a União Soviética. Possivelmente, por essa mesma

¹⁵⁵ RAMALHETE, Clóvis. “Associação Brasileira de Escritores *versus* ‘Jornal do Comercio’”. In: *Diário de Notícias*. 19 de agosto de 1947, p. 8. A retificação compulsória ao “Ineditorial” do *Jornal do Comercio* teve uma cópia publicada pelo *Diário de Notícias*, em edição do dia 22 de agosto, donde o então presidente da A.B.D.E., Guilherme Figueiredo, reafirmava o que Ramalhete havia exposto ao juiz da Vara Criminal (“Associação Brasileira de Escritores *versus* ‘Jornal do Comercio’”. In: *Diário de Notícias*. 22 de agosto de 1947, p. 7).

razão, os organizadores do encontro dos escritores na capital mineira estivessem tão empenhados em retirar todo e qualquer teor político do evento, o que, aparentemente, era impossível.

Isso se tornava ainda mais evidente na medida em que, conforme já dito anteriormente, até mesmo as questões profissionais pareciam ser atingidas pelo conflito entre os grupos em luta na associação. A lembrança das palavras de Clóvis Ramallete ao *Diário de Notícias*, relatando as ações de Jorge Amado contra o projeto de lei encaminhado pela A.B.D.E. à Câmara, dá mostra de que os embates extrapolavam o plano ideológico. O escritor e deputado comunista, aliás, era acusado de propor mudanças no texto que beneficiariam os editores, em detrimento dos profissionais da pena. Dessa forma, ainda que as reportagens e artigos de jornais em torno da entidade e seu segundo congresso trouxessem, no mais das vezes, o tema da legislação dos direitos autorais; ainda assim, a discussão não escapava da luta política.¹⁵⁶

Por essa mesma razão, as declarações de Carlos Drummond de Andrade a respeito dos preparativos da assembleia dos escritores, produzidas no calor dos acontecimentos, não são capazes de dar suficiente demonstração de que era possível transformar a associação em um espaço apolítico e, portanto, alheio ao embate partidário. Em 1º de outubro, dias antes do início do evento, ele deixaria o seguinte registro:

Outubro, 1 – Toda uma manhã aplicada ao inútil esforço para conseguirmos uma boa delegação carioca ao 2º Congresso de Escritores, em Belo Horizonte. Volto a transformar-me em político, na área da literatura, contra o meu gosto, improvisando-me em executor quase solitário de breve e intensa campanha eleitoral. Sou ajudado quase exclusivamente por Francisco de Assis Barbosa. A princípio, eu não pretendia meter-me de modo algum nessa história, mas acabe arrastado por uma tendência obscura para a agitação, que ao mesmo tempo me atrai e me desencanta. Em casa, a família acha-me outro. Telefonando de manhã à noite, entregue ao preparo de cédulas, ao ajuste de nomes, pedindo, negociando, mexendo – e tudo por um assunto que, afinal, não me interessa muito.

Tive o prazer de causar pequenina apreensão aos comunas, com a minha resolução de lutar pelo caráter não político da Associação Brasileira de Escritores, isto é, para convertê-la em órgão profissional, que congregue os intelectuais em torno dos interesses te hoje não defendidos e até negados. Minha impressão é que, com um pouco mais de calma e de método, eu os teria derrotado.

Tal como foi organizada, a delegação do Rio constitui uma vitória relativa do PC, que em 40 nomes conta com 18 ou 19. Contudo, é de crer que eles ambicionavam representação ainda maior, vendo-se afinal obrigados a moderar suas pretensões, ante a resistência encontrada.

Na guerrinha dos votos por procuração, os esquerdistas da atual diretoria foram derrotados. Tiveram de retroceder, apurando-os, ante a ameaça de renúncia coletiva dos delegados eleitos pelo nosso grupo, que não tinha nenhum preconceito anticomunista: apenas, queremos ver a ABDE liberta do controle partidário. De

¹⁵⁶ Quanto às discordâncias dos comunistas em relação ao projeto de lei dos direitos autorais, bem como os demais embates em torno do mesmo, estas serão tratadas oportunamente no último capítulo deste trabalho.

qualquer modo, levaremos a Belo Horizonte um bom número de escritores independentes, de formação democrática, e dispostos a impedir o desenvolvimento sectário dos debates.¹⁵⁷

As dinâmicas conflituosas em torno da escolha dos membros da delegação carioca ao evento de Belo Horizonte davam mostra não somente das disputas entre comunistas e os pretensos “democratas”; mas revelavam também a incapacidade dos escritores em escapar do debate político¹⁵⁸. Os cuidados tomados na eleição dos delegados, na tentativa de esvaziar – ou, ao menos, contrabalançar – o grupo dos “comunas”, apontam não necessariamente para um esforço por transformar a A.B.D.E. em um legítimo órgão de classe, voltados aos interesses das letras; mas sugerem, sobretudo, que uma posição estava sendo tomada por determinados setores da entidade em vista dos acontecimentos no Brasil e no mundo.

¹⁵⁷ ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, pp. 73-74. Acerca da crise em torno do “votos por procuração”, ver “Assegurado o mais completo êxito ao II Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Tribuna Popular*. 2 de outubro de 1947, pp. 1-2. Em uma série de entrevistas colhidas pela reportagem, alguns escritores – como Lúcia Miguel Pereira, Otávio Tarquínio de Souza, Paschoal Leme e Laura Austregésilo – a exemplo de Drummond, deram parecer favorável ao aceite dado pela diretoria da seção da A.B.D.E. do Distrito Federal aos votos por procuração, considerando que isto representava o respeito ao caráter democrático da instituição e de seu evento. O único que tornou pública a sua contrariedade com essa “aceitação incondicional”, classificando-a como “perigosa”, foi Astrojildo Pereira. Para ele, contudo, em vista das “circunstâncias ocorrentes” e da necessidade de que se procedesse “com espírito unitário”, não havia outro caminho senão o da concordância (“Depõem os escritores sobre o Congresso de Belo Horizonte”. In: *Tribuna Popular*. 3 de outubro de 1947, pp. 1-2). Quanto à composição da delegação carioca, os escritores escolhidos foram os seguintes: Dinah Silveira de Queiroz, Lúcia Miguel Pereira, Otávio Tarquínio de Souza, Gastão Cruis, Luís Jardim, Manuel Bandeira, Rodrigo de Andrade, Graciliano Ramos, Osório Borba, João Condé, Cyro do Anjos, Murilo Mendes, Pascoal Carlos Magno, Alceu Amoroso Lima, Gheisa de Boscoli, Marques Rebelo, Júlio Paternostro, Orígenes Lessa, Moacir Werneck de Castro, Rafael Correia de Oliveira, Ivã Pedro de Martins, Lia Correia Dutra, Aparício Torelly, Fernando Segismundo, Laura Austregésilo, Francisco de Assis Barbosa, Joraci Camargo, Bandeira Duarte, Afonso Arinos de Melo Franco, Osvaldo Alves, Raimundo Magalhães Junior, Hermes Lima, Jorge Medauar, Roberto Alvim Correia, Otto Maria Carpeaux, Homero Sena, Pedro Mota Lima, Ivone de Miranda, Pompeu de Souza e Antonio Rangel Bandeira. Segundo reportagem da *Folha da Manhã*, o primeiro nome contou com 186 votos, enquanto que o último, 92. Já o grupo de dez suplentes contava com a presença de Egídio Squeff, J. Fernando Carneiro, Augusto Frederico Schmidt, Hamilton Nogueira, Paulo Mendes Campos, Cleto Seabra Veloso, Nelson Rodrigues, Leôncio Basbaum, Silva Melo e Otto Lara Resende (“II Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 5 de outubro de 1947, Primeiro Caderno, p. 2).

¹⁵⁸ As páginas do *Diário de Notícias* serviram de palco para uma controvérsia acerca do pleito da A.B.D.E. do Distrito Federal, protagonizada pelos escritores Hamilton Nogueira e Osório Borba. O primeiro, que na ocasião era senador pela UDN, denunciava, em entrevista, uma tentativa do PCB de controlar várias entidades no país. Para tanto, citava como exemplo uma suposta “maioria comunista” entre os delegados eleitos na seção carioca da Associação Brasileira de Escritores para o congresso de Belo Horizonte – ele próprio conseguiu apenas uma vaga como suplente (“Procuram os comunistas controlar várias associações”. In: *Diário de Notícias*. 2 de outubro de 1947, Primeira Seção, pp. 3-4). Borba, em contrapartida, lançou um artigo respondendo ao “velho amigo”, demonstrando que não apenas essa “maioria” não existia, como a lógica de escolha dos candidatos não seguia esta ou aquela tendência ideológica: “Havia na assembleia uma maioria não comunista. A lista dos eleitos em sua grande maioria é de não comunistas. Os comunistas votaram em muitos não comunistas; os não comunistas por sua vez votaram em muitos comunistas. As duas chapas principais (como as variantes) tinham maioria de nomes comuns a todas elas. Portanto, a eleição e o seu resultado não tiveram significado estreitamente político-partidária” (BORBA, Osório. “A verdade sobre a ABDE”. In: *Diário de Notícias*. 4 de outubro de 1947, Primeira Seção, pp. 3-4). Osório Borba também saiu em defesa da União Nacional dos Estudantes, outra das entidades que foram alvo das críticas de Hamilton Nogueira (ver BORBA, Osório. “Ainda sobre a ‘infiltração comunista’”. In: *Diário de Notícias*. 5 de outubro de 1947, Primeira Seção, pp. 3-4).

Milton Lahuerta aponta para os efeitos que o livro de Artur Koestler, *Le zero et l'Infini* teriam provocado em setores da intelectualidade de esquerda, dentro da qual Drummond estava inserido. O autor considera que as mazelas do socialismo real denunciadas na obra de Koestler “diminuíam em muito” o seu fascínio entre os intelectuais, “levando-os a se pensar como militantes” e não, propriamente, como membros da chamada “inteligência”. Assim, “a problematização do socialismo entre os intelectuais de certo modo colocava em questão toda atividade política, no limite identificada como perda da individualidade em prol de uma causa coletiva, pública, social”. Servindo-se, inclusive, de um registro do poeta mineiro acerca do assunto, Lahuerta afirma que isso “se traduzia como ‘umas das tragédias modernas, a tragédia do homem que se imola à política, sacrificado por aquilo mesmo que enchera toda a sua vida, e que se volta inexoravelmente contra ele’”.¹⁵⁹

Apesar das dúvidas que aparentemente surgiram na mente de Drummond quanto ao tipo de atitude que se esperava dos intelectuais, bem como de seus órgãos de representação, ele demonstrava certa imprecisão no momento em que a questão era imposta à A.B.D.E.: se apolítica ou apartidária. Abrir mão da luta entre partidos não pressupunha excluir o caráter político da ação dos escritores, e isso, aliás, era um traço essencial da associação, desde a sua fundação (ele próprio, como se pôde observar, afirmava ter se transformado novamente em político). No mais, o autor de *Sentimento do mundo* parecia desconsiderar que até mesmo as discussões acerca dos direitos autorais eram atingidas pela onda sectária que assolava a entidade¹⁶⁰. Seu esforço por despolitizar a agremiação e seu congresso, contudo, não era

¹⁵⁹ Ver também ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, pp. 72-73. Quanto ao estrago provocado pelo livro de Koestler, José Maria Cançado – biógrafo de Carlos Drummond de Andrade – revela que a direção do Partido Comunista do Brasil “decidiu despachar alguns dos seus quadros para festas, encontros, palestras, salões, e reuniões promovidas por *socialites* da época, com o objetivo específico de falar mal de *O zero e o infinito* e do seu autor”. Segundo ele, “a ideia era desqualificar autor e livro, e garantir que aquilo era uma ficção, criada a partir do ressentimento de um ex-comunista” (CANÇADO, José Maria. *Os sapatos de Orfeu*: biografia de Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Globo, 2006, p. 231).

¹⁶⁰ Aparentemente, a atitude de Carlos Drummond de Andrade em relação aos escritores comunistas durante os preparativos do congresso da A.B.D.E. não passou despercebida pelo PCB. Em nota publicada pelo *Correio da Manhã* dias após o conclave, ele deu a sua versão dos fatos: “Desgostoso com a minha atitude na A.B.D.E., no sentido de impedir, com outros escritores, que nossa entidade profissional degenerasse em instrumento de política partidária – o que conseguimos –, o Partido Comunista escalou o sr. Moacir Werneck de Castro para atacar-me. Sou grato pela escolha, que recaiu num moço inteligente, afeiçoado às letras, e capaz de renovar em parte os clichês com que o Partido pretende fulminar, indiscriminadamente quantos incorram no seu desagrado. Assim, encontrou-se para minha atitude uma explicação original: eu teria agido por força de uma vocação política (sic) frustrada, que, em vez de confessar suas repelidas derrotas, procura disfarçá-las temperamentalmente. Daqui informo a quem interessar possa, que minha “carreira política” se limita a um único episódio: em agosto de 1945, o Partido Comunista ofereceu-me a candidatura a deputado federal. Recusei. Arranje-se, portanto, outra explicação para este fato tão simples: um escritor fora dos partidos, que não se vendeu à reação nem aceitou os slogans simplórios do Partido Comunista; que assinou a democrática Declaração de Princípios do II Congresso Brasileiro de Escritores; e que deseja a sua associação de classe preservada não só do faccionismo como da invasão de “escritores” alfabetizados à última hora para discutir os deveres da

isolado, conforme se pode observar em outro texto de Oswald de Andrade¹⁶¹, com novas críticas a Mário Neme:

Em entrevista publicada no “Correio Paulistano” de 5 de agosto último, o atual secretário da A.B.D.E. de São Paulo, a propósito do programa de Belo Horizonte, declara que o Congresso será objetivo, “nele prevalecendo os assuntos relacionados com os interesses econômicos dos escritores, como classe profissional”. Depois, vendo que era demasiado grosseira e pueril a afirmação (já existe no Congresso o projeto Euclides Figueiredo e a emenda Plínio Barreto) ei-lo a fazer concessões: “Evidentemente problemas de ordem cultural e até educacional serão tratados”. E aí vem uma grande afirmação com um enorme *também*. “Pois também fazem parte da vida profissional do escritor”!

Como se vê, o principal é a gaita. Depois *também* problemas de ordem cultural e *até* educacional poderão ser tratados no Congresso.

Para Oswald, que ainda demonstrava o seu ressentimento por não ter seu nome escolhido como membro da delegação paulista, estava clara a inversão de valores que se tentava impor à assembleia dos escritores. Segundo ele, aquilo se tratava de “um teste de primeira categoria”, pois que deveria “definir os destinos da A.B.D.E.”: se ela continuaria sendo “um organismo de construção e defesa da cultura brasileira”, ou se, “por capangagens eleitorais”, cairia “nas mãos inconsequentes de uma maioria que não sabe mais nem o que quer nem o que faz”, votando “o que mandam votar”. Não por acaso, o ápice da sua indignação estava relacionado à negativa de Mário Neme em promover a comemoração dos 25 anos da Semana de Arte Moderna, de 1922, durante o congresso da associação:

Sabendo que guarda no bolso do sobretudo uma respeitável maioria de votos, decidiu o sr. Mário Neme proibir também que os congressistas de Minas venham a lembrar ou comemorar a Semana de Arte Moderna de São Paulo, que tem agora, em 47, o seu jubileu. “O fato de referirem pessoas mal informadas ou mal intencionadas que o Congresso de Belo Horizonte comemorará o 25º aniversário da Semana de Arte Moderna não quer dizer que isso é verdadeiro. Pelo menos a *maioria* dos que deverão ali se reunir não tem intenção de transformar uma assembleia de profissionais em tertúlia literária”. E declara soberano: “Posso afirmar que a *maioria*... tudo fará para evitar até discussões acadêmicas”.

Esse burro não sabe que a Semana de Arte de 22 é Heitor Villa-Lobos, é Mário de Andrade, é Di Cavalcanti donde saiu Portinari. É toda a nossa literatura nova, com ela compromissada pelo feito de libertação, de renovação e de nacionalização que ela representou. Esse asno tem a ousadia de vir declarar em público que falar da Semana num Congresso de Escritores é fazer “tertúlia”. Não! O Congresso de Belo Horizonte já tem suas normas traçadas a metro pelo lojista Neme. Só tratará de *interesses materiais*. Mesmo porque (e é isto sobretudo o que apavora o

inteligência. Enquanto isso, não é sério atribuir-se uma “polícia da inteligência” aos que precisamente buscam subtrair a inteligência a qualquer espécie de polícia, tanto a Especial quanto a do Partido Comunista” (ANDRADE, Carlos Drummond de. “Para quem goste de cão”. In: *Correio da Manhã*. 9 de novembro de 1947, Segunda Seção, p. 1).

¹⁶¹ ANDRADE, Oswald de. “O Congresso de Escritores”. In: *Correio da Manhã*. 2 de setembro de 1947, p. 2 ou ANDRADE, Oswald de. *Telefonema*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2007, pp. 331-335.

procuraturo) qualquer “discussão acadêmica” poderia redundar numa declaração de princípios democráticos como a que honrou o Congresso de São Paulo em 45.

Os conflitos entre comunistas e não-comunistas se intensificaram na medida em que se aproximava a data do evento. As perspectivas de cada um dos grupos variavam, e por mais que ambos tentassem, em alguma medida, confirmar um ambiente de união, as eleições das delegações e as declarações de seus respectivos membros deixavam clara a impossibilidade de uma comunhão de interesses, não apenas na condução do congresso, mas da própria associação nos anos vindouros. Neste sentido, a oposição entre política e profissão¹⁶² nada mais era do que uma consequência da luta partidária existente no Brasil, e cuja A.B.D.E. acabou por se tornar um dos palcos principais. Em termos práticos, enquanto o PCB via a entidade dos escritores como uma possível plataforma a partir da qual ele poderia manter-se em ofensiva atividade (uma vez que estava oficialmente na ilegalidade); os seus opositores tentavam esvaziar a agremiação de todo sentido político, visando justamente calar os “comunas”.

Por razões, até o momento, desconhecidas, o Segundo Congresso Brasileiro de Escritores não produziu um volume de anais, contendo o registro de suas atividades, tampouco das teses debatidas e aprovadas. Assim, resta o recurso aos poucos jornais do período que dedicaram algumas de suas páginas ao relato dos acontecimentos na capital mineira. No mais, o que se tem é um apanhado de artigos que procuravam dar, cada qual, a sua interpretação do evento – em grande parte, ressaltando o êxito do esforço democrático frente à onda sectária que teria ameaçado o próprio término do conclave.

2.2.1. Manobras e conflitos no evento de Belo Horizonte

Segundo as informações colhidas junto à *Folha da Manhã*, a sessão inaugural ocorreu na noite de 12 de outubro (um domingo), no auditório do Instituto de Educação de Belo Horizonte, sob a presidência do escritor, sócio da A.B.D.E. e, na ocasião, governador de Minas Gerais, Milton Campos. Em seu discurso de abertura, ele “fixou a posição dos intelectuais em face dos destinos do Brasil, terminando por dirigir um apelo aos escritores brasileiros no sentido de cooperarem para o fortalecimento da democracia e do bem-estar social”¹⁶³. Em artigo publicado dias após o fim do evento, Raquel de Queiroz teceria alguns

¹⁶² LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 360.

¹⁶³ “2º Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 15 de outubro de 1947, Primeiro Caderno, p. 2.

elogios à fala de Campos, destacando justamente os pontos exaltados pela reportagem do diário paulista:

Bonito discurso fez o governador de Minas na solenidade de instalação do II Congresso. O homem se despe de suas prerrogativas de governante e curva-se ante o poder maior, e de certo modo considera a nossa mensagem e o nosso mandato mais legítimos do que o seu, porque *“nas democracias menos evoluídas (como a nossa) onde os processos educativos não lograram ainda os resultados necessários, pode ocorrer uma dissonância entre a manifestação do sentimento do povo, através da opinião pública e a expressão da vontade popular através do eleitorado. O esforço dos que escrevem e falam não tem ainda a penetração necessária e há um volume enorme de homens que votam e portanto influem decisivamente, sem se deixar atingir por aquele esforço e algumas vezes entregues a influências deformadoras”*.

Eis aí, magistralmente explicado pelo governador Milton Campos o nosso “mistério” eleitoral: porque estando a opinião pública veementemente contra a ditadura e os seus remanescentes, logrou entretanto ser eleito para presidente do Brasil o ministro da Guerra da ditadura...

E diz ainda o sr. Milton Campos: *“Aos escritores do Brasil... cumpre procurar aumentar o seu poder de penetração, trazendo ao alcance da sua influência o maior número, para que a opinião pública seja a expressão permanente e efetiva do pensamento do povo”*.¹⁶⁴

Conforme os trechos apontados pela escritora cearense, Milton Campos mantinha-se firme no propósito de aproximar os escritores do povo, no sentido de que os primeiros fossem os “educadores” do último, incutindo-lhe o senso democrático. De certa forma, isso era uma reminiscência dos tempos em que ocorrera o primeiro congresso da A.B.D.E., o que poderia ser encarado como um alerta para o não cumprimento do que ficou estabelecido durante o encontro de janeiro de 1945. A lembrança de Raquel de Queiroz acerca da eleição de Dutra, neste sentido, não deixava de ser sintomática. Menos destacáveis que a fala do governador mineiro, no entanto, parecem ter sido os discursos dos demais oradores: Guilherme Figueiredo, Orlando M. Carvalho, Rodrigo Otávio Filho, João Neves da Fontoura e André Sallet.¹⁶⁵

No dia seguinte, durante a primeira sessão plenária, foram formadas as cinco comissões responsáveis pela leitura e análise das teses encaminhadas ao congresso: a) Direitos Autorais; b) Cultura e Assuntos Gerais; c) Teatro, Rádio, Imprensa e Cinema; d) Assuntos Políticos; e) Assuntos de Livro e Divulgação da Produção Literária¹⁶⁶. Essa divisão permitiria agrupar os textos recebidos segundo temas gerais, uma vez que os critérios

¹⁶⁴ QUEIROZ, Raquel de. “O Congresso de Belo Horizonte”. In: *Diário de Notícias*. 19 de outubro de 1947, Caderno “Letras, Artes e Ideias Gerais”, p. 1. Em razão de uma gripe, relatava neste artigo, Raquel de Queiroz não pôde comparecer ao conclave.

¹⁶⁵ “Animados os trabalhos do II Congresso de Escritores em Belo Horizonte”. In: *Folha da Manhã*. 18 de outubro de 1947, Primeiro Caderno, p. 1. A reportagem prestava contas dos acontecimentos referentes às três primeiras reuniões plenárias, realizadas entre os dias 13 (primeira e segunda) e 14 (terceira).

¹⁶⁶ Acerca da divisão das comissões de trabalhos, ver “Solidariedade aos intelectuais portugueses na luta contra o regime totalitário”. In: *Diário de Notícias*. 15 de outubro de 1947, Primeira Seção, p. 2.

estabelecidos pelos organizadores do evento para aqueles que quisessem enviar seus trabalhos eram mais específicos, devendo os mesmos versar sobre: Direitos autorais; Intercâmbio cultural; O escritor e a luta pela Paz; O escritor e a defesa da Democracia; A difusão do livro e a situação econômica do país; O livro didático; Teatro, rádio, imprensa e cinema; Problemas de Arte Literária.¹⁶⁷

Uma vez determinados os membros de cada comissão e distribuídas as teses, os trabalhos foram efetivamente iniciados. Entre os dias 13 e 15 de outubro, outras três sessões plenárias foram realizadas. Ao menos nas duas primeiras, os debates parecem ter se centrado nas propostas levadas à votação pelas comissões, de modo que, ao menos aparentemente (isso significa dizer que as informações coletadas não permitem dizer o contrário), o ambiente se manteve pacífico. Foram aprovadas, sem maiores contratempos, moções a favor do Clube de Cinema de São Paulo (na ocasião, alvo de perseguição do Departamento Estadual de Informações) e contra a cassação dos mandatos dos comunistas nas casas legislativas. Além disso, foi realizada uma homenagem a Mário de Andrade, emitiu-se uma mensagem de solidariedade aos escritores portugueses em luta com o regime ditatorial em seu país, bem como se decidiu que o próximo congresso da A.B.D.E. ocorreria em Salvador, no ano de 1949 (ele de fato se realizaria, mas apenas em 1950).

Fora do conclave, o clima parecia ser de animação, com bailes e debates em bares, que atravessavam a noite. José Maria Cançado, referindo-se à presença de Carlos Drummond de Andrade em Belo Horizonte, apresenta um retrato desses dias:

[...] Durante todo o congresso, Drummond, Antonio Candido, Decio de Almeida Prado, Arnaldo Pedrosa[d']Horta saíam juntos depois do encerramento das discussões, em longas vigílias madrugada adentro, ressuscitando até algumas “russificações” de vinte anos atrás – expressão criada por Pedro Nava para se referir aos atos de pilhéria jacobina com que ele, o próprio Drummond, Emílio Moura, Milton Campos, tentavam perturbar a *pax* mineira nas noites da década de 1920. Numa dessas noites, lembra Antonio Candido, eles foram acabar diante do jardim do Palácio Episcopal – a residência de um bispo que tinha na época uma certa legenda de santidade, dom Cabral. Para surpresa e delícia deles, a “russificação” já estava montada, com o jardim do bispo tomado por um bando de cães em plena função de acasalamento.

Nessa noite, o grupo de Drummond, Decio de Almeida Prado e Antonio Candido se dispusera até a salvar Carlos Lacerda – então verdadeira *betê noire* para a esquerda, com seu anticomunismo patológico – do isolamento a que fora condenado. O resgate de Carlos Lacerda valeu a Antonio Candido uma bronca duríssima de Otto Maria Carpeaux.¹⁶⁸

¹⁶⁷ Quanto aos temas propostos para o congresso, ver “2º Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 27 de julho de 1947, Primeiro Caderno, p. 8.

¹⁶⁸ CANÇADO, José Maria. *Os sapatos de Orfeu*: biografia de Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Globo, 2006, p. 233. Essas dinâmicas alheias aos trabalhos do congresso podem ser verificadas também nos próprios registros de Carlos Drummond de Andrade (ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no*

Efetivamente, Carlos Lacerda sofria com a resistência de alguns escritores à sua presença no congresso, principalmente por parte dos comunistas. De acordo com John W. F. Dulles, servindo-se das memórias de Luís Martins, constantes críticas e insinuações de Lacerda relacionadas ao PCB (muitas vezes, baseadas em boatos) fez com que alguns delegados ligados ao partido ameaçassem abandonar o conclave caso o então vereador do Distrito Federal pela UDN dele participasse. A solução, segundo seu biógrafo, foi a de que Carlos Lacerda ficaria em silêncio durante as sessões.¹⁶⁹

Essas contrariedades em torno da participação do escritor udenista, no entanto, revelam que as disputas partidárias permaneciam latentes entre os delegados ao evento, de maneira que até mesmo aquele clima amistoso que parecia prevalecer fora das sessões plenárias não era capaz de conter as rivalidades pré-existentes. Isso não significa dizer que os momentos tensos do congresso estiveram única e exclusivamente ligados às questões políticas, ainda que tenham sido elas as responsáveis pelo momento mais grave das reuniões. Vale lembrar, uma vez mais, que os problemas de ordem profissional também estavam na ordem do dia, sendo também o foco de intensos debates.

Por não se tratar de tema pertinente a este capítulo, a substância das discussões em torno das teses referentes aos direitos autorais será tratada posteriormente. Por hora, cumpre salientar em que medida esse tema resultou em um impasse para os participantes do congresso. Em linhas gerais, o segundo conclave nacional da A.B.D.E. ocorria no momento em que um projeto de lei, encaminhado pela própria associação, tramitava na Câmara Federal. Contudo, esse texto fora questionado em alguns de seus pontos pelo deputado Jorge Amado, que havia apresentado ao Legislativo um substitutivo à proposta. Seguindo a tendência do romancista baiano, o escritor mineiro Ayres da Matta Machado Filho expôs aos delegados presentes em Belo Horizonte um memorial, com novas interpretações e possibilidades acerca de uma legislação em prol dos seus pares. O cenário do imbróglio e os pontos discordantes entre as três linhas apresentadas acima são dados por Astrojildo Pereira, segundo o qual:

a questão do direito autoral foi certamente a que, em comissão, provocou mais obstinada divergência. Três correntes se manifestaram desde o início e se mantiveram na mesma posição até o fim: a do projeto de lei em curso na Câmara dos Deputados, a do parecer e substitutivo Jorge Amado, e a do memorial Ayres da Matta Machado

Escritório. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, pp. 75-78), como também em um artigo publicado por Geraldo Pinto Rodrigues na *Folha da Manhã* dias após o conclave (ver RODRIGUES, Geraldo Pinto. “Belo Horizonte, cidade de mil tons”. In: *Folha da Manhã*. 16 de novembro de 1947, Primeiro Caderno, p. 2).

¹⁶⁹ DULLES, John W. F.. *Carlos Lacerda. A Vida de um Lutador*. vol. 1: 1914-1960. Trad. Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, pp. 103-104.

Filho. Diferenças secundárias separavam entre si as duas últimas correntes, ao passo que ambas se contrapunham de modo radical a alguns dos projetos essenciais do projeto, relativos ao princípio da inalienabilidade do [domínio] público, à associação profissional única, ao mandato compulsório [da A.B.D.E. sobre seus associados] e a função tutelar delegada da associação, etc..¹⁷⁰

As disputas em torno da questão, no entanto, ficaram longe de uma solução unitária. Milton Lahuerta aponta para o fato de que o congresso decidiu “deixar a questão em aberto, encaminhando para a Câmara dos Deputados os materiais que haviam servido de base às discussões”. O autor deixa claro que os esforços para que a questão dos direitos autorais se tornasse o centro do encontro dos escritores não foram suficientes para “evitar que temas propriamente políticos viessem à tona”, dramatizando o conclave. A esse respeito, Sérgio Milliet afirmaria que “a exploração política da questão profissional por um lado e misteriosas intervenções por outro, impediram o debate amplo e esclarecedor que houvera permitido solução mais lógica...”.¹⁷¹

Deve-se lembrar, uma vez mais, que congresso foi pensado e executado em um momento tenso na relação entre os membros da intelectualidade brasileira. Ainda que o foco recaia aqui sobre os escritores, os vários setores da classe pensante do país estava cindida ideológica e partidariamente, sendo quase impossível que, em determinado ponto dos trabalhos do evento da A.B.D.E., essas diferenças não viessem à tona. Se não haviam estourado durante as discussões em torno da lei dos direitos autorais, restava saber se a comissão de Assuntos Políticos passaria ilesa. E ela não passou, escancarando de vez as divisões no seio da associação.

As fontes e os autores consultados são unânimes quanto à causa da crise. Em 15 de outubro, durante a quarta sessão plenária, Ayres da Matta Machado Filho, escritor católico e representante da delegação mineira, apresentou uma moção à assembleia contra a cassação do

¹⁷⁰ PEREIRA, Astrojildo. “O Congresso de Belo Horizonte”. In: *Literatura*. n. 6. Outubro-Dezembro de 1947, p. 3 *apud* LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 369-370.

¹⁷¹ MILLIET, Sérgio. “As margens do Congresso de Belo Horizonte”. In: *O Estado de São Paulo*. 21 de outubro de 1947, p. 6 *apud* LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 369-370. Nelson Palma Travassos, nome ligado à Empresa Gráfica “Revista dos Tribunais”, considerava que, por não dar solução à questão dos direitos autorais, o congresso dos escritores teria fracassado. Segundo ele, uma das razões para que os debates acerca do assunto não tivessem chegado a um bom termo teria sido a intransigência de Guilherme Figueiredo na defesa de seu projeto de lei encaminhado à Câmara Federal. Por defender os interesses de uma conhecida editora, Travassos via nas propostas levadas ao Legislativo pela A.B.D.E. um empecilho ao trabalho dos editores, afirmando que as mesmas impediriam que as empresas brasileiras publicassem os autores brasileiros. Além disso, ele asseverava que não seria possível propor uma assembleia independente, uma vez que a associação havia requisitado ajuda financeira do Estado para a realização do conclave – um auxílio de 200 mil cruzeiros, aprovado pelo Senado, mas que somente seria pago em novembro. (ver TRAVASSOS, Nelson Palma. “... E o congresso falhou”. In: *Folha da Manhã*. 9 de novembro de 1947, Primeiro Caderno, p. 6).

registro do Partido Comunista do Brasil, ocorrida cinco meses antes, solicitando, inclusive, que o Supremo Tribunal Federal apressasse o julgamento do recurso feito pelo PCB. Lida por Astrojildo Pereira, ela acabaria aprovada por aclamação pelos delegados presente a reunião. Contudo, a proposta não havia passado pelo crivo dos membros da comissão da Assuntos Políticos, o que provocou a renúncia de alguns deles, revoltados com o que consideravam uma manobra dos comunistas. Carlos Drummond de Andrade, um dos que abandonaram o congresso, assim relatou os acontecimentos:

A moção deixa estarecidos os congressistas que participaram do trabalho da comissão política, onde nada se discutira a respeito, e é aprovada por aclamação. Como deixar de votar contra atos políticos atentatórios da liberdade de associação de mandatos populares? Mas a aprovação pura e simples de atitudes não considerada antes pelo órgão competente, e que importavam em unilateralidade de ponto de vista, anulando todo o preparação para que o Congresso não se tornasse órgão de um Partido, levando a reboque os escritores que, amando a liberdade, a ele não se subordinavam, criou situação insustentável. Os elementos da Comissão, surpreendidos, deixaram a sala, para elaborar declaração conjunta, na qual se esclareceu que, aprovando a moção Ayres, nem por isso aceitavam os princípios e métodos do PC; conservavam-se apenas fiéis à concepção democrática que implica a convivência normal de Partidos políticos. Outro documento foi redigido com a mesma presteza. Por ele, os membros da Comissão, nem ouvidos nem cheirados previamente a respeito do assunto, renunciavam a seus mandatos em caráter irrevogável. Alceu Marinho Rego vai ao microfone e, com deliberada ausência de ênfase, lê os dois documentos. O primeiro, ampliado com cerca de 70 assinaturas, deixa o plenário em suspenso, pois seus termos só se tornam conhecidos após a leitura dos signatários, muitos deles altamente representativos.

Começa aí a agitação, que não chega a virar desordem mas que se vai prolongando e ameaça converter-se em crise comprometedora da própria continuação do Congresso. Oradores de um e de outro grupo se sucedem, procurando encaminhar soluções conciliatórias, mas qual!

Um aparte de Mário Neme, da delegação paulista, leva à renúncia o também paulista Paulo Mendes de Almeida, presidente eventual dos trabalhos. Guilherme Figueiredo, presidente efetivo, não reassume o lugar; é também renunciante, por motivo especial: a questão de direitos autorais caminha para desfecho contrário ao seu ponto de vista. A presidência vai ter às mãos de Astrojildo Pereira. É constituída comissão para pedir a Paulo Mendes que volte, depois das explicações de Neme. Ele atende, e o ambiente, de pesado, passa a ser um pouco humorístico, pelo alívio da tensão. Mas a renúncia dos elementos democratas da Comissão Política e seus adeptos, essa é mais dura de resolver. Aluísio Alves declara que eles consideram finda sua missão, embora não desinteressem do Congresso e desejem o seu êxito. Palavras recebidas em silêncio. Dir-se-ia que o Congresso acabou. Então, nós, renunciantes, tomamos a sábia resolução:

– Ao Pinguim!¹⁷²

Certa de dez escritores abandonaram a reunião¹⁷³. Diante do impasse, o comunista Jorge Amado dirigiu-se a Ayres da Matta Machado Filho, convencendo-o a retirar a moção e

¹⁷² ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, pp. 76-77. O escritor pernambucano Rafael Correia de Oliveira, em artigo publicado no *Diário de Notícias*, ofereceu uma descrição semelhante acerca do que ocorreu durante a última sessão plenária do congresso (ver OLIVEIRA, Rafael Correia de. “O Congresso dos Escritores e a Verdade”. In: *Diário de Notícias*. 22 de outubro de 1947, Primeira Seção, p. 3).

apresentá-la a comissão de Assuntos Políticos para a devida apreciação (transformada em proposta, ela acabaria aprovada pelos delegados). Feito isso, Otávio Tarquínio de Souza, sua esposa Lúcia Miguel Pereira, e Júlio de Mesquita Filho dirigiram-se àqueles que haviam renunciado aos seus mandatos no sentido de demovê-los da decisão. É novamente Carlos Drummond quem oferece um panorama dos fatos:

Recalcitramos ainda, e Antonio Candido fez uma espécie de discurso coloquial – que não chegou a ser absurdo no ambiente de bar, dada a elegância com que ele se exprimia – mostrando que o incidente fora mais grave do que podia parecer, pois tinha elementos para afirmar que a moção fora elaborada sub-repticiamente pelos comunistas, e dela só não tiveram conhecimento prévio os congressistas alheios ao PC. Orlando Carvalho corroborou a afirmação, citando circunstâncias que evidenciavam premeditação e malícia.

Mas era impossível resistir ao apelo sereno dos recém-chegado, e em automóveis fomos regressando ao Congresso, onde nos acolheu uma ridícula e constrangedora salva de palmas. Eu, pessoalmente, relutei em voltar, mais que os outros, concluindo que o chope valia mais que a estéril convivência com a minoria comunista, disposta a golpes daquela natureza. Cedi aos argumentos de Júlio de Mesquita e Afonso Arinos – a renúncia de um dos membros da Comissão teria fatalmente de arrastar a dos demais, partidários do mesmo ponto de vista. “O senhor nos colocaria a todos em situação constrangedora. Ficaria sendo o único homem de convicções do nosso grupo, que é a maioria”, ponderou-me o Dr. Mesquita. Eu não pretendia tal coisa, e lá fui, de cara amarrada.¹⁷⁴

No dia seguinte, com a situação aparentemente resolvida, foi a realizada a sessão de encerramento do congresso. Antes dos discursos finais – pronunciados por figuras como Emílio Moura, Jorge Amado, Afonso Arinos de Melo Franco, Júlio de Mesquita Filho, Guilherme Figueiredo, entre outros – foi lida a Declaração de Princípios de conclave. De autoria de Arinos, Pedro Mota Lima e Arnaldo Pedrosa d’Horta, o texto, transcrito na íntegra pela *Folha da Manhã* e lido posteriormente por Euclides Figueiredo na Câmara Federal¹⁷⁵, procurava reafirmar a adesão dos escritores aos postulados democráticos:

Os escritores brasileiros, reunidos no seu 2º Congresso reafirmam, em toda sua plenitude, a declaração de princípios do 1º Congresso.

A legalidade democrática, ali reclamada coletivamente, foi restaurada com a queda da Ditadura e estruturada pela Constituição de 18 de setembro de 1946.

Na atual situação do país e do mundo, consideram os escritores que é seu dever completar pela seguinte a sua primeira declaração:

¹⁷³ Entre os signatários do documento que anunciava a renúncia de parte da comissão de Assuntos Políticos, estavam os seguintes escritores: Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Alceu Marinho Rego, Antonio Candido, Carlos Drummond de Andrade, Lourival Gomes Machado, Odilo Costa Filho, Arnaldo Pedrosa d’Horta, Aluísio Alves, J. Guimarães Alves e Afonso Arinos de Melo Franco (LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 372).

¹⁷⁴ ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, pp. 77-78.

¹⁷⁵ “Na sessão da Câmara dos Deputados”. In: *Correio da Manhã*. 22 de outubro de 1947, p. 3.

1 – É de desejar que o exercício da atividade literária em nossa época não se restrinja ao domínio estético. Está fora de dúvida que o escritor pode se conservar dentro desse domínio, mas é certo que poderá também vir a engrandecer a missão da inteligência fazendo de sua obra um instrumento de participação consciente na exposição e solução dos problemas da coletividade.

2 – É essencial ao pleno exercício da missão de escritor a mais ampla liberdade de pensamento, incompatível com o estabelecimento de qualquer forma ou sistema de ditadura, e só assegurada num regime que tenha por base a liberdade de expressão, a liberdade de crença, a libertação do temor da violência e a libertação da necessidade econômica.

3 – Caracteriza-se a legalidade democrática pelos seguintes requisitos fundamentais: respeito ao regime representativo, consubstanciado na livre organização de associações e partidos e na inviolabilidade do mandato popular, e eliminação de leis restritivas e dos aparelhos judiciários de exceção, que, longe de defenderem o Estado democrático, comprometem a sua integridade. Esses requisitos, entendidos dentro do sistema e do mecanismo constitucionais, são particularmente aplicáveis ao quadro objetivo da situação brasileira.

4 – Na defesa desses princípios integrados na Constituição, cabe ao escritor uma posição de vigilância, para que a democracia não degenera na sua essência, nem seja atingida por atentados ao regime representativo, partam de onde vierem.

5 – Está intimamente ligado ao problema da defesa e consolidação da democracia no Brasil a execução de uma política de progresso econômico e de bem-estar social, que possibilite o desenvolvimento da cultura.

6 – Mesmo diante das ameaças de guerra, a humanidade tem o direito de esperar que, com a participação ativa e consciente do escritor, surja do imenso esforço despendido pelas Nações Unidas uma paz permanente, baseada nos princípios de justiça e liberdade; de autodeterminação e não de tutela econômica e política; de independência e não de agressão; de igualdade de tratamento entre nações e não ao estabelecimento de zonas de influência; de cooperação internacional e não de medo, desconfiança e agressividade.

Os escritores brasileiros conclamam todos os homens de boa vontade a se unirem na defesa dos princípios enunciados nesta declaração.¹⁷⁶

Além de defender a manutenção e o aprimoramento do regime democrático, a declaração retoma o princípio de uma “missão do escritor”, alinhada com a ideia de “participação”. Esses dois elementos, no entanto, eram amenizados pela solicitação de Carlos Drummond de Andrade, expressa no primeiro artigo do texto, de que fosse dado ao homem ou mulher de letras o direito de se restringir ao “domínio estético”, caso isso fosse de seu interesse¹⁷⁷. Em certa medida, isso demonstrava certa reserva não apenas do poeta mineiro, mas de uma parcela considerável da intelectualidade presente no congresso da A.B.D.E. em relação às possíveis pretensões dos comunistas em relação à representatividade do evento e, evidentemente, da própria associação.

Nos comentários veiculados por parte da imprensa paulista e carioca, as opiniões divergiram acerca do incidente, bem como dos resultados do conclave. A *Folha da Manhã*, por exemplo, em dois textos editoriais, não fez qualquer menção aos desentendimentos ocorridos em Belo Horizonte, tendo sim demonstrado sua decepção com a falta de interesse

¹⁷⁶ “Reafirma o II Congresso de Escritores a sua fé nos postulados democráticos”. In: *Folha da Manhã*. 21 de outubro de 1947, Primeiro Caderno, p. 1.

¹⁷⁷ ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, p. 78.

dos congressistas a respeito dos problemas da coletividade (entenda-se, as questões sociais). Neste sentido, o primeiro dos artigos, de 17 de outubro, afirmava que no escritor coexistiam “o político, o doutrinador e o popular” e que, portanto, era grande a sua responsabilidade “no destino coletivo”, fosse na condução das massas, fosse na inspiração de líderes e estadistas.

Considerava-se que quase não havia escritores diletantes no país, sendo que “todos, em sua maioria”, escreviam “exprimindo pensamentos coletivos e encarando problemas práticos”. Por essa via, o próprio romance e a poesia estariam se animando de um “conteúdo ético” estreitamente ligado às realidades brasileiras, o que não abriria margem para que um conclave promovido por uma associação de escritores estivesse exclusivamente preocupada com questões de ordem profissional.¹⁷⁸

Dias depois, o jornal voltaria à carga, afirmando que a falta de resultados mais efetivos do congresso se devia, em grande medida, à baixa qualidade das teses enviadas às comissões de trabalho, bem como aos duvidosos critérios de escolha dos delegados ao evento. Seguindo a linha do artigo anterior, o editorial sugeriu que o encontro na capital de Minas “esteve longe de constituir, pelo menos no terreno social, um acontecimento da magna importância do primeiro desses certames, realizado em São Paulo, em plena ditadura”. Adiante, o texto observaria que:

Este segundo certame, em plena vigência da democracia, nada acrescentou ao primeiro, limitando-se, no campo que mais de perto interessava a toda a opinião pública, o político-social, a formular princípios gerais, certos e respeitáveis, não há dúvida, mas que, por não estarem sendo desrespeitados no Brasil, dispensavam perfeitamente a citação que deles se fez. Não era isso, ou melhor, não era apenas essa formalista declaração de princípios democráticos que esperávamos dos escritores, de cujos conhecimentos e reflexão seria lícito reclamar mais. Desse ponto de vista, se o Congresso não chegou a ser uma decepção total, também não logrou oferecer-nos a menor surpresa.¹⁷⁹

As comparações com a assembleia de janeiro de 1945 não se restringiam ao diário paulista. Também no Rio de Janeiro, alguns escritores entendiam que o conclave realizado em Minas esteve aquém das expectativas, muitas das quais criadas por sobre a herança deixada pelo encontro de dois anos antes. Para Alceu Marinho Rego, por exemplo, que esteve

¹⁷⁸ “A Palavra dos Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 17 de outubro de 1947, Primeiro Caderno, p. 4.

¹⁷⁹ “O Segundo Congresso de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. Primeiro Caderno, p. 4. Um terceiro texto, desta vez assinado, seria publicado pelo jornal quatro dias depois deste editorial. O jovem escritor Geraldo Pinto Rodrigues traçava algumas observações acerca do que havia sido publicado anteriormente. Segundo ele, houve de fato um baixo nível na qualidade das teses, mas que isso se devia a pouca idade de alguns de seus autores. Isso, por sua vez, implicaria um maior engajamento dos mais experientes, o que Rodrigues diz não ter verificado. Além disso, o autor fazia menções aos conflitos de ordem política que marcaram o fim do conclave, exaltando os princípios democráticos expressos na declaração final do certame (ver RODRIGUES, Geraldo Pinto. “A propósito do Congresso dos Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 26 de outubro de 1947, Primeira Seção, p. 3).

em Belo Horizonte, o segundo congresso teria sido intelectualmente inferior ao primeiro. No entanto, não se tratava de apontar a baixa qualidade das teses, a justiça ou não da presença da escolha de alguns delegados, ou a esterilidade dos conflitos em torno dos direitos autorais. Em sua opinião, uma série de questões teria atravancado o bom andamento dos trabalhos, a começar por uma suposta ação de elementos “reacionários” contrários a realização do evento, resultando no atraso do auxílio econômico prometido pelo Estado para a A.B.D.E.. Além disso, como membro da comissão de Assuntos Políticos, ele censurava os comunistas pela sua tentativa de impor diretrizes ao congresso, afirmando que, na luta dos mesmos contra os chamados “democratas”, estes último teriam saído vencedores.¹⁸⁰

A perspectiva de que o conclave havia resultado em uma derrota comunista também era compartilhada por Sérgio Milliet que, juntamente com outros nomes representativos das letras paulistas, procuraram dar o seu parecer acerca dos acontecimentos em Minas Gerais. No geral, o que se percebe é uma reprovação sistemática das ações precipitadas pela moção de Ayres da Matta Machado Filho, tido por Luís Martins como um inocente em toda a situação criada. Contudo, tanto na opinião deste último como também para Lourival Gomes Machado, estava claro que teria havido uma tentativa dos comunistas em promover manobras políticas no sentido de que o congresso adotasse decisões que lhes interessavam, segundo a linha do PCB.¹⁸¹

Para Astrojildo Pereira, no entanto, a tensão que marcou os momentos finais do conclave, bem como a sua superação, não representavam outra coisa senão a vitória da democracia. Neste sentido, ele não corroborava a ideia de uma “vitória liberal” (Sérgio Milliet) ou mesmo dos “democratas” (Alceu Marinho Rego). Este último ponto, inclusive, era rechaçado por Astrojildo, uma vez que, em suas palavras, não havia contrariedade por parte dos comunistas em relação à democracia, de modo que eles também se batiam por ela. Assim, a Declaração de Princípios representaria o triunfo do conjunto dos escritores, e não de um ou outro grupo em específico.¹⁸²

A leitura das duas versões, de comunistas e não-comunistas, revela que, a revelia de outras questões que pudessem interessar os escritores do país, o que de fato permeava as atividades da A.B.D.E., tal qual tinha ficado expresso em seu congresso, era o embate político-partidário. Longe de se querer atribuir um espírito democrático a apenas um dos

¹⁸⁰ REGO, Alceu Marinho. “O Congresso de Belo Horizonte”. In: *Diário de Notícias*. 24 de outubro de 1947, Primeira Seção, p. 4.

¹⁸¹ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 381-383.

¹⁸² LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 383-386.

grupos, o que estava claro era o esforço de ambos por fazer prevalecer as suas respectivas necessidades dentro da entidade: fosse por meio do aparelhamento da associação pelo PCB, como forma deste se manter atuante, uma vez que havia caído na ilegalidade; fosse pelo esvaziamento do teor político da agremiação, como forma de desmobilizar as ações dos “comunais”.

Naquele quadro conflituoso, as perspectivas não eram as melhores, como bem avaliou Carlos Drummond de Andrade, durante seu retorno ao Rio de Janeiro, após o conclave: “Novos choques, fatalmente ocorrerão no futuro, sem proveito algum para a frágil, imperfeita e caricatural democracia brasileira, em que os escritores, artistas e cientistas são parte mínima e desprestigiada”¹⁸³. Provavelmente, Drummond não imaginava que tão cedo, e de maneira tão decisiva, esses choques ocorreriam.

¹⁸³ ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, p. 78.

3. ENTRE O FIM DO SEGUNDO CONGRESSO E O PLEITO DE 1949: A CISÃO DA A.B.D.E.

Este terceiro momento da trajetória da Associação Brasileira de Escritores dará conta, justamente, da cisão entre os dois principais grupos em que se dividiu a entidade, entre os anos de 1945 e 1949: comunistas e não comunistas. Para tanto, buscar-se-á demonstrar como, apesar dos conflitos estabelecidos ao final do segundo congresso nacional da entidade, em Belo Horizonte, e a posterior renúncia do então presidente da sessão do Distrito Federal, Guilherme Figueiredo, os sócios da A.B.D.E. tentaram restabelecer um clima de unidade por meio da eleição de uma chapa mista liderada por Álvaro Lins. Em seguida, serão apontadas as razões pelas quais esse esforço acabou fracassando e, por consequência, levando à divisão da agremiação, marcada por ocasiões de violência verbal e física.

Para que se compreenda o desenrolar desse processo, vale dizer que as tensões relatadas pela imprensa de época, tanto quanto pelos memorialistas e biógrafos acerca do período demonstram de forma cabal que a A.B.D.E. se encontrava diante de um dilema essencial: ser uma entidade de classe ou uma agremiação política. Em certa medida, o que se observa é que havia uma tendência entre os setores liberais, com o apoio de elementos de uma esquerda não comunista, de exaltar os propósitos profissionais da associação; enquanto que os comunistas, até por conta da queda de seu partido na ilegalidade, buscavam transformar a agremiação em uma de suas plataformas de ação. Neste sentido, ao longo do ano de 1948 e, principalmente, às vésperas das eleições para a nova diretoria nacional, em março de 1949, o debate acerca do caráter da associação se agravou, deixando em aberto o próprio futuro da entidade.

Em 6 de dezembro de 1947, o *Correio da Manhã* trazia em suas páginas uma declaração supostamente encaminhada pela diretoria A.B.D.E., em que era condenada a possível cassação dos mandatos de membros comunistas do Poder Legislativo. Segundo a nota:

A Associação Brasileira de Escritores, tornando efetivas as declarações contidas na Declaração de Princípios do II Congresso Brasileiro de Escritores e assumindo a posição de vigilância recomendada naquele mesmo documento, vem a público manifestar o seu repúdio ao projeto que visa cassar os mandatos de parlamentares, em curso na Câmara dos Deputados, julgando que tal projeto, se convertido em lei, redundará em grave atentado à ordem constitucional, pois negará a inviolabilidade dos direitos emanados do voto popular, livre e secreto, fundamento do regime democrático.

Por outro lado, em hora tão grave para a Pátria, quando problemas fundamentais para o destino e progresso do país, como o do ferro, o do sistema de

transportes e o do petróleo estão a exigir solução imediata, enérgica e patriótica, acreditam os escritores que o respeito à ordem constitucional é o fundamento das soluções que a Nação reclama. Não é cassando mandatos e desrespeitando a Constituição que se consolidará o regime democrático, nem se solucionarão os problemas que angustiam o povo.

Os escritores, em sua função de interpretar os sentimentos democráticos do povo, que elegeu seus representantes para o Poder Legislativo e aplaudiu a Declaração de Princípios do II Congresso de Escritores, solidarizam-se com as grandes massas no repúdio ao inconstitucional projeto e esperam que os Poderes Públicos deem solução democrática aos problemas que afligem o povo brasileiro.

Por tais razões, julga a Diretoria da ABDE, seção do Distrito Federal, imperativo da Declaração de Princípios de Belo Horizonte, não somente externar seu repúdio ao inconstitucional projeto, como recomendar igual atitude às seções estaduais da Associação – A Diretoria.¹⁸⁴

A suposição quanto à procedência da declaração justifica-se por conta de uma nota veiculada pelo *Diário de Notícias* no dia seguinte. Nela, o então presidente nacional da associação, Guilherme Figueiredo, tornava pública a sua carta de renúncia – segundo ele, escrita e apresentada aos seus confrades em 5 de dezembro (no mesmo dia, portanto, em que a declaração a favor dos comunistas teria sido enviada ao *Correio da Manhã*). Entre as alegações para a sua saída, Figueiredo apontava dois fatores: em primeiro lugar, as ações contrárias de alguns membros da entidade contra o projeto de lei encaminhado à Câmara dos Deputados, principalmente durante a assembleia realizada em Minas; em seguida, um movimento por parte de alguns sócios da agremiação, inclusive no interior da própria diretoria a qual ele liderava, no sentido de transformar a A.B.D.E. em instrumento eminentemente político.

No calor dos acontecimentos pós-Segundo Congresso, este não deixava de ser um fato do maior significado, de maneira que, apesar da dupla justificativa do escritor paulista para o abandono de seu posto, o ato relevante era justamente a sua contrariedade em relação à politização da A.B.D.E.. E, no que tange aos comunistas propriamente, se a sua imagem não era das mais confortáveis (acusados de agirem indiscriminadamente e até com certa truculência), a decisão de Guilherme Figueiredo apenas agravou a situação. Citando a apresentação à diretoria do protesto contra a cassação dos mandatos comunistas, o agora ex-presidente afirmava:

[...] Entendo que os escritores, como todos os cidadãos democratas, devem protestar contra esse crime contra a Constituição brasileira. Mas entendo, também, que um tal protesto não cabe à ABDE porque apenas virá imprimir à Associação uma finalidade política, diversa daquela para a qual foi fundada, e com a qual não concordarão os associados interessados em que ela seja eminentemente profissional. É certo que os Congresso de Escritores assumem posição de ordem política; mas tal

¹⁸⁴ “Uma declaração contra a cassação de mandatos”. In: *Correio da Manhã*. 6 de dezembro de 1947, p. 2.

posição, no meu entender, pertence à assembleia soberana do Congresso, que reúne escritores filiados ou não à ABDE.

Se, pelo projeto que tivemos a honra de encaminhar ao Parlamento, pretendemos tornar-nos um órgão fiscal de Direitos Autorais dos escritores brasileiros, sejam quais forem as suas convicções políticas, filosóficas ou religiosas, não devemos, de modo algum, situar a posição da Associação de maneira a que dentro dela não possam permanecer estes ou aqueles escritores, pouco importando suas convicções políticas, filosóficas ou religiosas. Mas se nos inclinamos a uma posição política que exclua tais ou quais escritores, não será lícito ns arrogarmos o direito de legislar sobre a proteção de suas obras ou fiscalizá-las. Se a ABDE é uma entidade de defesa profissional, permaneço dentro dela para que defenda os meus interesses profissionais; se é uma entidade política, permaneço dentro dela porque concordo com os rumos democráticos que se traça, e assim farei enquanto assim concordar, mas recuso-me a presidi-la na ilusão de poder empregar os meus mais humildes esforços no amparo à profissão do escritor.

Por estar certo de que é este segundo caminho que deseja seguir a maioria dos ilustres membros da diretoria e do Conselho Fiscal da ABDE, renovo a minha declaração de que renuncio ao cargo de seu presidente, e agradeço aos associados que me honraram com o apoio e estímulo às iniciativas que tomei nos quase dois anos de minha gestão.¹⁸⁵

Embora estivesse óbvio o foco da crítica de Guilherme Figueiredo – que, em nenhum momento de sua declaração, fez citações a este ou aquele grupo em específico – alguns jornais do Rio de Janeiro, a exemplo do *Diário da Noite*, rapidamente trataram de noticiar a renúncia como uma reação do chefe da A.B.D.E. aos “manejos comunistas”¹⁸⁶. A *Manhã*, por outro lado, tratou de lançar um texto editorial, em 12 de dezembro, em que classificava a declaração contra a cassação dos mandatos “clandestina”, dotada de uma “redação oficial russa, simplesmente”, a qual os escritores comunistas teriam sido obrigados a fazer “a fim de não passarem por literatos ‘ocidentalizados’”. De acordo com o artigo, o protesto teria sido escrito sem a “audiência do presidente da associação”, o que tornava público, uma vez mais, “os tortuosos processos de ação” dos “comunas”.

Ainda segundo o editorial, aquela submissão de alguns escritores às diretrizes do PCB e, portanto, a Moscou, significava um abandono do valor artístico da literatura, refém exclusivamente de uma técnica que transformava os homens e mulheres de letras em meros “escribas”, “simples produtores”, isto para não dizer “reprodutores”. Por essa via, afirmava o texto:

¹⁸⁵ “Renunciou à presidência da ABDE”. In: *Diário de Notícias*. 7 de dezembro de 1947, Primeira Seção, p. 4. O vice-presidente da entidade Rodrigo Otávio Filho, também abandonaria o cargo, em solidariedade a Guilherme Figueiredo (ver “A renúncia do presidente da ABDE”. In: *Diário de Notícias*. 9 de dezembro de 1947, Primeira Seção, p. 4).

¹⁸⁶ “Em sinal de protesto contra os manejos comunistas”. In: *Diário da Noite*. 8 de dezembro de 1947, Segundo Caderno, pp. 1-2. Ver também a matéria d’*O Globo*, de 18 de dezembro (“A mercê dos comunistas os destinos da Associação Brasileira de Escritores”. In: *O Globo*. 18 de dezembro de 1947, Edição Matutina, Caderno Geral, p. 2).

Não há por isso maior absurdo que associar, numa expressão os termos “artista” ou “escritor” e “comunista”. Trata-se de ideias contrárias, que não é possível ajuntar. A tal ponto vai esta contradição, que a rigor nunca sabemos quando o trabalho assinado por um comunista é obra pessoal ou produto de um escritório, calcado em padrões estritamente prefixados, composto de elementos de várias procedências, concertado, conferido e revisto pelos que se acham nos postos superiores da organização e, afinal, etiquetado com um nome qualquer. Esta é a melancólica situação a que necessariamente se reduz a atividade criadora no sistema totalitário, pouco importando o nome, os símbolos e a cor de semelhante regime.¹⁸⁷

A exemplo do apelo feito por Carlos Drummond de Andrade, durante o ato de leitura da Declaração de Princípios do congresso de Belo Horizonte, apontava-se novamente para os atentados contra a livre manifestação artística promovidos pelos comunistas. O que o editorial de *A Manhã* contrapunha à técnica nada mais era do que a autonomia do escritor no domínio estético, tal havia salientado o poeta mineiro outrora. Neste sentido, o jornal carioca deixava claro a sua opinião com relação à renúncia de Guilherme Figueiredo, interpretada como um ato de repúdio ao aparelhamento da A.B.D.E. pelo PCB.

No entanto, como não poderia deixar de ser, o alvo das críticas também se manifestaria a respeito da súbita vacância da presidência da entidade. O *Tribuna Popular*, em nota do dia 20 de dezembro, ofereceu uma visão alternativa acerca dos acontecimentos, afirmando que um possível apoio de Figueiredo à qualquer moção favorável aos comunistas o indisporia com seus superiores nas empresas norte-americanas em que o mesmo trabalhava. Sob o título “Marca da Fantasia”, o texto assim se referia à saída do escritor paulista do comando da associação:

Depois de renunciar à presidência da Associação Brasileira de Escritores por não querer assinar um protesto da diretoria contra a cassação de mandatos, o sr. Guilherme Figueiredo tem-se aproveitado da imprensa fascista para uma campanha de provocações contra os escritores comunistas que pertencem à direção daquela entidade. A muitas pessoas pareceu estranho que, tendo colaborado durante dois anos com esses escritores, somente agora o sr. Figueiredo mobilizasse contra ele o seu prestígio na imprensa sadia.

E explicação é simples. Com o aprofundamento da luta política no Brasil, já não é mais possível manter uma posição de indefinição em face do imperialismo. Ou se é contra, ou se é a favor da colonização de nossa pátria, da entrega de nossas riquezas aos monopólios americanos, da submissão à política ditada por Wall Street. Não há meio termo possível, nem recursos demagógicos que contornem esse dilema.

Ora, o sr. Guilherme Figueiredo não toma uma atitude anti-imperialista decidida, como é o combate frontal ao projeto americano da cassação, pelo fato de estar ligado a interesses americanos. O ex-presidente da A.B.D.E. é alto funcionário da empresa ianque McCan Erikson Co., que faz propaganda de vários produtos da Standard Oil, bem como da Coca Cola. Na situação em que se encontra, o sr. Guilherme Figueiredo não pode assumir uma posição que desagrade aos seus patrões americanos sem ter de renunciar ao emprego, o que lhe é, sem dúvida mais difícil que renunciar à presidência da A.B.D.E. Como poderia o presidente da Coca Cola, o

¹⁸⁷ “A morte da criação intelectual”. In: *A Manhã*. 12 de dezembro de 1947, p. 4.

magnata Jimmy [James] Farley, o homem que renegou Roosevelt, continuar mantendo um empregado que firmasse posição ativa contra os interesses da política americana no Brasil?

Esta é a verdade. O sr. Guilherme Figueiredo preferiu o emprego, mostrando assim que o seu rótulo de democracia é apenas uma maneira de dizer para disfarçar o conteúdo, como aquela “marca de fantasia” que há nas garrafinhas de Coca Cola.¹⁸⁸

Estava claro que os conflitos entre comunistas e não-comunistas assumiam contornos irremediáveis, de modo que a renúncia de Guilherme Figueiredo e a troca de acusações em torno dela marcavam apenas mais um capítulo da trajetória da A.B.D.E. rumo à sua cisão. Cientes dos riscos que cercavam a associação, seus sócios promoveram um último esforço em prol da união entre os escritores, começando pela escolha dos novos presidente e vice-presidente da entidade, e o anúncio de uma nova chapa para as eleições a serem realizadas em março de 1948.

No pleito emergencial realizado em 27 de dezembro, foram escolhidos para a presidência e vice-presidência, respectivamente, Álvaro Lins e Luis Jardim. Ambos lideravam um grupo heterogêneo (que contava com nomes como os de Francisco de Assis Barbosa, Dalcídio Jurandir, Alina Paim, Afonso Arinos de Melo Franco, Astrojildo Pereira, Graciliano Ramos, Osório Borba e Pedro Nava) que, constituído sob o princípio da “unidade”¹⁸⁹, acabaria vitorioso três meses depois¹⁹⁰. Eleito, o novo comandante da associação afirmaria o caráter apartidário da mesma, reiterando que aquela se tratava de uma entidade a favor dos interesses dos escritores¹⁹¹. Dias depois, em 11 de janeiro, ele publicaria um artigo na *Folha da Manhã*, dando o seu parecer acerca do porque aceitou ser candidato e quais eram seus propósitos uma vez que estivesse no cargo de presidente da A.B.D.E.¹⁹².

Salientando que a indicação de seu nome partira de pessoas ligadas aos dois lados em conflito, Álvaro Lins asseverava que seu aceite devia-se ao desejo de que fossem sanadas as divergências que estavam colocando a associação em dificuldades. Segundo ele, seu objetivo era “trabalhar pela união dos escritores”, colocando-se “fora da consideração parcial de pessoas, grupos e partidos”. Para tanto, era necessário fazer valer as prerrogativas essenciais da entidade, notadamente a resolução dos problemas de ordem profissional e econômica do

¹⁸⁸ “Marca da Fantasia”. In: *Tribuna Popular*. 20 de dezembro de 1947, p. 3.

¹⁸⁹ O manifesto de lançamento da chapa era assinado por José Américo de Almeida, Otávio Tarquínio de Souza, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Levi Carneiro, Jorge Amado, Manuel Bandeira, Augusto Frederico Schmidt, Lúci Miguel Pereira, Dinah Silveira de Queiroz, Lia Correia Dutra, Carlos Drummond de Andrade, Marques Rebelo, Amando Fontes, José Lins do Rego, Aníbal Machado e Gastão Cruls (ver “As eleições de hoje na A.B.D.E.”. In: *Correio da Manhã*. 27 de dezembro de 1947, p. 2).

¹⁹⁰ “A nova diretoria da A.B.D.E.”. In: *Diário de Notícias*. 28 de março de 1948, Segunda Seção, p. 1.

¹⁹¹ “Eleitos os srs. Alvaro Lins e Luiz Jardim”. In: *O Globo*. 29 de dezembro de 1947, Edição Matutina, Caderno Geral, p. 10.

¹⁹² LINS, Álvaro. “Explicação e Propósitos”. In: *Folha da Manhã*. 11 de janeiro de 1948, Terceiro Caderno, p. 2.

escritor, para a qual seria fundamental que se tivesse uma agremiação fortalecida, inclusive financeiramente.

O novo presidente apontava para a baixa arrecadação da A.B.D.E., colocando como uma das metas principais da sua gestão (que duraria até março de 1949) o aumento dos ganhos da associação, medida esta que demandaria algumas ações: o aumento do número de sócios, o recurso a doações do setor empresarial e do Estado, bem como a cobrança por palestras e exposições artísticas. O velho problema da falta de uma sede para a entidade também era citado, assim como a manutenção da luta pela lei dos direitos autorais. Isso, no entanto, salientava Álvaro Lins, só seria possível na medida em que se mantivesse “o prestígio e a integridade da A.B.D.E.”, impedindo que para dentro dela fossem “transpostas as divisões e separações, ideológicas ou literárias, que do lado de fora colocam os escritores em campos diferentes”. Partindo de uma visão que resgatava o velho idealismo dos primeiros anos da associação, ele afirmava:

Não distinguiremos, dentro da A.B.D.E., udenistas, comunistas, socialistas, pessedistas etc. Só vemos, lá, escritores. Eles pertencem naturalmente aos seus partidos, se não são apolíticos, mas atuam nos quadros da A.B.D.E. apenas com os seus nomes pessoais e literários. Não haverá, nas deliberações, preponderância de escritores de qualquer grupo ou partido, sendo finalidade da Associação “contribuir para o desenvolvimento cultural do país, defender os direitos fundamentais e zelar pelos interesses dos escritores brasileiros”.

De fato, a gestão de Álvaro Lins a frente da entidade parece ter ocorrido sem grandes contratempos. As fontes não revelam nenhum tipo de acontecimento de maior vulto, apesar do rompimento das relações do Brasil com a União Soviética e a cassação dos mandatos dos comunistas. Efetivamente, o único fato relevante do período foi a realização do Segundo Congresso Paulista de Escritores, entre 30 de junho e 3 de julho de 1948, na cidade de Jaú.

Seguindo as mesmas perspectivas do primeiro certame regional realizado pela seção de São Paulo, este novo evento também tinha por objetivo “auscultar o pensamento e as aspirações dos escritores domiciliados no interior” que, colocados em contato com seus confrades da capital do Estado, teriam a “oportunidade de travar e estreitar relações, realizar intercâmbio de ideias e concertar as atividades individuais no sentido da melhor defesa dos interesses profissionais”¹⁹³. No entanto, diferentemente do anterior que, promovido em 1946, ainda recolhia os louros do êxito alcançado pelo congresso nacional dos escritores, de 1945, e

¹⁹³ “Em Jaú o 2º Congresso Paulista de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 9 de março de 1948, Primeiro Caderno, p. 4. O regulamento foi publicado três dias depois, e reproduzia integralmente o texto regulamentar do congresso anterior (ver “Regulamentada a realização do 2º Congresso Paulista de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 12 de março de 1948, Primeiro Caderno, p. 4).

vivia a expectativa da nova constituição democrática; este último ocorreria em meio às incertezas resultantes dos conflitos durante o conclave de outubro de 1947, bem como da renúncia de Guilherme Figueiredo. Ainda que o primeiro momento representasse o modelo celebrado e almejado pelos organizadores, era a crise interna da associação que constituía a realidade com a qual os mesmos teriam que lidar.

Em coluna escrita para a *Folha da Manhã*, às vésperas do início dos trabalhos em Jaú, o correspondente do jornal em São Carlos, Enéias Camargo (provavelmente católico), parecia cair refém das dificuldades decorrentes dessa contradição. Assim, ao mesmo tempo em que o autor reafirmava o velho discurso unitário que marcara a associação durante o período do Estado Novo; ele não deixava de fazer um alerta quanto aos riscos que as disputas ideológicas e partidárias poderiam representar para o bom entendimento dos delegados ao evento:

Assume, por conseguinte, um significado maior do que parece à primeira vista o II Congresso de Escritores do nosso Estado. *Não se tratará, ali, tão somente dos interesses de uma classe, de um grupo, de um partido ou de uma cidade.* Ao contrário, representantes de classes diversas, que têm em comum apenas o amor às letras; participantes de grupos e partidos heterogêneos, vindos de cidades diferentes, reunir-se-ão, para trocar ideias, incentivar movimentos puramente culturais, estreitar relações de amizade e contribuir, com toda sinceridade, para o engrandecimento sempre crescente de São Paulo. Darão, afinal, os congressistas de Jaú, um passo gigantesco em prol da unificação dos intelectuais brasileiros e consequente democratização da cultura. Estarão contribuindo com seu quinhão na luta pela paz e por um mundo melhor, onde a liberdade, a igualdade e a fraternidade não sejam palavras vãs – um mundo verdadeiramente cristão, enfim.¹⁹⁴

Dias após o término do conclave, Enéias Camargo voltou a escrever para o diário paulista, dando um parecer coerente com as suas expectativas expressas anteriormente. Pela falta de uma cobertura mais intensa pela mídia¹⁹⁵, fica prejudicado qualquer tipo de confrontação com as palavras de Camargo acerca do que efetivamente ocorreu em Jaú. Segundo suas palavras, o congresso, apesar do baixo número de teses, tinha sido um sucesso, ocorrendo conforme as diretrizes regulamentares, sem qualquer prejuízo por conta de ações sectárias:

O Congresso de Jaú soube [...] manter-se dentro de uma linha de conduta muito sóbria e elevada, evitando manifestações sobre assuntos estranhos às finalidades

¹⁹⁴ CAMARGO, Enéias. “II Congresso Paulista de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 27 de junho de 1948, Terceiro Caderno, p. 6 (grifo nosso).

¹⁹⁵ A *Folha da Manhã*, por exemplo, fez apenas duas menções ao congresso durante os dias em que ele ocorreu: uma reportagem anunciando o início dos trabalhos; e uma breve nota no dia seguinte, descrevendo a sequência dos eventos durante a sessão inaugural (ver “Instala-se hoje em Jaú o Segundo Congresso Paulista de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 30 de junho de 1948, Primeiro Caderno, p. 5; e “Instalou-se ontem na cidade de Jaú o II Congresso Paulista de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 1º de julho de 1948, Primeiro Caderno, p. 6).

do certame. A “Declaração de Princípios” elaborada pela Comissão de Assuntos Políticos, e aprovada pela unanimidade dos congressistas, na sessão solene de encerramento, constitui uma demonstração eloquente de fé nos destinos democráticos de nossa pátria e da função que nela deve continuar desempenhando o escritor.¹⁹⁶

Contudo, o otimismo presente no texto de Camargo contrastava com a imagem do congresso trazida pela recém-fundada revista *Fundamentos*, ligada ao PCB. Em seu segundo número, cuja capa trazia a fotografia de Monteiro Lobato (falecido em 4 de julho), foi publicado um artigo, assinado por um autor identificado apenas pelas iniciais de seu nome – “J.E.F.” – cujo teor oferecia não somente uma descrição mais completa do que havia sido discutido no conclave paulista, mas também uma crítica acerca dos resultados alcançados pelo mesmo.¹⁹⁷

As observações iniciais davam conta da falta de interesse que muitos escritores haviam demonstrado em relação ao conclave, que contou com delegações incompletas e um baixo número de teses, muitas de má qualidade, enviadas para análise. Somado a isso, era destacado o retorno a certos debates que já figuravam como “lugares comuns” em congressos tanto nacionais como regionais – ou seja, sempre citados, discutidos e aprovados, mas que não se convertiam em ações concretas. O texto também salientava também a ausência do público, o que teria prejudicado, sobremaneira, o cumprimento da função social do evento.

Na esfera política, o articulista destacava a resolução dos delegados pela qual era rejeitado o projeto de Lei de Segurança Nacional “como um atentado à liberdade de pensamento, aos princípios constitucionais democráticos, e à dignidade do escritor”¹⁹⁸. Além disso, ele apontava para o conteúdo da declaração final do conclave, que retomava os pontos fundamentais de janeiro de 1945, como o combate a toda e qualquer forma de tirania, salientando inclusive que a criação artística deveria ser uma atividade autônoma. No entanto, o autor não deixava de expor suas reservas quanto a possíveis omissões cometidas pelos congressistas:

Infelizmente, não se poderá dizer do Congresso de Jaú que tenha tido a mesma coragem e o mesmo desassombro daqueles [outros] Congressos. Não se poderá dizer dele o que disse do 1º Congresso Brasileiro de Escritores o sr. Ivan Pedro de Martins em seu balanço do Congresso de Escritores [...], que exprimiu, senão explícita, pelo menos implicitamente, os anseios populares pela paz, pela democracia

¹⁹⁶ CAMARGO, Enéas. “Resultados do Congresso de Jaú”. In: *Folha da Manhã*. 15 de julho de 1948, Segundo Caderno, p. 8.

¹⁹⁷ “Congresso de Escritores”. In: *Fundamentos*. n. 2. Julho de 1948, pp. 157-158.

¹⁹⁸ A A.B.D.E., em abril de 1948, havia protestado formalmente contra a prisão de alguns de seus sócios comunistas – entre os quais, Caio Prado Junior e Mário Schemberg – pelas forças do DOPS, acusados de produzirem um manifesto de caráter “subversivo” (ver “Restituído à Secretaria da Segurança o inquérito contra dirigentes comunistas”. In: *Folha da Manhã*. 7 de abril de 1948, p. 12).

e pelo progresso. A discussão de uma moção importantíssima sobre o problema do petróleo deu margem a uma inequívoca demonstração, de que a maioria dos que compunham a assembleia de Jaú, preferia não tomar conhecimento de assunto, sob a alegação de que era um problema técnico, de que Ra um assunto ainda não suficientemente esclarecido, de que era um assunto sobre o qual se dividiam as opiniões de altas expressões nacionais de igual representação, de que era assunto de cidadania sobre o qual cada um deveria se pronunciar individualmente. O tônus democrático do congresso ficou consideravelmente relaxado com esta capitulação de uma assembleia de cidadãos, quase todos com expressão política definida, levando a crer que as afirmações que haviam feito de modo geral, eram formais e não deveriam ser discutidas em seus aspectos concretos, em suas consequências práticas em relação a um problema, que, se não é da alçada imediata da literatura como a concebe certa tradição, é inegavelmente um problema da mais alta responsabilidade para o escritor como cidadão e como elemento orientador da coletividade.

O conteúdo da crítica expõe a diversidade do olhar oferecido por um artigo publicado em uma revista atrelada ao PCB. Evidentemente, o desinteresse dos congressistas (provavelmente não todos, mas a maior parte) por elementos que traziam à baila as diferenças ideológico-partidárias presentes na associação contrariava os comunistas que, perdendo a oportunidade de debater questões que lhes eram caras, acusavam seus confrades de estarem indo na contramão daquilo que, em tese, se esperaria de um escritor. Os demais, no entanto, não-comunistas, ao dissolverem os problemas políticos no caldo geral do discurso democrático, enfatizando a heterogeneidade pela causa de interesses comuns, conseguiam “despolitizar” os atos da A.B.D.E., obstruindo o uso daquele espaço pelos seus rivais.

A disputa, desenhada já nos primeiros meses após o final do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, ganhava contornos críticos. Com o seu partido na ilegalidade e sem qualquer tipo de representação política, por conta das cassações dos mandatos de seus correligionários, os comunistas mudaram o eixo de suas ações, abandonando a lógica da “união nacional”¹⁹⁹. A radicalização decorrente disso levou a um agravamento dos embates no interior da associação dos homens e mulheres de letras do país. Em março de 1949, durante as eleições para a escolha de um novo presidente para a seção do Distrito Federal da A.B.D.E., a violência deu a tônica da relação entre os membros da “inteligência” brasileira.

3.1. Os sinais vindos de São Paulo: a luta pelo controle da A.B.D.E. paulista

Os conflitos em torno do pleito que definiria a nova diretoria nacional da agremiação não foram os únicos que marcaram o tenso ambiente em que se encontrava a Associação

¹⁹⁹ Ver o “Manifesto de Janeiro”, de 1948, em que Luís Carlos Prestes faz uma denúncia contra a submissão do governo Dutra à política norte-americana, bem como à “traição nacional” praticada por elementos da “reação” e partidos ligados aos interesses das classes dominantes – tidos como “antidemocráticos” (*apud* CARONE, Edgar. *O P.C.B.* (1943 a 1964). vol. 2. São Paulo: Difel, 1982, pp. 72-89).

Brasileira de Escritores. O segmento paulista da A.B.D.E. também foi palco de intensos debates entre seus membros em razão da troca do comando regional da entidade, o que deu o tom das condições em que ocorreriam as eleições, posteriormente, no Rio de Janeiro.

Com a proximidade do encerramento da gestão liderada por Antonio Candido (1948-1949), foram anunciadas, no início de janeiro, a eleição para a troca da diretoria da seção de São Paulo²⁰⁰. Contudo, antes mesmo do lançamento das chapas que protagonizariam a disputa, era anunciada a renúncia de Mário Neme ao cargo de secretário-geral da agremiação, tendo suas atribuições divididas entre outros sócios diretores²⁰¹. Sem que as razões tenham sido explicitadas pela imprensa, não deixa de causar estranheza tal atitude, principalmente por se tratar de uma figura central na entidade, tendo sido, inclusive, e não é demais lembrar, um dos alvos das críticas feitas por Oswald de Andrade durante os preparativos do congresso de Belo Horizonte, em outubro de 1947. Acusado de ser centralizador pelo velho escritor modernista (cujo nome não figurou entre os delegados paulistas ao evento), Neme também ficaria marcado por suas declarações quanto ao que ele pensava ser o caráter da associação – se política, ou meramente profissional.

O cerne do debate que envolveu o segmento de São Paulo, no entanto, foi a formação dos grupos que concorreriam à diretoria. O primeiro a apresentar-se foi aquele liderado por Caio Prado Junior. Sua candidatura, vista por alguns comopositora à chapa “oficial”, foi apresentada ao público por meio de um manifesto, dias antes da data marcada para a realização do pleito. Sob a marca da “renovação”, os signatários do texto afirmavam a necessidade de que fosse inovado o quadro diretor da entidade – posto que, havia muito tempo, ele era dominado pelas mesmas pessoas. Segundo eles, isso possibilitaria que questões até então desconsideradas pela seção paulista fossem contempladas pelos seus sócios, beneficiando não apenas os escritores da Capital, mas também do Interior.

AOS ESCRITORES DE SÃO PAULO

Tendo em conta que as eleições da Associação Brasileira de Escritores, seção de São Paulo, se têm processado sob um critério de nomes, mas que não altera os seus diretores de modo a valorizar os que bem sabem compreender e interpretar os anseios de seus associados, os signatários deste manifesto propõem seja sufragada uma chapa que, pretendendo inovar os quadros orientadores da A.B.D.E., quer fazê-lo com base num programa, numa ação decidida, clara e honesta, que corresponda e exprima reivindicações de uma classe de tamanha importância;

²⁰⁰ “Associação Brasileira de Escritores”. In: *Jornal de Notícias*. 1 de janeiro de 1949, p. 11.

²⁰¹ “Associação Brasileira de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 5 de janeiro de 1949, Primeiro Caderno, p. 4. A decisão foi comunicada por Mário Neme à diretoria em assembleia realizada em 30 de dezembro de 1948, tendo efeito, contudo, somente a partir do dia 12 de janeiro.

Reconhecendo que o eleitor interiorano não tem tido oportunidade de participar ativamente do processo de renovação da diretoria da A.B.D.E.;

Julgando que essa entidade de classe, no que compete à seção de São Paulo, não se tem manifestado com a desejada veemência relativamente a vários problemas máximos e urgentes do escritor, entre os quais se destacam os relativos à liberdade e à veiculação do pensamento;

Considerando que se faz necessária uma ação efetiva da seção paulista da A.B.D.E. no sentido de valorizar o trabalho do escritor nacional, incluindo-se o do homem de letras do interior, cujas produções não são devidamente difundidas, numeroso grupo de intelectuais de São Paulo, que exprime um desejo de renovação da aludida entidade de classe, apresenta à consideração e ao voto do eleitorado da A.B.D.E., a seguinte chapa:

Presidente, Caio Prado Junior; vice-presidente, Mário da Silva Brito; 1º secretário, José Escobar Faria; 2º secretário, Carlos Burlamaqui Kopke; tesoureiro, João Accioli. Conselho fiscal: Helena Silveira, João de Souza Ferraz (representante de interior), Joaquim Nobre Pinto Nazário, José Tavares de Miranda e Geraldo Pinto Soares.

Assinam o documento os seguintes intelectuais: José Geraldo Vieira, Jamil Almansur Haddad, Rossine Camargo Guarnieri, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Artur Neves, Domingos Carvalho da Silva, Edgar Braga, Afonso Schmidt, Emiliano Di Cavalcanti, Mauro de Alencar, Pedro Neme, Luís Giovanini, Luís Sala, Abguar Bastos, Osório Cesar, J. B. da Rocha Correia, Ciro Tassara de Pádua, Mário Donato, Edgar Cavalheiro, Miroel da Silveira, Roldão Mendes Rosa, Diego Pires de Campos, Mário Miranda Rosa, Nabor Caires de Brito e Antonio Claret Costa.²⁰²

Ainda que de forma implícita, a crítica presente no manifesto não deixava de levar em conta o “não-se-importismo” (pra usar uma expressão de Mário de Andrade) da atual diretoria com questões de apelo político, e que interessavam diretamente aos comunistas, a saber: o direito à livre manifestação de ideias. As mudanças propostas, ainda que, em tese, contemplassem as dificuldades impostas aos escritores do interior do Estado para que pudessem ter maior participação nas decisões da A.B.D.E., não escapavam às disputas partidárias que, irremediavelmente, haviam tomado conta da entidade, em muitas de suas seções.

Dias depois de lançada a sua candidatura, o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* deu mais detalhes a respeito de seus projetos para a agremiação. Em entrevista concedida à *Folha da Manhã* (jornal que, aparentemente, lhe dava apoio), Caio Prado Junior retomou vários dos pontos do manifesto acima citado, considerando que a troca dos nomes que, historicamente, estavam no controle da associação (alguns deles, desde a pioneira Sociedade dos Escritores Brasileiros) significaria dar um “estimulante” para a mesma, inclusive com a possibilidade de mudanças em seus estatutos²⁰³. Em suas palavras:

²⁰² “Lança-se oficialmente a candidatura de Caio Prado Jr. à presidência da A.B.D.E.”. In: *Folha da Manhã*. 25 de janeiro de 1949, Primeiro Caderno, p. 9.

²⁰³ “Deve-se fazer da A.B.D.E. organismo de defesa efetiva dos interesses dos escritores paulistas”. In: *Folha da Manhã*. 27 de janeiro de 1949, Primeiro Caderno, p. 5.

[...] sua atividade tornou-se quase unicamente burocrática, e fora de um reduzido grupo de associados, não se ouve mais falar nela. Os próprios associados, em grande maioria, quase totalidade, sabem da existência da A.B.D.E. unicamente através do cobrador das mensalidades. Nem ao menos uma satisfação lhes é dada sobre o andamento das atividades sociais; afora breves notícias pela imprensa, nada é comunicado, seja através de circulares, sejam relatórios da diretoria, que constituem obrigação elementar em todas as direções.

E que oportunidade é dada aos associados para participarem das atividades da A.B.D.E.? Nunca são consultados, nunca é procurada sua cooperação. Toda vida social da A.B.D.E. desenvolve-se entre quatro paredes, e com a participação de alguns membros apenas da diretoria. A esse respeito é sobretudo defeituoso o nosso regulamento interno que enfeixa nas mãos do 1º secretário tantas e tais atribuições que fazem dele um verdadeiro mentor da associação. A reforma do regulamento se impõe com primeira medida a ser tomada por uma direção que pretenda dar novos rumos à A.B.D.E..

No que diz respeito à iniciativas, a A.B.D.E. encontra-se praticamente estagnada. Não se houve falar dela. Acontecimentos do maior relevo na vida política brasileira, e que dizem intimamente com os interesses dos escritores, têm-se verificado, sem que a Associação se manifestasse; ou então manifestando-se de forma tão distante que praticamente não se faz ouvir. Haja vista a apreensão de livros, como se deu com a última publicação de Monteiro Lobato, *Zé Brasil*; a discussão no Congresso, de leis como a de imprensa e de segurança, etc.

Caio Prado Junior apontava como causa da inoperância da seção paulista da A.B.D.E. o fato dela não escapar da influência de um grupo restrito e, de certa forma, monopolizador dos cargos diretivos da entidade. Isso interferiria não apenas na falta de uma maior preocupação com os escritores que atuavam fora da capital, como também no imobilismo das diretrizes da associação, ainda presa a velhos regimentos, os quais, evidentemente, possibilitavam a permanência das mesmas pessoas na diretoria. Por fim, a conjuntura política era lembrada como algo a ser observado pelos membros da agremiação, o que, na visão do referido candidato, não estava ocorrendo. Ao apontar a apreensão do livro de Lobato, a lei de imprensa e de segurança nacional, Caio Prado Junior deixava claro que pretendia dar um encaminhamento mais politizado à A.B.D.E. – algo de amplo interesse dos comunistas, ainda que sob a capa de preservar a liberdade de expressão dos intelectuais e, por conseguinte, as conquistas democráticas pós-1945.

A chapa “Renovação”, liderada pelo historiador paulista, seria confrontada, ao menos, por dois outros grupos. No entanto, substancialmente, ambos representavam os mesmos interesses, tendo, inclusive, alguns nomes em comum. No geral, pode-se dizer que as duas significavam justamente o elemento conservador denunciado pelos sócios que apoiavam os candidatos da oposição. A primeira estava assim organizada: Sérgio Milliet, presidente; Flávio de Carvalho, vice-presidente; Mário Neme, 1º secretário; Antonio D’Elia, 2º secretário; Ondina Ferreira, tesoureira; João Cruz Costa, Paulo Mendes de Almeida, Florestan Fernandes, Mário Donato e Ernani Silva Bruno, no Conselho Fiscal. Quanto à segunda, os

nomes eram os seguintes: Sérgio Milliet, presidente; Afonso Schmidt, vice-presidente; Mário Neme, 1º secretário; Alcântara Silveira, 2º secretário; Antonio D’Elia, tesoureiro; Ondina Ferreira, João Cruz Costa, Paulo Mendes de Almeida, Florestan Fernandes e Ernani Silva Bruno, no Conselho Fiscal. Esta última, aliás, logo foi desfeita, por conta da saída de Afonso Schmidt, que passou a defender a candidatura de Caio Prado Junior.²⁰⁴

Estabelecidos os grupos em disputa, iniciaram-se as trocas de acusações entre os concorrentes, às vezes de forma direta, outras tantas por meio de outros escritores, que declaravam seu apoio a esta ou aquela chapa, bem como lançavam insinuações que pudessem de alguma maneira deslegitimar a campanha dos adversários no pleito. Este foi o caso de Domingos Carvalho da Silva que, um dia antes das eleições, falou à reportagem da *Folha da Manhã*, não apenas apontando a sua preferência pelos candidatos ligados ao movimento “Renovação”, como também denunciando o que poderia ser uma suposta manobra dos membros da atual gestão para esvaziar o eleitorado de oposição. Referindo-se à sua exclusão do quadro de sócios da seção paulista da A.B.D.E. por falta de pagamento das mensalidades (segundo o qual, ele não teria culpa), o entrevistado assegurou que outros associados também passaram por problema semelhante. Nas suas palavras, tais ações não deixavam de levantar suspeitas sobre o processo eleitoral:

– O expurgo [...] não atingiu, porém, apenas a minha pessoa, mas cerca de cento e trinta sócios, entre os quais muitos simpatizantes da chapa Renovação. Do meu ponto de vista, porém, as demissões assim processadas, em véspera de eleição, não são legais, pois não se revestiram de formalidades indispensáveis, como o parecer de uma comissão de sindicância e a decisão irrecorrível – em instância administrativa – da assembleia geral.²⁰⁵

A mesma edição do jornal traria, posteriormente, um texto assinado por membros e apoiadores da chapa “Renovação” (inclusive Caio Prado Junior) em que a mesma situação era citada. Apresentada como uma “denúncia aos escritores de São Paulo”, a nota afirmava que, com o desenrolar da campanha, ficava evidente a desigualdade da luta em que o grupo de oposição estava empenhado:

[...] Encontrou ele na A.B.D.E. uma máquina tão poderosamente montada, tão aprimorada a ponto de um de seus diretores poder solicitar os votos para a sua

²⁰⁴ “Caio Prado Junior e Sergio Milliet disputam a presidência da A.B.D.E.”. In: *Jornal de Notícias*. 25 de janeiro de 1949, p. 7.

²⁰⁵ “Tem apoio do poeta Domingos Carvalho da Silva a chapa Renovação inscrita nas eleições da A.B.D.E.”. In: *Folha da Manhã*. 30 de janeiro de 1949, Primeiro Caderno, p. 8. Segundo ele, sua “demissão” do quadro de sócios da A.B.D.E. não era legítima, posto que a alegada falta de pagamento havia ocorrido em razão do cobrador da entidade não o ter procurado durante alguns meses.

chapa, aos associados do interior, um mês antes de serem anunciadas as eleições, de molde a obter, com tamanha antecipação, o compromisso de numerosos companheiros que, de outra maneira, estariam formando um movimento de oposição ao atual estado de coisas.

Acresce que os votos enviados do interior são recebidos e guardados por pessoa diretamente interessada no pleito, e que, aliás, é um mero associado, sem exercer cargo nenhum na direção ou administração da A.B.D.E.. Não obstante todo o respeito que possa merecer o associado em questão, que segurança se pode ter da inviolabilidade do voto?

Tais irregularidades, cujo promotor não foi revelado (mas tratava-se, certamente, de Mário Neme), eram somadas ao caso dos 131 sócios que teriam sido desligados da associação sob o pretexto de não pagamento de suas mensalidades, sem terem passado por uma comissão de sindicância e com o devido referendo da assembleia geral²⁰⁶. Longe de se avaliar aqui a lisura da acusação, o fato relevante é que, em 31 de janeiro, as eleições foram adiadas (para 10 de março), e os referidos votos enviados do interior antes do anúncio do pleito foram anulados e destruídos²⁰⁷. Isso, entretanto, não significou o fim dos embates pela imprensa, sendo que, desta vez, os próprios candidatos à presidência protagonizaram as discussões.

Em 10 de fevereiro, em coluna publicada n’*O Estado de São Paulo* e intitulada “Vamos mudar de tom”, Sérgio Milliet declarava que, diante das “recriminações violentas e estranhas alusões a fraudes, irregularidades e ‘panelismo’”, bem como de uma “propaganda aleivosa” contra a atual diretoria e a chapa da qual participava, não era mais possível permanecer em silêncio. Segundo ele, aquela não se tratava de uma declaração em causa própria, mas “em defesa da gente digna e dedicada que dirige no momento a nossa Associação e, em particular, de seu presidente, Antonio Candido, e de seu secretário, Mário Neme” (lembrando que este último havia abdicado do cargo em janeiro).²⁰⁸

Milliet apelava ao fato dele ser “o sócio número um” da entidade, tendo ocupado o cargo de comando da seção paulista em duas ocasiões e colaborado em outras gestões (de Afonso Schmidt, Sergio Buarque de Holanda e Antonio Candido). Além disso, exaltava o esforço das diretorias que, até aquele momento, teriam realizado “o milagre de congregar em torno da A.B.D.E. quase todos os escritores de S. Paulo, fundar, no interior, dez Casas de Cultura, de realizar 30 conferências de divulgação literária e artística, de organizar vários cursos regulares e de juntar cerca de cem mil cruzeiros para o patrimônio da sociedade”. E, como grande responsável por essas “conquistas”, ele apontava a figura de Mário Neme que,

²⁰⁶ “Denúncia aos escritores de São Paulo”. In: *Folha da Manhã*. 30 de janeiro de 1949, Primeiro Caderno, p. 14 (ver também “Deflagrou violenta crise interna na Associação Brasileira de Escritores”. In: *Jornal de Notícias*. 30 de janeiro de 1949, p. 11).

²⁰⁷ “Adiadas as eleições da Ass. Brasileira de Escritores”. In: *Jornal de Notícias*. 1 de fevereiro de 1949, p. 7.

²⁰⁸ MILLIET, Sergio. “Vamos mudar de tom”. In: *O Estado de São Paulo*. 10 de fevereiro de 1949, p. 4.

em suas palavras, “foi sempre o mais dedicado dos diretores, sempre presente, sempre atento às necessidades da Associação, sempre disposto a preterir suas outras atividades e seus interesses em benefício dos de nossa classe”. Por conta disso, dizia ele, o trabalho das gestões anteriores tinha permitido que o segmento paulista da agremiação avançasse bem mais que os demais núcleos do país, de modo que as críticas da oposição não teriam base alguma para solicitar a mudança, senão falsas alegações, sem qualquer fundamento.

Que se censura à atual diretoria? Quais os fatos positivos apontados como falhas de sua ação? “Graves irregularidades”, dizem os manifestos, porém não se determinam os erros, não se assinalam os pecados. Fica tudo no ar, numa insinuação pouco elegante de grossas falcaturas. Ora, é exatamente esse método pouco cavalheiresco de lutar que me induz agora ao protesto desta crônica. Creio que se se tem a reclamar contra um ato qualquer de um dos membros da diretoria, seja qual for, o que cabe fazer é declará-lo categoricamente, recorrer à Assembleia Geral, exigir prestação de contas. Isso está certo e terá o apoio de todos os associados. O que não está certo é a exploração eleitoral de insinuações, sobretudo em se tratando de escritores que nunca deram motivos a qualquer suspeita e que tiveram durante a atual gestão, como membros dirigentes, a companhia fiscalizadora de alguns dos “renovadores” que assinaram o manifesto inicial de combate.

Sem negar a necessidade de renovação, Milliet afirmava, no entanto, que tal processo não poderia significar “o desmantelamento dos quadros”. Em sua opinião, o que se fazia necessário era apenas a “introdução paulatina de sangue novo”, de modo que as chapas sempre deveriam “conservar alguns elementos experientes, como conselheiros e guias úteis”. No mais, considerava que a participação de escritores do interior, apesar de justa e desejável, implicava uma série de dificuldades, principalmente no transporte até a capital para as reuniões da diretoria.

Para além disso, Sérgio Milliet reafirmava o caráter profissional da associação, o que significava que em sua direção deveriam figurar escritores que representassem todas as correntes políticas e todos os grupos literários – um ecletismo que, segundo ele, era marca da gestão atual, promotora de grandes realizações. Nesse sentido, pode-se dizer que Milliet considerava as críticas como fruto de ações sectárias, conforme se pode observar ao final de seu texto:

Que se realizem as eleições dentro de um espírito sadio de competição. Mas que se evitem as polêmicas agressivas, as aleivosias, os rancores e os despeitos. É um apelo e também uma advertência, pois a continuarem as coisas nesse pé poderemos ter o fim da nossa associação. Os homens de bom senso não hão de querer permanecer dentro de uma entidade profissional em que os membros se digladiam como deputados, brigam como politiqueiros. Esse clima não agrada a ninguém. E é um clima propício às cisões.

Vamos mudar de tom.

A menção à luta partidária não era exclusiva de Sérgio Milliet. O escritor paulista Fernando Góes, em artigo escrito para o *Jornal de Notícias* em 6 de fevereiro, já apresentava uma denúncia a respeito do que ele chamava de “intromissão” de um partido:

O que é lamentável é que um partido se esteja metendo nessas eleições e assim querendo transformá-las numa luta de política partidária. Pois se deu o fato de esse partido ter feito uma reunião para “apreciar” o pleito que será realizado, e discutir as chapas apresentadas, chegando um ou alguns de seus membros a sugerir que o partido apresentasse uma chapa sua... O mais interessante é que escritores participaram dessa reunião, esquecidos daquela liberdade de pensamento que todos os intelectuais devem ter. Discussões em torno dos candidatos que se apresentaram às eleições da A.B.D.E. são louváveis, mas esses escritores deviam participar delas como escritores apenas e não por convocação de qualquer partido. Sempre ouvi e li que os escritores combateram o célebre artigo 177 da Constituição getuliana, e o não menos célebre artigo 13 dos Estatutos do extinto Partido Comunista, ambos restringindo direitos à livre manifestação de pensamento ou atitude. Agora é um grupo de escritores que se submete, vexatoriamente, à uma reunião que, à socapa, um partido realizou para intervir sub-repticiamente no pleito de uma sociedade legalmente organizada, e que deve ter livres e amplos os meios pelos quais, através de uma eleição, devam os seus associados escolher os responsáveis pelo seu destino. E não sei como podem tais escritores continuar pertencendo a uma associação de intelectuais livres, provado como está que no interesse de um partido são capazes de não agir com aquela liberdade que caracteriza todo intelectual que preza e respeita a dignidade de sua profissão. Eu só lamento que nessa Associação de Escritores onde há homens da honradez de um Sérgio Milliet e de um Caio Prado Junior, não haja um artigo 13 ou um 177. Porque impõe-se, com urgência, um expurgo entre seus associados. Que sejam mantidos nela os escritores, e expulsos os politiquinhos de qualquer partido que a queiram empolgar.²⁰⁹

As insinuações de interferência partidária não parecem ter tido boa recepção entre os alvos da crítica, de modo que, se Sérgio Milliet pedia que se mudasse o tom, o que ocorreu de fato foi o acirramento do debate. Caio Prado Junior não tardou a dar a sua resposta às acusações feitas à sua chapa. Em 12 de fevereiro, dois dias após a publicação de Milliet n’*O Estado de São Paulo*, o líder do grupo opositor voltou à carga contra as supostas irregularidades cometidas por membros da diretoria da seção paulista durante o pleito para a escolha dos novos diretores²¹⁰. Em depoimento prestado à reportagem da *Folha da Manhã*, ele reafirmava que “oficialismo da A.B.D.E.” já havia preparado as eleições “de longa data”, tendo garantido a vitória de seu candidato com votos por correspondência, recolhidos e

²⁰⁹ GÓES, Fernando. “Os príncipes e o Anjo”. In: *Jornal de Notícias*. 6 de fevereiro de 1949, p. 9.

²¹⁰ “Vamos conservar nossas posições e disputar pleito livre, honesto e leal”. In: *Folha da Manhã*. 12 de fevereiro de 1949, Caderno “Economia e Finanças”, p. 8 e 3. No mesmo dia, outra resposta foi dada ao texto de Sérgio Milliet, porém por José Escobar Faria, nas páginas do *Jornal de Notícias*. Em linhas gerais, ele questionava as conquistas que, segundo Milliet, teriam sido obtidas pelas diretorias que, até então, tinham comandado a seção paulista da A.B.D.E.. Reiterava-se o abandono em que se encontravam os escritores do interior e a falta de uma sede com estrutura adequada para o atendimento dos sócios. Para José Escobar Faria, o Movimento “Renovação” serviria justamente para retirar os membros diretores e, evidentemente, a associação, de seu estado displicente frente aos problemas que afligiam os escritores paulistas (ver FARIA, José Escobar. “No mesmo tom...”. In: *Jornal de Notícias*. 12 de fevereiro de 1949, p. 7).

guardados pelo então secretário-geral (primeira alusão direta a Mário Neme, ainda que as acusações, implicitamente, já recaíssem sobre ele).

Segundo Caio Prado Junior, o próprio adiamento das eleições, com a anulação e destruição dos referidos votos “por correspondência” sugeria a validade de seus argumentos, o que, por sua vez, prejudicava as contrapartidas dadas por seu adversário (em tom jocoso, ele classificou a queima das cartas, diante de vários associados e sob aplausos, um “solene ato de fé”). No mais, tais ações significariam que não havia “como escapar à evidência das irregularidades que estavam sendo praticadas”, de modo que, apontado o responsável pelas mesmas, os demais membros da diretoria – em especial, o presidente Antonio Candido – não teriam concordado em pactuar com tais procedimentos, feitos à sua revelia.

Uma vez mais, Caio Prado Junior apelava à necessidade de que os escritores da A.B.D.E. não fossem passivos diante de atentados à liberdade, de modo que, somente pela mudança de seus quadros diretivos, a associação poderia se tornar uma voz ativa contra as arbitrariedades cometidas pelo Estado. Do contrário, a entidade se manteria “desvirtuada em suas finalidades”.

Somente isso, se mais não fosse, como é, seria o suficiente para justificar o atual Movimento de Renovação da A.B.D.E.. Aliás, o próprio sr. Milliet reconhece a necessidade de renovação, embora “em princípio” apenas. Por que não “de fato” também? A A.B.D.E., seção de São Paulo é desde a sua fundação monopólio de um pequeno grupo de associados. Alguns nomes estranhos a esse grupo, às vezes incluídos na diretoria, sempre constituíram figuras decorativas. O controle efetivo da A.B.D.E. nunca saiu das mãos daqueles novos Porfírio Dias da classe dos escritores paulistas. Reconhecemos os seus méritos e, em particular, os do sr. Milliet, que não precisa, para esse reconhecimento, enumerá-los nem declarar que é o “número um” da Associação. Mas toda administração muito prolongada se desgasta, cansa. O resultado aí está nessa estagnação que quase todos os associados da A.B.D.E. reconhecem e a maioria deplora. Façamos, pois, da renovação “em princípio” do sr. Milliet uma realidade. É o que propõe o nosso Movimento para as próximas eleições.

A menção a Porfírio Dias não deixava de ser sintomática, no contexto da crítica feita por Caio Prado Junior. A referência a um poder permanente, bancado por ações em certa medida ditatoriais, indispostas às mudanças, tornava-se o principal argumento dos opositores na tentativa de assumir o comando da associação em São Paulo²¹¹. Não se poderá desconsiderar também que, no âmbito das ações políticas repressivas contra os comunistas, as

²¹¹ José Geraldo Vieira, um dos signatários do manifesto lançado pelo Movimento “Renovação”, apesar de membro da diretoria comandada por Antonio Candido, fez uma alusão semelhante à de Caio Prado Junior, porém servindo-se da imagem de Dutra: “... no país, neste momento, uma campanha “continuista” que visa perpetuar no governo o gal. Dutra. Creio porém que o “continuismo” não deve se propagar à Associação Brasileira de Escritores. Por isso mantenho meu apoio à chapa do movimento de Renovação e declaro, peremptoriamente, que não sou candidato a qualquer cargo” (ver “O sr. José Geraldo Vieira não disputará as eleições”. In: *Jornal de Notícias*. 16 de fevereiro de 1949, p. 7).

considerações do candidato pela chapa “Renovação” não deixavam de criar um paralelo entre a atual diretoria e os elementos “reacionários” do Estado.

Vale dizer que, às vésperas das eleições, os conflitos entre os grupos em disputa ainda se faziam sentir. No centro dos debates finais, estava a questão dos sócios que ainda não haviam quitado seus débitos com a associação, o que, em tese, os impediria de votar. A oposição, contudo, insistia que as exigências feitas pelos membros diretores constituía, efetivamente, uma tentativa de esvaziar o eleitorado de Caio Prado Junior, por meio de ações ilegais.²¹²

Apesar disso, o pleito seria finalmente realizado em 10 de março, resultando na vitória de Sérgio Milliet²¹³. Dado interessante, contudo, foi a reação do grupo derrotado. Uma vez definidos os vencedores para os cargos da nova diretoria, o discurso dos opositores ganhou ares de apaziguamento. Ao ler as congratulações dadas por Mario da Silva Brito, em nome chapa “Renovação”²¹⁴, a impressão que se dá é que a troca de ofensas e acusações não havia ocorrido, e que os debates foram dotados de um amplo senso democrático. Negava-se a possibilidade de cisão da entidade em São Paulo, de modo que aqueles que haviam sido preteridos nas eleições, a partir daquele momento, trabalhariam em favor do sucesso de diretores que, até dias antes, eram comparados ao ex-ditador mexicano Porfírio Dias.

O ponto que causa estranheza, mas que, ao menos neste espaço, não se pretende resolver, diz respeito justamente a essa dinâmica específica da A.B.D.E. paulista em relação aos demais núcleos da associação²¹⁵. A pacificação, apesar de todo o entrevero pré-eleitoral, diferiu, e muito, daquilo que, dias depois, ocorreria no pleito do Distrito Federal. A cisão,

²¹² “As próximas eleições na A.B.D.E.”. In: *Folha da Manhã*. 1 de março de 1949, Primeiro Caderno, p. 7. Cumpre, aqui, a necessidade de que se estabeleça a “possibilidade” de um “porém” à toda a história divulgada pela chapa de Caio Prado Junior. Em uma pequena nota levada à público pela diretoria, esta declarava não estar enviando circulares a sócios supostamente em débito com a entidade (ver “Associação Brasileira de Escritores”. In: *Jornal de Notícias*. 25 de fevereiro de 1949, p. 7). Ainda que não se possa tirar qualquer conclusão sobre o caso, não é demais questionar-se acerca de quem estaria remetendo esses documentos aos escritores. Independentemente disso, dias depois, a chapa de oposição respondeu à nota, afirmando que os próprios arquivos da associação confirmariam o envio não das circulares (ver “Eleições na Associação Brasileira de Escritores”. In: *Jornal de Notícias*. 27 de fevereiro de 1949, p. 11).

²¹³ “Vencedora nas eleições de ontem da A.B.D.E. a chapa encabeçada pelo sr. Sérgio Milliet”. In: *Folha da Manhã*. Caderno “Economia e Finanças”, p. 10.

²¹⁴ “Eleições na A.B.D.E., seção São Paulo”. In: *Fundamentos*. n.º 9/10. Março-Abril de 1949, pp. 192-194.

²¹⁵ Neste sentido, é interessante retomar a análise preliminar que Milton Lahuerta faz acerca das diferenças entre a intelectualidade do Rio de Janeiro e de São Paulo. Apesar do autor se referir ao período de formação da A.B.D.E., em 1942, está claro que essa diversidade permaneceu após o fim da Segunda Guerra, interferindo, inclusive, nas formas como cada uma das respectivas seções da associação dos escritores lidou com os problemas advindos da perseguição aos comunistas. Ambas não estavam imunes à crise, mas os resultados se fizeram sentir de forma peculiar entre paulistas e cariocas. Não se tem notícia de como isso se deu em outros Estados, mas algumas fontes sugerem especificidades também entre os intelectuais de Minas Gerais.

citada em tom de “advertência” quase profética de Sérgio Milliet não ocorreria a partir de São Paulo, mas do Rio de Janeiro.

3.2. Comunistas e não-comunistas dividem a A.B.D.E.

Concomitantemente às repercussões que o pleito da seção paulista da associação dos escritores teve nos jornais e revistas cariocas, surgiam as primeiras notícias acerca das eleições para a escolha da nova diretoria do Distrito Federal. Em 13 de março, o suplemento *Letras e Artes*, de *A Manhã*, anunciava, entusiasticamente, a existência de uma chapa encabeçada pelo mineiro Afonso Arinos de Melo Franco. Segundo a nota, o então deputado udenista tinha “uma compreensão nítida dos problemas da classe e um senso prático da realidade”, de modo que a sua liderança poderia “tornar a ABDE um verdadeiro órgão de classe, capaz de intervir, com autoridade e de maneira fecunda, em tudo que envolva os interesses dos escritores”²¹⁶. Anos depois, o próprio Afonso Arinos esclareceria as circunstâncias de sua indicação que, de acordo com ele, teria partido da “diretoria cessante”, então sob o comando de Álvaro Lins:

Ele [Lins] me procurou na Câmara, na sala da Comissão de Justiça, e informou-me de que as correntes que o apoiavam, na organização, se haviam fixado no meu nome, para sucedê-lo. Surpreendido com a lembrança dos meus confrades, pois achava-me um pouco afastado do meio literário desde que militava ativamente na política, aceitei contudo a oferta com firme propósito de me colocar à disposição dos companheiros, inclusive como deputado, para servir às finalidades da Associação. Era esta, estatutariamente, uma organização de cunho somente profissional, destinada a defender os interesses dos escritores, até vez descurados por eles próprios e esquecidos pelos poderes públicos, sobre os quais desperta pouco atrativo eleitoral um grupo reduzido de brasileiros, rebeldes por natureza ao enquadramento político e sem nenhum compromisso de orientação comum.²¹⁷

As lembranças do escritor mineiro, além de esclarecerem o “situacionismo” de sua candidatura, remetem também ao caráter que seus apoiadores tentavam impor à A.B.D.E.. Deve-se ter em conta que, por conta das ações dos círculos comunistas no interior da entidade – responsáveis pelos conflitos no congresso de Belo Horizonte e, supostamente, pela renúncia de Guilherme Figueiredo – alguns intelectuais, de vários matizes ideológicos, tinham sugerido a formação de um bloco unitário em torno do nome de Álvaro Lins que, desde dezembro de 1947, ficou no comando da associação. A unidade, evidentemente, pressupunha a supressão

²¹⁶ “Afonso Arinos candidato à presidência da A.B.D.E.”. In: Suplemento *Letras e Artes* de *A Manhã*. 13 de março de 1949, p. 7.

²¹⁷ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A Escalada*: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 165.

das tendências sectárias em prol dos “interesses de classe”. Neste sentido, a escolha do nome de Afonso Arinos não surpreendia, ainda mais por se tratar de uma figura destacada entre os grupos liberais, opositores, portanto, do PCB. O “apoliticismo” (retomando um termo de Osório Borba) pretendido por sua chapa se tornaria mais claro em seu manifesto de lançamento, publicado por alguns veículos de imprensa do Rio de Janeiro, em 15 de março:

As eleições para a Diretoria e o Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Escritores, a se realizarem no próximo dia 26 de março, abrem perspectivas novas para esse órgão de classe, destinado a exercer profunda influência no desenvolvimento da profissão de escritor no Brasil.

Fugindo à categoria de grêmio literário e evitando resvalar para a do clube político, pode a ABDE vir a proporcionar decisivo amparo moral e material aos nossos homens de letras, até agora desprovidos de legislação especial que lhes reconheça os direitos, lhes atenda aos interesses e os articule harmoniosamente com as demais forças elaboradoras do progresso e da cultura do país.

Para consegui-lo, deve a ABDE, antes de mais nada, congregar o maior número de profissionais, tirados não só aos gêneros literários tradicionais como à produção especializada de obras técnicas, didáticas, etc., de sorte a representar iniludivelmente a massa de interessados na solução do problema do direito autoral e demais problemas do escritor brasileiro.

Precisa ao mesmo tempo constituir o seu patrimônio, instalar sede própria, organizar e desenvolver serviços de fiscalização e cobrança de direito autoral, de assistência aos associados e todos os outros que lhe incumbem por força de estatutos.

Cumpra-lhe, ainda, com a necessária ponderação e diligência, interessar-se, perante o Congresso Nacional, pela votação de uma lei justa e exequível que regule as relações entre editores, livreiros e autores, abrangendo as diversas modalidades de produção e difusão da obra literária, e tornando a ABDE mandatária legítima de todos os escritores do país. Essa lei poderá ser obtida mediante leal entendimento com as partes interessadas, e seus resultados reverterão em benefício não só do produtor intelectual com da indústria e comércio do livro, e principalmente da cultura nacional.

Uma obra dessa natureza só pode ser levada a cabo com isenção, devotamento e espírito associativo. Para realizá-la, há mister que a Diretoria e o Conselho Fiscal da ABDE trabalhem como uma só equipe e num só pensamento. Com este objetivo se constituiu a chapa que ora apresentamos aos nossos dignos colegas, dirigindo-nos a todos, sem distinção de caráter político, ou ideológico, pois ela significa uma reunião de homens de boa vontade, dispostos a agir em proveito de um interesse coletivo, mesmo com sacrifício de suas ocupações pessoais. Os nomes de primeira plana em nosso cenário intelectual, que acederam ao apelo para compô-la, recomendam-se por si mesmos, quer como expressões do pensamento brasileiro, quer como cidadãos inspirados numa concepção de vida mental livre e elevada, a começar pela figura eminente de Afonso Arinos de Melo Franco que, por sua obra literária e sua vida pública, faz jus à simpatia e à confiança dos nossos escritores. É a seguinte a chapa:

Presidente, Afonso Arinos de Melo Franco; vice-presidente, Barreto Filho; 1º secretário, Carlos Drummond de Andrade; 2º secretário, Otto Maria Carpeaux; tesoureiro, Jaime Adour da Câmara.

Conselho Fiscal – Alceu Amoroso Lima, Hermes Lima, Manuel Bandeira, Otávio Tarquínio de Souza e Rodrigo M. F. de Andrade.

Sufragando tais nomes, podemos estar seguros de que foi dado um passo importante no sentido de realizar o programa da ABDE, firmando-se o princípio de que esta deve ser profissional e não partidária, delegada de todos e não representativa de qualquer grupo ou facção.

Rio de Janeiro, 14 de março de 1949 – (aa) – Ana Amélia de Queiroz de Mendonça – Alceu Marinho Rego – Amando Fontes – Arnon de Melo – Augusto Frederico Schmidt – Carlos Lacerda – Fernando Sabino – Gastão Cruls – Hamilton Nogueira – José Américo de Almeida – José Lins do Rego – Josué Montello – Luís

Camilo de Oliveira Neto – Luís Jardim – Pascoal Carlos Magno – Peregrino Junior – Pompeu de Souza – Prado Kelly – Prudente de Moraes Neto e Raimundo Souza Dantas.²¹⁸

O manifesto, em substância, praticamente não apresentava grandes inovações em relação a outros que já haviam sido publicados durante as eleições de anos anteriores. A obtenção de uma sede definitiva e adequada, bem como a conquista de uma lei que protegesse os direitos autorais dos escritores, eram demandas, havia muito, exploradas pelos candidatos ao cargo de presidente da A.B.D.E., de modo que não constituíam qualquer novidade programática. Acresce-se a isso a referência à heterogeneidade do grupo que concorria ao comando da entidade que, se não sugeria uma inovação em relação aos antigos discursos; ao menos em 1949, ela deve ser problematizada.

A lista de nomes concorrentes aos postos diretivos, se pressupunham variedade no plano ideológico e partidário; o mesmo não se poderia dizer acerca de suas finalidades no interior da associação dos escritores. Formada, majoritariamente, por liberais e socialistas, e com uma ou outra exceção de comunistas não alinhados ou afastados do PCB, a chapa prezava fundamentalmente pelo anticomunismo. A “isenção” e o “espírito associativo” como elementos de identificação entre seus membros era, neste sentido, nada mais que um jogo de palavras na tentativa de se atribuir algum valor gregário à agremiação e que, conforme se verá a seguir, também era utilizado pelo grupo adversário. Da parte dos não-comunistas, esse recurso significava dizer que os interesses comuns aos homens e mulheres de letras estaria acima dos interesses de um partido e que, portanto, escolhê-los para a direção da A.B.D.E. significaria colocar a mesma a serviço único e exclusivo de seus sócios.

No entanto, diferentemente das eleições para a gestão anterior, em que foi organizada uma chapa unitária, visando atenuar a crise resultante da renúncia de Guilherme Figueiredo e que ameaçava a integridade da entidade dos escritores; o pleito de 1949 tinha sua disputa iniciada pela publicação de um manifesto que, implicitamente, era excludente e, por que não dizer, político. Isso se tornaria mais claro ao longo dos dias que se seguiram ao anúncio da chapa da “situação”. A imprensa carioca, em grande parte, apoiadora de Afonso Arinos, abriu espaço para uma série de textos e artigos em que eram explicitadas as reais motivações por trás daquela suposta aversão à política.

²¹⁸ “As eleições para a direção da ABDE”. In: *Diário de Notícias*. 15 de março de 1949, Primeira Seção, p. 3. Cinco dias mais tarde, o suplemento *Letras e Artes* do jornal *A Manhã* acrescentaria à lista de signatários os nomes de Danton Jobim, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos e Rubem Braga (ver “Lançamento da chapa encabeçada por Afonso Arinos”. In: Suplemento *Letras e Artes* de *A Manhã*. 20 de março de 1949, p. 11).

Rubem Braga, por exemplo, em 17 de março, tornava pública a sua adesão à candidatura do escritor mineiro, argumentando que o momento pedia que se fizesse da A.B.D.E. “uma organização profissional e não partidária”. Segundo ele, a seção do Distrito Federal praticamente inexistia, “a não ser como quatro iniciais”, cujos membros costumavam “assinar manifestos ou protestos contra isso ou aquilo”, e que a imprensa, “já fatigada”, mal reproduzia. Em suas palavras:

Sem sede própria, sem nenhum esforço para atuar como organização de profissionais, sem qualquer iniciativa cultural, nem programa de finanças, sem sequer um serviço de cobranças de mensalidades, a ABDE tem sido simplesmente campo de ação para homens de um partido e pretexto para brilharecos de vaidades impacientes. Chega disso.

Os escritores do Brasil têm uma infinidade de problemas a resolver – e alguns deles só não estão resolvidos porque nunca se tentou isso a sério, ou, quando se tentou, o esforço foi anulado por disputas pessoais ou partidárias.

Eu, por mim, sou membro de um partido político – o Socialista – mas entendo, como profissional de escrever, que esses três homens estranhos ao meu partido que vão ser a trinca atuante da ABDE – Afonso, Carlos Drummond e Jayme Adour – são homens capazes realmente de transformar a ABDE em uma Associação Brasileira de Escritores.

Os que vetarem esses nomes demonstram apenas o desejo de manter a Associação como o mais estéril dos clubinhos políticos de terceira classe. Já é tempo, entretanto, de fazer daquilo uma coisa séria.²¹⁹

A relação entre a esterilidade da A.B.D.E. e as disputas partidárias presentes em seu meio também era tema central da análise de Raimundo Magalhães Junior²²⁰. O escritor cearense considerava que a associação pecava por seu excessivo romantismo, que remontava às suas realizações de combate à ditadura do Estado Novo, notadamente durante o seu primeiro congresso, em 1945. Dessa forma, a entidade estaria esbarrando em um problema de origem, posto que, essencialmente política, ela não tinha, até aquele momento, conseguido atender as verdadeiras necessidades do escritor brasileiro:

[...] não pode a ABDE viver apenas de um passado histórico. Precisa viver para o presente e para o futuro. Seu mal foi ter nascido apenas política. Uma vez resolvido o principal problema político, – hoje há uma Constituição, tribunais a que se pode recorrer, uma liberdade que se não é completa é, no entanto, bem maior do que antes, – a ABDE perdeu por isso a sua finalidade? Não. Porque a sua verdadeira finalidade deve ser não política, mas prática, econômica. Sua verdadeira luta não é a luta apenas pelo direito de exprimir o pensamento, mas especialmente a luta para que a propriedade literária seja respeitada e melhor remunerada. Que se fez nesse sentido? Nada. Estamos na estaca zero. Por quê? Porque os sócios da ABDE se dividem em diversos grupos, a saber: os que dela fazem parte com propósitos exclusivamente políticos; os que nela ingressaram à procura de um título honorífico a fim de desfazer

²¹⁹ BRAGA, Rubem. “A.B.D.E.”. In: *Diário de Notícias*. 17 de março de 1949, Primeira Seção, p. 3.

²²⁰ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. “O Romantismo da ABDE”. In: *Diário de Notícias*. 19 de março de 1949, Segunda Seção, p. 1.

as dúvidas que nutrem sobre sua própria condição de intelectuais; os que dela fazem parte porque foram atraídos por amigos e não sabem dizer não; os que querem dar prova de “espírito associativo”; e, finalmente, uma parte mínima, de profissionais da máquina de escrever, de gente que frita os miolos para almoçar e jantar, profundamente interessados nas soluções práticas a que os outros não ligam.

De acordo com Magalhães Junior, para nada servia a sua contribuição mensal à A.B.D.E., não apenas por conta de sua inoperância, mas fundamentalmente porque as suas necessidades enquanto jornalista, dramaturgo, escritor e político já eram supridas por outras entidades – respectivamente, a Associação Brasileira de Imprensa, a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, o Pen Clube e o Partido Socialista Brasileiro. Para ele, em não havendo ações novas e práticas na dita agremiação, era desnecessária a sua permanência nos quadros da mesma.

Tais declarações, apesar de feitas em tom ameaçador – o autor afirmava estar à beira da desfiliação voluntária – não escapava à lógica presente no manifesto da chapa de Afonso Arinos. Se, em certo sentido, Magalhães Junior demonstrava a sua insatisfação com a associação, a ponto de abandoná-la; por outro lado, ele não deixava de fazer “profissão de fé” em torno das mudanças propostas, curiosamente, pela chapa da “situação”. Portanto, ao criticar a entidade dirigida pelo proponentes da candidatura do escritor mineiro, servindo-se da negação do elemento político em favor das questões profissionais e econômicas, o autor acabava por contribuir com a manutenção do grupo que estava à frente da A.B.D.E., contra as pretensões comunistas – e não se poderá atribuir-lhe, ingenuamente, qualquer tipo de inadvertência quanto a isso.²²¹

Percebe-se como a crítica feita até aquele momento a respeito de uma suposta inoperância da agremiação passava, obrigatoriamente, pela contestação do debate político, enquanto uma atribuição da entidade. Isso, é claro, não era compartilhado por todos os que apoiavam Afonso Arinos. Joel Silveira, por exemplo, demonstrando maior ponderação em relação aos fatos, afirmava não ser contrário à participação dos órgãos de classe nas discussões políticas, de modo que “seria impossível exigir uma abstinência semelhante”. Segundo ele, ninguém mais que o escritor estava “em contato com a política e os debates sociais”, sendo “precisamente na classe intelectual” que as ideias e as teses viriam encontrar “os seus defensores e inimigos mais vigorosos”. Contudo, dizia ele, uma associação de classe, “criada com o objetivo de amparar materialmente a profissão literária”, não poderia “deixar

²²¹ A ideia de inoperância da entidade, bem como necessidade de se superar o seu passado político seria retomado por Alceu Marinho Rego, em artigo publicado pelo *Diário de Notícias*, em 25 de março, um dia antes do sufrágio na A.B.D.E. (ver REGO, Alceu Marinho. “A Carne e o Esqueleto”. In: *Diário de Notícias*. 25 de março de 1949, Primeira Seção, p. 3).

de lado a sua verdadeira razão de ser e resumir o seu programa apenas numa ação essencialmente política”. Por essa via, prosseguia Silveira, de nada adiantavam centenas de manifestos assinados e divulgados, se não havia “nenhuma realização de ordem prática e de interesse real da classe”.²²²

As avaliações citadas acima, no entanto, não nomeavam o PCB, apontando de forma enviesada a contrariedade de alguns escritores com as pretensões que o partido tinha com relação da A.B.D.E.. Com a proximidade do data do pleito, contudo, essa “complacência” foi substituída pela crítica aberta e direta. Jornais como o *Correio da Manhã*, *A Manhã*, o *Jornal do Brasil* e o *Diário de Notícias* abriram espaço para notas e artigos que, essencialmente, procuravam contrapor o comunismo aos princípios de cultura e democracia. No limite, tratava-se de uma tentativa de desqualificar a chapa opositora de Afonso Arinos que, por razões óbvias, ainda não havia sido anunciada pela imprensa anticomunista.

A respeito desse último aspecto, aliás, cumpre salientar que a primeira menção (nas fontes pesquisadas) ao grupo adversário que concorria à diretoria da A.B.D.E. data de 22 de março, quatro dias antes do sufrágio. Segundo a nota do *Correio da Manhã*, concorreriam os seguintes nomes para o comando da associação: Homero Pires, presidente; Orígenes Lessa, vice-presidente; Milton Pedrosa, 1º secretário; José Cesar Borba, 2º secretário; Dias da Costa, tesoureiro; além de Artur Ramos, Aníbal Machado, Astrojildo Pereira, Graciliano Ramos e Júlio Paternostro, para o Conselho Fiscal.²²³

O flagrante predomínio de elementos ligados ao PCB foi o mote de que precisavam os não-comunistas para criticar a chapa. Nem mesmo Homero Pires, reconhecido membro do Partido Socialista Brasileiro, foi poupado, tornando-se o alvo predileto de Carlos Lacerda, em sua coluna “Na Tribuna da Imprensa”. O primeiro dos vários golpes do futuro “demolidor de presidentes” foi dado em 20 de março, por meio de um longo texto intitulado “Uma eleição de escritores (Entre o comunismo e a democracia)”²²⁴. Nele, Lacerda chamava o escritor baiano de “leão-de-chácara” (aludindo ao seu papel de elemento de segurança contra os críticos), afirmando que aquela era apenas uma jogada dos comunistas para que os eleitores menos avisados elegeassem a chapa de seu partido, julgando, entretanto que estavam escolhendo um grupo sem finalidades políticas:

²²² SILVEIRA, Joel. “Eleições na ABDE”. In: *Diário de Notícias*. 22 de março de 1949, Primeira Seção, p. 2.

²²³ “A próxima eleição na Associação Brasileira de Escritores”. In: *Correio da Manhã*. 22 de março de 1949, p. 2.

²²⁴ LACERDA, Carlos. “Uma eleição de escritores (Entre o comunismo e a democracia)”. In: *Correio da Manhã*. 20 de março de 1949, p. 2.

Homens eminentes, como o sr. Roquette Pinto, ou famosos, como o sr. Paulo de Magalhães, foram “cantados” pela fração comunista, a fim de que votassem na chapa do sr. Homero Pires. Os que a tempo se informam, repelem. Outros, porém, por falta de informação, vão na onda. E não raro tenho ouvido quem, entre as duas chapas, desconhecendo o nome dos comunistas da célula postos na chapa Homero Pires, e sabendo que este não é do Partido, diga: “Vou votar na chapa do Homero, que não é comunista, porque na outra está o Carlos Drummond de Andrade, que é comunista”.

Retomando os argumentos de seus antecessores, Carlos Lacerda considerava a A.B.D.E. uma entidade essencialmente profissional, de modo que as ações no sentido de politizá-la serviriam unicamente a propósitos estranhos à categoria dos escritores, identificados, no mais das vezes, às diretrizes de Luís Carlos Prestes e, portanto, aos interesses russos no país. Em relação às possíveis expectativas do PCB em relação à associação, dizia ele:

O que o Partido quer da ABDE é um rótulo (prestígio de legalidade), uma entidade envolvendo escritores (prestígio de inteligência, que se exerce sobre grande número de leitores), nomes conhecidos (prestígio de notoriedade), pessoas insuspeitas (prestígio de imparcialidade), para dali arrancar notas úteis à sua partitura, telegramas, moções, protestos nas ocasiões oportunas. E á agora, no Congresso da Bahia, o espetáculo de uma minoria falar por todos os escritores brasileiros dizendo ao país e ao mundo que “os escritores brasileiros apoiam a campanha de paz da Rússia”, etc.

Nesse sentido, dizia ele, era difícil compreender as razões que teriam levado um intelectual como Homero Pires a se deixar envolver por uma “grosseira manobra” comunista. Talvez, especulava Lacerda, tal atitude fosse fruto da “vaidade de presidir um congresso nacional de escritores, em sua terra natal” – oportunidade esta que teria sorrido “à sua humana, muito humana opinião sobre si mesmo”. De toda forma, ele estaria se prestando ao papel de instrumento do PCB “na dominação e utilização de uma associação de escritores, que assim se transformaria em mera agência legal do Partido”.

Lacerda, como forma de corroborar a sua argumentação, lembrava os casos das eleições para as seções baiana e paulista. Apesar da vitória comunista no primeiro caso, o articulista apontava para o fato de que, em São Paulo, tinha sido derrotada a chapa encabeçada por Caio Prado Junior, a quem ele chamava de “escritor-editor” e “milionário pão-duro”. Para ele, a vitória dos elementos democráticos, centralizada na “figura exemplar de escritor profissional” que seria Sérgio Milliet, deveria servir como um estímulo para que o movimento anticomunista reagisse às investidas dos “comunas” sobre a A.B.D.E..

As críticas de Carlos Lacerda prosseguiram por mais alguns dias. Em duas outras ocasiões, sua coluna “Na Tribuna da Imprensa” seria dedicada à defesa da chapa de Afonso Arinos, com a continuação dos ataques, cada vez mais ferozes, aos comunistas e a seu

candidato, Homero Pires. Desta feita, ao contrário de supor a vaidade “tão humana” como uma explicação razoável ao aceite do escritor baiano para ser a cabeça da chapa de oposição; Lacerda passou a considerá-la como um elemento motivador de um ato de “traição” e oportunismo, atribuindo o nada louvável epíteto de “Quisling”²²⁵ a Pires, que também seria chamado de “Rato” – numa alusão ao ex-candidato à Presidência do Brasil pelo PCB, Yeddo Fiúza²²⁶. No esforço de ligar as duas figuras ao alvo de sua crítica, o articulista fez uma longa digressão que, apesar extensa, convém ser lida na íntegra:

Essa pessoa interposta é precisamente o sr. Homero Pires, que devidamente advertido, pensou que não teríamos coragem de denunciá-lo publicamente, a escritores e leitores, como um vaidoso a serviço de um partido antibrasileiro, um escritor, cacete mas profissional, medíocre mas laborioso, que trai o dever da inteligência – se não é exagero, etc. – para servir de biombo ao Partido Comunista.

Repete-se, assim, com melancólica insistência, o caso de liberais que se transformam em instrumentos de forças totalitárias. Nesse microcosmo que é o agitado mundo das letras, repete-se o fenômeno de Quisling, menos conhecido em suas origens, manos esmiuçado do que geralmente se pensa.

Para muitos, os *quislings* são adeptos da doutrina ou do partido a que servem. São traidores de um país, ou de uma ordem social, para colaborarem a serviço de outra na qual acreditam e que visam propiciar. Eis o que acerca do *quisling* pensa, geralmente, a média da opinião pública.

Engano, digo eu – e creio que não faltará quem me dê razão até mesmo entre aqueles que, voltando a retomar a consciência perdida, podem refletir sobre o processo que alguma vez os levou a “colaborar” com as forças totalitárias.

O *quisling* não é o traidor clássico, o traidor vulgar, digamos assim. Ele é, fundamentalmente, o que não acreditando na nova ordem a que serve, deixou no entanto de ter razões para sustentar a ordem antiga.

Ele é, quase sempre, um liberal. É um liberal cético, crente no progresso ininterrupto da ciência, que nos há de levar a um estado de bestice, em substituição ao de beatitude. Para ele, a ciência é um sucedâneo de Deus. Disseram-lhe isso em brochuras a 12 francos, no tempo em que o livro francês era o único fornecedor de utopias do mercado.

O mundo, porém, foi andando. Não se confirmaram as suas previsões, ao mesmo tempo céticas e delirantemente otimistas, sobre o progresso indefinido da humanidade, a cuja melhoria material deveria corresponder, num paralelo perfeito, a melhoria espiritual ou, como eles preferiam dizer, intelectual.

Criou-se a aviação – e as cidades foram arrasadas. O átomo foi desagregado (citemos apenas este último fato) – mas para a fabricação de bombas e não para a energia dos transportes e das fábricas.

Alguma coisa, pois, está errada em tudo isso.

O liberal, exausto de indagações, dominado pelo espírito da dúvida, mas não pelo desejo de chegar a uma crença, como um navegante que saísse mas afora dominado apenas pelo firme propósito de não chegar a porto algum – que há de ele

²²⁵ Vidkun Abraham Lauritz Jonssøn Quisling (1887-1945) foi o principal colaborador dos nazistas durante a ocupação da Noruega pelas forças alemãs. Preso e condenado, Quisling acabou fuzilado em 1945, tendo seu nome associado ao ato de traição à pátria.

²²⁶ O engenheiro e ex-prefeito de Petrópolis Yeddo Daudt Fiúza foi o nome escolhido pelo Partido Comunista do Brasil, em 1945, para disputar a corrida presidencial, apesar de seu passado ligado ao Integralismo e de sua amizade com Getúlio Vargas. Na tentativa de transferir o eleitorado deste para o Brigadeiro Eduardo Gomes, Carlos Lacerda lançou uma intensa campanha contra o candidato do PCB, passando a retratá-lo como o “Rato Fiúza” (ver DULLES, John W. F.. *Carlos Lacerda. A Vida de um Lutador*. vol. 1: 1914-1960. Trad. Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, pp. 87-90).

fazer? Vê-se espremido pela necessidade de crer ou pela de, não crendo, servir aos que têm alguma crença, por mais espúria, por mais detestável.

Que crença mais se parece com o seu antigo ceticismo do que essa que faz de um Partido o monólito, a ara do sacrifício maldito, a pedra na qual se imolam vontades, amores, juventudes? Essa crença absurda na melhoria do homem pela sua prévia animalização, na transformação radiosa da sociedade pela sua prévia e total destruição, na realização do cristianismo pela negação do Cristo, não é essa espécie de religião laica, de mística sem místicos, essa monumental mistificação do nosso tempo, o que mais se aproxima da sua crença “liberal” em coisa alguma?

O “liberal” falido, falhado, perdido nas folhas secas de uma floração de frases feitas, entra naturalmente na órbita do totalitarismo, e lhe presta serviços, com o automatismo do *zombie* que, morto, só revive sob a condição de servir ao seu amo feiticeiro.

Ei-lo então, por vezes, ainda a sacudir a juba rala, a rilhar os dentes podres, os restos do leão da eloquência liberal que se faz serviçal, a eloquência do Deão de Canterbury^[227], que consiste em citar mecanicamente os algarismos de estatísticas oficialmente falsificadas por qualquer DIP russo.

Parece-lhes que o seu mundo já passou. Ouvem então dizer que esse mundo estranho e incompreensível que diante de seus olhos desfila “caminha para a esquerda”. Então que mal faz em lhe facilitar o rumo, já que este parece predeterminado e fatal como a rota do sol no firmamento?

Ei-los então, que se põem a serviço do que lhes parece vir a ser “a esquerda”, isto é, um lugar para onde o mundo caminha, com um rótulo à testa, como os bondes de Águas Férreas e os ônibus do Meyer para o Meyer.

Começam a ver que essa “esquerda” deve ser um lugar longínquo e complicado, pois nunca lá se chega e, pelo caminho, há mortos e feridos, atropelos, confusões, contusões.

Não raro, então, é aí que desperta, nesse homenzinho atrasado no tempo e no espaço, que procura recuperar o seu atraso encostando-se no adiantamento dos “avançados”, nesse pobre homem zaranza, surge o Rato.

O Rato é um mito, é também uma realidade. O Rato não é necessariamente ladrão. O Rato não é essencialmente um ser pequenino e confuso, dominado pelo pânico, o medo terrível de não chegar a tempo, de ser posto da margem da “marcha”, que ele supõe seja uma enxurrada para a esquerda. O Rato rói mansamente a sua utopia de perorações mobiliadas com móveis de estilo Luís XV, habitada por homens de novo tipo – do tipo comovente e torpe de que se fez exemplo patético o sr. Astrojildo Pereira, com sua revulsiva “autocrítica”, fanático de uma religião que substitui o Cristo pelo sr. Felizardo Prestes e os Apóstolos pelos srs. Pomar, Arruda, Amado, Lourolino e Remendado.

E aí vai o Rato, fascinado pela perspectiva de um lugar de honra numa utopia sob medida.

Esse lugar geralmente é dentro do forno, assado com azeitonas e um limão entre os dentes. Pois este é o triste mas justo fim dos que servem de instrumento dos que fazem o jogo do Bicho, do Imundo, dos que se prestam a mais sórdida manobra contanto que lhe deem ao nomezinho um pouco de lustre e às ideias uma derradeira impressão de vivacidade.

O *quisling* é um velho verde do liberalismo. É essa triste, grotesca superação que faz dele um traidor, ainda quando inicialmente o não fosse.

Há casos em que a honestidade fundamental do candidato a *quisling* faz com que ele recue a tempo e se contente em cobrir, às vezes com o sacrifício de si mesmo, generosamente, as misérias da propaganda totalitária.

Mas quando o fenômeno se efetua num ser inferior, mesquinho, crivado de maus precedentes, ambicioso, frustrado como é inequivocadamente o caso do sr. Homero Pires, então o mito do Rato se realiza em toda a sua plenitude. Ei-lo, ovante, a roer, a roer – comunicando a todos, na confusão, nos silêncios táticos, na

²²⁷ O inglês Hewlett Johnson (1874-1966) foi um padre da Igreja Anglicana, tendo sido Deão de Manchester e, posteriormente, Deão de Canterbury. Sua simpatia pelo comunismo e, principalmente, pela União Soviética lhe rendeu o apelido de “O Deão Vermelho de Canterbury”.

cumplicidade das displicências, essa universalidade da manha e da solécia, própria daqueles que, vendo a luz, não a entenderam e por a não entenderem a renegaram.

Também o sr. Homero Pires viu a luz chamada Rui Barbosa. Mas de tudo o que viu lhe ficou apenas a ofuscação, a combustão, e logo as cinzas. O sr. Homero Pires, candidato dos comunistas para transformar o Congresso da Bahia numa demonstração de fidelidade a Moscou, é apenas a cinza do que pregou Rui, o excremento do gênio, o detrito da glória.

Temos nele um *quisling* sem lágrimas. Um piccolo Fiúza. Um camundongo, em suma: desses miúdos, magrinhos, assustadiços, pardacentos camundongos de gaveta.²²⁸

Tais ofensas, utilizadas no sentido não apenas de invalidar a candidatura de Homero Pires, mas também de desqualificar pessoalmente o próprio candidato, seriam completadas em artigo publicado no dia das eleições. De acordo com Carlos Lacerda, o escritor baiano não passava de um “guarda-chuva” com o qual os comunistas tentavam se defender da ação da “consciência” que, como toda e qualquer tempestade, tornaria inglória a luta dos “comunas” – ainda que, pretensamente, protegidos. Segundo ele, desmascarada a trama comunista, ficava claro que aquela eleição nada mais era do que uma disputa entre os ideais democráticos e a sanha totalitária.²²⁹

Para o jornal *A Manhã*, bater-se em favor da candidatura de Afonso Arinos significaria dar “um grande passo para desvincular de vez a espúria associação entre comunismo e cultura”. Segundo uma de suas notas editoriais, publicada em 24 de março, qualquer possibilidade de vitória do grupo comunista significaria transformar a associação dos escritores em uma entidade de finalidades eminentemente políticas e, por essa via, eliminar qualquer possibilidade de debate cultural no congresso nacional que se realizaria em Salvador. Na visão exposta pelo texto, a cultura seria o espaço da liberdade, sem restrições de cunho ideológico, de modo que uma agremiação cujos membros fossem produtores culturais não poderia sujeitar-se às diretrizes deste ou daquele partido.²³⁰

Outro jornal que declarou, em texto editorial, o seu apoio a Afonso Arinos foi o *Diário de Notícias*. O artigo salientava que as motivações comunistas para assumir o controle da A.B.D.E. respondiam pela falta de espaço para uma ação oficial do PCB, caído na ilegalidade em 1947 e com seus representantes legislativos cassados em 1948. Além disso, apontava para a tentativa de mascaramento das reais intenções dos “comunas”, não apenas ao escolherem um nome alheio ao seu partido para encabeçar uma das chapas que concorreria à diretoria da associação dos escritores; mas também a partir de uma campanha pela paz, o que, segundo a publicação, maquiaria as ações expansionistas dos soviéticos contra as nações

²²⁸ LACERDA, Carlos. “Perfil do Quisling”. In: *Correio da Manhã*. 24 de março de 1949, p. 2.

²²⁹ LACERDA, Carlos. “A consciência e o guarda chuva”. In: *Correio da Manhã*. 26 de março de 1949, p. 2.

²³⁰ “Comunismo e cultura”. In: *A Manhã*. 24 de março de 1949, p. 4.

“democráticas”. Na opinião expressa pelos editores do jornal, o Brasil não tinha razões para engajar-se em uma campanha pacifista liderada por uma nação que, em caso de guerra, seria sua inimiga.²³¹

Joaquim Thomaz, outro que traria sua contribuição na luta anticomunista, apontava para a forma artilosa pela qual os seguidores do comunismo agiam. Em suas palavras, o ardil era “coisa de velhacos, arma de expertos, arma de ciganos da palavra, de gente sem respeito próprio” e que, por essa razão, não saberiam o quanto valeria “a honra alheia”. Em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, em 25 de março²³², Thomaz qualificava a ação dos comunistas como inconsequente, visando única e exclusivamente os fins almejados por seu partido, naquele caso, o controle da A.B.D.E.. Acerca da disputa entre Afonso Arinos e Homero Pires, o autor afirmava que se tratava de “uma espetacular batalha entre a ala que serve a Stalin, à Rússia, ao Komintern, a Luis Carlos Prestes” e o grupo de “bravos rapazes” que estariam erguendo “bem alto as barricadas da Democracia, no desejo de servir à família brasileira, às instituições nacionais, ao nosso patrimônio de tradições gloriosas”.

Enquanto aos comunistas restava a imagem de “ladrões” e “camundongos”, aos seus adversários o artigo trazia as menções mais elogiosas. Nas palavras de seu Joaquim Thomaz, tratava-se de “um grupo de bravos” que amavam a Deus e a Pátria, cuja “honra, o cavalheirismo, a altaneria” jamais teriam desertado “para dar lugar às paixões, aos ódios, às vilezas, aos porões e às águas-furtadas da miséria humana”. Para o autor, aquela era uma luta em benefício da Pátria, de modo que os anticomunistas não poderiam recuar:

O que queremos é que a nossa caboclada (caboclada porque no Brasil) brigue duro com esses escravos marca barbante, que nefasta e vergonhosamente trabalham pelo Comunismo em detrimento de sua própria Pátria, a que é a nossa.

Brigue de peixeira, braço a braço, sem ceder milímetro de terreno, com fé patriótica inquebrantável, e finque bandeira no topo, no mastaréu da Associação Brasileira de Escritores, para dizer que os traidores do Brasil, que os vis amigos da Rússia Liberticida, foram batidos ali numa pugna memorável onde o que mais valeu aos nossos foi a decisão de não deixar morrer ou fraquejar por um momento a fé no nosso destino, o nosso amor ao Brasil idolatrado.

Esse patriotismo tacanho de Joaquim Thomaz, somado à chuva de impropérios despejados por Carlos Lacerda contra os comunistas, tinha por único objetivo colocar a opinião pública a favor da candidatura Afonso Arinos, fosse por amor a uma “cultura livre”, fosse por um pretenso zelo democrático, em face de um suposto “perigo totalitário”. No entanto, a lógica excludente expressa por esses articulistas não era unanimidade, havendo

²³¹ “Os comunistas nas entidades de classes”. In: *Diário de Notícias*. 26 de março de 1949, Primeira Seção, p. 4.

²³² THOMAZ, Joaquim. “Os ciganos da palavra”. In: *Jornal do Brasil*. 25 de março de 1949, p. 5.

aqueles que, apesar do apoio prestado à chapa “situacionista”, consideravam a participação comunista no pleito um elemento próprio da democracia.

Rafael Corrêa de Oliveira, por exemplo, possivelmente preocupado com os possíveis efeitos negativos que a violência de alguns artigos poderiam proporcionar ao grupo encabeçado por Afonso Arinos, tratou de amenizar o tom. Para ele, o equívoco dos comunistas era confundir colaboração com submissão; ou seja, estar no comando da A.B.D.E. não deveria significar colocar a entidade sob o controle do PCB (lógica que valeria, inclusive, para a administração pública). Na contramão de outros articulistas aqui citados, que dedicaram algumas linhas ao comentário do pleito que se realizaria na agremiação dos escritores, Oliveira fazia a seguinte afirmação:

Não pretendemos meter os escritores comunistas no índice nem entregá-los à polícia, porque isso seria a negação de toda ideia democrática. Seria o ajustamento de nossas convicções mais nobres e mais humanas ao policialismo guerreiro de Wall Street, que nega passaporte a um grande artista como Portinari. Seria, sem dúvida, na mesma lógica, a inexplicável adoção dos métodos truculentos que impedem a liberdade de expressão na Rússia Soviética. Não devemos levar o nosso brilhantismo ao ponto calamitoso de recusar a Aníbal Machado ou Astrojildo Pereira o título de escritor pelo simples fato de esses dois ilustres intelectuais se conservarem em ponto oposto ao nosso. Quando leio ou escuto essas barbaridades, tenho vontade de abandonar a ABDE porque começo a sentir que a minha presença ali é um absurdo. Afinal que escritor sou eu se esses dois homens são sumariamente condenados como incapazes para o exercício de funções na diretoria daquele grêmio?²³³

O recado era dirigido a Carlos Lacerda que, em sua campanha contra Homero Pires e os comunistas, fez algumas considerações em relação a Aníbal Machado e Astrojildo Pereira. A respeito do primeiro, seus textos foram condescendentes, afirmando que o escritor mineiro, tendo seu nome especulado para a liderança da chapa comunista, recusou a oferta por não querer enfrentar seu amigo Afonso Arinos.

Quanto ao segundo, no entanto, a “boa vontade” parece não ter sido a mesma. Lacerda foi duro nas palavras quando se referiu a Astrojildo Pereira, desqualificando sua obra, a ponto de dizer que o velho militante do PCB era conhecido “por ter conseguido rascunhar nos últimos vinte anos um artigo sobre Joaquim Manuel de Macedo e outro no centenário de Machado de Assis”; e que, por não escrever, tratava-se de um “cabeça de limão galego” que, espremido, nada se obtinha.²³⁴

Desafortunadamente, essa pesquisa não se deparou com manifestos ou artigos que procurassem defender a candidatura de Homero Pires. Fosse pela falta de espaço próprio ou,

²³³ OLIVEIRA, Rafael Correa de. “Eleições na ABDE”. In: *Diário de Notícias*. 25 de março de 1949, Primeira Seção, p. 4.

²³⁴ Rever os artigos de Carlos Lacerda na coluna “Na Tribuna da Imprensa”, de 20 e 24 de março de 1949.

evidentemente, pelo apoio que a grande imprensa deu a Afonso Arinos, o fato é que não há como demonstrar, de forma mais ampla, o contraponto das críticas expostas acima. A única resposta encontrada remete a um texto “ineditorial” (portanto, pago) publicado pelo mesmo *Diário de Notícias*, aparentemente, o mais ponderado frente aos demais jornais cariocas.

Tratava-se, em suma, da reprodução de uma entrevista de Homero Pires à *Folha do Povo*, onde, basicamente, o então candidato procurou afirmar não apenas as suas posições políticas, como também os projetos apartidários do grupo que ele encabeçava²³⁵. Segundo ele, o programa de sua chapa seria “a defesa de todos os direitos dos escritores, das leis autorais e a proteção de tudo o que diz respeito à dignidade das inteligências, à liberdade intelectual e à democracia”. Pires afirmava que eram “infundadas” as acusações de que haveria “política partidária” dentro da A.B.D.E., caso ele fosse vitorioso. Em suas palavras:

A A.B.D.E. contém no seu seio sócios com orientações políticas de toda ordem: brancos, vermelhos e azuis. Uma chapa, pois, realmente representativa há de ser um verdadeiro arco-íris e nada há que estranhar existirem nela nomes de escritores filiados a todas as correntes que a associação acolhe. O contrário é que seria discriminação injustificável e antidemocrática.

Para o candidato da chapa de “oposição”, a sua escolha por parte dos escritores para concorrer à presidência da associação era fruto justamente da sua crença na democracia e ausência na política militante. Isso, por sua vez, garantiria, caso ele fosse vitorioso, amplo apoio dos poderes públicos (especificamente, o governador baiano Otávio Mangabeira) para a realização do congresso da entidade na Bahia. Além disso, ele considerava que as suas relações com a figura de Rui Barbosa também teriam influenciado na decisão de alguns confrades que se reuniram em torno do seu nome.

Quanto às críticas, Homero Pires afirmava certa surpresa diante da “difamação” dirigida a ele, mas que as mesmas se explicariam pela força que seu grupo havia adquirido. Em relação a Carlos Lacerda, o considerava irresponsável e tolo, cujas infâmias tinham por propósito “tentar aterrorizar os adversários”. Às alegações de que a agremiação estaria entregue aos comunistas caso fosse vencedor, o escritor baiano respondia que seria “um presidente da A.B.D.E.”, e que não pecaria pela parcialidade, trabalhando de forma serena e autônoma, “sem mágoas, sem paixões”, “servindo à causa comum dos escritores brasileiros”. Mais tarde, em carta de esclarecimentos enviada ao diretor do *Correio da Manhã*, Pires acrescentaria:

²³⁵ “Defesa dos interesses e direitos dos escritores”. In: *Diário de Notícias*. 26 de março de 1949, Primeira Seção, p. 5.

[...] Sr. Diretor, declaro que jamais fui, nem sou comunista. Pertencço ao Partido Socialista, chefiado pelo dr. João Mangabeira. Mais do que nunca, vivo entre os meus, a minha família, os meus alunos e os meus livros. Foi nesse ambiente que vieram a mim, e me convidaram a aceitar a entrada do meu nome numa chapa para a constituição da diretoria da A.B.D.E. Sendo este o ano do centenário de Rui Barbosa, por tudo isso se entendia ser justificada a minha presença na direção da A.B.D.E. Não se me pediu nenhuma conversão, nenhum compromisso. Não houve qualquer cambalacho, barganha próxima ou futura, ou coisa que o valha. Fiz timbre em declarar que não solicitaria um só voto. E de fato assim procedi. Os meus amigos mais próximos só tiveram conhecimento da minha candidatura quando contra mim se desencadeou uma campanha de erupção difamatória e quando aqueles mesmos amigos já se haviam comprometido na chapa do meu ilustre contendor.²³⁶

Apesar da disparidade existente entre a publicidade dada aos grupos em disputa, era evidente a semelhança dos discursos feitos em busca de votos. Independentemente das motivações que cada uma das chapas, efetivamente, tinham; o fato que é que ambas apelavam aos mesmos elementos, tais como a ideia de uma A.B.D.E. plural, democrática, e voltada aos interesses comuns dos escritores brasileiros. Contudo, enquanto a campanha de Afonso Arinos, conforme o manifesto de lançamento de sua candidatura, insistia em despolitizar a entidade; a fala de Homero Pires silenciava a respeito do assunto.

Ainda assim, não é demais observar que, nos dois casos, os discursos não condiziam com a realidade das coisas: nem a chapa dita “oficial” tinha pretensões apolíticas, pois suas ações de combate ao comunismo eram, por si mesmas, políticas; tampouco os opositores, bancados pelo PCB, pretendiam uma associação voltada exclusivamente às demandas profissionais dos homens e mulheres de letras do país. O jogo de palavras utilizado pelos dois grupos, cada qual reivindicando o valor democrático como base, tinha vínculos bem claros com a conjuntura da Guerra Fria e das perseguições impostas aos comunistas pelo governo Dutra. Animados pelo acirramento das tensões entre americanos e soviéticos, os intelectuais brasileiros abandonaram as lógicas de adesão que permitiram a ação conjunta entre 1942 e 1945, caminhando para um processo de exclusão paulatina, e que se consumaria nesse processo eleitoral da A.B.D.E., nos primeiros meses de 1949.

Em 26 de março, o pleito para a escolha da nova diretoria da entidade foi finalmente realizado. De acordo com os jornais que deram publicidade às eleições realizadas na sede da

²³⁶ “A Eleição da A.B.D.E.”. In: *Correio da Manhã*. 30 de março de 1949, p. 3. A carta de Homero Pires desencadearia um debate aberto com Carlos Lacerda, que insistia não apenas em suas acusações de roubo de livros da Biblioteca Nacional e de traições por parte do escritor baiano, como também na afirmação de que seu aceite na indicação para presidente da A.B.D.E. era fruto de sua vaidade (ver LACERDA, Carlos. “Conversa dura”. In: *Correio da Manhã*. 31 de março de 1949, p. 2). Isso, por sua vez, levaria Homero Pires a enviar uma nova carta ao jornal, com seus esclarecimentos a respeito do assunto (“Ainda o caso da eleição da A.B.D.E.”. In: *Correio da Manhã*. 1º de abril de 1949, p. 3).

Associação Brasileira de Imprensa – todos comprometidos com a chapa de Afonso Arinos²³⁷ – os ânimos estiveram acirrados durante todo o período de atividades, iniciados às 15 horas e finalizados apenas às 2 horas do dia seguinte.

Os primeiros embates teriam surgidos logo na abertura dos trabalhos, durante a composição da mesa que dirigiria o sufrágio. O presidente da sessão, Castro Rebelo, ao convidar outros dois escritores para secretariá-lo, Arquimedes de Melo Neto e Rubem Braga – cada qual membro de um dos grupos em disputa – verificou que o segundo não estava presente, o que motivou os partidários de Homero Pires a promoverem um ato de aclamação em torno do nome de Edson Carneiro. Isso, por sua vez, permitiria que a referida chapa tivesse o total controle das atividades de recolhimento dos votos e apuração (uma vez que tanto Carneiro quanto Melo Neto eram representantes da mesma). Cientes disso, os apoiadores da outra candidatura protestaram contra a proposta, com destaque para as intervenções de Carlos Lacerda e José Lins do Rego. Segundo Afonso Arinos:

Na sessão, as tentativas de obstrução e desordem ensaiadas pelos adversários foram enfrentadas principalmente por Carlos Lacerda e José Lins do Rego. Zé Lins estava soberbo. Tinha almoçado copiosamente e “batido talagadas”, pelo que me disse. Passeava nas salas, desafiador, coçando a peixeira metida na cava. Carlos Lacerda sacou o paletó (estava um calor infernal), abriu as comportas da sua oratória e disse as mais engraçadas. Destratado por um sujeito mandou-o à m... da tribuna, com as de grande delicadeza. O outro, atarantado, só pode dizer: “Obrigado”. E Carlos, polidíssimo: “Não há de quê...”

Zé Lins rosnava, leonino: “Abaixo os mistificadores da cultura! Abaixo os f. da p.” Expressava-se na forte língua brasileira dos seus romances. Ninguém se zangava. Frios, administrativos, implacáveis, os comunas chegaram a sorrir com ternura para o genial menino de casa-grande, que transitava, olímpicamente, bufando cóleras e ameaças, entre arrotos destilados dos engenhos. Apenas um ativista do partido, que não conhecia José Lins, gritou que ele era da Polícia Federal...²³⁸

²³⁷ Ver “Venceu a chapa democrática na A.B.D.E.”. In: *A Manhã*. 27 de março de 1949, p.7; “Um pleito apaixonado”. In: *Correio da Manhã*. 27 de março de 1949, Primeira Seção, p. 16; “As eleições na A.B.D.E.”. In: *Diário de Notícias*. 27 de março de 1949, Segunda Seção, p. 1 [flagrante fotográfico]; e “Grande vitória da Chapa Afonso Arinos”. In: Suplemento *Letras e Artes* de *A Manhã*. 3 de abril de 1949, pp. 4-5.

²³⁸ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A Escalada*: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 169. Em artigo publicado na semana seguinte ao pleito, Carlos Lacerda citou algumas das ocasiões em que houve conflito verbal entre os presentes. Acerca dos casos lembrados, posteriormente, por Afonso Arinos, ele trouxe a seguinte descrição:

“[...] A certa altura da chicana, repelida pelo sr. Castro Rebelo, dei ao orador um aparte pertinente, em que apenas lembrava qualquer coisa referente à necessidade de votarmos. Eis que, do outro lado da mesa, outro advogado comunista, um sujeito de cara patibular, dá início à tentativa:

– ‘Isto aqui não é o Correio da Manhã, jornal reacionário onde o sr. insulta’, etc...

Para lhe provar que aquilo não era, realmente o Correio da Manhã, lembrei-me de lhe dizer muitas coisas, mas – como? Já a ‘assembleia’, devidamente instruída, vaiava-me a fim de impedir a resposta. Recorri, então, a uma palavra curta e sonora, do vocabulário das personagens do sr. Jorge Amado, que faz as delícias das damas do Partido. O advogado embatucou, murmurou um confuso “obrigado”, e ficou quieto até que, mais tarde, tentou o mesmo golpe da confusão com o sr. Rafael Correia de Oliveira, sendo também por este repellido.

[...]

Resolvida a questão da mesa diretora da votação (com a chegada de Rubem Braga e a abdicação de Arquimedes Melo Neto em favor de Edson Carneiro), a assembleia voltou-se para o relatório da gestão que se encerrava. Novo debate surgiu por conta da impugnação por Guilherme Figueiredo do texto apresentado por Álvaro Lins, sob a alegação de que a atual diretoria não teria levado à frente projetos iniciados anteriormente a ela. Por considerarem que o momento não era o apropriado para a discussão dos resultados informados pelo então presidente, os presentes decidiram pela aprovação do relatório, de modo que maiores esclarecimentos fossem prestados em reunião futura.²³⁹

Os conflitos preliminares, no entanto, não pararam por aí. De acordo com Ricardo Ramos – que levou Homero Pires à sessão realizada na A.B.I. – um dos debates que antecederam a votação se deu em torno de uma moção de protesto pela negação de visto a Cândido Portinari nos Estados Unidos. O filho de Graciliano lembra que a discussão foi “das mais explosivas”, com “acirramentos inesperados”, como a violenta negativa de Carlos Drummond à proposta, apesar de sua amizade com o pintor. Além disso, uma série de questões de ordem jurídica, particularmente quanto à validade ou não dos votos “por procuração”, atravancaram o início do sufrágio.²⁴⁰

As fontes são unânimes na demonstração de que, se levados em conta, esses votos garantiriam a vitória de Afonso Arinos sobre Homero Pires que, por sua vez, tinha a seu lado a maioria dos eleitores presentes à assembleia de votação. No entanto, tanto os jornais como as memórias que registraram os acontecimentos são claros quanto a grande quantidade de pessoas que nada tinham a ver com a atividade literária, e que teriam sido recrutadas “de última hora” pelos comunistas para engrossar a sua massa de eleitores, aproveitando-se de uma brecha no regimento da associação quanto aos critérios que tornavam uma pessoa escritora ou não. Nesse caso, bastava que o pretendente a sócio provasse ter publicado algo. Contudo, vale dizer que o mesmo texto regimentar que possibilitava a manobra dos

Nesta altura, já impaciente por tanta delonga e tão miseráveis recursos de rabulice, o sr. José Lins do Rego assomou à porta que dá para a varanda, no fundo da sala, e por cima da cabeça de uns “escritores” arrebanhados a pau-e-corda para a farsa comunista, gritou:

– Abaixo os mistificadores comunistas!

Um, dos mais exaltados, tentou agredi-lo, mas o romancista enfrentou-o de modo bastante convincente. E sobre a sala correu a palavra-de-ordem: ‘não topar provocações’. É que os dirigentes haviam compreendido que não nos deixaríamos mistificar nem recuaríamos em nenhum momento” (LACERDA, Carlos. “Como vencemos democraticamente os comunistas – I – Manobras desmontadas”. In: *Correio da Manhã*. 29 de março de 1949, p. 2).

²³⁹ Álvaro Lins tornaria públicos os seus esclarecimentos dias depois das eleições, nas páginas do *Correio da Manhã* (ver LINS, Álvaro. “A situação da A.B.D.E.”. In: *Correio da Manhã*. 10 de abril de 1949, Terceira Seção, p. 10).

²⁴⁰ RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. São Paulo: Globo, 2011, pp. 167-168.

apoiadores de Homero Pires, também permitia que associados ausentes pudessem participar do pleito, o que beneficiava seu adversário.

O ambiente, ao que parece, ia se tornando mais tenso, e novos “acirramentos inesperados” ocorriam. Ricardo Ramos lembra que, junto à mesa diretora da assembleia, os escritores gritavam e gesticulavam. Ao ouvir um sonoro “Abaixo os comunistas!” pronunciado por José Lins do Rego, Graciliano Ramos teria aberto os braços “estranhando”, recebendo um imediato pedido de desculpas do amigo paraibano: “Não é com você não, não é com você não”. O autor de *Vidas Secas*, aliás, parece ter ficado extremamente contrariado com toda aquela situação, exasperando-se em certas ocasiões. Nas palavras de seu filho, é possível obter uma imagem de Graciliano em meio aos debates:

[...] Sentado, fumando, acalorado. Como todos nós. E mais, vendo amigos de muitos anos em conflito. Disfarçadamente, eu o olhava, esperando. Aí Newton Freitas, que vivia em Buenos Aires, e viera ajudar (naquela época diríamos a canalha trotskista), estava falando, a pleno vapor. Meu pai não suportou o acesso. Levantou-se e perguntou, creio que só a seus próximos, indignado:

– Que é que esse rapaz tem a dizer? Ele vive no estrangeiro!

E não se manifestou mais. Calou, votou. O mesmo fizemos, ganhando, mas com uma sensação de uma bruta perda. Na saída, Lia Correa Dutra provocou o velho:

– Graciliano, diga alguma coisa.

E ele, do corredor, vermelho de raiva:

– Digo, sim: vão à puta que os pariu.²⁴¹

Apesar da insatisfação demonstrada pelo já consagrado escritor alagoano, as provocações, provavelmente, não se referiam diretamente a ele ou a antigos membros reconhecidamente comunistas da associação. O brado de José Lins visava muito mais o grupo de sócios recentemente ingressos na entidade com o único propósito de garantir a vitória da chapa de oposição. Fato é que figuras como a do humorista Jararaca (José Luiz Calazans), o chofer de Luís Carlos Prestes e a vedete Luz del Fuego (Dora Vivacqua) haviam se tornado, repentinamente, profissionais da pena e, portanto, eleitores em potencial da entidade²⁴². José Condé, em nota para o *Correio da Manhã*, dias após as eleições, ofereceu um divertido quadro acerca daquelas presenças “inusitadas”:

Com a presença de cantores de rádio, datilógrafas, pintores, bancários, comerciários e também alguns escritores... realizou-se, sábado passado, a eleição da nova diretoria da Associação Brasileira de Escritores.

[...]

Mas ao lado da exaltação de ânimos, aquela assembleia ficou marcada por episódios do maior pitoresco. O calor estava insuportável; era impossível entrar na

²⁴¹ RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. São Paulo: Globo, 2011, p. 168.

²⁴² RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. São Paulo: Globo, 2011, pp. 167-168. Ver também FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A Escalada: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 169.

sala onde se efetuava a sessão. Das quatro horas até as oito – quando enfim conseguimos furar o bloqueio – estivemos pelos corredores, observando o movimento. Então, tivemos oportunidade de ouvir conversas e segredos que, aqui revelados, dispensarão maiores comentários, inclusive uma explicação para os termos da primeira frase deste registro.

Em primeiro lugar, o que diziam dois amigos que acabavam de se encontrar entre abraços e exclamações de surpresa:

– Você por aqui?

– E por que não? Também sou escritor. Escrevo novelas de rádio, poesias, contos e... nas horas vagas faço um pouco de literatura...

Outro (isto na varanda, de onde se podia ver a mesa que presidia os trabalhos) indagava do companheiro:

– Quem é aquele camarada de óculos que está discursando?

– É o Álvaro Lins.

– Que apito ele toca?

– Ué! É o atual presidente da ABDE.

Ao ver uma senhora votando, a romancista Dinah Silveira de Queiroz perguntou:

– Mas aquela é também escritora? Imagine: é a minha “manicure”, e eu nunca havia desconfiado que era também minha colega!

Um irônico:

– Por enquanto já votaram um milhão e oitocentos e vinte mil escritores...

Ouvindo a piada, alguém acrescentou:

– Estas eleições vieram apresentar os primeiros resultados da campanha de alfabetização de adultos...

O melhor todavia, assistimos ainda da varanda. O aparte de um “escritor”, a propósito da validade ou não das procurações sem firma reconhecida:

– A “procuração” precisa ter “filma” reconhecida.

Já de madrugada, quando se processava a apuração, e quando os adeptos da chapa Homero Pires tinham como certa a vitória, vimos um rapazinho aproximar-se de um companheiro mais velho:

– Já votei. Posso ir embora?

– Ainda não. Fique lá atrás, para bater palmas no fim.

[...] E assim terminou a mais tempestuosa e disputada eleição para composição da diretoria e Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Escritores. Eleição que levou o professor Castro Rebelo, presidente da assembleia a comentar em voz baixa, com um companheiro de mesa:

– Nesta terra há mais escritores do que leitores...²⁴³

²⁴³ CONDÉ, José. “Eleições”. In: *Correio da Manhã*. 3 de abril de 1949, Terceira Seção, p. 10. Dias depois, Dinah Silveira de Queiroz apresentaria uma nota n’*A Manhã*, com um desmentido acerca da suposta manicure que também era escritora, dando a sua versão a respeito do surgimento daquele “boato”:

“Entre naqueles salões apinhados de gente frenética e suarentos: Os meus colegas. Falava com uns e com outros, com muita cordialidade. Todos estavam mais ou menos nervosos e desconfiados. No meio das caras conhecidas de nossa classe apareciam uns tipos muito estranhos – falando alto e dando opinião. Pareciam os donos da casa, e nós nem sabíamos de que fumaça teriam brotado aquelas figuras! Eu olhava tristemente para aquilo, e me lembrava dos começos da A.B.D.E. Durante um ano, fazendo parte da diretoria, estivera bem dentro dos sonhos por uma organização de defesa dos interesses da classe. Agora, via um homem com o idealismo de Carlos Drummond de Andrade, com todo um passado dedicado à A.B.D.E. – sendo criticado levianamente. Os arrivistas planejavam o assalto.

Ora, é sabido que os escritores têm o triste privilégio de esconder as suas aflições com palavras gaiatas. Parece, que pelo fato de escrever sério, tomamos o costume de tratar de assuntos graves no meio de piadas. E assim se conversava, assim se ria, naquela tarde de luta.

Mal eu havia chegado, quando naquele torvelinho, naquela procissão de gente que entrava e saía das salas, um colega me perguntou:

– ‘Então, a senhora veio encontrar aqui a sua manicura?’

Eu sorri. Sinceramente, não julguei necessário desmentir, porque pensei que ‘manicura’, ali fosse uma expressão genérica, para designar umas pessoas que estavam presente.

Outra escritora – que comigo teriam confundido – encontrara a sua manicura? Ou seria um mero boato, sem nenhum fundamento?

Casos como os citados acima foram somados a tantos outros que seriam publicados posteriormente. O inchaço súbito no número de sócios na entidade se tornaria o principal tema dos flagrantes capturados durante as eleições (ver Anexo 3). *Letras e Artes*, suplemento do jornal *A Manhã*, elencaria uma série de supostas situações que, entre curiosas e constrangedoras, teriam dado o tom da noite em que se realizou o pleito. Entre as várias notas, uma denunciava o voto de um “tratador de cavalos” do Jockey Club, que não sabia ao certo a razão pela qual ele deveria estar lá; outra apontava a demora do processo de votação, dado o fato de que muitos mal conseguiam assinar o nome; uma terceira brincava com o fato de Prudente de Moraes Neto ter se assustado com tantos rostos estranhos a ponto de pensar que havia descido no andar errado do prédio. Uma sugestão teria sido feita a propósito de um “monumento ao escritor desconhecido”, enquanto que Rubem Braga, ao vislumbrar a figura de Graciliano Ramos, teria suspirado, aliviado: “Uff! Até que enfim, depois de meia hora, encontro um ‘escritor’...”²⁴⁴.

Havia ainda os tais “votos por procuração”, cujos pedidos de impugnação por parte dos comunistas não foram poucos. Pedro Mota Lima, por exemplo, solicitava que a votação fosse secreta, o que anularia “os votos de muitos associados que haviam delegado poderes a outros consórcios para votarem na chapa Arinos”. Tendo sua primeira solicitação rejeitada pela mesa, Mota Lima sugeriu que as procurações sem firma reconhecida fossem recusadas, o que gerou uma onda de protestos, uma vez que em outras ocasiões as mesmas formalidades não tinham sido exigidas. Somente com essas questões suficientemente debatidas e, por hora, solucionadas – o caso das procurações deveriam ser resolvidas em assembleia geral posterior – foi que o pleito começou.

A apuração, que levaria quase quatro horas para ser realizada, confirmou a vitória do grupo “situacionista” por uma margem de cem votos sobre os concorrentes: 478 a 378. Já era madrugada quando o resultado foi divulgado. O candidato vencedor, já deitado, receberia uma ligação de Carlos Lacerda dando-lhe a notícia: “Afonso, ganhamos”²⁴⁵.

O mesmo Lacerda publicaria em sua “Tribuna da Imprensa” dois extensos artigos, em que descreveu, à sua maneira, os acontecimentos marcantes do processo eleitoral do dia 26 de

Quanto a mim, posso dizer que não tendo desmentido a história, também me julgo a principal responsável pelo seu curso. Ponho aqui minha formal declaração: ‘Isso não houve’.

Mesmo porque, como muito bem ponderou o amigo Drummond, a minha manicura pode ter o direito de se zangar, se a chamaram de ‘escritora’, o que vai prejudicar a sua freguesia, que com ela costuma confessar-se abundantemente, em plena confiança” (QUEIROZ, Dinah Silveira de. “Café da Manhã: A escritora-manicura”. In: *A Manhã*. 17 de abril de 1949, p. 4).

²⁴⁴ “Alguns flagrantes da eleição”. In: Suplemento *Letras e Artes* de *A Manhã*. 3 de abril de 1949, pp. 4-5.

²⁴⁵ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A Escalada*: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 169.

março. O autor fez um longo relato do que ele chamou de manobras dos comunistas para garantir que Homero Pires fosse vencedor do pleito. Para ele, além das injustificáveis presenças de elementos que em nada haviam contribuído para as letras do país, também não eram cabíveis os pedidos de impugnação dos “votos por procuração”, posto que durante as eleições da diretoria anterior, estes teriam sido aceitos sem qualquer manifestação contrária – inclusive dos comunistas. Carlos Lacerda também alegava que os métodos truculentos dos agentes do PCB (protestos, moções, agressões verbais e a tomada quase que por completo das dependências da sede da A.B.I.) visavam atrasar o sufrágio, de modo que muitos dos eleitores de Afonso Arinos fossem vencidos pelo cansaço e desistissem de votar.²⁴⁶

Num tom grandiloquente, emprestando aos eventos características quase épicas de bravura e resistência, Lacerda concluía que a vitória de Afonso Arinos era a clara demonstração de que havia “uma consciência democrática em plena ascensão” no país, que não se entregava “ao delírio reacionário e policial”, não se vendia nem sequer se alugava, e que por igual não transigia nem se deixava enganar. Tal seria a lição que os escritores do Rio de Janeiro, “súmula da vida intelectual brasileira”, teriam dado aos seus concidadãos, no que ele chamava de “eleição memorável”. Aos comunistas, contudo, restava a imagem de maus perdedores:

Quando, finalmente, cerca de 3 horas da manhã, foi proclamado o resultado com a vitória dos democratas, o sr. Letelba de Brito num acesso dessa cólera simulada que os maus advogados representam para impressionar o júri, entre desaforos ao seu antigo professor Castro Rebelo, apresentou um protesto, o sr. Astrojildo Pereira outro, ambos visando impedir a proclamação do resultado, que teria e tem, como consequência natural, a posse da nova diretoria.

Os dois pinguins queriam apenas livrar-se do calor recorrendo a uma nova assembleia para julgar os votos dados rigorosamente de acordo com a assembleia anterior e dentro das instruções constantes da convocação feita pela unanimidade da diretoria até então vigente...

Mas, entre os aplausos de quantos vimos consolidar-se a vitória por uma tão grande e até inesperada margem de 100 votos, foram proclamados os resultados.

Nem sequer souberam perder.

Mas as suas chicanas não visam senão uma derradeira manobra. Esta consiste, não em impugnar o resultado, que é limpidamente válido, e que só pode ter como consequência a posse imediata da nova diretoria.

O que o Partido Comunista visa é dar uma satisfação “à massa”, isto é, aos que não entendendo das manobras da direção, confia na sua onisciência e infalibilidade. Eles querem confundir os resultados, ganhar tempo, baralhar os fatos, a fim de dar a impressão de que não perderam e vão ganhar, primeiro; a seguir a de que talvez percam mas também podem ganhar; depois a de que não perderam e sim foram esbulhados; finalmente a de não falar mais nisso e cuidar de outra vida.²⁴⁷

²⁴⁶ LACERDA, Carlos. “Como vencemos democraticamente os comunistas – I – Manobras desmontadas”. In: *Correio da Manhã*. 29 de março de 1949, p. 2.

²⁴⁷ LACERDA, Carlos. “Como vencemos democraticamente os comunistas – II – A lição dos escritores”. In: *Correio da Manhã*. 30 de março de 1949, p. 2.

Para Adonias Filho, os recursos contrários ao resultado das eleições deviam-se, sobremaneira, à surpresa com que os comunistas receberam a notícia da derrota. Escrevendo sob o pseudônimo Djalma Viana, o futuro imortal da Academia Brasileira de Letras fazia uma analogia entre o espanto dos “comunas” e o “pulo” de um rato ao não encontrar o alimento que se habituara a roubar no lugar costumeiro:

O rato sempre salta quando mudam, na despensa, o lugar do toucinho. Habitado a roer a gordura, a comer tranquilo, a lamber as patas, não consegue evitar o pulo quando sente, ao invés, da enxúndia, um duro pedaço de tábua. E foi a imagem que me ocorreu, já noite virando dia, no instante em que o sr. Castro Rebelo proclamou, com a mão ainda sobre a urna, a vitória da chapa democrática liderada pelo sr. Afonso Arinos de Melo Franco nas eleições da ABDE. Os calungas do comunismo, que esperavam o silêncio noturno para devorar uma associação que antes de mais nada deve ser profissional, não evitaram o salto. Afinal, e pela primeira vez encolhiam as línguas. Compreendiam pela primeira vez que um escritor é sempre um sujeito perigoso porque, em defesa dos seus direitos, não vacila em substituir o crânio pelos punhos.²⁴⁸

Em sua crônica dos eventos que marcaram o pleito da associação, Adonias Filho fazia severas críticas às ações das lideranças comunistas durante os trabalhos, principalmente por conta do recrutamento de pessoas alheias à arte literária. Com observações tão duras quanto aquelas já citadas de Carlos Lacerda, o autor considerava a irreversibilidade da decisão tomada pelos sócios quanto à futura diretoria da entidade, a qual, na sua visão, deveria promover drásticas mudanças estatutárias, evitando não apenas a entrada de não escritores na agremiação, bem como a expulsão sumária dos adeptos do comunismo.

Esse declarado anticomunismo manifestado por Adonias Filho era, na visão de Rubem Braga, fruto da própria truculência que marcava as ações dos comunistas. Ao se recusarem intransigentemente a aceitar uma derrota como aquela ocorrida na A.B.D.E., eles colaborariam apenas para a ampliação do número de pessoas contrárias à sua causa. Em nota ao *Diário de Notícias*, Braga pedia que os derrotados respeitassem os acordos previamente estabelecidos em relação ao sufrágio, abandonando, portanto, o que ele classificava como atos de “má fé”, “desonestos”.

Vencemos, e o direito está do nosso lado; nenhum sofisma barato nem manobra de qualquer espécie conseguirá roubar-nos a vitória. Mas essa vitória foi amarga. Em mim, pelo menos, a alegria que ela pudesse despertar foi anulada por um sentimento de tristeza e vergonha ao ver homens sempre merecedores de respeito traíndo a própria palavra, agindo com a mais vulgar má fé. É bem triste ter de ensinar a esses homens que a desonestidade não é uma boa política.

²⁴⁸ VIANA, Djalma (Adonias Filho). “Ecos da Batalha da A.B.D.E.”. In: Suplemento *Letras e Artes de A Manhã*. 3 de abril de 1949, pp. 2-4.

A força da paixão partidária pode explicar, mas não justificar essa fraqueza moral. Apelo sinceramente para o sr. Homero Pires e seus companheiros de chapa no sentido de chamar à razão os exaltados, dizer-lhes que perder não é vergonha; vergonha é não saber perder. Mostrar-lhes a atitude limpa e digna de Caio Prado Júnior em São Paulo. É encerrar assim esse caso que me parece horivelmente melancólico – para que a nova Diretoria possa trabalhar com mais eficiência, e sem politicagens, para transformar a ABDE em um organismo realmente a serviço dos interesses dos escritores.²⁴⁹

Dias depois, já às vésperas da cerimônia de posse de Afonso Arinos, Rubem Braga voltaria à carga, porém com uma série de sugestões à gestão que se iniciaria. Demonstrando certo otimismo com os rumos da entidade, o autor pedia que fossem retomados os trabalhos em torno do projeto de lei enviado à Câmara Federal, no sentido de dar mais agilidade ao processo de definição de uma lei dos direitos autorais no Brasil²⁵⁰. Sem retomar a questão das eleições, Braga pedia apenas que os problemas de ordem profissional dos escritores fossem a tônica das discussões no congresso que estava marcado para ocorrer em Salvador, de modo que o mesmo não se perdesse em assuntos políticos. Dois dias depois, provavelmente as suas esperanças já não fossem as mesmas.

3.2.1. O ato final da crise

Marcada para o dia 7 de abril, a assembleia para a transmissão de poderes acabaria por se tornar o marco do esgotamento das possibilidades de convivência entre comunistas e não comunistas no interior da A.B.D.E.. Prevendo prováveis contratempos, os membros da antiga e da nova diretoria haviam considerado a realização de uma reunião simples, com a presença apenas daqueles diretamente envolvidos no ato de posse, sem solenidade. No entanto, o que se assistiu foi um tumulto generalizado, com agressões verbais e físicas de parte a parte.

Antes de tudo, é importante frisar que, independentemente dos esforços comunistas no sentido de transformar as associações culturais e entidades de classe em aparelhos de ação do PCB, as ocorrências que marcaram as eleições da agremiação dos escritores, em 1949, não podem ser explicadas apenas com base em ações ardilosas por parte de pessoas ligadas ao partido. Representantes do autointitulado “grupo democrático” também se serviram de manobras para garantir que seus interesses fossem atendidos. Nesse sentido, a análise que acompanha a trajetória descrita até aqui se afasta do grosso das interpretações a respeito da crise que se abateu sobre a A.B.D.E. durante a segunda metade dos anos 1940, e que atribui a

²⁴⁹ BRAGA, Rubem. “Derrota feia”. In: *Diário de Notícias*. 31 de março de 1949, Primeira Seção, p. 3.

²⁵⁰ BRAGA, Rubem. “Nossos problemas”. In: *Diário de Notícias*. 5 de abril de 1949, Primeira Seção, p. 3.

culpabilidade dos problemas da agremiação unicamente às artimanhas dos seguidores do comunismo.

No caso específico do ato que marcaria a posse de Afonso Arinos, o recurso a uma reunião reservada, sem solenidade e, portanto, sem a presença numerosa de sócios, pode ser entendida como uma tentativa de se evitar que fossem feitos novos questionamentos ao resultado do pleito que elegera o escritor e político mineiro para a presidência da associação. A própria divulgação do evento demonstrava o intento dos seus organizadores em manter certa discrição quanto à transmissão de poderes, o que pode ser verificado nas pequenas notas – e quase sem destaque – que foram publicadas por alguns diários cariocas²⁵¹. Cumpre salientar que a posse ocorria a despeito do compromisso firmado pela mesa diretora do sufrágio do dia 26 de março, quanto a um debate futuro acerca da validade ou não dos votos dados por procuração²⁵² – o que interessava diretamente aos comunistas e, evidentemente, contrariava os seus adversários (uma vez que tinham sido justamente esses votos os que garantiram a sua vitória).

Por essa razão, não surpreendem os tumultos relatados pelos jornais *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *A Manhã* (bem como seu suplemento literário, *Letras e Artes*)²⁵³, haja vista que, ao menos naquele momento, eram os derrotados quem se viam desrespeitados quanto a um direito assegurado anteriormente. A primeira das publicações informava o intento de que aquela fosse uma cerimônia simples, e que o mesmo teria sido prejudicado pela massa de comunistas que já se encontrava na sede da associação, no 11º andar da Casa do Estudante do Brasil (a A.B.D.E. continuava sem uma instalação própria).

Iniciados os trabalhos de transmissão de poderes pelo então presidente Álvaro Lins, os presentes foram informados de que a demanda feita pela chapa de Homero Pires quanto às procurações não estava “conforme a letra do Regimento da A.B.D.E.” e que, apesar de ter sido acolhida por Castro Rebelo, que dirigira as eleições semanas antes, ela seria desconsiderada. Segundo a reportagem do *Correio*, o texto regimentar, em seu artigo 8º, dispunha que o recurso do ato do presidente deveria ser dirigido à diretoria e ao Conselho Fiscal, só sendo ouvida a Assembleia Geral depois do pronunciamento daqueles órgãos

²⁵¹ “A posse da nova diretoria da A.B.D.E.”. In: *Correio da Manhã*. 7 de abril de 1949, p. 3; e “Tomará posse hoje a nova diretoria da ABDE”. In: *Diário de Notícias*. 7 de abril de 1949, Primeira Seção, p. 4.

²⁵² Ver, novamente, “Venceu a chapa democrática na A.B.D.E.”. In: *A Manhã*. 27 de março de 1949, p.7.

²⁵³ “Tentaram inutilmente os comunistas impedir a posse da nova diretoria da ABDE”. In: *Correio da Manhã*. 8 de abril de 1949, p. 2; “Empossada a nova diretoria da ABDE”. In: *Diário de Notícias*. 8 de abril de 1949, Segunda Seção, p. 1; “Revolta comunista na posse da nova diretoria da Associação Brasileira de Escritores”. In: *A Manhã*. 8 de abril de 1949, pp. 1-2; e “Batalha campal na ABDE”. In: Suplemento *Letras e Artes* de *A Manhã*. 17 de abril de 1949, pp. 11 e 15.

coletivos. Além disso, de acordo com o artigo 9º, o ato de posse poderia ocorrer sem a realização de um assembleia.

Apesar da justificativa, a manobra estava clara, uma vez que não se poderia garantir ao grupo derrotado, e ele estava ciente disso, que a diretoria empossada reavaliaria a validade dos votos que a elegeu, mesmo que isso significasse ter que, porventura, abrir mão de sua posição em favor de seus adversários. Isso, somado, evidentemente, à não aceitação intransigente do resultado do pleito, explica a razão dos comunistas terem tomado as dependências da sede da entidade, com o claro objetivo de impedir a consumação da posse da diretoria eleita.

De acordo com o suplemento *Letras e Artes*, os membros de ambas as diretorias (a que cessava seu mandato e aquela que seria empossada), apesar da pouca divulgação do evento, logo foram surpreendidos com a chegada de figuras que, nos registros memorialísticos do então candidato vencedor, não passavam de “capangas”:

Logo começaram a aparecer cidadãos de bigode grosso e fisionomia carrancuda, com a “facies” característica do extremista. Entre eles, havia alguns escritores, poucos, de esquerda. Estes se mostravam tímidos, encabulados, enquanto aqueles ostentavam uma perfeita naturalidade: bigodudos e fanáticos, não disfarçavam o que realmente eram – agitadores e guarda-costas.²⁵⁴

Afonso Arinos afirmaria posteriormente que se tratavam de “vários tipos inteiramente desconhecidos nas rodas de escritores e jornalistas”, “*hommes de main* que tinham ido para agredir e meter medo”. E que, por essa razão, ao ser alertado por Otávio Tarquínio de Souza quanto à possibilidade de confronto, ele armou-se com seu revólver, “disposto a atirar” em quem o atacasse²⁵⁵. Quanto àqueles que de fato eram ligados às letras, segundo Dênis de Moraes, tratavam-se de “Dalcídio Jurandir, Astrojildo Pereira, Alina Paim, Milton Pedrosa, Lia Corrêa Dutra, Victor Konder, Maurício Vinhas de Queiroz e um constrangido Graciliano [Ramos]”²⁵⁶.

Ao que tudo indica, foi Dalcídio Jurandir o grande diretor das ações comunistas durante as primeiras tentativas de Álvaro Lins de transmitir seu posto a Afonso Arinos. Insistindo na tese de que aquela posse deveria ser precedida por uma assembleia geral que resolvesse a questão dos “votos por procuração”, o escritor paraense fazia constantes intromissões. O noticiário espetacular e especulativo dado por *Letras e Arte* chegava a afirmar

²⁵⁴ “Batalha campal na ABDE”. In: Suplemento *Letras e Artes* de *A Manhã*. 17 de abril de 1949, pp. 11 e 15.

²⁵⁵ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A Escalada: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 170.

²⁵⁶ MORAES, Dênis de. *O Velho Graça*. Uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 246.

que Pedro Mota Lima, um dos que também tentavam perturbar a ordem dos trabalhos, recebeu um bilhete de Jurandir questionando se eles deveriam ou não impugnar a ata daquela reunião.

O suplemento de *A Manhã*, ironicamente, apontava para o busto de Mário de Andrade (esculpida por Bruno Giorgi) como uma “pobre testemunha” do “destempero” daqueles escritores que, conforme as lições finais do falecido mestre modernista, julgavam-se “participantes”, “dotados de consciência social”. A referida publicação afirmava, ainda, que, por conta da “desordem reinante naquele pequenino espaço confinado”, eram vãos os esforços para que fosse lido o regulamento da entidade. O impasse, agravado pela violência e intimidação, teria forçado Álvaro Lins a interromper a sessão – reaberta pouco depois.

Estava claro que nenhum dos lados estava disposto a ceder. Segundo os registros dados por *Letras e Artes*, a massa comunista, com cerca de oitenta pessoas, comprimia um pequeno grupo de dezoito escritores ligados a Afonso Arinos que, horas antes, teria sido alertado por Moacir Werneck de Castro de que sua posse só ocorreria “sob a proteção da polícia”. Contudo, mesmo sem a solicitação de aparato policial, o presidente em exercício teria imposto o “respeito aos estatutos” e, assumindo “inteira responsabilidade” do ato que iria praticar, declarou empossada a nova diretoria. Tratava-se, no entender da reportagem, do resultado da firmeza, da serenidade e da energia daqueles poucos “democratas”, que não se teriam deixado abater frente às intimidações. Ao ato heroico dos últimos era contraposto o descontrole dos demais presentes e, principalmente, de Dalcídio Jurandir:

Em vão choveram sobre ele [Álvaro Lins] os ataques mais rudes. A posse estava perfeita e acabada. Em vão o sr. Dalcídio tenta um gesto de desespero: agarra do livro de atas e atira-o ao chão. Carlos Drummond de Andrade precipita-se para segurar o volume, que por pouco não seria rasgado ou jogado fora pelos “escritores” braçais. Nele figurava a ata da assembleia geral que proclamara eleita a chapa de Afonso Arinos, e compreende-se por que, chutando-o para os seus companheiros, procurasse Dalcídio inutilizá-lo.

Efetivamente, foram os embates em torno do livro de atas que expuseram a face mais trágica daquela disputa entre as duas chapas. O conflito, que até então se restringia a um ambiente de tensão, não extrapolando o limite da agressão verbal, avançou para o confronto físico. Apesar da variedade de relatos do que ocorreu, todos concordam que Drummond tornou-se o foco da violência dos comunistas e, neste sentido, eles apenas se complementam, agregando um ou outro detalhe ao acontecimento. Ainda de acordo com o suplemento *Letras e Artes*:

Trava-se então pequena batalha em torno do livro, que Drummond resolve não entregar de maneira alguma aos assaltantes. O pequeno grupo de Afonso Arinos defende o poeta desse assalto. Na salinha, chovem os insultos e os impropérios. Acusa-se Drummond de ter furtado o livro, de pretender levá-lo para casa, de querer viciá-lo...

– Não irei para casa nem levarei livro nenhum – responde o poeta da “Rosa do Povo”. Apenas, ficarei na sede da ABDE guardando os seus livros, como primeiro secretário empossado.

Os comunistas ficam de olho no poeta. Aqui e ali, esboçam-se pequenos conflitos. O sr. Floriano Gonçalves procura imprensar entre a parede e a mesa o sr. Hermes Lima. Porém o deputado socialista contorna a mesa, crava nela o cotovelo direito e, olhando nos olhos o sr. Floriano, pergunta-lhe incisivamente:

– Que é que há?

Silêncio do sr. Floriano.

– Que é que há? Insiste o membro do Conselho Fiscal, na mesma atitude grave.

O sr. Floriano não acha palavra para explicar-se, e a mesa deixa de ser empurrada. E o livro não foi arrebatado.

Afonso Arinos, segundo o mesmo relato, teria desistido de pôs ordem à situação, sacando de uma revista estrangeira e pondo-se a lê-la – ato de “serenidade” pelo qual ele teria sido cumprimentado por um adversário: “Afonso, felicito-o pela sua serenidade. De coração estou com você, mas por dever político tenho de ficar com os outros...”. O escritor mineiro também traria informações do ocorrido, procurando demonstrar não apenas a truculência de seus contendores, mas também a insatisfação de alguns deles (especificamente Graciliano Ramos) em terem que se prestar a tal papel, por estarem a serviço do partido:

[...] Quando Álvaro Lins comunicou a transmissão do cargo, nem pude proferir as palavras usuais de agradecimento. Dalcídio Jurandir, como se tivesse enlouquecido, começou a agitar histericamente os braços, berrando e nos insultando. Aí desabou o mundo em cima da gente. Uma senhora, levantando o dedo à altura do meu rosto, chamou-me de sujo e disse que eu estava na sua lista. Humberto Bastos interveio, conciliador: “Ele prefere estar no seu carnê de telefones...” Um sujeito louro e forte, falando mal o português (depois soubemos ser operário metalúrgico), tentou arrebatá-lo o livro de atas das mãos de Rubem Braga – que o defendeu ferozmente – e agrediu Carlos Drummond, que revidou com a faiscante violência de um galo de briga. Num relance distingi Humberto Bastos metendo o pé no ventre de um camarada que amontoou se contorcendo. Eu via diante de mim as fisionomias convulsas, em esgares e trejeitos, sujeitos que eu não conhecia, vociferando grosserias e ameaças. Um deles empurrou a mesa como que procurando nos espremer contra a parede. Hermes Lima, que, não sei como, lograva defender seu chapéu-de-chile, saltou com ele, muito limpinho, por cima da mesa e passou a berrar ao ouvido do tipo de cara bexigosa, que sorria. Comecei a perceber que tudo era fingido.

As ordens eram de gritar e insultar, mas não de nos agredir. Sem o quê, não se explicava que continuássemos ilesos, embora vilipendiados.

A zoeira era infernal, e durou várias horas. Parece absurdo, mas é verdade. Numa sala pequena, sessenta pessoas insultavam sete, que não reagiam, nem fugiam. Começavam, apenas, a se cacetejar. [Otto Maria] Carpeaux, com aquela alocação difícil, tentava chamar Graciliano [Ramos] à razão. O mestre de *Vidas Secas* parecia enojado de tudo, mas estava intratável. Tenho um retrato tirado em plena confusão, em que aparece Rodrigo [Melo Franco de Andrade], com cara de peixe, querendo

convencer Graciliano, com cara de gato, no meio da balbúrdia. Eu apareço meio entediado, de mãos nos bolsos, olhando a cara de Dalcídio, que gesticula.²⁵⁷

De acordo com Dênis de Moraes, a escritora que teria enfrentado Afonso Arinos era Alina Paim, reagindo com golpes de guarda-chuva, ao perceber que o escritor mineiro portava uma arma. O biógrafo do *Velho Graça* salienta que, contra Carlos Drummond e Rubem Braga, mobilizavam-se Dalcídio Jurandir, Maurício Vinhas e Victor Konder na tentativa de, a todo custo, tomar o livro de atas²⁵⁸. O último, aliás, nas palavras de José Maria Cançado, não se encontrava confortável com a missão que lhe haviam imposto:

Um sujeito recebeu a missão específica de provocar Drummond e tomar os livros das mãos dele. Seu nome era Victor Márcio Konder, um membro do partido, diretor da revista *Programas*. Victor Konder (já morto, e que era tio do filósofo Leandro Konder e do jornalista Rodolfo Konder), um tipo delicado, nada adequado àquele tipo de coisa, estava em pânico com a ordem que tinha recebido. Quando Drummond passou diante dele, Konder pediu os livros. Drummond disse que não entregava de jeito nenhum, apertando aquilo contra o peito, enquanto o seu oponente tentava puxar os livros sem conseguir. “No fundo”, lembra Fernando Segismundo, que presenciou toda a atracação, “mesmo nós, que éramos comunistas, ficamos muitos reconfortados com a bravura com que o Drummond reagiu, pois de qualquer maneira achávamos uma coisa muito esquisita fazer isso logo com ele, coitado”.²⁵⁹

Ainda segundo Cançado, foi “à custa de caneladas estupendas” que Drummond conseguiu manter a distância de seus adversários. Contudo, apesar de conseguir conservar a posse do fatídico livro de atas, o poeta mineiro não pôde evitar que o estrago se consumasse. Ele, próprio, em protesto às violências cometidas, lideraria o movimento de êxodo que, posteriormente, ocorreria na associação. Conforme a notícia exposta no início do segundo capítulo, ao final de abril, cerca de 400 escritores subscreveriam um manifesto em que declaravam o seu abandono da A.B.D.E..

De certa forma, confirmava-se os temores de Graciliano Ramos que, ainda preocupado com os embates travados durante o pleito realizado no fim de março, teria declarado ao filho, Ricardo Ramos: “Se amanhã eu estender a mão a Drummond, a Afonso, e eles me negarem cumprimento, que é que eu faço? Dou uma bofetada?”. A aflição do autor de *São Bernardo*

²⁵⁷ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A Escalada*: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, pp. 170-171. A referida fotografia pode ser observada no *Diário de Notícias*, ilustrando a manchete referente à reunião de posse da nova diretoria (ver Anexo 4).

²⁵⁸ MORAES, Dênis de. *O Velho Graça*. Uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 246.

²⁵⁹ CANÇADO, José Maria. *Os sapatos de Orfeu*: biografia de Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Globo, 2006, pp. 239-240.

resultava da constatação de que, a partir daquele momento, os comunistas estariam isolados, justamente por terem agido, no seu entender, de forma “burra”.²⁶⁰

Nos dias que se seguiram ao confronto, a imprensa publicou algumas notas em que se lamentava as violências praticadas durante a sessão de posse da nova diretoria, notadamente contra Carlos Drummond²⁶¹. Além disso, parecia ainda não haver consenso quanto ao futuro da entidade. A diretoria eleita considerava-se empossada, enquanto que seus adversários, mobilizados em torno do 2º secretário da gestão que se encerrava, Dalcídio Jurandir, convocava uma Assembleia Geral Extraordinária para o dia 25 de abril, com vistas a julgarem o mérito dos “votos por procuração”:

Em face do que dispõe a letra do Artigo 13 dos Estatutos da ABDE, o Sr. 2º Secretário torna público que se realizará no próximo dia 25, às 17 horas, na sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Praça Floriano, 7, 1º andar, a Assembleia Extraordinária convocada por dois grupos de 20 sócios, quites cada um, nos dias 26 de março e 7 de abril de 1949.

Faz saber também aos consórcios Álvaro Lins, Edison Carneiro e Rubem Braga, depositários dos livros de atas de Assembleias e reuniões de Diretoria e votos recebidos em separado, que no local e hora acima devem os referidos livros e demais documentos se acharem à disposição da Assembleia Extraordinária convocada.

A presente convocação sucederá uma segunda e última convocação, meia hora após o prazo da primeira, quando a Assembleia se reunirá com qualquer número de sócios quites presentes para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- a) – Julgamento da impugnação dos votos tomados em separado na Assembleia Geral – Ordinária realizada em 26 de março de 1949 e debate da ata;
- b) Proclamação e posse da Diretoria e Conselho Fiscal eleitos.²⁶²

A resposta de Afonso Arinos não tardaria e, em carta ao *Diário de Notícias*, declarou ilegal a convocação daquela assembleia:

Tendo sido estampada na imprensa matutina de hoje, uma convocação de assembleia geral da Associação Brasileira de Escritores, peço-lhe por obséquio de divulgar o seguinte, a fim de evitar equívocos e confusões.

1º – O signatário, sr. Dalcídio Jurandir, que se intitula 2º secretário da A.B.D.E. e nesta qualidade assina a convocação, teve o seu mandato terminado com a eleição e posse da nova diretoria nos termos dos Estatutos;

2º – A pretensa assembleia geral ora convocada o foi com infração frontal do art. 11, letra “e”, do Regimento Interno da A.B.D.E., que determina expressamente caber ao presidente da entidade a convocação e a presidência das assembleias gerais;

²⁶⁰ RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. São Paulo: Globo, 2011, pp. 168-169. Nas palavras de Moacir Werneck de Castro, citadas por Dênis de Moraes: “Aquilo tudo, na verdade, era uma violência para Graciliano, um homem delicadíssimo no trato com os amigos e que normalmente nem iria lá. Foi porque o convocaram” (*apud* MORAES, Dênis de. *O Velho Graça*. Uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, p. 247).

²⁶¹ Ver, por exemplo, os artigos de Domingos Carvalho da Silva (“Esoterismo, Pacifismo e Divórcio”. In: *Jornal de Notícias*. 10 de abril de 1949, p. 3) e Rubem Braga (“Belo Resultado”. In: *Diário de Notícias*. 9 de abril de 1949, Primeira Seção, p. 3).

²⁶² “Associação Brasileira de Escritores”. In: *Diário de Notícias*. 23 de abril de 1949, Segunda Seção, p. 1.

3º – À vista do exposto, tendo em consideração os Estatutos e o Regimento, leis da Associação, a chamada assembleia geral, convocada contra disposição legal expressa por quem não tem qualidade para fazê-lo, não passará de um ajuntamento ilícito, incapaz de qualquer resolução válida.²⁶³

O tom de repúdio demonstrado pela “carta-resposta”, aparentando certo ânimo de Arinos para combater mais aquela tentativa de manobra dos comunistas, contrastava com as notícias trazidas pelos jornais desde o dia 17 de abril, em que se anunciava a intenção dele e de outros escritores em abandonar a associação. Segundo publicações cariocas e paulistas, aliado ao processo de saída de alguns escritores da agremiação, planejava-se a formação de uma nova entidade, integralmente voltadas aos interesses de classe, e que prezasse por um caráter apolítico²⁶⁴. Ainda que este último projeto tenha se realizado, a princípio, apenas em São Paulo, fato é que, em 28 de abril, centenas de homens e mulheres de letras abdicaram de sua condição de sócios da A.B.D.E., em solidariedade à renúncia da diretoria eleita e, para alguns, reconhecidamente empossada.²⁶⁵

O texto de justificativa, já esboçado em páginas anteriores, retomava os conflitos que marcaram não somente as eleições de março de 1949, mas também a tensão em torno da qual ocorrera o Segundo Congresso, em outubro de 1947. Na visão de seus signatários, a entidade estava tomada por um espírito sectário, com questões de ordem política e partidária se sobrepondo aos interesses profissionais dos escritores. Ao que parece, aquele se tratava de um momento limite, de modo que as investidas comunistas – notadamente a última, em que se tentou, uma vez mais, invalidar a vitória de Afonso Arinos – já não permitiam qualquer possibilidade de convivência e negociação.

Houve, efetivamente, quem se colocasse contra a ação de renúncia. Joel Silveira, por exemplo, criticava “o desalentador expediente de um recolhimento cauteloso, de uma pitoresca capitulação após a vitória”, ao invés “do combate franco, da luta sem desânimo”. Para ele, ainda que os membros ligados ao comunismo estivessem interessados em partidarizar a associação, era inconcebível a ideia de que os mesmos fossem atentar contra qualquer tipo de conquista profissional, legal e material dos escritores, de modo que o receio dos renunciantes quanto a isso não seria justificável.

²⁶³ “Ilegal a convocação da assembleia geral”. In: *Diário de Notícias*. 24 de abril de 1949, Segunda Seção, p. 1.

²⁶⁴ Ver “Movimento pró-fundação de uma nova associação de escritores”. In: *Folha da Manhã*. 17 de abril de 1949, Primeiro Caderno, p. 3; “Vai mesmo ser dissolvida a Associação Brasileira de Escritores”. In: *A Manhã*. 17 de abril de 1949, p. 1; e “Noticiário”. In: *Diário de Notícias*. 17 de abril de 1949, Quarta Seção, p. 3.

²⁶⁵ Ver “Renunciam os membros da diretoria e do Conselho Fiscal da A.B.D.E.”. In: *Folha da Manhã*. 29 de abril de 1949, Primeiro Caderno, p. 3; “Renunciou a diretoria da Associação Brasileira de Escritores”. In: *Diário de Notícias*. 29 de abril de 1949, Primeira Seção, p. 2 e 6; “Desfecho da crise na A.B.D.E.”. In: *Correio da Manhã*. 29 de abril de 1949, p. 3; e “Fim da A.B.D.E.”. In: *Suplemento Letras e Artes de A Manhã*. 1º de maio de 1949, p. 5.

Além disso, o surgimento de novas entidades apenas tornaria mais confusa e difícil a luta pela melhora das condições dos homens e mulheres de letras do país. Na opinião de Silveira, restaria ainda um último problema, que seria justamente obter o devido respaldo da grande massa de profissionais da pena que havia se empenhado na defesa da chapa de Afonso Arinos e que, sem ser integralmente consultada, teria que assistir o abandono do barco por parte daqueles em quem votou. Em suas palavras, a capitulação constituía um desastre, onde somente os escritores perderiam.²⁶⁶

No entanto, a cisão estava consumada. O processo de esfacelamento da A.B.D.E., visto aqui como resultado direto da desmobilização do esforço antifascista e antivarguista, bem como em razão do agravamento das tensões entre Estados Unidos e União Soviética (já no contexto da Guerra Fria), encontrava o seu termo. Se em janeiro de 1945, exaltava-se o espírito gregário, em prol de uma intelectualidade autônoma e participativa; nos meses e anos subsequentes, o que se notou foi justamente o afastamento paulatino entre os vários grupos que compunham a inteligência do país, com impacto direto no senso unitário dos escritores. A sua entidade representativa tornou-se, provavelmente, um dos palcos principais de uma disputa que, longe de ser cultural, pautava-se quase que exclusivamente nas diferenças ideológico-partidárias de seus membros. Em vista das posições cada vez mais radicais de parte a parte, a ação conjunta tornou-se inviável e a separação inevitável. A partir dali, apenas uma das facções sobreviveria no interior da agremiação. Isolados, os novos mandatários, atuando segundo os critérios impostos pelo PCB, comandariam a esvaziada, criticada e ineficaz A.B.D.E. durante seus anos finais.

²⁶⁶ SILVEIRA, Joel. “Não há motivo para a renúncia”. In: *Diário de Notícias*. 24 de abril de 1949, Primeira Seção, p. 2. Ver também os outros artigos do mesmo autor, “Minueto de lá” (In: *Diário de Notícias*. 30 de abril de 1949, Primeira Seção, p. 2) e “Luta e ourivezaria” (*Diário de Notícias*. 4 de maio de 1949, Primeira Seção, p. 2), em que ele reafirma seu ponto de vista acerca da saída, já consumada, dos escritores da A.B.D.E..

4. UMA ENTIDADE ISOLADA E ESVAZIADA: A A.B.D.E. SOB A BATUTA COMUNISTA

A história da Associação Brasileira de Escritores após a cisão de abril de 1949 ficou marcada pelo controle exercido pelos comunistas no interior da entidade. Com a retirada de centenas de sócios – acompanhando o grupo liderado, entre outros, por Carlos Drummond de Andrade – abriu-se o caminho para que o PCB conseguisse transformar a agremiação em uma de suas plataformas de ação. Em razão disso, as iniciativas da A.B.D.E. do Distrito Federal passaram a ser pautadas segundo a política cultural do partido, articulada diretamente com os princípios do “realismo socialista”, mais especificamente em sua linha zdanovista.

Neste sentido, o presente capítulo abordará três grandes congressos realizados pela associação, dois nacionais (em Salvador e Porto Alegre) e um regional (em São Paulo), em que os discursos em favor da Paz e contra o Imperialismo (tão caros aos comunistas), se efetivaram na linha de frente da A.B.D.E.. Ao mesmo tempo, procurar-se-á demonstrar como isso gerou o isolamento da entidade e a sua perda de legitimidade ante os demais escritores do país, não afinados com o PCB. Tal processo, por sua vez, motivaria a criação de outras sociedades de classe dedicadas à causa dos profissionais das letras. Por fim, será abordado o movimento de autocritica dos partidários do comunismo, principalmente a partir de 1956, e a forma como isso possibilitou a reaproximação dos intelectuais brasileiros e, no caso dos homens e mulheres de letras, a rearticulação de um novo órgão associativo, em 1958, conhecido como União Brasileira de Escritores.

Evidentemente, os partidários da chapa de Homero Pires não vislumbravam esse fim melancólico da entidade quando se envolveram na luta para vencer o pleito contra Afonso Arinos e, após a derrota nas urnas, impedir a posse do candidato eleito. O resultado das manobras de ambos os grupos foi, como se pôde observar há pouco, um momentâneo vácuo de poder na seção carioca da associação. A assembleia extraordinária marcada para o dia 25 de abril referendou uma decisão previamente e “violentamente” assumida por seus orquestradores comunistas, ou seja, a de negar os controversos “votos por procuração” que haviam garantido a vitória de seus adversários nos dias finais de março.

Conforme já se tentou demonstrar anteriormente, não cabe aqui avaliar a sordidez desta ou daquela chapa em disputa, uma vez que ambas tentaram se utilizar de subterfúgios para obter vantagens ou manobrar a seu bel prazer o processo de escolha da nova diretoria. O fato, contudo, é que, diante dos confrontos ocorridos e da consequente renúncia dos vencedores e seus aliados da A.B.D.E., as decisões da mesma ficaram por conta dos que

permaneceram, não coincidentemente aqueles majoritariamente ligados aos interesses do PCB.

Neste sentido, os comunistas procuraram justificar-se, afirmando que suas ações não escapavam às prerrogativas estatutárias da associação, de modo que não haveria razões para a saída de tantos escritores dos quadros da entidade, avaliada como mais uma tentativa ilegal de assumir o comando da mesma. Se, de acordo com o manifesto do grupo dissidente, a sua retirada nada mais era do que uma reação aos esforços de alguns de seus confrades para transformar a agremiação em um espaço eminentemente político; por outro lado, procurava-se desqualificar esse ato de renúncia, lembrando que uma diretoria não poderia abdicar de uma posição que nunca havia sido efetivamente dela.

Edison Carneiro, Nilo Werneck e Miguel Costa – respectivamente, presidente e secretários da Mesa que coordenou os trabalhos durante a assembleia que “avalizou” a validade ou não dos “votos por procuração” – em nota publicada na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro²⁶⁷, considerou que a marcação da posse de Afonso Arinos para o dia 7 de abril, bem como a declaração de Álvaro Lins de que seu mandato estava terminado, não passavam de ações oportunistas, em vista do fato de que o processo eleitoral ainda não havia sido finalizado. Sem que os números obtidos pelos candidatos fossem confirmados, não poderia ser empossada a nova diretoria.

De acordo com a nota, a reunião extraordinária da associação deliberou – como não poderia deixar de ser – pela anulação dos votos dados em separado, o que inverteu o resultado preliminar da eleição, agora com a vitória de Homero Pires por uma ampla margem. Segundo seus autores, a “renúncia” dos membros da outra chapa, agora derrotada, não passava de uma “saída fácil” dos mesmos ante um impasse que eles mesmos haviam criado, de maneira que a repercussão negativa dada aos rumos da A.B.D.E. não corresponderia a realidade dos fatos ocorridos.

Finalmente, em 21 de maio, Pires e os demais membros de seu grupo tomaram posse dos cargos diretivos da seção do Distrito Federal da A.B.D.E.²⁶⁸, inaugurando uma sequência de diretorias dominadas por elementos ligados ao PCB, que se estenderia até o momentos finais da agremiação, desaparecida definitivamente em 1958. Ainda assim, os momentos altos da mesma, já sob o controle dos comunistas, ficariam por conta apenas de seus dois congressos nacionais, realizados entre 1950 e 1951. Nos anos seguintes, a associação se veria

²⁶⁷ “A verdade sobre a A.B.D.E.”. In: *Gazeta de Notícias*. 8 de maio de 1949, p. 4.

²⁶⁸ “Tomou posse a nova Diretoria da Associação Brasileira de Escritores”. In: *Gazeta de Notícias*. 22 de maio de 1949, p. 2.

cada vez menos efetiva na defesa dos escritores, rivalizada pelo surgimento de outras entidades, a maior parte de caráter regional, que auxiliaram na sua gradativa desmobilização e perda de legitimidade – já muito desgastada.

Cumpre salientar que, após o término da gestão de Homero Pires, marcada, principalmente, pelo adiamento do Terceiro Congresso Brasileiro de Escritores – agendado, originalmente, para o próprio ano de 1949 – seguiram-se outras duas diretorias de destaque, cada uma delas responsável pela realização de um novo encontro nacional dos sócios da A.B.D.E.: a primeira, comandada por Alvaro Moreyra, entre 1950 e 1951²⁶⁹; e a segunda, liderada por Graciliano Ramos, que foi eleito para o cargo de presidente em duas eleições seguidas, em 1951 e 1952²⁷⁰ (tendo, inclusive, visitado a União Soviética na condição de presidente da associação²⁷¹). E é justamente acerca desses últimos momentos marcantes da entidade que o presente capítulo se dedicará, procurando não apenas demonstrar as peculiaridades desse novo momento da agremiação, mas também o seu gradual esfacelamento.

4.1. Os congressos de Salvador, São Paulo e Porto Alegre

Entre 1950 e 1951, a A.B.D.E. realizaria três conclaves de grande repercussão interna. Além dos encontros nacionais, em Salvador e Porto Alegre, respectivamente, a seção regional de São Paulo também promoveria um encontro próprio. Em vista dos acontecimentos de 1949 e os desdobramentos que os mesmos tiveram na relação entre os membros da entidade, os congressos acabaram podem ser pensados como uma tentativa dos novos mandatários da associação de reafirmar a sua posição ante não apenas a categoria dos escritores, mas fundamentalmente em relação à sociedade e ao poder público, conforme a memória construída em torno da ação da agremiação contra o Estado Novo.

A dificuldade, evidentemente, reside na escassez de fontes acerca desses eventos, uma vez que, caída nas mãos de pessoas ligadas ao comunismo, a A.B.D.E. perdeu grande parte do espaço que tinha anteriormente nas páginas dos jornais de grande circulação. Nesse sentido, o grosso das informações referentes ao período pode ser encontrado em publicações outrora comprometidas com o PCB. Estas, por sua vez, ao mesmo tempo em que revelam a visão que os comunistas tinham dos congressos, também elucidam importantes acontecimentos que

²⁶⁹ “Eleição da nova diretoria da ABDE”. In: *Diário de Notícias*. 16 de março de 1950, Primeira Seção, p. 3.

²⁷⁰ “Associação Brasileira de Escritores”. In: *Diário de Notícias*. 16 de março de 1950, Segunda Seção, p. 4.

²⁷¹ Acerca da viagem de Graciliano Ramos à União Soviética, em 1952, ver MORAES, Dênis de. *O Velho Graça*. Uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, pp. 267-279.

encaminharam o fim da entidade, com destaque para os embates entre a diretoria da seção carioca e a seção paulista.

Ao longo dessa curta trajetória, ficará demonstrada a forma como a associação foi envolvida na chamada “luta pela paz”, estabelecendo uma crítica aberta ao uso de armas nucleares, até então monopolizado pelos Estados Unidos. Por essa via, os discursos dos porta-vozes da entidade tinham como mote o papel dos homens e mulheres de letras na conscientização das massas quanto aos riscos que um novo conflito mundial poderia trazer para o país, de modo que a mesma se mobilizasse contra as supostas políticas de guerra do governo brasileiro, forçando-o a investir seus recursos em iniciativas de âmbito cultural e educacional.

Ressurgia a ideia de uma função do intelectual, porém não mais ligada apenas a valores como liberdade e democracia, uma vez que estas somente seriam possíveis em um ambiente pacífico. Àqueles que não estivessem imbuídos nesse ideal e, portanto, alheios ao esforço pela paz, restava a imagem de traidores, agentes da reação que, fiéis aos interesses do “imperialismo norte-americano”, estariam sabotando o progresso do país em benefício do capital internacional. No exercício crítico que se estabeleceu entre os sócios da A.B.D.E., nomes como os de Antonio Candido, Mário Neme, Lourival Gomes Machado e, principalmente, Sérgio Milliet, não foram poupados. Confirmando o que muitos desses escritores anteviram no contexto da crise que culminou nas violências de março de 1949, a entidade tornava-se um espaço de debate eminentemente político, de maneira que os dilemas de ordem profissional foram, efetivamente, postos em segundo plano.

4.1.1. O III Congresso Brasileiro de Escritores

Em março de 1950, a revista *Fundamentos* anunciava a articulação das 13 seções que compunham a A.B.D.E. para a realização do terceiro conclave da agremiação, a realizar-se durante a primeira quinzena de abril daquele ano. Segundo a publicação, tratava-se de um “fato da maior importância não somente para a cultura brasileira mas, também, para a vida política da nação”, posto que o momento era de ameaça às “liberdades públicas” por parte de uma “descarada preparação guerreira” na qual se estaria procurando envolver o país. Em razão disso, tornar-se-ia imperativo um “pronunciamento corajoso dos intelectuais

brasileiros”, os quais se encontrariam “à frente da luta pela paz, pela defesa da soberania nacional e da democracia”.²⁷²

Em enquete realizada entre alguns nomes das letras paulistas, intimamente ligados à ideologia predominante na entidade, repetia-se a ideia de que o congresso representava justamente uma oportunidade para que os escritores determinassem sua posição a favor ou contra “sua pátria”. Enquanto escritores como Fernando Góes, Jamil Almansur Haddad, Herculano Torres Cruz, José Eduardo Fernandes, Helena Silveira e Caio Prado Junior procuravam evidenciar o valor do conclave como uma ação contra as leis de Segurança e de Imprensa que circulavam na Câmara dos Deputados e que, evidentemente, representavam um atentado à liberdade de expressão de ideias; outros como Ruy Barbosa Cardoso e Artur Neves atentavam para os riscos que os interesses estrangeiros representavam para o Brasil. Neste sentido, as palavras do último eram elucidativas:

[...] No momento em que o imperialismo norte-americano tenta arrastar o nosso país a uma aventura guerreira contra os povos da União Soviética e das Democracias Populares, e em que um governo ditatorial e arbitrário tenta esmagar as últimas liberdades públicas e prosseguir numa política “entreguista” e de vassalagem aos provocadores de Wall Street, torna-se necessária a reunião de todos os escritores brasileiros num amplo e democrático congresso, a fim de que estes possam manifestar o seu repúdio à guerra e o seu amor à liberdade.

Os prognósticos realizados davam conta de um evento de cunho eminentemente político, ainda que o temário oficial do congresso extrapolasse tal visão, apontando para outras questões, relacionadas diretamente com os velhos e ainda presentes dilemas econômicos e profissionais dos escritores brasileiros. Neste sentido, os pontos básicos a partir dos quais as teses deveriam se pautar eram, respectivamente: Direitos Autorais; Intercâmbio Cultural; O Escritor e a Defesa da Liberdade; A Difusão do Livro e a Situação Econômica do País; O Livro Didático; Teatro, Rádio, Imprensa e Cinema; Problemas da Arte Literária; O Escritor e a Paz.²⁷³

Contudo, os poucos artigos e declarações públicas em torno da realização do conclave refletiam ainda os efeitos da cisão ocorrida nos primeiros meses de 1949. Diferentemente do que ocorrera no ano anterior, o foco desta feita recaía sobre a seção paulista da A.B.D.E. que, aparentemente, não enviaria uma delegação a Salvador²⁷⁴. O não reconhecimento da diretoria do Distrito Federal comandada por Homero Pires era, sem sombra de dúvida, a principal

²⁷² “III Congresso de Escritores Brasileiros”. In: *Fundamentos*. n. 13. Março de 1950, pp. 11 e 14.

²⁷³ “Terceiro Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Diário de Notícias*. 26 de fevereiro de 1950, Segunda Seção, p. 5.

²⁷⁴ “Congresso de Escritores na Baía”. In: *Folha da Manhã*. 9 de março de 1950, Primeira Caderno, p. 4.

razão pela qual parte dos escritores de São Paulo não estava disposta a tomar parte no terceiro congresso. Em nota apresentada pelo *Correio da Manhã* em suas páginas editoriais, nos dias finais de março de 1950, os questionamentos à autoridade dos mandatários da entidade se tornavam mais explícitos:

Comparecimento pedido por quem? Congresso convocado por quem?

As seções estaduais da Associação Brasileira de Escritores gozam de perfeita autonomia. Só conforme um direito consuetudinário concedeu-se à carioca o privilégio de falar o nome de todas as congêneres. Será, portanto, ela que convoca o Congresso, chamando as regionais? Se é, que se lhe responda, que a Seção Carioca da Associação Brasileira de Escritores não existe.

No intuito de evitar qualquer polêmica de sabor odioso, resumimos apenas os fatos. No ano passado, a seção carioca da ABDE elegeu, com maioria dos votos, nova diretoria. Foi tomado conhecimento do recurso da parte da minoria vencida, para a nova assembleia geral. Em vez de aguardar, porém, a reunião e deliberação dessa assembleia, a minoria resolveu impedir a posse da nova diretoria. Usou, para tanto, da força física de uma “brigada de choque”. Depois dessa façanha, o segundo secretário da diretoria demissionária arrogou-se o direito de convocar, por sua vez, nova assembleia que escolheu nova diretoria – justamente aquela que fora derrotada na eleição verdadeira. Não puderam, aliás, fixar esse ato arbitrário nos livros da Associação porque não dispõem desses livros. No entanto, continuou a manejar os dinheiros da ABDE, atitude que, se fosse assumida numa sociedade anônima qualquer, teria consequências perante o foro criminal. Mas nem se sabe quem está agindo assim. O vice-presidente e o segundo secretário, membros da diretoria tumultuariamente eleita e empossada, já se demitiram, ao passo que o próprio presidente e um dos integrantes do conselho fiscal se abstêm de participar das deliberações. De modo que os convites da ABDE, seção carioca, são assinados por uma “Diretoria” anônima, de qualquer maneira sem poderes para agir.²⁷⁵

A pertinência das informações finais do texto não pôde ser verificada, pela própria ausência de fontes que tragam respostas diretas às referidas acusações. De toda forma, resta salientar a negativa de alguns setores da A.B.D.E. em seguir as orientações da diretoria nacional, por não considerá-la legítima. Por conta disso, novos conflitos surgiram no contexto da seção de São Paulo, reacendendo as disputas presentes no contexto da escolha de Sérgio Milliet para a presidência da mesma durante o pleito contra Caio Prado Júnior, no ano anterior.

Conforme se observou há pouco, nos depoimentos prestados à *Fundamentos*, alguns escritores paulistas mostravam disposição para participar do encontro na Bahia, ainda que isso estivesse seguindo um movimento contrário às deliberações de alguns de seus diretores. No quadro de luta que começava a se desenhar, foram vários os mandos e desmandos, de modo que, enquanto as antigas lideranças da seção paulista procuravam vetar a ida de uma

²⁷⁵ “ABDE?”. In: *Correio da Manhã*. 24 de março de 1950, p. 4.

delegação para Salvador, a diretoria recém-eleita convocava uma assembleia extraordinária às vésperas do evento para a eleição de representantes do Estado no congresso.²⁷⁶

Vale dizer que também em Pernambuco e Minas Gerais, as seções locais da A.B.D.E. se recusaram a atender à convocação vinda do Distrito Federal. No primeiro caso, aliás, foi divulgado um manifesto em que se denunciava a tendência eminentemente política do congresso, em detrimento daquilo que seriam os reais interesses dos escritores, a saber, a definição de uma lei dos direitos autorais e a melhoria econômica e profissional daqueles que se dedicavam à escrita:

A Associação Brasileira de Escritores, seção de Pernambuco, vem definir a sua orientação no atual momento, quando exclusivismos político-partidários estão procurando interferir na vida das organizações culturais do país.

Órgão representativo de uma classe, o seu dever primordial é a defesa dos seus representados, o seu objetivo imediato é a permanente assistência ao pleno exercício dos direitos profissionais do escritor. E para alcançar esses superiores propósitos, pautará a sua norma de conduta dentro dos esclarecidos princípios que norteiam os agrupamentos de formação nitidamente cultural.

A vida dos escritor e a inevitável influência de suas obras na cultura dos povos estariam deformadas, sem o seu verdadeiro conteúdo, se meios de coerção e exigências de ordem extraconstitucional viessem impedir ou mesmo controlar a ação do pensamento no desenvolvimento da sociedade da qual participa. Nas verdadeiras democracias, onde a opinião pública é prestigiada e exerce a sua função fiscalizadora, nenhum direito se reveste de maior e de mais relevante importância do que a liberdade de pensamento.

Por maior ressalva de sua autoridade e plena isenção de ânimo, a A.B.D.E. seção de Pernambuco, se distanciará das divergências político-partidárias das manifestações de cunho religioso e das controvérsias em matéria de filosofia, para se preocupar exclusivamente com os problemas que digam de perto sobre a vida do escritor e a sua total liberdade no exercício da profissão. Não conhecerá das dissensões grupais nem jamais patrocinará, com a sua solidariedade, atitudes cuja origem não sejam os interesses prejudicados do escritor e a defesa de sua ação cultural no seio da comunidade. A sua preocupação em primeiro plano serão as questões de urgência que vêm cada dia, tornando mais difícil a existência dos que escrevem neste país, principalmente os que residem na província.

Dessa linha de conduta, dentro das determinantes de seu programa, ela não se afastará, quaisquer que sejam as solicitações de fora, certa de assim cumprir o seu dever.

(ass) Aderbal Jurema, presidente; Amaro Quintas, vice-presidente; Carlos Moreira, 1º secretário; Jonas Ferreira Lima, 2º [secretário]; Ivonildo de Souza, tesoureiro.²⁷⁷

O caso de São Paulo, no entanto, tornou-se paradigmático, pois reacendeu o ímpeto separatista entre os sócios da entidade. As acusações entre os mesmos se acirraram, na medida

²⁷⁶ “Aos escritores de São Paulo”. In: *Folha da Manhã*. 13 de abril de 1950, Segundo Caderno, p. 6.

²⁷⁷ “Denunciado pela A.B.D.E. de Pernambuco o Congresso da Bahia”. In: Suplemento *Letras e Artes* de *A Manhã*. 16 de abril de 1950, p. 2. Apesar das negativas de suas respectivas seções da associação, Pernambuco e Minas Gerais contaram com representantes em Salvador, ainda que em número bem menor do que em outras oportunidades. Provavelmente, a exemplo do que ocorreria em São Paulo, as delegações foram formadas de forma autônoma.

em que foi divulgado um “Boletim da Comissão Paulista do IIIº Congresso Brasileiro Escritores” (ver Anexo 5). A publicação, produzida sob a direção de Jamil Almansur Haddad e Rossine Camargo Guarnieri e que, aparentemente, contou com um único número, trazia um breve manifesto em que se criticava a deserção e o comodismo, exaltando o atendimento de alguns escritores paulistas ao “dever impostergável, diante das ameaças de toda espécie” que vinham “gravando o livre desenvolvimento da cultura nacional”. Tratava-se, no entender do texto, de uma ação coerente daqueles homens e mulheres de letras, seguidores de uma “tradição dignificadora de luta pelas liberdades públicas” que, uma vez violadas, interfeririam diretamente no ofício da escrita.²⁷⁸

Com base nisso, convocava-se os escritores do interior do Estado para que os mesmos procurassem se organizar e tomar parte na formação da delegação paulista. Alguns depoimentos, notas e artigos também eram publicados, no sentido de exaltar a realização do congresso, com destaque para um texto de Astrojildo Pereira, em que se procurava apontar não apenas as virtudes do evento no contexto nacional e internacional, mas acima de tudo os riscos que uma atitude “apolítica” representaria para os interesses do país:

[...] o que desejo acentuar, por agora, é o seguinte: os falsos democratas, se bem que explorando sempre o falso “princípio” do “apoliticismo”, viram-se forçados a botar abaixo a máscara, aparecendo em público tais quais são na realidade – agentes da reação, agentes das classes dominantes, agentes do imperialismo. E quanto mais se agrava, no mundo e em nosso país, a luta entre os dois campos, mais e mais se mostram eles fieis servidores do campo reacionário, mesmo (ou talvez sobretudo) quando fingem desprezo pelas lutas futuras.

Nesta situação vai reunir-se, proximamente, o III Congresso Brasileiro de Escritores. Vai reunir-se na Bahia, terra de Gregório de Matos, Cipriano Barata e Castro Alves, e durante a semana que recorda a execução de Tiradentes. Será um Congresso de inteligência livre e militante do Brasil, um Congresso de escritores brasileiros que se honram de aparecer e trabalhar como verdadeiros intérpretes do povo brasileiro, ou seja, como intérpretes das suas dores, das suas revoltas e das suas esperanças.

A divisão do mundo em dois campos hostis reflete-se também, de maneira nítida, em nosso pequeno “mundo literário, ou artístico e científico”: de um lado, os escritores, artistas e cientistas que fazem da sua obra uma arma de luta a serviço do povo, do progresso da nossa terra, da paz e da liberdade, empenhando-se com as camadas mais combativas de nosso povo, na histórica batalha pela independência nacional; do outro lado, os tristes exemplares de uma inteligência em decomposição, os sibaritas, os acomodados, os romancistas e poetas da decadência feudal-burguesa, os eruditos de um fichário que mais parece um fichário de polícia, os autores de narcóticos para a gente “bem”, os melancólicos palhaços da “arte-pela-arte”, e outros vários escribas com irresistível vocação para “bobos do rei”, que hoje empregam as suas habilidades no divertimento dos reis da finança, da indústria e do latifúndio.

No Congresso da Bahia se reunirão os herdeiros de Gregório de Matos, de Cipriano Barata, de Castro Alves – os herdeiros do que há de mais vivo e progressista

²⁷⁸ “Manifesto”. In: *O IIIº Congresso*. Março de 1950, p. 1. CEDEM, ASMOB, Arquivo Astrojildo Pereira (1890-1965). Republicado, assim como todo o restante do conteúdo do Boletim, na já citada edição de abril da Revista *Fundamentos*.

na cultura brasileira, que deve ser uma autêntica cultura do povo e para o povo e não uma falsa cultura de privilegiados e para privilegiados.²⁷⁹

Desenhava-se um discurso que persistiria durante os próximos eventos da associação, no qual era feita a crítica aos grupos que não se adequavam à lógica dos comunistas que, gradativamente, assumiam o controle da mesma. Conforme se poderá observar mais adiante, simultaneamente à definição de um modelo de ação e criação aos sócios da entidade, também se estabelecia o seu contraponto, identificado como um ato de traição ao que se entendia como sendo a função do intelectual. E foi justamente na controvérsia em torno da participação ou não dos escritores de São Paulo no terceiro congresso da agremiação que essa dualidade tornou-se mais evidente.

Aparentemente, os sócios da entidade paulista não enviaram qualquer representação oficial ao conclave, de modo que aqueles que se dirigiram à Bahia o fizeram de forma independente. Segundo Galeão Coutinho, em declarações prestadas à *Folha da Manhã*, ainda que a seção de São Paulo não pudesse, por razões outras, ter uma delegação presente ao evento, não era admissível que os escritores do Estado abrissem mão de participar do encontro.²⁸⁰

Meses após o congresso, essas “razões outras” seriam esclarecidas por Rossine Camargo Guarnieri, em extenso artigo para *Fundamentos*²⁸¹. Sem desconsiderar o elemento tendencioso do texto, vale dizer que as informações do escritor comunista ajudam a compreender os motivos regimentais que, em tese, impossibilitaram o envio de delegados da seção paulista. De acordo com ele, os problemas teriam se originado por conta de uma “manobra” da diretoria anterior, liderada por Sérgio Milliet e Mário Neme, durante a reforma dos estatutos da entidade, especificamente em sua seção regional:

A manobra, como se verificou posteriormente à confissão pública de divisionismo, foi realizada da seguinte maneira: ao passar para o livro de atas o texto do Estatuto então reformado, coube a Antônio D’Elia (comparsa de Sérgio Milliet e Mário Neme) secretário da então diretoria, alterar, sutilmente, o nome da entidade que, de “ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES (SEÇÃO de S. Paulo)”, passou, por um golpe de mágica, a denominar-se apenas “Associação Brasileira de Escritores de S. Paulo”...

²⁷⁹ “Manifesto”. In: *O IIIº Congresso*. Março de 1950, p. 6. CEDEM, ASMOB, Arquivo Astrojildo Pereira (1890-1965).

²⁸⁰ “Eleitos os delegados de São Paulo ao Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 14 de abril de 1950, Primeiro Caderno, p. 3.

²⁸¹ GUARNIERI, Rossine Camargo. “A verdade sobre a Associação Brasileira de Escritores de São Paulo”. In: *Fundamentos*. n. 16. Julho/Agosto de 1950, pp. 25-27.

A reforma estatutária, promovida durante assembleia realizada em 13 de outubro de 1949²⁸², teria servido, portanto, de mote para a negativa da seção paulista ao envio de delegados para o congresso da Bahia, sob a alegação de que a mesma não mais estava ligada à entidade do Distrito Federal. Guarnieri afirmava que a constatação da mudança de nome, e as consequências que a mesma trouxe, surpreendeu muitos dos sócios, uma vez que, segundo ele, jamais os associados teriam sido convocados “para o fim expresso de reformar os estatutos, com o propósito de desmembrar a Associação Brasileira de Escritores”.

Os aventureiros haviam suprimido da ata a palavra “SEÇÃO”, que dava à entidade paulista, desde a sua fundação, o caráter de parte ESTADUAL de um todo NACIONAL, pretendendo, com essa manobra sorrateira e cavilosa, ludibriar a boa fé de cerca de seiscentos associados que NÃO FORAM CONVOCADOS PARA AQUELE FIM CRIMINOSO e nem delegaram poderes para meia dúzia de chantagistas mascarados de escritores desmantelar a sua entidade de classe e transformá-la em valhacouto de negociatas e provocadores! O pretenso desligamento da Seção paulista era, assim, fruto de um embuste, por isto mesmo, ilegal e de nenhum efeito.

Ainda assim, a diretoria eleita no início de 1950, sob o comando de José Geraldo Vieira²⁸³ – entusiasta do congresso e, portanto, afeito a ideia de que houvesse uma delegação paulista ao evento – procurou remediar a situação, convocando para o dia 13 de abril, dias antes do conclave, uma assembleia extraordinária, com a finalidade de eleger os representantes de São Paulo ao encontro em Salvador. No entanto, tanto o presidente recém-eleito como também seu primeiro secretário renunciaram aos cargos²⁸⁴, abrindo caminho para que os remanescentes do antigo grupo diretor cancelassem a convocação. Dessa forma, ainda que a reunião para a escolha de delegados do Estado ao evento tivesse se realizado, ela não o foi oficialmente, tendo ocorrido à revelia das determinações daqueles que estavam à frente da entidade, agora presidida por Sérgio Buarque de Holanda.

Por conta dessa disputa que, conforme se pôde observar, foi recheada de manobras, São Paulo esteve próximo de não ter representação no congresso nacional da A.B.D.E.. Para

²⁸² “Reforma dos Estatutos da A.B.D.E.”. In: *Folha da Manhã*. 24 de setembro de 1949, Primeiro Caderno, p. 4.

²⁸³ “Eleita a diretoria da A.B.D.E. para o corrente ano”. In: *Folha da Manhã*. 10 de fevereiro de 1950, Primeiro Caderno, p. 3. O restante dos cargos foi ocupado por Américo Brasiliense de Moura (vice-presidente), José Escobar Faria (1º secretário), Cesar Arruda Castanho (2º secretário), Ernani Silva Sobrinho (tesoureiro) além de Sérgio Buarque de Holanda, Osmar Pimentel, Carlos Burlamaqui Kopke, João de Souza Ferraz e Joaquim José Vieira Neto (Conselho Fiscal). Vale frisar que José Geraldo Vieira encabeçava duas chapas diferentes, de modo que seu nome também era proposto para o cargo de presidente em um grupo formado por Caio Prado Junior (vice-presidente), Rossine Camargo Guarnieri (1º secretário), Afonso Schmidt (2º secretário), Artur Neves (tesoureiro), além de Abguar Bastos, Diego Pires de Campos, Benedito Geraldo de Carvalho, Antonio de Luna e Paulo Dantas (Conselho Fiscal). Esta última chapa, aliás, diferentemente da vencedora, era claramente formada por uma maioria comunista (ver “Aos sócios da Associação Brasileira de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 9 de fevereiro de 1950, Segundo Caderno, p. 3).

²⁸⁴ “Associação Brasileira de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 11 de abril de 1950, Segundo Caderno, p. 10.

os comentaristas comunistas, os que para a Bahia se dirigiram eram legítimos representantes do espírito democrático que deveria guiar as ações da intelectualidade brasileira, enquanto que os demais, naquele momento personificados em figuras como Milliet e Neme, restava a pecha de traidores e até mesmo criminosos. Quanto a estes últimos, afirmava Artur Neves²⁸⁵, a sua permanência dentro da associação devia-se, sobremaneira, “a falta de vigilância” e certa convivência com a “manobras e intrigas” daquele grupo de “intelectuais reacionários”. Segundo ele:

Por falta de uma análise mais profunda do panorama político externo e interno, imbuídos ainda de excessiva boa fé, muitos intelectuais são levados a esquecer com frequência que o mundo está hoje dividido em dois campos – o campo da guerra e o campo da paz e de que essa divisão também atinge a nossa associação profissional e separa, de um lado, os escritores que estão dispostos a defender o progresso, a cultura e a independência de seu povo e, de outro, os escritores que passaram a servir os interesses do campo reacionário e antidemocrático.

Para Artur Neves, era necessário que os “escritores democráticos de São Paulo” definissem melhor esses campos, encontrando o “lugar preciso” por onde passava a “linha divisória” entre os dois. Em sua opinião, o terceiro congresso da A.B.D.E. constituía justamente uma oportunidade para que tal tarefa fosse executada, de modo que os seus participantes pudessem afirmar sua posição em favor da paz, da tradição cultural e da independência política. De acordo com o autor, a participação dos intelectuais paulistas demonstrava o seu repúdio ao chamado “apoliticismo”, seguindo os passos de figuras como as de Mário de Andrade e Monteiro Lobato. Nesse sentido, nas palavras de Neves:

Os escritores paulistas sabem que o Congresso da Bahia será um marco decisivo da nossa evolução cultural e política, pois ele afirmará a necessidade da luta contra a discriminação, a censura, o fascismo, a “americanização”; ele permitirá o debate e abrirá perspectivas para a solução de problemas que estão na ordem do dia, como o da situação econômica do escritor, o dos direitos autorais, o da educação popular. O Congresso mostrará ainda que precisamos dizer um esforço conjugado no sentido da criação de uma cultura nacional não chauvinista, mas que afirme as particularidades e características nacionais e as leve para o fundo comum da cultura mundial; uma cultura nacional que seja contra a cultura burguesa cosmopolita e decadente e procure educar nossa juventude e nosso povo no sentimento do internacionalismo verdadeiro; uma cultura que oriente e incentive a luta pela democracia, pela independência nacional e pela paz. Esse grandioso Congresso vai afirmar que o principal inimigo da cultura nacional é o imperialismo americano e que, para combatê-lo, o intelectual deve se ligar ao povo, tendo como guia as novas ideias do socialismo, vitorioso e em luta contra a decadência e o obscurantismo.

²⁸⁵ “Os Intelectuais de São Paulo e o III Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Fundamentos*. n. 14. Abril de 1950, pp. 4-8.

O princípio da “participação”, como elemento fundamental do “ser intelectual”, ressurgia no horizonte dos escritores brasileiros, ao menos aqueles comprometidos como o PCB ou simpáticos a ele. Diferentemente, contudo, do que se havia assistido cinco anos antes, quando do primeiro congresso da associação, a luta agora se voltava justamente contra muitos dos nomes que, no contexto de combate ao Estado Novo, eram vistos como figuras exemplares. Antes líderes incontestes, Sérgio Milliet, Mário Neme, Sergio Buarque de Holanda e outros tantos ligados a eles passaram a ser taxados de traidores da cultura e do país, a serviço dos interesses estranhos à nação. As disputas entre os sócios da entidade paulista, aparentemente atenuadas após as eleições de março de 1949, encontrava seu ponto limite, já sem a conciliação de outrora.

Vale dizer que, em termos de resultados mais efetivos, o encontro realizado na Bahia nem de longe se equiparou aos dois eventos nacionais que o antecederam. A própria cobertura realizada pela mídia impressa em nada se assemelhou com os cuidados que a mesma teve com os conclaves de 1945 e 1947. Ainda assim, a *Folha da Manhã* forneceria um breve noticiário dos acontecimentos em Salvador²⁸⁶. Segundo o referido jornal, os trabalhos se iniciaram em 17 de abril, com uma sessão solene no Teatro Guarani, sob a presidência de Alvaro Moreyra, e que contou com a presença de representantes do governo estadual e da prefeitura soteropolitana. A partir daí, e ao longo dos quatro dias subsequentes, reuniões e assembleias plenárias foram realizadas, donde as teses enviadas ao congresso foram debatidas e submetidas à votação dos delegados.

Foram discutidas e aprovadas numerosas proposições, teses e moções, antes já apreciadas nas respectivas comissões de Teatro, Rádio, Imprensa e Cinema, Direitos Autorais, Assuntos Políticos e Cultura e Assuntos Gerais. Foram apresentadas, entre outras, as seguintes teses: “O Problema do Livro e o Cooperativismo” e “Cooperativas Editoras”, do sr. Vladimir Guimarães e A. Soares de Azevedo, da Bahia; “O Livro e o Cinema”, do sr. Iolandino Mata, do Distrito Federal; “A.B.D.E. em face do Jornalismo e dos Escritores do Interior”, do sr. Condela Chaves de Andrade, de Campos do Jordão; “Literatura Sadia para as Crianças do Brasil”, do sr. Geraldo Pinto Rodrigues, de São Paulo; “O Escritor, o Cinema e a Educação”, do sr. Vivaldo Cairo, da Bahia; “Direitos Autorais”, de Fernando Alves, da Bahia; “Função da Crítica Cinematográfica”, do sr. Valter da Silveira, da Bahia; “Duas Correntes Poéticas”, do srs. Rossine Camargo Guarnieri, Aluizio Medeiros e Jacinta Passos; “Poesia e Poeta Atuais”, de Antonieta Dias de Moraes, de São Paulo; “Decadência da Poesia”, do sr. Rocha Filho, da Bahia; e ainda um trabalho sobre teatro moderno, de autoria da sra. Maria de Lurdes Lebert, de São Paulo.

²⁸⁶ “Numerosas teses discutidas pelo III Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 25 de abril de 1950, Primeiro Caderno, p. 5; e “Aprova-se na reunião de Salvador proposta que fixa em 14 de março o Dia do Escritor”. In: *Folha da Manhã*. 26 de abril de 1950, Primeiro Caderno, p. 3.

A *Folha da Manhã* traria, ainda, a informação de outros textos, a saber: “Problemas do Escritor da Província”, de Valfrido Morais; “O Escritor e a Defesa da Liberdade”, de João Palma Neto; “A Liberdade de Pensamento”, de Albertino Moreira; além de “Problemas da Arte Literária”, de Dalcídio Jurandir. Os títulos apresentados remetem, em grande parte, ao espírito que predominou no planejamento e realização do congresso. Nota-se uma preocupação em debater questões referentes não apenas aos direitos autorais, como era de se esperar, mas principalmente com a produção literária. A ideia de um escritor articulado com as questões de seu tempo deveria, na nova ótica que tomava conta da A.B.D.E., refletir no seu ato criativo: daí a ideia de uma dicotomia na produção poética, sendo que um dos lados representaria a decadência denunciada por Rocha Filho.

No mais, é importante destacar a presença de teses que versavam sobre o Cinema, anteriormente esquecido pelos sócios da associação (vale lembrar que, durante o primeiro congresso, o relator Vinícius de Morais apresentou as conclusões da subcomissão dedicada ao tema, sem ter recebido qualquer texto acerca do assunto). Além disso, foi definido, sob a sugestão de Rossine Camargo Guarnieri, o Dia do Escritor, marcado para 14 março (aniversário de Castro Alves). Ao final dos trabalhos, seguindo a lógica dos demais congressos, foi produzida e divulgada uma Declaração de Princípios, cujo teor coincidia com o caráter político do evento, dando ênfase à defesa da liberdade de produção dos homens e mulheres de letras, bem a como a luta pela paz, pela democracia e pela soberania nacional.

Os escritores brasileiros, reunidos em III Congresso na histórica Cidade de Salvador, com firme consciência das seus deveres e responsabilidades perante a Nação e inspirados na tradição dos I e II Congressos, proclamam que um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da cultura é a situação de atraso econômico de nosso país.

Em tal situação, o povo cada vez menos encontra meios de utilizar livros e publicações como fatores de aperfeiçoamento cultural, limitando-se, na mesma medida, as possibilidades ao exercício da atividade profissional do escritor.

Considera igualmente o Congresso que a liberdade é essencial à plenitude da criação literária e artística. Entretanto, no âmbito nacional, sucedem-se os atentados à liberdade de pensamento, entravando a missão do escritor e impondo-lhe o dever de vigilância e combatividade na defesa da livre manifestação de ideias.

No momento em que os escritores brasileiros realizam este Congresso, aumenta o perigo de uma nova guerra mundial com a ameaça de extermínio em massa das populações pela arma atômica. Na condenação e na repulsa a esse crime, unimo-nos às melhores consciências de nosso tempo.

Fiéis às tradições e aspirações de nosso povo e de nossa cultura, que são de paz, amor à Pátria e à liberdade, os escritores brasileiros adotam os seguintes princípios:

I – É indispensável ao exercício da profissão do escritor a existência de condições materiais adequadas. Sentem, por isso, os escritores, necessidade de lutar pela emancipação econômica e o desenvolvimento do nosso país;

II – É condição do livre exercício da atividade criadora do domínio da literatura e da arte um clima democrático e de garantias constitucionais. No Brasil, tais

garantias têm sido constantemente violadas por atos de arbítrio do poder público e postas em perigo por projetos de leis obscurantistas e retrógradas como os de imprensa e de segurança nacional;

III – Os escritores brasileiros, em face da ameaça de guerra e do emprego da bomba atômica, proclamam sua vontade de lutar pela interdição dessa arma de agressão e de extermínio e pela conclusão de um entendimento entre as principais potências que integram a ONU;

IV – Para alcançar tão nobres objetivos, devem os escritores trabalhar por uma ampla unidade, acima de quaisquer divergências. Assim, ao mesmo tempo que traduzem os anseios da maioria, identificando-se com a realidade, poderão colocar sua arte a serviço do povo, dos ideais da paz, democracia, progresso e bem-estar.²⁸⁷

Nos depoimentos colhidos junto aos participantes do evento, acentuava-se o fato de que os escritores estariam cumprindo sua missão junto ao povo, tal qual se anunciava antes do conclave e se confirmou em sua declaração final. Nesse sentido, o encontro realizado em Salvador significava a vitória dos “verdadeiros intelectuais” frente aos promotores de falsas ideias e sabotadores do país e do povo²⁸⁸. Conforme já dito anteriormente, São Paulo se tornou o espaço privilegiado donde se deram as disputas entre esses dois lados da intelectualidade. Apesar do anunciado “sucesso” do congresso na Bahia, os conflitos que o precederam, notadamente na definição de uma delegação paulista ao certame, não estavam resolvidos. Meses depois do término do evento, oficializava-se a cisão no interior da seção bandeirante da A.B.D.E..

4.1.2. O III Congresso Paulista de Escritores

Por conta dos desacordos em torno do envio ou não de uma delegação de São Paulo ao terceiro congresso da associação dos escritores brasileiros, as relações entre a seção paulista e a seção do Distrito Federal atingiram o limite da insustentabilidade. Em julho de 1950, o então presidente nacional da entidade, Alvaro Moreyra, dirigiu-se a Sérgio Buarque de Holanda e demais companheiros de gestão, no sentido de lhes comunicar não apenas a destituição da diretoria da qual faziam parte, mas também a própria extinção da chamada “A.B.D.E. de São Paulo”.

Para a revista *Fundamentos*, a ação era tardia, uma vez que já havia um longo tempo que escritores como Sérgio Milliet, Mario Neme, Arnaldo Pedroso d’Horta, Antonio Candido, Lourival Gomes Machado, Sérgio Buarque de Holanda, Luís Coelho, entre outros, estariam

²⁸⁷ “Declaração de Princípios do Terceiro Congresso”. In: *Fundamentos*. n. 15. Maio/Junho de 1950, p. 21.

²⁸⁸ “Constituiu o III Congresso Brasileiro de Escritores eloquente demonstração de vitalidade dos homens de letras do país”. In: *Folha da Manhã*. 27 de abril de 1950, Primeiro Caderno, p. 9; “Depõem os escritores sobre o conclave de Salvador” e “Um Congresso Vitorioso”. In: *Folha da Manhã*. 30 de abril de 1950, Quarto Caderno, p. 17.

colocando em prática um plano de usurpação da seção paulista da A.B.D.E., “transformando-a em instrumento de seus manejos pessoais e de política de panelinha”, com vistas a impedir que os demais homens e mulheres de letras do país promovessem “a sua unidade em torno de um ideal de progresso, de fidelidade às melhores tradições do povo na sua luta de liberação e de paz”.²⁸⁹

A direção nacional da A.B.D.E. esperou muito tempo que os detentores da entidade de S. Paulo voltassem atrás, para cooperarem na unificação da associação, mas tudo foi inútil, porque os usurpadores na verdade assim agiam levados por uma orientação mais profunda e que revela serem eles os mais expressivos agentes de uma política reacionária, a serviço do atraso e da desmoralização dos intelectuais, impedindo que estes constituam uma vanguarda esclarecida e operativa para o bem do Brasil.

Verificada a impossibilidade de qualquer entendimento com os detentores dos bens e da sede da seção paulista, a direção nacional da A.B.D.E. resolveu considerar inexistente a entidade em S. Paulo, o que fez mediante uma carta endereçada aos cavalheiros que atualmente se dizem dirigentes da “ABDE de São Paulo”.

Nesta carta, também publicada pela *Folha da Manhã*²⁹⁰, a diretoria nacional da agremiação alegava que a diretoria da seção paulista vinham praticando “atos inequívocos”, tais como a “instituição indevida de estatutos próprios” em substituição àqueles já que vigoravam na A.B.D.E., a hostilidade demonstrada em relação ao terceiro congresso, realizado na Bahia, além de “inúmeras tentativas de divisionismo”, com base em “ataques maliciosos”. Mediante tais atitudes, classificadas como contrárias às finalidades originais e estatutárias da associação, os diretores do Distrito Federal deliberaram que:

a A.B.D.E., por seus órgãos de direção nacional, passa a considerar inexistente a seção paulista desta Associação, pelo que devem VV. SS. Imediatamente abster-se de usar indevidamente o nome desta sociedade civil, bem como devem VV. SS. Providenciar a pronta entrega do patrimônio social pertencente a esta Associação e que se encontra em poder de VV. SS., patrimônio esse que não deve ser usado nem aplicado em nenhuma finalidade não autorizada pela direção nacional desta Associação.

Em vista disso, Alvaro Moreyra credenciou uma comissão de intelectuais de São Paulo para “promoverem as medidas necessárias à instalação de uma nova seção paulista da associação, organizar uma direção provisória e tomar as providências cabíveis para o funcionamento da entidade nos termos do estatuto vigente”. Este grupo realizaria, em 22 de julho, um pleito para a escolha da nova diretoria, com um mandato de seis meses. Esta, por

²⁸⁹ “Noticiário da A.B.D.E.”. In: *Fundamentos*. n. 16. Julho/Agosto de 1950, p. 46.

²⁹⁰ “Destituída a direção da seção paulista da Associação Brasileira de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 9 de julho de 1950, Noticiário Geral, p. 6.

sua vez, ficou assim composta: Galeão Coutinho, presidente; Afonso Schmidt, vice-presidente; Rossine Camargo Guarnieri, secretário geral; Ciro T. de Padua, 1º secretário; Abguar Bastos, 2º secretário; Antonieta Dias de Moraes Silva, tesoureira; Aparício Torelli, Ciro Moraes Campos, Valter Sampaio, Caio Prado Junior e Francisco Pompeu do Amaral, no Conselho Fiscal.²⁹¹

A partir daí, os escritores paulistas se dividiram em duas entidades, pode-se dizer, antagônicas: de um lado, a Associação Brasileira de Escritores, seção de São Paulo, ainda ligada à sede do Distrito Federal e dominada por escritores comunistas; e de outro, a Associação Brasileira de Escritores de São Paulo, cujos membros defendiam uma agremiação eminentemente profissional, sem qualquer vínculo político-partidário. Na iniciativa de se realizar um terceiro congresso dos homens e mulheres de letras de Estado, foi justamente a primeira delas quem tomou a frente, comandada, uma vez mais, por Galeão Coutinho.²⁹²

O conclave se realizou entre 7 e 10 de setembro de 1951, na própria capital paulista, como preparativo para o quarto encontro nacional da A.B.D.E., que se realizaria dias depois, em Porto Alegre. De acordo com uma extensa reportagem publicada em *Fundamentos*²⁹³, o evento significou uma nova oportunidade de se debater as relações entre o escritor e o povo, de maneira que, uma vez mais, se pudesse reafirmar a responsabilidade social do primeiro. Neste sentido, outras questões, por força dessa demanda fundamental, acabaram relegadas ao segundo plano dos debates entre os delegados:

Mesmo as reivindicações profissionais, justas, imediatas e específicas do escritor, não foram renovadas neste congresso, desvinculadas das justas e inadiáveis reivindicações da massa do povo brasileiro; foram a elas ligadas de maneira a que a luta pela sua satisfação seja uma e indivisível, como de fato são imbuídos desse espírito, não poderiam as discussões e os trabalhos do Congresso dos escritores paulistas deixar de se alçar a um nível superior de dignidade e responsabilidade, que seus detratores não conseguiram, nem de longe, atingir.

João Accioli, então secretário-geral da seção de São Paulo da associação, em seu discurso de saudação aos congressistas²⁹⁴, falava da necessidade de uma “ação pronta e

²⁹¹ Acerca da cerimônia de posse, ver “De associações de escritores”. In: *Folha da Manhã*. 23 de julho de 1950, Noticiário Geral, p. 8.

²⁹² Coutinho foi reeleito presidente da A.B.D.E., seção de São Paulo, no pleito realizado no início de 1951, tendo sido empossado em 20 de abril. Em sua chapa, também constavam os nomes de Abguar Bastos, vice-presidente; João Accioli, secretário-geral; Valter Sampaio, 1º secretário; Francisco Pompeu do Amaral, 2º secretário; Rossine Camargo Guarnieri, tesoureira; além de Ciro Tassara de Pádua, Caio Prado Junior, Ciro de Moraes Campos, Antonieta Dias da Silva e Afonso Schmidt, no Conselho Fiscal (ver “Promoveu ontem a A.B.D.E. uma sessão solene em homenagem a Silvio Romero”. In: *Folha da Manhã*. 21 de abril de 1951, Noticiário Geral, p. 5).

²⁹³ “O III Congresso Paulista de Escritores”. In: *Fundamentos*. n. 22. Setembro de 1951, pp. 3-11.

²⁹⁴ “Saudação aos congressistas”. In: *Fundamentos*. n. 22. Setembro de 1951, pp. 10-11.

direta” dos escritores. Em suas palavras, vivia-se um ambiente de “opressão sobre a Cultura”, manifestada “no Direito e na literatura; nos cânticos religiosos e nas canções festivas, como na saudação cantada de aniversário; na música popular citadina e na música popular rural, na dança, no romance, no conto, nas publicações periódicas e no filme”. Segundo ele, tal processo ocorria por conta de “uma penetração tendenciosa e deletéria” de valores vindos dos Estados Unidos no país ou, em outros termos, do “iankismo” que infestava todos os setores de produção cultural no Brasil, e contra a qual era imperativo que se tomasse uma posição.

Esse “iankismo” que já nos impôs o seu charme comercializante, monopolizante, asfixiante e sem objetivo artístico; e que já nos deformou até o paladar; que fez as nossas crianças esquecerem os cantos cheios de beleza e inocência, que embalaram a infância de seus pais; que as fez trocar os bolos, biscoitos e doces tradicionais de nossa terra, pelo sorvete empacotado, pelo chiclets, pelo seven-up e o crush; que nos impinge feijoada em lata, que nega carne ao nosso povo, enquanto frigorífico industrializam, enlatam e exportam carne; que “cocalorizou” até os brinquedos ingênuos dos nossos filhos, desnaturando e desfigurando trajes, atitudes e costumes da formação tradicional brasileira que nossos avós nos legaram; esse iankismo que não se satisfaz com o nosso empobrecimento econômico que ele alimenta e favorece, – avassala agora a nossa Cultura no intuito de extirpá-la, violentando as suas tradições e tentando impor-nos a literatura de sensação, o Best-seller, o livro grosso de se vender a peso e nos quilos, o livrão sem conteúdo e desligado daquela linha cultural e estética que nos veio de Gregório de Matos, atravessou três séculos, conheceu Alencar e Euclides e se consolidou nos romances de após 1930, culminando em Graciliano.

Nossa literatura não é a revista “O Cruzeiro” nem a revista “Seleções”! Sempre houve na obra de nossos grandes escritores, seja Jorge Amado ou Antonio de Alcântara Machado, ou Amadeu de Queiroz; seja Graciliano ou José Américo; seja Alencar ou Lima Barreto; sempre houve na sua obra interligação do escritor com a terra, forma e fundo, dando como resultado o “romance” ou o “conto brasileiro”. É forçoso impedir que esse caráter que tanto individualizou e discriminou o escritor brasileiro frente ao de outros países, se modifique ou desapareça.

É tempo de tomarmos posição!

Em vista disso, afirmava Accioli, ou os escritores assumiam uma postura de defesa da cultura brasileira, ou a mesma pereceria, “minada pela corrupção e deformada por influências anticulturais e obscurantistas”. No temário geral do congresso, a preocupação com tais questões já estava evidenciada. Diferentemente do que havia sido proposto em encontros anteriores, os temas sugeridos para as teses a serem enviadas aos congressistas foram organizados em dois pontos básicos, cada qual divididos em outros dois subtemas, a saber: I – Defesa da Cultura: a) a tradição brasileira e a contribuição cultural de São Paulo, b) problemas atuais do desenvolvimento, difusão e liberdade da cultura; II – Defesa do escritor: a) direitos, deveres e responsabilidades do escritor, b) medidas para o desenvolvimento da vida associativa do escritor.²⁹⁵

²⁹⁵ “III Congresso Estadual de Escritores”. In: *Fundamentos*. n. 21. Agosto de 1951, p. 28.

Infelizmente, os registros do conclave não trazem o conteúdo das teses encaminhadas aos membros das comissões e subcomissões responsáveis por cada um desses temas. As conclusões a que eles chegaram, no entanto, foram publicadas por *Fundamentos*, demonstrando que a preocupação com a cultura brasileira também estava atrelada às condições econômicas da população, bem como aos próprios rumos da política externa do país. Por essa via, o relatório que melhor deu conta dessas questões foi o da subcomissão responsável pelos “problemas atuais do desenvolvimento, difusão e liberdade da cultura”.

De acordo com o texto, apresentado por Abguar Bastos²⁹⁶, havia um problema de origem na própria ideia de progresso, quando aplicada à realidade das grandes cidades brasileiras, a exemplo da capital paulista. Segundo ele, “o progresso, para possuir conteúdo efetivo e popular”, precisaria ser aquele que, à margem da suntuosidade, promovesse “melhoras constantes no círculo das relações humanas”, que se consubstanciassem “através de índices de afeto, solidariedade, respeito mútuo e trabalho comum”. Para tanto, seria necessário que se não houvessem “antagonismos nem contradições sociais resultantes das diferenças criadas pelo poder econômico”. Caso contrário, afirmava Bastos, “os resultados da sabedoria e do engenho humano passariam a formas de privilégio, isto é, só poderiam ser usados por grupos, classes ou nações, não servindo a todos os participantes de uma mesma sociedade”. Acerca dos riscos que isso representaria para a cultura, o autor concluía da seguinte forma:

Acontece, então, que a própria definição de cultura passa a assumir aspectos inéditos, ao pretender-se criar uma falsa cultura, que é aquela ligada ao gozo, ao sensualismo, ao esnobismo, à valorização do vulgar, ao luxo do fraseado equívoco, ao elogio da mediocridade faustosa, ao incensamento dos poderosos, ao subjetivismo caótico, ao abstracionismo hermético, em que as influências exotéricas são permanentes, e a outras formas de representação de um mundo que parece dissolver-se em torpores e delírios, ao pretender-se criar uma Cultura mistificada, que é aquela que aceita as influências mais perniciosas ao zelo e confiança devidos às características nacionais dos problemas, passando a defender postulados que obedecem aos ditames de organismos que tentam subverter a cultura autêntica, para impor a que convém aos facciosos interesses privados; ao pretender-se criar uma cultura estandardizada, que é aquela que, visando o padrão único, passa a exercer funções de policiamento da ideia, exonera-se das bases democráticas do debate e situa-se no plano do conformismo e da renúncia.

Para Abguar Bastos, os entraves colocados pelos interesses privados sobre a cultura e o progresso eram agravados pelo problema da guerra ou da paz. Segundo ele, aqueles que defendiam a primeira estavam apenas engajados na “luta ansiosa ou na recuperação dos

²⁹⁶ “Resumo do relatório da segunda subcomissão de Teses, referentes ao item do temário ‘Problemas atuais do desenvolvimento, difusão e liberdade da cultura’, apresentado ao plenário pelo escritor Abguar Bastos, em 8 de setembro de 1951”. In: *Fundamentos*. n. 22. Setembro de 1951, pp. 3-5.

mercados”, bem como pela “distensão dos monopólios, na corrida de assalto às minas e jazidas nos países dependentes, na conquista das rotas de comércio e navegação”. Por outro lado, dizia o autor, os pacifistas não julgavam “que a destruição, a fome, a loucura, as epidemias e outras calamidades” resultantes de conflitos armados como benéficos ao desenvolvimento cultural. Nas palavras de Bastos:

a Paz necessária ao desenvolvimento da cultura não é tão somente aquela que se opõe à guerra, porém a Paz que se baseia na justiça social, na eliminação constante dos resíduos que impedem a boa leal aproximação entre os povos, a honesta e efetiva aproximação entre os indivíduos. Chegamos neste ponto à conclusão de que a Paz é a soberana força que eleva, dignifica e enriquece as ideias e, portanto, assegura, realmente, o desenvolvimento da Cultura e do Progresso.

O relatório apontava, ainda, a guerra como um empecilho à difusão cultural, uma vez que os orçamentos do Estado Brasileiro estariam em grande parte comprometidos com um possível confronto mundial, no interesse das “nações imperialistas”. Abguar Bastos salientava que o dinheiro que poderia “salvar” o povo “da miséria e das doenças, do analfabetismo” era desviado para “a compra de armas e manutenção de uma tremenda burocracia para a guerra”. Dessa forma, “a falta de trabalho, o alto custo de vida, a falta de produção adequada para baratear o produto de consumo básico, o baixo salário” estariam estabelecendo “condições de nenhum modo favoráveis ao ensino e educação” e, com isso, surgiam mais obstáculos ao progresso e a cultura do país.

A conclusão acerca dessas observações era a de que se fazia necessária a proteção da “cultura brasileira e de sua tradição”, contra “toda e qualquer influência perniciosa” representada por “atitudes antinacionais, antibrasileiras, antissociais e anti-humanas”. As observações finais de Abguar Bastos davam conta de que os escritores precisavam defender o patrimônio cultural nacional com “armas apropriadas”, quais fossem, aquelas “baseadas na Paz”, no estímulo à divulgação de obras “sérias e patrióticas”, e na recuperação de obras e peças exportadas para o estrangeiro e que deveriam voltar “para enriquecer” o patrimônio do país. Para ele, era importante que se promovesse uma Cultura que se servisse cada vez mais “do intercâmbio cultural com todos os intelectuais, principalmente os da América do Sul”, valorizando “o ensino e a educação, a pesquisa e o sentimento tradicional brasileiro”.

Os dilemas relacionados à pobreza e ao analfabetismo também foram analisados pela subcomissão de teses do item II do temário, dedicada aos “direitos, deveres e

responsabilidades do escritor”²⁹⁷. Segundo o relatório de Mauro Alencar, os escritores brasileiros ainda conviviam com dificuldades financeiras por conta da falta de público para seus livros, o que era agravado pelo desinteresse das editoras pelo que estava sendo produzido, em particular pela entrada maciça de obras estrangeiras no país. Conforme se verá em capítulo posterior, a carência de leitores e o alto índice de livros traduzidos no mercado eram questões que havia muito preocupavam os profissionais da pena no Brasil, sendo um elemento de debate recorrente durante os primeiros anos da A.B.D.E., notadamente em seu primeiro congresso, em 1945. Interessante, nesse sentido, é a permanência de certa análise, que aponta o baixo nível econômico da população e os problemas no meio educacional como determinantes para a manutenção da situação de crise em que se encontrava a produção literária brasileira.

Se analisarmos o movimento editorial brasileiro, verificamos logo de início que em nosso país se editam pouquíssimos livros e que o seu consumo é limitadíssimo. Segundo os cálculos apresentados pelo nosso colega Artur Neves, o consumo anual de livros em nosso país é de menos de Cr\$ 5,00 per capita, ou seja, a ridícula soma de duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros para uma população de cinquenta e cinco milhões de habitantes. Metade dessa produção é consumida na Capital de São Paulo e no Distrito Federal, com um conjunto de seis milhões de habitantes. Assim, chegamos à triste conclusão que as outras regiões do país com seus cinquenta milhões de habitantes ficam com o seu consumo anual de livros reduzido a Cr\$ 2,50 per capita. Se considerarmos ainda que uma grande parte do comércio de livros é feito com livros importados dos Estados Unidos, França, Portugal, Espanha e Argentina, e que outra grande parte desse comércio é constituída pelo consumo forçado de cartilhas, livros didáticos e manuais de uso obrigatório em nossas escolas, vemos que o brasileiro não é apenas um homem que come pouquíssimo, mas, também, um homem que praticamente não lê. Isso se reflete em toda a nossa indústria editorial e nas relações do profissional das letras com os seus editores. Estes veem-se impossibilitados de dar vazão a uma grande porcentagem da produção intelectual do país e dia a dia cresce o número de livros engavetados pelos autores brasileiros. Os editores programam apenas os livros de sucesso garantido e saída mais rápida, pois temem enfrentar os problemas de um mercado estreito e pobre. Quando um autor brasileiro tem o seu livro editado, raramente consegue obter tiragens maiores de 2000 exemplares, o que lhe dá uma renda ridícula. Salvo algumas exceções, os escritores brasileiros ainda não têm possibilidades de viver à custa de seu talento criador em mil e uma atividades correlatas e na maioria das vezes sem nenhuma ligação com sua própria profissão. São escritores que vivem da medicina, da advocacia, do comércio e de empregos burocráticos. Nestes últimos anos, diante da crise editorial, temos observado um fenômeno novo no Brasil, o do crescente número de autores que se veem obrigados a publicar seus livros por conta própria e utilizarem os editores como meros distribuidores. Esse fenômeno revela que ao invés de se ampliarem as possibilidades editoriais para os autores brasileiros, estes estão dia a dia mais apertados pelo círculo de aço resultante do pauperismo e do analfabetismo da maioria do nosso povo. Julgamos, pois, ser impossível ao escritor separar as lutas pelas suas reivindicações da tomada de posição consequente na luta em prol da emancipação econômica de nossa pátria e da melhoria do nível de vida de nossas populações.

²⁹⁷ “Do Relatório da 2ª[1ª] Subcomissão de Teses, referente ao Item II do Temário do III Congresso, apresentado ao Plenário no dia 8 de setembro de 1951, pelo escritor Mauro de Alencar”. In: *Fundamentos*. n. 22. Setembro de 1951, pp. 5-7.

A recorrência dessa argumentação, ao mesmo tempo em que remete à continuidade dos dilemas materiais e econômicos que dificultavam a vida do escritor, também promove aquele velho atrelamento entre a resolução dos problemas profissionais dos homens e mulheres de letras e o estabelecimento de condições ideais para que os mesmos pudessem cumprir sua “função social”. Neste caso, no entanto, o inimigo não mais era o Estado Novo, ainda que o presidente fosse, naquela ocasião, novamente Getúlio Vargas; mas as ditas “ações imperialistas” sobre o Brasil. Assim como nas demais situações em que essas questões foram apresentadas e debatidas, também no terceiro congresso paulista da A.B.D.E. se afirmou a premência de um Código dos Direitos Autorais, demanda que, aparentemente, ainda não havia sido contemplada pela Câmara Federal (vale lembrar que, em dezembro de 1946, um projeto de lei foi apresentado aos deputados, sem que se saiba ao certo qual o destino que o mesmo teve).

Outros pontos também foram discutidos pelos delegados ao conclave, seguindo os temas sugeridos pela comissão organizadora. A respeito da “tradição brasileira e a contribuição cultural de São Paulo”, o relatório apresentado por J. Gonçalves Machado²⁹⁸ lembrava a importância que alguns nomes ligados ao Estado adquiriram para a cultura e o pensamento brasileiros. Assim, entre os mais destacados, estariam as figuras de Matias Aires, Álvares de Azevedo, Paulo Eiró, José Bonifácio, Monteiro Lobato, Amadeu Amaral, Mário de Andrade, Cornélio Pires e Afonso Schmidt; sem contar aqueles ligados à pintura, como Almeida Junior e Benedito Calixto, à música, como Carlos Gomes, e à caricatura, como Voltolino.

Já quanto às “medidas para o desenvolvimento da vida associativa do escritor”, as conclusões apresentadas por Carlos Burlamaqui Kopke²⁹⁹ davam conta, a exemplo de outros conclaves realizados no Estado, da necessidade de aproximação entre os escritores da capital e do interior, no interesse de uma entidade regional mais forte, e que pudesse cumprir com seus desígnios profissionais, culturais e, por que não dizer, políticos. Em certa medida, não deixa de ser sintomática essa última observação, uma vez que a própria seção paulista, responsável pelo conclave, estava passando por um processo de divisão, donde muitos de seus principais sócios abandonaram suas posições, no sentido de montar outra agremiação.

²⁹⁸ “Do Relatório da 1ª Subcomissão de Teses, referente ao Item I do Temário, apresentado ao Plenário no dia 8 de setembro de 1951, pelo escritor J. Gonçalves Machado”. In: *Fundamentos*. n. 22. Setembro de 1951, p. 6.

²⁹⁹ “Do Relatório da 2ª Subcomissão de Teses, referente ao Item 2º do Temário do III Congresso Paulista de Escritores, apresentado pelo escritor Carlos Burlamaqui Kopke”. In: *Fundamentos*. n. 22. Setembro de 1951, p. 6.

Esses resultados obtidos pelas comissões e subcomissões do congresso seriam, posteriormente, agrupadas numa lista de resoluções do evento que, evidentemente, reafirmava o compromisso dos escritores com a paz, com a tradição cultural brasileira, com a melhora do nível de vida da população do país, com a educação e com a liberdade de expressão. Tais disposições, seguindo o que estava previsto na idealização e organização do conclave, serviu de fato como prelúdio do encontro nacional que a A.B.D.E. realizaria na capital gaúcha dias depois. Contudo, se tais conclusões satisfaziam plenamente as expectativas dos comunistas que controlavam boa parte da associação, fosse em São Paulo, fosse no Distrito Federal; elas também ampliavam a distância entre os sócios da entidade e os seus recém egressos.

4.1.3. O IV Congresso Brasileiro de Escritores

Diferentemente do terceiro conclave nacional dos escritores, o evento de Porto Alegre teve ampla repercussão na mídia, comunista ou não. Conforme se verá mais a frente, não foram poucas as críticas dirigidas àquele quarto encontro dos homens e mulheres de letras do país – ou, ao menos, de parte deles. Carlos Lacerda, por meio de sua *Tribuna da Imprensa*, chegaria, por exemplo, a classificar o congresso como um “rodeio”. Por outro lado, revistas como a paulista *Fundamentos* e a gaúcha *Horizonte*, ambas ligadas ao PCB, dedicaram várias edições a cobertura (favorável) do conclave, oferecendo um rico material acerca dos acontecimentos na capital do Rio Grande do Sul.

As primeiras notícias coletadas acerca do congresso dão conta de que o mesmo estava sendo planejado para o mês de outubro de 1951, diferentemente do que efetivamente ocorreu. Sem qualquer explicação mais exata para tal mudança (algo, aliás, corriqueiro na história dos conclaves promovidos pela A.B.D.E.), fato é que, em julho daquele ano, o evento começava a tomar corpo, com a formação de suas comissões de organização, uma nacional e outra estadual. Esta última, aliás, lançaria um manifesto por conta de sua constituição, dando mostras de que o encontro dos escritores em Porto Alegre pretendia abordar questões não apenas de ordem cultural e política, mas também profissional e mercadológica.

Além dos problemas especificamente culturais, ganham hoje importância crítica os econômicos, próprios dos homens de letras, como é o caso da luta pela conquista do meio de divulgação, sempre tão precário em nosso país, e sobretudo agora, diante da chamada crise do livro, em que naufragam quase todas as tentativas de publicação, atingindo especificamente os jovens escritores e poetas. Uma reunião

de tal natureza oferecerá oportunidades para os escritores trocarem ideias e procurarem soluções, por meio de teses, indicações e debates orais.³⁰⁰

Tais disposições já tinham sido antecipadas nas páginas de *Horizonte*, um mês antes da composição da Comissão Organizadora Estadual. No editorial da edição de junho³⁰¹, apontava-se a existência de uma crise editorial no país, a qual estaria sufocando “a iniciativa artística” e colocando “o livro brasileiro em situação desesperadora”. Além disso, a falta de papel também estaria assombrando os escritores, uma vez que lhes tolhia o acesso ao seu “meio mais elementar” para a publicação de suas obras. Segundo o texto, jornais e editoras já sentiam os reflexos da carência do produto. No mais, um velho dilema mantinha-se na pauta de debates, a saber: a chamada “literatura de importação”. De acordo com a revista, os livros em português “editados em países de maior desenvolvimento gráfico” eram vendidos no Brasil “a preços baixíssimos”, constituindo “outra grave ameaça ao livro nacional, à cultura pátria”, em razão, fundamentalmente, do fato de que a chamada “literatura de baixo preço” também o era de “baixo nível intelectual e artístico”.

Evidentemente, a exemplo dos eventos anteriores, o congresso nacional de 1951 era colocado como um fiel continuador das tradições de luta lançadas pelo conclave de janeiro de 1945. Neste sentido, para os editores de *Horizonte*, os trabalhos dos escritores na capital gaúcha não poderiam abdicar da “defesa da liberdade de criação artística”, tampouco do esforço “por um clima de Paz e concórdia”, que permitisse “o livre intercâmbio cultural entre os Povos, sem qualquer limitação”. Todas essas questões eram vistas de forma interdependente, não havendo possibilidade de que fossem pensadas em separado: a referência a uma delas forçava o recurso às demais. Essa mesma postura, já ensaiada no encontro nacional dos escritores de 1950 e que, dias antes do evento em Porto Alegre, seria reafirmado pelo conclave da seção paulista da A.B.D.E., marcaria todos os demais editoriais da referida revista gaúcha até a data da reunião, em fins de setembro³⁰². Além disso, os vários artigos e depoimentos publicados por ela e por *Fundamentos* procuravam salientar como missão principal dos congressistas o empenho de suas atividades em favor da cultura e de um mundo pacífico.

³⁰⁰ “IVº Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Horizonte*. n. 7. Julho de 1951, p. 188.

³⁰¹ “IVº Congresso Nacional de Escritores”. In: *Horizonte*. n. 6. Junho de 1951, p. 155.

³⁰² Ver “Os Escritores e a Defesa da Paz”. In: *Horizonte*. n. 8. Agosto de 1951, p. 219; e “Por um Congresso de Escritores em Defesa da Paz e da Cultura”. In: *Horizonte*. n. 9. Setembro de 1951, pp. 251-252.

Não por acaso, em textos publicados por Artur Neves e Plínio Cabral³⁰³ acerca dos problemas a serem enfrentados pelos escritores em seu quarto congresso, repetia-se a lógica de que uma política guerreira não poderia trazer qualquer benefício ao país, justamente por ser o resultado das práticas imperialistas desempenhadas pelos Estados Unidos que, atendendo aos interesses exclusivos de Wall Street, estariam promovendo uma cultura da guerra, por meio do cinema, dos livros e dos quadrinhos. A adesão a essas práticas significaria abrir mão das tradições culturais do Brasil, o que, por sua vez, diminuiria ainda mais o já restrito espaço de entrada dos intelectuais brasileiros no mercado de bens simbólicos. Além disso, por conta da mobilização dos norte-americanos para os conflitos na Coréia, alguns gêneros essenciais à produção escrita, como o papel, tornaram-se escassos e caros, o que poderia ser solucionado caso o governo de Getúlio Vargas restabelecesse os laços políticos com a União Soviética e seus aliados, como a Tchecoslováquia que, segundo Neves, tinha disponibilidade, a preços módicos, do produto.

Ambos os autores salientavam que o engajamento do Brasil nas questões de interesse dos Estados Unidos acabava por agravar, ainda mais, a situação cultural do país, notadamente por conta do aumento do chamado “orçamento de guerra”. Segundo ele, os gastos praticados pelo Estado Brasileiro na compra de armas e no aumento dos efetivos militares geravam a queda no nível de vida da população, por conta da falta de investimentos em setores voltados ao progresso e ao desenvolvimento, o que, por sua vez, trazia consequências nefastas ao mercado editorial. Os escritores, em vista disso, se veriam desprovidos de potenciais consumidores de suas obras, não apenas pela falta de dinheiro para a compra das mesmas, mas também pela condição de atraso no setor educacional – com um índice de analfabetismo que estaria beirando a faixa dos 70%. Neste sentido, a política guerreira seria responsável por problemas de ordem social, econômica e cultural, além de todas as disputas políticas geradas pela mesma, que redundavam nas restrições à livre manifestação de ideias, algo que, naquele momento, afetava diretamente os comunistas. Rivadavia Mendonça, ao comentar as suas expectativas para o quarto congresso³⁰⁴, ofereceu uma descrição do quadro gerado pelas dificuldades expostas por Neves e Cabral:

Essa marcha do país para a participação ativa nos planos guerreiros do imperialismo vem atingindo o campo cultural brasileiro de maneira impressionante.

³⁰³ Ver NEVES, Artur. “Os problemas dos escritores e o 4º Congresso”. In: *Fundamentos*. n. 19. Junho de 1951, pp. 16-17; e CABRAL, Plínio. “Os Intelectuais e a Defesa da Cultura”. In: *Horizonte*. n. 9. Setembro de 1951, pp. 252-253.

³⁰⁴ MENDONÇA, Rivadavia. “Objetivos para os congressos de escritores”. In: *Fundamentos*. n. 21. Agosto de 1951, p. 10.

Alguns exemplos são bastante para comprovar essa verdade: 10 bilhões de cruzeiro são canalizados do orçamento nacional do corrente ano para as forças armadas, afim de realizar a compra de aviões, navios e tanques de guerra e a formação de novos contingentes destinados a participar de operações agressivas no exterior. Trata-se de uma verba enorme que representa grande parte do esforço de trabalho do povo brasileiro e que poderia ser aplicada em atividades pacíficas, para melhorar as condições de vida e de cultura da população. Por outro lado, ainda dentro da mesma política de guerra, é firmado pelo governo um acordo “cultural” com a Espanha franquista, com cláusulas deprimentes para o Brasil, devido aos compromissos com os opressores dos espanhóis a respeito da propaganda do seu regime. É também a livre penetração de uma enxurrada de baixa literatura e falsas obras de arte, de pernicioso material de leitura para a infância e cinema brutal e degenerado, que nos impõe o imperialismo norte-americano. É a aplicação das resoluções de Washington, que na prática, se traduz em retirar jovens das escolas e do trabalho pacífico para a formação de contingentes de guerra, em suprimir a liberdade constitucional a pretexto de combater a oposição dos patriotas, em apreender livros, como o de Jorge Amado no Rio e o de Wilson de Carvalho em Taubaté, em fazer a discriminação ideológica na Universidade e com isto impedir a entrada de Oscar Niemeyer e demitir Enio Sandoval Peixoto de suas cátedras. E assim muitos outros exemplos.

Tanto Rivadavia Mendonça quanto Artur Neves e Plínio Cabral pareciam concordar quanto à finalidade primeira do conclave de Porto Alegre, qual fosse, a de que os escritores se posicionassem firmemente em defesa da Paz, contra a política de guerra promovida pelos Estados Unidos e seguida a risca pelo governo brasileiro. A partir do raciocínio dos três articulistas – obviamente como porta-vozes da interpretação oficial do PCB – somente pelo rompimento com tais práticas, o Brasil poderia melhorar o padrão de vida de sua população, fortalecendo a sua democracia, ao passo que isso também significaria possibilidades de incremento no setor cultural, o que, vale lembrar, beneficiaria a classe intelectual e artística. E foi justamente com vistas a se debater tais questões, que a comissão organizadora do congresso propôs o temário do evento:

O escritor, os problemas econômicos e os direitos autorais – A defesa da cultura e a paz – Problemas de difusão da instrução pública – Defesa do nosso patrimônio cultural e divulgação e estudo dos elementos populares e democráticos de nossa cultura – Folclore – Tendências e objetivos da cultura moderna e as perspectivas de nossa atividade cultural – Questões de forma e conteúdo – A literatura para o Rádio e o Cinema – Problemas do teatro brasileiro – Literatura infantil – Literatura científica e didática – O Jornal e a Revista cultural – Intercâmbio cultural e aquisição do livro nacional, sua defesa e divulgação – Produção literária e Editorial nos Estados e Municípios.³⁰⁵

Entre os vários temas sugeridos, grande parte atrelada diretamente aos pontos abordados nos parágrafos anteriores, um parece destoar dos demais, a saber, aquele dedicado às “questões de forma e conteúdo”. Vale lembrar que, dentro da política cultural do PCB, prevaleciam as diretrizes do chamado “realismo socialista”, cujos métodos deveriam ser

³⁰⁵ “IV Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Horizonte*. n. 9. Setembro de 1951, p. 266.

aplicados pelos artistas e intelectuais comunistas em seus trabalhos. A A.B.D.E., por estar atrelada diretamente ao partido, não estava imune a essas determinações. Ainda assim, essa era a primeira vez que, dentro de um congresso promovido pela associação, tal temática era apresentada.

Infelizmente, apesar da dedicação que as já citadas *Horizonte* e *Fundamentos* tiveram em relação ao conclave, fato é que as fontes disponíveis não contêm registros dos trabalhos realizados durante as sessões plenárias e, por essa razão, torna-se impossível, ao menos por hora, dar maiores detalhes acerca das teses levadas às comissões de análise, bem como das discussões geradas por conta das mesmas. Somente os atos solenes de abertura e encerramento do evento foram noticiados pelas referidas revistas, assim como por alguns jornais, como a *Folha da Manhã* e a *Tribuna da Imprensa* (ver Anexos 6 e 7).

O conclave realizou-se entre 25 e 30 de setembro, com a participação de cerca de 150 congressistas, divididos em quatorze delegações estaduais. Em sua sessão de inauguração, além dos vários discursos e da habitual leitura de cartas de congratulação enviadas ao evento³⁰⁶, também foram prestadas homenagens à memória de Galeão Coutinho, morto dias antes, em decorrência de um acidente aéreo quando retornava do Rio de Janeiro para São Paulo. Por se tratar de um nome destacado das letras nacionais, bem como o atual presidente da seção paulista da entidade, foi-lhe conferida a “presidência de honra” do evento, solicitando-se inclusive que ficasse vaga uma cadeira da assembleia³⁰⁷. Até mesmo um poema, de autoria de Heitor Saldanha, foi dedicado a ele.³⁰⁸

Entre os pronunciamentos que deram por aberto os trabalhos do congresso, feitos por figuras como Graciliano Ramos e Aparício Torelly, destaque foi dado à fala de Lila Ripoll que, na ocasião, liderava não apenas a seção gaúcha da A.B.D.E., como também a comissão

³⁰⁶ Entre os escritores que enviaram mensagens a Porto Alegre, encontravam-se Herbert Moses, Pablo Neruda, Aragon, Tristan Tzara, Claude Morgan, Paulo Eluard, Pierre Gamarra, Ilya Ehrenburg e Jorge Amado (ver *Horizonte*, n. 10. Novembro de 1951).

³⁰⁷ “Catorze Estados fizeram-se representar no Congresso Brasileiro de Escritores realizado em Porto Alegre”. In: *Folha da Manhã*, 3 de outubro de 1951, Noticiário Geral, p. 4.

³⁰⁸ “Galeão Coutinho vem vindo/Não era, não era a morte./Foi apenas um atraso no avião da carreira./Como um coração de luto/ficou parado no tempo,/perdido em desesperança./Galeão Coutinho vem vindo./No entanto vem atrasado/não puder chegar a tempo,/vocês voltando a São Paulo/alcancem-lhe o nosso abraço/que Porto Alegre o espera./São muitos, vários caminhos,/mas ele embora tardando/conhece o caminho certo” (ver SALDANHA, Heitor. “Improviso”. In: *Horizonte*, n. 10. Novembro de 1951, p. 287). Galeão Coutinho morreu em um desastre aéreo, ocorrido em 17 de setembro, na região de Ubatu-Mirim (entre Parati e Ubatuba). O escritor mineiro retornava do Rio de Janeiro, onde havia realizado uma conferência sobre Monteiro Lobato, para São Paulo, de onde partiria em nova viagem, desta vez para a Europa, dez dias depois. Provavelmente, ele não estaria presente no congresso de Porto Alegre (ver “Completamente destroçado o avião da Real”. In: *Tribuna da Imprensa*, 19 de setembro de 1951, p. 10; além do noticiário da *Folha da Manhã*, entre os dias 18 e 20 de setembro).

estadual de organização do evento³⁰⁹. Suas palavras refletiam, em geral, as expectativas já expostas há pouco acerca da reunião dos escritores em Porto Alegre. Segundo ela, os delegados presentes ao conclave cumpriam com uma missão já estabelecida em ocasiões anteriores, a exemplo dos conclaves de São Paulo, Belo Horizonte e Salvador, quando, contrariamente a atitude de isolamento e indiferença aos problemas nacionais, os escritores teriam optado pela tomada de posição, “com a sua literatura e a sua atividade prática para influir decisivamente nos destinos” do país. Nesse sentido, dizia Ripoll, a união de elementos muitas vezes tão diversos constituía-se num fator fundamental para que se estabelecesse um ambiente democrático no debate em torno de dilemas de interesse geral.

Somos de todo o país, pessoas de todo o Brasil, trazendo ideias diferentes, opiniões diversas, ardor polêmico, espírito militante, propósitos de afirmação e de esclarecimento. Será o nosso Congresso uma tribuna livre onde as ideias e as opiniões podem ser manifestadas de maneira clara e sem restrições. Aqui podemos dizer o que pensamos sem que ninguém se sinta constrangido, criando assim um plenário rico de debates, pleno de entusiasmo e de coragem na luta humana e indispensável das ideias. E isto só pode nos unir, porque nada melhor do que a amizade baseada no franco entendimento, na lealdade das convicções, que afastam os equívocos e as divergências sem princípio.

O certo é que só assim podemos trabalhar, como escritores independentes. O que nos prende a este Congresso é a possibilidade de nos entendermos muito bem a respeito do que necessitamos para obter uma melhor situação para o escritor brasileiro, para a solução de questões tão vitais como o barateamento do livro, a proteção à produção editorial, a dotação de maiores verbas para a instrução pública, para concursos literários, fundação de bibliotecas e de centros culturais no país. Nossas opiniões políticas ou ideológicas não impedirão, também, que o nosso Congresso, unido, se manifeste, com serenidade e vigor, contra os atentados ao pensamento e à liberdade de criação, contra a propaganda de guerra, contra as causas que sustentam o nosso atraso cultural. Podemos elevar ardorosamente as nossas vozes em defesa de nossas ideias e de nossas sugestões, mas sem quebrar a unidade de nosso Congresso, em quebrar a base de toda força que é a existência de nossa associação. Pensando na unidade do nosso Congresso, na esperança de sairmos daqui com um programa de trabalho, bem discutido e bem traçado, é que podemos lembrar um dos artigos de fé do gaúcho, de que fala Simões Lopes Neto: “não gasqueies sem precisão, nem grites sem ocasião”. Podemos ser inabaláveis em nossos princípios, mas inabaláveis também na convicção de que os interesses e os direitos do escritor são comuns e sua defesa é a base de nossa unidade.

A questão do “entendimento mútuo” – conforme expressão utilizada por Aníbal Machado ao exaltar a unidade dos escritores no congresso de 1945 – foi, sem dúvida, a que maior interesse despertou na imprensa, notadamente entre os veículos que procuravam descaracterizar o valor do evento na capital gaúcha. Segundo a *Tribuna da Imprensa*³¹⁰, por exemplo, as sessões plenárias tinham sido marcadas por alguns tumultos – em grande parte,

³⁰⁹ RIPOLL, Lila. “Não gasqueies sem precisão, nem grites sem ocasião”. In: *Horizonte*. In: *Horizonte*. n. 10. Novembro de 1951, pp. 288-289.

³¹⁰ “Um festival comunista o Congresso dos Escritores”. In: *Tribuna da Imprensa*. 10 de outubro de 1951, p. 8.

por conta da postura intransigente dos grupos comunistas – com intensos debates em torno de determinadas teses e ataques a alguns órgãos de comunicação.

Inúmeros congressistas usaram da palavra, surgindo de momento a momento tumultos no recinto das sessões, produzidos principalmente pelos srs. James Amado, do Distrito Federal, Abguar Bastos, Pontes de Moraes (antigo membro da conhecida coluna Prestes) e Carvalho Machado, de São Paulo, Tarcísio Tupinambá, do Estado do Rio, Walter da Silveira, da Bahia e Domingos Feliz, de Goiás.

O sr. Walter da Silveira, da ala dos comunistas e delegado da Bahia, em discurso, defendendo uma tese do sr. Alex Viani, sobre literatura para cinema, terminou dizendo que “a obra dos escritores Lúcio Cardoso e Otávio de Faria não representa o romance nacional”.

Por várias vezes, o sr. Pontes de Moraes atacou [ilegível] a imprensa brasileira, acusando esta de inimiga dos que nela militam e de contribuir, através do sensacionalismo que geralmente dá a determinadas reportagens, para a corrupção da juventude.

De acordo com o jornal carioca, as disputas entre as duas partes teriam chegado ao seu ápice durante a formulação e votação da Declaração de Princípios do congresso, momento em que duas propostas foram apresentadas a votação, com a vitória do projeto comunista.

Enquanto a bancada do Distrito Federal apresentou uma “Declaração de Princípios” de caráter genuinamente comunista, a bancada de Pernambuco apresentou uma outra baseada em princípios democráticos, apoiada pela maioria dos seus membros, que teve parecer desfavorável na Comissão de Assuntos Políticos, sendo rejeitada por 11 votos contra 2.

Entretanto, foi aprovada a dos comunistas, depois de intensas lutas travadas por delegados pernambucanos, mineiros e cearenses, que repeliram a atitude da maioria dos congressistas do Distrito Federal, com o apoio integral das delegações de S. Paulo, Bahia, Goiás e Rio Grande do Sul.

A “Declaração de Princípios” apresentada pelo Distrito Federal, o que já era de esperar, contém resoluções fundadas em ideias contrárias ao regime democrático, constituindo ainda um atentado à cultura mundial.

Além de outros, falaram defendendo seus pontos de vista os delegados Andrade Lima e Luiz Beltrão, por Pernambuco, e Dalcídio Jurandir pelo Distrito Federal.

As duas alas do Congresso, incumbidas de elaborar as “Declarações de Princípios”, isto é, a comunista e a democrática, esta composta de delegados do Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e Alagoas, trabalharam durante 24 horas de portas fechadas.

A tentativa de acordo, havida entre ambas as partes, fracassou, pois, como sabemos, tendo atualmente a A.B.D.E. uma diretoria comunista, para compor a Comissão de Assuntos Políticos tiveram preferência somente aqueles que apoiavam a fórmula marxista da A.B.D.E. nacional.

Conforme apuramos, a comissão que redigiu a “Declaração de Princípios” do Distrito Federal, e que foi aprovada por uma maioria integrada de comunistas, se compunha de Dalcídio Jurandir, Moacir Werneck de Castro, Abguar Bastos, James Amado, Carrera Guerra, Pontes de Moraes, Rui Barata, etc. Todos reconhecidos como elementos subversivos, sendo que o último é, aliás, deputado estadual, no Pará, pelo P.S.P.

O *Correio da Manhã* também se manifestou acerca do ocorrido, afirmando que se tratara de uma reação dos “escritores democratas” ao “pseudopacifismo” da maioria comunista que estava presente ao conclave³¹¹. Vale dizer que tais disputas em torno do documento final do evento não foram desmentidas por suas lideranças, ainda que a versão oficial tenha sido diferente daquela apontada pelos jornais opositores. Stenio Lopes, membro da delegação cearense, afirmava que a unidade do congresso e da própria A.B.D.E. não poderia ser obtida à custa do sacrifício dos princípios de cada um dos congressistas. Por essa razão, toda concessão “fácil” somente poderia ser encarada como “uma atitude frouxa e injustificável”.

Nas palavras de Lopes, havia prevalecido o respeito pelas diferenças existentes entre os delegados ao evento, de maneira que, mesmo em assuntos considerados “delicados”, nem uma vez sequer a temperatura das discussões tivesse se alterado. Segundo ele, o que se buscava, efetivamente, era uma “média das aspirações”, pois não seria lícito que, do confronto de ideias e posições ante os acontecimentos que conturbavam o mundo, “surgisse um documento unânime em sua significação”. Ainda assim, prosseguia, era inadmissível que se abrisse mão do debate político, restringindo o conclave ao mero debate dos “problemas de forma” e da “questão dos direitos e do amparo ao escritor”. Para Stenio Lopes, já não poderiam existir “torres de marfim” nas quais os intelectuais estivessem mergulhados. Dessa forma, enquanto alguns pontos eram tratados de modo a obter “uma identidade substancial de aceitação” entre os escritores; outros tantos gerariam certos desacordos entre os mesmos, sem que isso, necessariamente, levasse as partes a excluírem-se mutuamente.

Para os defensores da A.B.D.E., o êxito dos trabalhos em Porto Alegre estaria justamente na capacidade de se estabelecer um “debate livre e cordial dos problemas do escritor, num clima de respeito mútuo pelas ideias e sem que para isto fosse necessário fugir às posições de princípio das diversas tendências”. Por essa razão, não se poderia classificar os resultados do congresso senão como um grande sucesso, de modo que os debates em torno da famigerada declaração final davam conta, apenas, de questões pontuais, tendo o consenso predominado no restante dos dispositivos do documento. Na versão apresentada por Moacir Werneck de Castro, dias depois do evento³¹², afirmava-se que:

A maioria do Congresso colocava como questão essencial a defesa do Pacto de Paz entre as cinco grandes potências; não vagos apelos ao entendimento entre os povos pela paz, pois esse entendimento existe, mas a indicação de uma saída realista e

³¹¹ “Naturalizados da Coreia”. In: *Correio da Manhã*. 3 de outubro de 1951, p. 4.

³¹² CASTRO, Moacir Werneck de. “Um grande êxito”. In: *Horizonte*. n. 10. Novembro de 1951, pp. 295-296.

imediate para assegurar a paz, sem a qual não pode haver cultura nem criação intelectual de espécie alguma. Esta foi a principal diferença de fundo entre as duas Declarações [...]. Outra – sumariamente falando – foi que o documento majoritário tinha um sentido construtivo, com suas indicações para a ABDE, enquanto o da minoria se deixava perder em considerações doutrinárias e políticas que fugiam, inclusive, do espírito dos debates no Congresso.

As fontes consultadas não permitem que se tenha uma visão mais aprofundada da forma como os debates foram travados na Comissão de Assuntos Políticos. Se, por um lado, as notícias dadas pela *Tribuna da Imprensa* parecem seguir o visceral anticomunismo de seu proprietário, o jornalista Carlos Lacerda³¹³; por outro, as declarações de Stenio Lopes e Moacir Werneck de Castro claramente relativizam os acontecimentos, emprestando-lhes um aspecto suave e extremamente positivo.

Cumprir dizer que a leitura da Declaração de Princípios, em si, não revela grandes diferenças do que, até então, vinha sendo debatido no interior da A.B.D.E., desde a cisão de 1949. A hegemonia dos comunistas, de fato, politizou, quase que por completo, os trabalhos da entidade, sendo que a defesa da paz foi, sem sombra de dúvida, o fator de maior recorrência nos documentos e manifestos da mesma. Contudo, diferentemente do que foi observado no conclave nacional de 1950, o dilema profissional e econômico do escritor voltou a figurar no rol de objetivos do evento, ainda que atrelado ao discurso antiguerreiro. E, neste sentido, por não se ter o texto derrotado pelos congressistas em Porto Alegre, torna-se extremamente difícil avaliar, efetivamente, quais foram os pontos de discórdia. Resta, portanto, a leitura da proposta vencedora.

Os escritores brasileiros, reunidos em IV Congresso na cidade Porto Alegre, fieis ao espírito dos Congressos anteriores, sem distinções políticas, religiosas ou filosóficas, consideram, nessa hora grave para a humanidade, que é necessário lutar unidos, em defesa dos interesses de sua profissão e do efetivo desenvolvimento da cultura nacional.

Todos os valores e conquistas do espírito se acham ameaçados pelo perigo iminente de uma nova guerra. Agravam-se as condições de vida do escritor, como reflexo das condições de vida em nosso país, ao mesmo tempo que aumentam os atos de arbítrio e de violência contra as liberdades fundamentais do cidadão. A preparação guerreira é um obstáculo à atividade cultural, pois favorece a imposição de leis de exceção, que ferem a livre expressão do pensamento, agravando também a situação econômica do país.

Nosso povo não quer a guerra, opõe-se a uma nova carnificina. Refletindo o sentimento nacional, os escritores brasileiros proclamam sua decisão de tudo fazer

³¹³ No seu intento de descaracterizar o evento, o noticiário da *Tribuna da Imprensa* apelaria a supostos gastos excessivos por parte dos congressistas em “grossas farras noturnas em ‘boites’, piscinas e bares de Porto Alegre”. Os “farristas” (entre os quais, se encontrariam James Amado, Jacinta Passos, Solano Trindade, Helena Sangirard, Carrera Guerra, Miécio Tati, Abguar Bastos e Mauro de Alencar) teriam, segundo o jornal, utilizado parte considerável dos quase um milhão de cruzeiros arrecadados pelos organizadores do conclave para gastos particulares (ver, novamente, “Um festival comunista o Congresso dos Escritores”. In: *Tribuna da Imprensa*. 10 de outubro de 1951, p. 8).

contra o desencadeamento de nova guerra em favor de um acordo de paz entre as cinco grandes potências.

Os escritores brasileiros consideram que devem lutar contra os atentados ao pensamento e à liberdade de criação literária. Compreendem também que é necessária uma participação maior do escritor na salvaguarda da independência nacional e no repúdio a todas as forças criadoras do nosso país podem e devem ser utilizados para fins pacíficos, em benefício de toda a coletividade e do levantamento do nível de vida e de cultura do povo.

Entendem os escritores brasileiros que a A.B.D.E. deve assumir maiores deveres e responsabilidades na defesa de soluções práticas dos problemas do escritor e da cultura em nossa pátria, assegurando desse modo condições para o exercício da atividade cultural.

Congregados em torno destes objetivos, os participantes do IV Congresso fazem um solene apelo no sentido de que os escritores de todo o país se unam na defesa de seus interesses, pelo desenvolvimento de nossa cultura, pelo bem estar e o progresso de nosso povo e pela paz mundial.

Após um amplo debate sobre o temário, resolve o IV Congresso Brasileiro de Escritores adotar as seguintes resoluções, que devem servir de base ao programa de ação do Conselho Nacional da A.B.D.E.:

- 1) – Elaborar o Código de Proteção ao Trabalhador Intelectual;
- 2) – Preparar o livro nacional contra a concorrência estrangeira que se revestir de forma de “dumping” e lutar pela ampliação do mercado interno e por medidas que assegurem o barateamento do custo da produção do livro;
- 3) – Reclamar maiores dotações orçamentárias destinadas a fins pacíficos e culturais e a fomentar a instrução pública, bem como a instituição de prêmios que sirvam de estímulo à criação literária e artística, sob o patrocínio ou com a colaboração da A.B.D.E.;
- 4) – Favorecer a criação de uma literatura infanto-juvenil que fortaleça os sentimentos de amor à pátria e fraternidade com todos os povos e raças, e combater a influência nefasta das historietas em quadrinhos de procedência estrangeira;
- 5) – Protestar contra a aplicação da chamada lei de segurança e todas as medidas que cerceiem a liberdade de pensamento; contra as apreensões de livros e a proibição do acesso às fontes de pesquisa literária e contra a censura prévia; tomar posição contra qualquer condenação com todas as nações;
- 6) – Defender o livre e pleno intercâmbio científico e cultural com todas as nações;
- 7) – Preconizar um entendimento entre as grandes potências, através de um pacto de paz entre os Estados Unidos, União Soviética, República Popular da China, Inglaterra e França, pacto aberto a todos os países, não significando essa atitude apoio a tal ou qual governo, mas simples condenação à guerra e meio para a criação de um clima pacífico indispensável ao desenvolvimento da cultura; propugnar pela solução pacífica do conflito coreano, que ameaça ser o foco de uma nova guerra mundial; condenar todas as formas de propaganda de guerra e de ódio entre as nações;
- 8) – Defender, de acordo com as melhores tradições patrióticas, a soberania nacional e o direito de nosso povo a uma vida independente, condição básica para que exista uma literatura emanada das fontes vivas do sentimento popular;
- 9) – Tornar a A.B.D.E., através de seu Conselho Nacional, uma organização mais viva e atuante em defesa dos interesses dos escritores, para isso incrementando o intercâmbio entre as diversas seções e organizando os departamentos de difusão, de pesquisas e de assistência médica e jurídica.³¹⁴

Esta declaração não parece trazer, nem em sua introdução, tampouco em suas resoluções, pontos que possam causar algum tipo de surpresa. Em vista do que a A.B.D.E. estava fazendo até ali, e do que havia sido programado para o encontro na capital do Rio

³¹⁴ “Declaração de Princípios e Resoluções”. In: *Horizonte*. n. 10. Novembro de 1951, p. 294.

Grande do Sul – inclusive no seu temário oficial – o documento final do congresso pode ser avaliado pela sua coerência. O próprio sentido de Democracia não estava desconectado daquele preconizado pelos comentadores do evento durante o seu período de organização. Por essa mesma razão, cabe a interrogação quanto ao entendimento que os críticos tinham de uma proposta mais “democrática” por parte de alguns dos congressistas presentes em Porto Alegre. O histórico de disputas entre comunistas e não comunistas, com as constantes trocas de acusações, permite sugerir certo exagero nos relatos da *Tribuna da Imprensa* e do *Correio da Manhã* quanto aos conflitos na Comissão de Assuntos Políticos do conclave. As suas fontes, inclusive, não foram uma única vez especificadas, o que, por si só, já configura um problema (haja vista o combate exercido pelos referidos jornais ao órgão dos escritores).

Em seu texto citado há pouco, Moacir Werneck de Castro chegava a sugerir que tudo não passava de uma “campanha do ódio” por parte de “um pequeno DIP” instalado em função desse sentimento de repulsa em relação à A.B.D.E.. Graciliano Ramos, em pronunciamento feito durante a sessão de encerramento do congresso³¹⁵, afirmava que tais ofensas partiam de “jornais ricos”, e que, efetivamente, os congressistas não estavam “zangados” com as alegações de que aquela era uma reunião de “pobres diabos, mais ou menos alfabetizados”. Servindo-se de trocadilhos, o velho escritor alagoano sugeria que não era deles o intuito de jogar uma bomba em Porto Alegre, justamente por não estarem “a serviço de nenhuma potência estrangeira”, dizendo-lhe: “Entre, tome conta disso. A casa é sua”³¹⁶. Nas palavras do *Mestre Graça*, a casa, mesmo sendo “pobre”, era deles, e os intelectuais ali presentes não deixariam de denunciar aqueles que desejavam vendê-la. Neste sentido, dizia, o conclave não poderia ser outra coisa senão um ato político, conforme acusavam os detratores do evento:

Agridem-nos por sermos políticos. Bela novidade. Claro que somos políticos. Quiseram afastar-nos. Norte contra sul; materialistas contra idealistas; o realismo e o romantismo de mangas arregaçadas, coléricos. *Atiraram-nos* uns aos outros. Para tal fim, utilizaram-se diversos disparates. Termos nascido por acaso no nordeste não é razão para atacarmos o pampa e a planície amazônica.

Não faremos isso. Nesta semana mostramos que não faremos isso. Política? Perfeitamente. Nem só os idiotas e malandros devem ocupar-se dela. Resolveremos as nossas questões em família. Política? Perfeitamente. É uma vergonha ouvirmos o que ouvi de um estrangeiro, há pouco tempo, num banquete: “Façam isto, façam aquilo”. *O dedinho ameaçador*: “Façam isto, façam aquilo”. Não. Faremos o que achamos

³¹⁵ RAMOS, Graciliano. “Viver em paz com a humanidade inteira”. In: *Horizonte*. n. 10. Novembro de 1951, pp. 292-293.

³¹⁶ A referência de Graciliano era a canção “Boas Vindas” (1945), de Manuel Bandeira e Heitor Villa-Lobos. Os comunistas, de quem Bandeira havia se tornado um notório desafeto, acusavam o escritor pernambucano de ter composto a música por encomenda do governo brasileiro como um hino de recepção a uma missão norte-americana no Brasil. Em seus versos, dizia-se: “Amigo, seja bem vindo!/A casa é sua/Não faça cerimônia/Vá pedindo/Vá mandando/Seja seu tudo o que tenho de meu/E mais a divina graça/Amigo, seja bem vindo!”. A veracidade da acusação não pôde ser confirmada (ver *Fundamentos*. n. 22. Setembro de 1951, p. 7).

razoável fazer. Seremos inimigos desse homem que nos vem dar ordens, em língua estranha? De modo nenhum. Apenas desejamos que ele não nos dê ordens. Já não somos crianças. Queremos viver em paz com ele, *viver em paz com a humanidade inteira*.

Aos críticos da associação e de seu congresso, Graciliano reafirmava a pecha de traidores da pátria, já muito disseminada nos círculos comunistas e alardeada nos veículos de comunicação ligados ao PCB. Conforme se verá em capítulo posterior, esses ditos elementos “reacionários” significavam justamente o contraponto do que o partido e, por consequência, a A.B.D.E. entendiam como os “verdadeiros intelectuais”.

Para a associação, no entanto, aquele seria seu último congresso. Apesar da resolução de que o próximo encontro ocorresse em Goiânia³¹⁷, no prazo de dois anos, fato é que não mais seriam realizados eventos daquele porte pela entidade. No período que se seguiu ao conclave nacional de 1951, a agremiação foi perdendo gradativamente o seu já diminuto espaço no meio literário brasileiro. A fundação, por parte de seus membros egressos, de entidades rivais, encaminhou o seu desaparecimento, consumado em janeiro de 1958.

4.2. Os anos finais da A.B.D.E.: críticas, divisões e o surgimento da União Brasileira de Escritores

Os congressos realizados pela A.B.D.E. entre 1950 e 1951, apesar da tentativa de reafirmar a posição de liderança da associação frente aos escritores brasileiros, acabaram por gerar, efetivamente, um distanciamento maior entre os mesmos, cindidos entre comunismo e anticomunismo. As evidências desse aprofundamento do fosso que separava os dois grupos ficaram por conta não apenas das críticas feitas em jornais contrários ao PCB, mas também pela formação de outras entidades, todas de cunho regional, que passaram a concorrer com a velha associação pelo direito de representar os homens e mulheres de letras do país.

No combate ao que restou da agremiação, dois espaços se destacaram: o jornal *Tribuna da Imprensa*, cujo proprietário era Carlos Lacerda; e o suplemento *Letras e Artes* de *A Manhã*, onde se destacavam os artigos de Adonias Filho, escritos sob o pseudônimo Djalma Viana. Em ambos os casos, julgava-se a impropriedade das ações da entidade, uma vez que, a mesma não teria autoridade frente aos verdadeiros interesses daqueles que se dedicavam ao

³¹⁷ HERVÉ, Edith. “Até a vista, em Goiânia”. In: *Horizonte*. n. 10. Novembro de 1951, pp. 298-299.

ofício da escrita. Preocupada em propagandear as diretrizes do Partido Comunista, a A.B.D.E. estaria abdicando da luta por melhores condições profissionais dos escritores.³¹⁸

Exemplos, neste sentido, não faltam. Em comentário acerca das eleições da seção do Distrito Federal realizadas em 31 de março de 1950, e que resultaram na vitória de Alvaro Moreyra para liderar uma gestão que duraria até 1951, o jornal de Lacerda afirmava que aquele era um evento bancado por “arrivistas e aventureiros”, entre os quais dificilmente se encontraria um “escritor de verdade”. Segundo a nota, publicada dias antes do pleito, tratar-se-ia de “um espetáculo engraçado”, pois estariam ausentes aqueles que de fato tinham “a noção de responsabilidade e da nobreza da arte de escrever”, uma vez que não tinham aguentado “o ar cafajeste” da entidade.³¹⁹

Mais tarde, em 4 de abril, o mesmo jornal afirmou que a escolha da nova diretoria da A.B.D.E. carioca não passou de uma “eleição em família”, que ninguém tomava a sério, pois lhe faltava “realidade jurídica, idoneidade cívica e sobretudo intelectual para representar os escritores brasileiros”. O breve texto considerava que não era possível tomar por válidas as opiniões de uma “minoría” que as pressupunha como “nacionais”. Neste sentido:

o intuito da “eleição” não é propriamente nacional, mas servir de instrumento para citações na estrangeiro, para protestos a ser mencionados na imprensa sadiamente alinhada nos grandes e geniais princípios stalinistas para veículo de resoluções “pró-paz”, “pró-qualquer-coisa”, de interesse para o partido comunista. Por isso quando o público souber que os “escritores brasileiros” consideram Stalin a “alma da Luz”, a “flor vicejante da grande pátria socialista”, “o maior cientista, pintor, poeta, militar e pacifista”, a “estrela da manhã”, e a “quintessência da bondade”, cuide que se trata de resoluções da A.B.D.E.-Soviet, na sua linguagem peculiar, nos seus objetivos pré-estabelecidos. O mesmo no que respeita a facetas da política nacional em que haverá “resoluções” em nome dos intelectuais brasileiros, que nada terão a ver nem com o Brasil nem com intelectuais. É evidente que quando falarem de “democracia” de “Paz”, de “progresso”, empreguem palavras semelhantes na forma, mas inteiramente diferentes, no conteúdo, das que usam os escritores democratas do Brasil. Os bárbaros têm afeição pela palavras dos civilizados, mas os civilizados têm o direito de definir os termos e de esclarecer estes problemas para não passar, e não ser na verdade cúmplices dos bárbaros.

As “resoluções” e exortações a que em breve vamos assistir feitas por parte da A.B.D.E.-sectária, da A.B.D.E. sem sentido e sem autoridade e em grande parte sem escritores, da A.B.D.E. negação de uma verdadeira associação de escritores, nada têm a ver com a nossa cultura, a sua defesa e o seu espírito.³²⁰

O mesmo tom argumentativo era utilizado por Adonias Filho em seus ataques à entidade, principalmente por conta do anúncio do terceiro encontro nacional da associação,

³¹⁸ A *Tribuna da Imprensa* chega a publicar uma nota, em 16 de janeiro de 1950, modificando o nome da entidade para “Associação Brasileira dos Escritores Comunistas” (“ABDEC”). Tal mudança se justificaria pelo fato da agremiação ter se reduzido a uma “sucursal legalizada do Partido Comunista” (ver “ABDEC”. In: *Tribuna da Imprensa*. 16 de janeiro de 1950, p. 4).

³¹⁹ “A.B.D.E.”. In: *Tribuna da Imprensa*. 18 de março de 1950, p. 5.

³²⁰ “As ‘eleições’ da A.B.D.E.”. In: *Tribuna da Imprensa*. 4 de abril de 1950, p. 4.

que se realizaria em Salvador. Segundo ele, não era possível qualificar aquele evento como um congresso de escritores a exemplo dos anteriores, uma vez que o referido conclave não obedeceria senão as diretrizes do Partido Comunista. Além disso, a presença de “verdadeiros” profissionais da pena era questionável, sendo que, possivelmente, eles não estariam entre os membros das delegações enviadas à Bahia. Para o crítico, aquilo não passaria de um circo já desgastados “mesmo com novos palhaços”, já não atrairia espectadores.³²¹

Carlos Lacerda, por sua vez, acrescentou que a ocasião do congresso serviria apenas para “reunir alguns nomes de boa-fé, outros de vaidosos e desorientados”, recheando o evento “com verdadeiros comunistas promovidos a técnicos disto ou daquilo, e colocar esses nomes todos em baixo de moções e telegramas laudatórios à Rússia e insultuosos a tudo aquilo que não convenha à Rússia”. Com base nessa afirmação, ele demonstrava estranheza com a possível anuência e apoio do governo estadual local, comandado por Otávio Mangabeira, à realização do conclave (o que, efetivamente, parece ter ocorrido). Nas palavras de Lacerda, a reunião da capital baiana:

1. Não é um congresso.
2. Não é propriamente de escritores, embora haja alguns escritores ali.
3. Não representa coisa alguma, pois só poderia representar o Partido Comunista e este tem todo interesse em que se pense que são escritores independentes esses que ali se reúnem para apoiar tudo o que convém ao Partido.³²²

No ano seguinte, quando da realização do quarto conclave nacional da A.B.D.E., em Porto Alegre, Lacerda novamente viria a público, promovendo uma crítica feroz à associação e ao evento³²³. Traçando um breve histórico dos acontecimentos marcantes da entidade, desde 1945, ele tratou de desqualificar a iniciativa do conclave, não apenas reafirmando o compromisso que o mesmo teria com os interesses do Partido Comunista, mas também atacando – bem ao seu estilo – alguns dos principais nomes da agremiação. Astrojildo Pereira, a exemplo do que já havia ocorrido em outras ocasiões, era chamado de “uma das mais vigorosas vocações de tartufismo [falsidade] intelectual e de simulação de inteligência”. Aníbal Machado, por sua vez, era qualificado como “um eterno bom moço que ganhou

³²¹ VIANA, Djalma (Adonias Filho). “Circo em Salvador”. In: Suplemento *Letras e Artes* de *A Manhã*. 12 de março de 1950, p. 2.

³²² LACERDA, Carlos. “Explorações com os escritores”. In: *Tribuna da Imprensa*. 15 de abril de 1950, p. 4.

³²³ LACERDA, Carlos. “‘Escritores’ contra a Inteligência”. In: *Tribuna da Imprensa*. 22-23 de setembro de 1951, pp. 4-7. Humberto Bastos, em carta enviada a Lacerda e publicada na *Tribuna*, ponderou as considerações feitas no referido artigo, afirmando que, apesar de ter assinado o manifesto de renúncia dos chamados “escritores democráticos”, em abril de 1950, efetivamente não concordava com o abandono da entidade nas mãos dos comunistas, de modo que a luta em favor da A.B.D.E. deveria ser travada dentro da própria entidade e não fora dela. Uma vez entregue às mãos comunistas, qualquer disposição contrária às ações da agremiação era inútil, ato tolo (ver a coluna “Carta dos Leitores”. In: *Tribuna da Imprensa*. 27 de setembro de 1951, p. 4.

diploma de grande escritor sem precisar se dar ao trabalho de escrever, apenas com fazer declarações favoráveis ao Partido Comunista”. Já a respeito de Pedro Mota Lima, Carlos Lacerda dizia que “foi perdendo a inteligência como as pessoas ao envelhecerem perdem os dentes, ficando com a mentalidade banguela”. Quanto a um dos responsáveis pelas violências praticadas durante a posse de Afonso Arinos, Dalcídio Jurandir, o crítico o julgava como “um moleque muito ordinário”. Até o pintor Cândido Portinari não passou impune, sendo tratado como um “apóstolo pueril do marxismo, assumindo aquele ar realmente engraçadíssimo de teórico das coisas de que não entende”.

De certa forma, Lacerda atribuía a essas pessoas a responsabilidade pela decadência e desaparecimento da A.B.D.E. (ele entendia que a entidade não mais existia), o que possivelmente explica a escolha desses nomes em seu texto – uma vez que a ironia, a maledicência e a agressividade eram características bem específicas de suas colunas. Apenas Graciliano Ramos escapou ao veneno do crítico, possivelmente por se tratar de uma figura que se encontrava acima das lutas ideológicas e partidárias, praticamente se constituindo como uma unanimidade no meio intelectual. Na versão de Carlos Lacerda, apesar do *Mestre Graça* se prestar a coonestar a associação, como “um ou outro escritor” que ali permanecia, ele efetivamente se dizia comunista apenas “por uma afetado horror à humanidade”, não tolerando os comunistas tanto quanto os mesmos não o toleravam. Assim, sua convivência no Partido se daria apenas porque lhe interessava “contrariar o mundo”, enquanto que os membros do PCB tinham o desejo de explorar “o grande, belo e justo renome literário” que tinha no país.

De acordo com Carlos Lacerda, aquela reunião não passava, conforme a anterior, de um encontro de não escritores, financiado por alguns “otários”, a exemplo de Euvaldo Lodi (por meio do SESI) e do governo de Pernambuco³²⁴. No mais, ele denunciava a tentativa de se atrelar o congresso à figura de Érico Veríssimo que, contrariamente ao que estaria sendo divulgado pelos organizadores do evento, não presidiria o conclave. Lacerda alertava que tal informação não passava de chamariz aos chamados “escritores democráticos”, no sentido de obter a sua adesão. Neste sentido, dizia ele,

³²⁴ Mais trade, a redação da *Tribuna* voltaria atrás na afirmação de que Euvaldo Lodi, por meio do SESI (do qual era Presidente do Conselho) teria ajudado a financiar o evento em Porto Alegre. Segundo o jornal, o desmentido teria partido do próprio Lodi, que admitia ter sido procurado pelos organizadores do congresso, sem, entretanto, ter aceitado dar qualquer ajuda aos mesmos (ver “O SESI, não”. In: *Tribuna da Imprensa*. 25 de setembro de 1951, p. 1).

o Congresso Brasileiro de Escritores que se realiza na semana que vem, em Porto Alegre, não é propriamente de Escritores, não é exatamente brasileiro e quase não é de escritores.

Dada a natureza dos seus componentes, que na grande maioria justificam a designação, não é realmente um Congresso.

É um rodeio.

Para além da acidez das críticas de Carlos Lacerda, a sua alegação de que Veríssimo não participaria do conclave, de fato, procedia. O autor de *O tempo e o vento*, juntamente com outros escritores gaúchos, havia se desligado da seção local da A.B.D.E. e formado outra entidade de profissionais da pena. Segundo entrevista concedida à *Tribuna da Imprensa* por Moyses Velhinho, a “Sociedade de Homens de Letras do Rio Grande do Sul” havia sido concebida em agosto daquele ano, por conta do “franco desacordo” com a orientação assumida pela Associação Brasileira de Escritores. Em suas palavras, os encaminhamentos da agremiação carioca e de sua extensão sul-rio-grandense não representavam o interesse comum daqueles que se dedicavam à escrita. Neste sentido, Velhinho afirmava a sua repugnância quanto ao fato de que, dentro da A.B.D.E., se fizesse “eco às mistificações da propaganda”. Para ele:

Se nos deixássemos à margem simplesmente, cozendo as nossas discordâncias, numa atitude de morna displicência, desunidos e dispersos, era como se nos fosse indiferente que uma agremiação a que deixamos de pertencer continuasse a representar fora daqui, perante os que ignoram o que se passa entre nós, o pensamento unânime da classe dos homens de letras do Rio Grande do Sul. As atitudes omissas ou demissionárias só podem aproveitar aos que se têm mostrado tão solícitos em servir à obra de confusão e falsidade desencadeada no mundo pelos inimigos da democracia e de todas as formas de liberdade, inclusive a liberdade de criação. A Sociedade de Homens de Letras nasceu da convicção de que a inércia é, em última análise, a mais triste das formas de cumplicidade e de corrupção espiritual.³²⁵

Efetivamente, a articulação de parte dos escritores gaúchos em torno da criação de uma nova entidade de classe seguia uma tendência já observada em São Paulo. Desde os conflitos em torno do envio ou não de uma delegação paulista ao congresso realizado em Salvador, em abril do ano anterior, especulava-se a possibilidade de que setores da seção estadual da A.B.D.E., ligados diretamente às figuras de Sérgio Milliet e Mário Neme, pudessem construir uma nova associação. Já em meio aos debates que resultaram da ida de um grupo independente à Bahia, Alcântara Silveira alertava para a “necessidade de uma operação” na agremiação, apagando tudo que havia sido feito até ali e recomeçar, a partir da mudança do próprio nome da entidade, posto que a “Associação Brasileira de Escritores” já

³²⁵ “Os escritores gaúchos desarmaram os comunistas”. In: *Tribuna da Imprensa*. 22-23 de setembro de 1951, p. 8.

não inspiraria confiança a ninguém. Feito isso, seria necessária a limpeza dos quadros, com o estabelecimento de critérios mais rigorosos no aceite de sócios. Somente por esta via, os homens e mulheres de letras poderiam escapar ao assédio das questões de ordem meramente política, em detrimento da defesa de suas demandas culturais e profissionais.³²⁶

Em junho de 1951, meses antes do congresso de Porto Alegre, a mudança proposta por Silveira começou a ganhar corpo. Deve-se lembrar de que, naquele momento, já existiam duas entidades de escritores em São Paulo, ambas porém ostentando a velha sigla da A.B.D.E. – sendo que apenas uma delas era considerada oficial pela seção do Distrito Federal. Conforme já observado anteriormente, a chamada “Associação Brasileira de Escritores de São Paulo” havia sido intimada pela direção carioca no sentido de que fosse interrompida a gestão comandada por Sérgio Buarque de Holanda, com a convocação de novas eleições. Apesar de, aparentemente, as coisas terem se resolvido com a escolha de um novo grupo diretor, liderado por Galeão Coutinho, e a restauração do nome “Associação Brasileira de Escritores, seção de São Paulo”; fato é que ambas as agremiações continuaram a existir no Estado. As transformações, portanto, ocorreram justamente naquela entidade considerada ilegal pela comissão nacional da A.B.D.E..

Em reportagem da *Tribuna da Imprensa*, as razões da mudança, bem como os mecanismos pelo qual ela ocorreria foram expostos:

Tendo em vista a situação inconveniente criada para a Associação Brasileira de Escritores de São Paulo, pela campanha promovida, no seio da ABDE do Distrito Federal, por um grupo de elementos político-partidários, no que resultou o abandono da entidade pela grande maioria dos associados, e conseqüente aparecimento, nesta capital, de outro grupo, nesta capital de elementos filiados à mesma corrente política, os quais persistem, há quase um ano, em ostensiva campanha de confusão e diversionismo, para esse fim usando o nome da ABDE, dirigindo panfletos e circulares aos sócios desta Associação, promovendo tertúlias e “cock-tails”, sempre em nome da ABDE e, inclusive, tentando receber contribuições em dinheiro dos nossos associados – a diretoria da Associação Brasileira de Escritores de São Paulo, em reunião conjunta com o Conselho Fiscal, no dia 14 de junho corrente tomou as seguintes deliberações:

a) – Não responder à provocação que lhe tem sido feita por tais elementos, prescindindo, assim, de recorrer a ação da polícia, por entender que a força, ainda que legal, não deve ser empregada nem mesmo contra os que usam da violência como método de persuasão política;

b) – Designar uma comissão constituída dos associados Sérgio Milliet, Mário Neme, Paulo Mendes de Almeida, Lourival Gomes Machado, Arnaldo Pedrosa d’Horta, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, David Antunes, João Barros, para estudar e propor a mudança de denominação da entidade de classe dos escritores, indicando inclusive as modificações que, com vistas a uma organização de âmbito

³²⁶ SILVEIRA, Alcântara. “Da necessidade de uma operação”. In: Suplemento *Letras e Artes* de *A Manhã*. 23 de abril de 1950, p. 10.

nacional, se façam necessárias na estrutura e nos estatutos da Associação Brasileira de Escritores de São Paulo.³²⁷

A Sociedade Paulista de Escritores, como passou a ser conhecida a nova entidade, realizaria suas primeiras eleições em novembro de 1951, com o registro de uma única chapa na concorrência pelos cargos diretores. Por conta disso, Paulo Duarte foi escolhido o primeiro presidente da agremiação nascente, sendo acompanhado por Eduardo de Oliveira França, na vice-presidência, Mário Neme, como 1º secretário, Décio de Almeida Prado, como 2º secretário, e Américo Brasiliense de Moura, na tesouraria. O Conselho Fiscal, por sua vez, era composto por Sérgio Buarque de Holanda, Artur Leite de Barros, Roberto Pinto de Sousa, João Amoroso Neto e João de Sousa Ferraz.³²⁸

As atividades da sociedade não diferiam muito de sua congênere. Apesar das mudanças, ela conservou o local da antiga sede da seção paulista da A.B.D.E., na Rua João Bricola, bem como o controle de prêmios literários como o Fábio Prado. Até mesmo um conclave foi realizado, sob a denominação de Terceiro Congresso Paulista de Escritores, em meados de 1952. Apesar de um evento homônimo ter ocorrido em setembro do ano anterior, o recurso ao mesmo nome provavelmente se deu pelo não reconhecimento, por parte da nova agremiação, tanto da autoridade de seus promotores, bem como das decisões tomadas durante os trabalhos.

Fato é que, entre 3 e 6 de julho, na capital paulista, instalou-se esse “segundo” terceiro congresso, com um temário que, ao menos em tese, cumpria a agenda dos escritores que haviam abandonado a velha A.B.D.E., com ênfase nas questões profissionais: “a) assuntos relativos à profissão do escritor, encarada no seu aspecto ético e cultural; b) assuntos pertinentes ao exercício profissional da atividade do escritor e seu aspecto econômico (direitos autorais, fundo de assistência social do escritor); c) assuntos referentes à difusão cultural e artística na capital e no interior do Estado (possibilidades dessa difusão, meios de seu aproveitamento na democratização da cultura); d) assuntos concernentes ao contato dos intelectuais do interior com os da capital e outros centros do país (estudos das formas e benefícios decorrentes de uma efetiva aproximação dos intelectuais); assuntos relativos à edição de livros e à sua distribuição no interior e na capital; f) assuntos pertinentes à fundação de jornais e suplementos literários no interior do Estado.”

³²⁷ “Vai mudar de nome a ABDE de S. Paulo”. In: *Tribuna da Imprensa*. 23-24 de junho de 1951, p. 11.

³²⁸ “Eleições na Sociedade Paulista de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 28 de outubro de 1951, Noticiário Geral, p. 6.

As próprias teses pareciam confirmar as tendências da nova associação. Em reportagem acerca do início dos trabalhos do conclave, a *Folha da Manhã*, trazia alguns títulos de textos que seriam apreciados pelos congressistas: “A Distância das Obras Literárias e os Escritores do Interior” (João de Sousa Ferraz, David Antunes e Acari de Oliveira Mendes); “Amparo aos Escritores Brasileiros” (Geraldo Marcelino Bispo); “Publicação do Livro de Estreia do Escritor Associado da S.P.E.” (Miguel Jorge Maltby); “Solidariedade” (Albertino Moreira); “A Sociedade Paulista de Escritores e a Divulgação” (Otávio Espírito Santo); “O Escritor do Interior, a Divulgação de Suas Produções Literárias e Jornalísticas e a Formação de Bibliotecas” (Hélio Pinto Ferreira); “A Situação do Escritor Interiorano” (Enéas Camargo); “Interesses da Cultura do Escritor Brasileiro” (Micol Gueiros Santo); “Assuntos Referentes à Difusão Cultural e Artística na Capital e no Interior do Estado” (Antonieta Borges Alves); “Plano Para Edição e Publicação de Livros” (Davi Antunes, Acari de Oliveira Mendes e João de Sousa Ferraz); “Da importância da Divulgação Científica na Imprensa Diária” (José Antero Pereira Junior); “A Literatura Infantil na Formação Moral da Criança” (Elza de Moraes Barros Kyrillos); “Obras do Domínio Público” (Maria de Lurdes de Barros Leitão); “Direito Autoral” (Mário Neme); “A Imaginação e a Imagem” (Giannino Carta); e “Direitos Autorais no Cinema” (Alberto Cavalcanti).³²⁹

Efetivamente, no entanto, o congresso não se prestou nem a ser unicamente paulista, nem inteiramente dedicado às questões meramente profissionais. No noticiário promovido pela *Tribuna da Imprensa*, as informações dão conta de uma entidade preocupada não apenas em absorver os escritores egressos da A.B.D.E., mas também desqualificar as ações da agremiação, agora rival, afirmando que eram os sócios daquela os que efetivamente atentavam contra a democracia e a liberdade de criação dos homens e mulheres de letras. Neste sentido, não surpreendia a presença de numerosas delegações vindas de outros Estados – principalmente do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul³³⁰ – tampouco o caráter combativo do discurso de Paulo Duarte durante a sessão de encerramento do conclave.³³¹

O então presidente da Sociedade Paulista de Escritores afirmava que, seguindo a tradição lançada pelos congressos de 1945, 1946 e 1947, aquele encontro representava mais um manifesto dos profissionais da pena em favor da liberdade. Para ele, este era um valor “vital” aos que se dedicavam ao exercício do pensamento e da escrita, “como a pele pintada

³²⁹ “Instala-se hoje na Biblioteca Municipal o III Congresso Paulista de Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 3 de julho de 1952, Economia e Finanças, p. 8.

³³⁰ “Congresso de Escritores”. In: *Tribuna da Imprensa*. 7-8 de junho de 1952, p. 9.

³³¹ “Discurso de Paulo Duarte”. In: *Tribuna da Imprensa*. 12-13 de julho de 1952, p. 9.

para o leopardo” (“que não constitui o leopardo, mas este não seria leopardo sem a pele pintada”).

Paulo Duarte considerava que o momento brasileiro, notadamente pelas vicissitudes de sua vida política, tinha revelado “muito leopardo sem pele pintada”, como “suçuaranas do espírito”, para as quais “matar a fome fisiológica” seria “muito mais importante do que pensar”. Por temerem a luta, amedrontavam-se e se acovardavam “ao primeiro sinal de perigo”, entregando-se “de braços para o ar à primeira patrulha de governos corruptos ou do fanatismo demagógico”, ou se extinguindo “nas trincheiras totalitárias, ora da direita ora da esquerda, na esperança ingênua e vã, mas também estúpida, de salvar a pele”.

Ainda que não fossem citados nomes, a fala de Paulo Duarte pode ser interpretada como uma crítica ao aceite, por parte de outras associações e academias, da presença de antigos “tiranos policiais” que, em outros tempos, tinham perseguidos alguns dos eminentes membros dessas entidades. Nesse caso, o não reconhecimento da S.P.E., por parte do governo comandado novamente por Getúlio Vargas, como uma agremiação que representava oficialmente a classe de escritores do país – reconhecimento este dado apenas à A.B.D.E. – era interpretado como resultado de uma suposta subserviência, ou mesmo falta de combatividade desta última ao Estado. O *Correio da Manhã*, em uma de suas colunas editoriais publicadas dias antes do evento, já trazia considerações que apontavam nessa direção. Em suas palavras:

Como representante legítima dos escritores paulistas, o governo federal só reconhece a Associação Brasileira de Escritores, Seção de São Paulo. Estende o reconhecimento oficial às entidades filiadas a essa Seção, das quais a maior, numericamente, é a Associação Brasileira de Escritores, Seção do Distrito Federal, existindo outras seções na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, etc. Nas sessões solenes da Seção do Distrito Federal, posse de nova diretoria, etc., aparece um oficial do Exército, fardado, ajudante de ordens do presidente da República que o representa, fazendo parte da mesa. Quando, no ano passado, todas as seções se reuniram para celebrar um Congresso em Porto Alegre, o governo federal prestigiou igualmente o certame, inclusive por meio de vultoso auxílio em dinheiro. São estes, portanto, os escritores de que o sr. Getúlio Vargas gosta.

Mas por que essa preferência? Explicam-na os temários diferentes. A Sociedade Paulista de Escritores e seus convidados só cuidam da situação cultural e profissional do escritor. Mas nas sessões da Associação Brasileira de Escritores, seções do Distrito Federal e de São Paulo, e nos congressos como aquele de Porto Alegre, só se fala no dever dos escritores de defender a Paz, ou antes a PAZ. São dispensáveis outras explicações.³³²

No que diz respeito ao discurso de Paulo Duarte, portanto, os sócios das demais entidades não passariam de “escritores amilhados”, ou seja, que recebiam ração do governo e,

³³² “Acadêmico”. In: *Correio da Manhã*. 17 de junho de 1952, p. 2.

por essa razão, não o incomodavam. De acordo com ele, tais figuras não se achavam representadas no congresso que ora se encerrava, uma vez que aquele era um encontro da “verdadeira inteligência”, “lúcida”, “modesta” e “arredia”, que não se imiscuía, não se intrometia, tampouco xeretava – atitudes essas que seriam, no seu dizer, “indispensáveis, a vida mesmo da mediocridade cabotina e do simulador da cultura”. A esse, somava-se a existência do “intelectual que só se curva ao raciocínio ou a uma ideia”, ampliando o quadro de “falsificadores” contra os quais se deveria lutar. Neste sentido, concluía que:

Dentro do nosso ponto de vista, como escritores, entretanto, que é a tolerância e a liberdade de consciência e a objetividade no seu grau mais alto, todas as doutrinas serão bem-vindas em nosso meio, desde que possam ser discutidas e expressas sem censuras que as limitem e sem “índex prohibitorum” que as amaldiçoem. Só não podemos tolerar a tirania do pensamento, como não podemos tolerar a tirania política, seja de esquerda, seja de direita. Mesmo aquelas que queiram justificar o sacrifício de uma porção de gerações sob o pretexto de libertar outras que virão num futuro remoto. Porque, já lembramos isto noutra lugar, é fácil e rápido ensinar o homem, imperfeito ainda com os seus escassos dez mil anos de cultura, tomada a palavra no seu sentido sociológico, a matar os seus semelhantes; difícil e lento é ensiná-lo a amar os outros homens. Muito menos poderíamos tolerar tais doutrinas quando se apresentam em nome da justiça social. Porque esta, através do socialismo, tem que ser tolerante, não pode, em seu desenvolvimento, levantar-se sanhuda e sinistra contra fatos sociológicos, como as religiões, para citar o exemplo mais melindroso de todos. Ir contra elas seria ir contra fatos sociais, uma atitude anticientífica e, portanto, contra a verdade, sem nos atermos ao indivíduo, que tem de ser preservado também, desde que não ameace o direito de segurança coletiva.

Nota-se que Paulo Duarte procurava inverter a lógica utilizada pelos membros da A.B.D.E., na medida em que os escritores autênticos seriam justamente os dissidentes da antiga agremiação, por não se curvarem a uma ideologia, às disputas partidárias, tampouco aos “subornos” do governo. No limite, tratava-se de um jogo de palavras, onde as insinuações não passavam de uma tentativa de legitimar o congresso realizado pela S.P.E., em detrimento daqueles que haviam ocorrido no ano anterior, sob a direção da associação concorrente.

Dessa forma, as considerações de Duarte podem ser encaradas como um esforço pela afirmação da nova entidade no cenário cultural brasileiro, construída sobre a ideia de que ao intelectual cumpriria o dever de participar das questões do país, sem contaminar seu pensamento e sua ação com questões outras que não fossem do interesse direto de seu ofício. E foi justamente com base em tais princípios que se constituiu a declaração final do conclave:

Os escritores reunidos neste Congresso, cômicos de sua responsabilidade de representantes da inteligência livre do Brasil, formularam a presente declaração de princípios:

1 – Reafirmam sua intransigente confiança nas formas democráticas de vida social e política, únicas compatíveis com a dignidade humana e o exercício da inteligência. Ao fazê-lo, têm a convicção de prosseguir na linha traçada em seus I e II

Congressos Brasileiros de Escritores e I e II Congressos Paulistas de Escritores, de que a presente assembleia é a legítima continuadora.

2 – Reconhecem que é das mais altas funções do escritor associar a atividade intelectual aos ideais de convívio expressos na grandeza e soberania do país, na paz entre os povos e na cooperação de todos para a harmonia e a justiça entre os homens. Recusam-se a subordinar estes e quaisquer interesses públicos, confessionais ou ideológicos, bem como a quaisquer preconceitos de raça, cor ou classe, que resultem na sua limitação.

3 – Acreditam que a missão do escritor requer completa liberdade do espírito e fidelidade às exigências pessoais da criação.³³³

A importância do evento promovido pela S.P.E., assim como das conclusões a que o mesmo chegou, foi a de estimular a constituição de novas agremiações similares a ela, a exemplo do que já havia ocorrido no Rio Grande do Sul, em agosto de 1951. No Rio de Janeiro, esse “incentivo” resultou no aparecimento da Sociedade Carioca de Escritores. Em 26 de julho de 1952, importantes nomes das letras brasileiras – como José Lins do Rego, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Lacerda, Otávio Tarquínio de Souza e Carlos Drummond de Andrade – reuniram-se em assembleia com o propósito de fundar uma associação alternativa à A.B.D.E., seção do Distrito Federal. Suas diretrizes fundamentais seriam: a defesa dos direitos específicos dos escritores, como classe; a defesa da liberdade de pensamento e de criação dos escritores; e uma atitude contrária a qualquer espécie de totalitarismo, tanto o comunismo como o fascismo, inclusive em suas modalidades sul-americanas e brasileiras.³³⁴

O exemplo vindo da sociedade criada em São Paulo se consubstanciou, por sua vez, na recorrência a figura de Paulo Duarte no encontro, inclusive na composição da mesa diretora dos trabalhos da assembleia, bem como na adoção dos dispositivos presentes Declaração de Princípios do congresso realizado dias antes na capital paulista. A S.O.C.E., sigla pela qual ficou conhecida a nova entidade, constituiria, assim, um passo a mais no sentido de se construir uma nova agremiação nacional dos escritores, uma vez que, em outros Estados, os homens e mulheres de letras descontentes com os rumos da A.B.D.E. também estavam se organizando e formando suas próprias agremiações.³³⁵

Jorge de Lima foi escolhido o presidente da diretoria provisória da S.O.C.E., a qual seria encarregada de encaminhar a formulação dos estatutos da mesma, bem como a

³³³ “Encerrado o III Congresso Paulista de Escritores”. In: *Tribuna da Imprensa*. 12-13 de julho de 1952, p. 9.

³³⁴ “Contra Comunismo e Fascismo os escritores desta capital”. In: *Tribuna da Imprensa*. 26-27 de julho de 1952, p. 1 e 10.

³³⁵ Os exemplos dados por Paulo Duarte durante a assembleia davam conta de sociedades de escritores sendo formadas no Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Pernambuco e Mato Grosso (ver “Fundada a Sociedade Carioca de Escritores”. In: *Tribuna da Imprensa*. 28 de julho de 1952, p. 9). Acerca da formação da nova sociedade de escritores no Rio de Janeiro, ver também “Fundou-se ontem a Sociedade Carioca de Escritores”. In: *Diário de Notícias*. 27 de julho de 1952, Segunda Seção, p. 1.

realização de dois congressos nacionais: em 1953, no Rio Janeiro, e em 1954, em São Paulo, como uma homenagem ao quarto centenário da cidade. O poeta alagoano acabaria sendo confirmado, posteriormente, em disputa com Marques Rebelo, como o primeiro mandatário da nova entidade, em outubro de 1952.³³⁶

No entanto, diferentemente do que ocorreria com a S.P.E., a Sociedade Carioca de Escritores teria vida curta. Apesar das notícias veiculadas pela imprensa durante os primeiros meses de 1953 prestarem conta dos encontros entre os sócios no sentido de viabilizar os conclaves programados anteriormente, fato é que, além deles não terem saído do papel, também a agremiação do Distrito Federal parecia não ter a mesma vitalidade de sua congênere paulista. Assim, um ano e meio após a sua assembleia de fundação, a S.O.C.E. era dada como morta, sem que se especificasse ao certo as razões de seu desaparecimento.³³⁷

Vale dizer, contudo, que a Sociedade Paulista de Escritores conseguiu, efetivamente, organizar um conclave, em 1954. Por conta das comemorações de 400 anos da capital bandeirante, realizou-se o Congresso Internacional de Escritores, entre 9 e 15 de agosto, sob o patrocínio da UNESCO, que também promoveria uma série de “Encontros Intelectuais”, entre os dias 16 e 22 do mesmo mês. O evento, que contou com a presença de intelectuais norte-americanos, franceses, italianos, ingleses, portugueses e mexicanos, sugestionou os seguintes temas para as teses que seriam enviadas para a apreciação das comissões: problemas da crítica de arte; problemas relativos aos meios atuais de divulgação do pensamento; o Novo Mundo visto pela Europa; a literatura moderna como expressão do pensamento; e o Velho Mundo visto pelos americanos.

Um dos pontos dignos de nota é justamente a ausência de elementos comunistas às reuniões, não apenas brasileiros, mas também estrangeiros. Conforme verificado no parágrafo anterior, as delegações vindas do exterior não incluíam escritores oriundos de países ligados à União Soviética. Segundo a *Folha da Manhã*, o próprio Paulo Duarte, em sua oração de abertura do congresso, em nome da S.P.E., salientava que somente aqueles que estavam “limitados por injunções ideológicas” não tomavam parte entre os participantes do conclave.

Uma vez mais, se reafirmava o cenário de divisão entre os intelectuais do país. Nem mesmo o fato do evento ser internacional, e ter se dado por conta dos festejos em torno do

³³⁶ Ver a coluna “Escritores e Livros”. In: *Correio da Manhã*. 19 de outubro de 1952, Primeiro Caderno, p. 10. O pleito ocorreu um dia antes.

³³⁷ Ver a coluna “Escritores e Livros”. In: *Correio da Manhã*. 17 de dezembro de 1953, Primeiro Caderno, p. 10 (“Informa-se ao mesmo tempo que Henrique Pongetti vai ressuscitar, com um grupo de intelectuais, a Sociedade Carioca de Escritores que, como se sabe, teve fim dos mais tristes: morreu aos cinco meses. Projeta-se mesmo convocar eleições para dentro de pouco tempo. O presidente da sociedade era Jorge de Lima. Candidatos em perspectiva: Pongetti e Amando Fontes”). Vale dizer que Jorge de Lima havia falecido um mês antes (ver “Jorge de Lima”. In: *Correio da Manhã*. 17 de novembro de 1953, Primeiro Caderno, p. 10).

quarto centenário de São Paulo, foi suficiente para que importantes nomes do pensamento brasileiro, ainda que comunistas, fossem convidados a participar. O distanciamento entre as partes parecia, àquela altura, irremediável, sendo que, somente a partir de fevereiro de 1956, em vista das denúncias dos crimes de Stalin feitas por Nikita Krushev durante o XX Congresso do PCUS, foi possível observar uma possibilidade de aproximação entre as partes.

4.2.1. Uma reaproximação possível

O processo de autocrítica instaurado dentro do PCB desde então, gradualmente fez com que muitos de seus pensadores ligados ao partido revisassem suas atitudes frente a outros segmentos ideológicos no interior na intelectualidade do país. No contexto da A.B.D.E., dominada justamente pelos comunistas, e seguidora das diretrizes pecebistas, tais mudanças foram, possivelmente, as responsáveis pelo restabelecimento do diálogo com escritores vistos até então como desafetos, permitindo que, mais tarde, alguns acordos levassem agremiações rivais, como a S.P.E. e a A.B.D.E., seção de São Paulo, a se reunirem em uma única entidade, a União Brasileira de Escritores.

Neste sentido, cumpre salientar as mudanças no discurso do Comitê Central do PCB que, já em outubro de 1956³³⁸, passou a defender que a orientação política do partido fosse “a mais ampla, flexível e audaz”. Afirmava-se que, por conta do culto a Stalin, havia-se cometido “graves erros, sérias injustiças, violações da legalidade socialista e abusos contra certas minorias nacionais”. Expressões como “excessivo centralismo”, “arrogância” e “autossuficiência” passaram a ser utilizadas para justificar alguns equívocos, como “as críticas violentas e intempestivas, que criavam um ambiente de intimidação” e causavam o afastamento de muitos quadros e militantes.

No campo cultural, passou-se a defender o incentivo e o respeito à “liberdade de criação artística” e à “liberdade criadora dos intelectuais comunistas”. Para tanto, sectarismo e subjetivismo deveriam ser combatidos, por serem entendidas como “as tendências mais superficiais” à atividade do partido. Em relação ao primeiro, dizia-se:

O sectarismo nos tem causado sérios prejuízos no trabalho com as massas e com os aliados. Nossa atividade política e prática está impregnada de fortes tendências “esquerdistas” e sectárias, o que se revelou ainda recentemente em face de importantes movimentos de frente única e campanhas de massa. Somos intransigentes, pouco

³³⁸ “Projeto de Resolução do C.C. do P.C.B. sobre os ensinamentos do XX Congresso do P.C. da U.R.S.S.”. In: *Voz Operária*. 20 de outubro de 1956 *apud* CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1943 a 1964)*. vol. 2. São Paulo: Difel, 1982, pp. 143-154.

inclinados a fazer entendimentos e acordos mediante concessões aos aliados. Chegamos até ao rompimento sem motivos reais com pessoas que não pensam como nós e com as quais nem sempre sabemos encontrar o terreno para a ação comum. Utilizamos métodos impositivos. As explicações acessíveis e persuasivas, a linguagem simples e concreta e a atitude modesta e exemplar não são ainda nosso padrão de trabalho entre as massas. Generalizou-se entre nós a tendência de que as organizações de massa sob nossa influência devem participar obrigatoriamente de todas as campanhas que dirigimos ou apoiamos. Nem sempre sabemos considerar devidamente o término das lutas, nas quais nos lançamos, às vezes, sem levar em conta as forças mobilizadas, a disposição das massas e dos aliados. Muitas pessoas, assustadas com nossas palavras de ordem políticas, muito avançadas ou nossos métodos errôneos de trabalho, se afastavam das lutas e das posições de unidade. Esquecemos frequentemente que o papel dirigente do Partido deve ser conquistado mediante um trabalho de massas quotidiano e uma justa política e que é através da própria existência que as massas serão ganhas para as posições que defendemos. Falta-nos muito para agirmos com inteira compreensão, cordialidade e paciência, e deixamos por vezes de cumprir nosso dever como força de coesão e principal fator de entendimento mútuo. Na prática subestimamos os aliados, procuramos tutelar as massas e somos levados a substituir as massas pelo Partido e pelas personalidades. As tendências sectárias ainda existentes no Partido revelam incompreensões a respeito do papel das massas populares e do Partido na luta de libertação nacional e social de nosso povo. Essa luta só pode ser travada com pleno êxito pelas massas de milhões de brasileiros. O dever do Partido, como servidor das massas, é persuadi-las, mobilizá-las, uni-las e tudo fazer para bem dirigir suas lutas.

Quanto ao subjetivismo, o texto do Comitê Central prosseguia, afirmando que:

O subjetivismo nos tem levado a incompreensão da realidade, a interpretações mecânicas e unilaterais dos fenômenos, a falsas avaliações de fatos e situações, de suas causas e consequências. Sob a forma de empirismo, que subestima a teoria, o subjetivismo nos levou a cometer graves erros; mas é sob a forma do dogmatismo que o subjetivismo mais se manifesta em nossas fileiras. O dogmatismo tem nos causado grandes prejuízos mediante a repetição mecânica de fórmulas teóricas dentro das quais pretendemos enquadrar a realidade brasileira, e através da cópia servil de experiências alheias nem sempre aplicáveis às condições concretas de nosso país. Abdicamos da capacidade de pensar independentemente e do necessário espírito criador. Copiamos literalmente o P.C.U.S. em muitas formas de construção do Partido, apesar da extrema diversidade de condições. A aceitação, sem espírito analítico e crítico, das ideias de comunistas e de partidos comunistas de outros países, era comum em nossa atividade. O dogmatismo nos tem levado a não dar suficiente atenção ao estudo da experiência das lutas de nosso povo e de nosso Partido. Como negação do marxismo-leninismo e entrave à justa compreensão e direção da luta de libertação nacional e social de nosso povo, o dogmatismo deve ser enérgica e permanentemente combatido. Para superar o dogmatismo é indispensável intensificar em todo o Partido a educação ideológica marxista-leninista em união indissolúvel com o estudo da realidade nacional, generalizando nossa experiência. Guiados pelo marxismo-leninismo, elaboraremos o caminho brasileiro para a libertação nacional e social de nosso povo.

As consequências dessa reorientação do PCB também se fizeram sentir entre os escritores comunistas e, evidentemente, na A.B.D.E.. Dalcídio Jurandir, um dos nomes de maior destaque na entidade desde a cisão de 1949 (evento no qual ele teve participação direta e, por que não dizer, decisiva), em carta publicada na edição de 9 de outubro da *Imprensa*

*Popular*³³⁹, declarava sentir um misto de repugnância, cólera e culpa diante da leitura e releitura do relatório Krushev. Na avaliação de seus “equívocos”, ele afirmava que “o dever estava se transformando em arrogância e o amor em baixeza”, sendo que, “muitas vezes, a honra se tornava incompatível com o amor ao povo, o que era um absurdo, uma mistificação”. E, neste sentido, Jurandir se questionava quanto ao papel que esses mesmos erros teriam cumprido no “primarismo arrogante”, no “burocratismo mandador”, na “imprecação sectária”, na “tendência ao fanatismo”, na “caricatura do internacionalismo proletário”, bem como no desligamento entre os pensadores e a vida brasileira.

Efetivamente, as diretrizes do partido na condução dos estudos sobre o país estavam sendo colocadas, naquele momento, em xeque. Dalcídio Jurandir prosseguia em seu exercício de autoexame, perguntando ao seu interlocutor quanto ao que se tinha feito “para encontrar as bases teóricas, os elementos práticos” que indicariam “o caminho brasileiro da democracia e do socialismo”. “Que corpo de ideia, que obra de crítica, pesquisa e longo debate para a interpretação da realidade brasileira, estimulamos?”, interrogava. Para ele, apesar do “ardor”, da “sinceridade” e da “justeza” de suas ações, não era possível, diante do quadro que estava sendo pintado, negar “alguns erros típicos”. Nesse caso, seu principal exemplo recaía sobre a atuação que teve durante as eleições da A.B.D.E., em que o candidato eleito Afonso Arinos de Melo Franco, juntamente com centenas de outros escritores, abandonaram a entidade, por conta das violências perpetradas pelos comunistas durante o pleito e a cerimônia de posse. Nas palavras de Jurandir:

Fomos um modelo de como tratar mal aqueles escritores e companheiros de vida literária que divergiam e divergem de nós. Houve, naquela ocasião, o erro de parte a parte. Mas de nosso lado, confundíamos divergências com luta corporal, pré-estabelecíamos o rancor e o xingamento sistemático. Parecíamos tomados de uma fria e monótona fúria sectária. E como o mais responsável pelo que sucedeu na A.B.D.E. quero afirmar que aquilo foi uma vergonha e a culpa, de certo modo, coube a mim unicamente pois me utilizei do meu cargo naquela Associação para provocar a baderna. Trata-se de restabelecer a compostura nas relações pessoais mesmo com os nossos mais irreconciliáveis adversários.

Ainda que, a princípio, as considerações de Dalcídio Jurandir possam não ter obtido a receptividade esperada – com Manuel Bandeira afirmando que aquilo, provavelmente, não passava de uma atitude automática, orientada pelo PCB³⁴⁰ – os anos subsequentes demonstraram que, efetivamente, os conflitos arrefeceram, permitindo uma aproximação entre

³³⁹ JURANDIR, Dalcídio. “Uma discussão que está em todas as cabeças”. In: *Imprensa Popular*. 9 de outubro de 1956, p. 3.

³⁴⁰ BANDEIRA, Manuel. “Autocrítica”. In: *Tribuna da Imprensa*. 10-11 de novembro de 1956, Tribuna das Letras, p. 5.

setores da intelectualidade brasileira que, até então, não demonstravam qualquer disposição para o diálogo. No âmbito desse processo de estreitamento das relações entre as partes, foram as duas entidades de escritores paulistas, a S.P.E. e a A.B.D.E., seção de São Paulo, que deram o primeiro passo no sentido de um entendimento mútuo. O resultado desse processo foi o aparecimento da União Brasileira de Escritores.

Segundo reportagem da *Folha da Manhã*, de 17 de janeiro de 1958, as conversações acerca de uma possível fusão entre as duas agremiações tinham se iniciado em 1956, por conta da Primeira Convenção Municipal de Intelectuais em Defesa do Ibirapuera³⁴¹. Contudo, somente em setembro do ano seguinte, durante a solenidade de entrega do Prêmio Fábio Prado, é que o acordo foi oficialmente anunciado³⁴². Paulo Duarte e Mário Donato, presidentes, respectivamente, da S.P.E. e da A.B.D.E., seção de São Paulo, firmaram a constituição da U.B.E., sigla da nova entidade, sob os seguintes princípios:

– a) Defesa permanente da nossa herança literária, científica e artística; das nossas tradições e da língua do Brasil; criação de condições novas que atendam às crescentes necessidades culturais do nosso povo. Nesses termos, empenhar-se-ão os escritores em que sejam criados estímulos a todas as atividades científicas e técnicas, e promovendo a campanha para que os poderes federal, estadual e municipal executem uma justa e eficiente política cultural, destinando maiores verbas à instrução pública ao incentivo das artes, das letras e da pesquisa científica, à ampliação da rede de escolas destinadas aos três graus do ensino, subordinada a rigoroso planejamento técnico-científico. Cuidarão ainda os escritores da consecução, pelos poderes competentes, de medidas visando a melhores condições do ensino e do livro; ao incentivo e desenvolvimento da indústria editorial, com consequente barateamento da obra impressa; à consolidação da indústria cinematográfica; à difusão do jornalismo falado e escrito; e ao florescimento das artes plásticas, do teatro e da música brasileiros.

– b) Defesa intransigente das liberdades democráticas, da livre manifestação do pensamento em todas as suas formas de expressão; da liberdade de cátedra, do direito de reunião e de associação; do direito de greve e quaisquer outros garantidores da dignidade humana, contra, portanto, preconceitos de raça, língua, nacionalidade e crença.

– c) Apoio a uma política exterior que conduza o Brasil a coexistir pacificamente com todos os povos, a fim de tornar possível o intercâmbio econômico, científico e cultural indispensável ao seu pleno desenvolvimento, pleiteando, ao

³⁴¹ “Em torno de princípios foi realizada a pacificação dos escritores de São Paulo”. In: *Folha da Manhã*. 17 de janeiro de 1958, Assuntos Gerais, p. 4. No que diz respeito a I Convenção Municipal de Intelectuais em Defesa do Ibirapuera, tratou-se de um evento realizado entre fevereiro e março de 1956, cujo principal interesse era buscar uma solução para o que era classificado como um “desvirtuamento das finalidades” do parque: naquele caso, o uso do espaço para a instalação de repartições públicas e outros serviços não relacionados “à cultura e à recreação da coletividade paulistana” (ver “Memorial sobre o Ibirapuera, de associações culturais, ao governador, ao prefeito e à Comissão do Centenário”. In: *Folha da Manhã*. 11 de janeiro de 1956, Assuntos Gerais, p. 8; “Intelectuais pretendem convocar uma convenção para traçar planos sobre o futuro do Ibirapuera”. In: *Folha da Manhã*. 20 de janeiro de 1956, Assuntos Gerais, p. 12; “Será debatido na I Convenção Municipal de Intelectuais e Artistas o problema do destino a ser dado ao Ibirapuera”. In: *Folha da Manhã*. 9 de fevereiro de 1956, Assuntos Gerais, p. 9; e “Inicia-se a I Convenção Municipal de Intelectuais e Artistas”. In: *Folha da Manhã*. 1º de março de 1956, Assuntos Gerais, p. 3).

³⁴² “Decidida a fusão da Sociedade Paulista de Escritores com a A.B.D.E. – Seção de São Paulo”. In: *Folha da Manhã*. 28 de setembro de 1957, Assuntos Gerais, p. 4.

mesmo tempo, o estabelecimento de medidas de incentivo ao intercâmbio cultural e artístico com todo o mundo.

– d) Solução dos problemas éticos e profissionais do escritor, lutando-se pelo conjunto de reivindicações e aspirações dos homens de letras do Brasil, tais como: definição do escritor; proteção ao trabalho do escritor; salários e direitos autorais condizentes; maiores dotações orçamentárias para fins culturais, bolsa de estudo e de viagem, expansão do mercado do livro, alfabetização intensiva, tratamento tarifário especial para o papel, o livro e todos os instrumentos e material de aplicação cultural.

Tomados em conjunto, esses princípios congregavam demandas feitas por ambas as entidades em fusão, notadamente durante os seus últimos congressos. Os entendimentos, neste sentido, passavam pela aceitação, por ambas as partes, daquilo que era essencial para esta ou aquela agremiação que ora se diluía. Quanto ao nome da nova associação, dizia Mário Donato à revista *Para Todos*³⁴³, significava claramente a intenção de seus criadores de que a mesma obtivesse um alcance nacional, como uma federação que agregasse os vários núcleos regionais que deveriam ser abertos a partir daquele momento. Segundo ele, a U.B.E., ainda que nascida em São Paulo, poderia, caso fosse do interesse dos escritores de todo o país, “transformar-se num instrumento de aliciamento” daqueles que fossem “capazes de colocar acima de suas divergências subalternas os supremos interesses da cultura brasileira em todas as suas expressões”.

Significativo, neste sentido, foi a escolha de Sérgio Milliet como o presidente da nova entidade, uma vez que o mesmo sofrera todo tipo de acusação por parte dos escritores ligados à A.B.D.E., seção de São Paulo, e neste momento, a exemplo daquilo que representava em janeiro de 1945 – quando do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores – ele passava novamente a ser visto como elemento de união entre os setores da classe pensante do país. Com Milliet, figurariam: na diretoria Paulo Duarte e Mário Donato (vice-presidentes); Antônio D’Elia (secretário geral); Paulo Mendonça (secretário); Rolando Roque da Silva (tesoureiro geral); Maria José Dupré e Adalmir da Cunha Miranda (tesoueiros); além de Menotti Del Picchia, Mário Neme, Sérgio Buarque de Holanda, João Accioli, Fernando Góes, Fernando Azevedo, Afonso Schmidt, Herbert Baldus, J. B. Martins Ramos e Décio de Almeida Prado (Conselho Fiscal). Também foram nomeados os diretores de departamentos, entre os quais, Homero Silveira, Paulo Mendes de Almeida, Carmen Dolores Barbosa, Rogério Prado Sampaio, Cândido de Oliveira, Hernani Donato, José Freire de Oliveira, Maria de Lourdes Teixeira, Elza de Moraes Barros Kyrillos e Clemente Pereira.

Com os novos estatutos registrados em 14 de fevereiro de 1958, a União Brasileira de Escritores se tornaria a principal entidade dos escritores brasileiros naquele momento,

³⁴³ “Fundada a União Brasileira de Escritores”. In: *Para Todos*. n.º 42/43. Fevereiro de 1958, p. 1 e 15.

agregando, desde então, não apenas escritores de São Paulo, mas também de outros Estados. Com uma existência que se estende até os dias de hoje, a U.B.E. já não conserva o mesmo brilho de outrora. Ainda assim, procura manter a tradição de seus congressos, tendo sido a promotora de dois encontros nacionais dos profissionais da pena do país: o primeiro, em 1985, e mais recentemente, em 2011.³⁴⁴

³⁴⁴ A respeito desses congressos, ver o site da U.B.E. (www.ube.org.br).

PARTE II

TEMAS EM DABATE NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES

5. “SER INTELLECTUAL” NO BRASIL: AS DEFINIÇÕES DA A.B.D.E. QUANTO AO PAPEL SOCIAL DOS HOMENS DE PENSAMENTO DO PAÍS

Um dos fundamentos sobre os quais foi pensada a Associação Brasileira de Escritores dizia respeito justamente à “responsabilidade” que, supostamente, os homens e mulheres de letras do país teriam diante dos dilemas que caracterizavam os tormentosos anos 1940. Em vista disso, o posicionamento ante a ofensiva nazifascista na guerra, bem como a permanência de um regime ditatorial no Brasil, era visto como imperativo, de modo que a abdicação de um papel mais ativo, e combativo, frente aos fatos era encarada como uma traição à própria condição de escritor. Neste sentido, o presente capítulo se dedicará à exposição de algumas das principais manifestações em favor de uma intelectualidade mais participativa e próxima do povo, guiando-o segundo os princípios de Liberdade e Democracia; algo que, aliás, juntamente com o elemento da profissionalização, esteve na base dos discursos unitaristas que permitiram a formação da A.B.D.E., tanto quanto a realização do seu primeiro congresso, em janeiro de 1945.

Tomando este evento como ponto de partida, convém destacar um breve texto de Maria Eugênia Celso, publicado no *Jornal do Brasil*, em que ela procurava demonstrar quais eram as expectativas de parcela da sociedade e, de certa forma, dela mesma, em torno dessa pretensa “função” de seus confrades.

Tomara o taxi carregando um molho de manuscritos no alívio de encontrar transporte em momento nevrálgico para a condução.

– “A senhora é cobradora?” – perguntou-me o chauffeur fitando curiosamente o pacote de papéis.

– “Não, sou apenas escritora” – respondi sorrindo, ligeiramente chocada com a familiaridade. O homem tomou um ar compenetrado [ilegível]. – “Ah! Então deve ter consciência de sua responsabilidade – acudiu fitando-me em cheio – quem escreve, hoje em dia, tem que pensar duas vezes antes de escrever, pois não sabe o bem ou mal que vai fazer aos seus leitores”.

Tive vontade de replicar pela chapa comum de que não há escritores no Brasil, mas havia tanta seriedade na expressão daquela rude fisionomia e tão evidente convicção do inesperado daqueles [ilegível] indaguei porque e quis saber-lhe a opinião.

Sempre grave, o estranho motorista me explicou que, na hora agitada e atravessada de ódios e violências que estamos vivendo, a responsabilidade de quem escreve dobrou de importância. Pela repercussão e o ascendente do que transmite ao público, homem ou mulher que maneje uma pena, deve refletir profundamente na projeção que vai ter o seu pensamento e na influência que pode exercer. Quer queira, quer não, por mais modesta que seja a sua seara, todo escritor é responsável do que de bom ou de mau suscita no seu público. Tem encargo de opiniões, se não de consciências.

Esse senso de responsabilidade assim tão imprevista e criteriosamente reclamado por aquele obscuro condutor de transeuntes apressados, como atributo primordial do escritor, o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, inaugurado ontem em S. Paulo e promovido pela Associação Brasileira de Escritores (A.B.D.E.) parece-lhe ser um corolário vivo. Pela primeira vez, de 22 a 27 deste mês de Janeiro, reúnem-se em

assembleia escritores de todos os nossos Estados, prosadores, jornalistas, poetas, ensaístas, críticos, teatrólogos, novelistas, professores, homens de letras de todas as escolas e de todos os matizes, a fim de assentarem, juntos, o que deve ser feito em defesa da Cultura e dos interesses do escritor. Nada mais expressivo de consciência de responsabilidade intelectual e de desejo de colaboração no tão ameaçado terreno da atividade mental. [...] ³⁴⁵

O trecho citado, além de expressar as expectativas em torno do evento promovido pela A.B.D.E., oferece uma demonstração do que foi uma constante ao longo dos primeiros três anos de existência da associação, qual seja, a definição de um “papel social” para o escritor. Evidentemente, as transformações políticas ocorridas no decorrer do período de existência da entidade influenciaram diretamente a forma como essa “função” era pensada, de maneira que a queda do Estado Novo e a democratização do país, bem como a polarização ideológica no âmbito internacional por conta da Guerra Fria, constituíram fatores de grande impacto na imagem que esses intelectuais construam de si próprios. As cisões assistidas a partir de 1945, e que culminaram com o progressivo desmembramento da entidade, podem e devem ser pensadas a partir das transformações advindas dessa nova conjuntura.

Neste sentido, ao longo do período analisado pelo trabalho, é possível vislumbrar, ao menos, dois grandes momentos na forma como esses escritores definem o caráter do seu engajamento. O primeiro vinculava-se diretamente à luta contra o nazifascismo e, por consequência, contra todas as restrições que regimes dessa ordem impunha à atividade intelectual. Por conta do momento político que o Brasil vivia, as críticas ao Estado Novo eram feitas de forma enviesada, uma vez que o discurso democratizante servia não apenas como apoio ao esforço aliado na guerra, mas também como forma de pressionar Getúlio Vargas por mudanças no país. Assim, a busca por liberdade de expressão e democracia servia a todo e qualquer escritor, pensador ou artista que fosse contrário ao estadonovismo, de modo que o discurso em prol da “participação” promovia a aproximação dos intelectuais, apesar de suas divergências ideológicas.

Em um segundo momento, o discurso democrático se manteve; no entanto, a abertura política e as disputas partidárias acabaram minando os propósitos iniciais da entidade, uma vez que o espaço da associação, se pensado originalmente como capaz de estar acima das disputas entre os vários grupos que o compunham, a partir de 1945 tornou-se palco de conflitos cada vez mais intensos, agravados sobremaneira com a queda na ilegalidade do Partido Comunista, dois anos depois. Entre o período pós-primeiro congresso e a cisão ocorrida em 1949, a A.B.D.E. lutou para sobreviver em meio às lutas internas, cada vez mais

³⁴⁵ CELSO, Maria Eugênia. “Congresso de Escritores”. In: *Jornal do Brasil*. 23 de janeiro de 1945, p. 5.

politizadas. Por fim, conforme se pôde observar no capítulo anterior, a associação acabaria sofrendo com a dissensão de vários grupos, notadamente liberais, socialistas e católicos, revoltados com os acontecimentos que cercaram as eleições para a nova diretoria da entidade, em 1949. Em razão disso, a associação ficou cada vez mais voltada aos interesses da ala comunista, de modo que o sentido do “papel social” do escritor ficou mais próximo do ideal preconizado pelo PCB naquele momento, intimamente ligado aos princípios zdanovistas.

5.1. A luta contra o nazifascismo como elemento aglutinador da intelectualidade democrática

Algumas publicações do período servem como excelentes termômetros das mudanças enunciadas há pouco. Entre elas, a revista *Diretrizes* é, possivelmente, um dos exemplos mais emblemáticos, na medida em que passou por uma profunda transformação em sua linha editorial. Se em 1938, ano de sua fundação, a revista dirigida por Azevedo Amaral demonstrava uma clara inclinação autoritária; um ano depois, com a substituição do diretor por Samuel Wainer, a situação mudou paulatinamente. Os artigos da publicação passaram a demandar um maior engajamento da intelectualidade na luta contra o nazifascismo, defendendo valores como liberdade e democracia, o que, por sua vez, e ainda que de forma indireta, respingava no regime político brasileiro. A necessidade de participação dos escritores nas questões políticas nacionais e internacionais, bem como uma maior proximidade com o povo, tornaram-se elementos de interesse constante por parte de alguns articulistas, conforme fica demonstrado em uma série de textos, enquetes e reportagens publicadas a partir de 1941.

Em “Literatura e Inconsciência – por uma arte mais humana”³⁴⁶, o escritor paulista Afonso Schmidt afirmava que “por temperamento” não compreendia a “arte pela arte”, segundo ele, um “jogo de paciência para mandarins, palavras cruzadas”. Para tanto, Schmidt expunha sua suposição de que sempre “quem fala ou escreve tem uma emoção a transmitir”, de modo que não se poderia consentir com uma literatura que se utilizasse de chamativos alheios à arte para atrair leitores, desobrigando o escritor do cumprimento de seu papel. Em suas palavras, o autor afirmava ainda que já não era possível “haver homem assaz cordalo para viver em paz com os outros e consigo mesmo”. Por essa via, ao escritor caberia, ante os vários caminhos que se apresentavam, “julgar com rapidez, clareza e valentia”, sem hesitações. Vivia-se uma época, no entender de Afonso Schmidt, em que todos sabiam o que

³⁴⁶ SCHMIDT, Afonso. “Literatura e Inconsciência – por uma arte mais humana”. In: *Diretrizes*, n. 72, 06 de novembro de 1941, p. 21.

era preciso dizer. O silêncio seria, portanto, sinal de traição, desaparecimento. Assim, já não haveria mais o “inútil”, mas somente o “prejudicial”, símbolo da perversão, que tomaria espaço e absorveria “energias indevidas”. Em vista disso, uma reforma se faria essencial à arte, não de forma ingênua, “em suas exterioridades”, mas em todo o seu sistema.

Há momentos em que essa reforma que por aí vai se torna ridícula: é quando vemos os apóstolos da expressão moderna camparem de guardiões da vida artificial que ainda levamos hoje, como cidadãos fossilizados, de um mundo que já não existe, que morreu em 1914. *Quem quer ser domador de morcegos, ao contrário, trata de habituá-los ao esporte de encarar o sol.* [grifo nosso]

Vale destacar esse último aspecto do texto de Afonso Schmidt, particularmente por trazer a referência do escritor como aquele que conduz os sujeitos para a “iluminação”. Esse elemento do discurso é fundamental, uma vez que ele se tornou uma constante entre os demais intelectuais defensores de uma “inteligência” mais participativa. O princípio de que a intelectualidade era portadora do esclarecimento e, portanto, uma parte indispensável na linha de frente contra a escuridão totalitária passou a estar presente na fala de uma série de outros escritores. Neste sentido, em texto publicado como introdução ao inquérito intitulado “Qual a posição dos intelectuais brasileiros em face da guerra?”³⁴⁷, os editores de *Diretrizes* deixavam claras as suas expectativas, afirmando a impossibilidade em acreditar que houvesse “homem de pensamento ou de arte no Brasil” que, amante da liberdade, não considerasse “justa” a ação do governo de colocar-se ao lado dos Aliados no conflito mundial.

Para eles, a luta contra o nazifascismo não se tratava de um embate de governos, mas de povos, dentro dos quais se encontrariam, “como parcelas extraordinariamente ativas”, os intelectuais em geral. Segundo a revista, esperava-se que “de tais homens responsáveis” surgissem “declarações formais, bem vivas, através de artigos, poemas, livros, manifestações” que inspirassem e estimulassem o governo e o povo a engajarem-se no combate. Nessa ação, classificada como vanguardista, também a intelectualidade seria beneficiada, uma vez que a derrocada do Eixo significaria o fim das perseguições à livre manifestação de ideias e à produção cultural. Tais perspectivas foram sintetizadas no número seguinte da revista, em texto do jornalista Octávio Malta:

Todos mais ou menos sabem que a primeira conquista para o homem de letras ou o homem de arte deve ser a da liberdade. A literatura e a arte, tanto quanto a imprensa, devem ser livres. A liberdade é a alma de toda a criação e de todo o labor artístico ou literário. E o valor desse labor e dessa criação, sobretudo num instante como este de

³⁴⁷ “Qual a posição dos intelectuais e artistas brasileiros em face da guerra?”. In: *Diretrizes*, n. 78, 18 de dezembro de 1941, p. 7.

combate, de transformação e de perigos para a humanidade, é imenso. *Ele representa, por certo, a força capaz de mover e guiar milhões de seres*, tanto para o bem como para o mal, isto é, tanto para a democracia como para o fascismo. E isto é razão suficiente para que se leve a cabo o esclarecimento de posições, bem como a mobilização imediata do escritor e do artista em favor da causa pela qual o Brasil se decidiu: a dos povos livres. Todo intelectual ou artista amigo da democracia que toma o seu ponto de vista a sério, todo aquele que tem uma consciência ou um sentimento antifascista, não tem porque vacilar. É colocar-se, sem demora, na vanguarda da luta contra os “gangsters” totalitários.

[...] É chegado, com efeito, o momento em que a literatura e a arte devem se subordinar a um fim político: ao fim político que decorre da consciência, ou do sentimento, ou da aspiração do próprio escritor ou artista, para evitar que, mais tarde, se encontrem elas subordinadas a outro fim político, pela força da baioneta...

[...] *Os jornalistas que escrevam artigos e reportagens para melhor esclarecer o público. Os escritores que elaborem artigos, estudos e livros para o povo. Os poetas que cantem a luta democrática! Os pintores que pintem as imagens e os símbolos desta luta! Os músicos que façam dela a fonte de sua melhor inspiração! Assim é que estarão, de fato, lutando os literatos e artistas do Brasil contra o fascismo. Façam obra de lutadores para ser lida por lutadores, ou seres, homens e mulheres, que querem lutar.* E que ponham nesta luta muito calor humano e muita fé no futuro. *Procurem em si mesmos ou no contato com o povo o espírito e a vontade para tal combate.* Mas, que não fiquem parados, que se movam com presteza, se querem vencer o fascismo. *Realizem, sobretudo, obra para o povo, pois assim é que atingirão os fins exatos e sólidos.* E, mesmo do ponto de vista da história e da glória, é o que melhor poderão fazer. Lembremos o que já disse Antonio Machado, esse poeta imenso das Américas: “Escrever para o povo? Que mais quero eu? Para o povo escreveram Shakespeare, Cervantes, Tolstoi...”³⁴⁸

Entre as considerações de Malta e aquelas proferidas pelos demais escritores interrogados por *Diretrizes*, o tom parecia não variar. Combativos, todos os depoimentos exigiam da intelectualidade uma posição de crítica intransigente às ações dos países membros do Eixo. Manuel Bandeira, por exemplo, afirmava que sua atitude era “muito simples”: era “antinazista, antifascista, antijaponês”. No entanto, longe de constituir um corpo coeso de declarações curtas e categóricas, o foco dos escritores entrevistados variava segundo o olhar que cada um tinha do conflito.³⁴⁹

Alguns dirigiam suas atenções para a necessidade de que o país se solidarizasse com as nações democráticas agredidas, em especial os Estados Unidos. A “Política da Boa Vizinhaça”, característica do início dos anos 1940 e que denotava a tentativa de aproximação

³⁴⁸ MALTA, Octávio. “Qual a posição do intelectual em face da guerra?”. In: *Diretrizes*, n. 79, 25 de dezembro de 1941, pp. 3-4 (grifo nosso).

³⁴⁹ As respostas dos escritores à enquete intitulada “Qual a posição do intelectual em face da guerra?” foram publicadas em três edições de *Diretrizes*. No número 79 da revista (25 de dezembro de 1941, pp. 3-4), foram apresentados os depoimentos de Pedro Aleixo, Mario Matos, Milton Campos, Alberto Deodato, Oscar Mendes, Guilhermino César, Érico Veríssimo, Manoelito D’Ornellas, Manuel Bandeira, Jaime Ovalle, Octávio Tarquínio de Souza, Affonso Arinos de Mello Franco, Cassiano Ricardo, Mucio Leão, Álvaro Lins, José Lins do Rego, R. Magalhães Junior, Dante Milano e Barreto Filho. A seguir, na edição de número 80 (1º de janeiro de 1942, pp. 9-11), publicou-se as entrevistas de Moyses Velinho, Mário Quintana, Carlos Reverbel, Antonio Barata, Ernesto Vinhais, Hamilcar de Garcia, Josino Campos, Darcy Azambuja, Emilio Moura, Artur Veloso, Ayres da Matta Machado Filho, Guimarães Menegale, Magalhães Drummond, Homero Pires, Maurício de Medeiros e Andrade Murici. Por fim, no número 82 (15 de janeiro de 1942, p. 06 e 84), foram expostas as observações de Sérgio Milliet, Almiro Rolmes, Aureliano Leite e Mario Donato.

dos estadunidenses em relação aos demais países latino-americanos, tornou-se o eixo de muitos dos argumentos apresentados pelos escritores à enquete produzida pela revista (o que, em alguns casos, enveredou para um discurso antinipônico)³⁵⁰. Exemplos dessa postura podiam ser observados nas falas de Antonio Barata, Josino Campos, Emilio Moura, Artur Veloso, Ayres da Matta Machado Filho, Mucio Leão e Alberto Deodato. Este último, aliás, afirmava que a posição do “ocidental que pensa” não poderia ser outra senão a da “solidariedade inabalável com os Estados Unidos da América”, ante o ataque japonês que “não concebe um mundo de nações livres”. Para Mário Quintana,

A atitude do intelectual brasileiro ante a agressão nipônica só pode ser a mesma atitude de todo e qualquer brasileiro ante toda e qualquer agressão, dada a nossa tradição política e a nossa formação moral e religiosa. E, por isso mesmo que somos intelectuais, devemos, mais do que ninguém, estar conscientemente integrados na orientação política do país.

Noutro sentido de análise, o escritor gaúcho Manoelito D’Ornellas defendia que a luta daqueles dias não se circunscrevia, apenas, em um “choque de nações armadas”; mas, sobretudo, em “um violento choque de ideologias”. Em sua opinião, de um lado, estava “a humanidade consciente de seus destinos, cerebralmente ventilada, amiga da paz à sombra da liberdade”; enquanto que, do outro, estava “um agrupamento de homens numerados, embriagados pelo fetichismo fácil de uma força paganizadora”. Quanto aos escritores, especificamente, D’Ornellas era enfático ao afirmar que os mesmos estavam “abertamente contra os povos dos super-homens, contra as pretensões das super-raças, contra os novos deuses de uma mitologia que vive e se alimenta do sangue das populações indefesas, dos bombardeios das cidades abertas, da vida das crianças, das mulheres, dos reféns inocentes”.

Seguindo o mesmo princípio, Jaime Ovalle considerava que aquela não era uma “guerra de homem contra homem, nem de nação contra nação, mas uma luta de vida ou morte entre o bem e o mal”. O poeta e músico paraense acrescentava, ainda, que a atitude do intelectual deveria ser a de “absoluta renúncia de si mesmo, por um único ideal, o da liberdade, pronto a aceitar os sacrifícios e a enfrentar o inevitável”. Esse ponto de vista também era compartilhado por outros escritores, como Barreto Filho, segundo o qual,

O dever da inteligência na atual crise histórica é regenerar o seu princípio de atividade, renunciando a toda espécie de sofística. Isso implica, para o intelectual, no heroísmo de afirmar a verdade e aceitar os sacrifícios que disso decorre.

³⁵⁰ A respeito da “Política da Boa Vizinhança”, especificamente das ações promovidas pela diplomacia estadunidense em relação ao governo brasileiro, ver TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

A renúncia ao “sofismo” vão, longe de ser apenas uma metáfora, significava para muitos a tomada do caminho das armas. Mesmo entre aqueles que se colocavam como defensores da paz, a exemplo do pernambucano Álvaro Lins e do cearense Raimundo Magalhães Junior, a hora não era para discursos apaziguadores, senão a mais completa radicalização. Nas palavras do mineiro Mario Matos, ao intelectual brasileiro, “em face da agressão” ao continente americano por “qualquer nação estrangeira”, caberia “abandonar a pena e empunhar um fuzil para defendê-lo”, assumindo a condição de “soldado”.

Érico Veríssimo, escritor gaúcho já reconhecido por suas obras e por seu trabalho a frente da Editora Globo de Porto Alegre, também afirmava já ter alimentado “a ilusão do pacifismo mais profundo”, acreditando “na força moral da não resistência”. Entretanto, dizia ele, o momento era de “opor violência à violência”, de maneira que “qualquer atitude angélica, resignada e fatalista diante da agressão” significaria “derrota, escravidão e um sofrimento muito mais prolongado e destruidor que o da própria guerra”. Ao escritor, todavia, não caberia lutar senão por meio da exposição de suas ideias. Para Veríssimo, apesar da sua contrariedade quanto à chamada “literatura de propaganda”, a excepcionalidade da hora vivida exigia que os homens e mulheres de letras utilizassem seu “instrumento de expressão como arma de defesa e ataque”, explicando “ao povo” o sentido daquela guerra.

Na opinião de outros entrevistados, como Pedro Aleixo, Octávio Tarquínio de Souza, Moyses Velinho e Carlos Reverbel, aquela deveria ser encarada como uma postura essencial dos intelectuais, sem a qual eles não apenas assumiriam a sua concordância com a “escravidão” imposta pelos regimes totalitários; como também abririam mão da sua própria condição de intelectuais. Novamente, as ações de alheamento e neutralidade eram remetidas à ideia da “traição”³⁵¹. Neste sentido, e tendo por base a leitura do texto do francês Julien Benda, Milton Campos afirmava que:

A posição do intelectual brasileiro só pode ser uma: – a do devotamento integral à defesa da liberdade e da cultura, que constituem o seu clima, contra a barbaria e a escravidão, que o ameaçam. Em verdade, são aqueles bens supremos do aperfeiçoamento humano que estão em causa. Não se trata do conflito efêmero, a que o intelectual possa ficar alheio com fundamento nos direitos egoísticos da

³⁵¹ Em comentário sobre a III Conferência Panamericana, realizada no Rio de Janeiro no início de 1942, Maurício Goulart afirmava que ao Brasil, assim como à qualquer outra nação que defendesse a democracia e a liberdade, não era admitida outra atitude senão o repúdio às forças do Eixo. Para ele, também se pecava por omissão em política, de modo que o momento vivido não comportava espaço para os chamados “neutros”, que permaneciam “em palanques, assistindo a tragédia de longe, acendendo, por via das dúvidas, uma vela a Deus, e outra, prudentemente, ao diabo” (GOULART, Maurício. “Não há lugar para neutros”. In: *Diretrizes*, n. 82, 15 de janeiro de 1942, p. 7).

“clericatura”. O dissídio é profundo e definitivo. A traição dos clérigos, agora, está precisamente na indiferença.

A postura intransigente frente ao nazifascismo, somada a um senso de dever pautado em uma postura “ética”, tornaram-se a tônica da análise dos intelectuais ditos democratas. Para muitos deles, a exemplo de um Astrojildo Pereira, era fundamental que as consciências fossem mobilizadas ante os riscos advindos da penetração do ideário totalitário no Brasil. Em outras palavras:

Todos os homens que podem mais diretamente influenciar a opinião pública do país – magistrados, professores, cientistas, escritores, poetas, jornalistas, artistas, médicos, advogados, todos enfim que dispõem profissionalmente de meios mais amplos de comunicação com o grande público – deviam e devem aproveitar cada oportunidade que lhes ofereça o ensejo de contribuir com a palavra para a destruição e a extirpação dos germes maléficos da ideologia fascista. Deviam e devem todos considerar-se combatentes ativos e vigilantes da frente ideológica, sobre cujos ombros pesam responsabilidades que, afinal de contas, não são menores do que aquelas que pesam sobre os ombros dos combatentes da frente militar. Estamos na era da guerra total, em que a mobilização das consciências não é menos importante que a mobilização das forças propriamente militares.³⁵²

Por essa via, entendia-se que a intelectualidade, consciente de sua responsabilidade junto ao povo – guiando-o segundo os princípios de liberdade e democracia – deveria agir de forma unificada. Não sem razão, portanto, em junho de 1942 (no limiar da declaração de guerra do Brasil ao Eixo), vários nomes ligados ao pensamento brasileiro lançaram um manifesto, em que afirmavam o seu compromisso com a luta contra o fascismo.

Diante da atual confusão de ideias e doutrinas e em face de uma possível hesitação dos espíritos em contraste com a posição já definida do Brasil no conflito internacional, aqueles que defendem as conquistas da inteligência e a dignidade do espírito julgam oportuno reafirmar certos princípios que vêm sustentando, afim de evitar uma desorientação de consciências e uma dispersão de esforços que seriam funestas ao destino da cultura mais do que nunca ameaçada hoje pela brutalidade dos acontecimentos.

A guerra atual nada mais é que o choque histórico decisivo entre as forças progressistas que visam ampliar e consolidar as liberdades democráticas, e as forças retrógradas empenhadas em manter e alargar no mundo inteiro os regimes de escravidão e opressão. Nela se decide a liberdade dos indivíduos, das nações e dos povos, pela qual lutam Nações Unidas, contra a escravização dos indivíduos, das nações e dos povos em que estão empenhados os dirigentes do Eixo.

Este, o sentido fundamental da luta entre a Democracia e o Fascismo.

A tradição invariável da política externa do Brasil tem sido no sentido da solidariedade e apoio aos países que lutam pela sua liberdade e independência. Dentro mesmo de nossas fronteiras lutamos sempre pelas liberdades democráticas. Assim foi nos tempos coloniais, no período da Independência, na Regência, no Segundo Reinado e na República. Nossa posição atual de unidade panamericana na repulsa ao fascismo

³⁵² PEREIRA, Astrojildo. “Mobilização de consciências”. In: *Diretrizes*. n. 99. 21 de maio de 1942, p. 15.

obedece, por isso mesmo, aos imperativos de nossa tradição histórica, da qual não é possível fugir sem contrariar o próprio sentido de nossa formação.

A Nação Brasileira assumiu em face da guerra a posição reclamada pela quase totalidade de seus filhos. Desmascarado como vem sendo o plano de assalto contra a nossa soberania, plano há longo tempo e meticulosamente preparado pelos países do Eixo, evidenciou-se de modo concreto o perigo eminente que nos ameaça. A serviço desta sinistra empreitada colocaram-se, para vergonha nossa, alguns maus brasileiros que nos pretendiam entregar ao jugo totalitário, procurando arrastar à criminosa aventura certos homens de boa fé. É preciso prevenirmo-nos contra todos os que, persistindo ainda em seus desígnios monstruosos, continuam agindo como traidores da Pátria, em conivência com os que a querem ocupar e destruir, valendo-se para isso das manobras mais insidiosas, entre as quais cumpre destacar a de interpretar como tentativa de submissão aos Estados Unidos qualquer atividade em que os nossos esforços apareçam conjugados aos da grande Democracia Americana na repulsa continental aos invasores e aos seus regimes de opressão.

Tal é o quadro de ameaças e incertezas que defrontamos. Diante dele não cabem nem a inércia nem a dispersão. É o próprio caráter total da guerra que exige a mobilização de todas as inteligências e a coordenação de todas as energias sinceramente empenhadas no combate ao fascismo.

Aqueles que se ocupam das coisas do espírito – escritores, publicistas, jornalistas, homens de pensamento e de ciência – reclamam para si os mesmos deveres de qualquer cidadão e colocam-se decididamente nas fileiras dos que lutam pela liberdade, certos de que ela é a condição essencial a toda e qualquer atividade intelectual. Nessa luta contra o fascismo, reconhecem que pensamento e ação devem, unidos, constituir uma só força – força que será igualmente imprescindível ao após-guerra, para a qual a Carta do Atlântico oferece a todos os povos e homens livres os elementos básicos de reconstrução.

Mais que nunca o momento exige unidade de pensamento e de ação.
Pensamento contra o fascismo. Ação contra o fascismo.³⁵³

Pouco mais de uma centena de intelectuais, dos mais diferentes matizes ideológicos, assinaram o documento³⁵⁴. Essa tendência a uma ação unificada antecipava justamente o espírito que dominaria a futura Associação Brasileira de Escritores durante seus primeiros anos, e cujo resultado final foi o seu congresso nacional realizado em janeiro de 1945. Vale dizer que o manifesto transcrito acima sintetizava muitos dos anseios comuns a liberais,

³⁵³ “Declaração de Princípios”. In: *Diretrizes*. n. 102. 11 de junho de 1942, p. 9.

³⁵⁴ Assinaram a declaração: Abelardo da Fonseca, Abelardo Romero, Abguar Renault, Afonso Arinos de Melo Franco, Afonso Varzea, Aidano do Couto Ferraz, Alceu Marinho Rego, Álvaro Lins, Álvaro Moreyra, Alvarus, Amando Fontes, Angione Costa, Aníbal Machado, Aparício Torelly, Arthur Ramos, Astrojildo Pereira, Augusto Meyer, Augusto Rodrigues, Arquimedes de Melo Neto, Aurélio Buarque de Holanda, Austregésilo de Athayde, Cândido Portinari, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Lacerda, Carlos Pontes, Costa Rego, Clóvis Gusmão, Clóvis Ramallete, Dalcídio Jurandir, Dante Milano, Dias da Costa, Edson Carneiro, Emil Farhat, Esmaragdo de Freitas, Evaristo de Moraes Filho, Francisco de Assis Barbosa, Francisco Karam, Francisco Venâncio Filho, Frederico Barata, Gastão Cruis, Genolino Amado, Graciliano Ramos, Guilherme Figueiredo, Hermes Lima, Homero Pires, Ivan Lins, Jayme Adour da Câmara, Jayme de Barros, Joaquim Cardoso, Jocelyn Santos, Joel Silveira, José Augusto, José Cândido de Carvalho, José Cezar Borba, José Honório Rodrigues, José Lins do Rego, Josué de Castro, Júlio Paternostro, Leônidas, Cheretine, Lindolfo Collor, Lúcia Miguel Pereira, Luiz Jardim, Manuel Bandeira, Maurício Goulart, Miguel Osório de Almeida, Moacyr de Abreu, Moacyr Werneck, Modestino Kanto, Moesia Rollim, Múcio Leão, Murilo Mendes, Odylo Costa Filho, Orris Soares, Oscar Niemeyer Soares Filho, Orlando Dantas, Osório Borba, Oswaldo Alves, Otávio Tarquínio de Souza, Paulo Medeiros e Albuquerque, Paulo Werneck, Pedro Nava, Peregrino Junior, Procópio Ferreira, Prudente de Moraes Neto, Raquel de Queiroz, Rodrigo M. F. de Andrade, Rodrigo Otavio Filho, Roquette Pinto, Rubem Braga, Samuel Wainer, Santa Rosa, Sérgio Buarque de Holanda, Teófilo de Andrade, Viana Moog, Virgílio de Melo Franco, Vitor Espírito Santo e Vivaldo Coaracy.

comunistas, socialistas e católicos que, por compartilharem a mesma aversão ao nazifascismo, diluíram suas divergências em torno de objetivos comuns. Neste sentido, o princípio da “responsabilidade” parecia servir igualmente aos propósitos desses grupos.

A necessidade de participação, aliás, não ficaria restrita ao contexto da luta travada pelas forças democráticas contra o avanço dos totalitarismos. Ao longo dos anos de 1943 e 1944, a crítica à repressão imposta pelo Estado Novo brasileiro passou a ser mais explícita (ainda que, majoritariamente, fosse velada). Por ter entrado na guerra ao lado dos Aliados, a ditadura varguista encontrava-se diante de uma clara contradição: um regime autoritário batendo-se pela Democracia na Europa. E esse descompasso não passou despercebido aos seus opositores, que entendiam que o engajamento do Brasil na guerra ao lado das tropas aliadas deveria ser acompanhado por um processo de abertura política no país.

5.2. As presenças de Mário de Andrade e Sérgio Milliet

Entre aqueles que dedicaram seu pensamento à busca por uma melhor definição da “função social” do intelectual, em vista da ameaça nazifascista e da opressão praticada pelo regime estadonovista, dois nomes podem ser destacados: Mário de Andrade e Sérgio Milliet. Ambos, ainda que representantes do velho modernismo, tinham ampla repercussão entre seus pares, com grande influência entre os membros da antiga e da nova geração de pensadores brasileiros. Nas palavras de Milton Lahuerta, eles participavam de um grupo que procurava “acertar o passo com o relógio do tempo”.

Polígrafos, se movimentam em várias direções, a maioria posta em disponibilidade pela obra de modernização levada a cabo pelo Estado Novo. Pela não incorporação; pelas dificuldades postas ao trabalho intelectual (censura, interdição de jornais, etc.); pela concorrência de uma “nova geração”, mais técnica, melhor preparada; pela impossibilidade de reproduzirem o “trabalho de celebração das oligarquias” – veem-se esses intelectuais chamados a uma iniciativa que os agrupa, procurando caracterizar um empreendimento intelectual coletivo que nesse momento funcionaria como uma tentativa de responder tanto à crise de identidade na qual se encontram, quanto ao esgotamento das instâncias de consagração.³⁵⁵

É possível notar as dificuldades que esses pensadores encontravam em um novo panorama cultural que se apresentava no Brasil. Em São Paulo, a questão parece ter ganhado contornos mais dramáticos, na medida em que a derrocada da ordem oligárquica – e, por conseguinte, de seu mecenato – levou um grande número destes homens e mulheres

³⁵⁵ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 256-257.

dedicados ao pensamento e a escrita a buscarem no Estado, ou mesmo em outros espaços de consagração, os meios necessários não apenas para serem lidos e ouvidos, mas para que, fundamentalmente, pudessem sobreviver de sua atividade. Em certo sentido, a ideia de uma “vocação pública”, assim como da aproximação dos intelectuais da sociedade, responde a esse cenário de transformações e, dessa forma, atrelam-se ao esforço por demarcar a posição destes membros de uma “velha classe” de escritores dentro de um campo intelectual em formação. Ainda de acordo com Lahuerta:

Esse “papel político” (que prefiro chamar de “vocação pública”) diferencia uma parte dos modernistas dos seus companheiros de geração, e é exatamente o que os torna contemporâneos de sua época levando-os a se aproximarem dos mais jovens no sentido de estabelecer pontes com eles. Tais pontes se baseiam em dois aspectos fundamentais: na busca de uma sistematização do trabalho intelectual que se desdobre não em rotina, mas em avanço em relação ao já trilhado; e na perspectiva de que o “modernismo” só poderia ser reavaliado criticamente se se radicalizasse a vocação pública que alguns de seus próceres haviam enunciado em sua trajetória.³⁵⁶

As observações do autor ganham maior relevância, na medida em que abrem a possibilidade de se analisar a ação desses intelectuais como um processo que se desenrola desde o próprio advento do modernismo no pensamento brasileiro. Os elementos salientados na citação acima – especificamente a ideia de um “avanço em relação ao já trilhado”, bem como a proposta de uma radicalização da “vocação pública” do intelectual, em vista do que havia sido enunciado pelos modernistas – podem ser atrelados ao esforço empreendido por homens como Sérgio Milliet e Mário de Andrade, em sua tentativa de delinear os caminhos de uma nova geração de pensadores, formada no contexto da década de 1930 e da Segunda Guerra Mundial.

Se levadas em conta, essas questões invalidam a conclusão “pura e simples” de que o modelo de engajamento proposto nos anos que antecederam a formação da A.B.D.E. estava atrelado única e exclusivamente a conjuntura do Estado Novo e do conflito internacional, sem diálogo com as ideias anteriormente elaboradas. Pelo contrário, o princípio da “participação” parece já estar colocado durante os anos 1920, fruto de uma crise de identidade dos intelectuais que comporiam a Semana de Arte Moderna, em grande parte por conta da barbárie observada nos campos de batalha da Grande Guerra e pela desilusão com a cultura europeia que tal fato ocasionou. Se a Europa não poderia mais fornecer as respostas para os problemas que se apresentavam aos intérpretes do Brasil, nada mais necessário do que um

³⁵⁶ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 259.

olhar para dentro, em busca de soluções que se apresentassem a partir das próprias condições locais. Os modelos de nacionalismo nascidos no âmbito do modernismo brasileiro seriam, portanto, uma tentativa de compreender e projetar o país, levando-se em consideração suas características peculiares, uma vez que a matriz do Velho Mundo demonstrava seus limites e suas fraquezas (o que não significava, e é importante que se saliente isso, que esta última deveria ser abandonada)³⁵⁷. Analisada a ação destes pensadores num contexto mais amplo, é possível que se vislumbre o princípio de uma “vocalização pública”, participante e, por que não dizer, engajada, pelo menos vinte anos antes da fundação da Associação Brasileira de Escritores.

Essa participação encontrou um terreno fértil para sua realização no novo regime político do país, articulado e desenvolvido a partir de outubro de 1930. Ainda que muitos dos modernistas tenham se envolvido nos conflitos entre São Paulo e Getúlio Vargas (no caso de Milliet e Mário, ambos estiveram ao lado dos paulistas), o fato é que, a partir do breve período de governo constitucional, muitos passaram a gozar de posições privilegiadas no campo da política cultural do Estado, ocupando cargos diretivos em departamento responsáveis pelo desenvolvimento de uma “cultura nacional”.

Contudo, o golpe perpetrado por Vargas e seu *staff* em 10 de novembro de 1937 significou a imposição de sérias restrições ao livre exercício intelectual, notadamente àqueles que não compartilhavam de uma atitude simpática a regimes autoritários, bem como aos que defendiam ou eram próximos das chamadas ideologias de esquerda (com destaque para o comunismo). Acerca do efeito que as transformações dos anos 1930 tiveram entre certos nomes do movimento modernista brasileiro (com destaque para o período pós-golpe do Estado Novo), João Carlos Soares Zuin, a partir das considerações de Sérgio Milliet, afirma que:

No itinerário de alguns dos principais participantes do modernismo, a impotência assumiu as formas da constrição do trabalho burocrático, da inexistência ou dos escassos direitos profissionais do trabalho intelectual, de cooptação pelo estado, entre outras. Na fala de nosso autor [Milliet], a certeza de viver numa sociedade “dia a dia mais hostil à liberdade do indivíduo” o levava a tarefa de lutar pela manutenção da conquista da liberdade de expressão do escritor e artista. Com os trágicos acontecimentos nacionais e internacionais do final dos anos trinta, que tornavam ainda mais árdua a tarefa de suportar os limites do presente, Milliet sentia a obrigação de

³⁵⁷ Ao recordar o exemplo específico de Sérgio Milliet, que esteve na Europa durante a Primeira Guerra, o historiador João Carlos Soares Zuin faz a seguinte observação: “Assim, o impiedoso canto do cisne visto de perto na Suíça, que desmantelou o ideal de construção de uma civilização universal e homogênea que teria como protoforma a hegemônica cultura europeia, possibilitou a elaboração do espírito de libertação, com o qual ajudou a renovar a concepção da arte na sociedade periférica e malformada” (ZUIN, João Carlos Soares. *Sérgio Milliet: o paradoxo de um intelectual crítico*. Dissertação de Mestrado em Sociologia/IFCH/UNICAMP, 1994, p. 149).

conservar os direitos alcançados do passado. Na atmosfera mundial, que negava tanto as possibilidades objetivas quanto a capacidade subjetiva para a existência da liberdade e da vida no presente, conservar o pouco que restava intacto do patrimônio da humanidade era a tarefa primordial que deveria ser exercida dia-a-dia.³⁵⁸

Tanto para Milliet quanto para Mário de Andrade, o momento exigia uma participação mais efetiva dos intelectuais, não apenas na defesa das boas coisas que a humanidade já havia produzido, mas fundamentalmente na luta para que o livre direito de defendê-las fosse preservado. O temor provocado pelo avanço nazifascista na Europa, agravado pela instituição de um regime ditatorial no Brasil, fortalecia a ideia de que era imperativo agir e, neste caso, a ação da intelectualidade deveria estar de acordo com a sua própria condição. Esta, aliás, seria a tônica de muitos dos debates travados entre os membros da “inteligência” brasileira, na medida em que uma série de ensaios era produzida em países do Velho e do Novo Mundo, no sentido de esclarecer os homens de pensamento quanto às suas reais funções dentro daquele quadro de ebulição e conflito político, e que estava levando o mundo, novamente, para um estado de “barbárie”. Neste sentido, dois textos podem ser destacados, uma vez que serviram de base para muitas das indagações a respeito “do que fazer” naquele momento de graves acontecimentos que, por sua vez, exigiam um posicionamento daqueles que dedicavam suas energias ao ofício de “pensar”: *La trahison des clercs*, do francês Julien Benda³⁵⁹, e *The irresponsibles*, do poeta norte-americano Archibald Mac Leish³⁶⁰.

Publicado em 1929, o primeiro destes títulos trazia em suas páginas uma contundente crítica aos intelectuais que se entregavam às paixões partidárias, abrindo mão da “pureza” de sua condição de pensadores. Benda, um entusiasta da causa *dreyfusard*, considerava que, ao intelectual, cabia à defesa de valores universais, sem a preocupação de interferir em questões de ordem política e econômica, conforme os antigos “clérigos”. Suas propostas, uma resposta ao que ele chamava de traição praticada por uma parcela significativa da intelectualidade europeia do período, foram, por vezes, vistas como uma justificação para o isolamento no que se convencionou chamar de “torre de marfim”, dentro da qual o intelectual manteria a sua integridade, alheio aos acontecimentos mundanos. Se, para muitos, isso significava a exaltação do princípio da “arte-pela-arte”; para outros, como Sérgio Milliet e Mário de

³⁵⁸ ZUIN, João Carlos Soares. *Sérgio Milliet: o paradoxo de um intelectual crítico*. Dissertação de Mestrado em Sociologia/IFCH/UNICAMP, 1994, p. 151.

³⁵⁹ Na edição brasileira, houve a substituição (e não tradução) da expressão “clérigos” pelo termo “intelectuais”. Em vista da lógica que atravessa a crítica promovida pelo autor francês, pode-se dizer que a troca não é adequada (ver BENDA, Julien. *A traição dos intelectuais*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Peixoto Neto, 2007).

³⁶⁰ As informações a respeito do texto de Mac Leish são de segunda mão, obtidas a partir da leitura de comentadores brasileiros e de trechos reproduzidos em CAMPOS, Regina Salgado. *Ceticismo e Responsabilidade*: Gide e Montaigne na obra crítica de Sérgio Milliet. São Paulo: Annablume, 1996, pp. 92-95.

Andrade, as questões poderiam ser vislumbradas de forma menos categórica e mais adequada às suas perspectivas de ação.

Em suas críticas a respeito do trabalho de Benda, parece existir um princípio comum, segundo o qual a ação do intelectual não contradiz a preservação de certas características e espaços que lhes são próprios. Seguindo esse pressuposto, pode-se afirmar que a ideia da “torre de marfim” não significaria, necessariamente, o ideal de isolamento; mas, essencialmente, a determinação exata do lugar a partir do qual o pensador deveria agir. Essas impressões podem ser confirmadas por estudos recentes acerca dos dois autores citados.

Em sua análise sobre as ideias de Milliet quanto ao “papel do intelectual nos 40”, Regina Salgado Campos demonstra como as considerações de Julien Benda foram interpretadas pelo pensador paulista. Segundo ela, a partir de textos publicados, ou produzidos, no intervalo de uma década e meia – especificamente entre os anos de 1930 e 1945 – nota-se como o autor de *Diário Crítico* assumiu posturas distintas quanto aos pressupostos lançados pelo intelectual francês. Se, em 1932, ele considerava que seria necessário que a intelectualidade abdicasse de seu isolamento e entrasse na “mêlée”; poucos anos depois, já em meio aos fracassos dos projetos educacionais do Departamento de Cultura de São Paulo, e às vésperas da instalação de um regime ditatorial no país e do início dos conflitos na Europa, Sérgio Milliet parecia admitir os princípios de Benda, ao afirmar que “alhear-se das lutas mesquinhas da politicagem ou do argentarismo” não significava estar “acima das disputas”. Em sua opinião, tratava-se, sim, de “sobrepôr um ideal à baixeza das preocupações vulgares”. E, finalmente, concluía que “é porque se acovardaram diante da vida e desceram à arena materialista que os clérigos traíram. Não porque procurassem, fora dela, lobrigar o caminho certo”.³⁶¹

Mário de Andrade, por sua vez, parecia estar de acordo com os princípios lançados pelo autor de *La trahison des clercs*. Em suas palavras, o erro estava em como tais ideias eram recepcionadas no Brasil, de modo que muitos daqueles que se dedicavam às artes no país teriam encontrado em Benda um justificador para continuar, segundo a imagem utilizada por Mário, “tocando a sua viola”. Em textos publicados no *Diário Nacional* em abril de 1932³⁶², ele deixava claro que, ainda que muitos intelectuais estivessem engajados em certas ideologias, “verdades temporárias” conforme seus próprios termos, seu destino fundamental

³⁶¹ As citações de Sérgio Milliet foram extraídas de textos publicados em *Terminus seco e outros cocktails* (1932, pp. 151-154), e *Marcha a ré* (1936, p. 110), ambos referenciados em CAMPOS, Regina Salgado. *Ceticismo e Responsabilidade: Gide e Montaigne na obra crítica de Sérgio Milliet*. São Paulo: Annablume, 1996, pp. 89-92.

³⁶² ANDRADE, Mário de. “Intelectual I”. In: *Diário Nacional*. 10 de abril de 1932, p. 3; e ANDRADE, Mário de. “Intelectual II”. In: *Diário Nacional*. 17 de abril de 1932, p. 3

seria encontrar a “Verdade”, propositadamente colocada com letra maiúscula, numa clara alusão à ideia de valor universal, preconizada pelo pensador francês.

Anos depois, as observações de Mário de Andrade a respeito da “torre de marfim” parecem ter assumido um teor mais radical, ainda que seu discurso estivesse recheado de aparentes contradições. Conforme as observações de Carlos Guilherme Mota, em abril de 1942, quando de sua famosa conferência pronunciada no Itamarati, intitulada “O Movimento Modernista”, Mário realizou uma revisão do modernismo dos anos 1920 e, portanto, de sua própria obra, acusando seus antigos companheiros de geração, e a si mesmo, de terem sido uns “abstencionistas”, de modo que a única saída para eles, em vista da urgência do momento que viviam, era caminhar com as massas, abdicando de seu total isolamento³⁶³. Nas palavras do autor de *Amar, verbo intransitivo*:

Não tenho a mínima reserva em afirmar que toda a minha obra representa uma dedicação feliz a problemas do meu tempo e minha terra. Ajudei coisas, maquinei coisas, fiz coisas, muita coisa! E no entanto me sobra agora a sentença de que fiz muito pouco, porque todos os meus feitos derivam duma ilusão vasta. E eu que sempre me pensei, me senti mesmo sadiamente banhado de amor humano, chego no declínio da vida à convicção de que faltou humanidade em mim. Meu aristocratismo me puniu. Minhas intenções me enganaram. Vítima de meu individualismo, procuro em vão nas minhas obras, e também nas de muitos companheiros uma paixão mais temporânea, uma dor mais viril da vida. Não tem. Tem mas é uma antiquada ausência de realidade em muitos de nós. Estou repisando o que já disse a um moço... E outra coisa senão o respeito que tenho pelo destino dos mais novos se fazendo, não me levaria a esta confissão bastante cruel, de perceber em quase toda minha obra a insuficiência do abstencionismo. Francos, dirigidos, muitos de nós demos às nossas obras uma caducidade de combate. Estava certo em princípio. O engano é que nos pusemos combatendo lençóis superficiais de fantasmas. Deveríamos ter inundado a caducidade utilitária do nosso discurso, de maior angústia do tempo, de maior revolta contra a vida como está. Em vez: fomos quebrar vidros de janelas, discutir modas de passeio, ou cutucar os valores eternos, ou saciar nossa curiosidade na cultura. E se agora percorro a minha obra já numerosa e que representa uma vida trabalhada, não me vejo uma só vez pegar a máscara do tempo e esbofeteá-la como ela merece. Quanto muito fiz de longe umas caretas. Mas isto, a mim, não me satisfaz. Não me imagino político de ação. Mas nós estamos vivendo uma idade política do homem, e a isso eu tinha que servir. Mas em síntese, eu só me percebo, feito um Amador Bueno qualquer, falando “não quero” e me isentando da atualidade por detrás das portas contemplativas de um convento. Também não me desejaria escrevendo páginas explosivas, brigando a pau por ideologias e ganhando os louros fáceis de um xilindró. Tudo isso não sou eu nem é pra mim. Mas estou convencido de que devíamos ter nos transformado de especulativos em especuladores. Há sempre jeito de escorregar num ângulo de visão, numa escolha de valores, no embaçado duma lágrima que avolumem ainda mais o insuportável das condições atuais do mundo. Não. Viramos abstencionistas abstermios e transcendentais. Mas por isso mesmo que fui sinceríssimo, que desejei ser fecundo e joguei lealmente com todas as minhas cartas à vista, alcanço agora esta consciência de que fomos inatuais. Vaidade, tudo vaidade...³⁶⁴

³⁶³ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000, pp. 106-107.

³⁶⁴ *apud* MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000, pp. 107-108. Em um breve balanço dos momentos finais da vida de Mário de Andrade, Eduardo Jardim afirma que alguns fatores foram essenciais na radicalização do discurso do poeta, em sua revisão do

Apesar disso, não é possível afirmar categoricamente que o velho escritor modernista estivesse defendendo uma introdução dos intelectuais nos debates políticos e econômicos de seu tempo. Segundo as observações de Sidney Oliveira, Mário de Andrade alertava em suas cartas que seria pelo próprio exercício da crítica que o pensador exerceria sua intervenção, de modo que a sua “participação” não lhe exigiria o abandono da sua condição de intelectual³⁶⁵.

As idas e vindas presentes no discurso de Mário podem ser encaradas como tentativas de síntese acerca dos dilemas de uma época, entre os quais duas questões surgiam como essenciais: a necessidade de agir e a preservação da integridade do “ser intelectual”. Esse esforço empreendido pelo poeta paulista não passou despercebido por alguns de seus interlocutores e comentadores, entre os quais, o escritor Álvaro Lins que, em um comentário sobre a “Elegia de Abril” (texto de Mário de Andrade publicado como apresentação do primeiro número da revista *Clima*), fez as seguintes considerações:

Eis a dificuldade toda: o monismo da personalidade, o poder interior de ser ao mesmo tempo um cidadão do mundo temporal e um clérigo da literatura. Trata-se da principal exigência que veio colocar-se em cheio ante os jovens da nova geração. E ele irá conhecer tal exigência, quando proposta, não sob essa fórmula de equilíbrio e harmonia, mas sob indicações exclusivistas e isoladas: uns lhe sugerem a realização pura e simples das suas obras de arte; outros, a determinação de pôr acima de tudo a porfia pelos motivos políticos que estão se decidindo em batalhas tanto militares quanto ideológicas.³⁶⁶

O crítico pernambucano chegaria, inclusive, a antecipar, nesse mesmo artigo, de 1941, algumas das conclusões as quais chegaria o poeta paulista em seus derradeiros dias de vida, quatro anos depois. Na opinião de Álvaro Lins, a título de resolução para o dilema enfrentado por Mário e tantos outros intelectuais, como Sérgio Milliet, o intelectual deveria ser um “clérigo” de sua arte e um “cidadão da sociedade” simultaneamente e, portanto, dependeria dele próprio “a aptidão de ser fiel a cada uma dessas situações”. De certa forma, esta seria a tônica de um dos últimos depoimentos de Mário de Andrade que, em carta ao amigo Carlos

Movimento Modernista. Segundo o autor, à frustração resultante da saída de Mário do Departamento de Cultura de São Paulo, somaram-se os insucessos na sua experiência como professor universitário no Rio de Janeiro, a comoção provocada pela invasão da França pelos nazistas, bem como a aproximação com a jovem geração ligada a *Revista Acadêmica* (ver JARDIM, Eduardo. *Mário de Andrade: a morte do poeta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005).

³⁶⁵ PIRES JUNIOR, Sidney Oliveira. *Embates de um intelectual modernista: o papel do intelectual na correspondência de Mário de Andrade*. Tese de Doutorado em História Social/FFLCH/USP, 2004, pp. 188-209.

³⁶⁶ LINS, Álvaro. *A Glória de César e o Punhal de Brutus*. Ensaios e Estudos (1939-1959). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 119.

Drummond, poucos dias após o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, promovido pela A.B.D.E., sentenciava:

Porque, está claro, a torre-de-marfim não quer nem pode significar não-se-importismo e arte-purismo. Mas o intelectual, o artista, pela natureza, pela sua definição mesma de não-conformista, não pode perder a sua profissão, se duplicando na profissão de político. Ele pensa, meu Deus! E a sua verdade é irrecusável pra ele. Qualquer concessão interessada pra ele, pra sua posição política, o desmoraliza, e qualquer combinação o infama. É de sua torre-de-marfim que ele deve combater, jogar desde o cuspe até o raio de Júpiter incendiando cidades.³⁶⁷

Neste momento, as ideias de Julien Benda parecem mais próximas da autoimagem sugerida por Mário de Andrade. Convém lembrar que o referido autor francês não desconsiderava a ida do intelectual ao espaço público, ressaltando-se o fato de que, se tal ação fosse por motivações estranhas à sua condição, ele perderia a sua condição de *clerc*.

Enfim, gostaria ainda de esclarecer meu pensamento sobre um ponto e dizer que o intelectual só me parece faltar à sua função ao descer à praça pública quando o faz [...] visando ao triunfo de uma paixão realista de classe, de raça ou de nação. Quando Gerson subiu ao púlpito da Notre-Dame para acusar os assassinos de Louis d'Orléans, quando Spinoza, correndo risco de vida, veio escrever à porta dos assassinos dos Witt: "*Ultimi barbarorum*", quando Voltaire batalhou por Calas, quando Zola e Duclaux vieram testemunhar em um processo célebre, esses intelectuais cumpriam plenamente, e da forma mais elevada, sua função de intelectuais; eram os oficiantes da justiça abstrata e nenhuma paixão ou objeto terrestre os maculava. De resto, há um critério muito seguro para saber se o intelectual que age publicamente o faz de acordo com seu ofício: ele é imediatamente amaldiçoado pelo leigo, cujo interesse ele obsta (Sócrates, Jesus). Pode-se dizer que o intelectual louvado por seculares é traidor de sua função.³⁶⁸

Esta última aproximação com as teses de Benda parece contradizer o que, meses antes do conclave de escritores em janeiro de 1945, o mesmo Mário de Andrade declarava, afirmando que todos os intelectuais brasileiros eram responsáveis, tanto pelo momento que o país passava, quanto pelo que viria a passar. O escritor considerava que o intelectual que se dedicasse a chamada "arte-pura" procurava "se salvar e se livrar de seus deveres morais não só de homem, mas de artista". Em sua opinião, contudo, a ameaça de ascensão do nazifascismo impedia que esse mesmo intelectual assumisse tal atitude, posto que a própria

³⁶⁷ ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985, p. 20.

³⁶⁸ BENDA, Julien. *A traição dos intelectuais*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Peixoto Neto, 2007, pp. 148-149. Edward Said confirma essa impressão acerca da obra de Julien Benda, ao observar que o pensador francês não endossava a noção de intelectuais "totalmente descomprometidos, alheios a este mundo, fechados numa torre de marfim, voltados intensamente para si próprios e devotados a temas obscuros, e talvez mesmo ocultistas". De acordo com o escritor palestino, em Benda, "os verdadeiros intelectuais nunca são tão eles mesmos como quando, movidos pela paixão metafísica e princípios desinteressados de justiça e verdade, denunciam a corrupção, defendem os fracos, desafiam a autoridade imperfeita ou opressora" (SAID, Edward W. *Representações do Intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 21).

“essência mesma de uma civilização” periclitava³⁶⁹. Novamente, é Sidney Oliveira Pires Junior quem esclarece que, se a metáfora da “torre de marfim” significava o isolamento dos membros da intelectualidade, ela adquiria em Mário um sentido novo, superando a suposta oposição entre a “autonomia” e a “necessidade de servir”, a partir da ideia de que ao intelectual caberia, fundamentalmente, sob pena de não realizar-se enquanto tal, “a crítica radical da vida cotidiana”. Segundo o autor,

em certo sentido, sua formulação recuperava um viés bendaniano [Julien Benda], na medida em que afirmava que os *intelectuais não deviam se meter naquilo*, embora certificasse que isto não significava para ele que o intelectual não pudesse tomar partido, mas se o fazia não era pelo poder em si, mas pela defesa de sua verdade, pelo seu não-conformismo, porque não poderia se duplicar em político de profissão. O intelectual poderia participar naquilo que ele sabia fazer melhor: na reprodução crítica da sociedade, no caso do artista, e na crítica radical de valor universal e permanente, no caso do intelectual.³⁷⁰

Este princípio, a partir do qual se depreende a ideia de uma “intelectualidade responsável”, respondia uma demanda consagrada, anos antes, entre os pensadores do país, e que tinha uma de suas origens nos escritos de Archibald Mac Leish, particularmente o seu ensaio, já citado anteriormente, *The irresponsibles*, de 1940.

De acordo com Regina Salgado Campos, o controvertido poeta norte-americano pautava sua crítica a partir de uma questão fundamental, a saber: por que os estudiosos e escritores de sua geração (evidentemente, ele se referia aos seus conterrâneos) – testemunhas da destruição da cultura em grandes áreas da Europa; do exílio, do aprisionamento e do assassinato de homens cujo crime foi estudar e escrever – falharam em se opor às forças destrutivas enquanto tinham tempo e espaço para exercer sua oposição? Segundo a autora, Mac Leish considerava que apenas um número bem reduzido de intelectuais havia cumprido com tal propósito, e que esta falha devia-se, essencialmente, ao fato de que a maior parte deles reduzira o problema a questões de ordem econômica e política, fora de sua competência.

No entanto, longe de uma crise relacionada à economia e aos conflitos meramente político-partidários, os problemas pelos quais o mundo moderno passava estavam na ordem da cultura, onde, segundo Archibald Mac Leish, ocorria “uma revolta de certas classes, de certos tipos de homens, contra a cultura herdada do Oeste, e contra toda a cultura comum”. Assim, a guerra travava-se, para além dos campos de batalha, “na cidade, em casa, na mente”.

³⁶⁹ “Os Intelectuais Puros Venderam-se aos ‘Donos da Vida’” (Entrevista de Mário de Andrade a Francisco de Assis Barbosa). In: *Diretrizes*. n. 184. 6 de janeiro de 1944, p. 1, 25 e 26.

³⁷⁰ PIRES JUNIOR, Sidney Oliveira. “A crítica de Mário de Andrade à intolerância do Estado Novo”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A história na política, a política na história*. São Paulo: Editora Alameda, 2006, p. 287.

E esse conflito, na visão do autor, constituía uma disputa de traição, corrupção e mentiras, contra as quais grandes frotas e exércitos eram impotentes.

A conclusão, portanto, parecia óbvia aos olhos de Mac Leish que, nas palavras de Regina Salgado, acreditava ser a destruição da responsabilidade do intelectual, tanto quanto a divisão entre intelectuais e escritores, a causa daquela situação. Por essa via, ficava “abolido o homem de letras do passado, defensor da cultura herdada não em seu próprio benefício, mas em vista do interesse geral”. Portanto, a responsabilidade pelos atentados promovidos contra a cultura pelos nazifascistas recaía sobre os ombros daqueles homens de letras que, despreocupados com as questões que consideravam estar na ordem da economia e da política, não foram capazes de perceber os prejuízos que suas ações ocasionavam à sua própria cultura. Abrindo mão de sua condição de intelectuais, defensores dos valores basilares da civilização ocidental (aproximação com Benda?), estes escritores seriam culpados pela barbárie característica da guerra provocada por aquilo que deveria ter sido combatido em sua origem – o nazi-fascismo.

Contudo, em uma última citação, Regina Salgado lembra que, na visão de Mac Leish, nem o intelectual, tampouco o escritor moderno, considerava-se responsável pela defesa da cultura. Segundo ele, essa *irresponsabilidade* era similar a de um cientista, “refugiado das consequências”, “exilado das responsabilidades de uma escolha moral”. Despreocupado com o presente, este intelectual seria um amante das palavras, desde que elas “não implicassem em julgamentos, não envolvessem decisões, não realizassem ações”.³⁷¹

No entanto, esta argumentação parece não ter sensibilizado Sérgio Milliet, que não admitia que se atribuisse aos homens de pensamento a responsabilidade pela preservação de uma cultura ocidental que, em sua opinião, gerava índices cada vez maiores de desemprego, de fome, de roubo, de crime e de anarquia mental. Comentando o suicídio de Stefan Zweig, escritor austríaco exilado no Brasil, o crítico paulista questionava-se se, para muitos intelectuais, o “protesto do ‘hara kiri’” não valeria mais a pena do que a defesa daquele “mundo perdido”.³⁷²

Ao contrário de Mário de Andrade que, em suas revisões autopunitivas, responsabilizou a si e aos de sua geração pelo sucesso dos princípios totalitários do nazifascismo e, por consequência, da própria ascensão do Estado Novo no Brasil; Sérgio Milliet parece não concordar com a ideia de “irresponsabilidade” proclamada por Mac Leish e

³⁷¹ CAMPOS, Regina Salgado. *Ceticismo e Responsabilidade*: Gide e Montaigne na obra crítica de Sérgio Milliet. São Paulo: Annablume, 1996, pp. 92-94.

³⁷² CAMPOS, Regina Salgado. *Ceticismo e Responsabilidade*: Gide e Montaigne na obra crítica de Sérgio Milliet. São Paulo: Annablume, 1996, p. 95.

celebrada entre alguns de seus confrades brasileiros. Considerando o esgotamento dos espaços de atuação do intelectual, notadamente aqueles que lhe permitiam uma maior proximidade com seu público, o autor dos *Diários Críticos* afirmava que o crescimento da máquina burocrática do governo varguista, em particular no campo educacional, vedava o acesso dos pensadores aos meios de divulgação de suas ideias, ao mesmo tempo em que lhes impedia a possibilidade de guiar as massas. Nesse sentido, não se tratava de dizer que os modernistas eram abstencionistas, tampouco irresponsáveis.

Para ele [Sérgio Milliet] no projeto modernista haviam várias dimensões, inclusive a política, por isso não aceitava a autocrítica de Mário, nem o tom de *mea culpa* decorrente da suposta ausência de compromisso público do movimento. Não aceitava por considerar que ele e outros, mas principalmente Mário, haviam participado não apenas em projetos com dimensão pública (experiência de ambos, sob o comando de Mário, no Departamento de Cultura do Município de São Paulo), como também em atividades propriamente políticas (no jornal do Partido Democrático).³⁷³

É importante salientar que o Estado Novo não previa uma ação independente dos intelectuais, uma vez que isso poderia representar um risco ao esforço unificador do discurso nacional. Por conta da atuação dos órgãos de propaganda e de controle das ideias, muitas iniciativas no campo cultural foram abortadas pelo regime, assim como muitos veículos de imprensa foram fechados. Em São Paulo, o caso mais emblemático foi o “empastelamento” do jornal liberal *O Estado de São Paulo*, em que Sérgio Milliet trabalhava como editor de seções culturais. Ainda assim, Milton Lahuerta lembra que foi justamente por conta dessa posição e, evidentemente, de seu prestígio, que Milliet conseguiu “realizar um trabalho de organização da jovem intelectualidade, selecionando e publicando seus textos, garantindo que seus honorários fossem pagos, encaminhando-a para a questão profissional e associativa”. Essa “lógica mercantil” prevaleceria na retórica do escritor paulista por conta da própria diminuição do espaço para o exercício da oposição. Assim, considera-se que a ênfase no discurso de defesa dos direitos autorais, se “confrontada com sua prática no universo cultural paulista”, constituía um “descompasso entre a palavra e a ação”, que se devia, em grande

³⁷³ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 227. A respeito do papel desempenhado por Mário de Andrade no Departamento de Cultura de São Paulo, entre os anos de 1935 e 1938, ver DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/Secretaria Municipal de Cultura, 1985 e RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a Cultura na Forma Brasil*. O Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

parte, “às limitações propriamente políticas que, pela censura e pelo controle policial, impediam atitudes mais veementes”.³⁷⁴

Tais aspectos podem ser vislumbrados na própria diferença com que Mário de Andrade e Sérgio Milliet avaliaram o modernismo brasileiro. Lahuerta considera que “a autocritica de Mário, exercitada de modo veemente desde o início dos anos 40, apesar da pretensa radicalidade, se mantivera num horizonte estritamente ético”, localizando “na ausência de participação e no elitismo” os maiores defeitos do movimento. Por essa via, suas observações levavam a um “‘participacionismo’ meio primário ou a um ceticismo totalmente desencantado e individualista”. Em contrapartida, Milliet focalizava “o problema do modernismo num outro registro, oferecendo aos mais jovens não apenas um referencial ético, mas uma perspectiva de auto-organização”, fosse pela valorização acadêmica, fosse pela associativa. Dessa forma, cada qual a seu modo, ambos concretizaram uma aliança com a mocidade, lhes garantindo um “espaço para se lançar e consagrar, além de lhes proporcionar orientação intelectual e legitimidade para suas iniciativas”. Portanto, “a Mario e Milliet cabia o papel de intelectuais-instituição, orientando caminhos, funcionando – mesmo que no plano estritamente intelectual – como chefes de corrente”.³⁷⁵

Por fim, vale lembrar que foi justamente essa nova “corrente”, formada pelos elementos mais jovens da intelectualidade brasileira, quem procurou sistematizar as novas tendências a respeito do seu “papel social”, particularmente a sua “responsabilidade” diante das condições políticas e culturais que se apresentavam dentro e fora do país. Assim, a reavaliação do movimento modernista dos anos 1920, a manutenção da repressão às ideias promovida pelo Estado Novo, bem como o contexto da guerra na Europa, acabaram por gerar uma “necessidade de ação” que, somadas às demandas profissionais e econômicas do homem de letras, motivaram, no dizer de Milton Lahuerta, a constituição de suas entidades representativas, tal qual a A.B.D.E., nascida entre 1942 e 1943. Seguindo as lições de Carlos Guilherme Mota, se Mário de Andrade era a “consciência limite” do modernismo; a nova geração – em muito influenciada pelos modernistas Mário e Milliet – representou as “raízes do pensamento radical” que, seguindo a lógica do próprio autor, encontraram no Congresso de Escritores, de janeiro de 1945, um dos seus momentos mais emblemáticos.³⁷⁶

³⁷⁴ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 220-222.

³⁷⁵ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 225-226.

³⁷⁶ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000, pp. 110-153.

5.3. O combate ao nazifascismo como mote para a luta contra o Estado Novo

Ao longo dos dois anos que antecederam a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, os discursos em torno de um posicionamento mais efetivo dos intelectuais frente às questões da guerra, pondo-se a favor da democracia, foram ganhando força. O “Manifesto dos Mineiros”, divulgado pela intelectualidade liberal de Minas Gerais, em outubro de 1943, dava mostras do grau de insatisfação com os rumos da política brasileira, dominada por uma ditadura que já se arrastava por quase seis anos. Os signatários do documento, comprometidos, em grande parte, com a velha tradição oligárquica mineira³⁷⁷, solicitavam a redemocratização do país no imediato pós-guerra, justamente por considerarem que a luta brasileira na Europa contra as nações do Eixo não era compatível com os ideais que sustentavam a ditadura varguista:

Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais, reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam. A base moral do fascismo assenta sobre a separação entre governantes e governados, ao passo que a base moral e cristã da democracia reside na mútua e confiante aproximação dos filhos de uma mesma pátria e na consequente reciprocidade da prática alternada do poder e da obediência por parte de todos, indistintamente.³⁷⁸

Dessa forma, o manifesto expunha o entendimento de que o naufrágio eminente do “precursor dos Estados totalitários” trazia “a oportunidade de uma retomada de consciência dos valores democráticos, ou, para melhor dizer, de sua regeneração pelo sentimento e pelo pensamento”. Na perspectiva dos intelectuais mineiros que deram seu aval ao documento, era necessário que restabelecesse o “direito de voto e do *habeas corpus*”, assim como de outras garantias constitucionais, que se traduzissem “em efetiva segurança econômica e bem-estar para todos os brasileiros, não só das capitais, mas de todo o território nacional”. Segundo eles, era necessário que se criasse um “espaço realmente aberto” para a formação de novos homens públicos, dentre os quais estariam os futuros dirigentes da nação e, para tanto, demandavam a “liberdade de pensamento, sobretudo do pensamento político”³⁷⁹. Somente cumpridas essas exigências, seriam dissipadas as contradições entre a participação do país no conflito europeu e o seu modelo de governo. Como forma de dar legitimidade a tal conclusão, o manifesto

³⁷⁷ CARONE, Edgar. *O Estado Novo* (1937-1945). Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977, p. 304.

³⁷⁸ “Manifesto Mineiro (24-10-1943)” *apud* CARONE, Edgar. *A Terceira República* (1937-1945). 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1982, p. 79.

³⁷⁹ “Manifesto Mineiro (24-10-1943)” *apud* CARONE, Edgar. *A Terceira República* (1937-1945). 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1982, p. 79.

fazia uma alusão à famosa *Carta do Atlântico*³⁸⁰, de 1941, firmada entre norte-americanos e ingleses, considerando que:

O povo a que alude este famoso documento, que orienta a comunidade das Nações Unidas, só pode ser o que se manifesta pelo voto espontâneo e livre, pois, de outra sorte, absurdo e iníquo seria que se destruísse, com tão surpreendente dispêndio de sangue e de riqueza, o sistema político que Hitler e Mussolini e seus inúmeros cúmplices sempre proclamaram como aplaudido e consagrado pelos povos da Itália e da Alemanha, para mantê-lo sob especiosos disfarces depois da vitória.³⁸¹

O clima de insatisfação era crescente, e o combate ao nazifascismo assumia, portanto, um duplo propósito: ao mesmo tempo em que permitia exaltações às nações aliadas e aos regimes democráticos; possibilitava, indiretamente, a crítica aos métodos autoritários do Estado Novo. Alguns escritores já defendiam a necessidade de se definirem as tarefas da “inteligência” e, por conta dessa demanda, inquéritos foram realizados com membros eminentes da antiga e da nova geração de intelectuais do país. *O Testamento de uma geração*³⁸² e a *Plataforma da Nova Geração*³⁸³ foram os resultados diretos desse esforço por compreender as formas como a intelectualidade se via e se colocava diante dos dilemas de seu tempo, notadamente a guerra, o terror nazifascista e, ainda que não declaradamente, o autoritarismo estadonovista.³⁸⁴

Se a primeira das enquetes citadas acima representou uma possibilidade aos remanescentes da geração dos anos 1920 e 1930 de apresentarem um balanço de seus trabalhos e de suas atuações enquanto intelectuais, e cuja figura de Mário de Andrade

³⁸⁰ De acordo com artigo publicado pela *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos* da Universidade de São Paulo, a *Carta do Atlântico* foi o “primeiro documento relevante que precedeu a Organização das Nações Unidas”, tendo sido o resultado do encontro do então Presidente norte-americano, Franklin Delano Roosevelt, e do Primeiro-Ministro britânico Winston Churchill, em 14 de agosto de 1941. Apesar de terem aprovado os termos da carta, ambos os líderes não a assinaram, enviando-a, em contrapartida, aos seus respectivos governos para que a mesma fosse confirmada. O Brasil aderiria aos seus princípios em 6 de fevereiro de 1943 e, formalmente, em 9 de abril do mesmo ano. Entre os seus oito dispositivos, o documento estabelecia: a defesa de que todos os povos fossem livres para escolher a forma de governo sob a qual quisessem viver; a restituição dos “direitos soberanos” e da “independência aos povos que deles foram despojados pela força”; a garantia aos homens de “existências livres do temor e de privações”; bem como o abandono de “todo o emprego da força” pelas nações do mundo (<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/carta-do-atlantico-1941.html> – consultado em 20/06/2013).

³⁸¹ “Manifesto Mineiro (24-10-1943)” *apud* CARONE, Edgar. *A Terceira República* (1937-1945). 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1982, p. 80.

³⁸² CAVALHEIRO, Edgard. *Testamento de Uma Geração*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944.

³⁸³ NEME, Mário. *Plataforma da Nova Geração*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.

³⁸⁴ Ambas as publicações foram resultados da reunião dos depoimentos colhidos pelos organizadores dos inquéritos, Edgard Cavalheiro e Mário Neme, respectivamente. O *Testamento de uma geração* foi publicado n’*O Estado de São Paulo*, a partir do início de 1942; e a *Plataforma da Nova Geração* estampou as páginas do mesmo jornal entre meados de 1943 e os primeiros meses de 1944.

representava, no dizer de Carlos Guilherme Mota, uma espécie de “consciência-limite”³⁸⁵; a segunda abria espaço para que os “novíssimos” expusessem suas expectativas a respeito de si mesmos, respondendo questões não apenas referentes à cultura, mas também à política e à “função social” dos homens de pensamento.

De acordo com Milton Lahuerta, em *Testamento de uma geração*³⁸⁶, “a ênfase das intervenções oscila de posturas muito fatalistas para posições menos catastróficas, mas o tom geral é carregado e sombrio”. Segundo ele, os intelectuais participantes expressavam a sua dificuldade em “vislumbrar perspectivas frente ao momento ainda muito indefinido, do ponto de vista tanto da conjuntura internacional quanto do regime político do Estado Novo”³⁸⁷. Nas palavras do autor:

A instabilidade, inerente à situação internacional, e a crise que minava a legitimidade do Estado Novo, tornavam evidentes que houvera uma interrupção nas linhas de renovação do processo cultural que se desenvolvia desde a virada do século. Não é surpreendente que a tônica presente nos depoimentos insistia na ideia de “fim de um ciclo” e de “decadência da cultura”.³⁸⁸

Entre as questões trazidas à tona pelos depoentes, Lahuerta destaca o fato de que “a explicitação do conteúdo de barbárie contido no nazifascismo destruía aceleradamente a expectativa ascendente que a cultura ocidental ostentava sobre si mesma”. Para ele, “com a problematização de um ideal de progresso, [...] a desconfiança frente à técnica, traço forte da cultura da crise dos anos 20, se transformava em desencanto absoluto”³⁸⁹. Além disso, o autor aponta para “a crise de uma forma de consagração baseada nos grandes intelectuais”, sem que houvesse “uma alternativa clara de como estabilizar a produção cultural” – levando-se em conta, inclusive, o fato de que “a solução estatal mostrara-se problemática e estava posta em

³⁸⁵ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000, pp. 105-109.

³⁸⁶ Entre os 40 intelectuais aos quais foram requisitados os depoimentos, apenas 26 responderam a Edgard Cavalheiro. Entre estes últimos, estavam: Abguar Bastos, Abner Mourão, Afonso Arinos de Melo Franco, Afonso Schmidt, Amadeu Queiroz, Artur Ramos, Ascenso Ferreira, Augusto Frederico Schmidt, Belmonte, Candido Mota Filho, Di Cavalcanti, Eduardo Frieiro, Galeão Coutinho, João Alphonsus, Jorge de Lima, Luis da Câmara Cascudo, Manoelito d’Ornelas, Oduvaldo Viana, Oswald de Andrade, Pedro Calmon, Peregrino Jr., Renato de Almeida, Rubens do Amaral, Sérgio Milliet, Sud Menucci e Tristão de Athayde. Os que não atenderam ao questionário foram Monteiro Lobato, Manuel Bandeira, Cecília Meirelles, Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Hermes de Lima, Carlos Drummond de Andrade, Ribeiro Couto, Gastão Cruls e Anísio Teixeira (LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 250).

³⁸⁷ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 250.

³⁸⁸ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 251.

³⁸⁹ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 252.

questão”. Neste sentido, alguns fatores seriam responsáveis diretos por este estado de coisas, a saber:

a deslegitimação progressiva dos mecanismos culturais criados pelo Estado Novo para conquistar consenso; a inexistência e/ou a fragilidade das universidades e instituições afins; bem como a censura sobre os organismos de imprensa.³⁹⁰

Vistos em conjunto, estes elementos “restringiam sobremaneira os espaços de consagração e tornavam qualquer discussão sobre a questão dos intelectuais muito dramatizada”³⁹¹. Diante disso, duas atitudes distintas pareciam emergir entre os entrevistados: a primeira delas refletia-se na posição de uma maioria “absenteísta em literatura e em política” e que não se sentia “à vontade para aderir a nenhuma corrente literária, estética ou ideológica”. Segundo Lahuerta:

Esses intelectuais, presos a uma estética e a uma visão de mundo passadista, quando não são assumidamente antimodernistas assumem os princípios do modernismo apenas formalmente, não os assimilando, nem os praticando de fato. Nesse sentido, permanecem imobilizados entre a fidelidade a padrões tradicionais de crítica e a adesão formal aos modelos das vanguardas europeias. Indecisos, incapazes de aderir à postura dos modernistas, fechados aos temas e problemas da modernidade, permanecem aquém das questões de seu tempo.³⁹²

Por outro lado, existiam aqueles que, “se propondo manter uma vocação pública, de um jeito ou de outro, tinham por finalidade acertar o passo com o relógio do tempo”. Esse grupo de intelectuais revelava uma tendência à participação na vida nacional, com vistas a contribuir para os destinos do país. Daí “o caráter papa-laico de Mário de Andrade”³⁹³ e a ideia de “homem-ponte” atribuída a Sérgio Milliet³⁹⁴. Conforme se pôde observar em páginas anteriores, houve, da parte de ambos os escritores, uma tentativa de aproximação com as “novas gerações” – ganhando suas “almas e mentes” – para um projeto de continuação e aprofundamento daquilo que eles teriam começado, “superando-os inclusive em seus pontos frágeis”. A esse respeito, Lahuerta afirma que:

³⁹⁰ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 252-253.

³⁹¹ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 253.

³⁹² LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 257-258.

³⁹³ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 258.

³⁹⁴ CANDIDO, Antonio. “Prefácio”. In: MILLIET, Sérgio. *Diário Crítico*. vol. I. São Paulo: Martins/Edusp, 1981, p. XII.

Para uma empreitada com tais proporções, os “modernistas”, defensores dessa posição, contavam inclusive com a aliança de alguns dos “novíssimos”. Contavam, exatamente, com aqueles que, produtos de uma formação técnica, nesses anos de transição, já haviam adquirido algum prestígio no universo cultural paulista e carioca. Milliet contava, essencialmente, com os jovens de *Clima* e da redação de *O Estado*; Mário, como Benedetto Croce, queria “benzer as armas” de todos os grupos, mas tinha predileção e até um certo fascínio pelos rapazes da *Revista Acadêmica*, no Rio de Janeiro. Portanto a relação com a “novíssima”, não era ingênua, nem arbitrária, nem mesmo estritamente literária, mas empenhada, seletiva e condicionada por sua vinculação a projetos culturais (*Clima*, *R. Acadêmica*, Sociedade Brasileira de Escritores, redação de *O Estado*, etc...). Projetos que para se desenvolverem não podiam prescindir do respaldo assegurado por esses modernistas, como foi dito anteriormente, os “fiadores de nova hierarquia de legitimidades”.³⁹⁵

Assim, diz Milton Lahuerta, se havia uma herança a ser transmitida aos “novos”, tratava-se, exatamente, da defesa de um horizonte que pretendia “superar o impressionismo crítico, o descompromisso com a vanguarda modernista e a alienação política”. De acordo com o autor, tal superação implicava o aprofundamento do trabalho crítico, a especialização e o rigor intelectual. Tratava-se, em última instância, de “buscar uma saída para a crise de identidade da intelectualidade, apostando radicalmente na profissionalização, mas sem perder de vista a vocação pública”. Esta seria, portanto, a proposta que os “revisionistas” do modernismo apresentavam, de diversas formas, aos membros da chamada “nova geração”.³⁹⁶

A chamada *Plataforma da Nova Geração*, concebida a partir de depoimentos colhidos de alguns dos mais destacados nomes da jovem intelectualidade do país, apresentava não apenas o resultado do esforço dos velhos modernistas no sentido de dar um rumo para os “mais moços”, mas também as formas como essa “mocidade” pensava a cultura brasileira, em vista das questões políticas e até mesmo profissionais que se apresentavam. De acordo com Carlos Guilherme Mota, os textos publicados n’*O Estado de São Paulo*, a exemplo do que já havia sido verificado no *Testamento de uma geração*, também traziam a perspectiva de se estar vivendo um período de crise, não deixando de conter “expressões apocalípticas de praxe para caracterizar o momento de ‘confusão de valores’, ‘desorientação’, ‘competição’, ‘inquietação’, ‘guerra’...”. Segundo o autor, em meio a “expressões tão vagas”, repontavam, ao menos, “três indícios da existência de um novo quadro de referências em que [...] *política e ideologia parecem adquirir nova perspectivação na abordagem do fato cultural*”: em primeiro lugar, estavam “os possíveis tipos de desorientação dos moços”, notadamente “no campo das ideias, da Arte, da Estética, da Ciência e também da *ideologia*”; em seguida, questionava-se “a orientação a ser tomada pela ‘nova geração’ no ‘terreno das ideias’”, com

³⁹⁵ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 260.

³⁹⁶ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 261.

um registro especial à referência não apenas aos intelectuais, mas também ao povo – que, nas palavras de Mota, já não apenas compunha parte de uma retórica intelectual, mas de fato já se encontrava no horizonte do pensamento brasileiro; por fim, demonstrava-se uma “preocupação em se encontrar uma diretriz comum nas múltiplas manifestações de inquietação dos novos”, o que, nas palavras do autor, parecia assumir uma conotação “explicitamente política”, presente, principalmente, na tentativa de se estabelecer uma conciliação, ou não, entre as doutrinas estabelecidas e as demandas dos pensadores mais jovens.³⁹⁷

Milton Lahuerta, em sua análise sobre a *Plataforma*, explica que as incertezas decorrentes dos dilemas que se apresentavam àquela “nova geração” revelam não apenas a “crise dos padrões tradicionais de consagração cultural”, mas também “a falta de perspectivas” em que estariam imersos os autores dos depoimentos. Em sua opinião, isso ficava mais evidente na “insistência quanto ao tema da profissionalização, principalmente porque tal preocupação acaba[va] se confundindo com o imperativo ético e com a questão da ‘missão’ do intelectual”³⁹⁸. Dessa forma, a ideia, já concebida pela geração precedente, de que se vivia um período de “falência” da cultura ocidental, levava os “novos” a tentarem elucidar o caráter de sua incumbência no mundo. Nesse sentido, predominavam nas respostas, como bem observa Carlos Guilherme Mota, um encaminhamento para a “negação da ordem vigente”.³⁹⁹

Novamente, segundo Lahuerta, “esse modo de questionar o momento vivido fortaleceria a tendência, entre os homens de letras, de radicalizar a crítica ao modernismo buscando uma identificação com o povo” – conforme, vale lembrar, a demanda de Mário de Andrade de que fosse abandonada a posição comodista dos intelectuais e que os mesmos caminhassem com as massas. Para o autor, os “novos” entendiam a “inteligência” como imprescindível no dever de “traduzir” ou “dar vida” ao povo, o que, por sua vez, somente

³⁹⁷ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000, pp. 112. Os 29 escritores que responderam ao questionário de Mário Neme foram: Cecílio J. Carneiro, Lourival Gomes Machado, Antonio Cândido de Mello e Souza, Ciro Tassara de Pádua, Heraldo Barbuy, Edmundo Rossi, Otávio de Freitas Junior, Alphonsus de Guimarães Filho, Jamil Almansur Haddad, Rubem Braga, Mário Donato, Mário Schemberg, Edgard Cavalheiro, Arnaldo Pedrosa d’Horta, Lauro Escorel Rodrigues de Moraes, João de Araújo Nabuco, Tito Vezio Batini, Fernando Ferreira de Góes, Ernani Silva Bruno, Maria Eugênia Franco, Luis Saia, Miroel Silveira, Afrânio Zuccolotto, José Almino Rolmes Barbosa, Rui Galvão de Andrada Coelho, Hovanir Alcantara Silveira, Paulo Zingg, Edgar Godói da Mata-Machado, Paulo Emílio de Sales Gomes (LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 264).

³⁹⁸ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 264.

³⁹⁹ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000, pp. 112.

seria possível com a derrubada dos “regimes forte”, uma vez que “as restrições que tais regimes impunham à cultura tinham como principal consequência a negação da liberdade e do humanismo, impedindo a intelectualidade de cumprir sua funções e o povo de se beneficiar delas”. Por essa mesma razão, afirma Lahuerta, o tom dos depoimentos da *Plataforma* era de “lamento pela perda dos valores e princípios de liberdade, igualdade e fraternidade”, de uma forma “mais avançada” da que aquela presente no *Testamento*.⁴⁰⁰

A partir dessas questões, nas palavras de Milton Lahuerta, os “novos” produziram uma imagem deles próprios, classificando-se como pertencentes a uma “geração crítica”, construída em um momento onde as urgências do tempo vivido criavam a perspectiva de um caminho dividido entre dois temas fundamentais: a “profissionalização” e a “participação”. Segundo o autor:

Estes dois temas, unidos pelas circunstâncias, estavam na raiz da confusão que se fazia em torno da ideia de crítica, ora interpretada como gênero literário, ora como postura frente à vida que exigiria um novo tipo de intelectual – menos literato [...], mais profissionalizado e rigoroso, mas principalmente mais vocacionado à esfera pública –, ora ainda como sinônimo de militância política explícita.⁴⁰¹

Daí a ideia de que o tempo não seria de “ficção”, mas de combate ao “idealismo”, ao “reacionarismo” e ao “distanciamento do intelectual do povo”. Neste sentido, a postura crítica se colocava como um requisito fundamental à determinação de uma “missão do escritor”, donde se poderia depreender um tipo específico de “atividade política” do homem de letras – e da “inteligência” como um todo – que, ao que parece, ainda não estava clara. Ainda assim, prevalecia a ideia de que o ofício da escrita passava, necessariamente, por um trabalho de conscientização, o que denotava o “forte acento iluminista” dos depoimentos.

A eles – intelectuais em geral –, mas particularmente a essa geração, caberia o papel de promover o progresso humano e a inteligência livre. Donde a refutação (em alguns casos explícita) de qualquer procedimento que não se pautasse por alguma perspectiva de intervenção no processo social. A pretensão iluminista, de esclarecer o pensamento e por ordem nas coisas, é referência constante nos vários depoimentos. Assim como são constantes também as referências ao engajamento, à participação política, quase sempre mescladas com tentativas de se definir o ofício do escritor que enfatizam o conteúdo crítico como determinante da capacidade criativa.⁴⁰²

⁴⁰⁰ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 266-267.

⁴⁰¹ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 267.

⁴⁰² LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 268.

Tais considerações demonstram como essa parcela da intelectualidade não era simpática à ideia de isolamento, personificada na imagem da “torre de marfim”. Dessa forma, a “ida ao povo” seria “o caminho para se conseguir de fato a sintonia com a época, com a contemporaneidade”, de maneira que, para alguns dos depoentes, “a preocupação com o popular passa[va] diretamente para o chamamento para a ação, para a exaltação da prática política”. Isso, por sua vez, em diálogo direto com as ideias revisionistas de Mário de Andrade quanto ao Movimento Modernista, servia como uma das bases pelas quais se tentava consolidar o princípio de uma “nova geração”, atualizada, cultural e politicamente, em relação àquela que a precedeu. Por essa via:

Compreende-se que tenham sido feitas muitas restrições ao modernismo, sob o argumento de que seus principais representantes teriam se limitado ao campo estético-literário, sem jamais terem conseguido se ligar à vida. Em larga medida, essas avaliações que se pretendiam críticas reproduziam e/ou radicalizavam as posições que Mário de Andrade vinha defendendo já há algum tempo, principalmente quando afirmavam que as rupturas de superfície (“com muito brilho e pouco tutano”) estavam definitivamente superadas. Ou seja, as agruras e dificuldades da história, aqui e alhures, estavam a empurrar os escritores, intelectuais, para a crítica, para a análise e para a participação. Redimensionava-se assim seu papel e ganhava corpo entre eles uma autoimagem (uma nova identidade) que os via a partir de sua constituição como agentes do processo social.⁴⁰³

Contudo, lembra Milton Lahuerta, essa nova postura carecia de um lugar em que ela pudesse se realizar, de modo que, fosse no “plano político”, fosse no “plano estritamente profissional”, era “perceptível a ausência de espaços sociais que pudessem incorporar a jovem intelectualidade, institucionalizando e dando legitimidade às suas atividades”⁴⁰⁴. Por essa mesma razão, o Estado Novo surgia como o inimigo a ser combatido, justamente por suas práticas de restrição a todo e qualquer exercício intelectual que estivesse alheio à ideologia oficial. Além disso, é importante que se ressalte, uma vez mais, as formas de cooptação exercidas pelo regime, no sentido de trazer a intelectualidade – até mesmo aquela que demonstrava contrariedade com o governo – para seus órgãos educacionais e de produção cultural.

Lahuerta afirma que “a exiguidade do mercado e a sensação de mal estar que dela decorre, mescla-se com a percepção, mais abrangente em alguns casos, sobre o fenômeno fascista, e confunde-se com a intenção de agir no processo social”. Neste sentido, é possível sugerir que a referência ao nazifascismo colocava-se também como uma possibilidade de

⁴⁰³ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, pp. 270-271.

⁴⁰⁴ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 271.

crítica aos mecanismos autoritários da ditadura varguista; crítica esta que somente poderia ser exercida, na medida em que se desenvolvessem “grandes esforços para integrar as atividades intelectuais individuais”⁴⁰⁵. Isso, de certa forma, poderia ser verificado em algumas publicações vinculadas à esquerda e aos grupos liberais, em inquéritos como a *Plataforma da Nova Geração*, como também na própria concepção das entidades de representação dos escritores, a exemplo do que foram a Sociedade dos Escritores Brasileiros e a Associação Brasileira dos Escritores.

Dessa forma, a defesa da democracia, em contraposição aos regimes totalitários europeus e, no caso brasileiro, ao Estado Novo, resultava da própria necessidade de que os membros da “inteligência”, “velhos” e “novos”, pudessem cumprir livremente sua “função social”, o que significava também ter uma maior ingerência sobre suas questões profissionais. Esse caráter eminentemente opositor cumpriria, assim, uma espécie de “imperativo ético”, não apenas em prol da liberdade política e de opinião, mas também da autonomia das atividades intelectuais – longe, portanto, da sombra de instituições como o DIP e o próprio Ministério da Educação, bem como dos abusos praticados pelos editores contra os homens de letras, em grande parte por conta da carência de uma legislação que regulamentasse as relações dos escritores com o mercado. As esperanças em torno do “novo” cresciam na medida em que a guerra chegava ao seu final, com a expectativa, cada vez maior, de uma vitória dos Aliados. Conforme as afirmações de Milton Lahuerta:

Quanto mais aumentava a perspectiva de vitória aliada, mais se ampliava a expectativa de que algo totalmente novo poderia acontecer no mundo do pós guerra; mais crescia a esperança de que o sangrento, irracional e destrutivo processo causado pela barbárie nazifascista pudesse significar um ponto de partida para a constituição de uma nova ordem baseada nos valores de liberdade, democracia, paz, valores que norteavam a luta antifascista.⁴⁰⁶

Essa tendência à politização verificada entre os jovens intelectuais, aliada à crítica exercida por homens como Mário de Andrade e Sérgio Milliet, demonstra as formas como a questão da “participação” estava colocada aos intelectuais brasileiros, tanto para alguns dos velhos modernistas, como também para uma parcela considerável dos membros da chamada “nova geração”. Em artigo publicado na *Folha da Manhã*, do dia 24 de fevereiro de 1944,

⁴⁰⁵ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 272.

⁴⁰⁶ LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo*: Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992, p. 274.

intitulado “A Responsabilidade da Inteligência”⁴⁰⁷, Florestan Fernandes procurava sintetizar o sentido daquelas manifestações, deixando claro a sua perspectiva acerca de qual deveria ser o encaminhamento da ação da intelectualidade do país. Segundo ele:

Em poucas fases da humanidade tem-se preocupado tanto com a função da inteligência e, portanto, com a sua responsabilidade, como nesta em que vivemos (são os “testamentos”, as “plataformas” das “gerações”, procurando-se esclarecer os problemas e o modo pelo qual estes são encarados pelos intelectuais; os debates, em que se discute, profunda ou superficialmente, qual ou como o intelectual deve tomar posição na vida da sociedade e dela participar etc., etc.). E os motivos justificam a preocupação. De fato, estamos numa fase crítica – no sentido do “ponto crítico” em geometria: mudança de direção – e as necessidades relacionadas à renovação exigem da inteligência que ela atue sobre o caos e os problemas com que nos debatemos, que em toda parte podem ser postos em seu ativo.

Na opinião de Fernandes, já não se tratava de retornar ao que ele chama de “questão puramente acadêmica”, que sempre teria dividido os intelectuais em dois grupos, a saber: os partidários da “torre de marfim” e aqueles que pretendiam ver na intelectualidade “os reflexos de um certo ambiente social”. Tampouco, esclarecia o autor, se tratava de atribuir um caráter oportunista ao intelectual que se habituou ao isolamento, perdendo-se em “categorias universais e problemas puramente humanos” e, “quando a oportunidade é boa e a massa dorme”, atuava “como uma espécie de Júpiter providencial, usando de todos os raios precisos para alumiar o caminho dos pobres-homens”. Para ele, o momento – caracterizado por uma “tragédia humana” que já se arrastava havia quase trinta anos – impunha as questões da “função” e da “responsabilidade” da inteligência. Nas palavras de Florestan:

Não se trata mais, pois, de focalizar o intelectual numa posição, com certas ideias e com outros tantos tics e tacs. Ele é representado como um indivíduo que tem certa capacidade de trabalho e do qual a sociedade espera, como de todos os demais membros, uma atividade útil e criadora. Ele tem – como os outros – suas funções, e a responsabilidade da inteligência aparece justamente no momento em que ela as exerce e mais ainda no momento em que ela consente que essas funções não sejam exercidas. Assim, tende-se a conceber a ação do intelectual controlada (permitam-me...) por um conjunto de elementos que representam a coletividade, num sentido amplo, e encarnando um modo de ser e uma ética profissional extensivo unicamente ao grupo, num sentido restrito.

De acordo com o autor, a conscientização dos intelectuais quanto à sua missão correspondia à terceira fase de um processo que, segundo as teorias do sociólogo espanhol

⁴⁰⁷ FERNANDES, Florestan. “A Responsabilidade da Inteligência”. In: *Folha da Manhã*. 24 de fevereiro de 1944, p. 9.

Jose Medina Echarravia, em seu texto intitulado *Responsabilidad de la inteligencia*⁴⁰⁸, dava conta da ligação entre a intelectualidade, tal qual ela se apresentava para a sociedade até aquele momento, e a “trágica situação” vivida pelo mundo. Florestan Fernandes descreve as duas primeiras fases da seguinte forma: primeiramente, os pensadores teriam se afastado “paulatinamente da vida imediatista, deixando de participar ‘das atividades criadoras, dos fatos e dos acontecimentos que nos rodeiam’, acumulando conhecimento sobre todas as coisas, sem, contudo, ‘participar ativamente delas’”. Apelando ao termo “depravação da inteligência”, cunhado pelo próprio Echavarria, Florestan que essa etapa era caracterizada por um “conventilhismo” do intelectual, fechado em sua “torre de marfim”.

A segunda fase, por sua vez, teria sido escrita, segundo o autor, “tendo por pena a ponta da espada, por tinta o sangue dos oprimidos e, por fundo, a tragédia dos sacrificados, entre os quais se encontram os intelectuais”. O “assalto ao poder” pelos regimes totalitários teria sido beneficiado pelo silêncio de uma intelectualidade “desarmada e confundida”, que preferiu calar-se a ser suprimida. O Estado, por sua vez, seria o responsável por criar meios eficazes de evitar o contato da “inteligência” – restringida em suas ideias – com o povo.

Segundo as observações de Florestan Fernandes, foi justamente essa criticidade do momento que forçou os intelectuais a se voltarem para eles mesmos, tomando consciência “de sua missão e de sua força”, e procurando na sociedade “a razão de ser de suas funções”. Dessa forma, “da própria opressão” teriam surgido “as forças ativas do ressurgimento e da renovação”. Para o autor, a lição estava clara: a “inteligência” não poderia ter assumido uma “atitude passiva” diante da “ordem” imposta pelos novos regimes, uma vez que, em sua origem, eles poderiam ter sido sufocados. O novo momento, portanto, não exigia uma “inserção” do intelectual na sociedade, mas o reconhecimento deste a respeito do “papel que lhe compete, ativamente, como os demais membros do grupo”. Neste sentido, segundo a visão de Florestan, a inteligência, se quisesse sobreviver, teria “que tomar parte ativa na vida social”, encontrando o seu “próprio lugar”, fora do qual não seria possível compreender “o funcionamento normal da inteligência”.

Ao intelectual já caberia o conformismo, mas a crítica às questões problemáticas de seu tempo, abandonando o seu cômodo isolamento, com vistas a cumprir o seu verdadeiro papel. O escritor, como parte integrante – e, possivelmente, de maior destaque – da intelectualidade, não mais poderia refugiar-se em exercícios diletantes, descomprometidos com a realidade. Como membro da chamada “nova geração” e, ao mesmo tempo,

⁴⁰⁸ ECHAVARRIA, Jose Maria. *Responsabilidad de la inteligencia*: estudios sobre nuestro tempo. México: Fondo de Cultura Economica, 1943.

intensamente influenciado por Mário de Andrade, Guilherme Figueiredo também demonstrava a sua inquietação com aqueles homens de letras que não se julgavam na obrigação de engajar o seu ofício em prol de um objetivo mais amplo, mais articulado com demandas de um mundo em crise⁴⁰⁹. Em um texto de homenagem ao diplomata e teatrólogo brasileiro Paschoal Carlos Magno⁴¹⁰ – que retornara da Inglaterra por ocasião de uma conferência pronunciada na Associação Brasileira de Imprensa – o articulista exaltava a ação dos intelectuais que demonstravam preocupação com os rumos da cultura diante do terror nazifascista. De acordo com Figueiredo, enquanto o referido conferencista procurava “educar cada um no amor a liberdade, na intransigente defesa das liberdades conquistadas, na permanente conquista de liberdades futuras”, servindo-se do teatro, por exemplo, como forma de investir contra a opressão; outros tantos preferiam alhear-se a tudo quanto estivesse ocorrendo ao seu redor. A respeito destes, diz o autor:

Ainda haverá um tempo em que caracterizaremos certa literatura brasileira como “a literatura do refugiado” – a literatura do homem que não quis tomar parte. Não me refiro ao refugiado estrangeiro, que rolou para o Brasil, atirado pela tempestade europeia, e que trouxe para nós a sua experiência de dor e de ânsia de amelhoramento do mundo. Refiro-me aos outros refugiados, os que não quiseram saber de nada; os que vieram porque se julgavam desobrigados de quaisquer compromissos com a vida. Estes aqui aportaram como quem chega à torre de marfim: do alto das janelas, atiram sobre a multidão as páginas esparsas de sua cultura sem raízes, o fundo de bagagem salvo com a escova de dente. Pois me parece que certos escritores brasileiros são esses refugiados. Desejam escapar, desejam apenas nos jornais que noticiam os horrores fascistas, um cantinho para declamar seus êxtases e suas estesias.

Pode-se dizer que tanto Guilherme Figueiredo quanto Florestan Fernandes já diagnosticavam uma guinada nos rumos políticos do mundo e também do Brasil, de maneira que ao intelectual caberia o papel de não apenas de crítico dos atentados à liberdade, praticados pelos totalitarismos europeus – bem como pelo Estado Novo; mas também guiar espiritualmente as massas na construção de novos regimes, pautados na democracia. Vale dizer que, diferentemente dos anos anteriores, em 1944 já se vivia a expectativa da vitória aliada na guerra, de maneira que as observações de ambos os autores refletiam não apenas a

⁴⁰⁹ FIGUEIREDO, Guilherme. “Uma Conferência”. In: *Folha da Manhã*. 07 de setembro de 1944, p. 6. Sobre a importância de Mário de Andrade na formação intelectual de Guilherme Figueiredo, ver o “Prefácio Importantíssimo” de sua coletânea de textos críticos, intitulada *Cobras e Lagartos* (FIGUEIREDO, Guilherme. *Cobras & Lagartos*. Rodapés de crítica literária, 1943 a 1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, pp. 9-32).

⁴¹⁰ O carioca Paschoal Carlos Magno (1906-1980), apesar do seu trabalho como diplomata, como oficial de gabinete do Presidente Juscelino Kubitschek e vereador do Distrito Federal; destacou-se, fundamentalmente, por sua atuação como homem do teatro. Entre algumas de suas realizações, Paschoal Carlos Magno criou o Teatro do Estudante do Brasil, em 1938; foi diretor artístico da Companhia Artística Jayme Costa; realizou o Curso de Férias de Teatro, em 1944 – considerado um dos pontos de partida para o Teatro Experimental do Negro; e, em 1952, construiu o Teatro Duse, no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro (http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paschoal_carlos_magno – consultado em 25/06/2013).

ideia de que a intelectualidade deveria colocar-se como uma força a mais de oposição às nações do Eixo, mas também como efetiva participante na concepção e execução de um mundo novo.

Neste sentido, ainda que de forma enviesada, alguns escritores já demonstravam publicamente, a exemplo dos signatários do manifesto mineiro de 1943, certa insatisfação com a manutenção do regime ditatorial varguista. Como exemplo disso, valerá a pena destacar um texto de Galeão Coutinho, também publicado na *Folha da Manhã*, em que era feita uma crítica àqueles que desacreditavam o sistema democrático de governo, considerando-o superado⁴¹¹. O autor afirma que a profusão de termos relacionados à democracia havia ofuscado o verdadeiro sentido da palavra, esquecido em meio às ideias de “Democracia autoritária”, “Democracia forte”, “Ditadura democrática”, “Democracia orgânica”, “Liberal democracia”, entre outros. Segundo ele, à descrença na exata acepção do termo somava-se, naquele momento, uma tentativa de dar-lhe um novo significado, verificado na inclusão de características que, originalmente, eram estranhas a ele. Isto se dava, na opinião de Coutinho, pelo fato de que, ainda que desacreditada, a democracia era forte demais para ser negada *in limine*.

Mas, como o fascínio da palavra não pode ser liquidado, bem ao contrário, nós a vemos revestir cada vez mais um sortilégio maravilhoso entre os povos oprimidos, como os vocábulos mágicos das antigas religiões esotéricas, que não eram escritos, mas transmitidos entre os Iniciados, de geração a geração, atribuindo-se-lhes um poder efetivo, sucede, que os próprios tiranos modernos, em dado momento, sentiram a sua influência perigosa e trataram de utilizá-la. Como? Pela forma que acabamos de examinar, juntando-lhe outra palavra qualquer, no empenho velhaco de alterar o seu significado.

A crítica pode ser relacionada ao esforço do Estado Novo por fazer crer que a verdadeira democracia era aquela que colocava os desígnios da Nação acima das individualidades e que, portanto, o próprio Estado, enquanto promotor da nacionalidade, centralizaria as decisões, determinando as formas de pensamento e comportamento. Essa “Democracia-autoritária” que, no Brasil, por força dos órgãos oficiais de cultura e educação, tinha uma participação efetiva de parte da intelectualidade; era tratada ironicamente por Galeão Coutinho que, num esforço para desmistificar tal ideia, reproduziu, com certo bom humor, o que seria o discurso “democrático” de um ditador:

Nós aqui estamos para honrar a democracia, mas isso já se tornou impossível sem um governo forte, um governo com plenos poderes a fim de liquidar os seus falseadores.

⁴¹¹ COUTINHO, Galeão. “Os Descrentes da Democracia”. In: *Folha da Manhã*. 27 de abril de 1944, p. 7.

Aquilo que vocês viram não era mais Democracia; Democracia é o que estamos realizando para felicidade de todos vocês. E aquele que duvidar das nossas boas intenções, será fuzilado.

No dizer do autor, as reformulações promovidas em torno da ideia de democracia seriam frutos, portanto, da própria descrença em torno dela, ainda que isso não se traduzisse em um total abandono do termo. Em sua opinião, o agravante de tal situação era que os promotores de tal processo eram os mesmos que, em dado momento da história, haviam se beneficiado da democracia, a saber: a burguesia. De certa forma, pode-se dizer que Coutinho partia da premissa de que os burgueses, sentindo-se ameaçados pela proliferação do ideal democrático entre as massas, julgaram que ele não mais lhes servia, o que explicaria, assim, a sua adesão e apoio a líderes como Hitler, na Alemanha, e Mosley, na Inglaterra.⁴¹²

Não faltaram escribas que viessem em artigos e livros, auxiliar os inimigos da Democracia. Começaram por apresentar o liberalismo de [17]89 como caduco, achando que a Grande Revolução tinha sido uma obra miserável de vis demagogos. E, no entanto, a quem tinha aproveitado a Grande Revolução que abriu à burguesia, no século XIX, as portas do palácio encantado? Claro que aos seus atuais negadores, pois é do seio dessa mesma burguesia, mais do que remanescentes do Feudalismo, das aristocracias decadentes, que surgiram os negadores da Democracia. Neste ponto, a burguesia soube muito bem como a isca e cuspir no anzol. Nenhum aristocrata, nenhum representante da velha nobreza, tanto em França como em qualquer outro ponto da Europa, teria ido tão longe ao condenar a Grande Revolução, negando com um despudor que se mede pela própria ignorância dos detratores, as vantagens trazidas à humanidade pelo regime que destruiu os privilégios da nobreza aliada ao clero, e criou, dentro dos moldes políticos mais amplos, um sistema capaz de permitir o desenvolvimento da técnica moderna de produção. Aquele mesmo que, cochilando em seu palácio, depois de copiosa refeição, arregalava de repente os olhos para o jornal que o criado lhe trazia e onde as grossas “manchettes” anunciavam mais uma sortida de Hitler, que culminou em Munique, era o primeiro a regozijar-se com o avanço do nazismo. Oriundo da burguesia, tendo podido integrar-se no vasto sistema de exploração do mundo, graças aos princípios de liberdade afirmados em 89, esse sujeito não hesitaria em estender a mão aos carrascos do hitlerismo, contanto que a Democracia não viesse a ultrapassar a etapa superada do platonismo político, para renovar-se no campo econômico.

Galeão Coutinho acreditava que, considerados os fatos observados por ele, a democracia surgia como um modelo que estava longe de ser superado. Pelo contrário, o autor afirmava que aqueles que, naquele momento, a combatiam, estavam cientes de que não combatiam “um cadáver”. Além disso, dizia ele, se a palavra “não estivesse cada vez mais rejuvenescida ao contato com o húmus popular, os seus negadores não se empenhariam com

⁴¹² O inglês Oswald Mosley (1896-1980) foi o criador do *New Party*, considerado um grupo político com tendências fascistas, verificadas, principalmente, nas ideias de “união nacional, restauração da ordem e harmonia social”. De acordo com João Fábio Bertonha, ainda que esse primeiro movimento não possa ser classificado como fascista, *stricto sensu*, ele foi a base de formação do *British Union of Fascists*, de 1932 (BERTONHA, J. F.. “Entre Mosley, Whittaker e Plínio Salgado: interfaces entre o universo fascista do Brasil e do mundo anglo saxão”. Interfaces Brasil/Canadá, v. 1, n.2, Porto Alegre, 2002, p. 133).

tanto afinco em fazer tais enxertos: ‘Democracia-autoritária’, ‘Democracia-forte’, ‘Democracia-orgânica’”.

A demanda democrática, somada ao debate acerca de uma maior participação da “inteligência” na vida social, podem ser pensadas como uma decorrência direta do clima de insatisfação que havia se instalado não apenas entre alguns grupos de intelectuais, mas entre amplos setores de oposição da sociedade brasileira. O “Manifesto dos Mineiros” e os inquéritos citados anteriormente representam apenas uma parte desse processo, cujos reflexos na A.B.D.E. se tornaram mais nítidos no período em que Aníbal Machado esteve no comando da associação. As mudanças de comportamento no interior da entidade acompanhavam os humores da intelectualidade opositora do regime, de maneira que, gradativamente, aqueles que estavam afinados ideologicamente com o governo varguista começaram a se afastar – ou serem afastados. Apesar dos órgãos de censura estarem ativos, restringindo a livre manifestação de ideias, alguns intelectuais conseguiam, a exemplo dos textos expostos há pouco, driblar a vigilância e propor, às vezes até explicitamente, os anseios pela democratização do país.

A radicalização do pensamento destes intelectuais era vista com entusiasmo por escritores como Jorge Amado que, durante uma passagem por São Paulo, em abril de 1944, demonstrava certo otimismo quanto ao grupo de jovens escritores paulistas que, em sua opinião, seria uma das gerações “mais vigorosas” do Brasil. Em entrevista à *Folha da Manhã*⁴¹³, o autor de *Capitães de Areia* exaltava o espírito democrático que predominava em instituições como a Faculdade de Direito, onde realizaria uma conferência, a respeito da literatura latino-americana. Antecipando alguns pontos de sua palestra, o escritor baiano reafirmava o princípio enunciado por Mário de Andrade de que se vivia, naquele momento, uma “fase eminentemente política do mundo”. Além disso, Jorge Amado apontava para o fato de uma literatura livre só seria possível se “realizada única e exclusivamente em função do povo” e que, no caso brasileiro, essa aproximação teria raízes nas obras de Gregório de Matos, dos poetas da Inconfidência, de Lima Barreto, apresentando-se também nos estudos de Caio Prado Jr. e nos livros de José Lins do Rego.

O escritor baiano também procurava esclarecer os leitores acerca de uma possível queda no número de produções dos homens de letras brasileiros, decorrência direta, segundo ele, do empenho dos mesmos “no esforço de guerra”, de modo que os intelectuais compreendiam que “a razão de sua própria existência” dependia “do extermínio total do

⁴¹³ “A Nova Geração Paulista será uma das mais vigorosas do Brasil”. Entrevista com Jorge Amado. In: *Folha da Manhã*. 27 de abril de 1944, p. 5.

nazismo, inimigo de qualquer manifestação da inteligência”. Neste sentido, a preocupação da intelectualidade seria, naquele instante, “vencer a guerra e estabelecer bases para uma paz democrática popular”. E, justamente por conta desse comprometimento, somado à necessidade de resolução das questões profissionais dos escritores, é que a seção baiana da A.B.D.E. estaria convocando os demais homens de letras do Brasil para um certame, que poderia ser realizado na Bahia ou em qualquer outro lugar do país.

Rapidamente, formou-se uma expectativa em torno da realização de um congresso nacional dos escritores brasileiros e, em decorrência do próprio processo de radicalização política presente nos discursos dos intelectuais do país, bem como da A.B.D.E., consagrou-se a questão do papel social da “inteligência” como uma das demandas fundamentais ao referido evento, já em fase de planejamento. Enquanto as seções estaduais procuravam organizar as delegações que iriam a São Paulo, lugar escolhido para a realização do certame; jornais paulistas e cariocas tornaram-se palco de intensos debates em torno das condições profissionais do escritor (tema do quinto e último capítulo deste trabalho) e, evidentemente, da função que o mesmo deveria desempenhar na sociedade brasileira.

5.4. As demandas ao congresso dos escritores quanto ao tipo de engajamento pretendido pelos intelectuais.

O encontro dos escritores brasileiros pode ser entendido como uma tentativa de confirmação daquele esforço de união entre parcelas da intelectualidade brasileira, em torno de dilemas comuns às mesmas. No entanto, cumpre dizer que, no que concerne aos objetivos deste capítulo, as questões de ordem profissional não serão tratadas de forma mais específica – ainda que, conforme já salientado há pouco, elas não estivessem desconectadas de problemas outros, diretamente ligados à busca por uma definição do “ser intelectual” no Brasil.

Tal construção, no limiar do primeiro congresso nacional da A.B.D.E., dar-se-ia por sobre dois pontos fundamentais, a saber: o combate ao isolamento da classe pensante e a necessidade de aproximação entre o exercício de pensar e os problemas do povo. Ambas, no entanto, somente seriam possíveis num contexto de ação conjunta entre os vários setores da classe pensante do país (ao menos, aqueles comprometidos com o combate ao nazifascismo e, por consequência, às ações repressivas do Estado Novo).

Enquanto se davam os preparativos em torno do evento, uma parcela significativa dos jornais paulistas abria espaço em suas páginas para artigos, entrevistas e reportagens, donde

eram expressas as expectativas em torno do conclave dos escritores. Esse considerável material revela justamente a preocupação dos intelectuais com o cumprimento das duas demandas expostas acima, bem como com a superação das diferenças existentes entre os congressistas. O momento exigia a estabelecimento de deveres aos intelectuais, e abdicar deles expressaria um sinal de fraqueza, covardia e, no mais das vezes, traição.

Em 7 de janeiro de 1945, um artigo intitulado *A Mobilização dos Escritores*, de Rubens do Amaral, daria o tom dessas reivindicações⁴¹⁴. Segundo suas palavras, muito próximas àquelas entoadas por Mário de Andrade – conforme assinalado no capítulo anterior – os escritores não poderiam mais se isolar na cultura e na arte, “como estudiosos e sonhadores”. Em uma “era das massas”, os homens de letras deveriam pensar, agir, sofrer e viver como “moléculas de um corpo, presos ao seu destino”. Para Amaral, a “torre de marfim” havia sido derrubada e não poderia ser reconstruída. Neste sentido, um congresso de escritores não poderia ater-se a “um torneio de jogos florais, com críticos a estudar escolas e autores, com cronistas a fixar momentos e pessoas, com romancistas a traçar rumos e métodos, com poetas a pintar paisagens e alma”. Era necessário que os escritores reconhecessem as funções sociais, políticas e econômicas da arte e da cultura, encarando a vida de uma forma global, “como homens, como cidadãos, como unidades ativas do povo, acudindo às necessidades materiais e defendendo os direitos espirituais”.

Os perigos representados pelos totalitarismos e suas respectivas máquinas ao trabalho intelectual não escaparam à análise de Rubens do Amaral. Dessa forma, para além das questões que afetavam propriamente o trabalho dos escritores, sua remuneração, bem como os direitos autorais; seria preciso transcender a esfera profissional, tornando o congresso uma afirmação de princípios de liberdade de pensamento, em face da arte, da cultura, da moral, da religião, da política, e “de todos os problemas econômicos ou éticos da nação e do mundo”. De acordo com Amaral, sendo o escritor “um homem que pensa”, ele não poderia permitir que lhe aniquilassem o pensamento, com ideias “fabricadas em laboratório, como a quinina do Estado”. Era seu dever reagir a esta ameaça de aniquilamento, pelo bem de seu ofício, pela preservação de suas ideias acerca do mundo e, principalmente, pela humanidade.

O princípio de que havia uma tarefa a ser cumprida seria repetido, semanas depois por outros comentaristas. João Cruz Costa, por exemplo, em entrevista publicada no dia 24 de janeiro, em meio à realização das sessões plenárias do congresso, procurava salientar que somente pela aproximação entre pensadores e povo é que a “função social” da

⁴¹⁴ AMARAL, Rubens do. “A Mobilização dos Escritores”. In: *Folha da Manhã*. 7 de janeiro de 1945, p. 06.

intelectualidade se tornaria viável, e que o momento exigia que os espaços entre os dois grupos fossem eliminados⁴¹⁵. Em suas palavras:

Até aqui, parece, a função da inteligência tinha alguma coisa de estanque. Bem sei que é velha a comparação, mas ela era justa: a torre de marfim abrigava a nossa inteligência. Parece agora que ela vai sair para a planície, que vai cumprir o seu dever. Uma inteligência que se satisfaz em planar nas alturas não dá cumprimento exato ao seu dever. Se eu tivesse gosto pela erudição – o que não tenho – diria que, na “República”, já Platão indicava qual o dever daquele que contemplou o Bem Supremo ao fim de um número determinado de anos, o intelectual deve voltar a caverna para dali libertar seus irmãos...

Outros observadores não falavam de forma tão condescendente acerca do ato de “imiscuir-se” ante o perigo representado pelas ideias totalitárias e a guerra gerada pelo avanço das mesmas. Enquanto Jorge Amado afirmava, em depoimento ao *Correio Paulistano*, que essa atitude retirava dos escritores o direito de se colocarem enquanto tais⁴¹⁶, Osório Borba classificava os absenteísmo como um ato de oportunismo, criminoso por assim dizer. Em artigo publicado na *Folha da Noite*, em 22 de janeiro, intitulado “‘Inocentes’ do Leblon”, ele daria o tom da sua indignação.⁴¹⁷

O texto era iniciado com a descrição de uma suposta briga ocorrida na capital do Estado mineiro, dias antes, em que dois poetas teriam se agredido por conta da “descoberta de uma ‘rima rara’”. Borba utilizava o fato como pretexto para sua argumentação de que muitos homens de letras abdicavam de um papel social ativo para se dedicar exclusivamente às questões estéticas e “puramente” literárias. Para tanto, o autor fazia uso de uma expressão lançada por Carlos Drummond de Andrade em seu poema “Inocentes do Leblon”⁴¹⁸, em que as personagens ignoravam os acontecimentos relevantes do dia-a-dia – o navio que trazia bailarinas, emigrantes e “uma grama de rádio” – preocupados que estavam em aproveitar a “areia quente” e passar um “óleo bom” nas costas.

Esse ótimo achado ficou sendo a definição pitoresca de individualismo egoístico e irresponsável dos artistas “puros”. Nele se enquadram todos os escritores-escritores, poetas, artistas que insistem em entender como uma fatalidade de sua vocação o desligar-se deliberadamente de todo o contato com o mundo exterior, com os

⁴¹⁵ “A Inteligência Brasileira foi chamada a cumprir seu dever para com o povo”. In: *Folha da Manhã*. 24 de janeiro de 1945, p. 05.

⁴¹⁶ “Congresso de Escritores de São Paulo”. In: *Correio Paulistano*. 6 de janeiro de 1945, p. 3.

⁴¹⁷ BORBA, Osório. “‘Inocentes’ de Belo Horizonte”. In: *Folha da Noite*. 22 de janeiro de 1945, p. 02.

⁴¹⁸ “Os inocentes do Leblon/não viram o navio entrar./Trouxe bailarinas?/trouxe imigrantes?/trouxe um grama de rádio?/Os inocentes, definitivamente inocentes, tudo ignoram,/mas a areia é quente, e há um óleo suave/que eles passam nas costas, e esquecem”. O poema foi publicado, originalmente, em 1940, em *Sentimento do Mundo* (ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 24).

problemas do contingente e do temporal, com as angústias dos outros homens e das coletividades.

Osório Borba afirmava que a guerra mundial, “de caráter indissimulavelmente ideológico”, teria posto “em mais antipático relevo o absenteísmo dos artistas ‘puros’”. A “Torre de Marfim” passaria, portanto, a constituir uma “evasão criminosa”, um verdadeiro ato de deserção de parte dos escritores e artistas, ante a “luta de toda a humanidade contra o obscurantismo totalitário”. Na opinião do autor, estes ditos “inocentes” agiam como verdadeiros oportunistas, asseverando que muitos intelectuais “apolíticos” abriam mão da luta política, sob a alegação de que tal debate não competia a seu campo de atuação, ao passo que seriam os primeiros a praticar atos e manifestações “de caráter perfeitamente políticos”, quando estes lhes propiciassem vantagens⁴¹⁹. Segundo as palavras do articulista, seria esse “apoliticismo unilateral” o responsável pela sobrevivência dos fascismos e dos regimes de força, “apoiados, sobretudo, no conformismo vantajista, no ‘apoliticismo’ da maioria”.

Os próprios jornais também passaram a se manifestar a respeito da necessidade de participação dos escritores, não lhes admitindo qualquer tipo de hesitação ante a violência imposta por regimes totalitários. A *Folha da Noite*, por exemplo, em artigo editorial do dia 23 de janeiro⁴²⁰, cobrava os homens e mulheres de letras para que os mesmos tomassem uma posição diante dos acontecimentos que marcavam aquele início de 1945, principalmente por conta da perspectiva do fim da guerra, com o provável triunfo das tropas aliadas. Aos intelectuais, por questões morais, caberia o papel de “guias” do povo na concretização de suas necessidades mais urgentes.

Com efeito, o mundo inteiro atravessa graves dias. A guerra parece aproximar-se do final inevitável. Não seria possível prolongá-la por muito tempo ainda. Alemanha adentro entram as tropas aliadas, derruindo o sistema de fortificações da “fortaleza europeia”. E logo virá a paz suscitando problemas novos, exigindo situações novas, impondo novas organizações. Qual será a nossa posição, nesses dias tão próximos?

O público tem o direito de endereçar essa pergunta ao Congresso Brasileiro de Escritores.

São graves, gravíssimas, as responsabilidades que pesam sobre os ombros dos escritores ora reunidos. O povo brasileiro tem suas vistas voltadas para os homens de letras do país, deles esperando palavras de alento, de conforto, de definição e decisão. Esperemos, todos, que o Congresso possa corresponder à confiança e ao interesse do público, encontrando soluções justas e que realmente sejam capazes de

⁴¹⁹ Borba lembrava um expediente, “muito em moda”, utilizado por elementos desta intelectualidade “pura”: “misturar manifestações engrossativas com poemas, romances e livros de crítica”. Ou seja, apesar da ausência total destes homens de letras nos embates em prol de uma sociedade mais justa e livre, era comum que se encontrassem em suas obras referências e menções de solidariedade à luta de seus confrades, mais envolvidos nas questões sociais, como meio de dar maior legitimidade e, obviamente, visibilidade às suas criações.

⁴²⁰ “O Congresso dos Escritores”. In: *Folha da Noite*. 23 de janeiro de 1945, p. 02.

conduzir a opinião pública à concretização de seus anseios, à conquista de seus direitos, à paz de espíritos e de corações que deve seguir-se à guerra. Temos o direito de esperar tanto dos nossos escritores. E eles têm a obrigação moral de não faltar à confiança de seus leitores.

O *Correio Paulistano* também se pronunciaria⁴²¹, afirmando que a situação mundial, em particular pela guerra que estava em curso, deveria estar à frente das principais discussões dos escritores que se reuniriam em congresso, uma vez que nenhum homem, notadamente os intelectuais, poderia escapar à sombra que o mundo lhe projetava. Em outras palavras:

Escrever deixou, em verdade, de ser uma distração egoística, uma autopropaganda, um jogo de salão, para se tornar algo de muito mais sério: refletir e sofrer as angústias e tormentos do desgraçado habitante desta hora conturbada, e discernir, por entre as trevas pesadas que encobrem os caminhos do futuro, um rumo ou um vislumbre de esperança.

Por essa via, o texto interrogava o leitor acerca da possibilidade de que algum homem, independentemente do lugar em que estivesse, pudesse abrir “cruzar os braços” frente os acontecimentos terríveis que assolavam o mundo. Aos editores do *Correio*, afigurava-se absurda qualquer atitude de inércia diante do “incêndio” que devorava a civilização. Não seria admissível, em sua opinião, que o intelectual, justamente por sua “argúcia maior para penetrar as causas profundas dos conflitos e desajustes”, desse maior atenção aos seus “deleites particulares” ou “se pusesse a tanger a lira frente ao desfile universal dos desastres, à transformação radical das mentalidades, à revogação dos princípios que conduzem à guerra”. Por se tratar de um “orientador dos homens, seu confidente e seu intérprete”, o escritor deveria se compenetrar de vez ao seu papel social, aprendendo a ouvir o povo que, por sua vez, passaria a dar sua consideração ao homem de letras de forma definitiva.

A possibilidade de que o congresso dos escritores representasse justamente a realização do ideal de “participação” dos intelectuais também foi vislumbrada pelo *Diário de São Paulo*. Segundo o editorial de 10 de janeiro⁴²², era inconcebível que os profissionais da pena permanecessem inertes em um “conformismo indiferente à jornada de sangue, suor e lágrimas” que a humanidade estava vivendo. Neste sentido, perante a guerra que ora se desenrolava, restaria ao conclave “o dever irremediável de tomar partido”, o que, por sua vez, significaria assumir uma posição em face dos “rumos ideológicos” daqueles “tempos escuros”. A palavra chave, antecipando o que muito seria dito entre os membros do conclave, era “liberdade”. Neste sentido, o texto lançava algumas interrogações ao leitor, justamente

⁴²¹ “A Inteligência Brasileira e os problemas do mundo”. In: *Correio Paulistano*. 23 de janeiro de 1945, p. 04.

⁴²² “O Congresso dos Escritores”. In: *Diário de São Paulo*. 10 de janeiro de 1945, p. 04.

acerca da existência de escritores de destaque na Alemanha nazista: “quais são os poetas, ensaístas e sociólogos que puderam procurar alguma coisa de útil durante vinte e tantos anos de cativeiro fascista?”. Na opinião do autor, a defesa de um mundo livre não poderia escapar aos objetivos da reunião dos homens de letras brasileiros. Tratava-se, sobretudo, de um aspecto preliminar importantíssimo, que extravasava os limites europeus, palco da guerra, e que deveria ser pensado inclusive com relação a política praticada no Brasil – ditatorial e repressora.

O fascismo [ilegível] não é um fenômeno alemão ou italiano. É uma doença internacional que atacou o organismo de diversos países. Está claro que a virulência do mal foi mais violenta no Reich e na Itália de Mussolini. Contudo, os germes se espalham por todo o mundo, infeccionando aqui, ali e acolá. Os escritores brasileiros, fiéis a sua vocação [ilegível], devem formar um sólido cordão sanitário destinado a impedir a marcha patológica dos princípios fascistas ou neofascistas em nosso país.

Ao escritor, portanto, ao menos no que concernia às opiniões dos intelectuais que apoiavam, ou mesmo participariam do congresso da A.B.D.E., era imperativo que abdicasse de qualquer comodismo fácil, escorando-se em uma pretensa ideia de “arte-pura”, distante dos problemas do mundo e, evidentemente, do Brasil. A descida da “torre”, segundo a interpretação de isolamento que se dava a mesma, significava aos membros da “inteligência” estar par a par com os dilemas do povo, interpretando-os e propondo-lhes soluções. Somente por essa via, eles poderiam cumprir sua “missão” de educar as massas nas bases da liberdade e da democracia. Isso, por sua vez, impactaria diretamente no teor de suas obras, mais conectadas com o público e, portanto, de maior apelo comercial.

5.5. O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores como cumprimento da “função do intelectual”

Essas questões, conforme já mostrado em capítulo anterior, foram amplamente abordadas nos discursos pronunciados durante as cerimônias de abertura e encerramento do conclave da A.B.D.E. realizado em São Paulo. Os princípios de “dever”, compromisso “ético” e “função social” dos escritores não estiveram ausentes nas falas de Aníbal Machado, Sérgio Milliet, Jorge Amado, Oswald de Andrade e Prado Kelly. Todos exaltaram o senso democrático do evento, donde várias tendências ideológicas se faziam presentes, num espírito de entendimento mútuo no combate ao nazifascismo e à guerra, em favor da livre manifestação de ideias e de criação artística, bem como contra os mecanismos de controle

estatal (e, nesse ponto específico, era o Estado Novo o foco principal da crítica). No entanto, foi durante as sessões plenárias, principalmente quando da apresentação dos resultados da Comissão de Assuntos Políticos, que tais pontos fundamentais do congresso puderam ser mais bem observados. E, neste sentido, algumas das teses levadas à apreciação dos congressistas foram sintomáticas.

Hélio Pelegrino, em seu texto intitulado “O escritor e a luta contra o fascismo”, deu o tom das reivindicações que prevaleceriam no evento. Segundo relator da tese, Paulo Emílio Salles Gomes, a mesma estava calcada na ideia de que as raízes do fascismo estariam “nas bases da ordem contemporânea” e que, portanto, era necessária uma posição, por parte dos escritores, “violentamente não conformista diante das concepções ideológicas e estrutura político-social de tipo capitalista”. O antifascismo deveria partir de uma perspectiva em que prevaleceria a “igualdade essencial entre os homens” e o “direito da pessoa humana à liberdade”. Para atingir tais objetivos, Pelegrino propunha: em primeiro lugar, que o escritor adquirisse mais consciência de classe profissional; em segundo lugar, que o escritor se ligasse ao povo, para ajudá-lo a conquistar uma consciência política; e em terceiro lugar, que os escritores se organizassem numa frente intelectual antifascista.⁴²³

As duas primeiras metas seriam justamente o mote de duas outras teses de grande repercussão entre os delegados ao congresso: “O apoliticismo dos intelectuais”, de Osório Borba⁴²⁴, e “O escritor na guerra e no mundo de após guerra”, de Lia Corrêa Dutra⁴²⁵. O primeiro dos textos, cuja relatoria coube a Astrojildo Pereira, seguia uma linha de raciocínio já utilizada anteriormente pelo autor em seu artigo citado há pouco, “‘Inocentes’ do Leblon”. O espírito de indignação presente em algumas teses e discursos traduzia um claro posicionamento acerca das funções dos intelectuais, enquanto membros de uma sociedade em crise, dominada por mistificações e desmandos de toda ordem por parte de regimes autoritários, responsáveis pela obstrução ao livre pensamento. O próprio título é, neste sentido, sintomático, pois localizava o alvo da crítica de Borba na inércia de alguns homens de cultura, no momento em que era tão urgente a sua atuação.

A guerra está sugerindo, por toda a parte, uma série de inquéritos à inteligência em torno dos problemas que ela revelou. Diante dos tremendos enigmas do momento, os homens práticos se voltam para as expressões puramente intelectuais em busca de

⁴²³ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 135.

⁴²⁴ BORBA, Osório. “O apoliticismo dos intelectuais”. In: Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 238-241.

⁴²⁵ DUTRA, Lia Corrêa. “O escritor na guerra e no mundo de após guerra”. Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 332-341.

rumos que estas, possivelmente, entreverão, melhor, na cerração de uma hora convulsa e confusa, com os poderes da intuição, a experiência vivida ou a sabedoria.

Numa clara alusão aos requisitórios publicados recentemente no Brasil, *Testamento de uma Geração e Plataforma da Nova Geração*, o autor lembrava o clima de perplexidade que permeava as principais mentes brasileiras, particularmente em relação a qual posição o intelectual deveria assumir em face do conflito mundial e da futura paz. Osório Borba, contudo, oferece ao dilema uma resposta preliminar, a qual ele classifica como a “mais razoável”, e que exemplificava, mais uma vez, o senso comum daqueles intelectuais.

a posição do intelectual em face dos problemas criados para as nações e a humanidade não deve constituir uma questão à parte. A posição do intelectual há de ser a mesma de todos os homens conscientes da hora em que o mundo vive e do seu dever diante dos perigos que os ameaçam a todos. Com apenas o acréscimo de responsabilidade proporcional ao grau de inteligência e cultura e prestígio de cada um.

O autor julgava que a insistência em questões deste gênero estaria ligada a uma noção de “alheamento” em que permanecia a generalidade dos intelectuais “em relação aos problemas da direção dos povos”. Nas palavras de Osório Borba, o apoliticismo, “em sua forma mais radical de absoluto desinteresse, já não pela técnica e a prática da ação política, mas pelas próprias ideias políticas”, seria “o maior preconceito, o vício tradicional, a deformação profissional dos homens de letras”. Para tanto, ele cita uma “conhecida proclamação” do poeta norte-americano Archibald Mac Leish, em que a intelectualidade era convidada “a meditar no erro dessa nirvânica passividade ante os perigos que se acumularam nos últimos tempos contra a civilização e, particularmente, contra um pedaço do mundo organizado na base de um conceito intangível da dignidade humana”. Segundo o autor, o êxito das forças de opressão se devia, em grande parte, a uma “consciente e deliberada ignorância da política por parte dos chamados intelectuais”.

A aceitação passiva, a indiferença pelas questões políticas, o “apoliticismo” das elites intelectuais explica em parte o sucesso das mistificações, dos sofismas, das “chantages” com que, por todo o mundo, a “mística” totalitária andou debilitando as resistências democráticas e envenenando os espíritos mais simples e as inteligências mais desprevenidas com o estribilho agourento de uma necessária e inevitável regressão da humanidade às mais odiosas formas de escravidão.

Osório Borba admitia haver uma clara diferença entre a atividade literária e o que havia de “contingente temporal na política”. No entanto, sua opinião deixava claro que tal distinção não poderia servir de pretexto para que o artista se tornasse um “trânsfuga dos

deveres”, um cidadão que abdicava de sua soberania e de uma importante parcela de atribuições na escolha dos destinos de toda uma coletividade. A imagem da “torre de marfim” surgia como uma representação do que havia de mais absurdo e criminoso.

A crítica do autor se estendia àqueles que colocavam a inteligência a serviço, pura e simplesmente, do poder, não importando o regime em questão. Para ele, a falta de ideias políticas próprias e a busca por recompensas (“postos, honraria ou outros agrados”) estavam na raiz deste tipo de procedimento que alguns homens de pensamento adotavam com relação a governos autoritários. Estes, porém, não deveriam ser levados em conta, por não constituírem “uma expressão digna do intelectual”.

A questão problemática, insistia Osório Borba, estava relacionada com o conformismo das inteligências diante do avanço do totalitarismo e da opressão. Este “apoliticismo”, segundo a própria classificação do autor, servia única e exclusivamente aos interesses da tirania. Pela inércia dos intelectuais, as massas sofriam pela falta de informações e esclarecimentos e, portanto, careciam dos instrumentos espirituais necessários à formação de uma resistência armada. Baseado nisso, o autor formulava uma breve conclusão, em que chamava os membros do congresso a assumirem uma postura mais atuante no quadro atual dos acontecimentos:

O I.º Congresso Brasileiro de Escritores, no momento em que o Brasil vê aproximar-se sua hora histórica decisiva para o seu destino – a da recuperação da sua liberdade, da retomada de suas tradições de povo livre, longamente negadas, e sufocadas e escarnecidas, formula aqui um apelo fraternal a todos os intelectuais brasileiros, para uma participação mais ampla e efetiva na vida política, isto é, na determinação dos destinos nacionais e na realização da nossa aspiração de progresso humano e social.

Seguindo os mesmos princípios de Osório Borba, a tese de Lia Corrêa Dutra considerava a urgência do momento histórico, no sentido de que se fazia necessário, mais do que em qualquer outro momento, a participação dos escritores, e de todos aqueles ligados às artes, em geral. Segundo o texto, cujo relator foi Jorge Amado, Os conflitos estabelecidos em solo europeu não poderiam ser desconsiderados pelos intelectuais, uma vez que os valores pelos quais se batiam os soldados aliados tinham um caráter universal, atingindo os mais variados grupos sociais, em todos os países do mundo que estivessem interessados em derrubar o ambiente de opressão e medo, característico dos regimes nazifascistas.

É um movimento que abrange tudo, que envolve todas as nações, todas as raças, todos os setores da atividade, todos os credos, todos os partidos, todos os homens. Não é só uma luta de exércitos contra exércitos; é a luta de dois mundos, é a luta da liberdade

contra a escravidão, da vida contra a morte. Não se pode chegar “au dessus de la mêlée”; “au dessus de la mêlée” não há mais nada, apenas o espaço vazio onde o homem não se sustenta; nada baixo, nada dos lados; a “mêlée” tornou-se geral, arrastando todos os seres e todas as instituições; é um tremor de terra que sacode edifícios pela base, é um tufão que desenraiza tanto árvores possantes quanto arbustos capazes de se curvar até o chão; é um dilúvio sem arcas de Noé.

A autora afirmava que, ante este quadro, era impossível que alguém deixasse de tomar uma atitude, sendo que o próprio silêncio seria, por si mesmo, um ato de abstenção. Assim, segundo suas palavras, o escritor que se negasse a levantar a voz para exprimir uma opinião, já a estaria deixando bem clara, por meio de seu mutismo. Neste sentido, os livros, os jornais e as rádios seriam as armas da retaguarda, utilizadas por civis que, na opinião de Lia Corrêa Dutra, deveriam assumir um amplo engajamento em prol das mesmas coisas pelas quais lutavam os combatentes das nações democráticas.

Já não se tratava de um conflito de trincheiras, com técnicas pouco avançadas de guerra; ao contrário disso, os embates caracterizavam-se pela utilização do que havia de melhor em tecnologia bélica, o que trazia consequências devastadoras para as nações envolvidas, particularmente as europeias, palco principal das disputas. Diante desta situação pouco animadora, onde cidades inteiras eram destruídas e milhares de crianças eram brutalmente assassinadas, a autora fazia um breve questionário quanto ao papel que deveria ser desempenhado pelos escritores:

Que deve o escritor fazer? Cruzar os braços, fechar os olhos e os ouvidos, e cantar as belezas da manhã, o perfume das rosas, as asas dos anjos, os amores de João e de Maria?

Que deve o escritor fazer? Comentar os clássicos, entreter-se em pesquisas de bibliotecas ou museus, para determinar a autoria e a idade de velhos alfarrábios comidos de traças, estudar o estilo de monumentos que uma bomba arrasará amanhã, louvar a excelência dos livros que em alguns países têm sido queimados em praça pública, vasculhar a alma de uma humanidade que está morrendo de fome e desespero?

Que deve o escritor fazer? Declarar que odeia a violência, que o sangue lhe repugna, que a guerra o enfastia, e que o ruído dos canhões lhe fere os ouvidos educados nas salas de concertos e conferências, que prefere considerar o homem como uma abstração e o momento presente como sem importância diante da eternidade?

Que deve o escritor fazer? Dizer que não pode tomar partido, porque nenhum dos partidos em jogo é o seu, porque a democracia falhou, porque não crê no comunismo e não confia nos políticos que dirigem a guerra?

Que deve o escritor fazer? Dizer que a Arte existe por si própria, independentemente dos outros fatores sociais, aos quais não lhe cabe sujeitar-se, sob pena de marchar sua pureza e de decair de sua alta significação; afirmar que a Arte atravessará incólume e intangível todos os horrores da época, dos quais não precisa tomar conhecimento?

Que deve o escritor fazer?

Lia Corrêa Dutra afirmava que tais questões haviam sido formuladas em todos os países do mundo, e que as respostas teriam decidido o destino do povo em algumas ocasiões. Segundo ela, nas nações onde os intelectuais se conservaram mudos, a cultura fora estrangulada, com escolas e faculdades fechadas, livros queimados, o pensamento sufocado. Tratava-se, no seu entender, de um “silêncio do medo, o silêncio do povo escravizado, o silêncio da morte”.

Contudo, o colaboracionismo figurava para a autora como a mais infame das atitudes que um homem e mulheres de letras poderia tomar, posto que se tratavam de “covardes”, que teriam abdicado da própria dignidade para “salvar a pele e a situação econômica”. Esta clara alusão ao caso francês, em que havia se estabelecido o governo colaboracionista de Vichy (cuja queda havia se dado em meados de 1944), também resgatava o exemplo de tantos outros nomes importantes da intelectualidade da França, que teriam sido fundamentais no interior do movimento de resistência à presença alemã em seu território. Entre outros, Dutra citava homens como Gide, Aragon, P. Emmanuel, Paul Eluard e Mauriac, que teriam colocado suas vozes e suas penas em favor da liberdade de seu povo.

Os fuzilamentos de intelectuais não foram esquecidos pela autora, que considerava tais sacrifícios como profissões de fé e, neste sentido, serviriam de apelo para outros que por acaso tinham dúvidas quanto a um engajamento efetivo na luta contra a opressão. Para Lia Corrêa Dutra, a resposta positiva que muitos deram aos chamados destes “heróis” se devia, em grande parte, ao próprio ambiente que os rodeava, uma vez que quase a totalidade das populações estavam envolvidas ativamente na luta de seus exércitos, fosse na produção de armas e equipamentos para os soldados, fosse na defesa de seus territórios. E a autora questionava se, diante de um quadro em que uma grande parcela dos indivíduos estava reagindo aos fatos atuais, era possível que o escritor se mantivesse em uma posição apartada das demais pessoas. E, imediatamente, ela parece sugerir uma resposta:

Poderia apenas o escritor, e sua corporação, manter-se fora do movimento, esquivar-se a dar também o seu auxílio? Não é esta uma guerra feita para resguardar a cultura e permitir que ele continue a ser um escritor, isto é, um homem que tem o poder de comunicação com os outros homens, transmitindo-lhes suas próprias ideias, influenciando-lhes na opinião; um homem a quem compete esclarecer o povo, guiá-lo, instruí-lo e mesmo, muitas vezes, obrigá-lo a pensar? Quem, mais do que o escritor, necessita da Liberdade para exercer sua profissão?

Novamente, a ideia de que os intelectuais serviriam ao papel de gurus de uma sociedade em crise era posta em pauta. Tal qual algumas das principais teses apresentadas por outras comissões, inclusive pela de Assuntos Políticos, o texto de Lia Corrêa Dutra defendia

que os homens de cultura estivessem dispostos a esclarecer o povo quanto aos seus direitos, liderando-os inclusive, espiritualmente, na luta pela liberdade. Para a autora, os escritores europeus já haviam compreendido a importância de tal missão, sendo que muitos haviam ficado pelo caminho, porém lutando.

O dilema, naquele presente momento, em particular o do congresso da A.B.D.E., era justamente qual deveria ser a atitude do homem de letras brasileiro diante da guerra e do mundo que estaria por vir. De fato, Dutra questionava seus confrades acerca de quais deveriam ser os reais motivadores daquele encontro em São Paulo, em um período tão decisivo para os rumos do país, dominado por um governo ditatorial que já se estendia por quase oito anos, e de todo o conjunto de nações do planeta. E seu parecer é incisivo:

Ao escritor não basta assegurar as bases econômicas para o exercício de sua profissão; necessita, antes de mais nada, preparar e proteger seu ambiente, um ambiente em que tenha possibilidade de criar, de falar e de escrever, de manifestar claramente sua opinião, de dar à sua arte os rumos que lhe são próprios, de comunicar diretamente com o seu público, sem outra censura senão a que é prevista, em lei, para os crimes de atentado ao decoro, e a que seu público lhe impõe, além da do bom gosto, da decência e das normas naturais à verdadeira literatura. Nenhuma outra profissão tanto das condições políticas do país, nenhuma outra, repito, precisa tanto da Liberdade para existir. Que importa sejam garantidos ao escritor os seus direitos autorais, se não se lhe garantem os seus direitos de criação? Que importa que o jornal lhe pague bem a sua colaboração, se a limita aos quadros da conveniência do momento, se lhe impõe ou se lhe veda assuntos e conclusões? Que importa que o editor imprima seu livro, remunerando-o a contento, se a edição pode ser apreendida ou impedida de circular?

A autora considerava que não poderiam ser dadas desculpas para qualquer ato de neutralidade, uma vez que só existiam “dois lados, duas facções” e, entre elas, “nada”. Em um extremo, encontrar-se-iam aqueles amantes da liberdade e da democracia, enquanto que, do outro, estariam os que queriam a escravidão e o triunfo fascista. Não havia espaço, segundo Dutra, para os indiferentes. Por essa razão, ela conclamava os delegados ao congresso para que estes apontassem e demarcassem seu campo, esclarecendo quais seriam os deveres do escritor para com o público, a sua consciência e a sua profissão.

Queremos apenas definir nossa posição, conhecer nossos compromissos, saber o que devemos ao público e o que ele espera de nós, esclarecer o significado dessa palavra “escritor”, pesar o que ela contém de responsabilidades e promessas; queremos o direito de influir diretamente sobre o leitor; queremos a permissão de explicar ao povo o verdadeiro sentido desta guerra e prepará-lo para o mundo em formação. Na realidade viemos aqui fazer a defesa de nosso direito de trabalhar e escrever; o que nos preocupa agora não é o destino dos gênios, mas o destino da nossa profissão. E essa, como todas as profissões, depende de organização e amparo legal para viver e subsistir em tanto que profissão, já que não nos contentamos mais, como prova esta assembleia, com a nossa situação anterior de literatos isolados.

Como ficava evidente nas palavras da autora, a preocupação estava em garantir que os congressistas estabelecessem uma ligação mais estreita entre os homens e mulheres de letras e as “pessoas comuns”, esclarecendo as questões que motivavam os conflitos no mundo, bem como as preparando para o que ela chamava de “queda de uma civilização” para o “nascimento de outra”. Testemunhas dos novos tempos que se anunciavam, os escritores não poderiam isolar-se em suas “torres de marfim”, devendo manter um contato constante com o público. Estas intenções ficariam mais claras nas conclusões de Lia Corrêa Dutra:

- a) arejar o panorama intelectual do país e elevar-lhe o nível, recomendando que não sejam utilizadas em pequenas desavenças pessoais e em trocas de insultos, que desmoralizam o escritor e comprometem sua ação junto ao leitor, as colunas de jornais, destinadas aos interesses do público ou à propagação da Cultura;
- b) uma luta em conjunto por mais liberdade – liberdade de opinião, liberdade de expressão, liberdade de publicação, liberdade de comunicação direta com o público – usando para tanto dos meios pacíficos de que dispõem;
- c) maior seriedade no comentário e na interpretação dos problemas da época, da guerra do nazifascismo;
- d) estabelecer o combate sistemático e sem trégua aos regimes de opressão, enaltecendo a democracia e explicando-lhe o sentido profundo;
- e) denunciar pelo livro, pelo jornal, pelo rádio, pela palavra, em palestras e conferências, todos os crimes cometidos contra a liberdade e o direito, em qualquer país do mundo;
- f) promover mais íntima aproximação com o público, fazendo passar para o primeiro plano, durante todo o tempo em que durar a guerra e os primeiros momentos de após guerra, vencendo para tanto, naturais repugnâncias e exagerados escrúpulos artísticos, toda literatura de propaganda antinazista, na certeza de que só assim estará o escritor salvando a cultura e a arte para as gerações de amanhã, bem como sua própria possibilidade de cultivar, mais tarde, a literatura de sua predileção;
- g) preparar o povo para o mundo de após guerra, afim de que a adaptação se faça mais facilmente;
- h) esquecer, provisoriamente, divergências de partidos, de credos religiosos e políticos, de correntes e tendências, e promover a união estreita e ativa de todos os escritores do país para a derrota do inimigo comum, que é o nazifascismo; estabelecer um intercâmbio com os demais escritores de outras nações, na base destes princípios.

Os escritores em congresso concordavam com a impossibilidade de qualquer atividade intelectual autêntica em ambientes dominados por regimes totalitários. Por essa razão, colocar-se contra as práticas nazifascistas significava também bater-se por melhores e plenas condições de trabalho e, neste sentido, o cumprimento de uma pretensa “missão social” da intelectualidade somente se tornaria viável se garantido o princípio da liberdade de opinião. Algumas das teses levadas à análise dos congressistas apontavam nessa direção, demonstrando a incompatibilidade entre o as práticas totalitárias e a livre manifestação

cultural. A respeito disso, Olívio Montenegro apresentou um breve ensaio, intitulado “O Estado Totalitário e a Vida Intelectual”.⁴²⁶

Nesse texto, o autor fazia uma breve apreciação dos usos e desusos do termo “liberdade”, bem como das adaptações pelas quais ele passa, na medida das necessidades do regime político em curso. No caso específico dos governos antidemocráticos, o autor afirmava que ocorria uma absorção do conceito de liberdade no da autoridade, “pondo-se [a liberdade] dessa maneira menos em função dos indivíduos do que em função do poder”.

Conforme o conceito lançado pelo escritor, economista e teórico político inglês Harold Laski, citado pelo autor em sua tese, o essencial da liberdade estaria na ausência de restrições que modificassem as condições necessárias ao “pleno de felicidade” a que aspirava todo o homem. Dessa forma, a liberdade deveria ser considerada como uma prerrogativa inerente ao “verdadeiro e completo crescimento da vida social como o movimento, o poder de jogar com os braços, com as pernas, de marchar, saltar, correr e dar função a todos os órgãos”. No entanto, segundo as observações de Montenegro, era o Estado Totalitário o principal empecilho ao pleno desenvolvimento deste “ser social ideal”:

o Estado que deixa de ser uma unidade orgânica, e tanto mais rico de iniciativa e de vontade quanto mais diferenciado nos valores que o representam, para ficar uma entidade abstrata – encarnação de uma ideia, de um princípio ou de uma mística. Apenas essa Verdade maiúscula, ao contrário das verdades menores, não se baseia nas provas racionais, que são suscetíveis de contestação: baseia-se na força. A força é que vem a ser o seu argumento todo-poderoso, a sua razão suprema, e aparentemente de um poder mais unificador do que a razão indutiva do Estado da concepção de Hegel, ou da concepção de Rousseau. Somente essa unificação não se opera, como no sentido hegeliano, pelo encontro necessário de todas as vontades atrás de uma consciência maior de si mesmas; mas pelo encontro de todos os medos. Ou seja, pela negação justamente de todas as vontades.

A partir desta definição, o autor encontrava a base de sua argumentação, considerando que um Estado que se construísse por sobre os pressupostos enunciados há pouco, não poderia convir com a exaltação da vontade, da iniciativa pessoal, do senso de escolha, bem como do espírito de análise e crítica. Em outras palavras, conforme expressão do próprio Montenegro, tudo o que reforçasse “o homem no homem” tomaria o ar de “agressão contra a segurança do Estado”. Portanto, concluía o autor, a classe intelectual seria a mais “comprimida” de todas, na medida em que as atividades criadoras estariam entre “as mais policiadas e as mais suspeitas”, isto graças ao seu “poder de inovação” e “espírito criador”, que as tornaria “irredutíveis a uma disciplina e a uma regra invariáveis”.

⁴²⁶ MONTENEGRO, Olívio. “O Estado Totalitário e a Vida Intelectual”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 233-237.

Contudo, restava uma dúvida acerca da forma pela qual os regimes totalitários conseguiam manter o seu poder, ditatorial e repressor, sem que a população tivesse qualquer tipo de reação contrária. O autor considerava que as classes responsáveis pelo que ele chamava de “atividades mecânicas” eram mais fáceis de “domesticar”. Isso não se daria, entretanto, pela simples “deficiência de cultura ou de imaginação” destes grupos sociais, mas fundamentalmente por uma ação deliberada do Estado, que procurava incutir nas classes operárias uma forma de pensar característica da burguesia: o conforto e o bem-estar teriam, portanto, o efeito do “ópio” sobre os trabalhadores. Além disso, prosseguia Montenegro, o trabalho em massa serviria como uma distração aos operários, que não vislumbrariam os problemas do governo.

Toda esta estrutura, que incluiria também um forte aparato policial, deveria servir aos interesses do Estado. Neste sentido, o autor afirmava que também as ciências, artes e letras não poderiam se exprimir senão em função da defesa das questões nacionais, notadamente suas causas máximas – a política e a econômica – que se juntariam “como gomos de um mesmo bago”. O intelectual, responsável direto pela produção cultural e científica, passaria a ter o seu trabalho dirigido por questões alheias às suas reais ambições, tornando-se uma “máquina de pensar, de sentir e de escrever”. Abrir-se-ia mão do espírito crítico, em favor do espírito patriótico – este governado pela razão do Estado, muito mais do que pela sensibilidade, pela imaginação e pelo gosto individual.

Este quadro, condizente com a situação vivida em alguns países europeus, bem como no próprio Brasil, era interpretado pelo autor como uma consequência do nacionalismo exagerado, que eliminava a livre iniciativa e a vontade criadora do povo. O trabalho artístico, dessa forma, teria o seu desenvolvimento prejudicado. Daí a afirmação do autor de que era impossível a coexistência de uma grande literatura e uma grande arte com uma política totalitária, voltada para si mesmo. Aquelas duas seriam possíveis somente em um ambiente livre de preconceitos, onde houvesse plena disponibilidade para “ver, comparar e julgar”. Por fim, Montenegro dizia que:

Se para o comum dos homens a liberdade é uma condição de dignidade, de um maior aproveitamento possível das suas energias pessoais, para o artista é uma condição de vida. A ausência de liberdade nega-o duplamente – como artista e como cidadão. Acaba reduzindo-o à situação de exilado na própria terra, tanto ao artista é difícil ver sem comparar, sentir ou pensar independente da sua forma individual de expressão. E tanto ainda pela imaginação, pela ideia, por misteriosas heranças da sua sensibilidade, ele é levado a fazer do meio em que vive menos o ponto final do que o ponto inicial das ricas e universais experiências do homem e das coisas, que antecipa na sua arte.

A inviabilidade de convivência entre a prática do pensamento e governos totalitários também seria tema da tese de Aristides Lobo, “Da incompatibilidade entre regimes fascistas e a inteligência”. Segundo o relatório apresentado ao plenário do congresso por Moacir Werneck de Castro⁴²⁷, o autor afirmava que o uso da inteligência, como forma do homem dominar a natureza e organizar a vida social, tinha íntima relação com questões externas ao indivíduo, como o regime político ao qual ele está sujeito. A partir daí, Lobo procurava refletir sobre o impacto de governos como os da Alemanha e da Itália sobre a atividade intelectual, e concluía que eles tinham promovido uma “atrofia mental generalizada” nestes países.

Uma vez que o fascismo figurava como o inimigo da inteligência e da cultura, caberia aos intelectuais tomarem alguma atitude, como forma, inclusive, de defenderem o seu ofício. Tal qual em outros momentos do congresso, a questão do dever moral do escritor era colocada em pauta mais uma vez. Nas palavras de Aristides Lobo:

Lutar contra o fascismo constitui pois um dever para cada cidadão inteligente, pois efetivamente se trata de salvaguardar a condição inteligente do homem em seus mais elementares fundamentos fisiológicos. Nenhum intelectual honesto, se é exatamente honesto e quer merecer o nome de intelectual, pode deixar de experimentar para com os regimes fascistas a mais firme repulsa. Porque uma inteligência que consente em sofrer limitações funcionais está forçosamente dentro desta alternativa: ou não é uma inteligência bastante desenvolvida ou funciona na ausência de quaisquer considerações de ordem moral.

Essas teses, somadas aos vários discursos pronunciados durante o conclave, em muito corroboravam não apenas as expectativas que os setores democratas da intelectualidade brasileira tinham em relação ao evento, mas em também no que se referia ao próprio papel da A.B.D.E.. Conforme se pôde observar no início deste capítulo, apesar da associação ter nascido como um espaço de representação dos interesses profissionais dos escritores, ela rapidamente se converteu num palco por sobre o qual os escritores poderiam expressar-se contra o nazifascismo e em favor da democracia (o que, rapidamente, colocou-a na mira dos órgãos de vigilância e repressão do Estado Novo).

A própria concepção da agremiação se deu em meio a uma ampla campanha, divulgada principalmente nas páginas da revista *Diretrizes*, pelo engajamento dos intelectuais no combate às práticas totalitárias de governo. Ainda que houvesse certos segmentos do pensamento brasileiro simpáticos à causa preconizada pelos governos que lideravam o Eixo, bem como ao autoritarismo característico da ditadura de Getúlio Vargas; a luta pela

⁴²⁷ Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945, pp. 142-143.

democracia encontrou respaldo entre liberais, comunistas, socialistas e setores católicos que, a despeito de suas evidentes diferenças, procuraram unir forças em prol de interesses comuns.

Nesse contexto de combate ao terror representado pelos totalitarismos, nomes como os de Mário de Andrade e Sérgio Milliet serviriam como guias fundamentais dessa parcela da intelectualidade comprometida o esforço democrático. Em vista da necessidade de agir, estabeleceu-se uma ideia de que os membros da “inteligência” brasileira caberia a “missão” de aproximar-se do povo, compreendendo seus problemas e guiando-o segundo o princípio da liberdade (muitas vezes tratado de uma forma genérica, sem as especificidades que cada grupo atribuía ao mesmo). Esse movimento, no entanto, impunha um dilema a esses intelectuais: seria possível descer às massas, abdicando do seu tradicional isolamento – representado pela imagem mítica da “torre de marfim” – sem abrir mão da sua própria condição de intelectuais?

Por menor impacto que tal questão possa ter gerado no primeiro congresso da A.B.D.E., ela de fato interferiria no futuro da entidade. Retomando a celebração de Mário de Andrade ao congresso (considerando-o como o coroamento de sua carreira) é importante lembrar que ele próprio não desconsiderava o fato de que aquela reunião não poderia ocorrer segundo outros critérios, senão aqueles atinentes ao campo intelectual; e que, ainda que se mantivesse em sua “torre”, o pensador poderia fazer valer a sua “função social”, agindo sem perder de vista quem ele era e que posição ocupava.

Não se tratava, efetivamente, de um problema de fácil solução. Contudo, em vista da luta comum contra o nazifascismo e também pela definição de leis que protegessem o ofício dos escritores, as diferenças quanto ao tipo de atuação dos intelectuais não adquiriram o potencial destrutivo que teriam mais tarde. Por uma infeliz coincidência, praticamente um mês após o fim do conclave, em 25 de fevereiro de 1945⁴²⁸, morria Mário de Andrade e, com ele, também se esvaía o projeto de uma intelectualidade unida, voltada a uma “comunhão mais viva”. Os embates partidários e, por consequência, ideológicos, decorrentes da democratização, cindiram, paulatinamente, a entidade dos homens e mulheres de letras. Logo, a própria ideia de “participação” seria posta em xeque, com comunistas e não comunistas passando a disputar a hegemonia na agremiação, numa demonstração de que o não tão distante espírito gregário já não existia mais. Enquanto os primeiros tentavam impor a A.B.D.E. um caráter eminentemente político; os demais procuravam dar a associação um papel estritamente profissional. Na luta entre os dois grupos, marcada, em muitas ocasiões,

⁴²⁸ “Faleceu anteontem, nesta capital, o escritor Mário de Andrade”. In: *Folha da Manhã*. 27 de janeiro de 1945, Primeira Seção, p. 8.

pela violência verbal e até mesmo física, e com antigos heróis rapidamente se convertendo em vilões e traidores, prevaleceu a vontade do primeiro que, por sua vez, fez valer os princípios da política cultural do Partido Comunista da União Soviética, baseados no “Realismo Socialista”.

Convertida em um instrumento político do PCB, a entidade abandonava definitivamente o seu projeto original, de modo que, juntamente com o esvaziamento do discurso “ético” que caracterizou a A.B.D.E. em seus primeiros anos, também se perdeu de vista a luta pela profissionalização do escritor brasileiro. Por essa razão, o esforço pela definição dos direitos autorais – tão caros aos homens e mulheres de letras na virada dos anos 1930 e 1940 – perdeu seu vigor.

6. PELA PROFISSIONALIZAÇÃO DO ESCRITOR: OS DEBATES EM TORNO DO EXERCÍCIO DA ESCRITA NO BRASIL

Os debates em torno da A.B.D.E. também estavam atrelados a outro nível de discussão, não menos importante, justamente por tratar das condições profissionais e, conseqüentemente, materiais dos homens de pensamento. No caso específico das entidades de representação dos escritores, as questões de ordem moral – na busca por um “código de ética” – cumpriam parte de um processo de autonomização daquela parcela da intelectualidade do país não afinada com o regime estadonovista, que também dependia, para ser efetivada, da melhoria das leis de defesa dos direitos dos escritores sobre suas obras, bem como dos pagamentos feitos por suas colaborações em jornais e revistas, permitindo-lhes viver de suas produções, desobrigando-os de buscar em serviços públicos – atrelados aos interesses do Estado – ou em outras atividades o suporte financeiro para o cumprimento de suas necessidades básicas de sobrevivência.

Com base nessas premissas, buscar-se-á, ao longo das próximas páginas, apontar quais eram as dificuldades legais e financeiras que os homens e mulheres de letras encontravam para o pleno desempenho de seu ofício. Para tanto, as questões relacionadas à invasão de obras estrangeiras no mercado editorial brasileiro, à expansão da tradução em detrimento da criação, bem como ao controvertido “gosto” dos leitores do país, estarão no centro de um debate que, por sua vez, desembocará no esforço por se criar uma lei de defesa dos escritores nacionais. Neste sentido, será mostrada a forma como os dilemas apontados há pouco foram tratados em jornais e revistas, tanto quanto pelo primeiro conclave da A.B.D.E., em 1945. Além disso, também se procurará demonstrar como o “elemento profissional” foi absorvido pelas disputas políticas que se desenvolveram dentro da associação, resultando em seu quase esquecimento durante os derradeiros anos da entidade, já dominada pelos comunistas.

Uma vez mais, a exemplo do que foi feito no capítulo anterior, o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores será tomado como ponto de partida das análises que virão a seguir. Durante os dias de realização do evento, o jovem jornalista Hélio Silva, em nota publicada nas páginas do *Jornal do Brasil*, apresentou um breve diagnóstico acerca da viabilidade ou não da dedicação ao ofício da escrita, bem como das implicações de tal questão para o desempenho do “papel social” do profissional da pena no país:

A reunião de um congresso de escritores em São Paulo veio focalizar a questão de saber se existe, entre nós, a profissão de escritor. Recentemente, o jornalista teve foros de profissional, sindicalizou-se, obteve um “salário mínimo”, aposentadoria, etc. Mas

a situação, a rigor, não se modificou. [...] Até hoje, o jornalismo entre nós continua a ser, antes de tudo, uma magnífica (aliás, mais do que magnífica...) escada para outras situações. O jornalista, exclusivamente jornalista, é raro. Raro e breve, porque a vida que leva não conduz à longevidade... Os elementos mais afortunados, ou melhor dotados, afastam-se verdadeiramente da vida de imprensa exatamente quando estavam em condições de melhor servi-la pelo aprimoramento [ilegível] de tirocínio profissional, experiência e conhecimento do setor habitual. Caímos num círculo vicioso. Os jornais não pagam melhor porque os jornalistas não produzem melhor. [...] Com os escritores a situação não difere muito. Como jornalista precisa de jornal, o escritor precisa do editor. Um ou outro, se discutir muito, exigir o que julga devido, corre o risco de ficar inédito, enquanto uma multidão de jornalistas outros ou outros escritores terão a almejada publicidade, firmarão nome, farão cartaz para futuras conquistas, por serem menos exigentes em suas condições. É a verdade de que não saímos. O resto é literatura...

Há poucos dias, uma escritora brilhante, que escreve em jornais com igual brilho, tratava o assunto mostrando o absurdo de ficar o autor só com 10% do produto da venda. Sobram-lhe camadas de razão. Apenas a ilustre escritora não é uma escritora de profissão, não vive do que escreve, naturalmente não exige de seus editores de livros ou de artigos o que tem o direito de exigir. Contudo, escreve bem, tem leitores, seus livros vendem. O problema é, pois, bastante complexo. O Congresso que se reúne em S. Paulo tem teses sedutoras, estuda assuntos de atualidade, como o anti-fascismo e a liberdade de escrever e promete resultados valiosos. A ele aderiram os nomes mais representativos e todo aquele que escreve deve dar-lhe, de início, largo crédito e confiança. Mas precisa ter em conta o lado econômico da questão e este é duro e difícil de considerar.

O Brasil é um vasto país cujos problemas são periodicamente resolvidos por todos os governos. Quem tiver tempo de ler a literatura oficial, desde o tempo do Império, desafogará o coração porque todas as matérias foram objeto de atenção cuidadosa dos excelentes governos que temos tido, e todos os nossos problemas fundamentais foram resolvidos ou estão em vias de solução. Apesar disto, e sem maledicência, temos que reconhecer que há falta de transportes, que ainda não fabricamos máquinas, que o papel nacional é de qualidade inferior e mais caro que o papel importado. Resulta que o livro é tão caro que é possível aos Estados Unidos lá, em nossa língua, pôr um preço que representaria um *dumping* para as editoras nacionais.

O editor geralmente é um bom moço, que teve, tem ou terá ambições literárias e se faz editor, isto é, industrial do livro sem capital. Ora, o capital, mesmo sem congressos, é uma coisa respeitável que se vende ou aluga caro. O editor tem de pagar caro o dinheiro empregado. Precisa de máquinas velhas, de pouco rendimento, que logo depois substitui por outras melhores, compradas a prazo e oneradas por um serviço caríssimo de juros. Gasta papel, tinta, etc. Tem operários, amparados pelo Ministério do Trabalho. Esse operariado é pago por uma tabela que não se compadece nem da falência do editor. Que resta para o editado? Muito pouco.

Ora, dizem os congressistas, vamos exigir mais. Esta resolução é acertada [ilegível] apenas precisa ser executada. Mas alguns autores não vivem do que o livro dá, mas do que ele empresta. A notoriedade, a popularidade, a chave para a carreira pública. Se exigirem muito, o editor imitará os magnatas do cinema americano [que abandonaram os] atores de ordenados fabulosos e “lançaram” outros mais baratos, com melhor reclame. Raros, só mesmo os de valor reconhecido e de popularidade incontestável poderão arrojar-se a esta aventura. Nem basta só ter valor. A história da literatura está cheia de grandes escritores que tiveram êxito literário depois que deixaram de escrever, isto é, depois de mortos. No Brasil há o caso recente de Lima Barreto, possivelmente o nosso maior romancista, que viveu na miséria e nunca conseguiu sequer comer com o produto de venda de seus livros. Machado de Assis, quando fazia seu orçamento doméstico, esquecia-se de que era escritor e pensava no emprego burocrático. Olavo Bilac não viveu da sua poesia. Humberto de Campos só alcançou popularidade quando desceu à literatura pornográfica do Conselheiro XX, que, depois de revelado, mostrou ao grande público o grande artista que era Humberto de Campos. Com isto tudo sobre a literatura nacional, reduzida a exercício de diletantes, devaneio de mocinhos e mocinhas púberes, ou passatempo de funcionários públicos pouco cumpridores dos seus deveres:

– Você ainda escreve livros?

– Não. Agora estou fazendo coisa séria. Sou corretor de imóveis.

Ora, um país vale é pelas suas elites. São elas que resistem às horas más, são aquela falange da França que se espalhou pelo mundo inteiro salvando a posição da França eterna, enquanto seus políticos se chamavam Laval e seus generais se denominavam Pétain. São os emigrados poloneses que renovam a epopeia tradicional de reerguer uma Polônia tantas vezes invadida e escravizada. São os que fugiram da Itália de Mussolini para todos os lugares onde pudessem gritar que o Fascio não era a Itália. São os espanhóis que travam a sua batalha com as armas da inteligência.

Nós temos nossa elite. Esses escritores que se reúnem em São Paulo são homens de pensamento, tão capazes como os líderes da cultura europeia aureolados pelo exílio e alguns pelo martírio.

O que a elite brasileira quer, o que ela pede é apenas que a deixem escrever.⁴²⁹

Percebe-se que a produção literária no Brasil era, salvo algumas exceções, um ofício secundário, que possibilitava apenas um complemento de renda aos escritores, uma vez que os valores advindos da venda de suas obras não poderiam, por si só, proporcionar-lhes o mínimo de conforto material e financeiro. A esse respeito, Sérgio Miceli afirma que:

De fato, havia apenas um grupo restrito de escritores que puderam se consagrar em tempo integral à produção de obras literárias e artísticas, seja voltados predominantemente para a atividade especializada num determinado gênero – como nos casos de Érico Veríssimo, Jorge Amado, José Lins do Rego, todos eles concentrando o grosso de sua escrita nos romances que lançaram no mercado –, seja repartindo seu tempo e seus investimentos em diversos gêneros – como nos casos de Lúcio Cardoso, que estendeu seus interesses ao teatro e ao cinema, de Cornélio Pena, que chegou a firmar-se como pintor e ilustrador antes de voltar-se com exclusividade para a ficção, de Luís Jardim, que manteve suas atividades de ilustrador e capista junto à sua produção literária. Um segundo grupo, em que se incluíam, entre outros, Orígenes Lessa, Graciliano Ramos, Ciro dos Anjos, Raquel de Queiroz, José Geraldo Vieira, mantém a atividade literária, pelo menos durante um período mais ou menos prolongado, como prática subsidiária, sendo que parcela substantiva de seus rendimentos provém de atividades profissionais externas ao campo intelectual e artístico. Estão reunidos nesse segundo grupo tanto aqueles escritores que tiveram condições para prosseguir sua carreira intelectual às custas dos mecanismos clássicos de cooptação – e, portanto, graças aos postos públicos com que foram aquinhoados (Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Ciro dos Anjos) – como os que derivavam suas condições de existência do exercício de ocupações (agências de publicidade etc.) vinculadas de modo um tanto marginal à sua competência cultural (Orígenes Lessa, José Geraldo Vieira etc.).⁴³⁰

Este “segundo grupo”, descrito por Miceli era composto pela grande massa daqueles que se dedicavam ao exercício intelectual e artístico. A conjuntura da década de 40, com as transformações no campo editorial brasileiro, possibilitou a ampliação do quadro dos chamados “romancistas profissionais”. Contudo, até que tais mudanças se iniciassem, a grande maioria dos escritores permaneceu dividida entre duas atividades, sendo prioritária

⁴²⁹ SILVA, Hélio. “Vale a pena escrever?”. In: *Jornal do Brasil*. 25 de janeiro de 1945, p. 5.

⁴³⁰ MICELI, Sérgio. “Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil”. In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 187.

aquela que lhes possibilitasse maior renda. Em sua introdução à entrevista de Valdomiro Silveira para a Revista *Vamos Ler!*, em 1939, Silveira Peixoto esclarecia a situação daqueles que se dedicavam a prática da escrita no país:

Deixe-me dizer que, tal como acontece à maioria de nossos escritores e de nossos artistas, Valdomiro não tem podido dedicar-se exclusivamente às letras – o que, segundo ele mesmo já confessou, é o que mais desejaria em sua vida. *A literatura e a arte, no Brasil, por circunstâncias que todos conhecemos, não podem ainda oferecer os elementos capazes de fazer o equilíbrio da beleza do sonho, com a realidade das contas dos fornecedores...* Por isso, regra geral, tem que ser atividades subsidiárias – quase um diletantismo...⁴³¹

O organizador de *Falam os Escritores* deixava claro, em várias de suas entrevistas, a impressão de que havia uma clara incompatibilidade entre “pensar e ganhar o pão”. De acordo com Silveira Peixoto, viver com o produto de uma atividade intelectual era o mesmo que insistir na realização de um milagre. As razões para essa situação, no entanto, só ficariam mais evidentes no decorrer dos depoimentos prestados a ele por algumas das principais mentes do pensamento brasileiro no período em questão. Algumas questões problemáticas eram apontadas pelos entrevistados, entre as quais a falta de respeito dos editores e impressores de livros para com os autores, bem como a preferência do público para com as obras estrangeiras – daí a polêmica criada em torno daqueles que se prestavam ao ofício de tradutores.

Com relação ao primeiro dos aspectos citados, será importante a leitura de uma declaração, no mínimo irônica, do célebre escritor Guilherme de Almeida. Ao ser questionado por Silveira Peixoto a respeito da quantidade de livros que já teria vendido, o grande poeta modernista afirmou:

Somente os editores poderiam responder com exatidão a essa pergunta... Você sabe como são essas coisas... O contrato para a edição de um livro determina certa tiragem; em uma das páginas, no princípio, ou no fim, aparece a clássica declaração do número de exemplares tirados. *Mas, por “milagre” de multiplicação, a tiragem real é, muitas vezes, maior do que a que consta do contrato e da declaração...* Um livro que, oficialmente, para o autor e para os leitores, deveria ter alcançado uma tiragem de mil exemplares, não raro, na verdade, chegou a dois ou a três mil... Daí, é fácil concluir que só mesmo os editores poderiam responder-lhes.⁴³²

A observação de Almeida, apesar de maliciosa e carregada de ironia, deixava evidente certo aspecto de descontentamento com o tipo de relação que se estabelecia entre escritor e

⁴³¹ A referida entrevista encontra-se publicada em PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol. 1. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, pp. 163-172.

⁴³² *apud* PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol. 1. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, p. 40.

editor, haja vista que este último sonegava-lhe o valor total obtido pela venda de seus livros, imprimindo um número maior de exemplares do que os declarados em contrato. Tal fato seria confirmado por outros entrevistados, como Cornélio Pires que, acerca da tiragem de sua obra *Musa caipira*, afirmava que o livreiro teria lhe dito que a edição fora de mil exemplares, mas que tinha a impressão de que eles teriam se multiplicado, “como os pães de Jesus”⁴³³; e Mário de Andrade, que parecia desconfiar de seus editores, na medida em que, ao ser questionado a respeito das tiragens obtidas por seus livros, considerava não saber ao certo qual a totalidade de impressões, uma vez que havia livros que davam “proliferações insuspeitas”.⁴³⁴

À desconfiança dos escritores quanto à idoneidade de seus editores, somavam-se os baixos valores pagos àqueles por exemplar vendido de seus livros e o pequeno interesse do público e, conseqüentemente, das editoras por obras nacionais. A proliferação de textos estrangeiros ocasionou um aumento na demanda por tradutores, o que gerou uma migração de muitos literatos do espaço da “criação” para o espaço da “tradução”. Isso, contudo, era justificado como uma forma que os homens de letras haviam encontrado de ganhar dinheiro, apesar da pouca receptividade de seus escritos entre os leitores.

Dada a importância do tema, naquele presente momento, Silveira Peixoto não se furtou a questionar cada um de seus entrevistados a respeito das traduções, sendo possível observar diferentes tipos de opinião⁴³⁵. Mário de Andrade, por exemplo, afirmava tratar-se de “péssima coisa”, pelo fato da tradução ser “uma arte tão elevada e difícil como criar” e que a maioria daqueles que estavam se voltando para esse ofício, o faziam de forma “desonesta” – mesmo considerando que, se o faziam, era pela opressão financeira que sofriam⁴³⁶. Alceu Amoroso Lima, por sua vez, considerava o perigo que aquilo poderia representar para o ato criador, mas que não havia o que temer, dado o fato de que a maioria dos tradutores tinha “mérito real”, tendo feito tal opção por conta das dificuldades econômicas próprias daqueles que se dedicavam às letras⁴³⁷.

⁴³³ *apud* PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol. 1. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, p. 312.

⁴³⁴ *apud* PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol. 2. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1941, p. 20.

⁴³⁵ Neste trabalho, são utilizados apenas os dois primeiros volumes de *Falam os Escritores* (que, nos anos 1970, receberia um terceiro), sendo que o primeiro (edição de 1971) dá conta de uma série de entrevistas realizadas em 1939, e o segundo (edição de 1941) foi organizado a partir de depoimentos recolhidos em 1941. O fato interessante, contudo, se refere ao teor dos questionamentos feitos por Silveira Peixoto nos dois momentos em questão. A inclusão de algumas questões nas entrevistas de 1941 revela novas preocupações surgidas no interior do campo literário brasileiro naquele início de década: se no volume 1, o questionário referia-se, quase que exclusivamente a trajetória do entrevistado; no volume 2, as perguntas denotam um grau de atenção maior com os fatores referentes as condições profissionais e materiais do escritor. Daí, a insistência de Silveira Peixoto em questionar seus entrevistados acerca do “problema” da tradução.

⁴³⁶ *apud* PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol. 2. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1941, p. 21.

⁴³⁷ *apud* PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol. 2. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1941, p. 32.

Dessa forma, impossibilitados que estavam de verem seus livros publicados e, portanto, incapazes de sobreviver à custa daquilo que produziam, os escritores brasileiros aceitavam emprestar seu trabalho a arte da tradução, pela qual, inclusive, recebiam mais. Se, a primeira vista, isto parecia gerar uma espécie de círculo vicioso, uma vez que a obra estrangeira poderia ofuscar a produção nacional e, portanto, impedir que o tradutor pudesse, um dia, ver publicada uma criação sua (assim como a de outros escritores nativos); por outro lado, havia aqueles que enxergavam na opção de alguns pela tradução não mais do que uma consequência da condição de desamparo em que se encontravam os literatos brasileiros e que, em médio e longo prazo, a divulgação de produções alienígenas, mesmo aquelas de baixa qualidade, contribuiriam para a formação de um público mais preparado para “leituras mais sólidas”, estas sim, produzidas pelos escritores locais. Tal era a perspectiva do escritor curitibano De Plácido e Silva que, questionado por Silveira Peixoto acerca do perigo que as traduções poderiam representar para a literatura brasileira, declarou:

Mas nossos escritores precisam viver... Ora, se as editoras, formando seus grupos, não tratam de ampará-los, não lhes resta outro recurso que não o de apelar para as traduções. É o imperativo da vida, é a procura ao elemento relevante, com que se adquire teto, agasalho, e pão para os filhos. Por outro lado, não obstante haver muita trivialidade traduzida, muita sensacionalidade sem razão, que se compra e que se lê por mero esnobismo, não se pode negar a utilidade das traduções. O leitor não se faz de repente. Faz-se aos pedaços, com a leitura popular, de começo, para chegar, depois, à leitura da arte. Assim, os folhetins cinematográficos, lançados a mancheias, irão preparando terreno para as leituras mais sólidas. E não creio que, daí, resulte algum sacrifício ou perigo para a literatura nacional. Desde que as traduções, mesmo as mais fúteis – aquelas que são adquiridas e lidas para “mostrar que se leu a última novidade importada” – servem para habituar à leitura, está claro que aí, pelo menos, prestarão algum serviço de valia às letras nacionais. Não devem nossos autores desanimar diante disso. *Nosso mal não reside nas traduções divulgadas com tanto alarde; está, sim, no fato de ainda não termos leitores em número capaz de sustentar a literatura nacional.* E contamos algumas dezenas de milhões de habitantes!... Mas virá. Tudo tem o seu tempo. Os escritores nacionais já estão sendo lidos. *Seria necessário haver maior solidariedade entre eles, na defesa de interesses comuns. Não há, infelizmente. O regime de grupos continua a destruir, sem construir.* Em regra, você não ignora, o valor, atualmente, é medido pelas simpatias... A imprensa alheia-se a propagar e fomentar o gosto pelas letras indígenas; nem cogita de mostrar o dever nativo de prestigiar os nossos intelectuais, sem distinção de casta, para que possam eles prosperar materialmente e, assim, produzir sem tormentos – produzir cada vez melhor. Mas há de vir melhores tempos!... Hão de vir!⁴³⁸

Este depoimento de De Plácido e Silva é, possivelmente, o mais marcante no que toca a situação do escritor e sua opção pela prática da tradução. Sua importância, contudo, é ainda maior por se tratar de uma das poucas entrevistas que apresentam uma solicitação por uma união maior dos homens de letras pela defesa dos seus direitos e pela proteção da literatura

⁴³⁸ *apud* PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol. 2. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1941, p. 296 (grifo nosso).

nacional diante da invasão de obras estrangeiras – fato este que se consubstanciaria na fundação da Sociedade dos Escritores Brasileiros e da Associação Brasileira de Escritores.

Tais agremiações, para além da tentativa de dar maior coesão ao grupo dos literatos do país, tinham por intuito criar melhores condições de trabalho para seus membros, uma vez que a situação material de grande parte dos escritores brasileiros era, naquele momento, de penúria e, conforme se disse a pouco, isto os empurrava para outras atividades, tornando a prática da escrita algo secundário, complementar. Além disso, nos casos em que o intelectual emprestava seu talento para publicações oficiais ou dedicava seu esforço na ocupação de cargos públicos, a sua capacidade criativa e opinativa seria restringida pelas posições assumidas pelo Estado – neste caso, dominado pela ditadura de Getúlio Vargas. Neste sentido, é sintomática a declaração prestada por Galeão Coutinho a respeito da condição do escritor ou do jornalista, e das consequências que advinham de tal condição:

[...] Um alfaiate, um sapateiro, um pedreiro, um ferreiro, um simples operário, em suma, é que se deve envergonhar de ter um filho escritor ou jornalista. Examine as baixezas do meio intelectual, veja de quanta miséria é tecida a glória de alguns pavões de “inteligência”, analise as humilhações, as abdições de caráter, nesse mundo de fatuidades literárias e diga-me se a vida de um carroceiro não é mais digna. Quando medito sobre isso... Chego a querer que o intelectual brasileiro siga o exemplo de Spinoza, que polia lentes como simples operário. Em vez de candidato a emprego público, devemos adotar um meio de vida que nos garanta a independência mental.⁴³⁹

A afirmação de Coutinho estava ligada diretamente a uma imagem compartilhada pela maior parte dos homens de letras brasileiros, na medida em que muitos se encontravam oprimidos não apenas pelo aparato de repressão do governo à livre manifestação de ideias e produção cultural, mas também pelas dificuldades materiais. Era imperativo, portanto, que se lançassem medidas que protegessem a atividade literária, permitindo não apenas a liberdade de criação por parte dos escritores, mas também o melhoramento das condições econômicas dos mesmos. Tais iniciativas, contudo, não atingiriam apenas os literatos, poetas e romancistas. Cientistas sociais, historiadores, doutores em direito, todos aqueles que possuíam algum tipo de trabalho escrito eram considerados escritores e, não por acaso, muitos deles integraram os quadros da A.B.D.E.

O fato é que as transformações pelas quais estava passando o mercado editorial do país afetavam todos os produtores de bens simbólicos, fosse no campo artístico (no caso específico, a literatura), fosse no campo científico. A expansão do comércio de livros, resultantes do aumento do público leitor e, por conseguinte, da demanda por obras de cunho

⁴³⁹ *apud* PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol. 2. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1941, p. 242.

literário e acadêmico, fez com que os escritores voltassem suas forças para a luta por melhores condições de trabalho, particularmente no que tangia ao valor obtido pela venda de suas obras, a partir da elaboração de uma legislação que abrangesse todas as suas reivindicações de ordem econômica e, obviamente, lhes garantisse a possibilidade de viver à custa de suas produções.

Várias obras apresentam esse quadro de crescimento nos negócios que envolviam o livro no Brasil. Laurence Hallewell, um dos mais notáveis estudiosos do assunto, perfaz a trajetória das grandes casas editoras do país, muitas delas surgidas no contexto dos anos 30 e 40, momento em que o comércio de livros, apesar da sua incipiência, já vislumbrava voos mais altaneiros. Homens como José Olympio, Octalles Marcondes Ferreira, José de Barros Martins, Nelson Palma Travassos, Afonso Frederico Schmidt e, o sempre fundamental para a história editorial brasileira, Monteiro Lobato, compuseram o grupo dos grandes editores do país, publicando algumas das principais obras primas das letras nacionais.⁴⁴⁰

O *boom*, no entanto, somente ocorreria nos primeiros anos da década de 40, impulsionado, sobremaneira, pela ocorrência da guerra na Europa, o que causou uma diminuição no comércio de obras importadas (oriundas, principalmente, da Portugal e França) e a necessidade de ampliação da produção interna⁴⁴¹. Referindo-se ao desempenho da Livraria José Olympio Editora, Laurence Hallewell afirma que o momento fora marcado pelo crescimento do número e da proporção de títulos traduzidos, prejudicando a edição das obras nacionais, que seguiram caminhos inversos. O conflito mundial, contudo, não contribuiu isoladamente para que tal fenômeno ocorresse, sendo que, de acordo com o historiador norte-americano, outros elementos tiveram papel importante no processo de ampliação das traduções.

Houve diversas razões para essa ênfase nos autores estrangeiros, na década de 40, em detrimento dos nacionais. A guerra, é evidente, deslocou a atenção do público de sua preocupação com os acontecimentos nacionais, que caracterizara os anos 30. As dificuldades com o transporte marítimo durante a guerra estimularam a José Olympio e as demais editoras a publicar versões em português de obras que, em condições normais, teriam sido importadas em suas edições originais européias ou norte-americanas. Ao mesmo tempo, a grande onda literária da década anterior começara a refluir, em grande medida devido à crescente esterilidade da vida cultural da nação sob o Estado Novo, que então atravessava seu mais violento período de repressão (1939-1942). A política do governo, até 1942, apoiava abertamente as potências do

⁴⁴⁰ HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985, pp. 235-430.

⁴⁴¹ MICELI, Sergio. "Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil". In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 147.

Eixo, e até mesmo Franklin Roosevelt (segundo Jorge Amado) era oficialmente um “comunista dos mais perigosos”.⁴⁴²

Novamente, a questão política parece ter contribuído para a diminuição do número de obras brasileiras publicadas – o que não significa necessariamente um ambiente de esterilidade literária, ainda que a literatura fosse um dos principais alvos da repressão. Neste sentido, os dados fornecidos por Sérgio Miceli a respeito da quantidade de títulos nacionais publicados em relação aos títulos estrangeiros servirão de parâmetro para uma melhor apreciação da questão. Segundo ele, conforme as estatísticas apresentadas no Anuário Brasileiro de Literatura, entre os anos de 1939 e 1943, o número total de “publicações novas nacionais” e “reedições nacionais” foi quase três vezes superior ao total obtido pelas “publicações novas em diversos idiomas e traduções” e “reedições em diversos idiomas e traduções”⁴⁴³. Se houve um maior interesse pelos títulos estrangeiros, isso se deu fundamentalmente por uma transformação do próprio público leitor, o que explicaria o fato de que, apesar do alto índice de títulos nacionais, a questão problemática estava na tiragem obtida pelos mesmos, muito menor do que aquelas obtidas pelas obras escritas no exterior.

Sem dúvida, a extensão do contingente de leitores exerceu influência sobre os gêneros que acabaram se firmando de um ponto de vista estritamente comercial. O primeiro posto da literatura de ficção – e, nessa categoria, a predominância dos romances de amor, de histórias policiais e de livros de aventuras – deve-se em ampla medida à expansão da parcela de leitores recrutada nas novas camadas médias, que redundou no aumento da demanda por obras de mero entretenimento. Este novo público constituiu-se por forças das mudanças ocorridas na hierarquia de ocupações do setor terciário dos principais centros urbanos, impulsionado pelo aumento dos postos técnicos e de gestão nos setores público e privado e pela expansão considerável do número de portadores de diplomas superiores na área das profissões liberais. *Dessa maneira, o volume significativo das obras de ficção, dos manuais de viver, dos livros de conselhos para o “lar”, para “vencer na vida”, para “emagrecer”, de livros infantis etc. comprova a existência de um público de leitores cujas preferências e escolhas em matéria de leitura são um tanto independentes dos juízos externados pelos detentores da autoridade intelectual.*⁴⁴⁴

⁴⁴² HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985, p. 374. O historiador norte-americano salienta o fato de que, antes da editora de José Olympio assumir a liderança na edição e venda de obras traduzidas, a principal empresa dedicada à publicação de títulos estrangeiros era a Editora Globo, de Porto Alegre. A respeito dessa importante editora da história editorial brasileira, ver AMORIM, Sônia Maria de. *Em Busca de um Tempo Perdido*: Edição de literatura traduzida pela Editora Globo (1930-1950). São Paulo: Edusp/Com-Arte; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

⁴⁴³ MICELI, Sérgio. “Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil”. In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 150. O quadro exposto pelo autor demonstra como, entre 1939 e 1943, houve uma tendência crescente na publicação de obras nacionais (com uma diminuição em 1942) e obras estrangeiras. Em valores absolutos, o total de títulos nacionais publicados foi de 6460, e os títulos estrangeiros totalizaram 2252.

⁴⁴⁴ MICELI, Sérgio. “Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil”. In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 155.

A essa última observação, vale citar a perspectiva de Nelson Palma Travassos acerca do assunto. Sendo um membro dirigente da Empresa Gráfica “Revistas dos Tribunais” no início dos anos 40, que centralizava grande parte dos livros editados no Brasil, ele fornecia uma justificativa carregada de ironia para o fato de que os editores estivessem privilegiando a publicação de obras traduzidas. Utilizando-se do público leitor como ponto de partida de sua explicação – a exemplo do que está colocado acima pelas palavras de Sérgio Miceli – Travassos isentava a figura do editor de toda culpa pelo aumento das traduções no mercado, segundo ele, fruto da própria incompetência dos escritores nacionais, que produziam livros que os leitores não queriam ler.

Centralizando a impressão da grande maioria dos livros brasileiros em nossas oficinas, conhecendo as tiragens e sendo confidentes da maioria dos editores, sabemos as causas do fenômeno. O livro nacional não é grandemente editado porque o público não o quer. O autor nacional não tem, em geral, novidade alguma para contar e supõe que apenas “fazer livro” já é literatura. O que o público quer é livro que conte novidade, que tenha valor intrínseco, que “afine”, como se diz na gíria. Criticamos muito a tradução dos livros estrangeiros, principalmente de romances que não prestam. Mas o que acontece é que o romance nacional ainda é pior. E contra essa opinião nada vale a crítica literária. Quando o autor nacional tem coisa interessante para dizer e sabe dizer essa coisa, infalivelmente é lido.⁴⁴⁵

A tradução correspondia apenas a uma das várias consequências daquele movimento de expansão do mercado editorial brasileiro, impulsionado, em larga medida, pelo crescimento e diversificação do público leitor e pela necessidade de substituir os livros que não mais eram importados, em decorrência da guerra. Conforme se pôde observar, isso não significou, necessariamente, uma melhoria no estilo de vida dos intelectuais dedicados à prática da escrita, justamente porque o espaço que poderia ser ocupados por novos autores neste mercado em crescimento, estava sendo preenchido por títulos estrangeiros. Os tradutores, por sua vez, interessados que estavam no retorno financeiro que a tradução lhes proporcionava, acabavam por negligenciar a atividade criadora – muitos deles já eram escritores consagrados – para angariar um complemento de renda.

Portanto, a ampliação das possibilidades mercadológicas para a atividade literária não significou, imediatamente, a melhoria das condições econômicas dos escritores brasileiros ou, num âmbito mais geral, à parcela do campo intelectual dedicada ao ofício das letras (vale lembrar, novamente, o caráter difuso deste grupo, que reunia produtores dos mais variados tipos de bens simbólicos, desde romances de ficção até mesmo produções de cunho sociológico, historiográfico, etc.). A expansão do mercado de livros traduzidos provocou uma

⁴⁴⁵ TRAVASSOS, Nelson Palma. *Nos Bastidores da Literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1944, pp. 21-22.

série de contrariedades entre os literatos do país, preocupados não apenas por conta de um espírito nacionalista, na maior parte dos casos, “fajuto” – pautado na ideia das más influências que poderiam advir de tais livros – mas, sobretudo, pelas restrições que a entrada de obras estrangeiras poderia trazer para o comércio de produções nacionais e, como não poderia deixar de ser.

As observações feitas acerca das traduções, senão por uma preocupação com a qualidade de muitas delas (Mário de Andrade), ou afirmando a incompetência dos escritores nacionais (Nelson Palma Travassos), revelam a fragilidade econômica do profissional dedicado às letras e à produção de conhecimento. O processo de autonomização do campo intelectual, a partir de uma definição mais específica de funções no campo cultural, ainda estava em vias de se efetivar. Como se pode ver, o crescimento do mercado não abriu grandes possibilidades à maior parte dos escritores, uma vez que estes continuavam presos às suas necessidades materiais, obrigando-os a duplicarem seus turnos de trabalho, divididos entre o ofício literário, o jornalismo, a docência, o direito, a medicina e, em muitos casos, o serviço público. Mesmo a tradução era feita como forma de ampliar os poucos valores obtidos com a produção de obras literárias. O diletantismo – embora isso não significasse, necessariamente, um amadorismo literário – predominante entre a maioria dos homens de letras do país, deixava clara a impossibilidade de se viver exclusivamente da arte de escrever, de pensar.

Dito isto, é possível avaliar que, no planejamento, na fundação e nos trabalhos das entidades de representação dos intelectuais brasileiros, foram fundamentais dois aspectos distintos, mas complementares: a definição de uma “função do intelectual” e a defesa dos direitos profissionais do mesmo, em favor da melhoria de suas condições financeiras e materiais. Neste sentido, os primeiros anos da Associação Brasileira de Escritores, tanto quanto de sua antecessora, a Sociedade dos Escritores Brasileiros, demonstram uma clara preocupação em criar um estatuto básico do que viria a ser efetivamente um escritor, dotado de código de ética e uma legislação própria, que regulamentasse a profissão e defendesse seus direitos enquanto produtor cultural. Ao longo dos anos que marcaram a história da A.B.D.E., não foram poucas as manifestações em torno das questões profissionais, de modo que a mesma acidez característica dos debates em torno do papel social dos intelectuais, não raro, se apresentava nos artigos referentes à entrada de obras estrangeiras no Brasil e o consequente aumento da atividade de tradução, aos direitos autorais, assim como à relação entre escritores e editores. Conforme se poderá observar a seguir, tais debates acabariam por antecipar muito daquilo que seria discutido nos congressos nacionais e regionais promovidos pela associação.

6.1. Dilemas em torno da entrada de obras estrangeiras no Brasil

A série de artigos que precederam a ocorrência do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores revela que não apenas as questões relacionadas às condições políticas nacionais e internacionais estavam na ordem do dia dos intelectuais do país. As informações colhidas na leitura de outros textos publicados na *Folha da Manhã*, durante o ano de 1944, demonstram que a resolução dos problemas profissionais dos homens de letras também era encarada como uma “missão dos escritores”. Com o foco voltado, principalmente, para os dilemas ligados à entrada de obras estrangeiras no país, bem como ao crescimento dos trabalhos de tradução – cujo debate já foi demonstrado, em parte, no capítulo anterior –, alguns articulistas procuravam expor razões, críticas e sugestões para a melhoria das condições de trabalhos daqueles que, como eles, se dedicavam à escrita.

Em “O drama das traduções”, Guilherme Figueiredo procurava fazer um balanço do trabalho realizado pelos tradutores brasileiros, em um momento de crescente entrada de textos estrangeiros no país. Sua abordagem voltava-se, em grande parte, a tentar compreender – com certo sentido de denúncia – as razões dos graves erros cometidos durante a interpretação das obras vindas de outros países, o que resultava em péssimas versões em português⁴⁴⁶. Segundo suas próprias palavras:

Se leio num original “bombers with guns”, não há esforço de imaginação ou de má fé que me permita adivinhar na tradução “bombardeiros com carabinas”. Pois encontro no “Fim do Mundo” de Upton Sinclair, e fico a admitir que possantes pássaros de aço levem ao ar uma adestrada guarnição de soldadinhos cujo mister seja disparar inofensivas Remingtons e Winchesters. Se a guerra fosse assim! Encontro ainda a revelação de um “*progrom* de poloneses” traduzido como um “programa de poloneses”. *Experts* transformam-se em “espertos” – quando espertos são os que fazem tais traduções. Noutro volume, uma biografia das irmãs Bronte, narram-me que Charlotte recitava poesias “de coração”. Nos “Conquistadores” de André Malraux, fala-se de homens que fumavam suas “pipas” de ópio e vê-se também que, para o tradutor, “Gêneve” é “Gênova”. Num outro livro, noto a expressão “as far as democracy is concerned” posta em português, literalmente, como “tão longe quando democracia é concernida”. Já não me espanto ao ver um tradutor colocar “bachelor” como “bacharel”, e outro que me achou direito supor que “paupières” são “pupilas”. “Vicious man” foi transposto como “homem vicioso”, quando o certo seria “brutamontes”. “Nice women”, mulheres honestas, merecem a tradução de “mulheres bonitas”. Outro julgou que “custom’s house” fosse “casa de costumes”. E outro ainda teima em escrever “realizar” para o verbo inglês “to realize”, todas as vezes que ele merece a tradução “compreender”, ou “capacitar-se”.

Entre conversas com tradutores e editores, o autor do artigo pôde verificar uma série de desencontros, cada qual justificando os problemas apontados de uma forma específica.

⁴⁴⁶ FIGUEIREDO, Guilherme. “O drama das traduções”. In: *Folha da Manhã*. 16 de julho de 1944, p. 8.

Entre os primeiros, Figueiredo ouviu que alguns não tinham tempo para rever suas traduções, e que outros repassavam suas tarefas a trabalhadores baratos (chamados “negros”). Além disso, existiam aqueles que admitiam sua ignorância, ou que, por falta de desculpa mais adequada, atribuíam a má qualidade de seus trabalhos à existência de pessoas doentes na família. Os editores, por seu turno, dividiam-se entre os que alegavam não disporem de meios para avaliar a valor das traduções; aqueles que demonstravam surpresa com a constatação das péssimas versões produzidas; e outros que, demonstrando certa consciência a respeito dos problemas, afirmavam nada poderem fazer, em razão dos desencontros entre os revisores de texto eventualmente contratados, das trocas de favores que muitas vezes os obrigavam a contratar os serviços de determinado tradutor “amigo” de “Fulano”, ou que foi “bonzinho” em uma nota de jornal.

Neste sentido, Guilherme Figueiredo deixava transparecer em seu texto, ainda que não declaradamente, a ideia de que havia muitos tradutores sem a devida competência e preparo para o ofício da tradução, ocupando postos que deveriam estar a cargo de escritores mais experimentados e que, de certa forma, os proprietários de editoras estariam contribuindo com o problema, justamente por não avaliarem o valor dos trabalhos produzidos pelos seus contratados. Tal perspectiva, no entanto, seria contestada em artigo publicado semanas mais tarde, pelo escritor alagoano Valdemar Cavalcanti.

Em “Editores e Tradutores”⁴⁴⁷, Cavalcanti afirmava não compreender a ideia de Guilherme Figueiredo quanto ao fato de que “editores bem avisados” adotassem o critério “de confiar suas traduções a grandes escritores”. Para o autor, traduzir constituía um “esforço penoso”, que requeria, “além dos indispensáveis conhecimentos linguísticos, umas tantas qualidades especiais – paciência, pertinácia, honestidade intelectual e senso crítico” e que, por essa mesma razão, não eram muitos os homens de letras já consagrados que iriam dispor de seu tempo por um ofício “tão humilde e tão mal recompensado”.

Não bastassem tais observações, Valdemar Cavalcanti lembrava que muitos “intelectuais de maior prestígio” produziam más traduções, o que invalidava o princípio de que a consagração literária garantisse bons trabalhos de transposição de obras estrangeiras para o português. Ao avaliar o “estrangulamento” de obras-primas praticadas por alguns tradutores, membros de uma “faina de coveiros”, o autor procurava atenuar a ação de indivíduos menos conhecidos:

⁴⁴⁷ CAVALCANTI, Valdemar. “Editores e Tradutores”. In: *Folha da Manhã*. 06 de agosto de 1944, p. 8.

Não me venham dizer que, no caso, se trata de semiescritores ou escritores de segunda categoria. A semelhantes papéis se têm sujeitado nomes ilustres – ou porque assinam o que outros fazem, adotando filhos alheios, ou porque executam as encomendas às pressas, parece que a contragosto, sem a menor noção de responsabilidade e mesmo de respeito ao seu público.

As observações de Cavalcanti parecem apontar para a necessidade de que se criasse um espaço específico no mercado literário para o ofício da tradução, independentemente do prestígio que os tradutores pudessem ter ou não, decorrentes de suas próprias obras. Levando em conta a possível má vontade de intelectuais consagrados em dedicar seus esforços na transposição de textos estrangeiros para o português, o autor considerava que os editores deveriam “valorizar a prata miúda, dando-lhe a praça que merece”, sendo que, dessa forma, não precisariam “ir atrás do brilho do outro, tantas vezes falso” – ainda que isso não significasse um descuido quanto à qualidade das traduções.

Em resposta às considerações de Valdemar Cavalcanti, assim como às outras críticas que parecem ter surgido em torno da polêmica que lançou, Guilherme Figueiredo debruçou-se novamente sobre a questão da tradução. Seu novo artigo, intitulado “Ainda o drama das traduções”⁴⁴⁸, procurava esclarecer o seu ponto de vista quanto à necessidade de que nomes de maior projeção nas letras nacionais fossem escalados pelos editores na tarefa de traduzir as obras vindas de fora. O autor admitia que muitos trabalhos realizados por escritores mais conhecidos eram de valor duvidoso. No entanto, ele parecia insistir em sua tese: em primeiro lugar, porque seria fundamental que grandes textos estrangeiros fossem entregues a pessoas de competência e conhecimento para lidar com os mesmos; além disso, o trabalho de crítica seria facilitado, pois as inúmeras circunstâncias problemáticas que poderiam cercar o ofício dos tradutores anônimos (“necessidade de ganhar uns cobres, exploração, audácia diante do autor consagrado”) impediam, de acordo com Figueiredo, um “julgamento livre”.

Ainda que, entre esses anônimos, houvesse figuras de valor, o fato, segundo o autor, é que inúmeras obras mal traduzidas estavam indo a público, muitas vezes incapaz de “avaliar os méritos do volume que compraram”. As más traduções estariam ensinando o errado aos leitores e, na opinião de Guilherme Figueiredo, os grandes responsáveis por esse fenômeno eram justamente os editores, notadamente por preferirem diminuir seus custos, contratando anônimos para o ofício de traduzir, assim como por não terem julgado preliminarmente suas publicações antes de levá-las às livrarias e, por consequência, o trabalho de seus tradutores. Daí a necessidade da contratação de nomes consagrados, que dariam, em tese, a garantia de uma maior qualidade das traduções. O articulista chegava mesmo a sugerir qual o tipo de

⁴⁴⁸ FIGUEIREDO, Guilherme. “Ainda o drama das traduções”. In: *Folha da Manhã*. 19 de agosto de 1944, p. 6.

expediente a ser utilizado pelas editoras no convencimento de escritores mais conhecidos para o desempenho da tradução:

Mas restar-lhe-á o recurso de convidar para tradutores de sua casa pessoas reconhecidamente capazes, que se encontram, presumivelmente, entre os intelectuais de maior projeção. Deve, pois, o editor comprometê-los. Desafiá-los a colocar o seu prestígio perante a severidade da crítica e do público mais bem orientado. Obrigá-los a traduzir bem, caso possam, ou a deixar de fazê-lo, se não souberem. Porque são nomes ilustres, porque têm obrigação de penetrar mais fundamente no pensamento e no estilo alheio, porque possuem uma noção mais nítida da valorização dos grandes vultos da literatura estrangeira, devem, imagino, sentir-se mais responsáveis.

Considerando a possibilidade, já alentada por Valdemar Cavalcanti, da abertura de um nicho de mercado específico para os tradutores, Guilherme Figueiredo considerava, contrariamente ao primeiro, que seria a própria utilização de escritores consagrados no trabalho de tradução o que estimularia a especialização do ofício, inclusive com a criação de uma legislação que reconhecesse os direitos econômicos daqueles que se dedicassem a traduzir obras produzidas em outras línguas. Segundo ele:

Pode parecer, a princípio, que isto vá colocar “fora do mercado” exatamente os honestos anônimos. Não acontecerá tal. Atacadas corajosamente as traduções más, os editores que as divulgam e os grandes nomes que as assinam, os honestos passarão a ser procurados por “muitos editores”. Chegarão a ser mais bem pagos, pois o seu trabalho terá de ser considerado uma especialização, como de fato é. O especialista provocará a transformação do ofício, de tarefa em arte, pela simples lei de oferta e procura. O tradutor deixará de ser máquina de decifrar, ou gostoso diletante de horas vagas. Será um literato especializado, e teremos afastados da tradução os cavalheiros vagamente bilíngues, mas que, entretanto, praticam razoavelmente um romance, uma poesia, um conto, um ensaio ou uma crônica. O tradutor especializado, destro nas duas línguas, humilde perante os textos, permeável a todas as sugestões da obra a traduzir, apaziguará os sustos de “muitos editores”, embora também muitos entre eles prefiram esses sustos constantes em troca de pagamentos exíguos e bons lucros nas sucessivas edições. Poder-se-á então falar de direito autoral do tradutor, porque o trabalho de pôr em português o livro estrangeiro não será tarefa encomendada, mas obra de arte legitimamente ligada ao nome de quem a produziu. Aí então poderá haver quem viva das traduções, muito diferentemente de agora, que só vivem dela “muitos editores”. E teremos então uma surpresa: o tradutor digno de confiança não será o “grande nome de prestígio”, mas outro grande nome, que adquirirá prestígio, e até mesmo sossego econômico, graças ao generoso trabalho de dar ao leitor brasileiro, tão belas quanto possível, as belas obras de literatura de outros povos.

O vislumbre de uma possível especialização no trabalho de tradução nos textos de Guilherme Figueiredo e Valdemar Cavalcanti atraiu a atenção de Edgard Cavalheiro que, em artigo publicado em outubro de 1944, intitulado “Traduções”⁴⁴⁹, procurou matizar os pontos de vista expostos pelos outros articulistas. De acordo com ele, um aspecto da questão que

⁴⁴⁹ CAVALHEIRO, Edgar. “Traduções”. In: *Folha da Manhã*. 11 de outubro de 1944, p. 6.

ainda não havia recebido a devida atenção era o fato de que o ofício de traduzir requeria uma “atitude de humildade”. Aproximando-se, neste sentido, das considerações de Cavalcanti, o escritor paulista afirmava que dificilmente se encontraria um homem de letras que aceitasse “plenamente a obra de um confrade”, principalmente em se tratando de um ficcionista. Para ele, um romancista que se prestasse à tradução de um romance, raramente o aceitaria na íntegra, humilhando-se perante “seus defeitos e virtudes”, o que o levaria a tentar *melhorar* o texto, interferindo em sua trama original.

Ainda que Cavaleiro considerasse “irresistível e muito humana” essa atração por modificar a obra, ele avaliava que tal atitude não atraía o profissional da tradução, muito mais preocupado com a fidelidade aos originais. Em sua opinião, o bom tradutor não se preocuparia em reproduzir a “versão literal do texto”, mas em transplantar a obra para sua língua, “num lento, paciente e estafante trabalho”. Isso lhe possibilitaria conhecer a obra a fundo, reescrevendo-a em seu idioma, “como se fosse o próprio autor no ato de criação”.

Estes exemplos de abordagem do tema da tradução revelam um dos elementos envolvidos no esforço de profissionalização dos escritores que, assim como as questões da ética e da participação social dos homens de letras, também estavam na ordem do dia dos trabalhos da A.B.D.E., já em fase de planejamento do seu congresso nacional. As definições em torno do que era “criar” e do que era “traduzir” pode ser visto como uma tentativa de formular algumas das bases de funcionamento do campo literário brasileiro, com seus espaços específicos, ocupado por agentes próprios. Até mesmo a iniciativa de Guilherme Figueiredo na defesa de um melhor aproveitamento de escritores consagrados na tarefa de traduzir pode representar um esforço por ampliar a participação dos mesmos no mercado que, naquele momento, assistia uma entrada maciça de obras estrangeiras no país. Este último aspecto, contudo, também seria problematizado, notadamente em torno de duas questões: a iniciativa da companhia norte-americana *Pocket Book* de vender livros em português no Brasil, porém produzidos nos Estados Unidos, prejudicando os editores locais; e os riscos que a entrada dessas produções poderiam oferecer à cultura brasileira.

Entre os nomes mais atuantes no debate, Rubens do Amaral, desde o princípio, mostrava-se contrário a toda e qualquer restrição à impressão de livros brasileiros no exterior. O autor, neste sentido, colocava-se em uma posição oposta àquela que estava sendo defendida pela Associação Brasileira de Escritores, esta última baseada na ideia de que, se os editores estrangeiros fossem obrigados a imprimir suas publicações no Brasil, “lucraria a economia do País, que não veria ser-lhe sonogado o produto de um comércio feito aqui e que na forma

anunciada se canalizará todo para o exterior”⁴⁵⁰. No entanto, Amaral considerava que julgar a questão por esse prisma significaria cair no “monstruoso erro” de acreditar que o país empobrecia quando importasse qualquer coisa. Para ele, a entrada do livro produzido no exterior deveria ser encarada como uma troca comercial pura e simples e que, a exemplo desse produto vindo de fora, outros tantos produtos brasileiros estariam sendo vendidos para outros países, de maneira que importar era tão importante quanto exportar, o que tornava inadmissível qualquer impedimento à circulação de mercadorias estrangeiras no mercado nacional.

Essas considerações, explicitadas em artigo intitulado “A missão dos escritores”⁴⁵¹, opunham-se à ideia de que os editores de outros países deveriam instalar seus equipamentos no Brasil, produzindo os livros no próprio país. Segundo Rubens do Amaral, as próprias editoras brasileiras deveriam comprar equipamentos melhores e oferecer publicações de melhor qualidade. O autor até se demonstrava compreensivo com o apoio não declarado da A.B.D.E. à causa dos editores, por avaliar que os benefícios a estes refletiriam positivamente para os homens de letras. E, até por essa razão, ele fazia algumas propostas à entidade, no sentido de que ela se engajasse na melhoria das condições intrínsecas e extrínsecas do mercado livreiro, atuando inclusive junto aos órgãos oficiais, para que a taxa tributária sobre o livro fosse diminuída, barateando o produto e tornando-o mais acessível aos leitores. Isso tudo, evidentemente, sem que houvesse a proibição da venda e circulação de publicações importadas no país.

Essas observações não constituíam uma unanimidade, de modo que outros articulistas logo se mobilizaram na defesa do ponto de vista apresentado pela A.B.D.E.. Edgar Cavalheiro, em texto homônimo ao de Amaral, porém publicado quatro dias depois⁴⁵², afirmava estar surpreso com as colocações de seu confrade a respeito da importação de livros traduzidos e produzidos nos Estados Unidos, demonstrando, a seu ver, que o “experimentado jornalista” tinha um “completo desconhecimento do assunto”. Sua argumentação partia do princípio de que o debate sobre livre-cambismo e os benefícios das importações para o

⁴⁵⁰ Exemplo da dedicação da A.B.D.E. às questões de tradução e da entrada de livros já traduzidos vindos do exterior pode ser verificada na notícia veiculada pela *Folha da Manhã*, no dia 17 de agosto, sob o título “A questão das edições de ‘Pocket Book’”. O pequeno texto trazia a informação de que a diretoria da associação havia se reunido, a fim de discutir o caso da edições da “Pocket Book” no país. A convocação feita por Aníbal Machado devia-se a necessidade de se avaliar duas propostas feitas por Guilherme Figueiredo referentes ao tema, a saber: “a) obrigatoriedade da impressão dos livros no Brasil; b) as traduções deverão ser feitas por escritores brasileiros” (“A questão das edições de ‘Pocket Book’”. In: *Folha da Manhã*. 17 de agosto de 1944, p. 3).

⁴⁵¹ AMARAL, Rubens do. “A missão dos escritores”. In: *Folha da Manhã*. 13 de agosto de 1944, p. 8.

⁴⁵² CAVALHEIRO, Edgar. “A missão dos escritores”. In: *Folha da Manhã*. 17 de agosto de 1944, p. 8.

mercado brasileiro não cabia no espaço de um artigo, tampouco respondia adequadamente à questão fundamental acerca da necessidade de que os livros fossem mais baratos. Na opinião de Cavaleiro, o que estava em jogo era a própria existência da indústria editorial no país, incapaz de acompanhar empresas como a *Pocket Book*, tanto na tecnologia de produção, como também nos valores das publicações – que, segundo o autor, eram resultado da prática de *dumping*, ou seja, da exportação dos produtos ao Brasil com valores muito abaixo daqueles que eram praticados no próprio mercado norte-americano.

Edgar Cavaleiro considerava que tal iniciativa, ainda que deficitária, tinha como objetivo claro a conquista do mercado local e, uma vez que essa meta fosse atingida, os preços seriam elevados. Fechadas as editoras locais, restariam apenas as estrangeiras que, segundo ele, pouco podiam oferecer para o enriquecimento cultural brasileiro.

Qual o lucro da cultura brasileira com a introdução de milhões de “pockets”? Teremos as obras mestras do pensamento americano, ou universal? Altos estudos sociológicos ou econômicos serão oferecidos aos nossos leitores? Os grandes poetas ou os grandes ficcionistas da América virão até nós? Pura ilusão. Preocupada com as altas tiragens, ninguém ignora que a Pocket só inclui no seu catálogo as obras de venda fácil, a subliteratura, ou o livro do momento, sem caráter de permanência. Que isso aconteça nos Estados Unidos, compreende-se. A massa de leitores existente por lá é densa, somam-se aos milhões. E ao lado da Pocket existem as grandes editoras ou as Universidades, todas elas com suas oficinas próprias, que publicam obras de pouca venda, mas de benefícios culturais incalculáveis. Entre nós, até agora, ressaltando algumas iniciativas utilíssimas e louváveis do Ministério da Educação e do Instituto do Livro, esse encargo tem cabido aos editores. Ou pensa o sr. Rubens do Amaral que coleções como a “Brasiliana”, “Documentos Brasileiros”, ou “Autores Nacionais” representam bom negócio para o editor?

O autor afirmava que o desaparecimento da indústria editorial brasileira significaria o fechamento de uma série de caminhos, por meio dos quais os novos escritores, assim como os estudiosos das ciências sociais, históricas e econômicas, poderiam publicar seus trabalhos. As editoras nacionais, desprovidas de sua maior fonte de rendas – os chamados *best-sellers* – pouco, ou quase nada, poderiam fazer em prol da produção cultural local, o que refletiria negativamente na própria atividade dos homens de letras brasileiros, posto que o número de editores dispostos a publicarem suas obras seria cada vez menor. Para Edgar Cavaleiro, esta era a questão por trás da posição assumida pela A.B.D.E. em relação aos “pocket books”, não defendendo, em última análise, o fechamento do Brasil à entrada de obras estrangeiras, uma “burrice” no seu entender; mas, fundamentalmente, a proibição de que essas mesmas obras estrangeiras fossem traduzidas e editadas nos Estados Unidos antes de chegar ao país.

No entanto, enquanto Edgard Cavaleiro procurava valorizar os trabalhos das editoras nacionais, outros se mostravam menos esperançosos quanto às possibilidades que as mesmas

poderiam aos homens de letras e à cultura do país. No mesma edição em que foi publicado o artigo citado anteriormente, foi apresentada uma pequena nota, sob o título “Um aspecto novo, digno de atenção” – cuja autoria não era explícita, mas dizia-se ser de uma “pessoa autorizada” –, apresentando uma perspectiva segundo a qual a entrada de empresas como a *Pocket Book* no Brasil constituía a única forma de equilibrar a situação entre um mercado editorial que crescia e a pequena capacidade produtiva das editoras locais. Segundo o autor anônimo, as grandes casas editoras do país chegavam a demorar de dois a três anos para publicarem um livro, cujos originais ficavam muitas vezes engavetados, em grande parte por conta da falta de recursos técnicos suficientes para atender a demanda crescente de leitores. Esse seria, por sua vez, um dos males que acometeria a cultura brasileira, em razão do desânimo provocado aos homens de letras, desinteressados em produzir novas obras, o que, em tese, explicaria o “atraso intelectual do Brasil”.⁴⁵³

Rubens do Amaral aproveitaria o ensejo para voltar à carga sobre a questão. Em nota intitulada “Nosso inimigo, nosso aliado”, o articulista exaltava as observações feitas pelo autor anônimo dias antes, no mesmo jornal – a quem ele chama de “quinta-coluna”, demonstrando saber de quem se tratava⁴⁵⁴. De acordo com ele, era evidente que a participação de outras companhias editoras no mercado brasileiro significaria um maior espaço para os autores publicarem suas obras, em grande parte por não sofrerem das mesmas carências dos editores nacionais, desprovidos de maquinários adequados à procura crescente por publicações. Em artigo posterior, sob o sugestivo título “O protecionismo contra a cultura”, Amaral caracterizava como xenofobia a oposição praticada por alguns escritores contra a entrada da *Pocket Book* no Brasil, afirmando que tal prática era prejudicial ao desenvolvimento cultural do país. Considerar o contrário, em sua opinião, era negar os benefícios oriundos das inovações trazidas às terras brasileiras por mãos estrangeiras, desde a chagada dos portugueses, passando pelos ingleses e até mesmo os norte-americanos. Segundo o autor, a questão não poderia enveredar para esse tipo de atitude, mas restringir-se ao debate sobre a possibilidade ou não de oferecer livros baratos ao público leitor.

Contudo, essa “benéfica” troca de valores culturais, propiciada pela livre circulação de livros, e tão propalada por Rubens do Amaral, não era avaliada segundo os mesmos critérios por Valdemar Cavalcanti. Em artigo posterior, o escritor alagoano defenderia que a importação de obras em português impressas nos Estados Unidos não constituía um “contato

⁴⁵³ “Um aspecto novo, digno de atenção”. In: *Folha da Manhã*. 17 de agosto de 1944, p. 6.

⁴⁵⁴ A referência ao auxílio de um “quinta-coluna” explica, possivelmente, o título do texto (AMARAL, Rubens do. “Nosso inimigo, nosso aliado”. In: *Folha da Manhã*. 19 de agosto de 1944, p. 6).

fecundo de culturas, por meio do qual elas se enriquecem mutuamente, dentro de um equilibrado sistema de intercâmbio de valores”, mas sim, uma “política de imperialismo cultural, em que uma cultura procurará achatar e esmagar a outra, não por ser mais vigorosa, mas por estar dotada de mais eficientes meios de expansão e dominação”. Dessa forma, por maiores que fossem os problemas técnicos enfrentados pelas editoras nacionais, e que os editores, no mais das vezes, exagerassem o valor de suas publicações – dificultando as vendas e, por conseguinte, a edição dos autores brasileiros – isso não seria solucionado com a entrada de empresas estrangeiras que, a exemplo do que já havia sido dito por Edgard Cavalheiro em artigo anterior, ofereciam um concorrência desleal às companhias pátrias, prejudicando a manutenção dos seus negócios e, conseqüentemente, a produção dos escritores.⁴⁵⁵

O debate das traduções, como se pôde observar, trazia em si uma série de outras questões que, dentro de um cenário mais amplo, serviam bem aos esforços de parte da intelectualidade brasileira – notadamente aquela formada por homens de letras não alinhados com o regime varguista – no sentido de definir os meios pelos quais seria possível conceber no Brasil uma produção intelectual autônoma, o que significaria também a garantia de sobrevivência material de seus praticantes. A entrada de obras estrangeiras – conforme as informações expostas no primeiro capítulo e nos parágrafos acima – era, muitas vezes, encarada como um risco à divulgação dos trabalhos nacionais, de maneira que o próprio ofício do tradutor era questionado e criticado. Além disso, é possível notar como alguns articulistas da *Folha da Manhã* – notadamente Guilherme Figueiredo – procuravam, a seu modo, atenuar o possíveis prejuízos que a expansão da prática da tradução poderia trazer, defendendo que os escritores já consagrados e, nesse período, prejudicados pela invasão do mercado por textos vindos do exterior, fossem escalados para a transposição das obras para o português. Dessa forma, ainda que as editoras estivessem mais interessadas em publicar livros de autores estrangeiros, em detrimento da produção literária interna, as traduções dos mesmos ficariam a cargo de grandes escritores que, a despeito da falta de espaço para suas próprias criações, poderiam recolher dividendos empregando sua inteligência à prática da tradução.

Esse último aspecto, aliás, acabou por gerar um novo nível de discussão, na medida em que uma companhia norte-americana de livros de bolso, a *Pocket Book*, começou a pleitear uma fatia do mercado editorial brasileiro, oferecendo publicações baratas, porém produzidas integralmente nos Estados Unidos, incluindo-se aí o trabalho de tradução dos textos para o português. A Associação Brasileira de Escritores resolveu colocar-se ao lado dos

⁴⁵⁵ CAVALCANTI, Valdemar. “A invasão dos livros de bolso”. In: *Folha da Manhã*. 20 de agosto de 1944, p. 9.

editores na questão, ainda que cada um dos lados tivesse interesses específicos no caso: enquanto as editoras temiam que a chegada da *Pocket Book* lhes restringisse os negócios; os homens de letras julgavam que todo o trabalho de produção de uma publicação a ser vendida no Brasil deveria ser realizado no próprio país, de modo que não se colocava em questão a entrada de livros estrangeiros, mas que os mesmos já não estivessem traduzidos. Na perspectiva dos últimos, a prática anunciada pelos norte-americanos significaria não apenas a diminuição da oferta de editoras brasileiras para a publicação de textos nacionais, prejudicando velhos e novos escritores; mas também traria prejuízos a cultura local, uma vez que a *Pocket Book*, interessada em grandes lucros, voltaria seus esforços para os chamados *best-sellers*, sem abrir a possibilidade para que as recentes gerações de homens de letras brasileiros pudessem expor seus trabalhos, fosse no campo do romance, da crítica e do poema, fosse no campo das ciências sociais. Nem mesmo o trabalho de tradução seria executado no país, de sorte que, no cenário catastrófico pintado por críticos como Edgard Cavalheiro e Valdemar Cavalcanti, editoras locais seriam fechadas, os escritores deixariam de produzir, e a cultura brasileira seria tomada pelo ímpeto imperialista dos Estados Unidos.

Essas preocupações não escapariam, meses mais tarde, à análise dos escritores presente ao primeiro congresso da A.B.D.E., em janeiro de 1945. Em algumas das teses apresentadas aos congressistas, a defesa da cultura e dos escritores nacionais contra a penetração estrangeira alcançou certa repercussão e instigou alguns debates, principalmente no tocante à literatura infantil e à questão da utilização de *flans* importados em publicações brasileiras.

O primeiro caso remete a um texto de autoria de Lúcia Miguel Pereira, apresentado à Comissão de Cultura do conclave. A tese, cujo título era justamente “Literatura Infantil”⁴⁵⁶, apresentava uma análise da “pobre” produção brasileira neste gênero literário, concluindo que os escritores não poderiam ser indiferentes ao tema, uma vez que, no dizer da autora: “esta [a literatura infantil] tem o dever de ser sadia, de auxiliar a preparar para a vida as novas gerações, contribuindo para o seu equilíbrio, para o desenvolvimento de todas as suas faculdades, para torná-las dignas de um mundo onde os super-homens não possam usurpar o lugar dos homens de verdade”. Este trecho, aliás, deixa claro o descontentamento da autora com a penetração das produções estrangeiras no Brasil, particularmente por sua alusão aos heróis sobre-humanos dos quadrinhos norte-americanos.

⁴⁵⁶ PEREIRA, Lúcia Miguel. “Literatura Infantil”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945*, pp. 62-63.

Tal preocupação, aliás, não constituía um fato isolado, sendo que um bom número de intelectuais do período afirmava o caráter nocivo que as publicações vindas dos Estados Unidos poderiam ter na mente das crianças, facilmente “manipuláveis”. A questão, contudo, não pode ser tomada pelo simples aspecto da influência que estas revistas traziam para a mocidade do país. Havia um segundo ponto, e talvez mais importante, que estava diretamente ao próprio caráter do congresso, a saber, a defesa do escritor nacional. Em seu livro, *A Guerra dos Gibis*, o jornalista Gonçalo Junior lembra que a quase totalidade das produções do gênero “quadrinhos” publicadas no Brasil eram traduções daquelas publicadas no exterior, sendo que, nestes casos, os principais editores responsáveis (Adolfo Aizen, Roberto Marinho, Assis Chateaubriand e Alfredo Machado) adquiriam os direitos de utilização das histórias em sindicatos de desenhistas e produtores de revistas em quadrinhos norte-americanos – os chamados *syndicates*.⁴⁵⁷

Isso remetia a uma segunda questão, desta feita, debatida propriamente na Comissão de Direitos Autorais, a respeito da utilização de *flans* (naquele caso, tratava-se das matrizes dos desenhos que preencheriam as páginas de publicações infantis) importados em livros e revistas nacionais. Apesar da tese que versou pelo tema não ter sido divulgada nos anais do congresso, as discussões em torno dela acabaram registradas, o que permite um olhar mais atento para a forma como o assunto foi tratado pelos congressistas.⁴⁵⁸

Segundo Casemiro Fernandes, o texto intitulado “O uso dos *flans* importados nas publicações nacionais”, de autoria de Vicente Guimarães, propunha que se estabelecesse uma regulamentação em torno da utilização dessas matrizes vindas do exterior, visando justamente a defesa de escritores e desenhistas brasileiros. Por conta dessa sugestão, alguns dos delegados ao evento se pronunciaram.

O primeiro deles foi Milton Pedrosa, que fez severas críticas à tese de Vicente Guimarães. Em sua opinião, por ser proprietário de uma publicação infantil, o autor era movido por interesses meramente comerciais, ao sugerir que fossem feitas restrições à entrada de *flans* importados no Brasil. Segundo Pedrosa, uma das prerrogativas principais do congresso era justamente a livre circulação de ideias, ou seja, o intercâmbio cultural que, por sua vez, não poderia sofrer nenhum tipo de intervenção. Para ele, tratava-se de uma sugestão extremamente nacionalista, pautada em um “mau nacionalismo”.

⁴⁵⁷ SILVA JUNIOR, Gonçalo. *A Guerra dos Gibis*. A formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁴⁵⁸ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 117-121.

Um aparte sugeria que, diante do parecer apresentado e do que havia sido exposto por Pedrosa, a tese fosse rejeitada *in limine*. Contudo, o assunto renderia novos debates. Carlos Lacerda, falando em seguida, afirmava haver questões mais importantes, para além dos fatores meramente nacionalistas e/ou comerciais. De acordo com ele, não poderia haver qualquer tipo de pensamento contrário à importação de qualquer tipo de material gráfico. No entanto, Lacerda concordava com a ideia de que a divulgação de histórias como as do “Fantasma” e do “Super-Homem”, contribuía sobremaneira para a “deformação sistemática da mentalidade infantil” e, neste sentido, a utilização de *flans* vindos do exterior tinha algo de nefasto. E concluía: “A verdade é que estamos importando veneno para nossas crianças”. Esta perspectiva, aliás, retomava as observações de Lúcia Miguel Pereira em sua tese “Literatura Infantil”, acerca dos perigos advindos da leitura de histórias em quadrinhos norte-americanas pela juventude do país.

Ayres da Matta Machado, outro que se pronunciou, mostrar-se-ia indignado com as insinuações de que seu colega pela delegação de Minas Gerais tivesse escrito o texto por interesses mesquinhos, meramente comerciais. Mesmo considerando a proposta nacionalista (em menor grau do que consideravam os confrades que o precederam), ele não vislumbrava o nacionalismo como uma coisa “nefanda”. Segundo Machado, o que estava em jogo era justamente o melhoramento do “teor moral e educativo das revistas” e, por essa mesma razão, não se poderia desconsiderar as observações de Vicente Guimarães. Para ele, a tese não sugeria a simples restrição à importação de materiais estrangeiros, mas que fosse colocada em questão a própria formação da mocidade brasileira.

A discussão estava longe do fim, e os ânimos começaram a aflorar. Nelson Palmas Travassos fez uma intervenção incisiva, com certo ar de ressentimento. Dizia ele que já havia discutido o tema pela imprensa, tendo formado opinião acerca do assunto. No seu entender, a introdução intelectual dos Estados Unidos no Brasil representava um grande perigo. Justificava-se, dizendo que tal prática era feita de maneira criminosa, uma vez que os norte-americanos não permitiam, em hipótese alguma, que se exportassem livros de autores brasileiros, em inglês, para o seu país. Em contrapartida, os brasileiros deveriam importar as obras produzidas por aqueles, que alegavam não haver meios de transporte para as máquinas utilizadas na impressão das publicações. Com relação à importação de *flans*, sua declaração causou alvoroço: afirmava que, neste caso, era mais adequado que se comprassem as máquinas no exterior, haja visto que, se os brasileiros eram incapazes de uma cultura própria, que abdicassem da sua qualidade de homens livres. A reação foi imediata, conforme os registros contidos nos Anais do congresso:

APARTE – Nós temos no Brasil um grupo intelectual que na minha opinião é superior aos americanos do Norte.

APARTE – Não nos deixemos dominar por nenhum estrangeiro.

CARLOS LACERDA – Os Estados Unidos têm máquinas. Compete aos industriais brasileiros importá-las. (*Tumulto.*)

Dionélio Machado, procurando dar bases às primeiras observações feitas por Carlos Lacerda, e apoiando-se na sua formação como médico psiquiatra, lembrou o caso do suicídio de um menor, em Porto Alegre, possivelmente sugerido por uma gravura na revista do “Vingador”. Já Etienne Filho declarava o seu apoio à proposta de Vicente Guimarães, considerando que, acima de tudo, dever-se-ia levar em conta os interesses de desenhistas e escritores brasileiros, os maiores prejudicados com a importação dos *flans*. Orlando Carvalho, contudo, reafirmava os valores da liberdade de imprensa, considerando que não poderia convir com as ideias restritivas propostas na tese em debate.

Portanto, o tema não pode ser tomado como uma simples defesa da formação moral das crianças, pela deturpação de valores que a leitura das publicações estrangeiras poderiam lhes proporcionar – algo que, conforme o debate acima deixa evidenciado, suscitava manifestações de cunho ideológico, contrapondo, claramente, liberais e comunistas quanto a possíveis restrições a entrada de produções de outros países no Brasil. Contudo, no que concerne ao primeiro congresso da A.B.D.E., onde predominava um esforço de comunhão entre os delegados presentes, convém destacar um segundo aspecto: pelo pouco espaço que o mercado dos quadrinhos reservava para as produções nacionais, uma vez que a preferência dos editores e do público residia nas aventuras dos heróis consagrados nos Estados Unidos, muitos escritores e ilustradores tinham dificuldade em encontrar trabalho.

No caso dos primeiros, cujos direitos o conclave visava defender, o problema era ainda maior, pois, sem conseguir vender suas próprias obras, eles acabavam abdicando da criação para dedicar-se ao ofício da tradução. Para muitos observadores da questão, isso implicaria em prejuízos à cultura brasileira que, sem abrir caminho para novos valores, e forçando os antigos a usarem o seu talento para traduzir textos alheios, não mais teria meios para se desenvolver. Isso, por sua vez, poderia não apenas representar menores possibilidades profissionais aos produtores culturais, mas, sobremaneira, uma sobreposição gradual de valores estrangeiros por sobre os valores nacionais.

O problema, aliás, não ficaria restrito aos debates do congresso de 1945, marcando presença em outros encontros promovidos pela entidade. Infelizmente, exceção feita ao primeiro conclave paulista, em 1946, os demais não divulgaram os registros de seus trabalhos,

tampouco as teses que foram apresentadas às suas comissões. Sabe-se, contudo (e graças às notícias veiculadas por alguns jornais e revistas), que o tema da entrada de produções estrangeiras no país, escritas ou não, seria retomado pelos membros da A.B.D.E., já dominada pelos comunistas, nos encontros nacionais ocorridos em Salvador e Porto Alegre (em 1950 e 1951, respectivamente).

A lógica da crítica, no entanto, apesar de manter o discurso de que o impedimento da entrada de obras estrangeiras no país significaria benefício à cultura pátria, também estava atrelada à rejeição aos valores norte-americanos que chegavam ao Brasil por meio de livros, revistas, músicas e filmes. Na ótica dos intelectuais que seguiam as diretrizes do PCB, os EUA visavam, pela via cultural, promover ideologicamente o Capitalismo e denegrir a União Soviética. Para tanto, eles estariam impregnando a sociedade brasileira, e principalmente os jovens, com ideias que exaltavam a guerra e deturpavam o real sentido de democracia, abrindo caminho para ações “reacionárias” que, no mais das vezes, não traziam nenhum benefício à população.

É fundamental que se diga também que, a reboque dessas preocupações, existia uma questão não menos importante para os escritores, que se referia justamente à relação deste com o público leitor. Conforme a citação de Nelson Palma Travassos, exposta anteriormente, o apelo mercadológico que as obras estrangeiras tinham junto aos leitores dava-se, em grande parcela, por conta da qualidade inferior daquilo que se produzia no Brasil. Nesse sentido, o problema em torno daqueles que liam também se impunha aos homens e mulheres de letras do país. Compreender quem eram os consumidores de literatura, bem como os seus gostos, poderia constituir uma saída tanto para que os autores nacionais passassem a ser lidos, como também para que houvesse o incremento do nível cultural do país.

6.2. “O que o público lê?”: o problema em torno dos leitores brasileiros

Anos antes da formação da A.B.D.E., a questão em torno do público leitor já preocupava os escritores brasileiros. Os baixos índices de venda da mercadoria “livro” no Brasil – se comparados com os números obtidos por autores norte-americanos, ingleses e franceses, em seus próprios países – eram vistos, ao menos em princípio, como resultado de um problema educacional. Para alguns intelectuais chamados a dar uma palavra sobre o assunto, um maior investimento do governo brasileiro na ampliação das vagas escolares era uma das saídas, talvez a mais urgente, para que se aumentasse a quantidade de potenciais consumidores daquilo que produziam.

Em março de 1937, por exemplo, *O Observador Econômico e Financeiro* trazia uma extensa matéria intitulada “Economia da Arte”⁴⁵⁹. Nela, era descrito um debate entre alguns dos mais significativos nomes das artes brasileiras no período, ocorrido por conta de um almoço oferecido aos mesmos pela revista, em um dos salões do Jockey Club do Rio de Janeiro. Entre os vários pontos sugeridos pelo repórter que acompanhava o encontro, um dava conta justamente da dificuldade que os artistas do país tinham para viverem de suas obras. José Lins do Rego que, junto com Pedro Calmon, representava a classe dos escritores, deu o seu parecer a respeito do tema. Em suas palavras:

A solução é aumentar o público no Brasil. O governo que promova os meios para educar o povo. O que não podemos sugerir ou esperar, porém, é que o governo nos pague. Minha opinião é a seguinte: não há solução imediata para esse problema, porque, primeiro, deveremos aumentar o nível mental dos brasileiros. No dia em que, ao invés de 5000, eu conseguir vender 50000 exemplares de cada um dos meus livros, estarei com o meu problema resolvido.⁴⁶⁰

A mesma impressão era externada por um dos entrevistados anônimos da já citava entrevista dada à Cecília Meirelles (capítulo 1). Segundo o depoimento prestado, em 1939, havia somente um “remédio” para a situação de dificuldade econômica pela qual os escritores estavam passando:

– Só pela educação do povo. Com o povo educado, tudo vem por si, naturalmente. Não acredito em amparo oficial, porque não há mentalidade que chegue para se ocupar de tantos problemas e de ainda mais este; não acredito em prêmios, porque não há júris suficientemente educados, dentro de um alto sentido humano; não acredito em sindicatos, porque o prejuízo que se possa ter com questões de direitos autorais, e outras coisas assim, não se comparam aos que resultam da própria situação, do escritor em face do mundo que o não comporta. Só acredito na força da vocação, na sua resistência ao choque das coisas precárias do tempo.⁴⁶¹

Evidentemente, essas duas únicas falas não resumem inteiramente a questão das razões que estariam por trás da pouca procura por livros no país e, consequentemente, da quase impossibilidade de se viver das letras no período final dos anos 1930. Vale dizer, contudo, que elas ilustram uma real preocupação quanto ao pequeno número de leitores existente no Brasil, de maneira que o baixo índice de alfabetização surgia como uma das principais razões pela qual se tentava explicar o problema. Porém, uma vez que as taxas de consumidores de

⁴⁵⁹ “Economia da Arte”. In: *O Observador Econômico e Financeiro*. n. 14. Março de 1937, pp. 72-87.

⁴⁶⁰ Questionado pelo próprio José Lins do Rego acerca do que pensava sobre a questão, Pedro Calmon alegaria que o alto valor dos livros constituía um empecilho para que o mesmo atingisse um público maior. A carência de papel – matéria-prima essencial para a indústria editorial – somada às demandas do Fisco, estaria, portanto, criando sérias dificuldades para que as editoras produzissem e vendessem mais de seus produtos (pp. 77-78).

⁴⁶¹ “Economia do Intelectual”. In: *O Observador Econômico e Financeiro*. n. 40. Maio de 1939, p. 61.

livros aumentassem, novos dilemas se impunham: O que escrever? Para quem escrever? O que o público quer ler? Deve-se criar um “gosto” específico para aqueles que leem?

Tais perguntas se impuseram de tal maneira aos escritores que, em 1941, ao longo de dois meses e cinco edições, a revista *Diretrizes* acabou lançando uma enquete a grandes personagens do campo literário brasileiro, a partir de uma questão básica: “Para que público você escreve?”⁴⁶². No total, eram cinco tópicos, incluindo aquele que dava título ao questionário. Os demais se referiam, respectivamente, ao porque escrever para determinado público; se existia um “público culto, capaz de se interessar pela boa literatura”; se havia um “gênero” de preferência desse público; e, por fim, se os editores deveriam intervir no “bom gosto” do leitores?

Entre respostas mais sérias e outras mais irreverentes (debochadas, em alguns casos)⁴⁶³, o inquérito revelou alguns dados interessantes quanto à relação e às expectativas dos escritores em relação ao público leitor. No que se referia ao alvo das obras produzidas por esses autores, os depoimentos variavam. Enquanto alguns eram taxativos ao afirmar que escreviam para eles próprios, sem ter em vista atingir este ou aquele grupo de modo mais específico; outros tantos afirmavam, num exercício de clara falsa modéstia, que seus escritos eram, no mais das vezes, para amigos e familiares. Existiam também aqueles que diziam produzir para todo o público, o que não significava que seriam lidos pela totalidade dos leitores. Contudo, dois dos entrevistados foram além do que comumente estava sendo dito pelos demais: Jorge Amado e Sergio Milliet.

O primeiro, apesar de considerar que seus livros tinham uma procura maior entre os jovens, revelou que sua meta era atingir, principalmente, o “povo”, o que, evidentemente, remetia a sua própria formação política. Em suas palavras, apenas no “povo” haveria “força e verdadeira capacidade de compreensão”. Neste sentido, Amado revelava o porquê de suas

⁴⁶² “Para que público você escreve?”. In: *Diretrizes*. n. 47. 15 de maio de 1941, p. 3 e 19 (José Lins do Rego, Jorge Amado, Marques Rebelo, Emil Farhat, Guilherme Figueiredo e Osório Borba) / n. 48. 22 de maio de 1941, p. 19 (Augusto Frederico Schmidt, José Candido de Carvalho, Jorge de Lima, Clovis Ramallete, Murilo Mendes e Nelio Reis) / n. 49. 29 de maio de 1941, p. 19 (Dias da Costa, Oswaldo Alves, Joraci Camargo e Dante Costa) / n. 51. 12 de junho de 1941, p. 19 (Sergio Milliet, Edgard Cavalheiro, Flavio de Campos e Afonso Schmidt) / n. 52. 19 de junho de 1941, p. 19 (Abguar Bastos, Oliveira Ribeiro Netto e Luis Martins).

⁴⁶³ Fato que estimularia uma pequena polêmica entre Alceu Marinho Rego e Jorge Amado. Enquanto o primeiro questionava a forma muitas vezes desinteressada com que alguns dos entrevistados respondiam à enquete; o segundo afirmava que o entrevistador (naquele caso, Francisco de Assis Barbosa) abordava os escritores de forma muito atabalhoada e apressada, exigindo pareceres rápidos acerca de questões que exigiam certo tempo para a reflexão. Para o autor baiano, isso explicava a brevidade de algumas respostas e, em certa medida, a forma aparentemente dispersa como alguns trataram o assunto (ver REGO, Alceu Marinho. “No mundo das letras”. In: *Diretrizes*. n. 48. 22 de maio de 1941, p. 17; e AMADO, Jorge. “Público, Crítica e Inquérito”. In: *Diretrizes*. n. 49. 29 de maio de 1941, p. 19).

criações, e isso, na opinião de Milliet, era fundamental para que se determinasse qual o tipo e tamanho do público que consumiria esta ou aquela obra:

Com efeito, se um escritor alega que escreve num intuito de divulgação, já com isso diz que o faz para o grande público, para o maior público possível. Se responde que escreve por necessidade imperiosa de externar sua sensibilidade própria, dirige-se evidentemente a um público reduzidíssimo, a uma elite altamente intelectual. Se o faz com intenção de tornar conhecida uma pesquisa de ordem filosófica, sociológica ou estética, seu público será ainda mais limitado. Será um público de especialistas. A bem dizer não me considero encaixável nesta última categoria. Mas a literatura só me interessa na medida em que esclarece um problema: de sociologia, de economia, de moral, de estética, um problema humano. Escrevo portanto para um público reduzido.

O detalhe da fala de Milliet é justamente a demarcação do que seriam os trabalhos de maior ou menor apelo comercial; ou seja, aqueles que, na essência, visavam atingir mais ou menos pessoas, segundo os diferentes tipos de escritores. Poetas, por exemplo, entre os quais Augusto Frederico Schmidt e Murilo Mendes, lembravam que sua arte não conseguia obter uma entrada maciça entre os leitores. Por outro, havia aqueles que, dentro de um contexto de surgimento das universidades, dedicavam-se à produção de obras técnicas, por assim dizer, voltadas a um público mais específico. Em ambos os casos, entendia-se que os consumidores desses trabalhos faziam parte de uma parcela menor, “culto” por assim dizer, da população, formada por indivíduos ora dotados de certa sensibilidade estética (no caso da poesia), ora estudantes ou professores universitários.

Em certa medida, o que Sergio Milliet sugeria era que os próprios escritores estavam, de antemão, cientes do tipo de recepção que suas obras teriam pelo público leitor. Dessa forma, supunha-se que a questão do gênero de preferência das pessoas já estaria mais ou menos resolvida na cabeça daqueles que escreviam. Assim, a quantidade de livros vendidos não seria apenas um problema de ordem mercadológica, mas também de escolha do próprio profissional das letras. Fato importante, no entanto, é a ausência de referências ao déficit educacional no país, algo que, pouco tempo antes, era referenciado como uma dificuldade aos homens e mulheres de letras. Provavelmente, isso não significa que os entrevistados desconsiderassem o tema, ainda que isso não pudesse ser relevado ante a pergunta da existência de um público “culto”, capaz de se interessar pela “boa literatura”.

Para alguns depoentes, o nível cultural dos leitores tinha clara relação com o apelo comercial deste ou daquele gênero literário, independentemente das ações publicitárias das editoras. As entrevistas revelavam que, ao menos no que se referia aos proprietários dessas empresas, a meta era unicamente ganhar dinheiro, e não propriamente promover este ou aquele tipo de livro, de maneira que seus investimentos seriam feitos segundo, unicamente, a

perspectiva de venda, sem a preocupação de criar e incentivar “gostos” no público leitor. Não por acaso, era grande o número de romances policiais, históricos e de mistério nas prateleiras das livrarias, muitos dos quais adaptados pelo cinema, a exemplo de “... E o vento levou”, da norte-americana Margareth Mitchell, e “Rebeca”, da britânica Daphne Du Maurier. Consideradas *best-sellers* dentro e fora do Brasil, eram essas as obras de maior repercussão no mercado livreiro. Em 1944, anos após o inquérito de *Diretrizes*, José Maria Bello daria o seu parecer acerca do sucesso alcançado por esses títulos⁴⁶⁴:

Mas o que parece mais certo é que se verifique entre nós o que se tem observado por toda parte: o espetáculo trágico do mundo, açoitado há quatro anos por uma guerra total de destruição, exaspera o desejo de evasão das realidades presentes, e os livros, principalmente os de ficção e de fantasia, são dela os melhores caminhos. Daí o êxito especial dos *best-sellers* norte-americanos, mais ou menos cinematográficos, a volta aos velhos romances de capa e espada que pareciam para sempre esquecidos na poeira dos *sebos*, e a crescente procura das novelas policiais...

Em seu artigo, Bello apontava que os índices de produção e venda de livros no país estavam subindo, evidentemente, puxados pelo crescimento da demanda⁴⁶⁵. Segundo o autor, o negócio do livro estava se tornando altamente lucrativo, de maneira que novos e antigos autores estavam sendo publicados e republicados pelas grandes editoras do período, como a Nacional e a José Olímpio. Além disso, ele corroborava a impressão que muitos escritores tinham desde o final dos anos 1930, acerca da grande receptividade às obras estrangeiras e, por consequência disso, da expansão do trabalho de tradução.

Ao referir-se ao público, em especial ao gosto dos leitores, José Maria Bello retomava um dilema exposto na enquete citada acima, de 1941. Em suas palavras, não era razoável que bons trabalhos escritos perdessem espaço no mercado para outros tantos de péssima qualidade. Aliás, dizia ele, a inundação das livrarias por essas obras de valor literário duvidoso era fruto do próprio crescimento do setor livreiro que, visando vender, acabava por privilegiar exclusivamente a quantidade, sem se dar conta do que exatamente estava sendo produzido e vendido. Em razão disso, o ideal, na visão de Bello, era justamente que as companhias editoras, tanto quanto os críticos, tomassem a frente do problema, ainda que isso significasse eliminar certos vícios, tanto daqueles que investiam, quanto daqueles que criticavam:

⁴⁶⁴ BELLO, José Maria. “Tendências de Leitura”. In: *O Observador Econômico e Financeiro*. n. 101. Junho de 1944, pp. 19-21.

⁴⁶⁵ Rever a primeira parte deste capítulo, acerca da ampliação do mercado editorial verificada entre 1939 e 1943. Acerca disso, Ruy Bloem afirmaria, mais tarde, que a grande responsável pelo crescimento no consumo de livros era a disseminação do ensino secundário no país (BLOEM, Ruy. “O hábito de ler no Brasil”. In: *Folha da Manhã*. 18 de maio de 1945, p. 5).

A escolha do bom livro ou, em outros termos, o gosto literário, acaba educando-se por si mesmo, pelo menos entre os que não reduzem a literatura a simples passatempo, como uma partida de pingue-pongue, um piquenique ou uma fita do Gordo e Magro... E somente os que procuram nos livros alguma coisa mais do que uma distração vulgar, o vago desconto de uma hora vadia ou de tédio, são suscetíveis realmente de cultivar com proveito o próprio espírito para melhor sentir, compreender e unificar os fenômenos da vida e do mundo. Aos editores inteligentes que fossem capazes de sobrepor às perspectivas de lucros do seu negócio o cuidado em concorrer para a formação cultural do seu país é que caberia talvez a missão orientadora das leituras do público comum, esforçando-se por oferecer-lhe sempre livros bem escritos, bem pensados e bem sentidos. Nas velhas nações supercultivadas da Europa, como, por exemplo, na França e na Inglaterra, não faltaram antigamente estes homens inteligentes que sabiam distinguir valores intelectuais e, mesmo, adivinha-los. Mas isto é exigir demasiado. Vender livros é, afinal, segundo o consenso comum, vender uma mercadoria como outra qualquer. O comprador é livre na escolha...

Os noticiaristas de livros novos, os críticos literários poderiam atribuir-se de certo modo esta função guiadora. Poderiam teoricamente; praticamente, eles se mostram tão incapazes ou inaptos quanto os livreiros. Para fazer crítica sem dogmatismo, mas compreensiva, justa, serena e objetiva, além dos requisitos de inteligência, cultura e experiência literária, é necessário um conjunto de virtudes morais difícil de encontrar-se, sobretudo entre literatos de profissão, quase sempre eivados de vaidade e inclinados a grupos, partidos e rodinhas, escolas, quando não comprometidos num círculo de elogios mútuos ou de publicidade recíproca, parecendo mesmo por vezes combinada com os editores e vendedores de livros. Do simples noticiarista de livros novos nada se exige: uma referência elogiosa ao livro aparecido e que lhe é enviado graciosamente. Nos países nas condições culturais do Brasil, todos estes defeitos a que nos referimos, naturalmente, se exasperam. Fazer literatura é ainda em grande parte uma exibição, uma vaidade ou um meio de abrir caminho para outras coisas mais. O cabotinismo impera sem grandes dificuldades. Falta o controle de uma opinião ilustrada e consciente, capaz de distinguir e classificar os valores. Desta forma, seria vão querer indicar qualquer meio de disciplinar ou orientar o consumo dos livros. O fato dele vir aumentando por todo o país e em todas as classes sociais é por si só extremamente auspicioso. A leitura converte-se depressa em hábito tão imperioso quanto o do fumo. Começando pela *quantidade*, o leitor comum, mais ou menos autodidata, acabará pela *qualidade*, isto é, tornar-se-á cada vez mais exigente. E as exigências da sua sensibilidade e do seu pensamento mais educados influirão certamente no valor futuro da produção literária...

Apesar do otimismo demonstrado no final da citação, está claro que, para o autor, havia um problema em relação ao que estava sendo consumido e, neste sentido, era importante que alguns dos profissionais e empresários ligados ao setor editorial tomassem alguma atitude no sentido de elevar o gosto do público leitor. Para alguns, entretanto, isso significaria também valorizar as obras nacionais, em vista da preferência que os leitores tinham pelas obras que vinham de fora. Galeão Coutinho, em artigo de janeiro de 1945, às vésperas do primeiro congresso da A.B.D.E., daria a sua contribuição ao debate⁴⁶⁶.

Segundo ele, no intuito de suprir a demanda por traduções de produções estrangeiras – notadamente as norte-americanas, adaptadas ao cinema – os editores estariam abafando os livros especificamente brasileiros. O autor considerava que, ao encarar o livro como

⁴⁶⁶ COUTINHO, Galeão. “À Margem do Congresso”. In: *Folha da Manhã*. 11 de janeiro de 1945, p. 07 e 09.

mercadoria, no mesmo nível de outros produtos que se lançavam no mercado – “coisa vaga, indefinível, misteriosa” – o estrangeiro, de fato, colocava “fora da pista” o similar brasileiro. A culpa, portanto, por tal fracasso, não poderia ser integralmente atribuída ao editor do país, posto que este agia como “comerciante” e não como “filantropo”: “publica de preferência o livro estrangeiro, porque o público o aceita de olhos fechados, muitas e muitas vezes só pela circunstância de ser estrangeiro, torcendo o nariz aos autores nacionais”. Daí uma questão fundamental para Coutinho, a saber, “o leitor brasileiro, de modo geral, prefere o livro de autor estrangeiro porque este seja melhor, ou por puro esnobismo?”. Certamente pelos dois motivos, seria sua resposta.

Em sua opinião, apesar de melhores ficcionistas, os escritores traduzidos não possuíam a mesma capacidade de refletir sobre os problemas humanos que os autores nacionais. Contudo, essa diferença era suprida pelo fato daqueles disporem de amplos recursos culturais e financeiros – principalmente financeiros. Isso levava Coutinho à outra observação importante, referente à condição de trabalho do intelectual brasileiro. Segundo ele, enquanto os homens de letras do exterior podiam se dar ao luxo de dedicar-se exclusivamente ao ofício da literatura; no Brasil, o quadro era totalmente diverso, tendo o escritor que compartilhar o seu tempo entre a atividade do espírito e a ocupação de algum cargo público ou profissão liberal. Esse amadorismo, para Coutinho, dava certo descrédito à produção brasileira, refletindo diretamente na divulgação de suas obras e, conseqüentemente, no interesse do público leitor.

Este último, aliás, não escapou às críticas de Galeão Coutinho, particularmente no que se referia à questão do patriotismo. Nota-se um claro ressentimento do autor com relação aos leitores brasileiros interessados, na maior parte das vezes, em consumir a produção estrangeira, em detrimento da nacional: “o leitor brasileiro [que] está sempre disposto a pagar quarenta, cinquenta, ou mesmo sessenta cruzeiros por um romance estrangeiro; dificilmente pagará esse preço por um autor nacional, mesmo reconhecidamente bom”.

Diante das observações de Coutinho, ficava a questão de como solucionar esse quadro de aparente inferioridade das letras brasileiras no âmbito do mercado literário. Para o articulista, não se tratava de impor restrições à publicação de obras estrangeiras – segundo ele, “um atentado à universalização da cultura”, a “xenofobia mais funesta”; mas sim, de buscar no exemplo dos estrangeiros um “passo inicial para o aperfeiçoamento futuro”, rumo a “desejável autonomia mental”. Neste sentido, suas considerações apontavam para uma posição nacionalista/universalista e, em seu caso mais específico, comunista.

Conforme já exposto em momentos anteriores deste trabalho, a questão da presença maciça de obras estrangeiras no país gerava uma série de debates entre os intelectuais brasileiros. No que tocava especificamente aos leitores, o fato de que houvesse certa preferência por esses livros significava maiores investimentos das empresas na edição dos mesmos, diminuindo o espaço do escritor nacional no mercado. Além disso, para alguns analistas, isso significaria possibilidades menores para o desenvolvimento da cultura nacional, cada vez mais refém dos valores vindos do exterior, principalmente dos Estados Unidos. Os escritores, por sua vez, sem a devida valorização daquilo que produziam, acabariam obrigados a emprestar sua inteligência ao ofício da tradução, ou mesmo no desempenho de funções estranhas à arte literária.

No entanto, como se pôde observar, essas questões constituíam apenas uma parte do conjunto de dilemas enfrentados pelos escritores no desempenho de suas funções. Como forma de resolver seus problemas econômicos e tornar viável a profissionalização do homem e da mulher de letras no Brasil, era necessário muito mais do que cobrar dos editores e dos leitores que valorizassem as obras nacionais; era importante também que se definisse uma lei que defendesse os praticantes da escrita no momento em que seus trabalhos fossem lançados no mercado. E, neste sentido, o papel da A.B.D.E., ao menos durante os anos 1940, foi central.

6.3. Por uma lei dos Direitos Autorais: as ações da A.B.D.E. em prol de uma legislação que protegesse o trabalho dos escritores

As ações da Associação Brasileira de Escritores em torno da criação de uma legislação específica que zelasse pelos direitos autorais coincidiu, conforme se pôde observar, com a própria expansão do mercado editorial no país e, conseqüentemente, com a luta dos homens e mulheres de letras pela profissionalização do seu ofício. O crescimento do público interessado no consumo de livros não gerou questionamentos apenas em relação ao que as pessoas queriam ler, mas também quanto à possibilidade dos autores viverem – ou “sobreviverem” – da escrita. Por essa razão, antes mesmo do surgimento da A.B.D.E., era possível encontrar notas e artigos acerca do assunto.

Em setembro de 1940, *O Observador Econômico e Financeiro* trazia em suas páginas um breve parecer da situação em que se encontrava o “direito do autor” no Brasil⁴⁶⁷. Segundo a revista:

A profissão literária no Brasil [...] está realmente longe de poder usufruir as prerrogativas de uma maioria econômica. É uma aventura fazer-se planos de vida com o simples produto que se afaça da propriedade literária, já pelo pequeno volume da mesma, já pela irregularidade natural oriunda das possibilidades do mercado, onde, efetivamente, o número de autores que deseja publicar livros vai muito acima das possibilidades dos editores que possam fazê-lo, bem como é muito limitado o âmbito de sucessos comerciais dos livros publicados de autores nacionais por um retraimento do público em face da mercadoria.

A declaração d’*O Observador* refletia não apenas a disparidade entre o aumento da procura por livros e a ainda baixa capacidade de produção das editoras, assim como os dilemas em torno da entrada de produções estrangeiras no país. Tais questões somavam-se à incipiência da legislação brasileira no campo do direito autoral. Questões como o controvertido conceito de “propriedade literária” (alguns juristas, como Clóvis Bevilacqua, preferiam o termo “direito autoral”, por sua maior amplitude), estariam ainda repercutindo uma antiga lei de 1898, formulada por Medeiros e Albuquerque. No mais, as outras contribuições teriam vindo a reboque da adesão do Brasil à Convenção de Berna, em 1922⁴⁶⁸. Até mesmo as Constituições de 1891 e 1934 faziam, apenas, breves referências ao tema. Já a Carta Magna do Estado Novo sequer o mencionava.

Dadas essas dificuldades, a revista afirmava que muitos escritores acabavam, em vista das suas baixas receitas, vendendo aos editores os direitos de seus livros, abrindo mão, completamente, de qualquer possibilidade de ganhos futuros. Além disso, tais ações traziam prejuízos à própria família do autor, impedida de usufruir dos ganhos obtidos com a venda das obras produzidas por ele, após a sua morte. Este último ponto, aliás, trazia em si outra questão, referente ao Domínio Público.

Pelos acordos firmados em Berna, os familiares teriam a propriedade sobre as produções de seu parente morto por, no máximo, 50 anos. No entanto, conforme se verá adiante, os lucros gerados pela venda dessas obras caídas no Domínio Público seria alvo da cobiça não apenas dos editores, mas também da futura A.B.D.E., o que, por sua vez, acabará

⁴⁶⁷ “A Propriedade Literária”. In: *O Observador Econômico e Financeiro*. n. 61. Setembro de 1940, pp. 89-93.

⁴⁶⁸ A Convenção de Berna (Suíça) foi realizada em 1886, com o objetivo de criar um acordo internacional acerca da proteção das obras literárias e artísticas. Posteriormente, ela seria completada na Convenção de Paris, em 1896; revista em Berlim, em 1908; novamente completada em Berna, no ano de 1914; e, finalmente, revista em Roma, em 1928, Bruxelas, em 1948, Estocolmo, em 1967, e Paris, em 1971 (ver www.unesco.org/culture/atlaws/media/pdf/bresil/brazil_conv_berna_09_09_1886_por_orof.pdf - agosto de 1915).

servindo como um ponto de discórdia entre as editoras e o órgão de representação dos autores. De fato, é difícil imaginar que a relação entre essas duas instâncias pudesse ser tranquila, uma vez que as empresas de edição eram vistas como as grandes exploradoras do trabalho intelectual e artístico, de maneira que entidades de classe, como a Sociedade dos Escritores Brasileiros e, posteriormente, a Associação Brasileira de Escritores, serviriam justamente para proteger seus membros de eventuais abusos. Além disso, essas agremiações garantiriam aos homens e mulheres de letras o estatuto profissional de “escritores”, algo que, segundo *O Observador*, ainda não existia no Brasil.

Tempos atrás esteve em moda um assunto: a criação de uma corporação dos profissionais da pena, isto é, sem ser a Associação Brasileira de Imprensa ou o Sindicato dos Jornalistas Profissionais. Uma qualquer coisa como um Instituto de Literatura, destinado a normalizar a condição do escritor. O assunto morreu pouco tempo depois, após imemoráveis entrevistas e discursos. Um técnico em questões trabalhistas declarou mesmo a inexistência desta categoria profissional entre nós. E os escritores, passado aquele tempo, continuam a sua luta; somente aqueles que realizam o milagre de viver do que escrevem podem realmente saber que meio de morte é esta vida. E são talvez os que menos pensam em instituto, sindicato ou coisa que o valha. Num país de cultura em formação, como o nosso, e também de leitores em formação, o escritor ainda não pode rigorosamente ser um profissional.

Enquanto chega o tempo de regulamentar a profissão, que se contentem os futuros profissionais com o conhecimento e o comentário dos grandes êxitos dos seus confrades de outros países. Em parte podem se queixar do público, que aprecia mais, mesmo, o produto estrangeiro, apesar de que aquele que tem mais procura seja, ainda na opinião dos nossos escritores, de qualidade inferior ao nacional; faltam autores que consigam agradar aos leitores que existem por aí.

Conforme o previsto pelo texto, as associações surgidas no início dos anos 1940 tinham como uma de suas bandeiras principais (senão a principal), a defesa dos interesses legais, profissionais e econômicos dos escritores. Em janeiro de 1945, quando da realização primeiro congresso nacional da A.B.D.E., o tema dos direitos autorais ocupou, juntamente com o combate ao nazifascismo e a luta pela democracia, o centro dos debates.

6.3.1. A questão dos Direitos Autorais no Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores

As discussões sobre uma legislação que zelasse pelo ofício da escrita ficaram por conta da Comissão de Direitos Autorais do conclave. As teses que recebeu tratavam, sobremaneira, das dificuldades dos escritores para o desempenho de sua atividade, das conflituosas e desequilibradas relações entre autores e editores, assim como das questões legais referentes ao trabalho de tradução, à queda das obras em domínio público e à remuneração obtida sobre a venda dos livros. No mais, algumas questões mais específicas

foram abordadas, como os direitos dos jornalistas sobre o que produziam, o pagamento pela adaptação de textos literários para o rádio, além do já citado caso do uso de *flans* importados em publicações nacionais.

Entre os textos levados à discussão dos comissários e, posteriormente, ao plenário do congresso, alguns merecem destaque. “Literatura Profissional”, de Haydeé Nicolussi⁴⁶⁹, foi, provavelmente, o que melhor resumiu as preocupações dos escritores presentes ao evento. Em síntese, a autora fazia um retrato breve das condições de trabalho do escritor, considerando algumas possibilidades para o melhoramento do meio literário brasileiro. Sua crítica atingia diretamente as disputas, muitas vezes desleais, que atravancavam o processo de profissionalização dos homens e mulheres de letras do país e, logicamente, colocavam em xeque a suposta consciência de classe demonstrada no congresso da A.B.D.E. Neste sentido, a definição dos interesses profissionais do grupo dos escritores passava diretamente por uma resolução das rivalidades entre os mesmos. Em certa medida, o que Nicolussi solicitava era a moralização das relações entre os intelectuais, notadamente por parte daqueles que realizavam o trabalho crítico das obras. Na opinião da autora, a crítica estava sendo realizada de maneira a atravancar a carreira de muitos escritores, uma vez que os posicionamentos políticos e as relações pessoais eram colocados à frente dos valores artísticos.

Além destas questões, Nicolussi enumerava dois outros problemas a serem levados em consideração pelos congressistas. Tratava-se das dificuldades existentes na relação entre autores e editores, além da necessidade da criação de uma “carteira profissional do escritor”. Cada um destes setores foi tratado separadamente pela autora, que lhes dirigiu sugestões específicas.

Acerca do “intercâmbio” entre escritores e os proprietários de editoras, Haydeé Nicolussi fazia três proposições. A primeira delas dizia respeito à obrigatoriedade de um contrato escrito, como garantia dos interesses de ambas as partes no ato da edição de uma obra. Além disso, a autora sugeria que se regulamentasse “a questão do usufruto da herança literária”, bem como a instituição de multas e penalidades àqueles que realizassem impressões clandestinas.

O segundo ponto destacado por Haydeé Nicolussi, conforme as observações feitas ainda há pouco, referiam-se às práticas adotadas por alguns de seus confrades, que se utilizavam do espaço da crítica como um meio de denegrir a imagem de outros escritores, transformando-o em uma arena para confrontos pessoais de toda ordem. Ora, como poderiam

⁴⁶⁹ NICOLUSSI, HAYDEÉ. “Literatura Profissional”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945*, pp. 259-260.

se estabelecer os verdadeiros interesses de classe, uma consciência de grupo, se não existia, aparentemente, uma relação de respeito entre os membros da intelectualidade brasileira? Para a autora, as questões de ordem cultural deveriam estar à frente do trabalho crítico, independentemente dos posicionamentos políticos assumidos pelos autores das obras comentadas. Neste sentido, todo comentário deveria estar muito bem documentado, com citações que comprovassem a leitura e a análise do livro por parte do crítico.

De acordo com Nicolussi, ao enviar seu trabalho para os críticos, o autor esperava interpretações convincentes acerca do que ele havia produzido. Contudo, os profissionais da crítica, agindo de forma mesquinha, estariam abdicando do seu verdadeiro papel no campo cultural, descumprindo com suas obrigações, pelas quais, inclusive, eram pagos. O boicote a determinadas obras constituía-se, assim, em outro problema da maior gravidade, uma vez que, na opinião de Nicolussi, não era dado ao crítico o direito do silêncio, devendo ele realizar integralmente e eticamente o seu ofício, de modo a honrar o dinheiro que recebia por seu trabalho. Citando Sérgio Milliet, a autora considerava tal atitude como uma “dívida covarde” do crítico para com a literatura, tal qual o editor que lançava obras medíocres e sem personalidade no mercado, para atender a interesses outros, que não serviriam, de forma alguma, ao desenvolvimento cultural.

Nicolussi lembrava, ainda, dos abusos praticados por determinados veículos de imprensa, responsáveis pela análise e divulgação das novidades literárias, ao cobrar dos escritores que enviassem às redações uma determinada quantidade de exemplares de suas obras. Segundo ela, tal prática tinha como único objetivo “engordar” as estantes de algumas pessoas, à custa da necessidade que os autores tinham de dar publicidade às suas obras. No entender de Nicolussi, a decisão do envio, ou não, dos exemplares às redações, deveria ficar a cargo do editor ou do escritor, caso estes julgassem necessário, por motivos de propaganda.

Resolvidas as questões referentes às relações entre os escritores, era necessário que fossem estabelecidos os limites da classe dos intelectuais: ou seja, quem poderia receber tal distinção? Segundo a autora, a saída mais adequada seria justamente a criação de uma “carteira profissional”, que vedaria, de uma vez por todas, o ingresso de amadores em áreas de atuação estrita dos homens de pensamento. A diferença entre os dois grupos estaria, em essência, no fato de que a atividade intelectual exigiria uma certa vocação, ausente no caso do amadorismo.

A cátedra de ensino, a oficina de traduções e a imprensa, considerados pela autora como ambientes propícios à formação do intelectual, deveriam ser vedados ao ingresso dos escritores das “horas vagas”, os quais não tinham nenhum tipo de comprometimento com a

cultura, produzindo suas obras por mera ação diletante. Assim, resolver-se-ia a questão da falta de recursos dos escritores, por exemplo, que eram obrigados, por suas próprias necessidades de sobrevivência, a atuar em serviços alheios a sua verdadeira vocação.

Às questões levantadas por Nicolussi somavam-se outras de ordem estritamente legal. As demais teses, em sua grande parte, faziam apontamentos no sentido de se estabelecer uma legislação mais condizente com as necessidades econômicas e profissionais dos escritores, em vista das dificuldades que os mesmos enfrentavam naquele momento. Por serem de interesse comum a todos os delegados presentes ao congresso, entre eles alguns editores, alguns dos pontos abordados pelos textos suscitaram longos debates. Neste sentido, a apreciação do trabalho de Paulo Mendes de Almeida, “Considerações sobre os direitos autorais”⁴⁷⁰, foi talvez um dos casos mais emblemáticos.

Em linhas gerais, a tese apresentava uma retrospectiva das mudanças ocorridas na legislação brasileira no que tangia às questões de propriedade intelectual e artística, desde o período imperial, até os dispositivos constitucionais do Estado Novo. O autor considerava que a primeira manifestação de prestígio à autoria literária e científica, consubstanciada em lei expressa, tinha se dado em agosto de 1827, quando da criação dos cursos de ciências jurídicas e sociais em Olinda e São Paulo, em que os professores faziam a escolha dos compêndios das suas cadeiras, tendo direito exclusivo sobre os mesmos por durante dez anos.

Em seguida, ele fazia uma série de referências às inovações do Código Criminal e também do Código Civil, demonstrando como a questão dos Direitos Autorais foi ganhando, gradativamente, espaço nos textos legais. Em relação ao primeiro, Paulo Mendes de Almeida dava especial atenção ao artigo 261, de 1930, no Título III da Parte Terceira, que tratava dos “Crimes contra a propriedade”, no capítulo relacionado ao “Furto”: este estabelecia o caráter exclusivo do direito de usufruto da obra por parte de seu criador, desde que brasileiro, por toda a sua vida, e aos herdeiros por mais dez anos após sua morte. Quanto ao segundo, o autor destacava a lei 3071, de janeiro de 1916, onde, pela primeira vez, a matéria teria sido codificada, por meio do Capítulo IV, do Título II (“Da Propriedade”), do Livro II (“Do direito das cousas”).

Além disso, Paulo Mendes de Almeida citava todas as referências feitas à questão da propriedade intelectual, científica e artística nas constituições brasileiras, desde aquela outorgada por D. Pedro I em 1824, passando pelas Cartas republicanas de 1891, 1934 e 1937.

⁴⁷⁰ ALMEIDA, Paulo Mendes de. “Considerações sobre os direitos autorais”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 215-221.

O autor afirmava que, ao contrário de suas antecessoras, o texto constitucional do Estado Novo havia proscrito os direitos autorais dentre os princípios institucionais do país.

Por último, o autor destacava os debates travados no campo do Direito Internacional, por meio de algumas convenções diplomáticas das quais o Brasil havia tomado parte. Entre as principais, Paulo Mendes de Almeida dava destaque às de Berna em 1886, de Paris em 1896, de Berlim em 1908, e de Roma em 1928. Além destas últimas, de caráter universal, havia outras duas, de importância limitada aos interesses interamericanos, como as do Rio de Janeiro, em 1906, e de Buenos Aires, em 1915.

Feita essa breve apreciação das principais fontes legais do tema dos Direitos Autorais, o autor passava à sua tese propriamente dita. Segundo ele, era imperativa a consolidação de uma lei única para o tema da propriedade intelectual e dos direitos do artista sobre sua obra. Esta urgência se explicaria pelas próprias mudanças no seio da sociedade, uma vez que, de acordo com o autor, haveria “um movimento incessante, de quase simbiose, entre o Direito e os fatos sociais”. Por conta disso, a evolução e o progresso teriam trazido “novas formas de comunicação do pensamento e de expressão artística”, multiplicando, inclusive, as potencialidades humanas “na sua função criadora de obras de arte ou ciência”. O florescimento das artes gráficas, impulsionadoras do mercado editorial, seria um dos exemplos destacados destas transformações que, por sua vez, demandavam uma legislação mais específica e menos fragmentada.

Para tanto, o Congresso dos Escritores assumiria um papel essencial, justamente por reunir pessoas interessadas diretamente na questão. Segundo a orientação de Paulo Mendes de Almeida, os congressistas deveriam nomear uma comissão, em que figurassem conhecedores do Direito, e que ficasse encarregada de organizar um projeto de lei que reunisse as indicações vitoriosas nas votações plenárias. Em seguida, dar-se-ia conhecimento da proposta ao Governo, especificamente ao Ministro da Justiça, para que fosse submetida a estudo e decretada.

O autor, pela sua posição de escritor e pessoa ligada à atividade jurídica, não poderia deixar de dar algumas sugestões ao projeto de lei que ele propunha. Entre elas, destacavam-se: a) “que falecido o autor de obra literária, artística ou científica, sem deixar herdeiros necessários, cônjuge não desquitado, ou sucessor por força de contrato, caia a obra imediatamente no domínio público”; b) “que em havendo tais herdeiros ou sucessores, se reduza o prazo atual de 60 anos para 30, quando a obra cairá no domínio público”; c) “que imponha, para edição das obras que caírem no domínio público, a obrigatoriedade de pagamento de uma taxa proporcional a ABDE”; d) “que se entenda como registrada a

propriedade literária de quaisquer artigos, quando publicados em jornais, revistas, etc., legalmente registradas”; e) “que independentemente desse anteprojeto e sua possível conversão em lei, desde logo o Congresso recomende aos tradutores só aceitem a tarefa de traduzir, mediante contrato escrito, em que se fixe a remuneração por tiragem da obra, sem que jamais seja feita a sessão definitiva dos direitos do tradutor sobre a tradução”.⁴⁷¹

Todas estas propostas de Paulo Mendes de Almeida foram levadas ao conhecimento dos congressistas pelo parecer de James Amado, o relator da tese. Contudo, cada uma destas sugestões foi debatida individualmente, com intervenções específicas sobre cada uma das questões levantadas pelo autor do texto. Ao todo, Paulo Mendes de Almeida fazia seis indicações, sendo que a primeira não dava conta da elaboração de qualquer tipo de dispositivo legal, mas apenas solicitava que fosse criada uma comissão para o desenvolvimento do projeto de lei, tal qual foi dito ainda há pouco.

Com relação às demais, vale destacar algumas intervenções interessantes, feitas durante os debates em torno da tese, e que tinham por intuito não apenas questionar as conclusões a que havia chegado o autor do texto, mas também complementá-las com outras ideias. Pela ordem das indicações levadas ao plenário, a primeira a ser alvo de alguns comentários foi justamente aquela que versava sobre a queda da obra no domínio público. De acordo com Carlos Lacerda, o primeiro dos congressistas a se pronunciar sobre o assunto, era fundamental que se pensasse no destino do produto gerado pelas edições destas obras, posto que a renda obtida pela comercialização das mesmas era revertida quase que inteiramente em favor das editoras. Segundo ele, o mais correto seria que uma parte desse dinheiro fosse utilizada em benefício de alguém ou de alguma coisa, como uma espécie de obra assistencial.⁴⁷²

O próprio Paulo Mendes de Almeida já vislumbrava uma destinação diferenciada destes dividendos, ao defender que houvesse um pagamento à A.B.D.E. pela edição das obras em domínio público. Obviamente, essa taxação não teria nenhum tipo de caráter assistencialista, com vistas a uma espécie de melhoramento social, salvo pelo fato de que estaria dando maior suporte financeiro a uma associação que tratava diretamente dos interesses dos escritores. Martins de Almeida, seguindo a mesma linha de pensamento do colega, imaginava que pudesse ser criada uma Caixa de Assistência, onde seriam depositados

⁴⁷¹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 107-108.

⁴⁷² Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 106.

estes pagamentos. No entanto, por considerar que ambas as propostas versavam sobre o mesmo assunto, o congressista deu preferência à sugestão da tese em discussão.⁴⁷³

Uma terceira intervenção seria feita em relação à queda de obras literárias no domínio público, particularmente pelo modo como elas eram utilizadas pelas editoras. Segundo Wilson Martins, muitos dos livros não tinham seus textos publicados na íntegra, uma vez que estavam sujeitos aos abusos de “editores inescrupulosos”, responsáveis por alterações de todo o tipo. Como solução para este problema, Martins sugeria, em forma de aditivo, que fosse instituída uma penalidade aos culpados por essa prática.⁴⁷⁴

O item seguinte, porém, proporcionou um interessante debate em torno dos direitos autorais dos tradutores de obras estrangeiras. A recomendação de que os mesmos só aceitassem a tarefa de traduzir mediante contrato escrito, com remuneração fixa por tiragem da obra, causou indignação em alguns dos congressistas. Segundo Nelson Palma Travassos, “no jogo entre o escritor e o editor”, este último era forte demais para sujeitar-se à vontade daquele. Neste sentido, a sugestão apresentada pela tese de Paulo Mendes de Almeida revelar-se-ia inócua.⁴⁷⁵

O pessimismo demonstrado por Travassos em suas declarações demonstrava, claramente, o caráter delicado da questão em debate. O predomínio dos editores sobre os interesses dos escritores e tradutores constituía um problema da maior magnitude. Uma proposta paralela, de autoria do delegado gaúcho ao congresso, Raul Riff, dava mostras dessa preocupação. Para ele, era necessário que se aplicasse ao trabalho do tradutor a legislação dos direitos autorais, “com o pagamento imediato ao tradutor dos direitos autorais de tradução da primeira edição da obra traduzida, mediante a apresentação do trabalho completo”. Em caso de não aproveitamento do livro ou da edição não ser integralmente vendida, o tradutor ficaria desobrigado de ressarcir a editora.⁴⁷⁶

O escritor mineiro Ayres da Matta Machado Filho expressava sua preocupação quanto à forma como eram pagos os direitos autorais, afirmando que os editores faziam uma tiragem das obras muito maior do que a prevista, proporcionando prejuízos a escritores e tradutores, alheios a quantidade real do que foi publicado e, portanto, sem a noção exata do que tinham a receber. Por essa mesma razão, e para evitar maiores desmandos na relação com as editoras, Paulo Mendes de Almeida reafirmava a intenção de que todos os escritores, incluindo-se os

⁴⁷³ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 108.

⁴⁷⁴ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 109.

⁴⁷⁵ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 108-109.

⁴⁷⁶ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 109-110.

tradutores, exigissem o cumprimento de um contrato por escrito, para que tudo ficasse “o preto no branco”.⁴⁷⁷

Essas mesmas preocupações expostas por Paulo Mendes de Almeida também estariam presentes na tese de Omer Mont’Alegre, intitulada “Direitos Autorais”⁴⁷⁸. Tratava-se, como fica demonstrado em suas poucas páginas, de algumas sugestões ao melhoramento das condições profissionais do escritor. O autor partia do princípio de que escrever, “fazendo ficção, divulgação ou técnica”, assumia entre os homens de letras as reais características de uma profissão. Neste sentido, teria sido quebrada aquela imagem de um indivíduo diletante, a partir da compreensão da importância econômica e social do homem que escrevia para ser lido. Como contribuição ao debate referente aos direitos legais dos escritores, Mont’Alegre fazia algumas sugestões ao congresso, abordando temas como a relação entre os autores de livros e seus consumidores, a inalienabilidade da propriedade literária, a extinção do domínio público, e a questão dos tradutores.

De acordo com o texto, o desenvolvimento do público leitor não acompanhava a evolução da literatura brasileira, diagnosticada na qualidade e na quantidade de suas produções. Essa discrepância, contudo, deveria ser solucionada por uma ação do próprio escritor, por meio de um estudo que permitisse aos autores produzirem obras adequadas a diferentes tipos de consumidor. Nas palavras de Omer Mont’Alegre:

ao editor, que no caso é o industrial e com muito mais razão o produtor, cumpre selecionar, dividir o público pelas suas tendências de cultura e recursos econômicos, e atender a cada um dos grupos com os produtos ao seu alcance. O produtor impõe a mercadoria e esta se impõe pela sua qualidade. O conceito de qualidade, porém, está sujeito ao consumidor.

A conquista do público era fundamental para o escritor, uma vez que sua economia dependia diretamente da divulgação e da venda de suas obras. Assim, não se poderia pensar nas questões de ordem legal da profissão, sem que antes o homem de letras tivesse garantido o consumo daquilo que produzia. Uma vez solucionada essa questão, restava-lhe garantir os direitos sobre suas criações.

No campo legal, propriamente dito, o autor fazia algumas ponderações. Em primeiro lugar, ele considerava que a propriedade literária deveria ser inalienável. Assim, em hipótese alguma o escritor deveria ceder todos os direitos de uma determinada obra a um editor ou qualquer outra entidade. Citando um projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados da

⁴⁷⁷ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 110.

⁴⁷⁸ MONT’ALEGRE, Omer. “Direitos Autorais”. In: Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 269-275.

França, no primeiro semestre de 1939, Mont’Alegre afirmava que “a obra é o próprio autor que a concebeu, suas ideias, seus sentimentos” e que, portanto, ela está “ligada ao autor de tal maneira que não é possível dissociar-se uma coisa da outra”.

A venda integral destes direitos poderia privar o autor e sua família de rendas futuras que a obra pudesse gerar. Mont’Alegre fazia tal afirmação, baseando-se em exemplos históricos, tais como os de Flaubert e Stendhal, que teriam vendido os direitos absolutos e exclusivos de livros como “Madame Bovary” e “O Vermelho e o Negro”, por muito menos do que eles valeriam anos mais tarde. Com vistas a evitar que essa prática se perpetuasse, privando escritores e familiares dos lucros obtidos com o comércio das obras, o autor da tese fazia algumas sugestões aos congressistas, entre as quais: que se defendesse a paternidade e o ineditismo da obra; que a obra não pudesse, em hipótese alguma, ser penhorada; e que, em caso de morte do escritor, os direitos da obra fossem transmitidos “a executores individuais ou coletivos, designados especialmente”, “aos herdeiros legítimos ou testamentários”, “ao Estado, que o exercitará pelo órgão do Ministério Público”, “às instituições literárias ou artísticas”, ou “a qualquer que vele pela intangibilidade da obra e pela reputação do autor”.

Acerca deste último aspecto, Mont’Alegre levantava uma segunda questão problemática, a saber, a queda da obra no domínio público. No seu entender, essa prática deveria ser extinta, tal qual era executada até então. Apelando novamente às propostas de reforma apresentadas aos deputados franceses em 1939, o autor lembrava o fato de que o maior rendimento da obra literária vinha após a morte do escritor. Dessa forma, o melhor modelo a ser adotado seria o de um “domínio público pagante”, ou seja, passados os 60 anos em que a obra ficaria nas mãos dos herdeiros do autor, “a propriedade literária reverteria ao patrimônio nacional que cobraria pelos respectivos direitos uma taxa de ‘fundo de cultura’”.

O assunto poderia ficar em mãos do Instituto Nacional do Livro, que delegaria poderes à Associação Brasileira de Escritores para administrar. A taxa de cessão deveria ser fixada em 50 % da cobrada para os livros sob o controle dos autores ou seus sucessores, o que viria representar 5% sobre o preço da capa; as cessões poderiam ser feitas simultaneamente a diversos editores que, por seu turno, se obrigariam a fazer 80% das tiragens em edições populares da obra integral.

A A.B.D.E. teria direito a uma porcentagem do dinheiro recolhido com a edição e venda das obras, sendo que o restante do dinheiro deveria ser investido na fundação de bibliotecas e escolas, obedecendo aos princípios de democratização da cultura. O autor da tese lembrava, ainda, que a exploração destas obras nada custava aos editores que, muitas vezes, utilizavam-se do mesmo expediente com relação aos textos estrangeiros, aproveitando-se de

traduções realizadas por outras pessoas, sem atentarem que os direitos do tradutor eram os mesmos dos escritores.

Na opinião de Omer Mont'Alegre, eram raros os tradutores que tinham a noção exata dos seus direitos. Ao ceder o resultado do seu trabalho ao editor, o responsável pela tradução não tinha nenhum tipo de participação nos lucros obtidos pelo comércio da obra, o que se tornava mais grave na medida em que muitas delas alcançavam amplo sucesso de público, com a venda de milhares de exemplares. Como forma de solucionar estas dificuldades pelas quais passavam os profissionais da tradução, Mont'Alegre defendia que, tal qual o escritor, o tradutor poderia e deveria reservar os direitos sobre suas traduções, incorporando-as ao seu patrimônio e fazendo cessões limitadas.

A leitura desta tese, tanto quanto a de Paulo Mendes de Almeida, revela a preocupação de seus autores com as possíveis perdas financeiras dos escritores na sua relação “desequilibrada” com os editores e os veículos de imprensa para os quais trabalhavam. Fossem apenas criadores, ou até mesmo tradutores, os profissionais da pena estavam, ao menos naquele momento, à mercê dos interesses de grandes empresários que, por sua vez, obtinham grandes lucros a partir da venda de suas obras – o que, evidentemente, não significava ganhos significativos para aqueles que as escreviam. Além disso, a questão do Domínio Público era posta em xeque, de modo que ambos julgavam fundamental que as editoras pagassem pela reprodução das produções que se encontrassem nessa situação.

Conforme se pôde observar, a destinação dos dividendos obtidos pelo uso dos direitos dessas obras variava de autor para autor. No entanto, os dois consideravam que a A.B.D.E. fosse depositária de parte desse dinheiro. Para Aristides Lobo, em indicação feita à Mesa de trabalhos do congresso sob o título de “O conteúdo mistificador do conceito de domínio público”, a entidade deveria, inclusive, ser a única beneficiária do pagamento feito pelos editores para a publicação de tais obras. Por se tratar de um texto breve, convém a sua leitura na íntegra:

É natural que toda classe dominante apresente os seus próprios interesses como sendo os da totalidade do povo. Não basta a força das armas para manter a posse dos meios de produção e de troca. A conquista das consciências, através da concepção de um “direito” e de uma “justiça” que existiriam acima das classes, é talvez o fator mais importante para que os explorados não se rebelem contra os exploradores. Vemos, em nossa época, de que maneira a chamada “opinião pública” representa, na realidade a opinião da burguesia, com todas as contradições imanentes ao modo de produção capitalista. A partir de meados do século passado, uma vasta literatura científica tem sido publicada sobre o assunto, e não é este o lugar para uma recapitulação teórica. Mas, é fácil compreender, pelo simples exame dos exemplos já fornecidos pela experiência, como certas expressões de uso corrente refletem às maravilhas, na dinâmica social, os interesses da classe detentora do poder. Encontra-se

nesse caso o conceito de “domínio público”, não menos mistificador que o de “opinião pública”. Introduziu-se na sociedade, sobretudo na “alta” sociedade, o hábito de dizer-se que determinada produção literária ou artística *entrará em domínio público* no instante em que, esgotado um certo prazo legalmente estabelecido, puder ser reproduzida e vendida livremente, por qualquer particular, sem pagamento de direitos autorais que antes lhe correspondiam. Ora, isso significa, nada mais e nada menos, que apenas um reduzido grupo de cidadãos, isto é, os editores, terão a faculdade de reproduzir e vender: o “domínio público” se converte, na realidade, em *domínio dos editores*. A propriedade privada da obra não faz senão mudar de mãos, com prejuízo da família do autor. A igualdade perante a lei é completamente inútil sem uma outra igualdade de fato que é a igualdade econômica. Como esta não existe, aquela só é efetivada para um pequeno grupo. Por que não aplicar o direito de herança à propriedade literária e artística, se tal direito tem aplicação em qualquer outra espécie de propriedade? O ideal seria, naturalmente, que todo escritor tivesse a sua subsistência assegurada por uma atividade que não fosse propriamente a literária, a fim de que esta não corresse o risco de se mercantilizar, de se tornar objeto de venda e, conseqüentemente, de estimular uma espécie de prostituição espiritual. Trata-se, porém, de um ideal ainda muito longínquo. Por enquanto, devem os escritores tomar conhecimento da realidade ambiente e defender os interesses de acordo com as leis do mercado. Em lugar de se pleitear este ou aquele prazo para que a obra caia em domínio público, o que se deve fazer, no interesse geral dos escritores, é exigir que tal jamais aconteça sob o regime da propriedade privada. A família do escritor tem tanto direito de ver assegurados os seus interesses quanto as demais famílias de grandes ou pequenos proprietários de fábricas ou de terras. Se o escritor não deixa descendentes, parece justo que seja uma associação de escritores a sua herdeira. Eis porque se me afigura razoável pedir que o I Congresso Brasileiro de Escritores não se converta por uma compreensão inadequada de problema em órgão dos editores, isto é, exatamente dos que já possuem o privilégio de acumular a mais-valia resultante da exploração do trabalho literário e artístico. Enquanto vivemos sob o império do modo de produção capitalista, devemos reclamar a perpetuidade dos direitos autorais e a sua transferência, exclusivamente, aos herdeiros do autor, os quais serão os seus descendentes diretos ou, na falta destes, os escritores organizados em associação. Afora essa alternativa, só é admissível que o editor seja proprietário definitivo da obra literária quando esta lhe tenha sido transferida mediante venda regularmente feita pelo autor. Não esqueçamos que somos ainda escravos da oferta e da procura. Somos forçados a agir em conformidade com essa lei todo poderosa. Saibamos aplicá-la em nosso próprio benefício. Torna-se, pois, a A.B.D.E., como entidade que representa interesses comuns, o único órgão editor de todas as obras que já caíram em domínio público. É o mínimo que se pode pleitear desde logo. Eis aí mais um caso em que se patenteia a justiça da opinião de Sérgio Milliet sobre as finalidades do Congresso: resolver questões de ética em primeiro lugar... de ética ainda em segundo, terceiro, quarto e último lugares.⁴⁷⁹

A centralidade da A.B.D.E. na defesa dos direitos autorais dos escritores, tanto quanto como principal, senão única, depositária dos ganhos obtidos com a publicação das obras caídas em domínio público, criaria sérios dilemas com os editores, agravando, inclusive, o movimento de divisão da entidade. No entanto, isso ainda não passava de uma ideia entre tantas outras expostas aos congressistas. O intuito do conclave de janeiro de 1945 era, de fato, apontar caminhos para a produção de um projeto de lei que pudesse ser apresentado à Câmara Federal. E, ainda que houvesse uma comissão específica com a incumbência de recolher todas as contribuições para que tal projeto fosse formulado, houve quem se aventurasse

⁴⁷⁹ Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945, pp. 116-117.

solitariamente nessa tarefa. Foi o caso de Guimarães Menegale, que enviou um texto ao congresso, intitulado “Projeto de Lei”⁴⁸⁰.

Conforme fica evidenciado pelo próprio título, tratava-se de um esboço do que poderia vir a ser uma lei dos direitos autorais, uma vez que, na visão do autor, a legislação em vigor até aquele momento estaria recheada de “improvisações”, além de ser “incompleta” e, em certos aspectos, “inoperante”. Para tanto, dizia ele, era necessário que se organizasse em corpo de dispositivos legais, onde não faltassem as características de “inteireza, harmonia e exequibilidade”. Entre os temas abordados pelo autor e que davam organização aos artigos e parágrafos, destacavam-se os seguintes: “Do Direito do Autor”; “Conteúdo do Direito do Autor”; “O Direito Póstumo do Autor”; “Domínio Público Retribuído”; “Exploração do Direito Pecuniário”; “Fiscalização dos Direitos do Autor”; “Tutela dos Direitos do Autor”; e “Sociedade dos Autores”.

Algumas das sugestões feitas por Menegale em seu projeto de lei já haviam sido debatidas pelos congressistas anteriormente, quando da exposição de outras teses e, portanto, estavam prejudicadas de antemão. Contudo, como é possível supor a partir dos títulos que dividiam o texto, algumas indicações tocavam em questões problemáticas, particularmente no que dizia respeito à relação entre escritores e editores, a queda da obra em domínio público, a possibilidade do poder público desapropriar uma obra literária, além da atuação das associações classistas na defesa dos interesses dos seus membros.

Guimarães Menegale considerava, assim como em outras teses, que os direitos do autor sobre suas obras eram inalienáveis, não havendo possibilidade de penhora desses direitos, bem como da livre edição de livros sem o devido conhecimento do escritor. Seguindo algumas prerrogativas já previstas pela legislação existente, Menegale preservou o tempo de 60 anos, como sendo o prazo adequado para o gozo dos direitos autorais pelos familiares e herdeiros, após a morte do autor (Art. 16º). Contudo, uma das modificações propostas previa que, se no espaço de dez anos, o autor ou seus os sucessores não dessem nova edição à obra, esta poderia ser lançada no domínio comum por ação dos órgãos competentes (Art. 17º). A partir daí, uma parte da renda gerada pela venda destas obras deveria ser revertida ao próprio escritor ou aos seus herdeiros, por um prazo de 60 anos, assim como às sociedades dos autores que, por sua vez, destinaria essa verba, por força do Governo Federal, aos “fundos de animação e proteção das artes, letras e ciências” (Art. 18º ao 20º).

⁴⁸⁰ MENEGALE, Guimarães. “Projeto de Lei”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945*, pp. 245-258.

Em seu parecer, o relator Clóvis Ramallete deu especial destaque para os aspectos inovadores do texto de Guimarães Menegale. Acerca das novas regras de queda da obra em domínio público, o relator considerou que o Estado, por meio do Poder Executivo, só poderia desapropriar livros de sua conveniência política ou os inócuos. Além disso, a edição compulsória de uma obra que estivesse abandonada há mais de 10 anos somente seria feita mediante decisão da A.B.D.E., em assembleia extraordinária, na qual seria julgado o interesse público excepcional. A partir daí, o caso seria levado à justiça, que se encarregaria da decisão de reeditar, ou não, a referida obra.⁴⁸¹

Uma segunda proposta de Menegale que foi alvo das observações de Clóvis Ramallete, dizia respeito às obrigações do editor em relação ao escritor. De acordo com o autor do projeto de lei, se o contrato de edição da obra não apresentasse um prazo definido para a publicação e exposição à venda, a editora estaria obrigada a fazê-la em no máximo 120 dias, sob pena de rescisão contratual. O relator, contudo, considerava que todo artista ou intelectual que se sentisse lesado em seus direitos poderia rescindir o contrato por notificação.⁴⁸²

O último ponto destacado por Ramallete estava ligado à questão do título da obra literária. Segundo ele, não se poderia impedir que os escritores utilizassem em seus livros nomes já empregados em outras obras, tal como estava previsto no projeto de Menegale. Na opinião do relator, os próprios autores não gostavam de ver suas obras confundidas com os trabalhos de outras pessoas, o que tornava a proposta da tese irrelevante.⁴⁸³

Alguns dos congressistas se manifestaram acerca das ideias apresentadas na tese e dos substitutivos propostos pelo relator. Wilson Martins considerou inadmissível que se estipulasse um prazo para que o autor editasse sua obra, uma vez que o escritor tinha ampla liberdade para determinar o que poderia e o que não poderia ser publicado. Paulo Mendes de Almeida, por sua vez, afirmava que não se poderia confundir “edição compulsória de uma obra” com “desapropriação”. Esta última, segundo ele, só poderia ser feita na medida em que estivesse evidenciada, pelos meios legais, a utilidade pública da obra. Porém, era inadmissível que se concordasse com a publicação de um livro, contra a vontade do seu autor. Por essa razão, Almeida fazia indicação contrária às propostas do projeto de lei, bem como às mudanças sugeridas pelo parecer.⁴⁸⁴

⁴⁸¹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 125.

⁴⁸² Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 126.

⁴⁸³ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 125.

⁴⁸⁴ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 126-127.

Essas intervenções, tanto quanto os conteúdos das teses levadas ao plenário do congresso, foram fundamentais para que a A.B.D.E. tivesse a exata medida de quais eram as preocupações dos escritores brasileiros no que se referia aos seus direitos. Mais do que isso, deixava claro que a busca pela definição de uma espécie de estatuto do “ser escritor” passava também pela confecção de uma legislação que atendesse as demandas dessa profissão. Se no âmbito “moral” e “ético”, determinava-se o homem e a mulher de letras – ao menos naquele momento – deveriam se comprometer com a luta pela democracia, contra o nazifascismo, e em favor de valores como liberdade; no âmbito profissional, eles deveriam bater-se por uma justa remuneração de seus trabalhos, não apenas pela valorização de seu ofício, mas, fundamentalmente, para que tivessem condições de viver exclusivamente dele. Somente por esta via, é que eles poderiam cumprir com sua “função social” livremente, sem a interferência do Estado ou as pressões do mercado.

Nos quase dois anos que se seguiram à realização do primeiro congresso da A.B.D.E., os jornais de São Paulo e Rio de Janeiro trouxeram poucas informações acerca do esperado projeto de lei dos direitos autorais. Provavelmente, em razão do conturbado processo de redemocratização do país, do acirramento das disputas partidárias, do início da Guerra Fria, e da consequente perseguição aos comunistas – que tantos reflexos negativos tiveram para a associação – o debate em torno de uma legislação de defesa dos escritores acabou ficando, momentaneamente, em suspenso. As dificuldades internas, no entanto, não parecem ter sido suficientes para frear os trabalhos dos juristas chamados pela entidade para a produção do projeto e, em dezembro de 1946, a proposta foi finalmente apresentada à Câmara Federal.

6.3.2. As discussões em torno do projeto de lei de 1946

Conforme já dito em capítulo anterior, o projeto de lei foi levado ao Congresso Nacional pelo deputado Euclides Figueiredo, em 3 de dezembro. Nas palavras do presidente da A.B.D.E., Guilherme Figueiredo, aquele era o resultado de uma série de sugestões colhidas desde 1943, incluindo-se as conclusões do conclave de janeiro de 1945, bem como daqueles realizados em 1946, pela iniciativa das seções paulista e cearense⁴⁸⁵. Essa influência revela-se

⁴⁸⁵ “A nova legislação sobre direitos autorais”. In: *Diário de Notícias*. Segunda Seção, 15 de dezembro de 1946, pp. 1-2.

na própria leitura do texto apresentado pela Associação Brasileira de Escritores aos deputados – publicado integralmente pelo *Diário de Notícias*⁴⁸⁶.

Ao longo dos seus seis capítulos, o projeto vedava toda e qualquer possibilidade de alienação da obra, a partir de ponderações acerca do conceito de “propriedade” que, no caso dos escritores, tratar-se-ia de algo *sui generis*. Para tanto, o termo mais adequado seria “direito à obra” que, naquele caso, não poderia ser comprado, vendido, doado ou mesmo penhorado – algo aplicável, inclusive, aos tradutores (Art. 2º e 3º). Em caso de morte do autor, esse direito passaria para os seus familiares pelo prazo de cinquenta anos (seguindo as diretrizes da Convenção de Berna), com a posterior queda da obra em Domínio Público (Art. 12º). Na ocasião de não haver herdeiros diretos, a beneficiária seria a A.B.D.E. (Art. 12º, § 1º).

Esse era um dos indícios da forma como o projeto procurava confirmar a centralidade e, em alguns casos, a exclusividade da associação no trato com as questões relacionadas aos homens e mulheres de letras. Segundo o projeto, o direito do autor e do tradutor à obra só seria confirmado mediante o registro da mesma na entidade (Art. 3º, I, §1 e §2). Esta, por sua vez, seria a responsável pela fiscalização dos contratos firmados entre os escritores e as empresas editoras, tanto quanto da publicação das produções caídas em Domínio Público (Art. 25º).

Tais atribuições seriam possíveis graças ao reconhecimento da A.B.D.E. como uma sociedade de classe de “utilidade pública”, o que lhe conferiria não apenas a autoridade legal sobre “a coletividade dos escritores”, mas também a “função tutelar do direito moral do escritor falecido” (Art. 32º). No mais, o projeto também previa a instituição de um “Fundo Social dos Escritores”, constituído pela recolhimento da taxa cobrada pela entidade sobre a edição de obras em Domínio Público (Art. 36º).

Essas disposições seriam duramente criticadas pelos proprietários de empresas editoras. Nas palavras de Valdemar Cavalcanti, em nota publicada n’*O Observador Econômico e Financeiro*⁴⁸⁷, “a ideia de renovação do estatuto dos direitos autorais pôs em estado de alarme os editores, à vista de certos princípios e normas incluídos no respectivo projeto, considerados de todo prejudiciais à produção bibliográfica nacional”. Segundo ele:

⁴⁸⁶ O texto do projeto de lei foi publicado em duas partes pelo jornal (ver “Direito Autoral”. In: *Diário de Notícias*. 24 de novembro de 1946, p. 2; e “Direito Autoral”. In: *Diário de Notícias*. 1º de dezembro de 1946, p. 2 e 7).

⁴⁸⁷ CAVALCANTI, Valdemar. “Em defesa do livro”. In: *O Observador Econômico e Financeiro*. n. 137. Junho de 1947, pp. 15-17.

O pior efeito imediatamente alcançado pelo plano organizado pela A.B.D.E., com a intenção louvável de assegurar melhores condições econômicas aos trabalhadores intelectuais, foi o de dissociar interesses de duas classes antes aglutinadas por um pensamento de ação uniforme em prol do livro; foi o de colocar em campos diferentes, senão opostos, os escritores e os editores, quase na condição de adversários irreconciliáveis, na condição, mais ou menos, de patrões e empregados.

Cavalcanti afirmava que as mudanças propostas, longe de representar um benefício, poderia se converter em um desastre para a indústria editorial e, por conseguinte, aos próprios escritores. Para tanto, o autor argumentava que os editores enfrentavam uma grave crise decorrente da ação de “forças subterrâneas” contrárias ao “interesse da cultura nacional”. Entre os principais problemas impostos à indústria do livro, estariam o “encarecimento da mão de obra e da matéria prima, falta de transportes, de operários especializados e de maquinário moderno, aumento de impostos e dificuldade de crédito”.

Por essa razão, os editores estariam “lutando pela sobrevivência”, voltando-se “em pânico” para os legisladores em busca de socorro. De acordo com Cavalcanti, sugeria-se a criação de uma lei que isentasse o comércio e a indústria do livro de todos os impostos e taxas, o que, na visão do autor, poderia dar “esperança de salvação” àqueles que empregavam “energia e capitais em iniciativas de natureza eminentemente cultural”. Neste sentido, prosseguia:

Essa dose maciça de penicilina que a indústria do livro brasileiro agora reclama em desespero, não há como negá-la. Os males que afligem o sistema de produção, circulação e consumo do nosso livro são de molde a exigir soluções heroicas, sob pena de colocar-se em perigo a própria causa da cultura. Reclamam-se favores de ordem material que podem ser pagos amanhã com juros altos, na medida dos benefícios de natureza intelectual que a nação inteira irá auferir.

Sem entrar no mérito da validade ou não dos argumentos de Valdemar Cavalcanti em relação a uma possível crise do mercado editorial brasileiro, em 1947; o fato é que os editores demonstraram uma forte contrariedade no que se referia ao projeto de lei dos direitos autorais levado ao Congresso Nacional pela A.B.D.E.. A possível diminuição dos lucros com a venda de livros, em grande parte por conta de uma legislação que, em tese, privilegiaria os interesses dos escritores, fez com que os proprietários das editoras iniciassem uma campanha contra a proposta da associação.

O próprio autor do projeto, Clóvis Ramalhete, viria a público dias depois do artigo de Cavalcanti, no sentido de proteger seu texto dos ataques dos quais ele era alvo⁴⁸⁸. Vale

⁴⁸⁸ RAMALHETE, Clóvis. “Em defesa do projeto de lei de direito autorai”. In: *Diário de Notícias*. Segunda Seção, 22 de junho de 1947, p. 2.

lembrar, conforme já observado em capítulo anterior, que houveram sérias disputas entre a A.B.D.E. e o *Jornal do Comercio*, em agosto de 1947, por conta da publicação de um texto “Ineditorial” pelo referido diário, cujo autor anônimo afirmava que a proposta de lei da entidade dos escritores não passava de uma manobra comunista. A resposta dada pela agremiação, além de negar tal alegação, considerava que aquilo nada mais era do que uma forma de desqualificar a sua ação junto ao Congresso Nacional. Osório Borba, inclusive, nas páginas do *Diário de Notícias*, chamaria tal atitude de “mistificação”, considerando que a mesma não poderia ter partido de outro segmento senão aquele formado pelos editores.

Os conflitos ganhavam corpo na medida em que se aproximava a data de realização do Segundo Congresso Brasileiro de Escritores, marcado para o mês de outubro. Logo, as discordâncias se transferiram para dentro da A.B.D.E., principalmente em razão de um projeto substitutivo apresentado pelo deputado federal e também sócio da associação, Jorge Amado⁴⁸⁹. O fato de o autor baiano ser do PCB apenas agravava a situação, uma vez que as divisões político-partidárias no interior da entidade já eram mais evidentes, encaminhando-se para o que, futuramente, seria o rompimento entre as partes. Ao mesmo tempo, porém, desmobilizava, por razões óbvias, os argumentos de que a proposta original da A.B.D.E. era comunista.

De acordo com Guilherme Figueiredo⁴⁹⁰, Jorge Amado estaria fazendo o jogo dos editores, relativizando alguns dos dispositivos presentes no projeto, no sentido de manter aberto o caminho da exploração do escritor pelo editor. Para tanto, dizia o então presidente da A.B.D.E., eram feitas ressalvas sobre alguns pontos estratégicos do texto, a saber: a inalienabilidade da obra, da tradução e da adaptação; o mandato da entidade sobre os direitos de seu sócio pelo simples ato de filiação; a obrigatoriedade do registro da obra e de seus contratos de edição; os poderes de fiscalização da associação; a segurança do direito moral do escritor falecido posta a cargo da A.B.D.E.; a exclusividade da agremiação como organismo de representação dos profissionais da pena; e o pagamento pelo uso de obras caídas no Domínio Público, em favor do Fundo Social dos Escritores.

Sua crítica ao substitutivo proposto pelo deputado baiano estava no fato de que ele considerava que o autor de uma obra poderia fazer o que bem entendesse com os seus direitos sobre elas, inclusive vendê-los, como qualquer outra “propriedade”. Além disso, o novo texto

⁴⁸⁹ É importante frisar que Jorge Amado foi um dos signatários do projeto de lei original, apresentado à Câmara Federal em dezembro de 1946 (ver “Projeto de lei sobre direito autoral dos escritores”. In: *Diário de Notícias*. Primeira Seção, 1º de dezembro de 1946, p. 4).

⁴⁹⁰ FIGUEIREDO, Guilherme. “O deputado Jorge Amado e o Direito Autoral”. In: *Diário de Notícias*. Segunda Seção, 12 de outubro de 1947, p. 2.

diminuía a importância da A.B.D.E., afirmando que seu mandato sobre os escritores somente se confirmaria com a anuência dos mesmos, o que, por sua vez, também se aplicava ao registro da obra na entidade. Para Jorge Amado, outras agremiações poderiam gerir os negócios e os interesses dos homens e mulheres de letras, negando à A.B.D.E., portanto, a condição de única representante da classe.

Infelizmente, não foi possível elucidar a conclusão desse debate. O agravamento das tensões partidárias no país, também presentes no interior da associação, acabaram interferindo diretamente nas discussões sobre os direitos autorais, tornando as ações da entidade inócuas, o que, por sua vez, parece ter enfraquecido o movimento da mesma junto ao Congresso Nacional. Como foi observado anteriormente, o próprio presidente da A.B.D.E. acabou renunciando ao seu cargo, em dezembro de 1947, não somente pelo fato de ter seu projeto de lei contestado, mas também por conta de que os comunistas estariam tentando transformar a agremiação em um órgão eminentemente político, sem fins profissionais.

Passados dois anos, as notícias referentes à entidade já não faziam referência à sua luta pelos direitos autorais. Os conflitos entre os grupos que a dividiam chegariam ao seu ápice em abril de 1949, resultando na retirada de centenas de sócios e a permanência de outros tantos, em grande parte ligados ao comunismo. A ideia de uma associação que estabelecesse a bases da profissionalização do escritor, moral e legalmente, se desfez. Entregue ao PCB, a A.B.D.E. se tornou uma mera plataforma das ações do partido, mobilizando seus membros em campanhas a favor da Paz e contra o imperialismo norte-americano.

7. A DESCIDA DA “TORRE”: O CONTROLE COMUNISTA DA A.B.D.E. E O NOVO SENTIDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESCRITORES

Os tormentosos acontecimentos que marcaram a história da A.B.D.E., após 1945, provocaram, conforme já visto anteriormente, a desmobilização do esforço unitário que esteve na base da fundação da entidade, tanto quanto de seu ato maior, o primeiro congresso nacional dos homens e mulheres de letras do país. Em razão da cisão entre comunistas e não comunistas, em abril de 1949 – e que resultou na “vitória” dos partidários do comunismo – a associação acabou entregue aos interesses do PCB e, por consequência, tornou-se fiel depositária de suas diretrizes no âmbito cultural, baseadas no chamado “realismo socialista”. Neste sentido, o presente capítulo buscará apontar os resultados dessa mudança na definição do “ser intelectual” e, por conseguinte, do “ser escritor”, dentro da associação. Além disso, também se procurará demonstrar a forma como se construiu a imagem do “traidor nacional”, personificado, em grande parte, naqueles indivíduos que abandonaram a A.B.D.E..

Entretanto, convém salientar que os pouco mais de dois anos transcorridos entre o fim do Primeiro Congresso de Escritores e a realização do segundo conclave foram marcados por uma relativa esterilidade dos debates acerca da tão proclamada “função social” dos intelectuais. Contrariamente ao que se observou durante o Estado Novo, a ideia de uma intelectualidade participativa, integrada com as questões do povo e a ele se dirigindo como uma espécie de “guia espiritual” no caminho democrático, foi perdendo força e espaço. Por conta disso, o elemento aglutinador dos diferentes grupos que compunham o quadro da “inteligência” do país já não era capaz de cumprir suficientemente o seu papel. Desmobilizado em um ambiente pós-ditadura, o discurso unitário assumia outros tipos de apelo e, no caso dos homens e mulheres de letras, ficou quase que restrito à discussão acerca da melhoria das suas condições profissionais.

A A.B.D.E., construída essencialmente por escritores dedicados à crítica ao avanço nazifascista e às ações autoritárias do governo estadonovista, foi impactada diretamente pelo arrefecimento do debate em torno do “ser intelectual”. Seu teor marcadamente político, presente até janeiro de 1945, já não encontrava justificativa em um Brasil que, já em fevereiro daquele ano, apontava para a democracia, com a rearticulação partidária e uma nova Constituição. Vale lembrar, nesse sentido, o esforço de alguns nomes, como os de Carlos Drummond de Andrade, para que fosse criado um novo órgão – a U.T.I. – que absorvesse a marca política da entidade dos escritores, reservando a esta última um único objetivo: zelar pelos interesses legais e econômicos da classe daqueles que se dedicavam à escrita.

No entanto, se para alguns dos grupos envolvidos naquele cenário de “união nacional” contra o estadonovismo, esse movimento de abandono do foco político da associação era um dado positivo e até desejável; para um deles, o comunista, essa mudança não se justificava. Essa contradição nos olhares a respeito da A.B.D.E. logo ganharia contornos mais dramáticos, na medida em que a tensão da Guerra Fria chegava ao país. O governo Dutra, aproximando-se cada vez mais dos Estados Unidos, rapidamente assumiu uma posição no conflito entre norte-americanos e soviéticos. Em razão desse alinhamento, conforme observado no capítulo 2, o PCB e seus partidários – muitos dos quais representantes legislativos eleitos após 1946 – passaram a ser perseguidos. O partido logo perderia seu registro, em maio de 1947, e os mandatos dos parlamentares filiados a ele seriam cassados no ano seguinte.

Em meio a essa convulsão política, as entidades de classe e associações culturais ganharam uma relevância ainda maior para os comunistas, uma vez que, desprovidos de seu espaço de atuação e de seus direitos de participação política, eles passaram a visualizar nesses espaços, possíveis plataformas a partir das quais poderiam manter suas atividades. A agremiação dos escritores, evidentemente, tornou-se um dos focos dessa ação.

Contudo, as indisposições entre os membros da entidade se tornaram insustentáveis. De um lado, os comunistas defendiam o princípio de que o escritor era, em essência, um ser político, de modo que sua agremiação não poderia escapar à função social daqueles que ela representava. Esperava-se manter o sentido democrático da A.B.D.E., criticando-se o que eles chamavam de “atentados” a liberdade de opinião e de expressão – uma demanda primordial para os fundadores da associação. Apelando às velhas realizações da entidade, os comunistas procuravam fazer crer que, ao abrir mão do debate político, os escritores estariam abrindo mão da sua própria condição de intelectuais.

No outro extremo dessa discussão estavam justamente os não comunistas, divididos entre liberais, católicos e membros de uma esquerda não alinhada ao PCB, que demonstravam desinteresse na manutenção do velho radicalismo característico da associação durante os primeiros tempos. Fosse por simpatia com o capitalismo norte-americano, por um anticomunismo visceral, ou mesmo por reservas com relação ao stalinismo, os membros desse grupo heterogêneo concordavam que não se poderia permitir que a A.B.D.E. se tornasse porta-voz do discurso comunista e, baseados nisso, passaram a defender a ideia de que o único objetivo da agremiação era lutar pela melhoria das condições de trabalho do escritor, notadamente pela criação de uma lei dos direitos autorais.

Na contramão do que apregoavam os comunistas, seus opositores postulavam a ideia de que o intelectual abriria mão de sua condição enquanto tal, e da sua própria autonomia para

pensar e agir, caso se deixasse conduzir por lógicas partidárias. Ao escritor, portanto, não caberia responder a este ou aquele grupo, mas a sua própria arte; “puro”, por assim dizer, ele seria capaz de produzir uma obra que exaltasse a liberdade, cumprindo sua missão em favor da democracia. Resgatando a imagem da “torre de marfim”, conforme ficou demonstrado em artigo da *Folha da Manhã* às vésperas do primeiro congresso da seção paulista da A.B.D.E., em setembro de 1946, os escritores avessos ao comunismo não apenas abriam mão de atuarem politicamente, sob o pretexto de que isso lhes era “assunto estranho”, mas também esvaziavam as possibilidades de ação de seus adversários no interior de sua entidade representativa.

Os comunistas, por sua vez, afirmavam que era justamente a negação do seu direito de manifestação o que constituía um atentado à democracia, de maneira que qualquer iniciativa no sentido de tornar a A.B.D.E. um órgão apolítico significava estar a serviço da “reação”, representada pelo Estado Brasileiro e pelos agentes do imperialismo norte-americano. Ao abdicar do político, os escritores e a intelectualidade em geral não apenas cometiam o verdadeiro atentado à sua liberdade, como à do país e de seu povo – todos entregues à repressão e a interesses estranhos ao Brasil.

Os congressos da entidade, ao menos entre 1946 e 1948, ficaram marcados por essas disputas e, no caso do conclave de outubro de 1947, flertou com a possibilidade de cisão da associação. No entanto, esse era apenas o primeiro passo em um processo que, como se pôde observar há pouco, parecia irremediável. Ainda que durante o ano seguinte, a A.B.D.E. tenha sobrevivido em meio a um clima de relativa tranquilidade; as violências praticadas por ambos os lados em conflito, em março de 1949, acabaram levando a uma previsível divisão. E, retomando a trajetória apontada no capítulo anterior, os comunistas acabaram por conseguir encampar a agremiação.

Foi somente a partir daí que passou a prevalecer na associação um princípio segundo o qual o escritor deveria produzir suas obras sob as diretrizes do “realismo socialista”, em sua linha zdanovista. A própria entidade, neste sentido, estaria a serviço do PCB, batendo-se por uma literatura que fosse crítica do capitalismo e exaltasse a ação dos comunistas em favor das massas. Somado a isso, foi incorporado um discurso que agregava, à defesa da democracia, a luta pela Paz (contra o uso de armamentos nucleares). No mais, a nova A.B.D.E. passou a distinguir o verdadeiro intelectual dos chamados “traidores”, em grande parte identificados naqueles que haviam abandonado o órgão. Isolar-se não mais constituía uma opção, e ainda que muitos escritores comunistas – a exemplo de Graciliano Ramos – tenham resistido à ideia de uma “arte dirigida” em favor do partido, o princípio da *tour d’ivoire* já não mais era aceito.

7.1. A presença do “realismo socialista” no Brasil

Ao longo dos anos 1930, o comunismo brasileiro desenvolveu um discurso a respeito do papel da intelectualidade. Segundo ele, tanto o literato, quanto o jornalista, o pensador, ou mesmo o cientista social, constituíam elementos que poderiam agir conforme as necessidades do partido, de modo a não apenas divulgar os pressupostos do pensamento comunista, mas também realizar uma produção cultural e científica que estivesse calcada nesta base ideológica. Em certa medida, não será exagerado dizer que se pretendia formar uma consciência crítica nas massas quanto à ação do capital nas relações de trabalho, a exploração a que estavam sujeitos os proletários e camponeses, bem como as contradições presentes na realidade brasileira, buscando-se, inclusive, compreender as raízes históricas das mesmas. As produções intelectuais, neste sentido, cumpririam um papel educativo, de modo que, consciente de suas mazelas (denunciadas pelos pensadores comunistas), o povo seria capaz de se rebelar contra seus algozes. Segundo Edvaldo Bergamo:

A partir de 1930, ocorre um fenômeno cultural de dimensões mundiais caracterizado pelo arrefecimento dos experimentalismos de vanguarda por fora da iminência histórica que pedia, até mesmo no plano artístico, uma ação política efetiva. Por necessidade de eficácia comunicativa junto ao público, a arte, e o romance em particular, numa retomada do estilo realista, sob novas bases ideológicas, apostou majoritariamente em um conteúdo sintonizado com os impasses sociais e transfigurado em formas estéticas mais convencionais. Esse realismo reformulado, que combatia o modelo capitalista e burguês, expandiu-se por diversas partes do globo, encontrando ressonância, aliás, entre as literaturas dos países de língua portuguesa.⁴⁹¹

Evidentemente, a queda do que o autor chama de “experimentalismos de vanguarda” também pode ser observada no percurso traçado por alguns modernistas, a exemplo de Oswald de Andrade, que passaram a se identificar com as demandas comunistas e tentar aplicá-las em sua arte. Considerando “a literatura de ênfase social” praticada no Brasil, Bergamo afirma que a mesma “caracterizou-se pelo empenho ideológico em denunciar as injustiças sociais e as contradições político-econômicas, registrando a marginalização e a degradação do espoliado em uma sociedade historicamente injusta”⁴⁹². Neste sentido, foi marcante a atuação de escritores nordestinos – como Raquel de Queiroz, José Lins do Rego,

⁴⁹¹ BERGAMO, Edvaldo. *Ficção e convicção*. Jorge Amado e o neo-realismo literário português. São Paulo: UNESP, 2008, p. 52.

⁴⁹² BERGAMO, Edvaldo. *Ficção e convicção*. Jorge Amado e o neo-realismo literário português. São Paulo: UNESP, 2008, p. 52.

Graciliano Ramos e, principalmente, Jorge Amado – na produção de um “romance regionalista”, “social”, cuja marca definidora era “a aliança entre o projeto estético e o projeto ideológico que se manifesta mediante uma atitude intervencionista do escritor participante, quando enfatiza a representação artística e ideologicamente consequente dos problemas sociais”⁴⁹³. Não à toa, boa parte dos intelectuais relacionados a essa forma de expressão literária estavam ligados, direta ou indiretamente, ao comunismo. Novamente, de acordo com Bergamo, “o novo projeto literário encaminha-se para o reconhecimento da condição subdesenvolvida do país, o sentido de denúncia orienta-se para uma perspectiva revolucionária e as ideias políticas se acomodam ostensivamente mais à esquerda”⁴⁹⁴.

Entre os fatores que contribuíram para esse “amadurecimento da consciência política” dos anos 1930, o autor aponta “a crise do capitalismo, a fundação dos partidos de orientação esquerdista, a difusão do marxismo, a decadência das oligarquias e o advento das massas populares”. Segundo ele, “para os intelectuais de esquerda, a necessidade de superação do atraso requer a transformação da estrutura social, com o concurso principalmente da propagação do ideário de luta de classes: a revolução surge como um patamar para vencer o subdesenvolvimento, tornando-se um projeto político a ser viabilizado, inclusive literariamente”.⁴⁹⁵

A defesa dessa nova tendência observada entre uma parcela dos escritores e pensadores brasileiros passou a ter maior destaque a partir de um movimento empreendido pelo Partido Comunista do Brasil, notadamente a partir de 1935, em que foram ampliadas, significativamente, suas manifestações acerca da produção literária (e, por que não dizer, intelectual e artística). De acordo com Carine Dalmás, apesar da ilegalidade e da consequente clandestinidade das ações partidárias (em decorrência direta da perseguição empreendida pelo governo aos comunistas, após a “Intentona” de novembro de 1935), os pecebistas aumentaram o uso de jornais ou revistas culturais, como forma de “valorizar e difundir determinadas concepções a respeito dos romances nacionais produzidos na época”. Segundo a autora, até o final da década de 1940, “as propostas literárias promovidas, sobretudo na imprensa partidária, tiveram como pano de fundo a iniciativa de intervenção do PCB [...] em *frentes* de mobilização política e cultural locais ligadas à defesa da democracia e contra o fascismo”. Essa estratégia, por sua vez, conhecida como “frentismo”, seguia de perto as orientações da

⁴⁹³ BERGAMO, Edvaldo. *Ficção e convicção*. Jorge Amado e o neo-realismo literário português. São Paulo: UNESP, 2008, p. 56.

⁴⁹⁴ BERGAMO, Edvaldo. *Ficção e convicção*. Jorge Amado e o neo-realismo literário português. São Paulo: UNESP, 2008, p. 59.

⁴⁹⁵ BERGAMO, Edvaldo. *Ficção e convicção*. Jorge Amado e o neo-realismo literário português. São Paulo: UNESP, 2008, p. 60.

Internacional Comunista aos PC's da época⁴⁹⁶ e, no Brasil, acabou por obter características próprias:

No caso brasileiro, a orientação política de formação de “Frentes Populares” resultou na criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Aracy Amaral atesta que, no campo cultural, até a radicalização das ações que culminaram na “Revolução de Novembro de 1935”, artistas, escritores e intelectuais se aproximaram em grande número do PCB devido ao seu apoio à formação da ANL. O maior exemplo de movimentação, nesse sentido, foram textos publicados pelo órgão oficial da ANL, o jornal *A Manhã*, e a revista *Movimento*, pertencente ao Clube de Cultura Moderna do Rio de Janeiro. O fracasso da ação armada de 1935 levou à intensificação da perseguição de artistas e intelectuais vinculados à ANL pelo governo Getúlio Vargas até 1945. Porém, apesar da intensa repressão, o PCB não deixou de realizar ações clandestinas de difusão de seu programa e debates literários na sua imprensa. Data desse período a criação da primeira revista literária do PCB, a *Seiva*, publicada em Salvador, no ano de 1938, por um jovem grupo de militantes comunistas. Ao longo desse período, os romances sociais da “geração de 1930” do Brasil, junto com um dos principais expoentes dessa tendência literária, o escritor baiano Jorge Amado, ocuparam um lugar central nos debates culturais.⁴⁹⁷

Dalmás lembra ainda que, “no Brasil, as ações literárias dos comunistas se inseriam num contexto de resistência e reestruturação político-institucional do PCB” e que, “por essa razão, voltaram-se mais à orientação e intervenção na produção dos escritores nos meios intelectuais consagrados”. De certa forma, pode-se afirmar, conforme as observações da autora, que essa luta se inseria em um contexto maior de mobilização política dos escritores do país contra as medidas repressivas do governo de Getúlio Vargas, que atingiam todo e qualquer intelectual e artista que apresentasse preocupações sociais em suas obras, independentemente de ter ou não ligações com o comunismo.⁴⁹⁸

Se, conforme se observou nas considerações de Bergamo, a literatura social tinha como foco o apontamento dos problemas gerados pelo capitalismo e pelo subdesenvolvimento do país, bem como os seus impactos na vida da população; por outro lado, a propaganda em torno desse tipo de produção promovida pelas publicações comunistas (principalmente no pós-1935), constituía uma tentativa do partido, caído na ilegalidade, de reagir à repressão oficial e à ameaça nazifascista, bem como divulgar as suas ideias. Utilizando a figura de Jorge Amado como um exemplo de escritor e intelectual comprometido

⁴⁹⁶ DALMÁS, Carine. *Frentismo Cultural em prosa e verso: comparações, conexões e circulação de ideias entre comunistas brasileiros e chilenos (1935-1948)*. Tese de Doutorado em História Social/FFLCH/USP, 2012, p. 13.

⁴⁹⁷ DALMÁS, Carine. *Frentismo Cultural em prosa e verso: comparações, conexões e circulação de ideias entre comunistas brasileiros e chilenos (1935-1948)*. Tese de Doutorado em História Social/FFLCH/USP, 2012, p. 16.

⁴⁹⁸ DALMÁS, Carine. *Frentismo Cultural em prosa e verso: comparações, conexões e circulação de ideias entre comunistas brasileiros e chilenos (1935-1948)*. Tese de Doutorado em História Social/FFLCH/USP, 2012, pp. 17-18.

com as causas do povo e do comunismo, o PCB procurava estabelecer um ideal de engajamento à sua intelectualidade, mais ou menos afinado com as diretrizes da política cultural do PCUS, já sob a égide do “realismo socialista”. Segundo Marcos Napolitano – servindo-se do discurso de Andrei Zdanov, por ocasião do Primeiro Congresso de Escritores Soviéticos, de 1934 – este novo estatuto do artista comunista impunha aos seus seguidores o conhecimento da vida, de modo que ela fosse representada veridicamente nas obras de arte, com destaque para o seu desenvolvimento revolucionário. Somente por essa via, “a verdade e o caráter histórico concreto da representação artística” deveria “unir-se à tarefa de transformação ideológica e de educação dos trabalhadores no espírito do socialismo”⁴⁹⁹.

Consubstanciava-se, dessa forma, o princípio lançado por Stalin de que os artistas e intelectuais cumpriam o papel de “engenheiros das almas”, educando e moldando as mentes dos trabalhadores segundo os pressupostos do comunismo (em seu dogmatismo stalinista). A literatura cumpriria a sua função, na medida em que, por meio da “construção de uma narrativa épica, didática, positiva”, “ajudasse o Partido, centro definidor do que era ‘socialismo’ e a ‘dialética’”.⁵⁰⁰

Segundo Carine Dalmás, “até meados da década de 1940, a nova política foi instituída e difundida com certa flexibilidade, na União Soviética e nos Partidos Comunistas, tendo em vista a sobreposição da preocupação dos soviéticos com a mobilização social para a luta contra o fascismo e a marcha para a Segunda Guerra Mundial”⁵⁰¹. No Brasil, principalmente após a entrada no país no conflito ao lado das forças aliadas, isso significou um esforço de “união nacional”, emprestando um novo sentido à prática “frentista” do PCB, uma vez que se entendia a necessidade de uma ação conjunta contra o inimigo comum, representado pelo terror nazifascista. De certa forma, essa transformação demandou uma ampliação das preocupações dos artistas e intelectuais comunistas, na medida em que a ação educativa e “mobilizadora” de suas obras deveria agora bater-se também pelos mesmos valores democráticos defendidos na luta contra as forças do Eixo, fato esse que ficaria marcado na relação dessa parcela da intelectualidade brasileira durante os primeiros anos da A.B.D.E..

No entanto, conforme já observado anteriormente, esse esforço unificador logo seria colocado em xeque pelo jogo partidário decorrente do processo de abertura política, ocorrido

⁴⁹⁹ *apud* NAPOLITANO, Marcos. “A relação entre arte e política: uma introdução teórico-metodológica”. In: *Temáticas*, Campinas, 19 (37/38): 25-56, jan./dez. 2011, p. 48.

⁵⁰⁰ NAPOLITANO, Marcos. “A relação entre arte e política: uma introdução teórico-metodológica”. In: *Temáticas*, Campinas, 19 (37/38): 25-56, jan./dez. 2011, p. 49.

⁵⁰¹ DALMÁS, Carine. *Frentismo Cultural em prosa e verso: comparações, conexões e circulação de ideias entre comunistas brasileiros e chilenos (1935-1948)*. Tese de Doutorado em História Social/FFLCH/USP, 2012, p. 23.

ao longo de 1945, logo após o término do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. Dois anos depois, em 1947, as possibilidades de aliança entre os vários segmentos ideológicos da intelectualidade do país pareciam ter encontrado seu esgotamento. O PCB, fortemente atacado pelo governo Dutra e pelos setores liberais, acabaria caindo na ilegalidade e vendo seus representantes legislativos perderem seus mandatos. Tais derrotas, completadas com o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, levaram o partido a reavaliar sua posição e, em seu Manifesto de 1948, o Comitê Central considerou já não ser possível alimentar ilusões quanto a democracia liberal, algo que, aliás, teria levado os comunistas a ceder demais diante da reação.⁵⁰²

A “guinada esquerdista”, segundo expressão de Dênis de Moraes, viria “a reboque do endurecimento da política da URSS”. O autor lembra que esse enrijecimento do governo de Moscou era consequência direta do fim da chamada “coexistência pacífica” e do “equilíbrio estratégico” alcançados no pós-Segunda Guerra. Com o estabelecimento da Guerra Fria (desencadeada pela alegação de Winston Churchill, de que os soviéticos haviam erguido uma “cortina de ferro” no Leste Europeu), o bloqueio econômico imposto pelo capitalismo internacional aos países socialistas, e o avanço da propaganda anticomunista veiculada pelos Estados Unidos, a União Soviética passou a se movimentar, no sentido de reagir e preparar-se para a nova ordem. A formação do Escritório de Informações dos Partidos Comunistas, o Kominform, em outubro de 1947, seria o primeiro indício desse realinhamento.⁵⁰³

Moraes afirma que “o despotismo encheu os pulmões para sufocar o debate interno no PCUS, cercear as liberdades individuais e coletivas e desfigurar o marxismo”. No plano cultural, os caminhos não seriam diversos, principalmente por conta da atuação de Andrei Zdanov que, com o alvo de Stalin, passou a perseguir e “eliminar eventuais focos de dissensão na intelectualidade”. O “realismo socialista” ingressava em uma “segunda fase”, marcada pela “censura aberta e pelo terror”. Segundo Dênis de Moraes, “o partido assumiu-se radicalmente como único centro produtor de ideias”, e “a criação estética foi confinada em manuais catequéticos providenciados pela força-tarefa de Zdanov”. A arte, de forma geral, “deveria transcrever a atitude do proletariado em face da realidade, refletindo as suas aspirações, e

⁵⁰² MORAES, Dênis de. *O Imaginário Vigiado*. A Imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p. 134.

⁵⁰³ MORAES, Dênis de. *O Imaginário Vigiado*. A Imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, pp. 120-121.

clarificar a luta que se travava na sociedade entre o ‘belo e o sublime’ projeto socialista e o ‘feio e vil’ sistema capitalista”.⁵⁰⁴

No campo literário, as obras não poderiam ter outros interesses senão os do povo. Neste sentido, os escritores deveriam cumprir alguns deveres, tais como: “transformar os ‘melhores representantes da classe operária’ em personagens positivas da ficção”; investir no “romantismo revolucionário”, “voltado para a mitificação dos heróis positivos”; e, por fim, revelar “o esplendor da saga revolucionária – o ideal movendo as massas, os imensos sacrifícios e obstáculos transpostos por super homens”. Para tanto, esses homens e mulheres da pena deveriam “zelar pelo Alcorão stalinista”, eliminando todo resquício da cultura dita burguesa, como a “amoralidade”, a “decadência” e a “degeneração”. Caso os autores não cumprissem com tais demandas, suas obras seriam censuradas e eles próprios se tornariam alvo de perseguição. Na prática, “ao hipertrofiar o papel do partido e suas responsabilidades na frente cultural, a cúpula dirigente nivelava a luta ideológica com a coação policial”.⁵⁰⁵

No Brasil, as consequências dessas mudanças logo se fizeram sentir. Por conta dos já citados embates políticos entre, de um lado, governo e grupos liberais e, de outro, os comunistas, as possibilidades de diálogo e alianças se esgotaram. A adesão às novas diretrizes vindas da União Soviética, nas palavras de Moraes, “sitiou a intelectualidade comunista nas cercas do partidismo”⁵⁰⁶. As revistas culturais ligadas ao PCB passaram a mobilizar seus colaboradores no sentido de divulgar e defender o “realismo socialista”, exaltando seus praticantes e denegrindo aqueles que a ele não aderiam. Nas entidades de classe, as disputas não foram menos intensas, com uma forte pressão dos membros ligados ao partido para transformá-las em plataformas legalizadas da ação partidária. O exemplo da A.B.D.E. foi, neste sentido, emblemático, uma vez que expôs o publicamente, e da forma mais negativa possível, o sectarismo que tomou conta do PCB.

Aos que abandonaram a associação, não faltaram ataques por parte daqueles que Dênis de Moraes chamaria de “ventríloquos de Zdanov”⁵⁰⁷. Considerados elementos da “traição nacional”, intelectuais de outras tendências, que não a comunista, foram convertidos em indivíduos vis, inimigos do povo, e porta-vozes dos interesses imperialistas no país. Ao analisar a questão, Leandro Konder considerava que os resultados de tal política foram

⁵⁰⁴ MORAES, Dênis de. *O Imaginário Vigiado*. A Imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p. 123.

⁵⁰⁵ MORAES, Dênis de. *O Imaginário Vigiado*. A Imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, pp. 126-127.

⁵⁰⁶ MORAES, Dênis de. *O Imaginário Vigiado*. A Imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p. 138.

⁵⁰⁷ MORAES, Dênis de. *O Velho Graça*. Uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 238.

“bastante negativos”, pois contribuiu para um maior isolamento do partido, algo imensamente desejado por seus opositores⁵⁰⁸. No caso da Associação Brasileira de Escritores, significou a sua gradual perda de importância e, por fim, o desaparecimento, em janeiro de 1958.

7.2. O “papel dos intelectuais” nas páginas das revistas comunistas

Em julho de 1948, Astrojildo Pereira, em artigo publicado na revista *Fundamentos*, expunha a seguinte questão: “existe uma crise do espírito?”⁵⁰⁹. Respondendo afirmativamente à pergunta, o veterano intelectual comunista julgava, contudo, que, longe desse dilema ter surgido meramente por conta de problemas da ordem do “pensamento”; ele se relacionava, sobremaneira, a “uma crise de superestrutura, condicionada pela crise geral que se verifica[va] na infraestrutura”. Dessa forma, seria nesse “choque estrutural” que poderiam ser encontradas as diversas crises – “econômica, política, espiritual, etc.” – que tamanha preocupação estariam produzindo em “certos espíritos”.

Para uns a crise é motivo de angústia, de desespero, de aniquilamento; para outros não. Por exemplo, para certos intelectuais ainda presos por fios visíveis e invisíveis à ordem social em crise, a “crise do espírito” vem a ser muito simplesmente a crise do seu próprio espírito desarvorado e atormentado. Outros intelectuais existem, no entanto, a começar pelos marxistas, que não “sofrem” como, ainda, convictos de bem compreender a causa, a significação e o mecanismo da crise, lutam francamente no sentido de um desenlace histórico favorável às forças sociais progressistas e renovadoras.

Segundo Astrojildo, vivia-se “uma época de revolução social, de choque das forças produtivas de caráter social com as relações de propriedade de caráter individual”, uma “época histórica” que estaria assinalando “a passagem da economia de tipo capitalista para a economia do tipo socialista”. Longe de querer classificar a validade ou não desta análise, o ponto fundamental é que, para o autor, essa situação de transformação causava uma inquietação entre os membros da classe pensante, sendo que, dentre os vários prognósticos apresentados, apenas aqueles produzidos pelos marxistas – “homens ao mesmo tempo de pensamento e ação” – teriam alguma relevância.

Na visão inteiramente enviesada de Astrojildo Pereira, era “incontestável” o fato de que o marxismo se tratava de “uma ciência social rigorosamente objetiva, em concordância dialética e histórica com o mundo e a sociedade humana em perpétuo desenvolvimento”, o

⁵⁰⁸ KONDER, Leandro. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 77.

⁵⁰⁹ PEREIRA, Astrojildo. “Crise do espírito?”. In: *Fundamentos*. n. 2. Julho de 1948, pp. 117-121.

que lhe permitia fornecer aos seus seguidores “o instrumento incomparável de pesquisa dos fatos sociais, na avaliação dos fatores materiais e espirituais que entram na composição dos acontecimentos”. Desprovidos dessa ferramenta, os demais pensadores ficariam entregues aos interesses da “reação imperialista”, que se empenhava “em manter sob o seu jugo os países ainda em regime capitalista e respectivas colônias e semicolônias”. Neste sentido, suas obras não passariam de mecanismos de “diversionismo ideológico”, com o claro propósito de confundir as mentes em relação aos avanços da democracia e do socialismo.

São diversionismos que a publicidade à americana logo converte em moda, e que às vezes assume aspectos de verdadeira epidemia espiritual. É o caso do existencialismo, das obras de Sartre, de Koestler e de outros fabricantes de “teorias” e “escolas” que apenas conseguem iludir os que andam em busca de ilusões e que são efetivamente responsáveis pelas “crises” de consciência como quem busca entorpecentes para os seus desesperos e angústias. Pode-se observar talvez, neste ponto, que tais livros, nomes e ideias é que são efetivamente responsáveis pelas “crises” de consciência que desorientam e aniquilam o espírito de muito jovem da classe média perdido entre o céu e a terra. Aliás, precisamente para esse fim é que a publicidade a serviço da reação inventa e impinge os corifeus do diversionismo e suas “novidades” filosóficas, artísticas e literárias.

De acordo com Astrojildo Pereira, esse “diversionismo ideológico na filosofia, na arte e na literatura” estaria atrelado a outros meios, tais como “a preparação de uma terceira guerra mundial”, bem como “a chantagem da bomba atômica”. Em certa medida, o que o autor estava fazendo era justamente elaborar o critérios que viriam a diferenciar a produção intelectual comunista das demais, interessadas no combate ao crescimento do socialismo no mundo e, evidentemente, no Brasil. A negação das questões estruturais por trás da “crise”, sob a alegação de que, efetivamente, o que havia eram apenas problemas de ordem “espiritual”, possibilitaria aos pensadores voltados à “reação” se esconderem do debate político, refugiando-se na segurança de sua “torre de marfim”.⁵¹⁰

Na mesma edição de *Fundamentos*, o musicólogo alemão naturalizado brasileiro Hans-Joachim Koellreutter deu seu parecer sobre essa questão. Em seu artigo, intitulado “Arte Funcional”⁵¹¹, o autor procurou exaltar o valor social da produção artística, servindo-se, fundamentalmente, das lições de Mário de Andrade, em sua obra “O Banquete”. Ainda que o mote da análise fosse a música, o ponto central do texto o combate ao “isolamento voluntário” ao “indiferentismo” de alguns artistas. Segundo Koellreutter, o mérito das lições do velho mestre modernista estaria na sua concepção da “arte como veículo

⁵¹⁰ Acerca da “torre de marfim”, segundo os comunistas, ver o Anexo 8.

⁵¹¹ KOELLREUTTER, Hans-Joachim. “Arte Funcional. A propósito de ‘O Banquete’ de Mário de Andrade”. In: *Fundamentos*. n. 2. Julho de 1948, pp. 148-151.

de ideias, em lugar de um meio de diversão”, “pugnando pelos princípios da arte-ação e da utilidade, e estabelecendo as condições para uma arte dirigida, a serviço da coletividade”. Porém, esclarecia que:

Arte dirigida não é arte “decretada” como muitos acreditam. É arte orientada pela crítica e autocrítica de uma coletividade devidamente preparada, “arte legítima, eficaz, funcional e representativa”. É claro que essa nova arte, como nova fase da evolução histórica da música, não pode desenvolver-se a não ser assimilando e utilizando **criticamente** todo o valioso material que a cultura humana criou através de muitos séculos. Não se trata em absoluto de “regulamentar” ou “decretar” um determinado estilo ou gênero de arte, mas sim, de orientar e dirigir o artista, como representante de uma **coletividade**, num sentido construtivo e, demonstrar a ele as contradições que manifestam em sua obra. Estas surgem sempre, quando um novo conteúdo carece ainda de uma nova forma como acontece com todas as épocas de transição, quando as novas forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes. É o período de adaptação da superestrutura (à qual naturalmente as artes pertencem) às novas condições sociais.

Aproximando-se da perspectiva apresentada anteriormente por Astrojildo Pereira, o autor procurava adaptar as considerações de Mário de Andrade aos pressupostos da política cultural comunista, como um caminho para uma “verdadeira arte” que fosse capaz de dar respostas adequadas às questões que estavam sendo colocadas por um mundo em transformação. Dessa forma, a Mário era imputada a posição de preconizador de “uma arte que não represente mais o **indivíduo** mas sim a **comunidade**”. Por essa via, o artista deixaria de ser o “grande homem” e tornar-se-ia “um homem social”, a procura daquilo que lhe seria de direito dentro da sociedade em que vivia. Quanto à arte, esta se tornaria útil, o que lhe garantiria o direito de ostentar o próprio estatuto de “arte”.

É claro que esse meio de expressão só adquirirá o direito de existência quando servir à humanidade e obedecer diretamente ao princípio da utilidade, principalmente num momento como este em que uma tremenda crise abala toda a sociedade e forças obscurantistas procuram impedir o progresso da humanidade. E Mário de Andrade, convidando o artista a “sacrificar suas liberdades, suas veleidades e pretenções pessoais”, proclama o princípio utilitário da música como cânone da nova estética: “Toda a arte brasileira de agora que não se organizar diretamente do princípio de utilidade, mesmo a tal dos valores eternos, será vã, será diletante, será pedante e idealista”. E mais. O grande escritor brasileiro em seu ensaio “O Banquete” exige que o músico abandone “como ideal, a preocupação exclusiva de beleza, de prazer desnecessário, e principalmente essa intenção estúpida, pueril mesmo, e desmoralizadora, de criar obra de arte perfeitíssima e eterna”.

O ideal de beleza que prevalece em determinado tempo, em determinada sociedade ou em determinada classe de uma sociedade, tem sua raiz, parte nas condições biológicas do desenvolvimento do gênero humano que criam particularidades de raça, e parte, nas condições históricas do nascimento e da existência dessa sociedade ou classe. Precisamente, por isso, o ideal de beleza costuma ser sempre muito rico em determinado conteúdo que não é absoluto, isto é, incondicional. Quem se faz adorador da assim chamada “beleza pura” não se liberta

das condições biológicas históricas e sociais que determinam seu gosto estético, mas fecha os olhos, mais ou menos conscientemente, a essas contradições.

De acordo com Koellreutter, esse “indiferentismo político-social” responderia pela diminuição do mérito das criações de uma parcela significativa dos artistas de sua época. Portanto, dizia ele, o “princípio hedonístico” em arte deveria ser substituído por um “princípio utilitário”, de maneira que o “artista – ‘grande homem’” tivesse seu lugar ocupado pelo “artista – ‘trabalhador intelectual’”. Assim, os “sentimentos individuais do artista” perderiam importância frente a participação do mesmo no “patrimônio popular”, nas aspirações e nos problemas do povo. Por essa razão, concluía o autor, é que não poderia haver “obras de arte isentas de conteúdo ideológico”, ainda que isso merecesse uma advertência:

Nem toda a ideia, entretanto, é suscetível de servir de base à obra artística. Somente é capaz de fazê-lo quando contribui para a mútua aproximação entre os homens. Eis um conceito de importância fundamental. Os limites possíveis dessa aproximação não se determinam pelo artista, mas pelo grau de cultura que alcançou o grupo social a que pertence. Assim, a ideologia da classe dominante perde seu valor intrínseco à medida que avança para seu desaparecimento. A arte criada pelo seu espírito decai. É esta a situação em face da qual nos encontramos.

Evidentemente, o comunismo seria esse elemento ideológico do qual travava Koellreutter em sua conceituação de “arte”. Para ele, a funcionalidade e a dirigibilidade da produção artística garantiriam o fim da chamada “grande arte”, voltada à “exaltação individual”, “emoções particulares” e “aspirações subjetivas”. Ainda assim, novos riscos poderiam advir desse “desaparecimento”, uma vez que, órfãos dos velhos valores, os artistas tenderiam a um misticismo que, longe de desprezar a ideologia, lhe concederia um “caráter original”. Nas palavras do autor:

O misticismo também é uma ideia, mas ideia obscura, amorfa, como a névoa que é inimiga mortal da razão. O místico está disposto não somente a relatar-nos assuntos, mas também prová-los. Mas o que relata é algo de fantástico, e em suas provas tomam, como ponto de partida, a negação do bom senso. Eis o perigo; pois, quando uma ideia falsa serve de base à obra artística, traz contradições intrínsecas, das quais sobre inevitavelmente seu mérito estético. E a cegueira desses compositores e estetas diante das novas correntes encaminhadas para a renovação de toda a vida social, converte suas ideias em conceitos errôneos, estreitos, unilaterais, e diminui a qualidade do conteúdo expresso em suas obras.

As contradições apontadas pelo autor, tanto no campo estético quanto no campo dos conceitos, seriam mais bem trabalhados em outros textos. Jacob Gorender, por exemplo, em

artigo dedicado ao princípio da “liberdade de criação”⁵¹², considerava que o mesmo não poderia significar um “privilégio abstrato”, que surgia do nada e pairava “muito acima de fatos tão terrenos como os regimes políticos”. Segundo ele, tal argumentação não passaria de hipocrisia, uma vez que a própria opção por uma atitude acrítica diante da ordem social constituía, por si mesma, uma ação política (portanto, contrária à ideia de uma produção livre).

Acontece ainda que essa argumentação também não surge do nada, também ela está indissoluvelmente ligada a condições políticas e sociais, cuja base reside sempre nas condições econômicas. O poeta pode cantar a lua, mas vive na terra, dentro de certa sociedade politicamente organizada. Se o poeta, o filósofo ou qualquer outro tipo de ideólogo não assumem uma atitude crítica em face de uma ordem social decadente é porque com ela se conformam, é porque, consciente ou inconscientemente, a aceitam. Bem analisadas as coisas, verifica-se, aliás, que os gorjeios do poeta ou as especulações do filósofo não passam de hábeis “consagrações” do regime político e social vigente.

Baseado nisso, Gorender afirmava que a liberdade de criação era uma “faculdade concreta”, só podendo ser exercida “dentro de determinadas condições políticas e, em última instância, econômicas”. Dessa forma, o “intelectual criador” seria justamente aquele que estivesse “identificado, embora nem sempre de maneira de todo consciente, com a realidade das coisas, uma matéria prima de todas as criações, no campo da ciência ou da arte”. Nas palavras do autor, a “realidade mais importante para os homens” seria a da “realidade social” e, neste sentido, tratar de tal realidade “de maneira realista” seria o mesmo que tratá-la de modo criador.

No entanto, Jacob Gorender alertava para o risco que os “sutis argumentos da reação” representariam para o exercício livre da criação, ao convencerem muitos intelectuais de que “em benefício da sua atividade cultural” seria necessário que eles evitassem “compromissos com uma posição definida e ativa em face dos chamados fatos políticos imediatos”. Segundo ele, a pretexto de manter uma pretensa “pureza”, alguns membros da intelectualidade estariam colaborando com uma estrutura que, mais a frente, retirar-lhes-ia a própria liberdade para criar e se expressar. As prisões de alguns escritores brasileiros, a exemplo do comunista Aydano do Couto Ferraz (acusado de “crime de opinião”), seriam um indício claro dos malefícios causados pela neutralidade daqueles que Gorender classificou como “eunucos da torre de marfim”.

⁵¹² GORENDER, Jacob. “Aydano do Couto Ferraz e a liberdade da criação intelectual”. In: *Fundamentos*. n. 3. Agosto de 1948, pp. 195-200.

Para o autor, independentemente das variações ideológicas e partidárias, os intelectuais não poderiam abdicar do debate acerca de duas questões que eram, naquele momento, fundamentais ao princípio da liberdade de criação: os problemas da paz e da democracia. De acordo com ele, esses dilemas deveriam ser pensados acima de quaisquer divergências, “sob o prisma simplesmente político”. Em outras palavras:

A causa da democracia, que o intelectual deve defender acima de diferenças partidárias ou filosóficas, é uma causa muito concreta. Ela ficou assim ameaçada com o fechamento de um partido, com a cassação de mandatos, com a anulação de pleitos eleitorais, com o assalto a jornais, com a prisão de dirigentes políticos, em pleno uso dos seus direitos, com a prisão de líderes sindicais e de escritores. A causa da democracia se encontra, por outro lado, incondicionalmente ligada à causa da paz entre as nações e da independência nacional. Também esta causa foi posta em “cheque” no Brasil, com as crescentes concessões ao imperialismo yanque, com a aprovação pela Câmara do aval de nosso governo ao empréstimo de noventa milhões de dólares à “Light” e com a projetada entrega do nosso petróleo à “Standard Oil”. São esses fatos concretos que exigem definição e oposição ativas, porque constituem precisamente **condições políticas e sociais ameaçadoras da própria liberdade de criação intelectual**.

Apesar desse apelo à união da intelectualidade em favor de questões que, segundo Gorender, eram de interesse comum; ele próprio afirmaria, mais tarde⁵¹³, que a arte estava se tornando “um privilégio dos artistas identificados com a luta pelo socialismo”. O autor considerava ser impossível, em vista dos acontecimentos pós-guerra, que houvesse uma produção genuinamente artística a partir de uma ação de alheamento, “sem ao menos uma atitude de simpatia em face das novas forças sociais” – que estariam representando “o progresso da humanidade”, e lutando “pela liberdade nacional, pelo socialismo, por um mundo entregue à construção pacífica e livre”.

Quanto aos ditos “artistas da burguesia”, por estarem “isolados das massas” e serem “muitas vezes burocratas bem pagos pelo Estado”, restaria a inspiração por sobre “decadentes teorias estéticas” e a criação de “cadáveres”. A “arte realmente viva”, concluiria Jacob Gorender, não poderia “estar desligada da vida” que, por sua vez, nascia “do proletariado”, “das massas inumeráveis e profundas do povo”.

Estabeleciam-se as bases de um compromisso estético e ideológico-partidário para os membros da intelectualidade. Nos anos seguintes, em vista do agravamento das relações entre os setores comunistas e não comunistas da classe pensante brasileira, *Fundamentos* e *Horizonte* passaram a publicar textos que expunham não apenas lições acerca do “realismo

⁵¹³ GORENDER, Jacob. “Julio Fuchik e os caminhos da literatura do proletariado”. In: *Fundamentos*. n. 9/10. Março/Abril de 1949, pp. 145-151.

socialista como método criador”, mas também sobre a necessidade de que os intelectuais se engajassem nas diretrizes do PCB.

Rodolfo Ghioldi, em “A Estética à luz do Marxismo”⁵¹⁴, trazia uma série de elementos que reafirmavam as considerações feitas por outros pensadores em artigos anteriores, principalmente no tocante à proximidade que o intelectual deveria guardar em relação às questões sociais e como isso deveria estar presente na sua produção. Segundo o autor, esse encurtamento da distância entre aquele que pensa e a sociedade trazia a reboque o problema da “responsabilidade”. Neste sentido:

A arte – disse Lukács – não é um monóculo. Em última análise, é a relação do artista com o público. Uma arte que não se dirija ao povo só merece desconfiança. O hermético, o arte-purista, o formalista, não podem encontrar nenhum eco. Porém, a arte sem eco é arte? O criador fala de sua obra como de uma mensagem, mas pode ser chamado mensagem aquilo que carece de substância, que nada tem a transmitir ou comunicar e que se expressa num idioma esotérico, clandestino e proibitivo?

Se o destinatário da obra é o povo, ela deve dirigir-se ao povo. Esta é a arte popular ou democrática, que se opõe aos jogos aristocratizantes de pequenas seitas de “gourmets” que, além do mais, atiram uns contra os outros, como armas ofensivas, as próprias receitas culinárias.

Os que proclamam o hermetismo segregador e vão, acreditam melhor defender os direitos da arte, porém, o que fazem é matá-la, reduzindo-a à função antissocial de implacável cordão sanitário entre o artista e o povo, e desvitalizá-la com uma dupla ruptura do humano: quando procuram criar, esquecendo, menosprezando ou sepultando o homem, e quando criam sob a preocupação estética de não atingir a compreensão do homem.

A crise da arte contemporânea é um aspecto da crise geral da sociedade de nossos dias. É a revelação, no plano estético, do divórcio entre a sociedade burguesa e o homem comum. É, portanto, a manifestação da crise humanista nos quadros da sociedade vigente.

E para esse estado de coisas não haverá saída? Cuidemos de não afirmar tal coisa. A solução não necessita ser proclamada porque já vive, atua e triunfa. Ela supõe a libertação do homem em face da sociedade inumanista, ou a participação resoluta e consciente da arte no esforço geral para essa libertação. É evidente que esta participação pode manifestar-se como incorporação individual do artista no movimento geral, mas deverá expressar-se, no plano propriamente artístico, em obras que cantem a liberdade, a força otimista, a consciência vitoriosa, a epopeia do povo, e que, evocando as mais nobres emoções, ajudem o homem a gozar do belo e a lutar pela sua emancipação.

Tal questão também seria abordada, posteriormente, pelo intelectual argentino Hector P. Agosti que, em entrevista concedida para *Horizonte*, procurou dar o seu parecer acerca das funções do escritor⁵¹⁵. Questionado quanto ao que ele considerava fundamental ao trabalho do

⁵¹⁴ GHIOLDI, Rodolfo. “A Estética à luz do Marxismo”. In: *Fundamentos*. n. 17. Janeiro de 1950, pp. 29-35 (ver também SOKORSKI, Włodzimierz. “O Realismo Socialista e a Criação Artística”. In: *Fundamentos*. n. 21. Agosto de 1951, pp. 22-24).

⁵¹⁵ *apud* SILVA, Flamarion. “O Escritor a Serviço das Grandes Causas”. In: *Horizonte*. n. 5. Maio de 1952, pp. 131-132.

profissional das letras em relação ao seu povo e nação, bem como aos demais povos e nações, Agosti deu a seguinte declaração:

Os maiores escritores do mundo desempenharam uma função eminente enquanto souberam ser testemunho verídico da consciência histórica de seu tempo. Não há um só escritor importante, em nenhuma época da história, cuja grandeza não derive dessa circunstância primordial. A história da literatura pode ser considerada como a história das variações no testemunho da consciência social; mas a história da literatura não é unicamente a manifestação passiva deste testemunho, mas também, e sobretudo, sua manifestação ativa. Os maiores escritores do mundo não somente foram as testemunhas de seu tempo, mas influíram poderosamente na modificação da consciência social pelo estrito rigor com que sabiam situar-se na linha do desenvolvimento histórico. Isto aumenta singularmente as obrigações do escritor, porque ensina que a literatura não é um jogo intrascendente, como o querem os epígonos do ludismo irresponsável, mas um exercício vital onde se arrisca a sorte da sociedade e o destino moral do homem, como indivíduo. Stalin chama os escritores de “engenheiros da alma”, e não encontro mais formosa definição para a imensa responsabilidade que seu ofício lhe impõe. Disso deduzo que a contribuição fundamental do escritor a seu povo e aos demais povos haverá de consistir num humilde serviço dos sentimentos, das necessidades, dos problemas, das angústias, dores e alegrias de seu tempo, porque a totalidade destes sentimentos constitui, na órbita precisa do fenômeno estético, o reflexo da consciência social. E um escritor adquirirá grandeza na medida em que saiba conjugar-se com esses interesses temporais, que são os únicos que lhes poderão abrir o caminho da ansiada imortalidade. Quero dizer que os estetas da intemporalidade, que perdem o sono pensando nos valores eternos de suas obras, perdem também seus dias, também, irremediavelmente. Nossos maiores escritores americanos, os que perdurarão (Sarmiento, cito por acaso, ou Euclides da Cunha, para falar, mais perto de nós, de um escritor brasileiro), são, precisamente, os que com mais afã se mesclaram nas querelas de seu tempo e de seu povo. E se de algo vale a meditação estética, que pelo menos nos sirva para indicar-nos estes exemplos.

Essa aproximação com o povo, de amplas repercussões estéticas, também traria ao trabalho intelectual certo senso de militância e, para tanto, o engajamento na vida partidária surgia como fundamental. Fernando Guedes, em “Os intelectuais brasileiros e o P.C.B.”, afirmava que o Partido Comunista era a “única força” que lutava pelo desenvolvimento da cultura nacional e, por conseguinte, pela resolução dos problemas que afligiam o Brasil. Por essa razão, dizia, “os intelectuais honestos”, aqueles comprometidos em “servir o povo com sua ciência ou sua arte”, só teriam “um caminho a trilhar”, a saber, “o do glorioso Partido Comunista, o caminho da paz e da independência nacional”⁵¹⁶. Meses antes, um artigo do dirigente do PC italiano, Pietro Secchia, já trazia apontamentos nessa mesma direção. Segundo ele:

⁵¹⁶ GUEDES, Fernando. “Os intelectuais brasileiros e o P.C.B.”. In: *Horizonte*. n. 3/4. Março/Abril de 1952, p. 89. O próprio autor, em texto publicado pela mesma revista no ano anterior, chegou a pedir que os intelectuais se engajassem no cumprimento do programa do chamado Manifesto de Agosto de 1950 (ver GUEDES, Fernando. “Os intelectuais e o Manifesto de Agosto”. In: *Horizonte*. n. 8. Agosto de 1951, pp. 220-221).

No momento em que o imperialismo americano emprega, na medida mais larga e violenta as armas ideológicas para abrir o caminho a seus fuzileiros, a seus carros de assalto e a seu expansionismo, é natural que a luta em defesa de nossa liberdade e independência deva engajar todos os militantes comunistas, sejam intelectuais os operários. Achamo-nos diante de uma ofensiva da reação, que se desenvolve nos planos políticos, econômicos e ideológicos. Os grandes trustes americanos não nos mandam só seus fuzileiros, espiões, e agentes organizadores da sabotagem e da traição, mas inundam o País de livros, filmes, toda uma inferior mercadoria ideológica, que deve servir para desfibrar, desorientar e corromper nosso povo. E, neste negócio sinistro, os gangsters de além-oceano encontram seus lacaios e servos nos teóricos da terceira força naqueles que colocam a arte, a ciência, a filosofia e a religião ao serviço do Capital.⁵¹⁷

Esse engajamento do intelectual na vida partidária sugeria, contudo, outras questões problemáticas, principalmente no que dizia respeito a uma suposta contradição entre a sua atividade e o exercício da militância. Uma das respostas para esse dilema seria apresentada em um texto do redator-chefe da revista francesa “*Humanité*”, André Still⁵¹⁸. Com uma análise mais voltada ao ofício de escritor, o autor fazia a seguinte ponderação:

Certamente, contradição existe entre a concepção antiga, burguesa, do trabalho do escritor e a vida ativa, cheia, até estalar, sem repouso, do militante comunista. E, na medida em que ainda estamos profundamente influenciados por estas formas antigas do trabalho do escritor, tais contradições podem prejudicar, ao mesmo tempo, este trabalho e o do militante. Seria fantasista negá-lo. Mas, o que há é que, sob o efeito do trabalho de militante, pode-se criar, deve-se criar e efetivamente se cria um tipo novo de trabalho de escritor, em que a escrita se assimila cada vez mais à ação. Entre este conteúdo e estes métodos novos de escrever e a ação do militante, em breve não há mais contradição, mas troca e ajuda recíprocas. E isto ao ponto de que para o escritor, se lhe acontecesse sair do combate – que é tão exigente do ponto de vista do tempo e das forças gastas – estes novos meios adquiridos entrariam então em choque com uma vida que não estaria mais ao nível deles e experimentaria a contradição entre esta vida e as obras mais avançadas que quisesse escrever.

Still também fazia considerações a respeito do papel que o partido teria no campo da criação, haja vista que eram muitas as acusações feitas aos escritores comunistas quanto ao efeito propagandístico de suas obras, presas que estariam às certas diretrizes, não gozando, portanto, de liberdade. Segundo ele, efetivamente, não se poderia escrever “sobre qualquer assunto por simples obediência a uma ordem, ou por mera decisão de espírito”. No entanto, prosseguia, era a vida “que se vive”, que “se escolhe”, quem governava a inspiração. E, por conta justamente dessa questão, é que não se poderia afirmar que o partido impunha assuntos aos seus intelectuais dedicados à escrita. Nas palavras de André Still:

O que eles não compreendem é que esta vida de Partido não só fornece ideias justas, como também as fornece no seu contexto de emoções, precisamente com todo

⁵¹⁷ SECHIA, Pietro. “O Partido e os Intelectuais”. In: *Horizonte*. n. 8. Agosto de 1951, p. 22.

⁵¹⁸ STILL, André. “O Militante e o Escritor”. In: *Horizonte*. n. 7. Julho de 1952, pp. 174-177.

o calor da vida. Quem ignora que é através das mais altas emoções da vida, que os homens progridem por saltos nas ideias políticas? Como disse Lênin, os homens fazem, “na sua própria carne”, a experiência da política. Para o militante incessantemente envolvido nesta vida, e, precisamente, para ajudar a esclarecer esta experiência, os problemas essenciais da política não se podem apresentar nunca secamente e sob um aspecto que a obra de arte repila. Ele próprio experimenta muitas vezes essa emoção, que dá o reflexo concentrado das maiores coisas que se passam no mundo, até nos fatos mais miúdos e sutis da vida, aqueles justamente a que fingem se apegar os que receiam a “literatura política”. E se é verdade que não pode haver obra verdadeira por efeito de uma simples decisão, sem ter na origem, uma emoção vivida, isto não significa que não possa haver escritor cuja emoção “escolha”, precisamente e com segurança, a mesma matéria do seu reflexo político. Viver profundamente a vida do Partido leva rapidamente a que, diante da página em branco, não haja mais desacordo entre o coração e a mente; leva, rapidamente, a não se pensar mais: “seria bom escrever sobre este tema, mas é muito difícil”; e acontece, com frequência cada vez maior, que é o coração, a emoção criadora que escolha, antes do espírito, o assunto justo, porque no combate mais avançado, mais difícil em que o militante se empenhou, ao apelo de seu Partido, esperava-o, naturalmente, o que podia exaltar ao máximo o escritor. Acrescenta-se, assim, se se pode dizer, ao espírito de Partido, o coração do Partido, sem o qual, efetivamente, não se podem produzir obras ao mesmo tempo justas e concretas, vivas; sem o qual, tem-se sempre, segundo a tão justa expressão de Maurice Thorez, “mãos de pau”, quando se toca naquilo que é a vida do povo.

As afirmações de André Still procuravam, tanto quanto as ideias expostas por autores brasileiros em textos anteriores, justificar os encaminhamentos dados pela política cultural do Partido Comunista aos seus intelectuais. No caso específico dos escritores e, para efeito desse estudo, da A.B.D.E., foram essas as diretrizes que serviram de base para as principais ações a entidade após 1949, notadamente os seus terceiro e quarto congressos nacionais, além do conclave paulista, em 1951.

Conforme se pôde observar, considerava-se que a classe intelectual não poderia abrir mão de uma relação mais próxima com a sociedade, reconhecendo-lhes os problemas e propondo soluções. Por essa via, apontava-se dois pontos fundamentais a serem debatidos: as defesas da paz e da democracia. Deve-se lembrar de que, na visão dos analistas ligados ao PCB, a política guerreira imposta pelas potências imperialistas e que contagiava os demais países, trazia malefícios à população, principalmente pelo desvio de recursos que deveriam ser aplicados na melhora da qualidade de vida das pessoas e na cultura. Além disso, entendia-se também que, na ausência de um ambiente democrático, era impossível estabelecer uma luta aberta contra os prejuízos sociais advindos do avanço dos interesses do capital, haja vista que pessoas eram presas por “crimes de opinião”, sem contar as perseguições, cassações, etc..

Não sem razão, portanto, os temários formulados para os três referidos encontros de escritores brasileiros, realizados entre 1950 e 1951, tinham como pontos elementares a Paz e a Democracia. Evidentemente, aos demais intelectuais do país, profissionais da pena ou não, restava a condição de “traidores”. Por não compartilharem das mesmas ideias dos comunistas,

tampouco assumirem as bandeiras levantadas durante os congressos de A.B.D.E. – afirmando que tais demandas escapavam aos propósitos originais da agremiação – esses membros da classe pensante brasileira foram classificados como serviçais dos interesses norte-americanos no Brasil, divulgando uma “arte falsa”, cujo objetivo seria promover uma cultura estranha às tradições nacionais.

7.3. Os intelectuais da “traição nacional”: o contraponto do “verdadeiro” escritor

A agressividade foi a marca principal dos artigos publicados em *Fundamentos*, referentes aos críticos do comunismo. Fosse no âmbito ideológico, político-partidário, ou mesmo no domínio estético, as “análises” – se é possível caracterizar os textos dessa forma – enveredavam por uma série de xingamentos, no sentido de desqualificar as pessoas, muito mais do que propriamente aquilo que as mesmas diziam ou produziam. O pretexto da “traição nacional”, conforme se poderá observar adiante, servia apenas como mote para uma série de impropérios que, no mais das vezes, substituíam um debate mais aprofundado sobre as questões que diferenciavam a ação de comunistas e não comunistas. Conforme as palavras de Leandro Konder:

No Brasil, na época do *Manifesto de Agosto* (1950), os comunistas agiam de modo bastante diverso: os argumentos se recolhiam para um modesto segundo plano e as injúrias é que ocupavam o proscênio. Faltava a convicção de que era possível e conveniente (necessário, mesmo) *persuadir* uma grande variedade de pessoas com pontos de vista distintos dos do PCB, neutralizar pelo menos algumas das objeções delas à política dos comunistas e mobilizá-las em torno de determinadas lutas democráticas concretas. Em sua esmagadora maioria, os intelectuais que não eram militantes ou simpatizantes do PC perdiam automaticamente qualquer importância como interlocutores válidos. Eram, ao contrário, tipos suspeitos, desqualificados. E a crítica feita a eles tomava-os como mero pretexto para fins de agitação.⁵¹⁹

No contexto das lutas internas pelo controle da A.B.D.E. – que acabaria resultando na cisão da entidade, bem como no seu gradual aparelhamento pelo PCB – os principais alvos dos ataques foram os membros do grupo formado por Sérgio Milliet, Mário Neme, Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, muitos dos quais ligados ao nascente Partido Socialista Brasileiro.

Para que a questão fique mais clara, convém destacar alguns desses artigos. O primeiro deles, de autoria de Artur Neves, “Posições ‘Socialistas’”, propunha-se a realizar alguns comentários acerca de uma série de documentos reunidos em folheto por Fúlvio

⁵¹⁹ KONDER, Leandro. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 84.

Abramo que, segundo o próprio, serviriam como base do Programa e dos Estatutos do PSB, seção São Paulo⁵²⁰. Em sua introdução, o autor já dava mostras da maneira como encaminharia a sua crítica:

Após uma atenta leitura de toda a matéria contida nas 83 páginas em que são apresentadas as múltiplas e variadas posições “socialistas” diante dos problemas brasileiros, chegamos a uma conclusão diametralmente oposta à do sr. Fúlvio Abramo. E, sem querermos ser profetas, podemos afirmar que esse magro folheto, em que estão refletidos os devaneios ideológicos de um grupo de intelectuais pequeno-burgueses, não se liga nem se ligará jamais, nem definitiva, nem transitoriamente, à história do desenvolvimento político das massas brasileiras. E isto porque não há, nem pode haver, qualquer ligação ou convergência entre as elucubrações pseudorrevolucionárias dos nossos intelectuais “de esquerda” anticomunista, que fogem da ação prática como o diabo da cruz, e a evolução ideológica e a ação revolucionária das massas brasileiras, que hoje marcham decididamente no caminho da revolução agrária e anti-imperialista.

Sob a alegação de que o documento dos socialistas tinha sido escrito a muitas mãos, constituindo um verdadeiro mosaico teórico, e que, por conta disso, seria difícil refutá-lo por completo no espaço de uma nota, Artur Neves elegeu a tese de Antonio Candido, “Repúdio ao capitalismo de Estado”, para a sua análise. Segundo ele, o texto escolhido não passava de um instrumento a partir do qual se dava vazão ao “ódio anticomunista” do seu autor. Em suas palavras, isso poderia ser explicado pelo fato de que Candido fazia parte – como outros tantos intelectuais – de um grupo recrutado pelo imperialismo, servindo-se de sua capacidade, inteligência e habilidade para “escrever contra o comunismo, contra a União Soviética e, muito especialmente, contra os comunistas de seu próprio país”. Neste sentido, prosseguia Neves, esses pensadores nada faziam senão colocar-se, “consciente ou inconscientemente, na posição de tropa avançada na campanha ideológica” que os Estados Unidos desenvolviam no Brasil.

O autor considerava que, para “Antonio Candido & Cia.”, era preferível “enveredar por uma linha de falsa ‘neutralidade’, ou se encastelar na cômoda posição de juízes da qual não participam”, ao invés de tomar “posições firmes e claras contra um governo ditatorial e arbitrário” (numa alusão à gestão do então presidente, Eurico Gaspar Dutra). Contudo, afirmava Artur Neves:

A atitude desses “inteligentes” e “hábeis” teóricos do “socialismo democrático” não consegue iludir o nosso povo, que já atingiu suficiente maturidade política para perceber que à medida que entre nós a luta de classes se aprofunda, os tais “teóricos” passam a acentuar as suas divergências táticas com as forças verdadeiramente

⁵²⁰ O texto foi dividido em duas partes, ocupando as páginas de duas edições seguidas (ver NEVES, Artur. “Posições ‘Socialista’”. In: *Fundamentos*. n. 11. Janeiro de 1950, pp. 30-33/n. 12. Fevereiro de 1950, pp. 37-39).

revolucionárias, vão pouco a pouco se transformando em 3ª força, “neutra” e “equidistante”, para afinal cobrir a sua retirada da luta ou à uma adesão ao inimigo com a cortina de fumaça de uma “posição ideológica”, engenhosamente elaborada, mas sem qualquer conteúdo revolucionário.

Cumpre lembrar aqui o discurso “apolítico” a partir do qual uma parcela considerável de intelectuais havia abandonado a Associação Brasileira de Escritores, em abril de 1949. Segundo eles, a tentativa dos comunistas em transformar a entidade em um instrumento de ação legal do PCB implicaria na deturpação dos objetivos originais da mesma e, por essa razão, eles não poderiam manter-se dentro dela. Sem tocar especificamente neste assunto, mas, em certa medida, dando o seu parecer sobre a questão, Neves fazia a seguinte observação:

Se fizermos um balanço das atividades desses intelectuais que se arrogam o direito de orientar ideologicamente a luta revolucionária do povo brasileiro, verificaremos que, com suas falsas “posições ideológicas” e através da sistemática crítica anticomunista com que disfarçam o seu oportunismo e falta de espírito de luta, eles na prática não tem feito mais do que levar água ao moinho da reação. Sempre que são chamados a tomar posição nas campanhas em que o nosso povo está empenhado, os intérpretes do “socialismo democrático” fogem pela tangente e, com a publicação de manifestos, comunicados e discursos, cheios de ressalvas, denúncias e interpretações sibilinas, procuram torpedear os movimentos populares e lançar a desconfiança no seio das massas. Por trás de cada movimento realmente popular, vislumbram sempre o assustador fantasma comunista, o perigo do manobrismo e do desvirtuamento e, como é natural, preferem ficar vigilantemente de fora, ao cômodo trabalho de “orientação política”.

No combate ao comunismo, portanto, os intelectuais socialistas, servindo a interesses outros que não os brasileiros, estariam se colocando contra as campanhas em defesa do petróleo nacional e da paz. De acordo com Artur Neves, isso era resultado de um equívoco grave, uma vez que se baseava no pressuposto errôneo de que o Partido Comunista Brasileiro – entusiasta e promotor de congressos em favor dessas causas – era uma “expressão local do comunismo russo”. Segundo o autor, isso implicava na substituição do problema geral da luta de classes por um dilema de ordem geopolítica. Dessa forma, apesar das críticas às práticas imperialistas e aos problemas sociais advindos da ação do capital, esses “Antonios Candidos” (conforme expressão do autor), ao dirigirem sua crítica diretamente à União Soviética, estariam assumindo um lado no conflito da Guerra Fria.

A verdade é que a maioria dos dirigentes “socialistas”, campeões do oportunismo tanto lá na Europa como aqui no Brasil, nunca se defrontou, como quer fazer crer o Sr. Antonio Candido, com o problema de escolha entre o campo do imperialismo guerreiro norte-americano e o campo da paz e da democracia que os Antonios Candidos de todo o mundo, subvertendo intencionalmente o sentido das palavras e procurando lançar a confusão, costumam denominar de “imperialismo

soviético”. Os acontecimentos políticos destes últimos anos revelam com suficiente clareza que os próceres do “socialismo” europeu, salvo poucas e honrosas exceções que, pelo contraste, ainda tornam mais nítida e visível a traição da grande maioria, sempre procuraram desempenhar com solicitude e servilismo inexcusáveis, o papel de “librés escarlates” dos grupos monopolistas internacionais. Durante muitos anos esses pseudorrevolucionários conseguiram representar a sua pantomima oportunista nos bastidores da política internacional, mas a 2ª grande guerra, que trouxe no seu bojo o agravamento da crise capitalista e o aguçamento da luta de classes, veio pôr o ponto final na comédia revolucionária dos socialistas de direita. Diante do crescimento das forças da democracia e da intensificação do movimento revolucionário em todos os países viram-se eles obrigados a sair de trás das suas velhas e gastas cortinas de demagogia, com que se escondiam dos olhos do público, para vir representar em cena aberta o seu triste papel de solapadores da unidade operária e do movimento revolucionário.

Diante disso, afirmava Artur Neves, não era possível crer na “neutralidade” de intelectuais como Antonio Candido que, em sua inteligência, estariam forjando “truques” para “iludir o nosso povo para mais facilmente poderem cumprir a sua verdadeira tarefa de ‘quadros teóricos’ da reação”.

Para o Sr. Antonio Candido e a maioria dos dirigentes do “socialismo” brasileiro, a tarefa mais urgente e patriótica não é atacar o Departamento de Estado e os homens de Wall Street, que, por intermédio de seus agentes nacionais e estrangeiros, executam uma política de domínio e exploração do povo brasileiro e são os únicos beneficiários do atraso econômico em que o nosso país se encontra. Para eles, o importante, o “revolucionário” é revomitir velhas calúnias contra a União Soviética, país que não possui um único rublo investido em nossa economia e não controla, nem direta, nem indiretamente, nenhuma das nossas fontes de matéria-prima ou de energia elétrica: que não possui no Brasil uma única empresa particular ou de serviços públicos, e nunca demonstrou desejo de estabelecer bases militares em nosso território; que nunca controlou o nosso comércio exterior, nem cobiçou o nosso petróleo; um país, enfim, que não interfere de modo algum na nossa vida econômica e política. Com os seus sistemáticos ataques à União Soviética, e o completo esquecimento de qualquer crítica ao imperialismo norte-americano, que ele mesmo declara ser o que “nos ameaça diretamente com a voracidade dos seus trustes”, o Sr. Antonio Candido fornece ao mais desprevenido leitor das suas elucubrações teóricas um eloquente exemplo da cínica e mentirosa “neutralidade” com que os senhores “socialistas” procuram disfarçar o seu oportunismo e encobrir a sua militância ativa ao lado dos inimigos do nosso povo.

Rivadavia Mendonça, em outro artigo publicado em *Fundamentos*, lançaria mão dos mesmos argumentos de Artur Neves. Em “Pelegos intelectuais a serviço da reação”⁵²¹, o autor despejaria suas críticas, uma vez mais, sobre o grupo do qual Antonio Candido fazia parte, sem, no entanto, debruçar-se sobre a questão da sua filiação partidária. Servindo-se de um tom mais agressivo do que o articulista anterior, Mendonça qualificava os alvos de seu texto como

⁵²¹ MENDONÇA, Rivadavia. “Pelegos intelectuais a serviço da reação”. In: *Fundamentos*. n. 14. Abril de 1950, pp. 9-14. Esta edição trazia, em sua capa, um desenho em que um escritor (sintomaticamente parecido com Sergio Milliet) falava à uma plateia, tendo por contrarregra o Tio Sam e carregando às costas um saco de dinheiro (ver Anexo 9).

a “escória cultural da terra”, formada por “tarados, renegados, lumpens e mesmo alguns retardados mentais”. Para ele, escritores como Sergio Milliet, Arnaldo Pedroso d’Horta, Lourival Gomes Machado, Luís Martins, Mário Neme, Luís Coelho e Paulo Magalhães (além do próprio Antonio Candido) eram “agentes e militantes da decadência e do divisionismo no meio intelectual paulista”, além de desagregadores a serviço da “classe dominante dos latifundiários”.

São sabujos das classes dominantes, são aproveitadores de vantagens que os cargos e posições oferecem, são inimigos da categoria profissional a que estão ligados, são policiais em permanente serviço para denunciar e entregar colegas à reação, quando estes se encontram em luta pelas melhores condições de vida e de trabalho profissionais; são divisionistas, desagregadores, a emperrar permanentemente o desenvolvimento de uma consciência de unidade e de ação dos profissionais a promover o esfacelamento e a neutralização dos organismos que usurpam, são enfim tipos que se arvoram em donos do patrimônio moral e material alcançado pela categoria profissional, usando dos mais ignóbeis recursos para a sua perpetuação nos postos de administração e representação das entidades culturais.

Entre os nomes ligados à causa de reação, era ao de Sergio Milliet que Mendonça dava maior ênfase, por se tratar, segundo ele, do “pelego máximo do meio intelectual paulista”, um “canastrão das letras”. Por essa via, é que se poderia explicar a manutenção de suas funções n’*O Estado de São Paulo* e na administração da Biblioteca Municipal, sempre a custa de bajulações a figuras como Júlio de Mesquita Filho, o governador Ademar de Barros e o prefeito Paulo Lauro. Nas palavras do autor, tais práticas já podiam ser observadas no período do Estado Novo, por conta dos “cômodos empregos em repartição pública” e em “jornais sob intervenção” desempenhados por Milliet.

A crítica de Rivadavia Mendonça também fazia alusões a uma possível ojeriza do autor de *Diário Crítico*, tanto em relação ao povo, em nome de uma pretensa elitização da cultura, como também a respeito dos escritores mais novos, por não admitir que sua posição no campo das letras lhe fosse tomada. Além disso, ele sugeria que, por conta de sua “ vaidade pessoal” e “ ambição de ser o máximo intelectual”, Sergio Milliet teria se engajado em “uma luta surda, mas persistente e desleal, contra os verdadeiros valores culturais paulistas, sobretudo contra Mário de Andrade e Monteiro Lobato, que, em vida, lhe faziam sombra incômoda”.

[...] Em sua crítica, ataca Mário de Andrade, que lhe abriu uma estrada que não foi capaz de trilhar, dizendo-o ignorante, malabarista e mascarado, e no seu ataque reponta a mágoa ao grande escritor, porque este não deixava de usar aspereza para apontar a ignorância e a imbecilidade vaidosa de Sergio, de que Mário não fazia segredo nas rodas de seus amigos. Também Lobato foi alvo de azinhavre do pelego

intelectual paulista, a quem atribuíra “alguma imaginação, pobre contudo porque pouco criadora”, afirmando mais a respeito do precursor da literatura infantil brasileira, que ele tinha “sob a máscara bonanchã o rictus cruel de quem, por farsa, comete uma má ação”.

Não só a obra literária de Lobato se fez alvo da campanha de aviltamento do Sr. Milliet. Ele procurou também atingir o patriota que lutou pelos grandes problemas nacionais, na sua atividade política, menosprezando e diminuindo o significado e a repercussão de sua prisão, ao defender o petróleo de nossas terras. Para o pelego, ela era uma prisão sem importância, de quem, por ser sempre “do contra”, estava afeito a sofrer de vez em quando o resultado de sua atitude.

As referências a Mário e Lobato abriam caminho para uma questão cara aos comunistas, a saber, a da função social da arte. De acordo com o articulista, Sérgio Milliet realizava um trabalho crítico voltado com finalidades perniciosas, “causando graves danos aos pintores, aos poetas, a todos os novos intelectuais”, por meio dos “piores venenos da confusão, da imoralidade, do oportunismo e do reacionarismo”. Rivadavia Mendonça afirmava que a luta de Milliet era por uma produção artística desprovida de um debate sobre política, guerra e revolução; porém, dotada de um senso cosmopolita – o que, no limite, a colocaria a serviço dos interesses imperialistas, contrários, portanto, às demandas nacionais. Dessa forma, a arte não poderia aproximar-se do povo, devendo fechar os olhos para os seus problemas.

Ele [Milliet] procura desmoralizar, ridicularizar e amedrontar os artistas e intelectuais que demonstram desejo de pôr a sua arte e a sua cultura a serviço do povo, chamando-os de “adesistas”, e para convencê-los, faz provocação com o nome de Lênin, a fim de defender o individualismo artístico. Nada de contato com o povo, porque acha que o artista, o intelectual são super homens, “hipersensíveis”, “quase anormais”, que formam a sua casta acima do homem comum, e por isto é que se bate contra a participação dos artistas nas lutas políticas, sentenciando que “abrigado na força de vontade e no decidido desejo de alheamento, podemos em rigor fechar os olhos para a vida política”.

Em razão desse “não-se-importismo” de Sérgio Milliet, Rivadavia Mendonça o classificou como “pregoeiro da cultura da decadência”, caracterizada, sobremaneira, pelo seu caráter “não participante”. Segundo ele, isso explicaria não somente as críticas simpáticas do mesmo em relação a certa “literatura de confusão e amoralidade”, mas também o próprio teor de suas obras:

É o problema de consciência, entretanto, que não existe para esse pelego da cultura paulista, porque ele atinge ao máximo a sua falta de escrúpulos e de moral, a ponto de defender ignominiosas atividades de incesto e pederastia que ele se põe a cantar em verso e prosa, numa escabrosidade que há de ficar sempre sem adjetivação apropriada. Sua novela “Duas cartas no meu destino” e grande parte dos versos em “Oh! valsa latejante” constituem o enaltecimento dessa perversão que chama de “febre maligna” e que gera “planos inconfessáveis”, louvados por ele com hedionda baixeza e crua

mediocridade, procurando valorizar a sua pornografia e justificar a sua frequentemente confessada covardia, com vaidosos autoelogios, intitulado-se “o mais sutil dos filósofos”, “o mais sensível dos poetas”.

Nota-se como, na argumentação dos comunistas, o suposto atrelamento dos intelectuais que lhe faziam oposição com os interesses imperialistas teriam como resultado a produção de uma “arte falsa”, de qualidade duvidosa, sem qualquer identificação com a realidade e com os problemas sociais. Em artigo dedicado especificamente à produção dos escritores, Moacir Werneck de Castro falava de “uma literatura de decadência”⁵²², cujo traço característico seria o “gosto pela podridão”, ou seja, “a ênfase nas qualidades negativas do homem que a sociedade burguesa levou ao auge”. Os próprios autores, de acordo com ele, tanto quanto os personagens de seus livros, eram “cada vez mais preferentemente os tarados, os pederastas, os renegados do movimento revolucionário, os aventureiros de toda sorte, os profissionais do imoralismo”.

Como se a burguesia, ao chegar o momento fatal, se esforçasse em pôr à mostra tudo o que acumulou de hediondo na sua consciência de classe, durante os decênios em que projetou no mundo a sombra de sua ignomínia. Os grandes bandidos, ao morrer, se revelam sórdidos. Assim morre a cultura burguesa, entre fezes e vômitos e suores fétidos de pavor.

Essa agressividade, já verificada no texto de Rivadavia Mendonça, tornava-se mais evidente nas palavras de Werneck de Castro. Este último, no entanto, desenvolveria sua argumentação a partir de um discurso moralista (se é possível classificá-lo dessa forma), apegando, em muitos casos, não apenas no teor específico das obras, mas também na intimidade dos seus autores. Prova disso estava nas referências a Truman Capote e André Gide, cuja reconhecida homossexualidade serviu de mote para a desclassificação de seus trabalhos pelo articulista.

A respeito do primeiro, além da pobre caracterização da obra “Our rooms, our voices” – centrando-se na questão de um “sobrinho degenerado” que teria se “entregado” a um tio, após obter “favores sexuais” de uma anã – Moacir Werneck de Castro fazia menção a maneira como Capote aparecia nas fotos: “com gravata borboleta, o ar lânguido e uma franginha ‘a Claudette Colbert’”. Já em relação a Gide, o autor afirmava que o mesmo teria ficado decepcionado com sua viagem a União Soviética, por perceber que seu “caro vício” era

⁵²² CASTRO, Moacir Werneck. “Uma Literatura de Decadência”. In: *Fundamentos*. n. 13. Março de 1950, pp. 12-14.

tratado como uma doença pelos soviéticos e, por conta disso, não ter conseguido “zelar pela sorte dos seus companheiros de tara sexual”.

Mas ficamos sabendo que Gide, na União Soviética pretendia levantar uma bandeira – a bandeira da “libertação” dos pederastas. E como as frases nunca saem por acaso, compreendemos por que esses velho tarado, depois de se roçar pelo comunismo, viria a rastejar diante de Pétain e dos alemães, num abjeto espetáculo de servilismo intelectual, escrevendo: “Reconciliar-se com o inimigo de ontem não é covardia, mas prudência, aceitação do inevitável... Viva a opressão do pensamento!”.

Para Werneck de Castro, tais escritores – assim como outros que produziam segundo os interesses imperialistas – eram exemplos da “enxurrada da imundície burguesa” que, via exportação, se espalhava pelo mundo. Segundo ele, a revista “Seleções”, as histórias em quadrinhos, bem como os “filmes idiotas para o embrutecimento das massas”, também estavam inseridos nesse processo de divulgação ideológica a serviço do Capital. Para tanto, ao invés de dedicarem-se às questões do povo, divulgavam valores como “cosmopolitismo, pessimismo, degradação, perversão, culto da forma em si, ‘reação contra a democratização da cultura’, fuga do real, morbidez, sadismo e loucura”. Isso, por sua vez, era consumido pelas camadas mais instruídas, pelos próprios intelectuais, e pelos jovens, desmobilizando-os para a luta revolucionária. Neste sentido, caberia aos produtores culturais ligados ao comunismo reagirem:

O reconhecimento desta realidade monstruosa impõe um grave dever aos intelectuais e artistas, na dupla defesa de seu povo e de sua arte. Não basta vagamente mostrar-se favorável a uma “participação” em termos de política geral, estabelecendo uma dissociação entre a atividade literária e artística – ficção, poesia ou crítica – e a atividade propriamente política, muitas vezes limitada à simples assinatura de manifesto. É necessário que a concepção revolucionária do mundo se reflita ao desejo de transformá-lo pelos meios da arte, se exprima a cada passo do trabalho intelectual e artístico, selando-o com a sua marca profunda, graças à inspiração permanente de uma estética socialista. Em caso contrário, de nada valerá a adesão ao movimento revolucionário, porque o artista irá servir com a sua obra o inimigo, a quem pretende combater dando apenas o seu nome – e as suas melhores intenções – em apoio da classe revolucionária, o proletariado. Estará ajudando de fato o mundo caduco, e não as forças históricas em ascensão, que se acrescentaram com a sua estética definida e a sua unidade moral indissolúvel. Essa estética é a que se baseia no realismo socialista, e constitui a arma poderosa para luta contra os elementos artísticos de dissolução da burguesia ocidental.

Permitir que se infiltrem na obra criada as concepções estéticas decadentes e corrompidas da sociedade burguesa em agonia é envenenar conscientemente as fontes de uma arte e de uma literatura dignas do tempo que estamos vivendo. Aos tarados a degradação, aos servos dos donos da vida o pessimismo, e formalismo estéril, a negação dos valores humanos que hoje cada vez mais se agigantam numa quarta parte do mundo. Aos intelectuais e artistas honestos a alta missão de varrer o monturo para abrir caminho à cultura da humanidade libertada e construir em harmonia com as grandes massas que estão forjando nos dias de hoje a maior epopeia da história. Esses intelectuais e artistas têm nas mãos o patrimônio da vida, da esperança, da paz. Cumpre entregá-lo, enriquecido, ao futuro.

O senso de “dever” estava, uma vez mais, no horizonte dos escritores e, por conseguinte, da A.B.D.E.. Contudo, diferentemente do que ocorrera em 1945, a ideia de uma “participação” efetiva, “verdadeira”, tornou-se privilégio dos setores comunistas – ao menos, segundo o discurso dos mesmos. Aos demais, restava a condição de “traidores”, serviçais de interesses estranhos ao Brasil, a seu povo, a sua cultura e, por consequências, ao próprio meio intelectual do qual os homens e mulheres de letras faziam parte. E, nesse caminho, até mesmo nomes que anteriormente gozavam de certo prestígio nos círculos intelectuais comunistas, acabaram se tornando *persona non grata*.

As críticas feitas aos escritores não comunistas, marcadas, muitas vezes, pela extrema violência e por um moralismo torpe, em nada contribuíam para se obter uma análise fria dos trabalhos alheios às diretrizes do “realismo socialista”. No mais das vezes, os artigos e textos, conforme se pôde observar nos exemplos dados acima, degingolavam em uma série de injúrias de ordem pessoal, desqualificando os autores, como forma de atingir suas obras. Em algumas situações, inclusive, se avaliava a postura deste ou daquele intelectual em face do momento político dos anos 1950, com base no que o mesmo tinha escrito vinte ou trinta anos antes.⁵²³

Como bem avaliou Leandro Konder, em comentário exposto anteriormente, tal postura sectária dos comunistas contribuiu muito mais para o seu isolamento, do que propriamente para o alcance das metas partidárias. A A.B.D.E., transformada em uma extensão do partido, ainda que não declaradamente, passou a agir conforme as diretrizes do PCB e, em seus eventos (notadamente os congressos), as palavras de ordem, Paz e Democracia, estavam sobremaneira atreladas ao combate ao governo Dutra e seu alinhamento com os Estados Unidos, abdicando do debate acerca das questões de ordem literária ou dos direitos autorais dos escritores.

A supremacia comunista da entidade dos escritores, radicalizada pelo endurecimento da política cultural do PCB, via stalinismo-zdanovismo, levou a associação ao seu paulatino e triste declínio. Esvaziada, ela já não mais contava com a publicidade de outrora. Além disso, a chuva de pesadas críticas aos que dela haviam saído somente acelerou a sua perda de prestígio

⁵²³ Ver PEREIRA, Astrojildo. “Tristão de Ataíde: Ideólogo da Traição Nacional”. In: *Horizonte*. n. 11/12. Novembro/Dezembro de 1951, pp. 324-329. No texto, Astrojildo Pereira faz uma extensa apresentação da obra de Alceu Amoroso Lima, particularmente durante os anos 1920, momento em que ele fazia parte da Ação Católica e era muito próximo de seu líder, Jackson de Figueiredo. Para o autor do artigo, os escritos daquela época colocavam Tristão de Ataíde como uma espécie de baluarte do pensamento reacionário, porém dos anos 1950; desconsiderando, portanto, as mudanças ocorridas no discurso do mesmo durante o início dos anos 1940, em razão do seu contato com as ideias do pensador francês Jacques Maritain.

nas rodas intelectuais do país. A “missão” dos profissionais da pena, tão cara aos membros da agremiação em sua fase áurea, marcada pela “união nacional” contra o nazifascismo e pelo retorno democrático, bem como pelo melhoramento das condições econômicas daqueles que escreviam; restringia-se, nesse momento, à propaganda ideológica, destinada à exaltação das ações do partido e de seus líderes, e a tentativa de degradação das demais formas de produção cultural.

Apesar da abertura, fruto de uma autocrítica que os membros do PCB fariam, a partir de 1956, os estragos pareciam incontornáveis. A A.B.D.E. já sofria a concorrência de outras tantas entidades estaduais, uma vez que parcela considerável dos escritores do país não lhe conferiam qualquer autoridade na defesa de suas demandas. As reavaliações promovidas por alguns intelectuais comunistas acerca da truculência praticada anos antes, se não permitiram que se estabelecesse um novo olhar acerca do comunismo, ao menos possibilitou algumas reaproximações. Ainda assim, as desconfianças permaneceram em muitos casos e, apesar da formação de uma nova entidade, a U.B.E., em São Paulo, ela não mais contaria com a força de adesão e representatividade que outrora teve a A.B.D.E..

CONCLUSÃO

Moacir Werneck de Castro, em setembro de 1981, publicou uma pequena nota no caderno “Ilustrada” da *Folha de São Paulo*⁵²⁴, em que fazia uma rápida referência ao poema então recentemente lançado por Carlos Drummond de Andrade, “Canções de Alinhavo”⁵²⁵. Segundo ele, o teor do texto, notabilizado pela menção a Dalcídio Jurandir, revelava uma “contida mas intensa melancolia”.

Talvez absorvido por esse mesmo senso melancólico, o autor, no alto dos seus 66 anos, serviu-se do poema como mote para relembrar o conflitos ocorridos no interior da A.B.D.E., durante o primeiro semestre de 1949, e que acabaram por provocar a cisão da entidade. Ele, que esteve presente tanto nas conturbadas eleições para a presidência da seção do Distrito Federal da agremiação, quanto na fatídica cerimônia de posse de Afonso Arinos de Melo Franco, procurava elucidar brevemente a dinâmica das violências cometidas durante tais eventos.

Em suas palavras, Drummond e Dalcídio – personagens principais de seu texto – ainda que estivessem situados em lados opostos na refrega, “eram avessos a sair no braço, mas lá estavam na linha de frente, fiéis soldados, a cumprir heroicamente as suas tarefas militantes”. Trinta anos depois daqueles fatos, no entanto, ante a morte do escritor paraense, o poeta mineiro demonstrava, em sua nostalgia, que as feridas estavam sanadas.

As marcas do conflito remetiam, principalmente, às amizades desfeitas no curso das discussões entre comunistas e não comunistas que, no seu afã por controlar a Associação Brasileira de Escritores, acabaram por encaminhar a sua divisão. Entretanto, convém salientar que essas diferenças já estavam presentes na própria origem da entidade, ainda que, por conta de interesses convergentes, os vários grupos que compunham os quadros da A.B.D.E. procuravam, ao menos inicialmente, atuar de forma conjunta.

⁵²⁴ CASTRO, Moacir Werneck de. “A grande guerra dos escritores”. In: *Folha de São Paulo*. Caderno “Ilustrada”. 20 de setembro de 1981, p. 1. Semanas depois, o autor voltaria à questão, explicando mais detalhadamente os fatores que desencadearam os conflitos (ver CASTRO, Moacir Werneck de. “O racha dos escritores”. In: *Folha de São Paulo*. Caderno “Ilustrada”. 4 de outubro de 1981, p. 59).

⁵²⁵ O trecho que contém a citação a Dalcídio Jurandir é o primeiro de outras sete partes de compõem o poema: “Chove nos campos de Cachoeira/e Dalcídio Jurandir já morreu./Chove sobre a campa de Dalcídio Jurandir/e sobre qualquer outra campa, indiferentemente./A chuva não é um epílogo,/tampouco significa sentença ou esquecimento./Falei em Dalcídio Jurandir/como poderia falar em Rui Barbosa/ou no preto Benvindo da minha terra/ou em Atahualpa./Sobre todos os mortos cai a chuva/com esse jeito cinzento de cair./Confesso que a chuva me dói: ferida,/lei injusta que me atinge a liberdade./Chover a semana inteira é nunca ter havido sol/nem azul nem carmesim nem esperança./É eu não ter nascido e sentir/que tudo foi roto para nunca mais./Nos campos de Cachoeira-vida/chove irremissivelmente.” (ver ANDRADE, Carlos Drummond de. *Corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp. 60-66).

Tal esforço pela unidade estava atrelado, segundo a interpretação desta tese, à busca pela construção de um espaço autônomo de atuação dos intelectuais brasileiros, especificamente os homens e mulheres de letras. Neste sentido, não eram poucos os dilemas enfrentados igualmente pela intelectualidade do país, a saber: a repressão à livre manifestação de ideias, a prática da censura pelo governo à produção cultural, a manutenção de um regime ditatorial, assim como as imensas dificuldades econômicas enfrentadas pelos escritores que, desprovidos de uma lei específica que zelasse pelos seus direitos, acabavam impossibilitados de se dedicar exclusivamente e de forma profissionalizada ao ofício da escrita.

A tão exaltada “comunhão viva”, segundo a expressão de Aníbal Machado, só era possível, portanto, na medida em que essas questões se mantivessem no horizonte de ação da classe pensante do país. Liberais, católicos, socialistas e comunistas, apesar de suas diferenças e rivalidades no campo ideológico, compartilhavam igualmente de uma preocupação quanto à resolução dos problemas expostos acima. Em meados de 1944, quando a guerra começava a dar sinais de que se encaminharia para um desfecho favorável aos Aliados, a entidade dos escritores radicalizou seu discurso e, ainda que salientando seu caráter profissional, foi em bases políticas que ela passou a atuar, batendo-se pela restabelecimento da ordem democrática no país.

Esse modelo de conduta da associação encontraria seu ponto máximo no Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, em janeiro de 1945, donde o projeto de uma intelectualidade autônoma parecia encontrar seu ponto de coroamento. Sergio Milliet, em seu discurso de inauguração dos trabalhos, afirmava não ter havido “mecenas” para o evento, e que se regozijava “com a liberdade de não precisar agradecê-los”⁵²⁶. Efetivamente, eles se viam como intelectuais agindo como “intelectuais”, ou seja, acima de interesses de cunho meramente ideológico, partidário, estatal ou mercadológico. Era em nome de suas próprias demandas que estariam atuando, sem a interferência de fatores estranhos ao seu grupo.

Para muitos, como Mário de Andrade, isso significava que era possível que a classe pensante do país pudesse cumprir sua “função social”, sem abrir mão daquilo que ela efetivamente era. A “torre de marfim” deixava de representar o isolamento e “apoliticismo”. No compromisso que a sua posição exigia, de defesa de valores universais, duas palavras tomavam a frente da luta da intelectualidade brasileira: liberdade e democracia.

No entanto, uma vez alcançadas ambas as metas citadas acima, os ditos “problemas de origem” da A.B.D.E. vieram à tona. Incapaz de manter sua coesão frente às disputas

⁵²⁶ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 23.

partidárias decorrentes da democratização do país, a associação se tornaria palco de conflitos entre os mesmos grupos que, havia pouco, estavam celebrando a sua unidade de ação. A diversidade ideológica que, antes, era motivo de orgulho para os membros da agremiação, logo se converteu em um problema que, pouco a pouco, minou a própria existência da mesma. Os conflitos corporais de 1949 e a consequente cisão foram o ponto culminante de uma tensão instalada meses após o primeiro congresso. A constatação de Álvaro Lins de que os intelectuais já não estavam mais unidos, em agosto de 1945, era prova disso.

Com a chegada dos ventos da Guerra Fria ao Brasil, a situação degradingolou para a redefinição de interesses dos setores que compunham a associação: liberais, católicos e socialistas passaram a investir na ideia de que ela deveria ser apenas um espaço de debate em torno da defesa dos direitos autorais dos escritores; enquanto que os comunistas, perseguidos no país em razão do alinhamento do governo Dutra com os norte-americanos, defendiam que a entidade priorizasse o seu cunho político. Em 1947, quando da realização do segundo congresso nacional da A.B.D.E., a divisão ganhou contornos mais claros. Posto na ilegalidade, o PCB procurou mobilizar seus intelectuais para que utilizassem o evento como uma atitude pública contra os abusos praticados pelo governo contra ele, o que imediatamente gerou revolta entre os não comunistas, muitos dos quais abandonando o conclave (atitude revertida posteriormente).

O estrago, no entanto, já estava feito e, ainda que se tentasse preservar a integridade da associação com a eleição de chapas diretoras com elementos oriundos dos dois grupos em conflito, o rompimento foi inevitável. De 1949 em diante, a entidade viu desmoronar seu intento original de ser um espaço agregador, que se batesse pela solução de problemas comuns a todos os escritores do país. A autonomia almejada (ainda que sem se utilizar desta palavra, especificamente) também se tornou um projeto distante, uma vez que a agremiação deixava de ser apartidária e, por consequência, múltipla, para dedicar-se exclusivamente ao cumprimento das diretrizes do PCB.

Seus congressos de 1950 e 1951 foram indícios claros desse realinhamento, com o foco dos trabalhos voltados a duas das principais bandeiras do discurso comunista: a luta pela Paz e contra o imperialismo. Desprezados pela grande imprensa que, no mais das vezes, lhes dedicaram críticas mordazes; esses encontros acabaram servindo de catalisadores para a formação de outras entidades de escritores, que passaram a rivalizar com a A.B.D.E. como representantes legais dos interesses dos homens e mulheres de letras. Por fim, a associação concebida e inaugurada entre 1942 e 1943 encontrava, quinze anos depois, o seu fim. Com o

surgimento da União Brasileira de Escritores, em janeiro de 1958, a Associação Brasileira de Escritores deixava, definitivamente, de existir.

Restaram as marcas das lutas corporais e agressões verbais decorrentes do conflito. Ainda que muitos, por conta da divulgação dos crimes de Stalin, em 1956, tivessem feito uma revisão de suas atitudes; alguns dos desafetos criados durante o período não mostravam disposição para o aceite de um pedido de desculpas. O comunismo passou a ser encarado por seus adversários como algo a ser combatido, pois se trataria de uma ideologia sectária e truculenta. Nesse sentido, qualquer nova tentativa de se promover a união dos intelectuais brasileiros em uma nova entidade, tal qual foi a A.B.D.E. e seus primeiros anos, acima dos interesses de ordem ideológico-partidários, seria fracassada.

Desunida, a intelectualidade já não contava com a mesma projeção de outrora, o que explica a falta de referências à atitude da U.B.E. que, no calor dos acontecimentos em torno da promulgação do Ato Institucional n.º 5, chegou a publicar um manifesto contra a favor da democracia⁵²⁷, porém sem nenhuma consequência mais notória. O próprio chamamento de Carlos Heitor Cony aos intelectuais brasileiros para que se posicionassem frente aquela ação antidemocrática⁵²⁸ não parece ter surtido o mesmo efeito das declarações de 1942 (em *Diretrizes*) e de 1945 (no congresso de escritores), tampouco do documento publicado pelos pensadores e políticos mineiros, em 1943.

Nas lembranças colhidas acerca da A.B.D.E., não faltam citações que exaltam os feitos da entidade contra o Estado Novo. No entanto, esse momento se constituiu como o único, dentro de sua breve trajetória, em que foi possível vislumbrar a ocorrência de uma ação conjunta da intelectualidade brasileira em favor de questões que interessavam diretamente a ela. E, ainda que muitos dos problemas pela qual ela se batia fossem também demandas de outros setores da sociedade; foi o fato de que tal atitude ocorreu à revelia das determinações ou investimentos do Estado, tanto quanto das diferenças ideológicas, que mereceu destaque. Neste sentido, a Associação Brasileira de Escritores, apesar do fracasso do seu projeto original no médio e longo prazo, possibilitou a ocorrência de um evento singular na história dos intelectuais do país.

As brigas posteriores, dessa forma, nada mais foram do que uma das consequências possíveis de se colocar dentro de um mesmo espaço elementos tão díspares. No entanto, ainda que o projeto da associação não tenha se mantido ao longo dos anos e ela tenha desaparecido,

⁵²⁷ SAYEG, João Baptista & CARNEIRO, Caio Porfírio. *A Vocação Nacional da UBE: 62 Anos*. São Paulo: RG Editores, 2004, p. 82.

⁵²⁸ CONY, Carlos Heitor. *O Ato e o Fato*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

seu valor enquanto objeto de estudo é inegável, na medida em que oferece ao historiador uma possibilidade ampla de se conhecer mais a fundo os caminhos e descaminhos percorridos por alguns dos grande nomes da dita “inteligência” do país.

REFERÊNCIAS

Arquivos visitados

Arquivo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação da Universidade Estadual Paulista (CEDEM-UNESP)

Arquivo Sérgio Buarque de Holanda (UNICAMP)

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP)

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

Fontes

Anais de Congresso:

I Congresso Brasileiro de Escritores, promovido pela Associação Brasileira de Escritores – Janeiro, 22 a 27 – 1945 – São Paulo.

Primeiro Congresso Paulista de Escritores, promovido pela Associação Brasileira de Escritores (ABDE), Seção São Paulo – Setembro, 22 a 26 – 1946 – Limeira

Publicações:

A Noite (São Paulo – SP) – jan. 1945

Correio Paulistano (São Paulo – SP) – jan. 1945

Diário de São Paulo (São Paulo – SP) – dez. 1944 a jan. 1945

Folha da Manhã (São Paulo – SP) – 1943-1951

Folha da Noite (São Paulo – SP) – 1943-1951

Jornal de Notícias (São Paulo – SP) – 1946-1951

O Estado de São Paulo (São Paulo – SP) – jan. 1945

A Manhã (Rio de Janeiro – RJ) – 1945-1951

Correio da Manhã (Rio de Janeiro – RJ) – 1945-1951

Diário da Noite (Rio de Janeiro – RJ) – 1945-1951

Diário de Notícias (Rio de Janeiro – RJ) – 1943-1951

Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro – RJ) – 1945-1949

Jornal do Brasil (Rio de Janeiro – RJ) – 1944-1951

O Globo (Rio de Janeiro – RJ) – 1945-1951

O Jornal (Rio de Janeiro – RJ) – jan. 1945

Tribuna da Imprensa (Rio de Janeiro – RJ) – 1950-1952

Tribuna Popular (Rio de Janeiro – RJ) – 1945-1947

Revista *Clima* (São Paulo – SP) – 1941-1944

Revista *Diretrizes* (Rio de Janeiro – RJ) – 1941-1946

Revista *Fundamentos* (São Paulo – SP) – 1948-1955

Revista *Hoje* (São Paulo – SP) – 1940-1944

Revista *Horizonte* (Porto Alegre – RS) – 1949-1956

Revista *Leitura* (Rio de Janeiro – RJ) – 1943-1945

Revista *Para Todos* (São Paulo – SP) – 1956-1958

Arquivos:

Astrojildo Pereira (CEDEM-UNESP)

- Documentação da A.B.D.E.: estatuto, cartas, declarações, jornais, recortes, carteiras de associados, bilhetes.

Sérgio Buarque de Holanda (UNICAMP)

- Documentação da A.B.D.E.: cartas, listas de convidados para eventos, discursos.

Bibliografia

ALMEIDA, José Américo de. *A Palavra e o Tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio/Fundação Casa José Américo, 1985.

AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

AMARAL, Aracy A. *Arte para quê? A preocupação social na arte brasileira (1930-1970)*. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1987.

AMORIM, Sônia Maria de. *Em Busca de um Tempo Perdido*: Edição de literatura traduzida pela Editora Globo (1930-1950). São Paulo: Edusp/Com-Arte; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985.

_____. *Sentimento do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, Mário de. *Entrevistas e Depoimentos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

- ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLIVEIRA, Valéria Garcia de. *Cultura Amordaçada: Intelectuais e músicos sob a vigilância do DEOPS*. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2002.
- ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. *O Risco das Ideias*. Intelectuais e a Polícia Política (1930-1945). São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006.
- ANTELO, Raúl. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984.
- ARDUINI, Guilherme Ramalho. *Em busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social (1928-1945)*. Dissertação de Mestrado em História/IFCH/UNICAMP, 2009.
- BARBOSA, Júlia Monnerat. *Militância política e produção literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): as trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB*. Tese de Doutorado em História/UFF, 2010.
- BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (orgs.) *Intelectuais: política e sociedade*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (orgs.) *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BATINI, Tito. *Memórias de um Socialista Congênito*. Campinas: Editora Unicamp, 1991.
- BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BENDA, Julien. *A traição dos intelectuais*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.
- BERGAMO, Edvaldo. *Ficção e convicção*. Jorge Amado e o neo-realismo literário português. São Paulo: UNESP, 2008.
- BERTONHA, J. F.. “Entre Mosley, Whittaker e Plínio Salgado: interfaces entre o universo fascista do Brasil e do mundo anglo saxão”. *Interfaces Brasil/Canadá*, v. 1, n.2, Porto Alegre, 2002, p. 129-144.
- BOMENY, Helena. “Infidelidades Eletivas: intelectuais e política”. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema*. Intelectuais e Políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001, pp. 11-35.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- _____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- _____. *O Poder Simbólico*. 7ª ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- BUSETTO, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo, Editora Unesp, 2002.
- CAMPOS, Regina Salgado. *Ceticismo e Responsabilidade: Gide e Montaigne na obra crítica de Sérgio Milliet*. São Paulo: Annablume, 1996.
- CANÇADO, José Maria. *Os sapatos de Orfeu*. Biografia de Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Globo, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Teresina etc*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2006.
- _____. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2008.
- _____. *O Observador Literário*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2008.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. “Estado Novo: Novas Histórias”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo. vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 107-144.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CARONE, Edgar. *A Terceira República (1937-1945)*. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1982.
- _____. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.
- _____. *O P.C.B. (1943-1964)*. Vol. 2. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1982.
- CAVALHEIRO, Edgard. *Testamento de Uma Geração*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944.
- CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e Ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: UFF/EDUFF/PROED, 1986.
- CHAVES NETO, Elias. *Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.
- COMPAGNON, Olivier. *Jacques Maritain et l'Amérique du Sud*. Le modele malgré lui. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 2003.
- CONY, Carlos Heitor. *O Ato e o Fato*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

- COSTA, Alexandre José Gonçalves. *Teologia e Política: A Ordem e a atualização do discurso político-social católico no Brasil, 1931-1958*. Tese de Doutorado em História/IFCH/UNICAMP, 2010.
- DALMÁS, Carine. *Frentismo Cultural em prosa e verso: comparações, conexões e circulação de ideias entre comunistas brasileiros e chilenos (1935-1948)*. Tese de Doutorado em História Social/FFLCH/USP, 2012.
- DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Trad. Luiz Dagobert de Aguirra Roncari. Bauru: EDUSC, 2002.
- DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/Secretaria Municipal de Cultura, 1985.
- DULLES, John W. F.. *Carlos Lacerda. A Vida de um Lutador*. vol. 1: 1914-1960. Trad. Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- _____. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a Resistência anti-Vargas (1938-1945)*. Trad. Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1984.
- _____. *O Comunismo no Brasil*. 2ª ed. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: UNESP, 2002.
- FERREIRA, Jorge. *O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FIGUEIREDO, Guilherme. *Cobras & Lagartos*. Rodapés de crítica literária, 1943 a 1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- FLORENT, Adriana Coelho. “Roupa suja se lava em casa”. In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, pp. 143-162.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A Escalada: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- GARCIA, Nelson Jahar. *Estado novo, ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.
- GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. “Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas”. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (orgs.). *O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a, pp. 79-108.

_____. “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.) *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b, pp. 43-64.

_____. “Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 35-70.

_____. *História e Historiadores*. A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

_____. *Literatura e Vida Nacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.

HILTON, Stanley. *O Ditador & O Embaixador*. Getúlio Vargas, Adolf Berle Jr. e a queda do Estado Novo. Rio de Janeiro: Record, 1987.

IUMATTI, Paulo Teixeira. *Diários Políticos de Caio Prado Jr.: 1945*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

_____. “Os Diários Políticos de Caio Prado Júnior”. In.: *D.O. Leitura* – janeiro/fevereiro, 2004.

_____. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

_____. *Arte e trabalho: aspectos do mundo das gráficas e editoras em São Paulo, 1914-1945* (no prelo).

JARDIM, Eduardo. *Mário de Andrade: a morte do poeta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JOHNSON, Randal. “A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945)”. In: *Revista USP*, São Paulo, junho/agosto, 1995.

- JORGE, Fernando. *Cale a boca, jornalista! O ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira*. 3ª edição revista e aumentada. São Paulo: Vozes, 1990.
- KONDER, Leandro. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- KOSHYIAMA, Alice Mitika Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2006.
- LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/IFCH/ UNICAMP, 1992.
- LE GOFF, Jacques. “História”. In: *História e Memória*. 4ª ed. Campinas: UNICAMP, 1996.
- LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. *Pai dos Pobres?* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LIMA, Felipe Victor. *O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945)*. Dissertação de Mestrado em História Social/FFLCH/USP, 2010.
- LIMA, Hermes. *Travessia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- LINS, Álvaro. *A Glória de César e o Punhal de Brutus. Ensaio e Estudos (1939-1959)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1952.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Pietro. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.) *O Papel do Intelectual Hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Vol. VII (1933-1960). 3ª ed. Ponta Grossa: UEPG, 2010.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “Literatura militante entre o modernismo e o realismo socialista: o Parque Industrial de Patrícia Galvão”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Livros Vermelhos. Literatura, trabalhadores e militância no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2010, pp. 67-89.
- MELO, Ana Amélia de Moura Cavalcante de. “Associação Brasileira de Escritores: dinâmica de uma disputa”. In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46: p. 711-732, jul/dez 2011.
- MELLO, Neide Moraes de. *Intelectuais na Vida Pública: Mário de Andrade e Monteiro Lobato*. Tese de Doutorado em Ciência Política/FFLCH/USP, 2006.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. vol. 1. São Paulo: IDESP, 1989.
- MILLIET, Sérgio. *Diário Crítico*. vols. I, II e III. São Paulo: Martins/Edusp, 1981.
- MORAES, Dênis de. *O Imaginário Vigiado*. A Imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- _____. *O Velho Graça*. Uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MORAES, Marcos Antônio de. *Orgulho de jamais aconselhar*. A epistolografia de Mário de Andrade. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2007.
- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: 1994.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- NAPOLITANO, Marcos. “Arte e Revolução: entre o artesanato dos sonhos e a engenharia das almas (1917-1968)”. In: *Revista de Sociologia e Política*, nº 8, Curitiba, 1997, pp. 7-20.
- _____. “A relação entre arte e política: uma introdução teórico-metodológica”. In: *Temáticas*, Campinas, 19 (37/38): 25-56, jan./dez. 2011, pp. 25-56.
- NEME, Mário. *Plataforma da Nova Geração*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.
- NOVAES, Adauto (org.). *O Silêncio dos Intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. “O Intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo”. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema*. Intelectuais e Políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001, pp. 37-58.
- _____. “Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo. vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 323-349.
- PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)*. Tese de Doutorado em História/IFCH/UNICAMP, 2003.
- _____. *Ser intelectual comunista...* Escritores brasileiros e o comunismo (1920-1945). Dissertação de Mestrado em História/IFCH/UNICAMP, 1997.
- PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política do Brasil (entre o povo e a nação)*. São Paulo: Ática, 1990.

PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol. 1. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971.

_____. *Falam os Escritores*. vol. 2. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1941.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PIRES JUNIOR, Sidney Oliveira. *Embates de um intelectual modernista: o papel do intelectual na correspondência de Mário de Andrade*. Tese de Doutorado em História Social/FFLCH/USP, 2004.

_____. “A crítica de Mário de Andrade à intolerância do Estado Novo”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A história na política, a política na história*. São Paulo: Editora Alameda, 2006, pp. 263-290.

_____. “A crítica de Mário de Andrade à intolerância política do Estado Novo: o papel do intelectual”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Editora Alameda, 2006.

PONTES, Heloisa. *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RAFFAINI, Patricia Tavares. *Esculpiando a Cultura na Forma Brasil*. O Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. São Paulo: Globo, 2011.

REBELO, Marques. *A guerra está em nós*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICARDO, Cassiano. *Viagem no Tempo e no Espaço*. Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

RODRIGUES, Cândido Moreira. *Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica (1928-1946)*. Tese de Doutorado em História/FCL/UNESP, 2006.

_____. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)*. Belo Horizonte: Autêntica/FAPESP, 2005.

- RUBIM, Antônio Albino Canelas. “Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil”. MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 3: Teorias. Interpretações. 2ª ed. Campinas: São Paulo, 2007, pp. 373-469.
- SABINO, Fernando. *O tabuleiro de damas*. Trajetória do menino ao homem feito. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.
- SAID, Edward W. *Cultura e Política*. Trad. Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. *Representações do Intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. *Humanismo e Crítica Democrática*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANDRONI, Cícero & SANDRONI, Laura Constância A. de A.. *Austregésilo de Athayde: o século de um liberal*. Rio de Janeiro: Agir, 1998.
- SAYEG, João Baptista & CARNEIRO, Caio Porfírio. *A Vocação Nacional da UBE: 62 Anos*. São Paulo: RG Editores, 2004.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; Costa, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Hélio. *1945: Por que depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SILVA, Juremir Machado da. *Getúlio: romance*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.
- SILVA JUNIOR, Gonçalo. *A Guerra dos Gibis*. A formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SILVEIRA, Joel. “1943: Eram assim os grã-finos em São Paulo”. In: _____. *A Milésima Segunda Noite da Avenida Paulista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 7-28.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Em defesa da cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOLA, Lourdes. “O Golpe de 37 e o Estado Novo”. In.: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 10ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. 3ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.
- SOUZA, José Inácio de Melo. *Paulo Emilio no Paraíso*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

- TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo Sedutor*. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TRAVASSOS, Nelson Palma. *Nos Bastidores da Literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1944.
- _____. *Livro sobre Livros*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. “Os Intelectuais e a política do Estado Novo”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo. vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 145-179.
- _____. “Uma Configuração do Campo Intelectual”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria Castro (orgs.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, pp. 71-108.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. *José Oympio: o descobridor de escritores*. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2001.
- WERNECK, Humberto. *O Desatino da Rapaziada*. Jornalistas e escritores em Minas Gerais (1920-1970). 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- WILKINSON, James D. *La Resistencia Intelectual en Europa*. Trad. Juan José Utrilla. México, D.F.: Fondo de Cultura Econômica, 1989.
- WINOCK, Michel. *O Século dos Intelectuais*. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- ZUIN, João Carlos Soares. *Sérgio Milliet: o paradoxo de um intelectual crítico*. Dissertação de Mestrado em Sociologia/IFCH/UNICAMP, 1994.

ANEXOS

Anexo 1 – Carta de aprovação do nome de Astrojildo Pereira para compor o quadro de sócios da Sociedade de Homens de Letras do Brasil (abril de 1941)⁵²⁹

⁵²⁹ Arquivo Storico Del Movimento Operario – Arquivo Astrojildo Pereira – CEDEM-UNESP, código AP, 13 (2) – 9.

Anexo 2 – Rascunho da “Declaração de Princípios” do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores (janeiro de 1945)⁵³⁰

⁵³⁰ Arquivo Storico Del Movimento Operario – Arquivo Astrojildo Pereira – CEDEM-UNESP, código ARCH A 2, 8 (2) – 9.

Anexo 3 – Registros fotográficos das eleições da seção do Distrito Federal da A.B.D.E., disputadas por Afonso Arinos e Homero Pires (março de 1949)⁵³¹

⁵³¹ “As eleições na A.B.D.E.”. In: *Diário de Notícias*. Segunda Seção, 27 de março de 1949, p. 1.

Anexo 4 – Registros fotográficos da cerimônia de posse de Afonso Arinos de Melo Franco (abril de 1949)⁵³²

⁵³² “Empossada a nova diretoria da ABDE”. In: *Diário de Notícias*. Segunda Seção, 8 de abril de 1949, p. 1. Na primeira foto, é possível distinguir, ao centro, as figuras de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Drummond de Andrade e Dalcídio Jurandir. Abaixo, é possível notar a presença de Graciliano Ramos.

Anexo 5 – Boletim da Comissão Paulista do Terceiro Congresso Brasileiro de Escritores
(março de 1950)⁵³³

III.º CONGRESSO

EM DEFESA DA PAZ, DA CULTURA E DA LIBERDADE

BOLETIM DA COMISSÃO PAULISTA DO III.º CONGRESSO BRASILEIRO DE ESCRITORES

Direção de: JAMIL ALMANSUR HADDAD
e ROSSINE CAMARGO GUARNIERI

SÃO PAULO — MARÇO — 1950

MANIFESTO

Os escritores de São Paulo, abaixo-assinados, conscientes de suas responsabilidades nesta hora atormentada do país e do mundo, e sentindo não lhes caber o direito à deserção e ao comodismo, resolvem atender e apoiar o chamamento da Comissão Nacional de Organização do III Congresso Brasileiro de Escritores, cuja realização se anuncia, de 17 a 21 de abril vindouro, na Cidade do Salvador.

Esse conclave será de grande importância para os destinos de nossa inteligência, pois ensejará, livre de sectarismos de qualquer espécie, um pronunciamento dos intelectuais do Brasil, o que está se impondo como um dever impostergável, diante das ameaças de toda espécie que vêm gravando o livre desenvolvimento da cultura nacional.

A tradição dos Congressos Brasileiros de Escritores é das mais honrosas à nossa classe de homens de pensamento. O I Congresso dessa natureza, realizado em São Paulo no ano de 1945, correspondeu a uma autêntica vitória dos ideais democráticos em nossa terra, tanto mais significativa e meritória que, afrontando riscos evidentes, foi obtida em pleno império da ditadura estado-novista.

A “Declaração de Princípios”, ali aprovada, foi reafirmada no II Congresso, realizado em Belo Horizonte em 1947.

Coerentes com essa tradição dignificadora de luta pelas liberdades públicas que, quando violadas, comprometem até à raiz de seu ofício, os escritores de São Paulo querem ir à Capital da Bahia para reafirmar com os companheiros de todos quadrantes da Nação Brasileira os mesmos princípios de Liberdade defendidos na reunião histórica de 1945. E assim entendem que contribuirão de maneira ponderável na luta em que o país está empenhado pela salvaguarda da Paz, da Cultura e das suas tradições democráticas, tão duramente ameaçadas neste instante por dois projetos de lei, atualmente em trânsito por nosso Parlamento: a Lei de “Segurança Nacional” e a Lei de Imprensa.

Com esse espírito, temos a certeza de que, congregando os intelectuais de São Paulo com os de todo o país, o vindouro Congresso de Salvador dará sua contribuição de relevo à solução de mais de um pro-

(conclue na pg. 5)

O PRESIDENTE DA A.B.D.E.

O escritor *José Geraldo Vieira*, presidente da seção paulista da A. B. D. E., dando o seu apoio ao III Congresso Brasileiro de Escritores, a se realizar na Bahia, manifestou-se sobre esse conclave da seguinte forma:

“NÓS DE SÃO PAULO DAMOS MUITO APRÊÇO A ESSE CONGRESSO, ESPERANDO NOS VALER DE SEU ÊXITO PARA UMA MANIFESTAÇÃO DE INTELIGÊNCIA E BRASILIDADE.”

⁵³³ Arquivo Storico Del Movimento Operario – Arquivo Astrojildo Pereira.

Anexo 6 – Registros fotográficos da sessão de instalação do Quarto Congresso Brasileiro de Escritores (setembro de 1951)⁵³⁴

⁵³⁴ Ver *Horizonte*. n. 10. Outubro de 1951. Na primeira foto, destacam-se as figuras de Lila Ripoll, Graciliano Ramos e Laura Austregésilo. No detalhe da terceira foto, um instante do discurso de Aparício Torelly.

Anexo 7 – Registros fotográficos dos bastidores do Quarto Congresso Brasileiro de Escritores (setembro de 1951)⁵³⁵

⁵³⁵ Ver *Horizonte*. n. 10. Outubro de 1951. Na primeira foto, estão os escritores Stenio Lopes e James Amado. A segunda fotografia revela as presenças de Zora Seljan Braga, Lupicínio Rodrigues e Jorge Medauar. Na última, figuram Walter da Silveira, Aluísio Albert, Dalcídio Jurandir e Ary de Andrade.

Anexo 8 – A “Torre de Marfim” nas páginas de *Fundamentos* (agosto de 1951)⁵³⁶

⁵³⁶ Ver *Fundamentos*. n. 21. Agosto de 1951, p. 7.

Anexo 9 – Os intelectuais “apolíticos”, segundo a revista *Fundamentos* (abril de 1950)⁵³⁷

⁵³⁷ Ver *Fundamentos*. n. 14. Abril de 1950, capa.